



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

THIAGO FERNANDO BONATTI

**A IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O ESTADO DE SÃO PAULO:
CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS, DINÂMICA MIGRATÓRIA E
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO, ENTRE 1908 E 1973**

CAMPINAS

2022

THIAGO FERNANDO BONATTI

A IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O ESTADO DE SÃO PAULO: CARACTERÍSTICAS
SOCIODEMOGRÁFICAS, DINÂMICA MIGRATÓRIA E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL
DA POPULAÇÃO, ENTRE 1908 E 1973

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Demografia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Silvia Volpi Scott

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO THIAGO FERNANDO
BONATTI, E ORIENTADA PELA
PROFESSORA DRA. ANA SILVIA VOLPI
SCOTT.

CAMPINAS

2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Neiva Gonçalves de Oliveira - CRB 8/6792

B64i Bonatti, Thiago Fernando, 1986-
A imigração japonesa para o estado de São Paulo : características sociodemográficas, dinâmica migratória e distribuição espacial da população, entre 1908 e 1973 / Thiago Fernando Bonatti. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Ana Silvia Volpi Scott.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Imigrantes japoneses - São Paulo (Estado) - História. 2. Demografia - História. 3. Distribuição espacial da população. 4. Japoneses - Brasil - História. 5. Migração - História - São Paulo (Estado). I. Scott, Ana Silvia Volpi, 1959-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Japanese immigration to the state of São Paulo : sociodemographic characteristics, migratory dynamics and spatial distribution of the population, between 1908 and 1973

Palavras-chave em inglês:

Japanese immigrants - São Paulo (State) - History

Demography - History

Japanese - Brazil - History

Spatial distribution of the population

Emigration and immigration - History - São Paulo (State)

Área de concentração: Demografia

Titulação: Doutor em Demografia

Banca examinadora:

Ana Silvia Volpi Scott [Orientador]

Maria Sílvia Casagrande Beozzo Bassanezi

Joana Maria Pujadas-Mora

Antonio Miguel Vieira Monteiro

Oswaldo Mário Serra Truzzi

Roberto Luiz do Carmo

Data de defesa: 07-10-2022

Programa de Pós-Graduação: Demografia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-4647-1257>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6958967797391288>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa da Tese de Doutorado, composta pelos(as) Professores(as) Doutores(as) a seguir descritos, em sessão pública realizada em 07 de outubro de 2022, considerou o candidato Thiago Fernando Bonatti aprovado.

Profa. Dra. Ana Silvia Volpi Scott

Profa. Dra. Maria Sílvia Casagrande Beozzo Bassanezi

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo

Profa. Dra. Joana Maria Pujadas-Mora

Prof. Dr. Antonio Miguel Vieira Monteiro

Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Dedicado à Jinko e Nobufumi.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 (Processo nº 88882.329809/2019-01).

Agradeço à UNICAMP, que há mais de dez anos tem sido um espaço não só de aprendizagem e capacitação intelectual, mas também de lutas, de sociabilidade, de engrandecimento enquanto ser humano; e indissociavelmente, ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, o IFCH, na figura dos professores, pesquisadores, funcionários, e os muitos amigos e colegas, que durante minha trajetória se fizeram presentes, contribuindo profissional e pessoalmente, para a formação de um senso crítico e de coletividade, sempre atentando para a importância do ensino universal e público gratuito.

À minha orientadora, Professora Dra. Ana Silvia Volpi Scott, por todo interesse, apoio e compreensão despendidos durante o doutorado; por ter aceitado orientar uma tese sobre a imigração japonesa, atuando de diversas maneiras para que fosse construído um trabalho de relevância científica.

Agradeço à banca de qualificação, formada pelas professoras Dra. Rosana Baeninger e Dra. Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi, que além de serem grandes referências profissionais e teóricas, contribuíram fundamentalmente, a partir de suas considerações, na formulação das questões e hipóteses que estão aqui apresentadas.

Agradeço à banca de defesa, formada pelos professores(as) Dra. Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi (NEPO/UNICAMP), Dr. Roberto Luiz do Carmo (IFCH/UNICAMP), Dra. Joana Maria Pujadas-Mora (CED/UAB), Dr. Antonio Miguel Vieira Monteiro (INPE) e Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi (Ufscar), pela inestimável colaboração, apoio e disponibilidade, pelos aconselhamentos e contribuições na conclusão de tão importante etapa em minha vida profissional e acadêmica. De igual maneira, meus agradecimentos aos membros suplentes, Profa. Dra. Rosana Baeninger (NEPO/UNICAMP), Dra. Máisa Faleiros da Cunha (NEPO/UNICAMP), Profa. Dra. Marili Peres Junqueira (UFU) e Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira (UNESP).

Agradeço a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Demografia e ao Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO. A todos os professores e professoras, pesquisadores, funcionários, colegas, em especial ao Marcelo Yamaki e Dario Scott, que

muito nos ajudaram neste processo, e todos aqueles que por ali passaram, que desde o mestrado nos apoiaram e forneceram as condições necessárias para a realização e conclusão deste doutoramento.

Meu agradecimento ao Centro de Estudios Demográficos (CED) da Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), através da Dra. Joana Maria Pujadas-Mora, que tão bem nos recebeu e aceitou supervisionar o estágio lá realizado, tornando-se fundamental na construção desta tese. Agradeço também à direção, pesquisadores, equipe (especialmente Teresa e Eulàlia), e colegas do CED.

Agradeço aos meus pais e meus sogros, que estiveram sempre nos apoiando durante todo o período do doutorado.

Um agradecimento especial ao “Di” e à “Bá”, Sr. Nobufumi e D. Jinko, que além de referências pessoais, tornaram-se inspiração para esta tese, que seria impossível de ter sido concretizada sem o apoio, traduções e coxinhas com yakissoba. *Arigatō!*

E por fim, todo meu agradecimento à minha companheira de vida, Tathiane, que além de me apoiar, segue me ajudando e orientando, me incentivando a lidar com os temerosos cálculos e estatísticas, ampliando meus horizontes pessoais e profissionais, estando ao meu lado em todos os momentos, bons e ruins, tendo se tornado fundamental para que eu me tornasse quem sou.

“Finalmente, despontou o sol da manhã, e a temperatura começou a se elevar. Agora brilhava um céu claro, cor de anil. A beleza do céu de inverno, límpido e seco, na região dos cafezais, era algo muito especial. Compunham a paisagem apenas a terra avermelhada, o verde-escuro dos cafeeiros e o céu azul... Era tão reluzente e translúcido que doía nos olhos, e as coisas mais distantes se apresentavam tão nítidas que pareciam estar ao alcance da mão.

‘É esta a árvore da fortuna?!’

[...] Perambulam, confiando apenas na estrada de ferro. Seguem em busca de um lugar onde o ouro esteja brotando, por um país estranho, do qual não conhecem a língua nem a geografia”

Masao Daigo.

(A Mata das Ilusões. Mori no yume.

Trad. Sônia Regina Longhi Ninomiya. Aliança Cultura Brasil-Japão, 1997, p. 38 e 52).

RESUMO

O presente trabalho tem como propósito analisar o perfil sociodemográfico e a distribuição espacial da população de imigrantes japoneses e seus descendentes, no estado de São Paulo e na região da Alta Paulista, considerando os três principais fluxos de imigração para o Brasil (1908-1924; 1925-1941; e 1952-1973). Esse recorte temporal corresponde ao período que vai da chegada do primeiro navio com imigrantes, em 1908, passando pelas mudanças no sistema de financiamento e subsídio aos imigrantes, em 1924; o início da Segunda Guerra Mundial, a suspensão dos fluxos de japoneses e sua posterior retomada, a partir de 1952, até o ano de 1973, retratado simbolicamente pela chegada do último navio com imigrantes japoneses, marcando o declínio de sua entrada no Brasil. Neste trabalho, realizou-se a caracterização demográfica dos três principais fluxos de imigrantes descritos, atentando-se para sua composição, razão de sexo, características das famílias e o contexto migratório por eles vivenciado. Buscou-se analisar a distribuição espacial dessa população, considerando tanto imigrantes quanto seus descendentes, valendo-se de técnicas que pretenderam identificar a relevância do componente espacial, evidenciado nas análises demográficas, e verificado por meio das associações espaciais observadas. Partindo de um contexto macro para o local, através do estudo de caso da região da Alta Paulista, considerando sua relevância, no contexto histórico da imigração japonesa para o estado de São Paulo, pretendeu-se caracterizar a população de imigrantes e descendentes na região em distintos períodos, considerando os aspectos políticos, econômicos e sociais que viabilizaram sua inserção, bem como os movimentos por eles realizados e sua distribuição nos municípios que compõem a região.

Palavras-chave: Imigrantes japoneses – São Paulo (Estado) – História; Demografia – História; Distribuição espacial da população; Japoneses – Brasil – História; Migração – História – São Paulo (Estado)

ABSTRACT

The present work aimed to analyze the sociodemographic profile and the spatial distribution of the population of Japanese immigrants and their descendants, in the state of São Paulo and in the region of Alta Paulista, considering the three main flows of immigration to Brazil (1908-1924; 1925-1941; and 1952-1973). This time frame corresponds to the period from the arrival of the first ship with immigrants, in 1908, through the changes in the system of financing and subsidy for immigrants, in 1924; the beginning of the World War II, the suspension of Japanese flows and its subsequent resumption, from 1952, until 1973, symbolically portrayed by the arrival of the last ship with Japanese immigrants, marking the decline of their entry into Brazil. In this work, the demographic characterization of the three main flows of immigrants described was carried out, paying attention to their composition, sex ratio, family characteristics and the immigration context they experienced. Intended to analyze the spatial distribution of this population, considering both immigrants and their descendants, using techniques to identify the relevance of the spatial component, evidenced in demographic analyses, and verified through the observed spatial associations. Starting from a macro context for local analysis, through the case study of the Alta Paulista region, considering its relevance, in the historical context of Japanese immigration to the state of São Paulo, we sought to characterize the population of immigrants and descendants in the region in different periods, considering the political, economic and social aspects that made their insertion possible, as well as the movements carried out by them and their distribution in the municipalities that make up the region.

Keywords: Japanese immigrants – São Paulo (State) – History; Demography – History; Japanese – Brazil – History; Spatial distribution of the population; Emigration and immigration – History – São Paulo (State).

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Evolução Ferroviária de São Paulo	56
FIGURA 2 – Teiiti Suzuki	61
FIGURA 3 – Guia do Recenseador para aplicação do Censo da Colônia Japonesa, 1958	61
FIGURA 4 – Evolução do número de municípios no Brasil, entre 1872 e 2010	73
FIGURA 5 – Esquematização das etapas do desenvolvimento do trabalho e seus respectivos conjuntos de métodos e análises	77
FIGURA 6 – Descrição dos tipos de família segundo o The Japanese Immigrant in Brazil	83
FIGURA 7 – Itens presentes no Painel Comparativo.....	84
FIGURA 8 – Exemplo da regionalização a partir da poda do Minimal Spanning Tree.....	88
FIGURA 9 – População imigrante japonesa por idade simples obtida por diferentes métodos de graduação dos grupos de idade.....	99
FIGURA 10 – Pirâmide etária de imigrantes por idade simples obtida pela aplicação do método Sprague, segundo dados do Censo The Japanese Immigrant in Brazil, 1964	101
FIGURA 11 – Pirâmide etária de imigrantes e descendentes por idade simples obtida pela aplicação do método Sprague, segundo dados do Censo The Japanese Immigrant in Brazil, 1964	101
FIGURA 12 – Pirâmides etárias da população japonesa e descendente, residentes no Brasil, japoneses e brasileiros, em 1960	102
FIGURA 13 – Resultados do Índice de Whipple para a população de imigrantes japoneses e para imigrantes somados aos seus descendentes.....	104
FIGURA 14 – Localização das Províncias Japonesas.....	107
FIGURA 15 – Reportagem do jornal Estado de São Paulo em 15 de janeiro de 1908	111
FIGURA 16 – Fotografia de Ryō Mizuno, s. d.....	113
FIGURA 17 – Reportagem do jornal Estado de São Paulo em 01 de junho de 1908	114
FIGURA 18 – Reportagem do jornal Estado de São Paulo em 24 de junho de 1908	115
FIGURA 19 – Panfleto da Federação das Associações Ultramarinas.....	120
FIGURA 20 – Navio Buenos Aires-Marú.....	124
FIGURA 21 – Propaganda direcionada a atrair imigrantes japoneses para o Brasil.....	134
FIGURA 22 – Perfil comparativo referente ao 1º Fluxo Imigratório japonês (1908 – 1924).....	141
FIGURA 23 – Perfil comparativo referente ao 2º Fluxo Imigratório japonês (1925 – 1941).....	141
FIGURA 24 – Perfil comparativo referente ao 3º Fluxo Imigratório japonês (1952 – 1958).....	142
FIGURA 25 – Proporção de emigrantes para o Brasil, por província do Japão, segundo o Censo The Japanese Immigrant in Brazil, pré-guerra (1908-1941)	152
FIGURA 26 – Proporção de emigrantes para o Brasil, por província do Japão, segundo o Censo The Japanese Immigrant in Brazil, pós-guerra (1952-1962).....	153
FIGURA 27 – Percentual de japoneses nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo Demográfico de 1920.....	158
FIGURA 28 – Percentual de japoneses nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo Demográfico de 1940.....	159

FIGURA 29 – Percentual de japoneses nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo The Japanese Immigrant in Brazil, em 1958.....	161
FIGURA 30 – Percentual de população “amarela” nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo Demográfico de 1940.....	162
FIGURA 31 – Percentual de população “amarela” nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo Demográfico de 1950.....	163
FIGURA 32 – Percentual de população “amarela” nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo The Japanese Immigrant in Brazil, em 1958.....	163
FIGURA 33 – População absoluta de japoneses nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo de 1920.....	165
FIGURA 34 – População absoluta de japoneses nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo de 1940.....	165
FIGURA 35 – População absoluta de japoneses nos municípios do estado de São Paulo, segundo o The Japanese Immigrant in Brazil em 1958.....	166
FIGURA 36 – Índice de Segregação da população de japoneses no estado de São Paulo, segundo o Censo de 1920.....	168
FIGURA 37 – Índice de Segregação da população de japoneses no estado de São Paulo, segundo o Censo de 1940.....	169
FIGURA 38 – Índice de Segregação da população de japoneses no estado de São Paulo, segundo o The Japanese Immigrant in Brazil em 1958.....	169
FIGURA 39 – Índice de Segregação da população “amarela” no estado de São Paulo, segundo o Censo de 1940.....	170
FIGURA 40 – Índice de Segregação da população “amarela” no estado de São Paulo, segundo o Censo de 1950.....	171
FIGURA 41 – Índice de Segregação da população “amarela” no estado de São Paulo, segundo o The Japanese Immigrant in Brazil em 1958.....	171
FIGURA 42 – Divisão do estado de São Paulo em 10 grupos (resultado da regionalização usando o método Skater), segundo a presença de população “amarela” nos municípios para o ano de 1940 ...	175
FIGURA 43 – Divisão do estado de São Paulo em 10 grupos (resultado da regionalização usando o método Skater), segundo a presença de população “amarela” nos municípios para o ano de 1950 ...	175
FIGURA 44 – Divisão do estado de São Paulo em 10 grupos (resultado da regionalização usando o método Skater), segundo a presença de população “amarela” nos municípios para o ano de 1958 ...	176
FIGURA 45 – Divisão do estado de São Paulo em 10 grupos (resultado da regionalização usando o método Skater), segundo a presença de japoneses nos municípios para o ano de 1920	178
FIGURA 46 – Divisão do estado de São Paulo em 10 grupos (resultado da regionalização usando o método Skater), segundo a presença de japoneses nos municípios para o ano de 1940	178
FIGURA 47 – Divisão do estado de São Paulo em 10 grupos (resultado da regionalização usando o método Skater), segundo a presença de japoneses nos municípios para o ano de 1958	179
FIGURA 48 – Box Map de dispersão de Moran para população “amarela”, nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo Demográfico de 1940.....	182
FIGURA 49 – Box Map de dispersão de Moran para população “amarela”, nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo Demográfico de 1950.....	183
FIGURA 50 – Box Map de dispersão de Moran para população “amarela”, nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo The Japanese Immigrant in Brazil em 1958.....	184

FIGURA 51 – Box Map de dispersão de Moran para japoneses presentes nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo Demográfico de 1940.....	186
FIGURA 52 – Box Map de dispersão de Moran para população “amarela”, nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo The Japanese Immigrant in Brazil em 1958.....	187
FIGURA 53 – Lisa Map do índice local de Moran para a variável população “amarela” para os municípios de São Paulo em 1940	188
FIGURA 54 – Lisa Map do índice local de Moran para a variável população “amarela” para os municípios de São Paulo em 1950	189
FIGURA 55 – Lisa Map do índice local de Moran para a variável população “amarela” para os municípios de São Paulo em 1958	190
FIGURA 56 – Lisa Map do índice local de Moran para a variável população de japoneses para os municípios de São Paulo em 1940	191
FIGURA 57 – Lisa Map do índice local de Moran para a variável população de japoneses para os municípios de São Paulo em 1958	192
FIGURA 58 – Desenho esquemático dos padrões de tendência populacional, proposto por Suzuki (1969).....	195
FIGURA 59 – Padrões de tendência populacional segundo divisão regional do Censo The Japanese Immigrant in Brazil (1964; 1969)	196
FIGURA 60 – Padrões de movimentos dos imigrantes segundo divisão regional do Censo The Japanese Immigrant in Brazil (1964; 1969).....	197
FIGURA 61 – Movimentos realizados entre as regiões do estado de São Paulo entre 1908 e 1924..	201
FIGURA 62 – Mapa dos movimentos, categorizados como “intermediários”, realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, no período de 1908 a 1924.....	202
FIGURA 63 – Mapa dos movimentos, categorizados como “altos”, realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, no período de 1908 a 1924	202
FIGURA 64 – Movimentos realizados entre as regiões do estado de São Paulo entre 1925 e 1941 ..	204
FIGURA 65 – Mapa dos movimentos, categorizados como “intermediários”, realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, no período de 1925 a 1941	205
FIGURA 66 – Mapa dos movimentos, categorizados como “altos”, realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, no período de 1925 a 1941	205
FIGURA 67 – Movimentos realizados entre as regiões do estado de São Paulo entre 1942 e 1950 ..	207
FIGURA 68 – Mapa dos movimentos, categorizados como “intermediários”, realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, no período de 1942 a 1950.....	208
FIGURA 69 – Mapa dos movimentos, categorizados como “altos”, realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, no período de 1942 a 1950	208
FIGURA 70 – Movimentos realizados entre as regiões do estado de São Paulo entre 1951 e 1958..	210
FIGURA 71 – Mapa dos movimentos, categorizados como “intermediários”, realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, no período de 1951 a 1958.....	211
FIGURA 72 – Mapa dos movimentos, categorizados como “altos”, realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, no período de 1951 a 1958	211

FIGURA 73 – Movimentos realizados entre as regiões do estado de São Paulo no período entre 1908 e 1958.....	213
FIGURA 74 – Mapa dos movimentos, categorizados como “intermediários”, realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, no período de 1908 a 1958.....	214
FIGURA 75 – Mapa dos movimentos, categorizados como “altos”, realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, no período de 1908 a 1958.....	214
FIGURA 76 – Localização da Nova Alta Paulista 2020, segundo a AMNAP, inserida na região da Alta Paulista proposta por Suzuki (1964)	217
FIGURA 77 – Localização da Alta Paulista 1920	219
FIGURA 78 – Localização da Alta Paulista 1940	219
FIGURA 79 – Localização da Alta Paulista 1950	220
FIGURA 80 – Localização da Alta Paulista 1958	220
FIGURA 81 – Cartaz de propaganda da K. K. K. K., incentivando a emigração de japoneses para o Brasil	225
FIGURA 82 – Panfleto da BRATAC, apresentando a localização das colônias (Tietê, Bastos, Aliança e Três Barras) no estado de São Paulo e norte do Paraná, a estrutura disponível e as atividades desenvolvidas	227
FIGURA 83 – Fiação de Seda BRATAC LTDA, Bastos-SP, 2022.....	227
FIGURA 84 – Movimentos de imigrantes japoneses e descendentes com destino à região da Alta Paulista entre 1908 e 1924	238
FIGURA 85 – Movimentos de imigrantes japoneses e descendentes com origem na região da Alta Paulista entre 1908 e 1924	239
FIGURA 86 – Movimentos de imigrantes japoneses e descendentes com destino à região da Alta Paulista entre 1925 e 1941	240
FIGURA 87 – Movimentos de imigrantes japoneses e descendentes com origem na região da Alta Paulista entre 1925 e 1941	241
FIGURA 88 – Movimentos de imigrantes japoneses e descendentes com destino à região da Alta Paulista entre 1942 e 1950	242
FIGURA 89 – Movimentos de imigrantes japoneses e descendentes com origem na região da Alta Paulista entre 1942 e 1950	243
FIGURA 90 – Movimentos de imigrantes japoneses e descendentes com destino à região da Alta Paulista entre 1951 e 1958	244
FIGURA 91 – Movimentos de imigrantes japoneses e descendentes com origem na região da Alta Paulista entre 1951 e 1958	245
FIGURA 92 – Movimentos de imigrantes japoneses e descendentes com destino à região da Alta Paulista entre 1908 e 1958	246
FIGURA 93 – Movimentos de imigrantes japoneses e descendentes com origem na região da Alta Paulista entre 1908 e 1958	248
FIGURA 94 – Proporção de japoneses na Alta Paulista, 1920	250
FIGURA 95 – Proporção de japoneses na Alta Paulista, 1940	251
FIGURA 96 – Proporção de japoneses na Alta Paulista, 1958	253
FIGURA 97 – Proporção de “amarelos” na Alta Paulista, 1940.....	254

FIGURA 98 – Proporção de “amarelos” na Alta Paulista, 1950.....	255
FIGURA 99 – Proporção de “amarelos” na Alta Paulista, 1958.....	255
FIGURA 100 – Trajetória e etapas migratórias de “K”	261
FIGURA 101 – Trajetória e etapas migratórias de “N.U.”	262
FIGURA 102 – Trajetória e etapas migratórias de “J.S.”	263
FIGURA 103 – Municípios do estado de São Paulo – 1920.....	288
FIGURA 104 – Municípios do estado de São Paulo – 1940.....	291
FIGURA 105 – Municípios do estado de São Paulo – 1950.....	294
FIGURA 106 – Municípios do estado de São Paulo – 1958.....	297
FIGURA 107 – Municípios do estado de São Paulo – 1960.....	301
FIGURA 108 – Regiões – Divisão Maior segundo Suzuki (1964).....	306
FIGURA 109 – Regiões – Divisão Menor segundo Suzuki (1964).....	307
FIGURA 110 – Sistema de busca de listas de bordo. Museu da Imigração do Estado de São Paulo .	313
FIGURA 111 – Lista de bordo do navio Brazil-Marú (1956). Destaque passageira Sato. Museu da Imigração do Estado de São Paulo.....	314
FIGURA 112 – Sistema de busca “Ashiato” – Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil ...	315
FIGURA 113 – Sistema de busca “Ashiato” – Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. Resultado de consulta. Família Oyama e Sato	315
FIGURA 114 – Exemplo de Koseki Tohon, 1979.....	317
FIGURA 115 – Registro da imigrante Sato, Familysearch, 1956.....	319
FIGURA 116 – Registro imigrante Ueno (Sato), <i>Familysearch</i> , 1971.....	319
FIGURA 117 – Roteiro elaborado para as entrevistas semiestruturadas	322
FIGURA 118 – Estrutura etária dos imigrantes japoneses e seus descendentes, em 1962, segundo o Censo The Japanese Immigrant in Brazil.....	326
FIGURA 119 – Estrutura etária dos imigrantes japoneses, em 1962, segundo o Censo The Japanese Immigrant in Brazil.....	327
FIGURA 120 – Estrutura etária do total de descendentes de japoneses, em 1962, segundo o Censo The Japanese Immigrant in Brazil.....	327
FIGURA 121 – Estrutura etária dos descendentes de japoneses (2ª geração), em 1962, segundo o Censo The Japanese Immigrant in Brazil.....	328
FIGURA 122 – Estrutura etária dos descendentes de japoneses (3ª e 4ª gerações), em 1962, segundo o Censo The Japanese Immigrant in Brazil.....	328

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – População autodeclarada “amarela” no quesito raça/cor do Censo do IBGE – 1940-2010.....	69
GRÁFICO 2 – População no Japão, 1875-1919 e 1920-1958	108
GRÁFICO 3 – Imigrantes entrados no Brasil por ano e nacionalidade, no período entre 1908 e 1942	122
GRÁFICO 4 – Distribuição proporcional dos imigrantes, chefes de família em 1958, segundo sua posição nas famílias, no momento de sua chegada ao Brasil, 1908-1922 e 1923-1941.....	146
GRÁFICO 5 – Entradas de japoneses no Brasil 1908-1963	154
GRÁFICO 6 – Proporção das principais nacionalidades de estrangeiros no estado de São Paulo, 1920, 1940, 1950 e 1960, segundo o Censo Demográfico IBGE	156
GRÁFICO 7 – Distribuição do percentual de população de imigrantes japoneses da Alta Paulista, em relação ao total de imigrantes japoneses no período considerado.....	235
GRÁFICO 8 – Proporção das principais origens de estrangeiros na Alta Paulista em 1920.....	251
GRÁFICO 9 – Proporção das principais origens de estrangeiros na Alta Paulista em 1940.....	252

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Categorias adotadas e descrição das variáveis segundo base de dados.....	71
QUADRO 2 – Divisões regionais maiores e menores, segundo o Censo The Japanese Immigrant in Brazil.....	75
QUADRO 3 – Descrição das variáveis utilizadas e suas respectivas fontes, por método e etapa de trabalho.....	78
QUADRO 4 – Exemplos de Decretos e Resoluções publicados no período da Segunda Guerra Mundial referentes aos países inimigos e seus cidadãos residentes no Brasil.....	137
QUADRO 5 – População amarela e sua proporção nos municípios da Alta Paulista, de acordo com a evolução na divisão dos municípios, 1940, 1950 e 1958.....	256

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Classificação do Índice de Whipple	81
TABELA 2 – Os três principais fluxos de imigrantes japoneses para o Estado de São Paulo por período, valores absolutos e percentual, segundo dados do Censo The Japanese Immigrant in Brazil	105
TABELA 3 – Número de imigrantes chegados ao Brasil entre 1959 a 1964.....	138
TABELA 4 – Distribuição da população de imigrantes e descendentes, segundo valores absolutos e percentuais, e percentual de imigrantes nos municípios em relação ao Estado de São Paulo, no ano de 1958, segundo dados do Censo The Japanese Immigrant in Brazil	139
TABELA 5 – Índice de Moran Global e p-valor para a variável: proporção de “amarelos” em relação ao total da população do município.....	180
TABELA 6 – Índice de Moran Global e p-valor para a variável: proporção de japoneses imigrantes em relação ao total da população do município	185
TABELA 7 – Classificação das quantidades de movimentos realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, por período analisado.....	200
TABELA 8 – Principais origens dos movimentos de imigrantes e descendentes, entre 1908 e 1958, segundo o Censo The Japanese Immigrant in Brazil	215
TABELA 9 – Principais destinos dos movimentos de imigrantes e descendentes, entre 1908 e 1958, segundo o Censo The Japanese Immigrant in Brazil	216
TABELA 10 – População total e “amarela” segundo Censo IBGE (2010) – Brasil, Estado de São Paulo e Municípios da Alta Paulista	236
TABELA 11 – Movimentos com destino à Alta Paulista 1908-1958.....	246
TABELA 12 – Movimentos com origem na Alta Paulista 1908-1958	248
TABELA 13 – Principais origens de estrangeiros nos municípios da Alta Paulista em 1920.....	250
TABELA 14 – Principais origens e proporção de estrangeiros nos municípios da Alta Paulista em 1940.....	252
TABELA 15 – Lista de municípios do estado de São Paulo – 1920.....	289
TABELA 16 – Lista de municípios do estado de São Paulo – 1940.....	292
TABELA 17 – Lista de municípios do estado de São Paulo – 1950.....	295
TABELA 18 – Lista de municípios do estado de São Paulo – 1958.....	298
TABELA 19 – Lista de municípios do estado de São Paulo – 1960.....	302
TABELA 20 – População de Japoneses e descendentes, por grandes regiões em 1958 e 1988, segundo TJIB (1964)* e LPJDRB (1987-1988)**	310
TABELA 21 – População de japoneses e descendentes, por geração, segundo o The Japanese Immigrant in Brazil.....	325
TABELA 22 – População de imigrantes, brasileiros e japoneses, em três grupos etários e razão de dependência.....	325
TABELA 23 – Imigrantes Entrados no Brasil por ano e nacionalidade (1908 – 1942).....	333

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
A imigração japonesa pela perspectiva demográfica.....	25
Objetivos, questões e justificativas	29
Organização e apresentação da Tese	32
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	35
1.1 Migração, trajetórias e o espaço.....	35
1.2 A família na imigração japonesa.....	45
1.3 Estudos sobre a imigração japonesa no Brasil.....	50
CAPÍTULO 2 – FONTES E MÉTODOS PARA O ESTUDO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL	59
2.1 Fontes de dados.....	59
2.1.1 O Censo The Japanese Immigrant in Brazil.....	59
2.1.2 Os Censos Demográficos do IBGE.....	65
2.1.3 Harmonização das informações	71
2.1.4 As malhas territoriais	71
2.1.5 Divisões territoriais e análises regionais a partir do <i>The Japanese Immigrant in Brazil</i> e dos Censos Demográficos 1940-1950	74
2.2 Abordagem metodológica.....	76
2.2.1 Etapa 1 – Imigração japonesa para o estado de São Paulo (por períodos).....	79
2.2.1.1 Métodos e formas de análise	79
Qualidade dos dados	79
Características dos fluxos imigratórios principais e a imigração pela perspectiva da legislação	81
Construção dos perfis sociodemográficos	82
Painel comparativo	83
2.2.2 Etapa 2 – Distribuição espacial no estado de São Paulo.....	84
2.2.2.1 Métodos e formas de análise	85
Distribuição espacial da população.....	85
Índice de Segregação	86
Regionalização.....	87
Autocorrelação espacial.....	88
2.2.3 Etapa 3 – Movimentos no estado de São Paulo. Alta Paulista: destino final?	91
2.2.3.1 Métodos e formas de análise	91
Movimentos inter-regionais.....	91

Intensidade de fluxos	93
Distribuição espacial da população por período	93
Elementos complementares	94
CAPÍTULO 3 – TEMPO, ESPAÇO E CARACTERÍSTICAS DOS PRINCIPAIS FLUXOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL (1908-1924; 1925-1941; 1952-1973)	96
3.1 O Censo <i>The Japanese Immigrant in Brazil</i>	96
3.2 A delimitação dos três principais fluxos de imigrantes japoneses para o Brasil	105
3.3 O contexto histórico da imigração japonesa	106
3.4 1908-1924: O primeiro período da emigração japonesa para o Brasil	112
3.5 1925-1941: O segundo período da emigração japonesa para o Brasil.....	121
3.6 A interrupção da imigração japonesa e o período da Segunda Guerra Mundial	124
3.7 1952-1973: o terceiro período da imigração japonesa para o Brasil	126
3.8 A imigração japonesa observada através da legislação	130
3.9 Composição e características sociodemográficas da população de imigrantes japoneses e seus descendentes.....	138
3.9.1 Os perfis sociodemográficos (quadros comparativos)	140
3.9.1.1 Perfil etário	142
3.9.1.2 Composição familiar.....	143
3.9.1.3 Tamanho da família.....	145
3.9.1.4 Contexto imigratório	147
3.9.1.5 Registro fotográfico.....	148
CAPÍTULO 4 – IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA SÃO PAULO E A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO	150
4.1 Os lugares de origem dos imigrantes japoneses	151
4.2 A presença dos japoneses no estado de São Paulo	154
CAPÍTULO 5 – ALTA PAULISTA: DESTINO FINAL?	194
5.1 Regiões, origens e destinos: os caminhos dos imigrantes em São Paulo.....	194
5.2 O novo “velho oeste” de São Paulo: surgimento, ocupação e saída da Alta Paulista ..	216
CONCLUSÕES.....	266
REFERÊNCIAS	274
APÊNDICES	287
APÊNDICE A	287
APÊNDICE B.....	305
APÊNDICE C.....	308
C.1 Levantamento da População de Japoneses e seus Descendentes Residentes no Brasil (1987-1988)	309

C.2 Listas de Bordo (Acervo Digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo) ...	312
C.3 Certidões de embarque (Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil).....	314
C.4 Koseki Tohon	315
C.5 Entrevistas semiestruturadas	320
APÊNDICE D	325
ANEXOS	330
ANEXO A	330
ANEXO B	333

INTRODUÇÃO

A imigração japonesa pode ser caracterizada como um dos principais fluxos de imigrantes chegados ao Brasil, ainda que em contingentes menores, comparando-se, por exemplo, a italianos, portugueses e espanhóis. Considerando-se as condições em que essa imigração ocorreu e seus diferenciais, no que diz respeito ao momento em que as entradas no Brasil ocorreram, o sistema de financiamento e estímulo aos imigrantes, sua distribuição espacial, bem como os diversos impactos inerentes a este processo, especialmente o estranhamento em relação ao Brasil, o grupo destacou-se por procurar manter a identidade japonesa, mesmo nos descendentes brasileiros, ao longo do processo de estabelecimento definitivo, criando raízes em uma terra distante.

Do momento inicial de sua chegada ao declínio dos fluxos, passaram-se quase setenta anos. Entre idas e vindas, as intervenções institucionais, os diferentes perfis de composição da população, as distintas trajetórias vivenciadas, que se alteraram ao sabor das políticas de estado e dos propósitos planejados pelos imigrantes, marcaram a experiência migratória dos japoneses no Brasil.

O primeiro contingente significativo de imigrantes japoneses chegou ao Brasil em 1908, com o governo paulista subsidiando uma parte do valor das passagens, ficando a outra parte por conta dos empregadores, que demandavam a mão-de-obra imigrante, principalmente para as fazendas produtoras de café nas regiões Central e Oeste do estado de São Paulo. De 1908 a 1914, chegaram ao estado 14.886 japoneses (KODAMA; SAKURAI, 2008).

Passado o momento do primeiro contato com os japoneses, e contabilizados os diversos problemas inerentes à sua adaptação¹, houve um breve período de interrupção na entrada de novos contingentes de imigrantes. Apesar disso, devido à interrupção do fluxo de mão-de-obra europeia, por conta das péssimas condições trabalho, associado ao início da Primeira Guerra Mundial, foram retomados os subsídios para a imigração japonesa, e entre 1917 e 1920, chegaram 13.595 japoneses ao Brasil. No entanto, São Paulo voltou a direcionar sua atenção aos imigrantes europeus após fim do conflito mundial.

De toda forma, isso não impediu que nos anos subsequentes, especialmente a partir de 1928, o estado passasse a receber parcelas significativas de imigrantes japoneses,

¹ Contando com episódios de fuga das fazendas, decorrentes de condições insalubres e maus-tratos sofridos, graves surtos de malária e febre amarela, entre outras dificuldades, que causaram descontentamento aos proprietários de terras e empregadores, além de setores ideológicos da burocracia estatal, que buscavam na imigração europeia o embranquecimento e europeização da população brasileira, e cuja imigração japonesa havia se tornado um empecilho (SAITO, 1961; HANDA, 1987; NOGUEIRA, 1992)

subsidiados pelo seu país de origem (NINOMIYA, 1996; KISHIMOTO; DEMARTINI, 2012). Revelando a importância dos fluxos nesse período, entre 1924 e 1935, foi registrada a entrada de 141.732 imigrantes japoneses (PATARRA, 1995; IBGE, 2008), sendo que o ápice desse fluxo ocorreu entre 1933 e 1934.

O crescente volume de imigrantes e a possibilidade de aquisição de terras (PETRONE, 1978) por empresas japonesas, acabaram por suscitar atitudes e propostas eugenistas em alguns setores do governo e da opinião pública, (OLIVEIRA; TARELOW, 2014). Tais manifestações e posições ganharam impulso a partir da década de 1930, com o surgimento de campanhas antinipônicas, que colocavam em suspeição as atividades e a preservação da cultura dos japoneses, sob a égide de se oporem à insolvência étnica e ameaçar a “segurança nacional”, de acordo com as “aspirações imperialistas japonesas” (KODAMA; SAKURAI, 2008).

Com o início da Segunda Guerra Mundial, a incorporação do Brasil aos países Aliados e do Japão aos países do Eixo, a condição dos imigrantes japoneses degradou-se ainda mais, tanto por conta do eugenismo presente em setores políticos e sociais, como em decorrência das precárias condições de vida e de trabalho dos imigrantes (OCADA, 2006), que neste momento viram-se praticamente abandonados à própria sorte.

Naquele contexto, escolas foram fechadas, assim como associações culturais e jornais. Proibiu-se a entrada de livros em língua japonesa, foi suspensa a emissão de carteiras de motorista para japoneses, assim como se impôs a suspensão da sua liberdade de locomoção. A todos esses fatos, podem ser somados ainda a expropriação de bens, de terras, ameaças e detenções. A situação se agravou de tal de maneira, que quase houve um veto total à imigração japonesa em 1947 (KODAMA; SAKURAI, 2008).

Após interrupção de quase duas décadas foi retomada a entrada de imigrantes japoneses no estado de São Paulo, impulsionada pelo término da Segunda Guerra Mundial, assim como pela imposição de uma nova ordem geopolítica e novo processo de expansão capitalista (PAIVA, 2008). De 1950 em diante foram retomadas as correntes imigratórias japonesas, a partir de um programa de acolhimento de refugiados de guerra, estipulado pela ONU. Em 1951, por sua vez, foram retomadas as relações diplomáticas entre Brasil e Japão, e logo em seguida passaram a aportar novamente navios com imigrantes japoneses.

Preconizando a reestruturação econômica e a supressão das altas taxas de desemprego, a emigração foi entendida pelo governo japonês como um aporte à solução dessas questões, criando critérios e organizando a seleção de emigrantes que seriam encaminhados não só para o Brasil, mas também para outros países da América Latina. Os

japoneses chegaram ao Brasil durante o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e, muitos deles, foram encaminhados para regiões que necessitavam ser exploradas, como as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil (KODAMA; SAKURAI, 2008).

Havia uma corrente imigratória direcionada à agricultura, que encaminhava os imigrantes que chegavam principalmente para os núcleos coloniais, criados por empresas, bem como fazendas e outras propriedades de japoneses, que chegaram ao Brasil nos fluxos anteriores à Segunda Guerra (SAITO, 1961; HANDA, 1987). Os fluxos do pós-guerra, por sua vez, caracterizavam-se pelo aumento das entradas individuais, se comparados aos fluxos precedentes, ou por imigrantes que eram chamados por parentes que já estavam estabelecidos no território brasileiro, situação que se deu, por exemplo, nos estados de São Paulo e do Paraná (KODAMA; SAKURAI, 2008). A literatura aponta que havia uma distinção entre os japoneses que imigraram a partir do pós-guerra, quando comparados aos que vieram anteriormente, uma vez que os imigrantes do último fluxo possuíam maior escolaridade e qualificação, sendo que parte deste contingente foi encaminhado, inclusive, para alguns setores da indústria (SASAKI, 2006).

No que diz respeito ao Brasil, o período do Pós-Segunda Guerra Mundial caracteriza-se pela retomada da política imigratória, a partir do Decreto Lei n. 7.967 de 18 de setembro de 1945², ainda que se tenha mantido o sistema de cotas que restringia a imigração estrangeira, instituída no governo Vargas, desde 1934.

Neste contexto, entre 1952 e o início da década de 1970, chegaram ao Brasil mais de 50.000 imigrantes japoneses. Esse contingente estava destinado a suprir as necessidades de mão-de-obra, que sustentariam os projetos de expansão das áreas agrícolas e de expansão da industrialização (SAKURAI, 2008).

Entre as áreas de maior relevância, em relação à presença de imigrantes japoneses no estado de São Paulo, está a região Oeste, destino de grande parte dos contingentes imigratórios (SAITO, 1961). A região que, até as primeiras décadas do século XX, era ocupada por latifúndios, com terras ainda inexploradas, tornou-se destino de diversos grupos de japoneses e descendentes, que tinham como propósito deixar a posição de colonos nas fazendas, e tornarem-se – os que conseguiram juntar algum recurso - arrendatários ou parceiros produtores dos proprietários de terras da região. (SAITO, 1961; HANDA, 1987).

Cabe apontar ainda que, desde a década de 1930, os japoneses já se distribuíam nas proximidades das estradas de ferro Noroeste, Alta Sorocabana e Paulista, estabelecendo-

² Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: dez. 2021.

se a partir da aquisição de pequenas propriedades, viabilizadas através dos investimentos de empresas de economia mista e do governo japonês (GIL, 2007; SOUZA, 2008).

Com o término da Segunda Guerra Mundial, a imigração para o Oeste paulista se intensificou. Esse fluxo deu origem a diversas colônias de imigrantes e descendentes que, em alguns casos, colaboraram para o surgimento ou fortalecimento de municípios nessa região (SAKURAI, 2008). Dentre esses estão os municípios da região conhecida como “Alta Paulista”, inserida atualmente nas Regiões Administrativas de Marília e Presidente Prudente, e que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE³, apresentavam uma das concentrações mais significativas de imigrantes japoneses e descendentes no estado de São Paulo (PEREIRA; OLIVEIRA, 2008).

A imigração japonesa pela perspectiva demográfica

A análise dos fluxos imigratórios japoneses, a partir da perspectiva dos estudos demográficos, tem como propósito caracterizar uma população imigrante que, durante um período de praticamente 70 anos, foi de grande relevância no contexto das migrações internacionais em direção ao Brasil. O que se pretende é compreender os fluxos através da análise de sua composição e estrutura etária, razão de sexo, estruturas e padrões familiares, bem como a caracterização dos movimentos migratórios empreendidos, tanto entre Japão e Brasil, em seu contexto temporal, quanto os movimentos ocorridos internamente, no estado de São Paulo, entre suas regiões, dando aporte para a análise da relação destes fluxos, enfocando a região da Alta Paulista.

Propõe-se esta análise através dos dados do Censo realizado junto à colônia japonesa, denominado “*The Japanese Immigrant in Brazil*” (SUZUKI, 1964), bem como através dos Censos do IBGE (1920, 1940, 1950 e 1960), buscando identificar a composição sociodemográfica dos principais fluxos de imigrantes japoneses e suas especificidades, analisar a distribuição espacial desses imigrantes, os caminhos por eles percorridos, e os possíveis impactos desse movimento nos diversos setores sociais e econômicos nos municípios que compreendem a região da Alta Paulista, no Oeste do estado de São Paulo.

³ Os dados são referentes ao Censo Demográfico de 2000. Em comemoração ao centenário da imigração japonesa para o Brasil, o IBGE organizou um documento intitulado “Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil” (IBGE, 2008), contando com vários artigos, entre eles o de Pereira e Oliveira (2008) acima referenciado. A atualização da informação, com os dados do Censo de 2010, da presença de população de raça/cor “amarela” para os municípios da Alta Paulista, como uma *proxy* da presença de imigrantes e descendentes, está apresentado e detalhado, neste trabalho, no Capítulo 3.

É importante destacar que, apesar da riqueza dos dados disponíveis no Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*, sua exploração tem sido muito restrita (TANIGUTI, 2012). A própria essência do Censo, que é possibilitar a realização de uma caracterização populacional e seus movimentos, foi realizada apenas pontualmente ou parcialmente, de acordo com demandas específicas. Ironicamente, o olhar direcionado a este Censo não tem sido pautado pela Demografia. Para além das informações contidas no documento em si, as análises devem buscar refletir sobre sua construção, seus objetivos e a escolha pela abordagem de alguns pontos, em detrimento a outros, que não foram incorporados.

Informações presentes neste Censo, como por exemplo, as trajetórias dos imigrantes, qualificação e diferenças na força de trabalho, nível de escolaridade, experiências profissionais, anteriores e após a chegada ao Brasil, as redes de sociabilidade, instituições ou locais de acolhimento fundadas pelas relações étnicas, corroboram a compreensão do processo de integração dos imigrantes e seus descendentes à sociedade brasileira.

A caracterização sociodemográfica apresentada, acerca dos fluxos imigratórios de japoneses para o Brasil, é de fundamental importância para esta investigação, pois este Censo da Colônia Japonesa, que contém dados referentes a todos os fluxos de imigrantes desde 1908, data de entrada do primeiro contingente, fornece elementos que permitem comparar os distintos fluxos, assim como as diferentes condições de estabelecimento dos imigrantes, as relações de trabalho e acesso à propriedade, bem como a distribuição espacial dessa população.

Segundo Renner e Patarra (1980), a comparação dos distintos fluxos é importante, pois as características da população migrante em geral diferem das populações de origem e destino. Segundo as autoras, nos estudos sobre migração, há uma maior seletividade na composição dos grupos de imigrantes pioneiros, ou seja, os contingentes são menores, apresentam determinadas singularidades e condições que os levaram à imigração. Por outro lado, há maior representatividade, em termos da composição destes grupos, nas fases ou fluxos posteriores. Além de mais volumosos, os fluxos posteriores já carregam consigo um escopo de conformações ampliado, e já contam com a possibilidade de relatos de experiências vividas pelos pioneiros, além de contar com redes de acolhimento. Essas afirmações vão na direção do que propõe este trabalho, de buscar elementos e informações que demonstrem o diferencial na composição dos três principais fluxos de imigrantes japoneses para o Brasil, considerando suas características sociodemográficas e a distribuição espacial desta população.

Os fluxos imigratórios que serão discutidos neste trabalho referem-se aos fluxos propostos por Suzuki (1969), que os divide em três momentos principais da migração

japonesa, compreendida entre 1908 e 1973. O primeiro fluxo se inicia em 1908, com a chegada do primeiro contingente de imigrantes para o Brasil, no navio *Kasato Maru*, estendendo-se até 1924, quando se alterou a forma de subsídio à imigração dos japoneses, impactando diretamente nos fluxos posteriores.

O segundo fluxo teve início em 1925 e vai até o ano de 1941, quando houve a suspensão da entrada de japoneses no Brasil, em decorrência do início da Segunda Guerra Mundial. A suspensão da entrada de contingentes se manteve até 1952, quando houve a retomada das relações diplomáticas entre Brasil e Japão, restabelecendo-se, a partir de então, os fluxos de imigrantes.

O último fluxo, proposto por Suzuki, estende-se de 1952 até a aplicação do Censo da Colônia, em 1958, porém, neste trabalho, este terceiro período foi estendido, considerando-se o intervalo entre 1952 e 1973. Esta opção justifica-se pela consideração do ano de 1973 como uma data simbólica, pois marca a chegada do último navio com imigrantes japoneses no Brasil. Após este período, mudanças marcantes ocorreram, pois, as chegadas passam a ser por via aérea, com fluxos inexpressivos, quando comparados aos fluxos predecessores (SUZUKI, 1969).

A divisão dos fluxos migratórios poderia ser apresentada de diversas maneiras, considerando os distintos elementos que determinam os períodos e os fluxos analisados, porém optou-se pela segmentação proposta por Suzuki (1969), primeiramente por este ter sido o mentor responsável pelo Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*, uma das principais fontes das análises aqui apresentadas; além disso, os períodos propostos correspondem a eventos marcantes, que contribuíram diretamente para a chegada dos fluxos, principalmente no que diz respeito à legislação e aos condicionantes à imigração.

Dessa maneira, para o estudo proposto é necessário considerar a heterogeneidade das trajetórias dos imigrantes e de sua interação com a sociedade, bem como as alterações nas políticas de Estado em cada época, especialmente as mudanças referentes às políticas migratórias colocadas em prática pelos governos japonês e brasileiro.

A análise das trajetórias, segundo Rivera Sánchez (2012), é uma ferramenta importante para sistematizar a multiespacialidade da experiência migratória, considerando as mudanças, continuidades e rupturas neste processo histórico. Ainda de acordo com a autora, a análise das trajetórias permite sistematizar e interpretar a experiência migratória, em determinado espaço de tempo, através da análise das relações entre as condições históricas e a experiência migratória do indivíduo, abordando simultaneamente várias dimensões deste processo.

Realizar a análise sistemática dos eventos ocorridos durante a experiência migratória, contribui para a compreensão da natureza das mobilidades, para identificar os efeitos e mudanças na vida não só dos migrantes, mas também na vida dos familiares que permaneceram nos locais de origem, e que também acabam conectados à experiência migratória (RIVERA SÁNCHEZ, 2012).

Pretende-se ainda, com a análise dos períodos em questão (1908-1924; 1925-1941; 1951-1973), discutir aquilo que pode representar uma lacuna entre os estudos realizados no âmbito da Demografia Histórica e da Demografia contemporânea. Enquanto os estudos na área da Demografia Histórica voltam-se majoritariamente aos períodos denominados como pré-censitário e proto-censitário, que se estendem até 1872, ano do primeiro Censo Geral do Império (MARCÍLIO, 1997); os estudos migratórios contemporâneos, por sua vez, têm sido direcionados às décadas posteriores a 1980 (SALLES, 2004).

O propósito de analisar o fluxo imigratório japonês, pressupondo a existência de diferenciais sociodemográficos nos distintos períodos em que ocorreu, parte também da necessidade de evitar as generalizações em torno dos grupos de imigrantes, em termos de sua origem étnica, do seu período de chegada, das suas diferentes trajetórias e da sua mobilidade espacial e socioeconômica nas diversas regiões do estado de São Paulo.

Segundo Truzzi e colaboradores (2016-2018; 2021), o importante volume de imigrantes que se estabeleceram no interior de São Paulo, somados à produção acadêmica sobre o tema - centrada principalmente na capital paulista - justificam a realização de estudos que valorizem os fluxos para o interior e os espaços que ocuparam, sob o ponto de vista da formação social – e demográfica – do estado, principalmente no que se refere aos fluxos mais tardios, que tenderam a se implantar na região Oeste, de acordo com as características de expansão agrícola (TRUZZI et al., 2016-2018; 2021).

Ainda segundo estes autores, há uma produção acadêmica considerável em relação ao volume de obras sobre as migrações para o interior paulista, porém geralmente restritas a um foco local. Tratadas isoladamente, essas investigações revelam “fragmentos”, que não somente impossibilitam uma análise indutiva do contexto geral, mas que também buscam por uma padronização de experiências distintas (TRUZZI et al., 2016-2018). Dessa maneira, analisar a região da “Alta Paulista”, um dos recortes de análise proposto, de maneira abrangente, permitiu realizar comparações entre os municípios que compreendem essa região, de acordo com parâmetros similares, mas sem perder o foco em relação aos aspectos que os diferenciam.

Nesse âmbito regional da análise, é de grande importância reconhecer os diversos caminhos e etapas que constituíram os fluxos migratórios, e se, de acordo com a própria visão dos imigrantes, esses processos foram bem ou malsucedidos em relação ao seu projeto migratório inicial: os imigrantes buscavam o enriquecimento para posterior retorno à terra natal, mas por diversos motivos, a maioria acabou permanecendo no país receptor, criando raízes e alterando o “propósito inicial” do projeto migratório (SAKURAI, 2004; 2008).

É fundamental, portanto, observar as construções sociais de cada grupo, de acordo com suas próprias narrativas, que demonstrem sua experiência social e migratória, fornecendo elementos que, simultaneamente, são individuais e coletivos (HALBWACHS, 2008), pois ainda que elaborados individualmente, refletem seu significado a partir da valorização coletiva.

Objetivos, questões e justificativas

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar as características sociodemográficas, os movimentos e a distribuição espacial dos japoneses imigrados para o Estado de São Paulo, considerando três fluxos principais. A esse objetivo geral, somam-se os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a composição sociodemográfica dos fluxos de imigrantes japoneses para o Brasil, nos períodos de 1908 a 1924, 1925 a 1941 e 1952 a 1973, comparando-os entre si;
- Analisar a distribuição espacial da população e os diversos movimentos que os imigrantes japoneses e seus descendentes realizaram no estado de São Paulo, com olhar direcionado à região da Alta Paulista, a partir de dados secundários; propõe-se ainda explorar elementos-chave na composição dos fluxos, como a composição familiar durante os períodos apresentados, os condicionantes legais e a interação desta população com o espaço.
- Caracterizar os fluxos migratórios, quanto ao contexto histórico, a partir da perspectiva dos arranjos institucionais (no local de origem e de destino), diferenciando os arranjos nas distintas categorias: públicos, privados, mistos ou, se for o caso, individuais;

Para atender a tais objetivos, as perguntas principais que conduzem a pesquisa são: qual o perfil demográfico dos imigrantes japoneses, chegados ao estado de São Paulo nos três principais fluxos da imigração (1908-1924; 1925-1941 e 1951-1973)? Quais foram os

caminhos percorridos por esses imigrantes e como esses fluxos foram incorporados aos municípios que compõem a região da Alta Paulista?

Para além destes questionamentos principais, outras perguntas emergem: 1) qual era a composição familiar destes fluxos imigratórios? 2) qual é o perfil sociodemográfico, dos imigrantes? 3) há diferenciais na composição dos fluxos imigratórios ocorridos nos diferentes períodos? 4) quais são os locais de destino desses fluxos e seus diferenciais em relação a outros espaços previamente ocupados? 5) a presença e a distribuição espacial dos imigrantes japoneses e seus descendentes ocorre de maneira homogênea pelo estado de São Paulo?

A principal hipótese deste trabalho é que a composição dos fluxos de imigrantes foi diferenciada em cada momento, a partir da ação de agentes legais que determinaram as características de cada fluxo e fomentaram a ocupação das diversas regiões do estado de São Paulo. Neste sentido, tomou-se o estudo do caso da região da Alta Paulista, que recebeu grandes contingentes de imigrantes, e vivenciou situações distintas durante todo o período compreendido nas análises, não somente em relação às características sociodemográficas da população observada, mas também espacialmente, em relação à dinâmica da ocupação realizada pelos imigrantes japoneses, tanto aqueles oriundos da região, quanto aos encaminhados a outros espaços, especificamente no estado de São Paulo.

Dessa maneira, verifica-se a importância do componente espacial na análise demográfica da distribuição dos imigrantes e descendentes pelo estado de São Paulo. Essa hipótese se justifica, tendo em vista as redes de acolhimento pré-estabelecidas pelos fluxos iniciais, que somadas às ações de empresas e companhias japonesas de imigração e colonização, viabilizaram a ocupação da região, tornando-a um dos principais espaços de estabelecimento dos imigrantes, não apenas durante os principais períodos da imigração japonesa para o Brasil, mas também atualmente.

Elemento importante a ser apontado é que o Oeste do estado de São Paulo passava por crescente expansão da atividade cafeeira, ao mesmo tempo em que novas terras eram adquiridas pelos imigrantes pioneiros, já estabelecidos em fluxos anteriores, o que potencializou, graças às redes de acolhimento que foram sendo estabelecidas, a chegada dos novos fluxos (SCOTT, 2005; TRUZZI, 2008). Este cenário fundamentava-se principalmente nas organizações comunitárias e associações de imigrantes (SAITO, 1961), já bem estabelecidos nos municípios da região.

Em relação à distribuição espacial, após os primeiros fluxos, anteriores à Segunda Guerra Mundial terem transitado por diversas localidades, em busca de terras produtivas e melhores condições de trabalho, o último fluxo de imigrantes japoneses, orientado de acordo

com as políticas institucionalizadas de expansão das fronteiras agrícolas no estado de São Paulo, colaborou ainda para o desenvolvimento de novos ramos de atividades e culturas (por exemplo, a cotonicultura, sericicultura e avicultura) (SAITO, 1961; HANDA, 1987; UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992), interferindo na dinâmica econômica e política da região analisada.

Além disso, para Ruth Cardoso (1972) há variações nos perfis sociodemográficos destes imigrantes em relação à população residente, assim como diferenças no interior desses grupos. A composição familiar desses imigrantes teria sofrido interferências institucionais em relação aos fluxos anteriores de imigrantes japoneses, resultando na presença, no núcleo familiar, de indivíduos que não pertenciam à mesma família.

Para analisar os pontos acima referidos, foram utilizadas como fontes principais o Censo *The Japanese Immigrant in Brazil* (Censo realizado com a colônia de imigrantes e descendentes em 1958) e os Censos Demográficos do IBGE (1920, 1940, 1950 e 1960), pois tratam das características sociodemográficas, fornecendo suporte para a elaboração de perfis dos imigrantes e descendentes, bem como auxiliaram na compreensão de sua distribuição espacial.

As informações obtidas através dos dados secundários apoiaram-se ainda em depoimentos, imagens e material jornalístico, que buscaram demonstrar elementos e situações que permearam os fluxos de imigrantes e seus caminhos, rumo ao interior do estado.

Cabe apontar que a presente Tese foi se adaptando com o decorrer do tempo, visto que partia do proposto inicial de um recorte temporal, que seria a imigração japonesa para o Brasil e para o estado de São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial; e de um recorte espacial: os municípios da região da Alta Paulista. Entretanto, em decorrência das dificuldades e limitações enfrentadas, verificou-se a necessidade de alterar o planejamento inicial, mudando o direcionamento dos objetivos, e buscando novos métodos e questões.

As análises previstas para serem direcionadas exclusivamente ao recorte espacial proposto, foram estendidas também para o estado de São Paulo, visto a grande presença de imigrantes e descendentes de japoneses no estado, bem como verificou-se a necessidade de ampliar os períodos abordados, que permearam toda a discussão sobre a evolução na distribuição espacial da população observada, e sua interação com o surgimento e consolidação da região que se tornou o estudo de caso.

Houve, inicialmente, o intuito de se utilizar entrevistas e dados em escalas diferenciadas, buscando aprofundar as análises em relação à composição dos fluxos e às

características da população imigrante e descendente, ampliando o escopo analítico, verificado a partir do contraponto das experiências vivenciadas em relação aos dados secundários.

Impossibilitados, porém, de encaminhar tal proposta metodológica, os estudos pautaram-se pelas informações disponibilizadas a partir de dados secundários. Há que se considerar que, ainda que os censos utilizados, tanto o Censo da Colônia, quanto os Censos Demográficos do IBGE, tragam determinadas características à tona, perde-se no processo de análise outras várias informações, que não são passíveis de serem captadas pelos referidos meios.

Neste tipo de informação, proveniente dos dados secundários, pode-se dizer que há um certo apagamento das diferenças, que poderiam ser identificadas quando analisadas em profundidade, por outras fontes ou escalas de análise. Mesmo assim, considerando tais limitações, e conscientes de que elas são inerentes ao processo de pesquisa vinculado à utilização de dados secundários, não foram observadas fragilidades ou qualquer prejuízo às análises, mas tão somente realizou-se uma “mudança de rota”, considerando os limites aplicados a determinados apontamentos e caracterizações.

Organização e apresentação da Tese

O **Capítulo 1 – Fundamentação teórica**: trata do referencial teórico que foi utilizado. Aborda os principais conceitos acerca do fenômeno migratório, tais como tipologias e etapas migratórias; as modalidades migratórias que podem ser encontradas nos distintos fluxos e percursos realizados pelos imigrantes japoneses; as trajetórias migratórias, suas causas, condicionantes e ações estratégicas; os tipos de movimentos, sua duração e intensidade; a análise da construção das redes sociais dos imigrantes, e de que maneira essas redes tornaram-se suporte para os distintos fluxos de imigrantes; processos de distribuição espacial da população, de caráter histórico; a importância do espaço e seus conceitos; diferenças entre território e territorialidade.

Este capítulo propõe ainda uma revisão bibliográfica acerca dos estudos voltados à imigração japonesa para o Brasil, analisando material de grande relevância para a compreensão das características dos distintos fluxos migratórios. Retoma os aspectos socioculturais, as condições históricas dos movimentos migratórios, os elementos estruturais e econômicos que impulsionaram a busca pela migração; propõe uma reflexão comparativa

acerca das condições encontradas no Japão e no Brasil, nos períodos relacionados aos distintos fluxos.

No **Capítulo 2 – Fontes e métodos para o estudo da imigração japonesa no Brasil**, foram apresentados e descritos os dados utilizados no trabalho. A partir disso, propõe-se a utilização de dados secundários, ferramentas e técnicas de análise; descreve-se como foi feita a harmonização das informações obtidas nas distintas fontes de dados apresentadas; como foram realizadas as apresentações imagéticas das informações observadas. As análises foram construídas a partir de três etapas: I – A imigração japonesa para o estado de São Paulo, segundo os períodos apresentados; II – A distribuição espacial de imigrantes e descendentes pelo estado de São Paulo; III – Os movimentos migratórios no estado de São Paulo e o estudo de caso da região da Alta Paulista.

O **Capítulo 3 – Tempo, espaço e características dos principais fluxos da imigração japonesa para o Brasil (1908-1924; 1925-1941; 1952-1973)**: trata dos três principais fluxos imigratórios de japoneses para o Brasil, divididos nos períodos entre 1908 e 1924, 1925 a 1941 e entre 1952 e 1973. Apresenta-se o Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*, e avalia-se a qualidade dos dados utilizados. Apresenta-se a delimitação dos períodos propostos, e o contexto histórico da imigração em cada período proposto. Considerando-se a ação determinante da legislação no processo imigratório, é realizada uma análise-síntese dos principais dispositivos legais que atuaram na delimitação dos fluxos e dos períodos. Propõe-se, então, a caracterização sociodemográfica destes fluxos, apresentadas a partir de perfis comparativos, de acordo com o período de sua chegada ao Brasil, tratando do perfil etário, contexto migratório, composição e tamanho da família e registro fotográfico elucidativo.

No **Capítulo 4 – Imigração japonesa para São Paulo e a distribuição espacial da população**: propõe-se uma análise da distribuição espacial dos imigrantes e seus descendentes, no estado de São Paulo, pautando-se primeiramente pela sua origem, considerando as províncias japonesas que mais forneceram imigrantes. Segue-se a isso a análise da distribuição espacial dos imigrantes japoneses e a intensidade dos movimentos migratórios no estado de São Paulo; por fim, apresentam-se análises, através de índices e ferramentas analíticas, expressadas através de representações cartográficas, acerca do grau de associação espacial da população.

O **Capítulo 5 – Alta Paulista: Destino final?**: trata do estudo de caso, a partir das considerações apresentadas sobre a distribuição espacial de imigrantes japoneses e seus descendentes pelo estado, considerando, porém, o histórico de formação da região da Alta Paulista, bem como os aspectos e condicionantes que levaram a região a tornar-se um dos

principais polos atratores e expulsos de imigrantes, no contexto da imigração japonesa para o estado de São Paulo.

Estão apresentadas as concepções teóricas utilizadas na elaboração das regiões do estado de São Paulo utilizadas, bem como os padrões de ocupação e de movimentos nessas regiões. Posteriormente, a partir de elementos gráficos, são apresentados e analisados os movimentos verificados entre as regiões do estado de São Paulo nos referidos períodos propostos, atentando para a direção e intensidade dos movimentos.

Com essas considerações, segue-se com a apresentação e estudo da região da Alta Paulista, com sua identificação geográfica, atual e nos períodos históricos propostos, de acordo com os dados secundários selecionados. Parte-se então para o contexto histórico de formação da região. Com essas considerações, são analisados os movimentos de entrada e saída da região, e para que outras regiões a Alta Paulista tornou-se principal destino ou origem dos movimentos de imigrantes e descendentes, nos diversos momentos selecionados. Verificados os movimentos, soma-se a discussão a distribuição espacial da população nos municípios que compreendem a região, e suas diferentes conformações no decorrer do período analisado.

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Migração, trajetórias e o espaço

O fenômeno migratório tem sido debatido sob as mais diversas perspectivas, buscando elementos para compreender o que motiva os diversos fluxos ao longo da história. Como apontado por Baeninger (2012), os fenômenos migratórios podem ser analisados de acordo com elementos que auxiliam na compreensão dos contextos que os tornaram viáveis, bem como partir de conceitos analíticos, como as etapas migratórias, a seletividade encontrada nos diversos fluxos e suas distintas modalidades. A autora traça um paralelo entre os aspectos macro, evidenciados a partir do enfoque histórico-estrutural, que pressupõe a conexão dos movimentos migratórios com as distintas etapas econômicas vivenciadas; e a presença de tipos ideais (WEBER, 1949 *apud* BAENINGER, 2012) que compõem “uma construção analítica unificada”, determinante para o entendimento dos movimentos migratórios.

Ainda segundo Baeninger (2012), os movimentos migratórios apresentariam características distintas, de causas e consequências variadas, de acordo com as etapas econômicas vivenciadas, sendo condicionados pelo momento e espaço em que ocorrem.

No caso dos movimentos migratórios japoneses para o Brasil, pode-se relacioná-los, em aspecto amplo, às transformações socioeconômicas, principalmente por conta desenvolvimento do sistema capitalista, tanto em seu país de origem, quanto no Brasil.

O Japão transitava, no final do século XIX para o início do XX, de um sistema feudal, estritamente agrário, para um sistema que preconizava a industrialização, a modernização e urbanização, após a abertura do país em 1868. Tais elementos desencadearam diversas crises internas, de desemprego, falta de moradias e aprofundamento das tensões sociais, levando seus governantes a buscarem alternativas para diminuir as pressões internas. A emigração passava a ser vista então como uma possibilidade a ser utilizada, para aliviar as tensões presentes no Japão (SAITO, 1961).

Já no contexto brasileiro, a virada do século XIX para o XX trazia as transformações sociais decorrentes da substituição da utilização de mão-de-obra escravizada para o trabalho livre e assalariado. Neste contexto, a mão-de-obra imigrante surgia como força fundamental na mudança do sistema produtivo, impulsionando o desenvolvimento do sistema capitalista, colaborando para o fortalecimento da cultura do café, e tornando-a a principal importadora da força de trabalho estrangeira para o Brasil (BASSANEZI, 1995; CANO, 1996; BAENINGER, 2012).

Para caracterizar as especificidades migratórias encontradas no Brasil, Balán (1974 *apud* BAENINGER, 2012) utiliza-se do conceito de “tipos migratórios” para analisar a diversidade dos fenômenos sociais, e como estes estão vinculados ao desenvolvimento do capitalismo. Baeninger (2012) aponta que as tipologias evidenciadas por Balán (1974), poderiam ser tratadas como estruturantes, com base em condicionantes sociais, que viriam fomentar o surgimento de modalidades migratórias. Estas, por sua vez, emergem de acordo com as tendências engendradas pela conjuntura vivenciada pelos movimentos migratórios (BAENINGER, 2012).

Sob a perspectiva dos fluxos imigratórios japoneses, o que se via inicialmente eram fluxos que correspondiam às tipologias elaborados por Balán (1974), acerca das migrações internacionais para o Brasil, no início do século XX, no sentido de se tratarem, em um momento inicial, de fluxos destinados à colonização de novas áreas, quando em pequenas propriedades; e exemplo de mão-de-obra contratada sob regime de endividamento. Foram estruturantes, entretanto, de distintas modalidades migratórias, que posteriormente seriam encontradas nos diversos fluxos internos, organizadas a partir das mudanças nas estruturas sociais e econômicas do conjunto de imigrantes.

Em termos das modalidades migratórias, pretende-se aqui analisar quais teriam sido aquelas relacionadas aos fluxos imigratórios japoneses; o que diferencia, nesse sentido, os movimentos japoneses em relação aos de outras nacionalidades, também presentes nos espaços ocupados por esses fluxos; e da perspectiva interna à comunidade nipônica, quais as especificidades entre os movimentos, tanto em relação à distribuição espacial, quanto aos períodos em que ocorreram.

Outro elemento importante na análise dos fluxos de imigrantes japoneses, na reconstrução de suas trajetórias (PERES, 2009; RIVERA SÁNCHEZ, 2012), são as etapas pelas quais passaram, até estabelecerem-se definitivamente, ou de que maneira, o que inicialmente seria apenas uma etapa, acabou transformando-se em um local de estabelecimento definitivo. Como elementos-chave na idealização dos movimentos, como o planejamento familiar, por exemplo, podem ter sido afetados pelo fator migratório? Segundo Peres (2009):

Trajetórias migratórias não se definem, portanto, apenas no percurso percorrido pelos migrantes em direção ao seu destino: é importante apreender o uso estratégico de cada um dos espaços componentes dessa trajetória, em suas variadas formas. (PERES, 2009, p. 168).

Para a compreensão dos fatores que possam estar associados aos caminhos percorridos pelos imigrantes, que dificilmente são captados pelos dados secundários, os próprios relatos dos imigrantes podem colaborar na reconstrução destes caminhos. Para Peres (2009), deve-se levar em consideração as transformações sociais pelas quais passou a população estudada, no lugar de origem, para que fossem tomadas decisões em relação às propostas de retorno ou de estabelecimento definitivo.

Desse modo, no presente trabalho, é de vital importância a compreensão do contexto histórico da imigração japonesa, tanto pela perspectiva interna ao Japão, quanto externamente, tendo em consideração os diversos elementos que contribuíram para o desenvolvimento dos fluxos migratórios.

Porém, há outros questionamentos que devem ser tomados, para que haja um entendimento consolidado das trajetórias desses imigrantes, entre eles: quais os lugares, no Japão, que mais forneceram imigrantes para o Brasil, e por quê? Qual a relação do planejamento familiar (se houve), em termos da composição e tamanho das famílias, em função dos condicionantes legais e do tempo de permanência presumido? A imigração foi temporária ou tornou-se um processo definitivo? Como se construíram e quais foram as diferentes noções de pertencimento dos imigrantes, nas diferentes etapas migratórias, nos distintos períodos? Quais as motivações da migração?

O planejamento das etapas migratórias dos japoneses, construídas no seu país de origem, sofreram interferências que não estavam estritamente ligadas ao ciclo de vida familiar – ou ao menos, não exclusivamente – mas estariam principalmente relacionadas aos elementos externos, de âmbito econômico – relativos à busca por melhores condições de renda e de trabalho –; ao meio político – através de determinações e sanções legais, interna e externamente ao Japão, de acordo com o período vivenciado –; e social – buscando nos compatriotas apoio, para que pudessem concretizar os planos idealizados (PERES, 2009).

Souchaud e Fusco (2009) discorrem que:

Com efeito, a migração se define em função do ciclo de vida e, ao mesmo tempo, ela alimenta e acelera a contração das etapas do ciclo vital. A população migrante, além de se caracterizar por perfis diferentes no momento da emigração, experimenta muitas situações de vida durante o período migratório, e essa variedade de situações familiares e individuais, em conjunto com a alta velocidade com que se modificam os arranjos familiares dos próprios migrantes na sociedade de recepção, reflete nos resultados da pesquisa. (SOUCHAUD; FUSCO, 2009 *apud* PERES, 2009, p. 177).

Outro elemento central a ser abordado nos estudos migratórios acerca dos fluxos japoneses, são as estratégias migratórias pautadas pelas redes sociais construídas (SCOTT,

2005; TRUZZI, 2008). Tais redes foram organizadas, estrategicamente, de acordo com os períodos em que ocorreram os fluxos migratórios. Entretanto, as estratégias adotadas pelo primeiro grande fluxo não contavam com redes sociais pré-estabelecidas no Brasil. É necessário assim encontrar os elementos que colaboraram para a instalação e permanência dos imigrantes, bem como sua atuação para com os fluxos posteriores, dando origem às redes de sociabilidade.

O que se observa nas Ciências Sociais e na sua relação com os estudos migratórios é que a incorporação do conceito de redes está vinculada à interação entre os migrantes e estão pautadas pelos “fatores estruturais clássicos”: os demográficos, os econômicos e os sociais (TRUZZI, 2012). Esses fatores são necessários à compreensão das experiências vivenciadas pelos diferentes grupos, presentes nos mais diferenciados espaços, assim como pelas gerações que os sucederam, sendo importante atentar para a transição de sua inserção social, pautada inicialmente pelas etnias, em direção a um regime orientado para uma sociedade de classes, aonde as questões culturais de origem, pouco viriam a interferir no cotidiano dos indivíduos, principalmente das gerações descendentes (TRUZZI, 2012).

Por fim, outro elemento notório para a compreensão dos fluxos de imigrantes japoneses, advém da relação do imigrante com espaço, bem como das diferentes características e condições de chegada e estabelecimento dos fluxos migratórios, e suas (re)configurações ao longo do tempo. Busca-se compreender como e sob quais condições se cria a noção de pertencimento, tanto na origem como no destino, e como o espaço se consolida como um elemento fundamental na vida dos imigrantes.

Um primeiro aspecto a ser analisado é o espaço geográfico e as relações implicadas na determinação do que é o território e da construção da territorialidade, que se moldam de acordo com aspectos que vão desde o campo social e simbólico, onde se dão as relações entre os indivíduos, ao campo material, onde espaço e território podem tornar-se expressão de dominação econômica e política entre grupos e indivíduos em razão de sua propriedade ou não, por exemplo.

Haesbaert (2007) é um dos autores que analisa a questão da territorialidade e seus diversos aspectos. Segundo o autor, a territorialidade pode incorrer enquanto uma abstração, como condição para a existência do território; ou ainda em sentido ontológico, enquanto materialidade, a partir de seu controle físico, ou imaterialidade, a partir de seu controle simbólico; ou ainda, conjugando estes dois, como “espaço vivido”, enquanto institucionalidade.

Continua argumentando que a conotação implicada ao território, tanto material quanto simbólica, seria relativa à noção de poder, de dominação em relação à apropriação, tutelado nos tempos modernos por determinada jurisdição, como é o caso do Estado capitalista. O território teria, portanto, uma condição concreta, amparada pela dominação política e econômica, bem como uma condição simbólica, de um “espaço-processo” socialmente construído (HAESBAERT, 2007).

Para o autor, a territorialização é um processo contínuo resultante da apropriação ou dominação, a partir de múltiplas manifestações e múltiplos sujeitos envolvidos. Dessa maneira, seria necessário “distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem” (HAESBAERT, 2007). O território é criado, portanto, “visando atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos (SACK, 1986 *apud* HAESBAERT, 2007). Ainda sublinha que alguns autores traduzem a expressão territorialidade enquanto a dimensão simbólica do território, atrelado especialmente à identificação para com este. Contudo, na maioria das vezes, não haveria essa distinção entre o material e o imaterial.

Para Haesbaert (2007), a territorialidade é a “dimensão imaterial”, que simboliza o território, ainda que este não exista concretamente. Exemplifica o argumento a partir da “Terra Prometida” almejada pelos judeus, uma ideia que guiou aquele povo ao longo do tempo, ainda que não ela existisse concretamente. Então, a definição de território proposta, parte do princípio de que este nunca será apenas simbólico, e por isso sempre contará com a dimensão concreta, diferenciando-o assim da territorialidade. Na concepção do autor, pode haver territorialidade sem o território (como o exemplo dos judeus), porém não pode haver território sem territorialidade, em função das relações de poder, em que o autor aponta a presença da “dominância funcional” e “dominância simbólica” (HAESBAERT, 2007):

[...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2004 *apud* 2007, p. 27).

O autor sublinha a importância da questão da historicidade do território, onde o simbolismo a ele atrelado, pode ser reflexo propagandista, visando sua condição mercadológica. Mais ainda, Haesbaert (2007) atenta para a necessidade de considerar as mudanças no território conforme o contexto histórico e geográfico, e o que estes condicionantes carregam consigo na conformação das territorialidades. A finalidade do território seria a busca por abrigo e recursos materiais; a identificação dos grupos ocupantes

através de referências espaciais (fronteiras); construção de espaços individualizados; estabelecimento de redes e fluxos (pessoas, mercadorias, informações etc.).

O que se observa na conformação dos territórios, no capitalismo, segundo Haesbaert (2007), são duas dimensões: uma fomentada pela existência de redes e outra pela configuração de zonas. Para o autor, as duas dimensões estariam entrelaçadas, havendo a hegemonia dos “territórios-zona”, determinados pelas divisões político-administrativas, porém forçada a “conviver” com circuitos e redes de poder que complexificam as territorialidades, ou o que o autor chama de “territórios-rede”, como é o caso das territorialidades formadas pelos imigrantes e suas relações a partir da existência de redes de apoio.

A imigração, portanto, pode ser abordada segundo diferentes perspectivas: do território, das questões institucionais e aspectos sociodemográficos. A relação dos imigrantes japoneses com o território e a territorialidade é fundamental na compreensão de sua distribuição espacial, tendo em consideração a relação com o país de origem, o destino dos fluxos migratórios e os diversos espaços ocupados até seu estabelecimento definitivo.

A busca inicial, como revela a literatura (SAKURAI, 2004; 2008), sempre foi pelo retorno ao país de origem, especialmente nos dois primeiros fluxos, anteriores à Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, verifica-se a conexão com aquele espaço, a territorialidade conformada pelos aspectos afetivos e de pertencimento ao local de origem, que diferiam profundamente do destino, e tornavam este apenas um local de permanência temporária, sem que houvesse qualquer interação que não fosse estritamente necessária ao objetivo de desenvolver suas atividades, levantar recursos, e o breve retorno posterior. A territorialidade, sob a perspectiva teórica de Haesbaert, estaria presente nas relações internas à comunidade, num espectro bastante limitado à convivência entre patrícios, que buscavam minimamente manter suas relações e tradições, procurando não se desvincular de hábitos e preceitos, já almejando seu retorno.

Entretanto, diversos aspectos acabaram por interferir nessa dinâmica, transformando a relação dos imigrantes com o espaço. Com a frustração resultante das grandes dificuldades em cumprir com o planejamento inicial, de trabalhar muito e obter recursos suficientes para ter uma vida melhor no Japão, muitos acabaram permanecendo no Brasil, tendo que lidar com sentimentos controversos, como o fracasso por não atingir seus objetivos.

Dessa forma, passou-se a observar as possibilidades presentes nos territórios que estavam sendo ocupados, bem como seus problemas, levando os imigrantes, muitas vezes, ao

deslocamento, na busca por um lugar que atendesse às expectativas, que permitisse desenvolver suas atividades e ter uma vida em comunidade. Buscou-se ampliar a presença de elementos afetivos e tradicionais do seu país de origem, com o propósito de fortalecer as relações internas da comunidade imigrante, assim como a manutenção de elementos étnicos, religiosos e culturais, viabilizados por redes de apoio, que pretendiam dirimir as dificuldades de estar um território estranho.

Analisando a territorialidade enquanto valor simbólico, atrelado ao espaço físico/material, o surgimento de empreendimentos culturais e sociais, por vezes viabilizados com recursos de fazendeiros, empresários ou imigrantes pioneiros, que tenham tido algum sucesso em sua jornada, contribuiu para a identificação da população imigrante com o território, fortalecendo seus laços afetivos e viabilizando sua permanência.

Para compreender a distribuição espacial da população, no caso analisado neste trabalho, a distribuição dos imigrantes japoneses e seus familiares, é necessário ter em conta quais conceitos foram utilizados para a investigação proposta. Fundamental para este ponto, e talvez um dos mais complexos na discussão sobre a distribuição espacial, é a compreensão do que é o *espaço*, ou com qual “tipo” de espaço estamos lidando.

Para tal discussão, recorreremos a Milton Santos (2004), que atenta para a dificuldade que é determinar e conceituar o espaço. Segundo o autor: “[...] um cinzeiro, um bule, são espaço; uma casa é espaço, como uma cidade também o é. Há o espaço de uma nação – sinônimo de território, de Estado [...]” (SANTOS, 2004, p. 151). Porém, o que interessa a essa discussão, assim como também pontou Milton Santos, é o “espaço humano” ou “espaço social”, que “contém ou é contido por toda a multiplicidade de espaços”.

Não se pretende, neste trabalho, esgotar todas as possibilidades e análises inerentes à temática e ao conceito de espaço, já que há outros autores e trabalhos especializados, dedicados inteiramente a esse tema (SANTOS, 2004; 2012; SAQUET; SILVA, 2008). É necessário, porém, que se exponha a argumentação que será utilizada para analisar as relações e questões aqui apontadas. Para tal, partiremos da proposta apresentada por Milton Santos (2004):

[...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processo e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 2004, p. 153).

O espaço, portanto, pode ser pensado como a materialidade conformada a partir de processos históricos e relações sociais, considerando as implicações evidenciadas durante sua construção, vivenciadas em um momento presente. Essa construção irá determinar o desenvolvimento, tanto social quanto físico, do lugar de vivência das pessoas, trazendo consigo características específicas que serão fundamentais nas relações entre os indivíduos e entre os espaços.

A construção social do espaço, dessa forma, é resultado também da confluência de elementos que perduram temporalmente, porém que estão em constante transformação, tais como as condições sociais, políticas e econômicas presentes nas relações interpessoais e institucionais. Segundo Rofman (1974):

A realidade espacial é uma dimensão em permanente estado de reajustamento sob a influência da realidade econômica e social que ao mesmo tempo exerce sua influência sobre esta realidade (ROFMAN, 1974, p. 18 *apud* SANTOS, 2004, p. 172).

O espaço, portanto, não se desfaz a partir das mudanças que nele e dele ocorrem. Essas mutações ocorrem paralelamente aos processos que se adaptam às condições pré-existentes, ou então criam condições e processos que serão inseridos nestes espaços (SANTOS, 2004).

[...] o espaço, espaço paisagem, é o testemunho de um momento de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo [...] o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas pré-existentes enquanto outros criam novas formas para se inserir dentro delas (SANTOS, 2004, p. 173).

Para Milton Santos, o conceito de espaço é caracterizado como um componente social, uma instância da sociedade que interage com outros elementos, devendo ser considerado como um “conjunto histórico de processos passados e presentes” e não apenas um “reflexo” das relações sociais. É, simultaneamente, “resultado e condição” dos processos sociais (SAQUET; SILVA, 2008).

Segundo Saquet e Silva (2008), espaço e território, na concepção de Milton Santos, diferem na medida em que “a utilização do território pelo povo cria o espaço” (SANTOS, 2004 *apud* SAQUET; SILVA, 2008). O território, segundo a interpretação apresentada pelos autores, antecede o espaço, é uma delimitação conceitual, “um dado fixo, uma área”. O território é formado e delimitado a partir de relações de poder, que podem se alterar com o passar do tempo e da influência dos atores que “territorializam” suas ações. O

espaço, por sua vez, é “amplo e complexo”, associado aos objetos e ações, que no contexto social expressam uma condição concreta historicamente construída. É construído a partir de processos que abrangem uma estrutura organizativa que pode ser alterada de acordo com cada sociedade (SAQUET; SILVA, 2008).

Para Santos, o território torna-se passível de ser interpretado pelas Ciências Sociais não enquanto espaço geográfico, mas quando se torna um território utilizado. Isso quer dizer que se deve considerar sua natureza material em conjunto com a ação humana, a partir do seu uso. Os territórios são configurados a partir do conjunto de sistemas naturais, que perpassam as sociedades; bem como “objetos técnicos e culturais” que são historicamente estabelecidos. Sua significância na atualidade origina-se nas ações historicamente realizadas sobre suas configurações (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Trazendo essa discussão para o campo das Ciências Sociais, Bourdieu (2013) discorre sobre o que chama de “espaço social”. O autor aponta que tal estrutura é uma justaposição de posições sociais comparadas, em relação ao lugar que ocupam e à distância que apresentam entre si (BOURDIEU, 2013).

Segundo Bourdieu, o espaço social reflete, de maneira mais ou menos rigorosa, as determinações encontradas no espaço físico, a partir dos arranjos que compreendem os agentes envolvidos, bem como as propriedades. Dessa maneira, cada agente sofre a influência do lugar em que está situado, que também é caracterizado pelo lugar que ocupa em relação aos outros agentes. Neste sentido, segundo o autor, “o lugar e o local ocupados por um agente no espaço físico apropriado constituem excelentes indicadores de sua posição no espaço social” (BOURDIEU, 2013, p. 134).

O autor aponta para a importância do espaço na delimitação das esferas representativas de poderio, através da propriedade e do simbolismo arraigado na sua forma e sua localização: “O espaço apropriado é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e provavelmente sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência despercebida” (BOURDIEU, 2013, p.135). Dessa maneira, o espaço social está apresentado objetivamente nas estruturas espaciais estabelecidas, e subjetivamente, no aparato simbólico resultante dessas estruturas.

Bourdieu (2013) argumenta que a mobilidade espacial, localizada no interior do espaço hierarquizado, constitui um bom indicador de êxito/fracasso na trajetória social dos indivíduos, considerando a desigualdade no acesso à apropriação material e simbólica do espaço, de acordo com o acesso ao capital. Tal mobilidade, segundo o autor, ocorreria individualmente, transpassando as gerações. No nível coletivo, existem as ações permeadas

pelas lutas sociais, visando políticas que favoreçam a ocupação territorial, como a disponibilidade de moradias e a presença de equipamentos públicos, objetivando a ocupação espacial por grupos homogêneos que, segundo o autor, têm por premissa uma “segregação social”, vinculada à propriedade, gerando, contudo, o que o autor chama de “efeito gueto”:

O efeito gueto é o inverso exato do efeito clube: enquanto o bairro chique [...] consagra simbolicamente cada um de seus habitantes [...], o gueto degrada simbolicamente seus habitantes, ajuntando em uma espécie de reserva um conjunto de agentes que, estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, só partilham de sua comum excomunicação (BOURDIEU, 2013, p. 140).

Dessa maneira, o poder conferido pelo capital, seja econômico, social ou político, influencia o espaço e se vê representado no espaço físico, sob a forma da distribuição das propriedades e do acesso aos bens e serviços.

Outra autora que debate a questão do espaço é Cohen Egler (2009). Para a ela, o espaço é uma “categoria analítica de natureza totalizadora e de múltiplas determinações”, uma abstração que se refere, simultaneamente, aos processos “visíveis” ou materiais, e “invisíveis”, como espaço social. O primeiro reflete o processo de ocupação do território, e o segundo traduz a percepção coletiva dos indivíduos, e refere-se aos seus vínculos e relações. O que interliga a esfera material à imaterial são as ações que têm por objetivo a “produção econômica, a organização política e a vida social” (EGLER, 2009).

Para a autora, o espaço social “é formado por uma multiplicidade de campos que formam e conformam a totalidade do universo social”, e pode ser observado pela sua dimensão cultural, pela perspectiva coletiva de um pensamento comum; pela dimensão econômica, a partir de pessoas que produzem ou buscam um objeto comum; e pela dimensão política, a partir de organizações que podem ser partidárias, sindicais, movimentos ou organizações sociais. O que há em comum nessas três esferas que compõe o espaço social é a coletividade (EGLER, 2009). Assim, estas afirmações entram em consonância com o que é proposto por Haesbaert (2007), no sentido da composição da territorialidade, a partir da criação de um lugar comum para os indivíduos envolvidos e que, nas palavras de Egler (2009), permite “a formação das identidades e alteridades; que define quem participa e quem não participa; quem está dentro e quem está fora”.

Da ação coletiva emerge um “poder”, que inspirado pela capacidade dos indivíduos de agir em concordância, visa atingir os interesses coletivos no espaço. Desta maneira se formam os diferentes grupos. Tal ação pode ser exercida pelo Estado, através de suas instituições e aparato jurídico; pelas mídias, que difundem seu modo de pensar; pelo

Capital, através de seu poder coercitivo; pelos movimentos sociais, através da compreensão das relações de dominação; e pelas pessoas, através de ações discursivas (EGLER, 2009). As possibilidades de inclusão e exclusão dos e nos grupos, resultam “das relações simbólicas que posicionam os atores em relação aos capitais econômicos, sociais e culturais” (BOURDIEU, 1998 *apud* EGLER, 2009).

Porém, ao mesmo tempo em que, no caso da imigração japonesa, há uma ação coletiva que busca a integração de patrícios e seus descendentes, com o propósito de fortalecer e respaldar a comunidade imigrante, a distribuição e ocupação territorial inicia-se primeiramente pela ação do Estado e do Capital, buscando na mão-de-obra imigrante suprir as demandas produtivas daquele período. Ou seja, houve uma ação coordenada do Estado, enquanto interesse coletivo, por condicionar e viabilizar a entrada de imigrantes japoneses; e pelo Capital, de atribuir a esses imigrantes uma posição subserviente às suas demandas.

Contudo, outros aspectos fomentaram a ação coletiva dos imigrantes, ao longo de suas gerações, que buscavam criar forças para confrontar essas outras duas esferas. Ainda que no decorrer dos anos, muitos imigrantes tenham conseguido uma pretensa ascensão social, mantiveram-se laços socioculturais que guiavam suas ações coletivas, pretendendo fortalecer seu grupo frente aos demais. Observa-se isso na ocupação territorial e na sua distribuição espacial, onde a ação coletiva privilegiava a proximidade dos grupos de imigrantes e suas gerações, fortalecendo as relações sociais e no confronto com os demais grupos excludentes.

Sendo assim, pretende-se apontar para a importância que o espaço tem na dinâmica populacional, e de que maneira as relações interpessoais, com o Estado, o Capital e com a comunidade, interferem e sofrem interferência pela ocupação e distribuição espacial da população.

1.2 A família na imigração japonesa

Analisar o papel das famílias japonesas frente aos fluxos migratórios para o Brasil é fundamental para a compreensão das características e das condições sob as quais ocorreram esses movimentos migratórios. Nesse processo, englobam-se condicionantes históricos e legais, que levaram os japoneses, a partir do final do século XIX e início do século XX, a recorrerem à emigração como alternativa à crise econômica e social pela qual o país passava, decorrente dos impactos causados pela abertura do país à industrialização e da

urbanização, como mencionado anteriormente, a partir das análises de Suzuki (1969) e Sakurai (2007).

Para tanto, é necessário ter em vista os processos que permeiam as relações familiares, e que interferem no ciclo de vida dos indivíduos. A partir da caracterização dos fluxos imigratórios de japoneses para o Brasil, é possível compreender os diferenciais na composição destes fluxos e a relação destes com a composição familiar dos imigrantes.

Sob a perspectiva dos estudos sobre família, busca-se analisar como as etapas do ciclo de vida individual e familiar são afetadas por acontecimentos e marcos históricos - como a migração, a urbanização e a guerra – que interferem não somente na cronologia das etapas da vida, mas rompem com o curso normativo habitual, inserem indivíduos e famílias em novas perspectivas e determinam os novos rumos que serão tomados.

Segundo Ruggles (1990), os estudos demográficos sobre famílias, desde o final dos anos 1970, tem ganhado relevância e se estabelecido enquanto disciplina. Esta temática engloba os estudos sobre as interações relacionadas ao comportamento demográfico e composição das famílias, domicílios e relações de parentesco.

Bongaarts (1983), classificou o trabalho da demografia da família em quatro categorias: I – descrição do tamanho da família e do domicílio e sua composição; II – a análise dos determinantes demográficos da composição familiar e domiciliar; III- os efeitos da composição familiar e domiciliar sobre o comportamento demográfico; IV- a projeção do número e tamanho dos domicílios

Os estudos sobre a história da família e da demografia da família surgiram em meados dos anos 1960, e as preocupações com os acontecimentos históricos tem tomado importância no desenvolvimento dos estudos sobre a demografia familiar desde seu início.

Ruggles (1990) refere-se ainda a Brass (1983), que sugeriu que o núcleo da demografia familiar consiste na construção de modelos para analisar os efeitos dos nascimentos, mortes, casamentos e migração na composição das famílias, domicílios e relações de parentesco.

Scott (2009) aponta que os estudos sobre a família têm evoluído, principalmente em decorrência da interação com demandas crescentes das Ciências Sociais para além dos estudos realizados pela Demografia Histórica, principalmente em decorrência da complexidade do tema e da multiplicidade de situações que contemplam as famílias nas mais diferentes sociedades.

Outro elemento importante para os estudos sobre a família tem sido através de diferentes escalas de análise, que permitem discutir as estratégias familiares e redes sociais

para populações de períodos históricos. Sob essa perspectiva, admite-se que “[...] *toda ação social é resultado de escolhas, de decisões do indivíduo e do grupo familiar* [...]” (SCOTT, 2009, p. 14), implicando em constante interação de distintas possibilidades. Passam a vigorar, assim, as estratégias tomadas pelo indivíduo e pela família para lidar, por exemplo, com a normatividade existente, como é o caso das redes familiares e sociais.

A autora argumenta que os debates relacionados à família não podem ficar restritos apenas a análise da componente demográfica, ou da variável relativa à co-residência, pois os elementos que compreendem essas relações vão além dos fatores biológicos, e da convivência sob mesmo teto. Dessa maneira, despertou-se nas Ciências Sociais e na análise demográfica o interesse pelas trajetórias individuais e familiares.

Segundo Hareven (1995), os pesquisadores do campo da história da família têm procurado reintroduzir o fator da experiência humana em suas investigações e enfatizar a importância das mudanças históricas. A questão que emerge é como compreender os vários níveis que compõem a vida de diversas famílias e suas interações com as grandes forças sociais, econômicas e políticas. Isso se torna ainda mais complexo em decorrência das variações na definição e da constituição das famílias, considerando-se as mudanças produzidas de acordo com as estruturas por idade e sexo, de um lugar ao outro, e no decorrer do tempo, fazendo-se necessário compreender a relação entre o tempo individual, o tempo familiar e o tempo histórico.

Para a autora, a história da família deixou de ser analisada como uma unidade estática, em um determinado momento, para se tornar um exame de um processo que se desenvolve ao longo da vida de seus membros. Passou-se ainda a estudar a interação da família com elementos “externos”, tais como a religião, educação, instituições penais e beneficiárias, e ainda relacionada a *processos de migração* (grifos nossos), industrialização e urbanização (HAREVEN, 1995).

Como mostrou a autora, desde os anos 1990, esforços têm sido dirigidos a estudar os processos de tomada de decisões na família, levando a uma investigação sobre as estratégias e escolhas que os indivíduos e as famílias tomavam, e como isso interferia no seu *ciclo de vida*, vinculando, segundo Hareven (1995), o desenvolvimento pessoal e familiar com os eventos históricos, graças à comparação de idades e coortes.

Os estudos baseados no ciclo de vida não só introduziram uma nova dinâmica dos estudos de família, mas também conseguiram que a análise e a interpretação tenham deixado de ser um simples exame das distintas etapas do ciclo familiar, e passaram a constituir uma análise da evolução cronológica das transições familiares e individuais, e estas em relação ao

tempo histórico. Para Hareven (1995), o ritmo e configuração da temporalidade das transições são determinados pelas condições culturais e sociais do momento. No âmbito familiar, o período de mudanças implica que as mudanças individuais e coletivas estejam sincronizadas.

A investigação do ciclo de vida também ilustra as relações existentes entre o comportamento e a percepção. Ainda que os períodos de transição possam ser remontados a partir de dados demográficos, o estudo do seu significado para os indivíduos e suas famílias deve estar baseado em dados oriundos de fontes qualitativas e subjetivas. Como defende a autora:

La perspectiva de curso vital ha hecho una importante contribución al estudio del parentesco al dirigir atención al siempre cambiante grupo de parientes que lo rodea. Este grupo se disuelve y rehace, cambia de composición y altera su relación con el individuo y la familia nuclear a medida que pasa el tiempo (HAREVEN, 1995, p. 116).

Outro elemento fundamental para compreender as interações familiares e de parentesco, são as redes de sociabilidade. Para compreender as redes existentes nos diversos lugares, é importante ter em conta a sua fluidez ao longo do ciclo de vida, e a influência que a migração tem sobre elas.

Hareven (1978 *apud* HAREVEN, 1995) identificou o papel preponderante que os membros das famílias e seus parentes tiveram na organização da migração de zonas rurais para as cidades industriais nos séculos XIX e XX, no seu assentamento em comunidades urbanas, e na ajuda para os imigrantes, para que estes se adaptassem aos seus novos trabalhos e condições de vida. A imigração em direção aos centros urbanos era levada a cabo, em sua maior parte, por conta das relações de parentesco. As redes de parentesco e as comunidades de mesma origem se reforçavam graças à emigração e imigração de seus membros, e a consequente transferência de recursos.

Tal como afirma Hareven, o encontro dos trabalhadores imigrantes com o sistema industrial moderno não levou nem ao abandono nem à estrita obediência das tradições anteriores à sua migração. Ao contrário, “[...] os trabalhadores adaptaram seus costumes e organização social às novas condições [...] A família selecionava aqueles aspectos de sua cultura tradicional que eram mais úteis no novo entorno, e os adaptava às novas necessidades” (HAREVEN, 1995, p. 125).

Ainda segundo Hareven (1995), acerca das estratégias familiares, algumas análises, principalmente vinculadas aos estudos feministas, defendem que o conceito de família como um coletivo, tende a confundir os distintos papéis que apresentam seus membros no processo de tomada de decisões. Diferenciar esses papéis é complexo, devido à

falta desse tipo de informação. No entanto, a utilização de fontes orais tem permitido reconstruir algumas dinâmicas internas, seguidas das decisões tomadas coletivamente nas famílias, o que não significava necessariamente, que as decisões fossem democráticas.

Um elemento importante para a análise aqui apresentada, e que compõe a discussão sobre o ciclo de vida familiar e os processos nele envolvidos, é o que Hareven e Masaoka (1988) denominam por *turning points* ou em tradução livre, pontos de virada ou transformação. São eventos que fogem das mudanças normativas socialmente construídas (sair de casa, arrumar trabalho, casar-se, morrer), que impactam o ciclo de vida dos indivíduos, das famílias e mesmo de gerações posteriores, que herdarão as consequências dos rumos que seus antepassados tomaram em relação às suas vidas.

Segundo os autores, durante trajetória de vida individual, a questão crucial é como as pessoas conduzem a temporalidade e organizam sua entrada em vários papéis (educação, família, trabalho e comunidade) ao longo de seu curso de vida. No nível familiar, o tempo envolve a sincronização das transições da vida individual com as transições familiares coletivas e interação dos papéis familiares e de trabalho ao longo da vida. A terceira característica do tempo é o impacto cumulativo dos eventos anteriores nos subsequentes ao longo de todo o ciclo de vida. A temporização antecipada ou atrasada de certas transições afeta o ritmo das subsequentes.

As forças históricas desempenham um papel crucial nesse complexo padrão cumulativo. Primeiro, as condições históricas têm um impacto direto no curso de vida dos indivíduos, assim que as encontram, e as condições históricas anteriores continuam a ter um impacto indireto ao longo do curso da vida. O impacto das forças históricas no curso da vida não termina em uma geração. Cada geração encontra um conjunto de circunstâncias históricas que moldam sua história de vida subsequente (HAREVEN; MASAOKA, 1988).

Segundo os autores, um *turning point* é um processo que envolve a alteração do ciclo vida, que promove uma “correção do curso”, e requer, portanto, certas estratégias e escolhas. Eventos como a Grande Depressão de 1929 e as guerras mundiais causaram pontos críticos na vida das pessoas que os vivenciaram. No Japão, a experiência de guerra foi devastadora: desenraizou pessoas, destruiu famílias, destruiu propriedades e eliminou empregos por quase uma década (COOK, 1983).

Nesse sentido, eventos historicamente marcantes promoveram a emigração dos japoneses, e influenciaram seu ciclo de vida, para além das mudanças socialmente normatizadas. A transição de um Japão feudal para um país moderno e industrial, urbano, as grandes crises econômicas que agravaram as tensões sociais internas, a participação do país

em conflitos armados e a Segunda Guerra Mundial (ANDO; WAKISAKA, 1971), promoveram mudanças drásticas no ciclo de vida da população. A emigração, decorrente destes processos históricos, políticos e sociais, pode ser observada como um *turning point*, frente aos impactos que causou nos indivíduos, famílias e no ciclo de vida.

As próprias características dos imigrantes japoneses que compuseram os diferentes fluxos em direção ao Brasil, tanto individuais quanto familiares, refletem os impactos causados por esses eventos. Isso, aliado a condicionantes legais, normas burocráticas e sociais, também podem ser encarados como pontos centrais nas estratégias e direções tomadas pelos imigrantes, que viram na migração uma possibilidade de mudança e de prosseguimento do seu ciclo de vida.

Portanto, se faz essencial ao estudo da composição e das características dos fluxos de imigrantes japoneses para o Brasil, a compreensão das possibilidades de análise relacionada aos estudos de família e os desdobramentos que estas análises proporcionam para uma compreensão mais apurada das singularidades apresentadas por esse grupo.

1.3 Estudos sobre a imigração japonesa no Brasil

O tema da imigração de japoneses para o Brasil tem sido recorrente nas pesquisas acadêmicas, contando com diversas abordagens e áreas de conhecimento, fomentando e consolidando a produção do conhecimento relacionado às marcas históricas desse fluxo migratório. É possível verificar diversas análises referentes às primeiras correntes migratórias (SAITO, 1961; TSUCHIDA, 1978; FERREIRA, 2007; SAKURAI, 2007), sobre as características e composição populacional, distribuição territorial e características sociodemográficas (SBCJ, 1992; IBGE, 2008), assim como sobre o papel do imigrante japonês como mão-de-obra fundamental ao desenvolvimento brasileiro e na formação e consolidação do Oeste Paulista, mais especificamente da região denominada Alta Paulista (GIL, 2007; SOUZA, 2008).

O Centenário da imigração japonesa trouxe à tona trabalhos importantes, que ressaltam as relações de migração entre esses dois países, abrindo espaço mais uma vez para identificação das correntes imigratórias pioneiras até as correntes mais atuais (NINOMIYA, 1996; SASAKI, 2006; IBGE, 2008; SHISHITO, 2012; SUZUKI, 2013).

As questões culturais, relacionadas à integração dessa população também podem ser encontradas em diversos trabalhos, que contribuem para análise e compreensão da ocupação e convivência dos imigrantes japoneses com o seu local de destino, fornecendo elementos para que se possa verificar, como no caso proposto, a escolha de determinados

locais em relação a outros (OCADA, 2002; TRUZZI, 2008; KISHIMOTO; DEMARTINI, 2012). Há também análises que envolvem o “sucesso ou fracasso” nessa empreitada, na qual os imigrantes – que inicialmente fugiam de um país devastado pela guerra, e buscavam o enriquecimento, objetivando seu retorno à terra natal – acabaram permanecendo e criando raízes, alterando o “propósito inicial” da migração (SAKURAI, 2004; 2008).

Outros estudos, inerentes à Demografia, serão considerados nas discussões conceituais e analíticas, propostas neste trabalho, visto que o estudo está pautado principalmente pela análise dos dados que constam no Censo *The Japanese Immigrant in Brazil* (SUZUKI, 1964), cujas interpretações e utilização, poucas vezes se deram pela perspectiva demográfica, e também dados dos Censos Demográficos (1920, 1940, 1950 e 1960).

Para o presente trabalho, algumas publicações são de grande relevância, para embasar as discussões acerca da trajetórias dos imigrantes, bem como as condições socioeconômicas pelas quais transitaram, em todo o período que corresponde à sua chegada até o estabelecimento definitivo e a geração de descendentes no Brasil. Dentre essas publicações estão os estudos acerca da mobilidade e fixação dos imigrantes, desenvolvidos por Saito (1961), que analisa o processo imigratório japonês, não somente através de fatores macroestruturais, como a economia e a política, mas também do ponto de vista dos elementos que integravam a vida individual e grupal dos imigrantes, atribuindo-lhes a condição de um “todo orgânico”, regente desses processos de imigração.

Quando tratou da permanência dos imigrantes em terras brasileiras, Saito (1961) apontava que isso não estava diretamente relacionado à fixação destes. Segundo o autor, para que houvesse fixação, a estabilidade, no sentido de “base e segurança econômica”, que deve ocorrer, simultaneamente, à estabilidade de outros elementos, que iam além da questão meramente econômica.

Neste sentido, há diferenças marcantes entre os principais fluxos imigratórios. Os imigrantes da fase inicial, entre 1908 e 1924, eram imigrantes que tinham a pretensão de serem temporários, por um curto prazo, até conseguirem recursos suficientes para quitar as dívidas adquiridas, com sua vinda ao Brasil, e obterem a maior soma de dinheiro no menor tempo possível, almejando um retorno bem-sucedido à terra natal. Porém, os baixos salários e péssimas condições de trabalho encontradas, inviabilizaram por completo este plano.

Cabe ressaltar aqui os marcos temporais que definem os fluxos e os diferenciam neste trabalho. Com uma curta interrupção na entrada de japoneses, decorrentes da Primeira

Guerra Mundial, e a posterior intenção do governo brasileiro de retomar a entrada de mão-de-obra europeia, o governo japonês agiu prontamente, com o propósito de manter os fluxos emigratórios para o Brasil. Ocorreu então, a partir de 1925, a subvenção dos imigrantes japoneses pelo seu governo. Saito (1961) aponta que o período que vai de 1908 a 1924, constituiu-se como um período de experimentação da imigração japonesa, “[...] e, portanto, nós o definiremos como sendo o primeiro período” (SAITO, 1961, p. 33). Esta proposta de especificação dos fluxos é compartilhada por Suzuki (1964), quando da elaboração do recenseamento da colônia de imigrantes e descendentes em 1958.

O segundo período de imigração, que vai de 1925 a 1941, passa a ser subsidiado pelo governo japonês, e conduzido pela companhia japonesa de emigração “K.K.K.K.” *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (Companhia Ultramarina de Desenvolvimento). Neste momento ocorreu a entrada dos maiores contingentes de imigrantes em todo o período anterior à Segunda Guerra Mundial – aproximadamente 75% do total de imigrantes, até 1941 – sendo mais intensivo entre 1928 e 1934 (SAITO, 1961). Em 1928 houve também o que pode ser definir como uma “segunda etapa” no processo imigratório japonês, quando se registrou a aquisição de grandes glebas de terras por outra associação japonesa, a Bratac – Sociedade Colonizadora do Brasil, com o propósito de fundar núcleos agrícolas e introduzir colonos proprietários (SAITO, 1961).

A partir da década de 1930, os imigrantes que chegaram durante o primeiro período já haviam evoluído economicamente, obtendo condições de se tornarem lavradores independentes, principalmente na produção do café e algodão. A partir de então, já com o início da segunda fase da migração japonesa (1925-1941), e a introdução de imigrantes proprietários, o capital japonês passou a ser direcionado também para as atividades comerciais e industriais. O volume de imigrantes manteve-se crescente até 1934, quando foi aprovado o regime de cotas, limitando a entrada de imigrantes a 2% do total da população de mesma nacionalidade, residente no país. Embora não houvesse referência direta à migração japonesa, era sabido que visava a recente corrente japonesa, que havia atingido seu ápice entre 1933 e 1934. Ficou conhecida como a “lei antinipônica” (SAITO, 1961).

Ainda que o período entre 1942 e 1951 tenha sido marcado pelo rompimento dos laços diplomáticos entre Brasil e Japão, em razão da Segunda Guerra Mundial, e que os fluxos migratórios tenham sido praticamente interrompidos por quase uma década, considera-se que esse período tenha sido de grande importância para a colônia japonesa (SAITO 1961). Os imigrantes mostraram-se decididos a estabelecer-se definitivamente no Brasil, mudando os planos de rápido enriquecimento e migração temporária, para um plano de longo prazo.

Existia, contudo, constante tensão: externamente à colônia, em razão da guerra e de habitarem em um país “inimigo”; e internamente, por conta da presença de facções que promoviam atentados contra os próprios patrícios (SAITO, 1961).

A partir da retomada das relações diplomáticas entre Brasil e Japão, em 1951, o Conselho Nacional de Imigração e Colonização autorizou novas entradas de imigrantes nos diferentes núcleos coloniais. O perfil dos imigrantes no pós-guerra também havia se alterado, sendo em sua maioria imigrantes colonos, e não apenas trabalhadores (SAITO, 1961).

Em termos demográficos, a seletividade presente na migração, segundo Saito (1961), está permeada por dois aspectos: primeiro a estrutura familiar, que deveria adequar-se às necessidades impostas para a realização do movimento migratório; e em segundo lugar, as condições socioeconômicas e o “habitat” no país receptor (SAITO, 1961). Tais elementos vão compor, inclusive, a própria composição demográfica dos imigrantes, no que se refere principalmente aos imigrantes em grupo, como foi o caso dos japoneses.

A emigração era um dos canais possíveis para a ascensão social dos japoneses, em um Japão pós-feudal. Segundo Saito (1961), apenas alguns anos de trabalho em outro país (na época, Hawaii e EUA), já seriam suficientes para que os imigrantes conseguissem ascender socialmente. Porém, a situação encontrada no Brasil era bem diferente: os salários eram baixos, e as relações entre proprietários, administradores e capangas, em relação aos imigrantes, ainda apresentavam vestígios de uma sociedade recém-saída do regime escravocrata. Outro problema eram as grandes despesas acumuladas com a viagem para o longínquo Brasil, mesmo com o subsídio do governo do estado de São Paulo. Essa situação implicava que os potenciais imigrantes deixassem seus pais e filhos para trás, adotando artificialmente outros indivíduos, para que os custos da viagem e o dinheiro obtido com seu trabalho fossem suficientes para cumprir com os planos de retorno.

A situação se alteraria enfaticamente a partir da suspensão dos subsídios fornecidos pelo governo paulista, em 1925, passando essa responsabilidade para o governo japonês. Buscando manter os fluxos emigratórios, para diminuir a pressão populacional interna, o governo japonês passou a subsidiar passagens, além de fornecer uma ajuda financeira para os imigrantes. Segundo Saito (1961), o dispêndio do governo japonês saltou de cerca de 70 ienes, em 1923, para 130 em 1924, chegando a 224 ienes em 1931. Isso fez com que diversas barreiras – principalmente econômicas – à emigração das famílias japonesas fossem superadas, possibilitando que famílias inteiras deixassem o Japão em direção ao Brasil. Isso durou até a aprovação da política de cotas para imigrante no Brasil, em 1934 (SAITO, 1961).

Porém, o estímulo financeiro provido pelo governo japonês não era o único elemento que influenciava o ingresso de imigrantes japoneses no Brasil. Segundo Saito (1961), houve uma alteração nas intenções dos imigrantes, em relação aos objetivos pretendidos com a emigração. Enquanto os imigrantes do primeiro fluxo (1908-1924) almejavam uma permanência curta no Brasil – nos moldes do que havia ocorrido com a emigração para o Hawaii e EUA, em períodos anteriores –, o segundo fluxo, iniciado a partir de 1925, já tinha uma noção das condições socioeconômicas brasileiras, alterando e estendendo o tempo de permanência no Brasil, tendo como meta, então, deixar de trabalhar como empregado nas fazendas, para se tornar pequeno proprietário ou arrendatário (SAITO, 1961).

Acerca das mudanças de planos dos imigrantes japoneses, em relação aos dois primeiros fluxos, os imigrantes do pós-Segunda Guerra também passaram a ter novas intenções com a migração. Neste fluxo, o principal propósito era permanecer no Brasil, diferentemente dos fluxos anteriores, que mesmo com a postergação dos planos de retorno, ainda tinham este por seu objetivo principal. Havia no fluxo iniciado em 1952, uma tendência à fixação. As próprias famílias compostas, como aponta Saito (1961), tinham agora como propósito somente atender às exigências impostas pelo Brasil para que pudessem migrar.

Em termos das origens dos núcleos de proprietários japoneses, segundo Saito (1961), aqueles que tiveram condições de adquirir terras, foram os imigrantes que contavam com condições de trabalho mais amenas, que tinham possibilidade de poupar algum dinheiro – para além do que era enviado para os seus familiares que ficaram no Japão – e que permaneceram nas fazendas contratantes por um período prolongado.

Os trabalhadores imigrantes que abandonaram as fazendas, e que buscavam trabalho assalariado nas cidades, necessitavam redobrar seus esforços para o envio de remessas de dinheiro para a terra natal. Segundo Saito (1961), especulava-se que a queda no total de envios, principalmente no período entre 1920-1930, fosse em razão da proletarização dos imigrantes, mas o autor aponta que na verdade isso era decorrente da mudança de planos, da prorrogação da migração temporária, particularmente para os imigrantes do período entre 1925 e 1941. O propósito dos imigrantes desse segundo fluxo passou a ser, pelo menos, aquele de recuperar os valores investidos no empreendimento imigratório: “em vez de enviar o dinheiro a parentes e familiares, os imigrados preferiram invertê-lo na obtenção de meios de produção” (SAITO, 1961, p. 126).

Em relação aos processos de mobilidade dos imigrantes japoneses, deve-se compreender alguns aspectos, históricos e sociais. Dentre os aspectos históricos, está a

influência da economia cafeeira, sob a qual vinculavam-se os movimentos imigratórios no Brasil; outro aspecto fundamental era o regime de propriedade de terras, que até o início do século XX, era quase que exclusivamente ligado aos latifúndios produtores de café, inexistindo (SAITO, 1961; SUZUKI, 1969; HANDA, 1987), ou não estando acessível aos imigrantes, outro regime de divisão de propriedades. Soma-se ainda, neste contexto de marcos históricos importantes, a implementação e crescimento das ferrovias, que procuravam dinamizar a comercialização do café em áreas de expansão. Porém, um fato relevante está relacionado à chegada da ferrovia em áreas de terreno arenoso, pouco propício à cultura cafeeira, como a região Noroeste de São Paulo. Isso implicou em um novo tipo de propriedade de terras, os loteamentos (SAITO, 1961).

Com a crescente economia monetária (PRADO JR., 1980), e o avanço da rede ferroviária - além da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1914) (Figura 1), contemporânea à chegada dos primeiros fluxos de imigrantes japoneses, seguiram a Sorocabana (1910-1926), e a Alta Paulista (1929) -, a propriedade da terra passou a ser valorizada. Com isso, companhias proprietárias de terras e de colonização iniciaram um processo de parcelamento de propriedades em lotes menores, e de venda a pequenos proprietários. Isso dava aos imigrantes novas perspectivas, especialmente para aqueles que almejassem algo além do trabalho nas grandes propriedades cafeeiras como colonos (SAITO, 1961; HANDA, 1987).

FIGURA 1 – Evolução Ferroviária de São Paulo



Fonte: Handa (1987, p. 31).

Especificamente sobre as origens e a importância da ferrovia e, posterior surgimento da zona da Alta Paulista, Saito (1961) afirma que:

A Alta Paulista teve inaugurada a sua ferrovia em 1923, no trecho entre Agudos, ponto inicial, e Piratininga, prolongando-se depois até a cidade de Marília, em 1929. Já por volta de 1927, grupos de lavradores japoneses se instalaram em Piratininga, e ao longo da ferrovia ainda em construção. As regiões situadas a oeste de Marília foram desbravadas a partir de 1930. Assim, a zona da Alta Paulista apresenta diferenças quanto às formas de estabelecimento e de exploração agrícola, dividindo-se em duas áreas principais: a) de Agudos a Piratininga e b) Oeste de Marília. A área 'a' se assemelha em muitos pontos à zona Noroeste, pois, desbravada como foi antes de 1930, a maioria dos lavradores japoneses tornou-se plantadora de café. Ao passo que na área 'b', desbravada já depois das leis proibitivas, o japonês se dedicou a outras culturas, particularmente, a de algodão. Quanto ao regime de propriedade, na Alta Paulista foi predominante a divisão das glebas por sistema de loteamento, circunstância essa semelhante à zona Noroeste (SAITO, 1961, p. 140).

Como dito anteriormente, a importância de direcionar este estudo ao oeste paulista, e mais especificamente à região conhecida como Alta Paulista, apoiando-se nos referenciais acima descritos, se dá em função desses espaços possuírem uma relevante concentração de imigrantes e descendentes de japoneses no estado de São Paulo (PEREIRA;

OLIVEIRA, 2008). Para mais, importa também compreender quais eram os diferenciais entre este e outros espaços ocupados pelos imigrantes, no contexto sociodemográfico apresentado, mesmo após diversos momentos de reestruturação política, econômica e social da região (SOUZA, 2008).

Outra referência fundamental nos estudos sobre a imigração japonesa, e essencial para esta tese, é o trabalho de Tomoo Handa (1987). Handa, que foi artista plástico e imigrante issei (imigrante de primeira geração), apresenta um extenso ensaio sobre diversos aspectos da vida social dos imigrantes, desde sua chegada, incluindo as primeiras impressões sobre o Brasil, a vida nas fazendas, as dificuldades com o idioma, com as moradias e com a alimentação. Descreve o processo de encaminhamento dos imigrantes até as cidades, a mobilidade socioeconômica dos colonos, que passaram a ser pequenos proprietários, a fundação dos núcleos coloniais e a inserção definitiva na sociedade brasileira.

De maneira muito minuciosa, o autor não deixa escapar elementos sobre o cotidiano dos imigrantes e de suas famílias, sua relação com os demais trabalhadores, fossem eles brasileiros ou originários de outros países. Apresentam-se, ainda, os dilemas envolvendo os compromissos assumidos no Japão, a perspectiva de enriquecimento e rápido retorno ao país de origem, e a mudança de planos, decorrente das dificuldades encontradas.

Assim como apontado anteriormente por Saito (1961) e Handa (1987) aborda também as questões relacionadas à seletividade migratória que operavam sobre os japoneses, informando a dificuldade dos mais pobres em emigrar:

Os primeiros imigrantes tiveram que despende cerca de 150 ienes cada um. Segundo relato de um imigrante de Okinawa vindo nessa época, era de 4 a 5 ienes o ordenado mensal de um professor primário substituto. À época da primeira grande guerra, o custo da emigração girava em torno de 300 ienes, o ordenado de um professor primário variava de 15 a 20 ienes (HANDA, 1987, p. 146).

Handa trata também da questão da transição do imigrante da condição de colono para a de pequeno proprietário, já em períodos posteriores à chegada dos primeiros fluxos ao Brasil. O autor afirma que o imigrante constatou que a vida nas fazendas não iria proporcionar o esperado rápido enriquecimento, fazendo com que muitos buscassem trabalho em núcleos urbanos, em trabalhos braçais, ou mesmo reemigrando. Havia insatisfação ainda com as condições de trabalho, sob constante supervisão de fiscais, que limitavam as liberdades dos imigrantes no seu cotidiano. Além disso, havia as dificuldades com o idioma, com os hábitos de vida diferentes (o próprio banho de *ofurô*) e hábitos alimentares, quando não podiam plantar suas hortaliças e não dispunham dos alimentos habituais.

Buscavam então escapar desses percalços, pensando na liberdade da família trabalhar e até de juntar algum dinheiro. Administrar a própria terra já era como se tivessem arrecadado esse “dinheiro”. Dessa maneira, lutava-se por décadas, esperando retornar ao país de origem. Porém, o que ocorria na maioria das vezes era a decisão posterior de permanecer no Brasil. Um dos motivos que poderia ser destacado para essa mudança de planos, era a satisfação que causava a estes agricultores transformarem-se em proprietários da terra.

Segundo o que analisa Handa:

O trampolim para passar de colono a sitiante era um método prático: o do trabalho por empreitada. O método visava a formação de cafezais sem o investimento de dinheiro vivo por parte do proprietário de terras. E um crescente número de colonos se apoiou nesse sistema para chegar à condição de sitiante. Como nessa época, dedicada inteiramente à monocultura do café, importava-se arroz, surgiram alguns proprietários que assinavam contratos a meias com imigrantes japoneses. Isto porque para o plantio do arroz havia a possibilidade de serem aproveitadas as baixadas inadequadas à cultura do café. Havia, ainda, casos em que se arrendavam ao imigrante baixadas não utilizadas nem para o café nem para pastagens. Dessa forma, o sistema a meias ou o de arrendamento servia também como um mecanismo para o colono poder chegar a ser sitiante (HANDA, 1987, p. 204).

Outros elementos, para além destes que foram aqui descritos, baseados nos relatos de Saito (1961) e Handa (1987) serão utilizados nos demais capítulos deste trabalho. Eles possibilitam uma descrição minuciosa e atenta dos meandros da imigração japonesa para o Brasil, permitindo extrapolar as abordagens mais generalizadas que possam tratar deste relevante fluxo migratório.

Além dos autores relacionados, outros trabalhos também compõem o referencial aqui adotado. Entre eles, a obra intitulada “Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil”, publicada pela Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (1980), que conta com diversos artigos, em várias áreas, que tratam dos aspectos históricos da migração japonesa. O estudo de Takeuchi (2010) traz discussões acerca dos motivos que levaram os japoneses à emigração, tratando ainda das relações internas à comunidade de imigrantes e seus conflitos, e da relação com os brasileiros. Por sua vez, Carneiro (2010) apresenta um debate acerca da integração do imigrante japonês, especificamente dos seus descendentes à sociedade brasileira e do arrefecimento das restrições no decorrer da chegada dos fluxos migratórios.

CAPÍTULO 2 – FONTES E MÉTODOS PARA O ESTUDO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

2.1 Fontes de dados

2.1.1 O Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*

As fontes de dados utilizados nas análises da Demografia Histórica têm sido debatidas desde o surgimento deste campo de pesquisas, e muito se discute sobre quais desses dados ou tipos de informações poderiam ser atribuídos a tal campo analítico, ou que seriam atribuídos aos demais campos da Demografia. Ainda que seja evidente a necessidade de se desenvolver técnicas para a análise dos dados pré-censitários, utilizando-se de fontes primárias, a demografia histórica se utiliza também de técnicas e conhecimentos de outras disciplinas e campos teóricos, além de desenvolver métodos e técnicas próprias, não somente através dos dados considerados tradicionalmente, mas todos os tipos de fontes que tenham serventia para o seu propósito, estendendo-se também ao período censitário (COSTA, 2011).

Um exemplo da busca pelas fontes de dados e das possibilidades oferecidas pelos acervos que possuem informações de grande relevância para a Demografia Histórica está no trabalho de Bassanezi e Truzzi (2008), sobre acervos importantes do Estado de São Paulo, tais como o Arquivo do Estado de São Paulo, o Memorial do Imigrante, a Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), o Instituto Agrônomo de Campinas e o Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp. O objetivo do referido trabalho foi obter, em maior profundidade, informações sobre as várias etapas do processo migratório no estado de São Paulo, entre 1850 e 1950. Os pesquisadores buscaram demonstrar as potencialidades das fontes disponíveis nos arquivos e seus acervos, assim como simplificar a tarefa de identificação das fontes documentais, inerentes principalmente à inserção dos imigrantes na sociedade.

A partir do panorama geral das possibilidades trazidas pelas diversas fontes de dados mencionadas, é possível analisar o Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*, uma das principais fontes utilizadas neste trabalho, com um olhar mais apurado, em termos das informações disponibilizadas, principalmente quando comparado às demais fontes disponíveis.

O propósito de analisar este recenseamento e usá-lo como uma das principais fontes neste estudo, é que tal documento contempla as informações sobre os principais fluxos de imigrantes japoneses para o Brasil, desde 1908 até o ano de 1958, ano de sua realização e quando se completava cinquenta anos da entrada dos primeiros japoneses no Brasil.

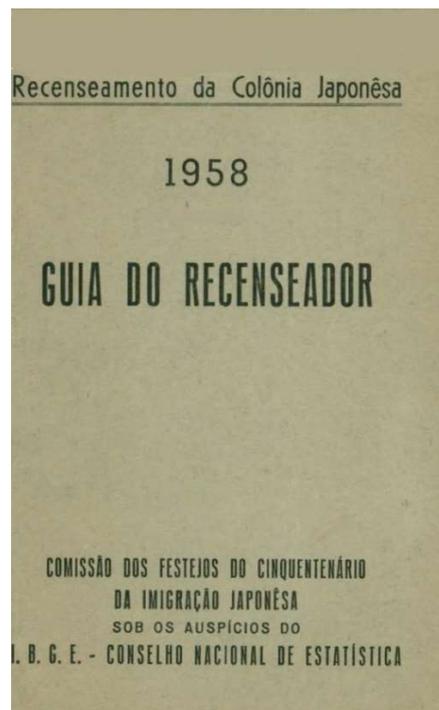
Posteriormente, o recenseamento foi complementado em 1962. Segundo Taniguti (2012), o Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*, doravante identificado como Censo da Colônia, pode ser considerado “a mais completa fonte de dados sobre a população de imigrantes japoneses no Brasil até o ano de 1962”.

Em 1958, no contexto daquela celebração, foi criada uma comissão especial dos imigrantes, que tinha entre seus objetivos, identificar e caracterizar o movimento migratório dos japoneses. Uma das propostas apresentadas pela comissão foi, exatamente, a realização de um censo, de abrangência nacional, que teria por objetivo incluir não apenas informações sobre a situação dos imigrantes e seus descendentes à época (1958), mas apresentar informações sobre os fluxos iniciais de imigrantes, a situação anterior de residência no Japão e seu *status* econômico e social no país de origem, as condições iniciais na chegada ao Brasil, além das mudanças que afetaram essa população durante o período de 50 anos, desde a chegada do primeiro grande fluxo em 1908 (SUZUKI, 1969).

Essa população de imigrantes e descendentes foi estimada, em 1958, em cerca de 400 mil pessoas, incorporadas à uma população de 63 milhões de habitantes no Brasil. A primeira ação para concretizar a proposta da comissão para a realização do censo, foi iniciada em 8 de janeiro de 1958, quando vinte e um organizadores foram enviados para importantes centros de assentamento de japoneses, com o propósito de estabelecer distritos censitários, a partir dos quais o território nacional deveria ser dividido. Foram formados 469 distritos do recenseamento, definidos a partir de critérios que levavam em conta vários elementos, como a densidade da população japonesa, a existência de associações, instalações de transporte, entre outros. Nesses distritos, um representante, geralmente o presidente da associação japonesa local, ficava responsável pela aplicação do *survey* preliminar e pelo recrutamento de entrevistadores. Entretanto, a comissão de recenseamento não possuía informações sobre japoneses que viviam em algumas regiões do Brasil, o que fez com que, inicialmente, se recorresse às informações do IBGE, que contava com agências nos municípios brasileiros (SUZUKI, 1969). O censo foi iniciado em 3 de agosto de 1958, contando com 13 instrutores, responsáveis pelo treinamento de 3.668 pessoas que seriam os entrevistadores. Suzuki (Figura 2) aponta que, tal como no *survey* preliminar, os entrevistadores, em geral, eram membros das associações japonesas locais. Onde não havia associações, o trabalho fora realizado pessoalmente pelo comitê organizativo ou por equipes de entrevistadores que já haviam completado seu trabalho nos próprios distritos. Cada entrevistador, além das instruções práticas, recebeu um manual de instruções detalhado sobre a forma de preenchimento do questionário, como mostra a Figura 3.

FIGURA 2 – Teiiti Suzuki

Fonte: Colônia Japonesa no Brasil (MIYAGUI, 1965).

FIGURA 3 – Guia do Recenseador para aplicação do Censo da Colônia Japonesa, 1958

Fonte: Biblioteca do IBGE⁴.

O Censo da Colônia foi finalizado em setembro de 1959, com um total de 66.637 famílias entrevistadas, somando 438.719 pessoas recenseadas. A importância desta fonte de dados está no detalhamento das informações socioeconômicas e demográficas por período de chegada dos imigrantes japoneses ao Brasil, indicando possibilidades de construção de perfis

⁴ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=5633&view=detalhes>. Acesso em: set. 2021.

socioeconômicos e demográficos por período da imigração japonesa no Brasil. Entre os dados coletados estão: sexo, idade, composição familiar, lugar inicial de moradia, ocupação, escolaridade, lugar de origem, dados socioeconômicos no lugar de origem (SUZUKI, 1969).

As categorias presentes neste Censo são inicialmente divididas em duas partes gerais: I – A situação atual [em 1958] dos imigrantes e seus descendentes; II – O contexto histórico [no lugar de origem]. A primeira parte (I) relaciona outras quatro categorias e suas subdivisões: 1 – Distribuição geográfica e características gerais da população, que inclui a distribuição espacial, idade, situação conjugal e nível de educação; 2 – Estatísticas vitais, que compreendem as taxas de nascimentos⁵, óbitos⁶, nupcialidade⁷ e fecundidade⁸; 3 – Aspectos econômicos, como o *status* da força de trabalho, ocupação, tipos de indústrias, propriedades e habitações; e por fim, 4 – Características sociais, tais como composição familiar, religião, língua, afiliação a associações, acesso à informação, padrões de nomes, eleitorado, componentes da vida social e casamentos interétnicos.

A segunda parte (II) está subdividida, respectivamente, em outras três: 1 – Condições anteriores à emigração, tais como lugar de origem, nível de educação, e *status* ocupacional; 2 – Condições iniciais no Brasil, composto por informações sobre idade e sexo, local de estabelecimento inicial, *status* ocupacional e composição familiar; e 3 – Mobilidade após a chegada, composto pela mobilidade geográfica, mobilidade ocupacional, *status* de mobilidade e ocupação, correlação entre distribuição espacial, ocupacional e o *status* de mobilidade, mobilidade intergeracional e mobilidade após o Censo. Todos estes elementos e variáveis foram analisados posteriormente por Suzuki (1969), na parte narrativa deste Censo, elaborada com o propósito de facilitar ao leitor o acesso aos dados, disponibilizando uma síntese dos dados brutos, complementada com textos, gráficos e tabelas. Na parte narrativa são apresentados comentários que visam destacar as características observadas para cada grupo de informações; são apresentados ainda um esboço do projeto do censo, resumos sobre a imigração japonesa para o Brasil, informações sobre as condições nas áreas de colonização e das condições naturais, mapas e um glossário, com o intuito de facilitar a análise secundária dos dados obtidos.

⁵ Número de crianças nascidas após 1958, por idade em 1958 e geração da mãe, divididas pela população feminina em 1958 por idade e geração. O quociente é dividido por 4 (grupos etários) e multiplicado por 1000.

⁶ Número de pessoas falecidas após 1958, por idade em 1958 e sexo, divididas pela população em 1958 por idade e sexo. O quociente é dividido por 4 (grupos etários) e multiplicado por 1000.

⁷ Número de casamentos após 1958 por idade em 1958 e sexo, divididos pela população na data do censo por idade e sexo. O quociente é dividido por 4 (grupos etários) e multiplicado por 1000.

⁸ Número de crianças nascidas após 1958, por residência (rural ou urbana) e geração da mãe (imigrante ou descendente), divididas pela população média feminina, entre 15 e 49 anos, por residência e geração. O quociente é dividido por 4 (grupos etários) e multiplicado por 1000.

Segundo Taniguti (2012), o Censo da Colônia apresenta problemas de consistência relacionados com sua execução e apresentação dos dados. As dificuldades relatadas por Suzuki (1969) perpassam a questão da localização dos imigrantes (em 1958) e como encontrá-los, o número de recenseadores necessários para atuar em escala nacional, o tamanho da área de recenseamento, o esforço realizado com a divulgação e convite para os indivíduos se apresentarem para a comissão e serem recenseados (notícias em jornais e rádios). Além destes pontos, Suzuki cita a dificuldade em se obter os dados históricos, uma vez que o Censo questionava a situação do imigrante no momento de sua aplicação, bem como sua situação antes da imigração.

Ademais, deve-se considerar os problemas frequentes encontrados também em outros levantamentos censitários, tais como a periodicidade, a subenumeração, má declaração de idade, os custos envolvidos, a comparabilidade com outras fontes e outros anos censitários (uma vez que os limites geográficos podem ser modificados ao longo do tempo) e não conseguir obter dados de fluxo (LEVY, 1980).

Há ainda dificuldades para acessar o Censo da Colônia, seja nas bibliotecas, seja em formato digital. Para a realização do presente estudo, foi possível identificar somente uma cópia impressa, na Biblioteca da Fundação Japão, na cidade de São Paulo. A versão digital pode ser acessada no acervo da Biblioteca Digital SEADE e Biblioteca do IBGE⁹. Por sua vez, o volume descritivo, elaborado por Suzuki (1969), só foi encontrado em versão impressa, disponível na biblioteca da Fundação Japão.

Conforme mencionado, este Censo apresenta variáveis que, quando combinadas em suas escalas espaciais e temporais, permitem a construção de perfis sociodemográficos, econômicos, de composição familiar e mobilidade, por período da imigração japonesa no Brasil. A temporalidade implícita nos dados coletados pelo Censo permite, por conseguinte, a divisão da história da imigração japonesa no Brasil nos três grandes fluxos já mencionados, possibilitando a sua análise de forma comparativa.

De outra parte, a questão espacial, considerada na coleta destes dados, permite a exploração de informações como o local de origem e chegada, bem como os movimentos realizados já no Brasil, após o desembarque. Estes dados auxiliam no entendimento das trajetórias realizadas pelos imigrantes, e quando combinados com informações sobre os períodos em que ocorreram os movimentos (escala temporal), permitem organizar as trajetórias de acordo com os períodos de chegada. A partir dessas informações, é possível

⁹ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=213467>.

analisar as etapas migratórias vivenciadas por essa população, de que maneira foram organizadas e concretizadas, ou se sofreram alterações durante todo seu percurso. Outro dado importante relacionado à mobilidade, consiste nas informações sobre a quantidade de deslocamentos realizados após a chegada, entre as diferentes localidades brasileiras (municípios, regiões e Unidades Federativas), bem como os movimentos entre áreas urbanas e rurais.

Apesar da potencialidade destes dados para os estudos demográficos, até recentemente, poucos foram os trabalhos que utilizaram as informações nesta perspectiva. Segundo Taniguti (2012), a repercussão do Censo da Colônia e sua análise, no meio acadêmico, foi restrita. Entre os trabalhos que se valeram desta fontes, destacam-se os de Vieira (1973), que comparou os dados de composição familiar do Censo com *survey* realizado pelo autor, em 1964, no município de Marília – SP; Cardoso (1972), que realizou a caracterização da população de imigrantes e organizou os dados para análise de mobilidade ocupacional; Ando (1976), que explorou os dados referentes às profissões dos imigrantes japoneses, que chegaram entre 1908 a 1922, comparando com seu país de origem, analisando, ainda, o nível de instrução dos imigrantes; Suzuki (1995) fez uma caracterização demográfica dos imigrantes por período de chegada ao Brasil, além de apresentar análises referentes à mobilidade geográfica dos imigrantes e as mudanças socioeconômicas ocorridas.

Taniguti (2012), por sua vez, além de indicar as potencialidades desta fonte de dados, propôs uma releitura dos trabalhos sobre mobilidade de *status* ocupacional entre os anos de 1908 e 1958, a partir dos dados do Censo da Colônia.

Suzuki (1964; 1969) propõe as análises dos fluxos a partir de três períodos principais: 1908-1924; 1925-1941; 1951-1962. Essa divisão foi proposta a partir das mudanças nos tipos de financiamento e contratação da mão-de-obra imigrante japonesa. Considerando o Censo da Colônia como uma das principais fontes utilizadas neste trabalho, adotou-se também a proposta de Suzuki em termos da divisão temporal. É importante salientar que se trata de uma opção metodológica que toma por base um referencial teórico específico, visto que outras divisões temporais e analíticas poderiam ser adotadas nos estudos sobre a imigração japonesa para o Brasil. A título de exemplo, pode-se pensar, enquanto parâmetro destas divisões, as mudanças na legislação vigente, ou ainda movimentos que precederam ou foram posteriores às Guerras Mundiais. Esta questão é abordada no Capítulo 3 deste trabalho, onde apresentam-se outros exemplos de divisões temporais possíveis. A utilização de referenciais e possibilidades de particionamento diferentes dos apresentados,

direcionados ao estudo dos fluxos imigratórios japoneses, em períodos distintos dos adotados aqui, poderiam ser utilizados sem maiores prejuízos à análise apresentada.

Outro elemento a ser reportado, com relação aos métodos propostos para esta pesquisa, está relacionado mais uma vez, à disponibilidade das informações do Censo da Colônia. Como dito anteriormente, o acesso ao Censo, tanto em meio físico quanto em meios digitais, é bastante limitado. Soma-se a isso também, o fato de não se ter acesso às bases de dados, ou os dados brutos (microdados), tornando mais complexo o levantamento e o cruzamento das informações. Para a realização das análises aqui apresentadas, além do trabalho de digitalização, especialmente das informações presentes no volume II, analítico-descritivo do Censo da Colônia, foi necessário transferir as informações para outro tipo de suporte que permitisse a realização de tabulações e análises, já que não estavam disponíveis em formato editável. Dessa forma, (re)criou-se um banco de dados a partir do que foi publicado, mesmo considerando que já haviam sido realizadas tabulações e refinamentos (em versão impressa).

Além dos dados sobre as características demográficas da população de imigrantes e descendentes, utilizou-se ainda informações referentes à presença isolada dos imigrantes nos municípios, para que fosse possível análises comparativas com a população total, quando somados aos seus descendentes. Uma das informações essenciais às análises, a presença de japoneses nos municípios, é algo que esteve presente somente nos Censos Demográficos de 1920 e 1940 (a partir da informação de população estrangeira e naturalizada residente), e que será abordado adiante, mas que também foi verificado no Censo da Colônia, permitindo uma observação, ainda que a partir de fontes distintas, desta população em três momentos no tempo.

2.1.2 Os Censos Demográficos do IBGE

O propósito de também utilizar os dados disponíveis nos Censos Demográficos do IBGE, justifica-se por permitir o acesso a informações sobre os municípios ocupados pelos imigrantes, tendo em vista as limitações encontradas para este tipo de análise.

Como apontado, as informações disponíveis nos Censos Demográficos de 1920 e 1940, sobre a presença de estrangeiros e naturalizados brasileiros nos municípios, disponíveis apenas nestes dois Censos, permitem verificar a presença de japoneses, no caso deste trabalho, nos municípios do estado de São Paulo. Tal informação é de extrema importância para analisar não apenas a distribuição espacial desta população, mas se houve algum encaminhamento dos fluxos de imigrantes para determinadas localidades ou regiões; se houve

conformação de segregação espacial, ou predileção por determinadas áreas em detrimento a outras; de que maneira a interação da população com o espaço demonstrou-se determinante. Além disso e considerando as referências bibliográficas e o histórico de sua presença no estado, é possível verificar como se encontravam após sua chegada e ao término das entradas mais intensas no Brasil. Como já foi apresentado, esta informação converge com o que fora observado também no Censo da Colônia, realizado em 1958, permitindo a visualização desta população em momentos distintos.

Há informações sobre imigrantes nos municípios de São Paulo, disponibilizadas no Recenseamento demográfico, escolar e agrícola-zootécnico do Estado de São Paulo (20 de setembro de 1934), realizado pela Comissão Central do Recenseamento, junto à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, e Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública do estado de São Paulo. Porém, a principal limitação para a utilização do Recenseamento foi a indisponibilidade dos dados sobre raça/cor “amarela”, que seria incorporada somente a partir do Censo Demográfico de 1940, ainda que seja possível, a partir desta fonte, verificar o contingente de imigrantes japoneses nos municípios. Outro problema encontrado para sua utilização foi a dificuldade em acessar as informações, disponibilizadas neste recenseamento, a partir de bases oficiais. Por fim, como não se trata de um Censo Demográfico do IBGE, e mediante às limitações verificadas acima, optou-se por sua não utilização. As informações disponibilizadas neste recenseamento, especialmente aquelas referentes às propriedades rurais, podem ser utilizadas, por exemplo, na busca pelo diálogo com o Censo da Colônia, possibilitando a realização de investigações em torno da aquisição de propriedades por imigrantes japoneses, considerando elementos temporais e espaciais, naquilo que pode ser pensado como uma evolução ou desenvolvimento dessas propriedades. Contudo, optou-se por não abordar tais questões neste trabalho, mas que serão compreendidas em uma agenda de pesquisa posterior.

Outra maneira utilizada para analisar a população de imigrantes e descendentes foi através do quesito raça/cor presente nos Censos Demográficos. Ainda que os dados referentes à população caracterizada como raça/cor “amarela” somente estejam disponíveis a partir de 1940 – embora os fluxos de maior relevância tenham iniciado em 1908 e atingido seu ápice na metade dos anos 1930 –, é possível obter informações sobre a presença de imigrantes, bem como realizar a caracterização dos municípios em relação à sua composição.

A informação sobre a raça/cor “amarela” foi utilizada nesta pesquisa como uma *proxy*, ou seja, variável que apresenta a função de substituição de outra variável de difícil mensuração, ausente ou até mesmo difícil de ser observada diretamente. A *proxy* estabelecida

foi utilizada para que fosse possível verificar a presença de imigrantes e descendentes de japoneses nos municípios do estado de São Paulo, considerando que a categoria “raça/cor amarela”, nos Censos Demográficos de 1940 e 1950, era composta quase que em sua totalidade pela referida população, visto que no momento da aplicação do Censo Demográfico, não havia fluxos representativos de outras origens asiáticas, que não os japoneses e seus descendentes (SUZUKI, 1969; PETRUCCELLI, 2013), considerando, assim, a correspondência entre a população compreendida na categoria censitária “amarelo” e a população japonesa imigrante.

A classificação de raça/cor da população nos censos contemporâneos – no Brasil, a partir de 1940 – tem sido baseada por características fenotípicas, mantidas constantemente, e autodeclaradas, evocadas por terminologias que fazem referência à combinação de cor da pele, traços corporais e origem regional. Porém, em uma população miscigenada, como a brasileira, há grande distanciamento entre a expectativa na captação dos dados e a realidade dos resultados obtidos.

Nos casos relacionados à categoria “amarela”, segundo Piza e Rosenberg (1998-99), houve casos em que os recenseados associaram a raça/cor “parda” com a “amarela”. Outros declararam-se amarelos, com a ressalva, porém, de que não estavam doentes, já que o “amarelo” estava relacionado ao estado de saúde, e não à raça/cor (PIZA; ROSEMBERG, 1998-1999).

Segundo Carvalho e colaboradores (2003), em decorrência da autodeclaração, a informação sobre raça/cor torna-se subjetivada em sua classificação, visto que envolve também o posicionamento social dos indivíduos, bem como a percepção que o membro familiar recenseado pode ter sobre os demais. A análise classificatória, principalmente na sociedade brasileira, largamente miscigenada, carrega consigo grandes dificuldades na sua execução. Nas palavras de Regueira (2004):

A classificação de cor na sociedade brasileira, por força da miscigenação, torna-se difícil, mesmo para o etnólogo ou antropólogo. A exata classificação dependeria de exames morfológicos que o leigo não poderia proceder. Até mesmo com relação aos amarelos, é difícil caracterizar o indivíduo como amarelo apenas em função de certos traços morfológicos, os quais permanecem até a 3ª e 4ª gerações, mesmo quando há cruzamentos (REGUEIRA, 2004, p. 79).

Dessa forma, ainda que se trate de importante ferramenta na obtenção de informações sobre os diversos grupos que compõem a sociedade brasileira, o quesito raça/cor deixa algumas lacunas, e está sempre permeado por questões sociais e culturais, que incidem diretamente na declaração dos entrevistados sobre qual categoria consideram-se parte.

Isso pode inclusive sofrer alterações com o decorrer do tempo, com a ampliação do escopo das categorias classificatórias, até mesmo a compreensão da importância em declarar-se como pertencente a determinadas categorias, como ocorrido nos últimos anos, influenciados por diversos movimentos que buscam dar relevância às origens étnicas e raciais.

Os dados referentes aos Censos Demográficos brasileiros são importantes para complementar as informações sobre trajetórias demográficas dos imigrantes japoneses, no período selecionado (PEREIRA; OLIVEIRA, 2008), bem como para a caracterização desta população e sua distribuição espacial com dados referentes ao período de 1920 a 1960 (BELTRÃO; SUGAHARA; KONTA, 2008) e para a caracterização da população na primeira metade do século XX (BASSANEZI; TRUZZI, 2008). Dessa maneira, é importante compreender os aspectos relacionados à população de imigrantes japoneses e seus descendentes, na obtenção das informações nos referidos recenseamentos.

A inserção da categoria “amarela” no quesito raça/cor, a partir do Censo de 1940, decorre da relevante presença de japoneses e seus descendentes em território brasileiro, principalmente a partir da década de 1920, quando os fluxos imigratórios se avolumaram. Embora a imigração tivesse sido iniciada em 1908, ainda persistia, por parte das elites intelectuais e políticas do país, a resistência em incorporar os asiáticos ao escopo racial nacional, pois se pretendia e valorizava uma população europeizada e embranquecida. Durante todo o período em que se registrou a entrada dos principais fluxos imigratórios, entre 1908 até o início da década de 1960, foi muito pequena a entrada de outros imigrantes do leste asiático, além das correntes japonesas propriamente ditas. Dessa maneira, podemos considerar que a quase totalidade dos indivíduos classificados, até o Censo de 1950, era constituída pelos japoneses ou por seus descendentes (SUZUKI, 1969; PETRUCCELLI, 2013).

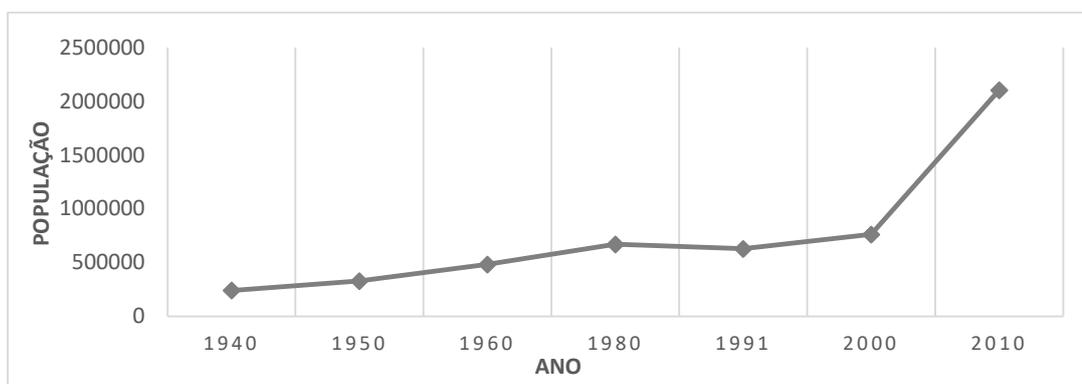
A partir de 1949, com a Revolução Cultural, e o estabelecimento da República Popular da China, iniciou-se um movimento emigratório no país, sendo que o Brasil se constituiu em um dos possíveis destinos dos chineses. Esse contingente, ainda que pouco significativo, permaneceu até finais da década de 1970, quando houve nova onda de emigração. A partir dos anos 1980 e 1990, aumentou consideravelmente o número de imigrantes chineses chegados ao Brasil que, até meados dos anos 2000, somou aproximadamente 200.000 imigrantes (JYE; SHYU; MENEZES JR., 2009; VERAS, 2010).

Em termos da imigração coreana, outro movimento imigratório relevante, originário do leste asiático, esta foi impulsionada pelo conflito entre as Coreias (1950-1953), e se intensificou na segunda metade da década de 1960. Muitos dos imigrantes eram ilegais, e pretendiam utilizar o Brasil como uma etapa migratória, até os EUA. Boa parte desses

imigrantes acabou se estabelecendo nas grandes cidades, principalmente São Paulo, e entrando para o ramo têxtil. Estima-se que aproximadamente 100.000 coreanos e descendentes estejam vivendo no Brasil (SHOJI, 2004).

No Gráfico 1, é possível verificar a evolução numérica da população de raça/cor “amarela”, entre os Censos de 1940 a 2010. Observa-se um crescimento contínuo até os anos 1980, quando iniciou, no Brasil, o movimento *dekassegui*, composto por japoneses residentes, e principalmente seus descendentes. Este grupo partiu para o Japão em busca de melhores condições de vida, e causou impacto negativo no contingente populacional “amarelo”, entre 1980 e 1991 (CARVALHO; WOOD; ANDRADE, 2003).

GRÁFICO 1 – População autodeclarada “amarela” no quesito raça/cor do Censo do IBGE – 1940-2010¹⁰



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1940-2010).

O crescimento dessa população foi retomado a partir dos anos 1990, com o retorno dos *dekasseguis* (HIRANO, 2005). O Japão passou vários anos em dificuldades econômicas, e enfrentou uma grave crise, cujo ápice ocorreu em 2008. Naquele contexto, registrou-se grande movimento de retorno ao Brasil. Por conseguinte, esse é um dos elementos que podem justificar o salto no número de “amarelos”, recenseados no ano de 2010.

Além dos japoneses e descendentes retornados, nesse período também houve grande aumento da imigração de chineses para o Brasil. O número de autodeclarados “amarelos” saltou de 761.583 recenseados em 2000, para 2.105.353 pessoas em 2010, um incremento de 176,4% (FERREIRA, 2016).

De um modo geral, o próprio quesito raça/cor, desde sua inclusão como categoria censitária, sempre gerou debates, e com a categoria “amarelo” não tem sido diferente. Dentre

¹⁰ No Censo de 1970, não houve a coleta do quesito “cor”.

os problemas encontrados, por exemplo, está a dúvida em relação ao momento em que o entrevistado se auto identifica enquanto “amarelo”, tendo em vista suas origens, as relações de seus antepassados e a miscigenação, que por vezes está presente na sua família, no seu cotidiano.

Com relação à captação das informações, especificamente a partir do Censo de 1940, acerca das origens de quem se declarava “amarelo”, tal quesito referia-se praticamente a uma única nacionalidade e, no máximo, a uma segunda ou terceira geração. Há, atualmente, grande dificuldade em saber, a partir de séries históricas, quais os países de origem, quais foram ou são os imigrantes, quem são seus descendentes e a qual geração pertencem. Para informações de maior completude, se faz necessário o cruzamento desta variável censitária com outras que caracterizem, por exemplo, religião, língua falada, tempo de residência no país.

Contudo, é através do quesito raça/cor que se torna possível identificar a evolução e a importância da presença das etnias originárias do leste asiático, e como sua presença vem evoluindo/modificando ao decorrer das décadas. Há limitações na captação das informações, que demandariam um escopo de questões mais amplo do que em relação ao que tem sido utilizado, melhorando as possibilidades de cruzamentos de informações. Porém, isso implicaria em aumento nos custos para a realização do recenseamento, além da dificuldade de sua aplicação.

Em termos de suas potencialidades, o acompanhamento das etnias asiáticas, ainda que de maneira sintetizada, na categoria “amarela”, permite verificar os avanços no contingente dessa população, e como ocorre sua integração social e econômica junto às demais etnias.

Frente ao exposto, e considerando as limitações apontadas anteriormente, este trabalho se propõe a utilizar a categoria “amarelo” dos Censos Demográficos de 1940 e 1950, para indicar a potencial presença de japoneses e seus descendentes nos municípios do Estado de São Paulo. O censo de 1960, no que diz respeito à utilização desta variável, não foi considerado, pois neste período a presença de outras etnias com origem no leste asiático, que não a japonesa, como foi observado anteriormente, perfazem já parte considerável desta população, o que inviabiliza sua utilização enquanto *proxy* para identificação de japoneses e seus descendentes. Por outro lado, o Censo da Colônia, em 1958, levantou essa população, permitindo a formulação de outra *proxy*, considerando a população de imigrantes somados aos seus descendentes, como população “amarela”, tal qual a construção viabilizada nos Censos Demográficos de 1940 e 1950. O Censo Demográfico de 1960 foi utilizado para a obtenção

da população total dos municípios, já que esta informação não estava presente no Censo da Colônia. Dessa forma, é possível visualizar a população “amarela” em três momentos: 1940, 1950 e 1958.

2.1.3 Harmonização das informações

Tendo em vista as considerações acima apresentadas, sobre o Censo da Colônia e os Censos Demográficos, a seguir estão demonstradas no Quadro 1 as categorias e variáveis utilizadas nas análises, a partir das referidas bases, buscando a harmonização das informações.

QUADRO 1 – Categorias adotadas e descrição das variáveis segundo base de dados

Categoria adotada	Censo Demográfico 1920	Censo Demográfico 1940	Censo Demográfico 1950	Censo Demográfico 1960	Censo da Colônia 1964
“Amarelos” (pessoas imigrantes ou não, com origem no extremo-leste asiático)	-	Total da população raça/cor “amarela” nos municípios do estado de São Paulo	Total da população raça/cor “amarela” nos municípios do estado de São Paulo	-	População de Japoneses imigrantes somados aos seus descendentes (segunda, terceira e quarta gerações), nos municípios do estado de São Paulo em 1958
Japoneses (pessoas nascidas no Japão ou de origem japonesa nascidas fora do Brasil), com visto permanente concedido por autoridades brasileiras	População de estrangeiros japoneses presentes nos municípios do estado de São Paulo	População de estrangeiros japoneses presentes nos municípios do estado de São Paulo	-	-	População de estrangeiros japoneses presentes nos municípios do estado de São Paulo
População total dos municípios (população presente ou não; ou população de fato, residentes ou não residentes)	População Total nos municípios do estado de São Paulo	População Total nos municípios do estado de São Paulo	População Total nos municípios do estado de São Paulo	População Total nos municípios do estado de São Paulo	-

Fonte: IBGE (1920; 1940; 1950; 1960) e Suzuki (1964).

2.1.4 As malhas territoriais

As malhas territoriais foram utilizadas para localizar espacialmente a população de imigrantes e descendentes de japoneses, bem como analisar a importância do espaço na distribuição desta população. Dessa forma, foram necessárias a identificação das malhas

territoriais referentes aos municípios do estado de São Paulo, disponíveis para o período de análise proposto e as compatibilizações metodológicas realizadas. Foram utilizadas as malhas municipais digitais disponibilizadas pelo IBGE (2011), para os anos de 1920, 1940, 1950 e 1960.

A dimensão territorial dos Censos Demográficos brasileiros foi retratada a partir da metodologia proposta pelo IBGE, em 2011, para a apresentação da evolução da malha territorial do Brasil, considerando os anos censitários (1872, 1911, 1920, 1933, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010) e os limites político-administrativos dos municípios brasileiros. Em relação às malhas territoriais, foi realizada uma construção da malha municipal retroativa, a partir da malha digital de 1991, através da união de polígonos referentes à cada município. Para os anos 2000 e 2010, foram disponibilizadas as malhas digitais municipais. Segundo o IBGE (2011), as malhas reconstruídas de 1872 a 1980 podem apresentar imprecisões, uma vez que foram utilizadas apenas informações relativas ao processo de emancipação (pesquisa relacionada à identificação dos municípios que deram origem à divisão municipal mais recente, através do portal do IBGE Cidades@ e na Enciclopédia dos municípios brasileiros), sem considerar a correção dos limites municipais. Já para os municípios extintos, o IBGE (2011) considerou o limite destes como o polígono mais próximo do período de suas existências, não garantindo que o limite seja de fato o apresentado.

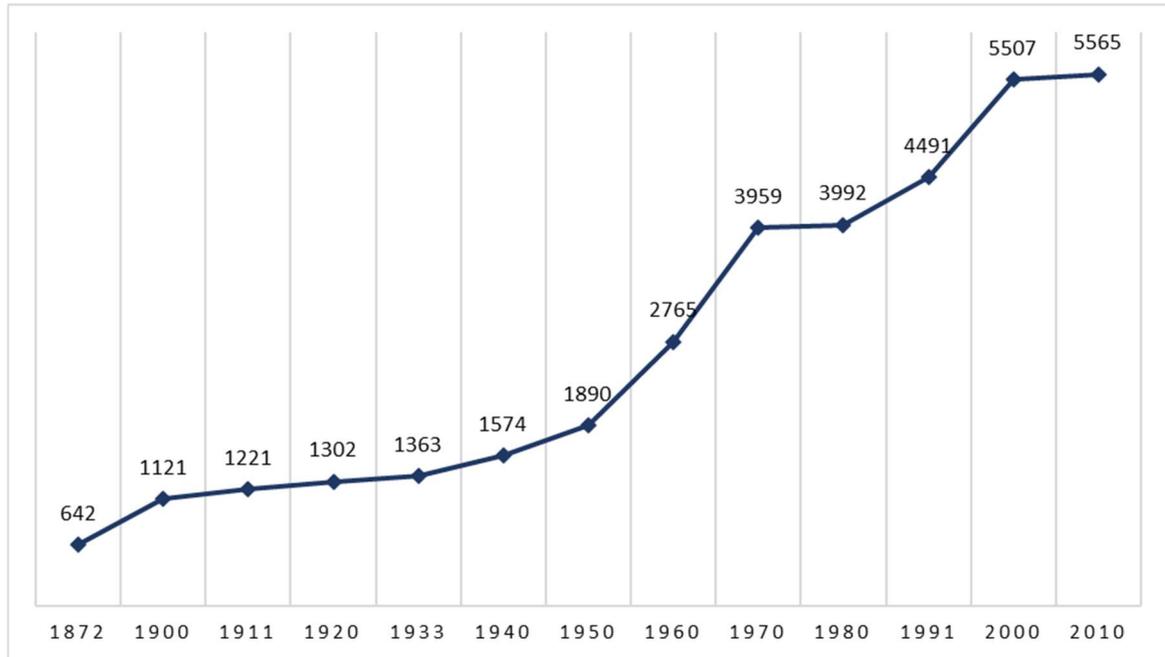
A metodologia proposta pelo IBGE em 2011, já foi utilizada de forma semelhante em trabalhos anteriores apresentado por Bassanezi (2006) e Bassanezi e Truzzi (2008), tendo como ponto de partida a malha digital de 1991, do IBGE, agregando municípios até se obter uma área aproximada dos municípios em suas respectivas datas (1850 a 1950 – considerando os anos de levantamentos populacionais), utilizando informações do Instituto Geográfico Cartográfico do Estado de São Paulo, referente aos desdobramentos territoriais e as origens dos municípios. Os procedimentos foram realizados em Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

No entanto, para o ano de 1958, correspondente ao período da coleta dos dados do Censo da Colônia, não havia malha territorial disponível. Foi necessária sua reconstrução para a espacialização dos dados deste Censo, uma vez que entre 1950 e 1960 houve um aumento significativo do número de municípios no estado de São Paulo, de 369 em 1950 para 503 em 1960.

Ao analisar a evolução do número de municípios no Brasil, entre 1872 e 2010 (Figura 4), destacam-se dois períodos com maior crescimento: entre 1950 e 1960 (875

municípios emancipados e criados, o que corresponde a 32% em relação ao total de municípios no final do período) e entre 1960 e 1970 (1194 municípios emancipados e criados, que corresponde a 30% em relação ao total de municípios no final do período).

FIGURA 4 – Evolução do número de municípios no Brasil, entre 1872 e 2010



Fonte: IBGE (2011).

Segundo o Mello (1992) *apud* IBGE (2011), uma das causas deste aumento está relacionada com o sistema de tributos partilhados, onde os municípios mais pobres eram favorecidos através do Fundo de Participação dos Municípios – FPM:

[...] quando foi introduzido pela Constituição Federal de 1946, as cotas eram iguais para todos os municípios, levando alguns governos estaduais a estimularem a criação de novos municípios de modo a atrair recursos do governo federal para o seu estado (IBGE, 2011, p. 18).

Foi necessário, para este trabalho, a reconstrução da malha territorial de 1958, a partir do levantamento dos municípios que estavam presentes no Censo Demográfico brasileiro de 1950 e compará-los ao de 1960, para identificar como ocorreu a evolução da divisão político-administrativa neste período, buscando-se posteriormente determinar quais municípios haviam sido emancipados até 1958, possibilitando assim a construção de um mapa referente ao momento da aplicação do Censo da Colônia, em 1958, compreendendo todos os municípios do estado, com ou sem a presença de imigrantes e descendentes.

No Censo da Colônia, estão apresentados somente os municípios que possuíam, no momento da pesquisa, algum imigrante ou descendente, sendo que os municípios que não apresentaram, não foram considerados. Para fins de inserção dos municípios em um mapa, que permitisse a visualização da distribuição desta população no estado, foram identificados quais eram esses municípios ausentes das informações do referido censo, para recompor a divisão territorial de 1958.

Dessa forma, para a construção da malha de 1958, foram utilizadas as malhas territoriais de 1950 e 1960 do IBGE, bem como as informações disponibilizadas pela Fundação Seade, referente ao “Desmembramento dos Municípios Paulistas”¹¹, cuja fonte consiste no banco de dados *Memória das Estatísticas Vitais*¹², lançado em 2001, baseado em fichas manuscritas herdadas do antigo Departamento Estadual de Estatística do Estado de São Paulo. O primeiro passo consistiu na análise comparativa entre os municípios de 1950 e 1960, verificando as permanências ao longo do período, ou seja, quais os municípios que foram desmembrados. Após a identificação das permanências, os municípios emancipados foram investigados junto à planilha disponibilizada pelo IBGE e pela Fundação Seade, verificando aqueles que tiveram sua emancipação entre os anos de 1958 e 1960. Por fim, utilizando a malha digital de 1960, através da união de polígonos referentes à cada município, em ambiente SIG, a malha de 1958 foi construída com as seguintes informações: (i) municípios que não sofreram emancipação entre 1950 e 1960; (ii) os municípios que foram emancipados entre 1958 e 1960 e que foram unidos espacialmente para compor a malha territorial de 1958.

Em relação às limitações desse processo, retorna-se à metodologia utilizada pelo IBGE (2011), que destaca a imprecisão dos limites municipais em função da sua não correção, uma vez que foram utilizadas informações referentes apenas ao processo de desmembramento e sua data de ocorrência. Os procedimentos foram realizados em ambiente SIG, utilizando o *software* QGis, versão 3.22.5. Os mapas referentes aos municípios do estado de São Paulo de 1920, 1940, 1950, 1958 e 1960, estão disponibilizados no Apêndice A.

2.1.5 Divisões territoriais e análises regionais a partir do *The Japanese Immigrant in Brazil* e dos Censos Demográficos 1940-1950

Além da divisão municipal do estado de São Paulo, adotou-se para este trabalho, a divisão regional proposta por Suzuki (1969), composta por aquilo que o autor denominou de “divisão maior” e “divisão menor”. A divisão maior é composta por 13 regiões, que

¹¹ A visualização dos dados e seu banco encontra-se disponível em:

<https://produtos2.seade.gov.br/visualizacao/desmembrementosp/>. Acesso em: 20 maio 2021.

¹² Informações disponíveis em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/>. Acesso em: 20 maio 2021.

compreendem municípios e polos (ou centros regionais) de reconhecida importância política e econômica, e que fomentam a delimitação dessas regiões. Estão denominadas da seguinte maneira: “Município de São Paulo”; Cercanias de São Paulo”; “Litoral”; “Vale do Paraíba”; “Mantiqueira”; “Pirassununga-Piracicaba”; “Antiga Zona do Café¹³”; “Barretos”; “Araraquara”; “Noroeste”; “Alta Paulista”; “Sorocabana”; e “Sul de São Paulo”. Tais regiões são tomadas como base para as análises aqui apresentadas, considerando que os dados são, em grande parte, provenientes do Censo da Colônia, onde tal metodologia fora utilizada por Suzuki. As “divisões menores” são compostas por 31 polos, apontados por Suzuki (1969), e estão apresentadas no Quadro 2:

QUADRO 2 – Divisões regionais maiores e menores, segundo o Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*

Divisão Maior	Divisão Menor
Município de São Paulo	Município de São Paulo
Cercanias de São Paulo	Cercanias de São Paulo
Litoral	São Sebastião
	Santos
	Juquiá
Vale do Paraíba	Alto Paraíba
	Médio Paraíba
	Campos do Jordão
Mantiqueira	Bragança
	Mococa
Pirassununga-Piracicaba	Pirassununga
	Rio Claro
	Piracicaba
Antiga Zona do Café	Franca
	Ribeirão Preto
	Araraquara
	São Carlos-Jaú
	Botucatu
Barretos	Piraju
	Barretos
Araraquara	Catanduva
	Rio Preto
	Jales
Noroeste	Bauru
	Araçatuba
Alta Paulista	Marília

¹³ Em algumas passagens do Censo da Colônia, tanto no volume estatístico quanto no descritivo, o autor refere-se à Antiga Zona do Café também como “Borda do Planalto”.

Divisão Maior	Divisão Menor
	Dracena
Sorocabana	Assis
	Presidente Prudente
Sul de São Paulo	Itapetininga-Itaporanga
	Paranapiacaba

Fonte: Suzuki (1969).

Ainda que haja outras propostas de divisões territoriais, que se valem, principalmente, de variáveis socioeconômicas, como as apresentadas por Milliet (1938); Camargo (1952) e Love (1987), entre outros autores, ao escopo do estudo interessava a verificação dos movimentos dos imigrantes japoneses e descendentes no estado, optou-se por manter a regionalização proposta por Suzuki (1964), visto que os dados são referentes à divisão proposta pelo autor. Os mapas referentes às regiões (divisão maior e menor) do estado de São Paulo, de 1958, segundo Suzuki (1969), estão disponibilizados no Apêndice B.

2.2 Abordagem metodológica

Os marcos conceituais escolhidos dialogam com as evidências empíricas embasadas em dados documentais e dados secundários (obtidos junto aos Censos Demográficos, e ao Recenseamento da Colônia Japonesa no Brasil – *The Japanese Immigrant in Brazil*), sobre os diferentes municípios do estado de São Paulo, com especial atenção para a região da Alta Paulista, ancoradas através de uma análise multiescalar (do regional ao local).

Outras fontes, de diferentes escalas, foram levantadas, porém, em decorrência de limitações implicadas por motivação externa, que suspenderam atividades presenciais nas universidades, órgãos públicos, museus, bibliotecas, entre outras entidades, além da inviabilidade da realização de entrevistas e trabalho de campo, as análises planejadas se viram prejudicadas, não atendendo ao propósito inicial, de um olhar que ultrapassasse os limites dos dados secundários e da análise quantitativa das informações. Foi previsto nessas análises a utilização de dados provenientes do Levantamento da População de Japoneses e seus Descendentes Residentes no Brasil, Listas de Bordo, Certidões de Embarque, *Koseki Tohon*, pesquisas em acervos documentais e fotográficos, além da aplicação de entrevistas semiestruturadas. Ainda que com grandes limitações, destaca-se que as análises qualitativas, propostas a partir dessas fontes, foram realizadas parcialmente, e na medida do possível, comparadas às análises quantitativas, estando pontuadas quanto à sua utilização em cada etapa

do trabalho. A descrição, potencialidades e limitações destas fontes estão descritas no Apêndice C, e compõem uma agenda de pesquisa em potencial.

Tendo em vista essas considerações, em síntese, o estudo se desenvolveu a partir de três etapas de trabalho, esquematizadas na Figura 5, com diferentes métodos e formas de análise.

FIGURA 5 – Esquematização das etapas do desenvolvimento do trabalho e seus respectivos conjuntos de métodos e análises



Fonte: Elaborada pelo autor.

O quadro a seguir apresenta as variáveis utilizadas e suas respectivas fontes para cada método e etapa de trabalho.

QUADRO 3 – Descrição das variáveis utilizadas e suas respectivas fontes, por método e etapa de trabalho

Etapas de Trabalho	Métodos	Variáveis utilizadas	Fonte
1. Imigração japonesa para o estado de São Paulo	Desagregação das idades	Idades quinquenais	Censo <i>The Japanese Immigrant in Brazil</i> (1958)
	Preferência por dígitos	Idades quinquenais	Censo <i>The Japanese Immigrant in Brazil</i> (1958)
	Pirâmides etárias	Idades quinquenais por sexo	Censo <i>The Japanese Immigrant in Brazil</i> (1958)
	Composição familiar	Tipos de família e número de membros da família na chegada, por período de chegada do chefe de família	Censo <i>The Japanese Immigrant in Brazil</i> (1958)
	Análise complementar	Registros fotográficos e documentais	Acervo pessoal e outras fontes
2. Distribuição espacial no estado de São Paulo	Mapas de distribuição	Total de população por município, total de amarelos por município e total de imigrantes japoneses por município	Censo Demográfico (IBGE, 1940; 1950; 1960) Censo <i>The Japanese Immigrant in Brazil</i> (1958)
	Índice de Segregação	Total de imigrantes por nacionalidade	Censo Demográfico (IBGE, 1940)
	Regionalização (Skater)	Total de população por município, total de amarelos por município e total de imigrantes japoneses por município	Censo Demográfico (IBGE, 1940; 1950; 1960) Censo <i>The Japanese Immigrant in Brazil</i> (1958)
	Autocorrelação espacial (Índice de Moran Global e LISA)	Total de população por município, total de amarelos por município e total de imigrantes japoneses por município	Censo Demográfico (IBGE, 1940; 1950; 1960) Censo <i>The Japanese Immigrant in Brazil</i> (1958)
	Análise complementar	Registros fotográficos e documentais	Acervo pessoal e outras fontes
3. Movimentos no estado de São Paulo e Alta Paulista	Mapas de fluxos	Quantidade de movimentos com origem e destino nas regiões do estado São Paulo	Censo <i>The Japanese Immigrant in Brazil</i> (1958)
	Diagrama de Sankey	Origem, destino e intensidade dos movimentos entre as regiões do estado de São Paulo	Censo <i>The Japanese Immigrant in Brazil</i> (1958)
	Mapas de distribuição	Total de população por município, total de amarelos por município e total de imigrantes japoneses por município	Censo Demográfico (IBGE, 1940; 1950; 1960) Censo <i>The Japanese Immigrant in Brazil</i> (1958)
	Análise complementar	Registros fotográficos e documentais	Acervo pessoal e outras fontes

Fonte: Elaborada pelo autor.

2.2.1 Etapa 1 – Imigração japonesa para o estado de São Paulo (por períodos)

Esta etapa de trabalho teve como objetivo a verificação inicial da qualidade dos dados do Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*, e sua potencialidade de uso para as análises posteriores, a partir dos métodos de desagregação das idades e preferências por dígitos. Além deste objetivo, constam também a caracterização dos três principais fluxos da imigração japonesa para o Brasil (1980-1924; 1925-1941; 1952-1973) e a imigração observada segundo os condicionantes legais. Apresenta-se então a construção dos perfis sociodemográficos dos imigrantes. Esta etapa utilizou dados secundários, provenientes principalmente do *The Japanese Immigrant in Brazil* (Censo da Colônia). A construção dos perfis sociodemográficos pauta-se pelas características socioeconômicas e demográficas: idade e sexo – para a construção das pirâmides etárias –, composição familiar e tamanho das famílias.

Posteriormente, para análise dos movimentos, presença e distribuição espacial da população de imigrantes e descendentes, utilizou-se as informações sobre as origens no Japão, origem e destino dos movimentos inter-regionais realizados no estado de São Paulo, bem como a presença de imigrantes e descendentes nos municípios, disponíveis no Censo da Colônia; além das informações sobre população estrangeira e população total dos municípios do estado de São Paulo, tendo como fonte os Censos Demográficos.

2.2.1.1 Métodos e formas de análise

Qualidade dos dados

As informações disponibilizadas, como população por idade e sexo, utilizadas para a construção das pirâmides etárias, identificando o perfil etário e as variações na composição dos fluxos no decorrer dos anos, demandaram a aplicação de técnicas que possibilitassem a verificação da qualidade das informações, tendo em consideração as limitações supracitadas do recenseamento.

As informações de idade e sexo estão apresentadas no Censo da Colônia por grupos etários quinquenais, não havendo as informações por idades simples. Dessa maneira, para que se verifique se houve alguma predileção por dígitos na declaração das idades, foi necessário aplicar primeiramente a desagregação das idades através dos multiplicadores de Sprague (1880):

[...] uma forma de interpolação polinomial oscilatória, que desagrega a população por grupos de idades em uma população por idades simples, utilizando fórmulas que se expressam em termos de equações lineares compostas, ou seja, em termos de multiplicadores que se aplicam aos dados a serem desagregados (NEUPERT, 2018¹⁴).

Utilizando-se da ferramenta Demo Tools do *software* “R”, foram aplicadas outras técnicas¹⁵ buscando-se verificar o padrão da distribuição por idades simples, de forma comparativa: *Beers ordinário* (BEERS, 1945), seguindo ideia semelhante aos multiplicadores de Sprague, a técnica se utilizada da interpolação de duas curvas sobrepostas, minimizando os quadrados das diferenças dentro do intervalo de interpolação; *Beers modificado* (BEERS, 1945), onde a fórmula comum é modificada para relaxar a exigência de que o valor dado seja reproduzido, gerando resultados interpolados mais suaves; *Monotone* (FRITSCH; CARLSON, 1980), onde a ferramenta gera um algoritmo para produzir interpolações que preservam propriedades como monotonicidade ou convexidade presentes nos dados, condições desejáveis para não introduzir detalhes tendenciosos que não podem ser determinados a partir dos dados; PCLM (*Penalized Composite Link Model*), que desagrupa os dados, assumindo que as contagens são distribuídas pelo modelo Poisson, pressupõe que a variância dos dados seja igual à média (EILERS, 2007). A única suposição subjacente ao modelo é a suavidade, que geralmente é atendida com contagens demográficas; e *Graduação com distribuição uniforme*, realizado assumindo que as contagens são distribuídas uniformemente em cada intervalo de idade. Também é assumido que os intervalos das idades iniciais são inteiros, maiores ou iguais a um. Esta opção simplesmente divide as contagens agregadas em grupos etários únicos.

Após a interpolação dos dados quinquenais em idades simples, foi calculado o Índice de Whipple, que consiste em uma medida de qualidade da declaração de idade baseada na preferência (atratividade) das idades informadas pelos dígitos terminados em zero e cinco (separadamente para zero e cinco, e em conjunto pelos dígitos zero e 5). É utilizada a população entre 23 e 62 anos, com a finalidade de eliminar idades que apresentam processo complexo de declaração, conforme indicação e cálculo propostos pela ONU (1955):

This index is obtained by summing the age returns between 23 and 62 years inclusive and finding what percentage is borne by the sum of the returns of Years ending with 5 and 0 to one-fifth of the total sum. The result would vary between a minimum of 100, representing no concentration at all, and a maximum of 500, if no

¹⁴ Disponível em: <http://scielo.iics.una.py/pdf/pdfce/v24n47/2076-054X-pdfce-24-47-00035.pdf>. Acesso em dez. 2021.

¹⁵ A descrição das técnicas utilizadas pela ferramenta DemoTools do *software* R estão disponíveis em: https://timriffe.github.io/DemoTools/articles/graduation_with_demotools.html. Acesso em: dez. 2021.

returns were recorded with any digits other than the two mentioned (ONU, 1955, p. 40).

A classificação categórica, baseada no Manual II da ONU (1955) é:

TABELA 1 – Classificação do Índice de Whipple

Classificação Categórica	Variação do Índice de Whipple
Dados precisos	$99 \leq IW \leq 104,9$
Dados pouco precisos	$105 \leq IW \leq 109,9$
Dados aproximados	$110 \leq IW \leq 124,9$
Dados grosseiros	$125 \leq IW \leq 174,9$
Dados muito grosseiros	$175 \leq IW \leq 501$

Fonte: ONU (1955).

Características dos fluxos imigratórios principais e a imigração pela perspectiva da legislação

Valendo-se de referenciais teóricos e outros materiais, buscou-se analisar a formação dos principais fluxos de imigrantes japoneses para o Brasil, entre 1908 e 1924, 1925 e 1941 e entre 1952 e 1973, e seus principais desdobramentos. Imbuídas pela perspectiva histórica, foram apresentadas as principais condições em que ocorreram os fluxos e quais as diferenças observadas entre eles, desde os primeiros grupos, que chegavam sem qualquer conhecimento sobre o Brasil, até a intensificação das entradas e o ápice vivenciado nos anos 1930; o período da Segunda Guerra Mundial e a ruptura das relações diplomáticas entre Brasil e Japão; ao final da guerra, a retomada das relações diplomáticas e as novas entradas de imigrantes; do trabalho nas fazendas à aquisição de terras; a presença e ocupação nas distintas regiões do estado de São Paulo; a criação e a presença fundamental das colônias de imigrantes; a ação das empresas de colonização japonesas.

Chega-se então à questão da legislação, enquanto fator determinante na delimitação dos condicionantes necessários à imigração dos japoneses; a legislação referente aos subsídios e estímulos aos imigrantes; sua atuação subserviente à ação do capital, no que diz respeito aos interesses e à demanda pela mão-de-obra imigrante; a situação paradoxal observada, entre a necessidade pela força de trabalho em oposição ao recorrente pensamento eugenista, encontrado em determinados segmentos dos distintos níveis legislativos, com a pretensão de europeizar e embranquecer a população brasileira, à qual a imigração japonesa gerava grandes incômodos.

Construção dos perfis sociodemográficos

Aplicadas as técnicas de avaliação da qualidade dos dados, segue-se com os procedimentos analíticos voltados à caracterização sociodemográfica dos fluxos imigratórios de japoneses para o Brasil. Para a elaboração dos perfis sociodemográficos dos imigrantes, foram utilizadas as informações disponibilizadas no *The Japanese Immigrant in Brazil* (SUZUKI, 1964), constituídos dos seguintes elementos de observação:

- Perfil etário: foi dado pela construção das pirâmides etárias, a partir de dados de idade e sexo, por período de chegada no Brasil.
- Contexto migratório: análise qualitativa de informações obtidas junto ao referencial teórico sobre migração japonesa;
- Composição familiar: dados referentes às famílias imigrantes e descendentes, das seguintes categorias: Conjugal, Linear, Colateral, Linear e Colateral, Afinidade, com membros não-japoneses, Irmãos e Uma Pessoa. A descrição de cada uma das categorias encontra-se na Figura 6.
- Tamanho da família: referente ao número de membros da família na chegada, por período de chegada do chefe de família;
- Registros ilustrativos: foram utilizados registros fotográficos de acervo pessoal das famílias “A”, “S” e “U”. Além de registros fotográficos obtidos junto ao Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil.

FIGURA 6 – Descrição dos tipos de família segundo o *The Japanese Immigrant in Brazil*

Tipos de família	Descrição	Esquema gráfico
Conjugal	Casal com ou sem filhos(as) solteiros(as)	
Linear	Família com ascendentes lineares do chefe de família homem ou com um filho(a) casado(a) ou com neto(a) solteiro(a) ou irmãos(ãs) do chefe de família homem casado	
Colateral	Família com irmãos ou outros parentes colaterais casados do chefe de família	
Linear e colateral	Família com características de família linear e família colateral	
Por afinidades	Família por afinidades, isto é, com parentes da esposa	
Com membros não-japoneses	Família com um ou mais membros não-japoneses	
Irmão	Família composta por chefe de família solteiro e seus irmãos(ãs) solteiros(as)	
Uma pessoa	Pessoa que vive sozinha e é economicamente independente	

Legenda: Δ homens; ○ mulheres; = laços de casamento; — laços de sangue; ▲ chefe de família homem; ● chefe de família mulher; ⚔ homen falecido, separado ou divorciado; ∅ mulher falecida, separada ou divorciada; | ascendência e descendência direta

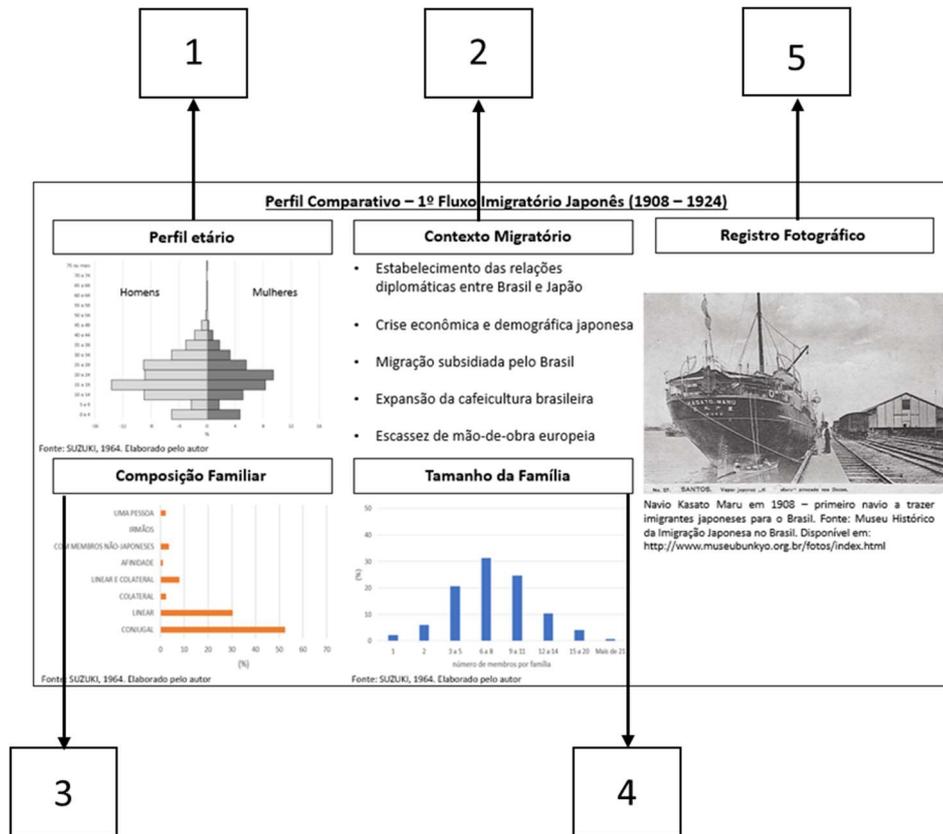
Fonte: Suzuki (1964).

Painel comparativo

Ao final, foram construídos os painéis comparativos, para os três principais fluxos de imigrantes japoneses. Tal proposta refere-se à metodologia desenvolvida por Anazawa (2012), sob a insígnia de “Painéis de Observações”. A proposta adotada visa explorar a complexidade dos temas, a partir de uma visualização integrada dos elementos abordados, que não devem ser observados sob a ótica de um único índice sintético, ou de uma única variável, medida ou forma de visualização dos dados. Tal proposta possibilita o entendimento multidimensional das questões apresentadas, a partir da integração de representações gráficas e informações tabuladas. Para cada Painel Comparativo são evidenciados cinco elementos de observação: **1** – Perfil etário; **2** – Contexto migratório; **3** – Composição familiar; **4** – Tamanho da família; **5** – Registros fotográficos de cada período.

A seguir, temos um exemplo de como foram identificados cada um destes elementos no quadro comparativo:

FIGURA 7 – Itens presentes no Painel Comparativo



Fonte: Elaborado pelo autor.

2.2.2 Etapa 2 – Distribuição espacial no estado de São Paulo

Após a caracterização dos três principais fluxos de imigrantes japoneses para o Brasil, esta etapa de trabalho teve como objetivo analisar os movimentos realizados após a chegada destes imigrantes, com destaque para o estado de São Paulo, que recebeu sua maior parte, chegando a ter uma concentração acima de 90% desses imigrantes em relação à totalidade do território nacional (BASSANEZI; TRUZZI, 2008).

Além dos movimentos, tendo como propósito a compreensão da relação da população imigrante com o espaço, buscou-se, a partir de ferramentas analíticas, verificar se a distribuição espacial desta população esteve atrelada a outros elementos que os levassem a ocupar determinadas localidades: a distribuição espacial dos imigrantes nos municípios paulistas a partir da construção de mapas de distribuição espacial; a construção do índice de segregação, analisando a presença de japoneses em relação à população total dos municípios e sua espacialização a partir de mapas; a regionalização dos imigrantes japoneses no estado de São Paulo (pela ferramenta Skater); as estatísticas espaciais (Índices de Moran Global e Local), para verificar se a distribuição dos imigrantes japoneses apresentou determinado

padrão, associado à sua localização geográfica; a construção de uma matriz origem-destino para analisar as intensidades dos movimentos e sua distribuição no espaço geográfico.

Foram utilizados dados do *The Japanese Immigrant in Brazil* (Censo da Colônia) e dos Censos Demográficos dos anos de 1940 e 1950. Não se pretende aqui que as análises sejam comparativas, tendo em vista que partem de bases de dados e pesquisas distintas, mas sim averiguar se há convergências ou discrepâncias nas informações obtidas, tendo em vista que tratam de um mesmo grupo populacional.

2.2.2.1 Métodos e formas de análise

Distribuição espacial da população

Para identificar os municípios do estado de São Paulo com presença de imigrantes e descendentes, foram utilizadas as informações do Censo da Colônia para o ano de 1958 (ano de aplicação do Censo) e dos Censos Demográficos brasileiros de 1920, 1940, 1950 e 1960. Acerca da presença de população estrangeira, de origem japonesa nos municípios do estado de São Paulo foram utilizadas as informações somente dos anos de 1920, 1940 e 1958. Não há identificação de população japonesa, por município, nos Censos posteriores a 1940, somente para a totalidade do estado. Isso impede que haja uma comparação entre os Censos Demográficos brasileiros, acerca da evolução da presença de indivíduos desta origem nos municípios.

Em relação à população “amarela”, foram utilizadas as informações dos Censo Demográficos de 1940 e 1950, e para 1958 foram somados os imigrantes japoneses e seus descendentes, para constituir uma variável *proxy* da “população de amarelos”.

A distribuição espacial da população foi analisada a partir de dois grupos de indicadores:

- Grupo 1 – Números absolutos de imigrantes japoneses em 1920, 1940 e 1958; proporção de imigrantes japoneses em 1920 (população estrangeira de origem japonesa por município em 1920, em relação à população total por município em 1920); proporção de imigrantes japoneses em 1940 (população estrangeira de origem japonesa por município em 1940, em relação à população total por município em 1940); proporção de imigrantes japoneses em 1958 (imigrantes japoneses em 1958, em relação à população total por

município em 1960, do Censo Demográfico de 1960, uma vez que não há população total por município em 1958).

- Grupo 2 – Números absolutos de indivíduos de raça/cor “amarela” em 1940, 1950 e 1958; proporção de “amarelos” em 1940 (população “amarela” de 1940, em relação à população total por município em 1940); proporção de “amarelos” em 1950 (população “amarela” de 1950, em relação à população total por município em 1950); proporção de “amarelos” em 1958 (variável *proxy* de “amarelos” em 1958, em relação à população total por município em 1960, do Censo Demográfico de 1960, uma vez que não há população total por município em 1958).

Índice de Segregação

Uma das propostas analíticas foi a verificação de índices de segregação com relação à população imigrante. Estes índices medem quão desigual é a distribuição de um determinado grupo em uma área geográfica. As variáveis utilizadas neste cálculo são: população de estrangeiros japoneses em 1920 e 1940 (Censo Demográfico) e 1958 (Censo da Colônia) em relação à população total do estado de São Paulo e seus municípios para 1920 e 1940 (Censo Demográfico) e 1960 (Censo Demográfico); População raça/cor “amarela” em 1940 e 1950 (Censo Demográfico 1940 e 1950) e *proxy* população “amarela” em 1958 (Censo da Colônia), em relação à população total do estado de São Paulo e seus municípios em 1940, 1950 e 1960 (Censo Demográfico).

O Índice de Segregação foi proposto por Duncan e Duncan (1955), e consiste em uma medida de dispersão de um único grupo e sua distribuição em uma dada área. No índice calculado, se compara a distribuição de imigrantes em determinados municípios com relação à distribuição no estado de São Paulo. Os valores para a análise da segregação vão de 0 a 1, dessa maneira, quanto mais próximo de 0, ou seja, quanto mais similar à distribuição encontrada no estado, menor é a segregação; por outro lado, quanto mais próxima de 1, ou mais distinto da distribuição do estado, maior é a segregação. Quanto mais segregada é uma população ou determinado grupo, mais dispersa ou heterogênea é a sua distribuição em um território determinado (IPEA, 2011). O cálculo do índice de segregação é dado pela equação:

$$IS = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^n \left| \frac{x_i}{X} - \frac{t_i - x_i}{T - X} \right|$$

Onde x_i é a população total do grupo X (japoneses/amarelos) na unidade i (municípios); t_i é a população total na unidade i ; T é a população total (total no estado de São Paulo); e X é a população total no grupo X (total de japoneses/amarelos no estado de São Paulo).

Regionalização

Além da análise proposta acima, a respeito da distribuição espacial dos imigrantes no Estado de São Paulo, são apresentadas a seguir duas análises que buscam identificar, tal como o índice de segregação, a presença da população de imigrantes japoneses e seus descendentes nos municípios do Estado e a importância do componente espacial na análise demográfica. Desta forma, propõe-se a aplicação de duas técnicas que visam identificar semelhanças entre os municípios, em termos de ocupação por imigrantes, especificamente japoneses e seus descendentes.

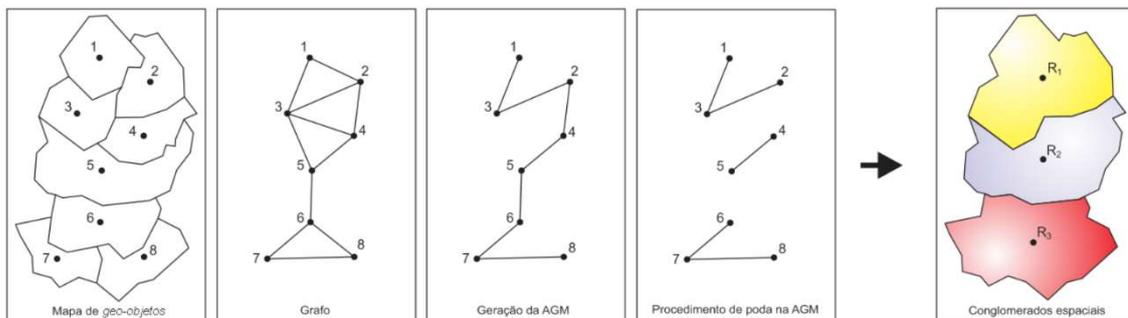
A primeira técnica apresentada é a ferramenta Skater (ASSUNÇÃO et al., 2006), cuja premissa é a contiguidade entre as regiões analisadas, neste caso, os municípios do Estado de São Paulo. Os municípios devem apresentar uma variável homogênea, por exemplo, a alta presença de imigrantes japoneses; e devem ser vizinhos, para que haja a contiguidade necessária. Os municípios integrantes de uma mesma classe devem formar uma “região única, homogênea e espacialmente contínua” (CAMARGO; MONTEIRO, 2010).

É uma ferramenta que realiza a regionalização de geo-objetos (municípios) considerando seu centroide, que fica apenas próximo daquele que compartilha uma fronteira. Isso significa que, embora outros municípios compartilhem variáveis com valores semelhantes, eles necessariamente devem ser vizinhos para que o Skater seja aplicado, criando uma regionalização. Os municípios são agrupados de acordo com medidas semelhantes, derivadas do conjunto de variáveis de interesse aplicadas à análise espacial, por exemplo, a maior ou menor presença proporcional de imigrantes japoneses nos municípios. Assim, a formação de grupos ocorre a partir da eliminação das dissimilaridades nas variáveis de interesse, buscando vincular os municípios que apresentam proximidade, tanto em relação aos seus vizinhos, quanto às características obtidas das variáveis.

A regionalização de áreas por meio da ferramenta Skater baseia-se na construção de um grafo (Figura 8), uma estrutura de representação de dados constituída por um diagrama formado por pontos – unidades espaciais com suas respectivas informações -, onde os vizinhos são interligados por linhas (ANDRADE; SOUZA; GOMES, 2015). Os pontos são

chamados de “nós” e as linhas são “arestas”. Desta forma, o método Skater depende da interconectividade das bases vetoriais. A ferramenta busca simplificar o grafo, reduzindo suas arestas de acordo com a maior similaridade de informações entre os nós. Ao final, o método gera uma árvore que, ao remover uma aresta adicional, dividirá o grafo em duas outras (podas), desconectadas, gerando conglomerados espaciais. O método de partição é denominado *Minimal Spanning Tree* (ASSUNÇÃO et al., 2006) por “ter a menor soma dos graus de dissimilaridade entre suas fronteiras” (CASTRO et al., 2004), buscando criar conglomerados ou *clusters* de municípios o mais homogêneos possível entre si.

FIGURA 8 – Exemplo da regionalização a partir da poda do *Minimal Spanning Tree*



Fonte: Camargo e Monteiro (2010).

Foi utilizada a variável “proporção de imigrantes japoneses” em relação ao total de população, em cada município, em 1920, 1940 e 1958; e a variável raça/cor “amarela”, em 1940, 1950 e 1958.

Autocorrelação espacial

Outra proposta analítica, baseada em estatística espacial, é a utilização do Índice de Moran, que analisa a correlação das informações entre os municípios. Segundo Anselin (1992), a análise espacial pode fornecer informações sobre padrões espaciais de lugares e valores e sua associação espacial. Nesse sentido, o Índice de Moran estima o quanto o valor observado de uma determinada variável depende de outros valores da mesma variável em áreas vizinhas (CÂMARA; CARVALHO, s. d.).

É uma medida global de autocorrelação espacial, ou seja, “mede a dependência espacial a partir de observações simultâneas no conjunto de n localizações” (RAMOS, 2002). O Índice de Moran é uma medida que indica o grau de associação espacial presente no conjunto de dados, neste caso, as informações sobre a presença de imigrantes nos municípios

paulistas, buscando padrões de associação local entre os objetos georreferenciados e verificando se há concentrações ou tendências nas características encontradas que apontem para elementos territoriais relevantes. Os valores do índice de Moran variam de -1 a 1, onde valores positivos indicam que os atributos de um geo-objeto (neste caso, os municípios) tendem a ser semelhantes aos de seus vizinhos. Valores negativos indicam autocorrelação inversa (NEVES et al., 2000). Uma vez calculado, é importante estabelecer sua validade estatística. Para estimar a importância do índice, a abordagem mais comum é um teste de pseudo-significância (INPE, s. d.). O cálculo do Índice de Moran foi aplicado a partir da utilização do software TerraView versão 5.6.1, sobre a variável “proporção da população japonesa com relação à população total nos municípios do estado de São Paulo”, para os anos de 1920, 1940 e 1958 e para “proporção da população amarela com relação à população total nos municípios do estado de São Paulo”, para os anos de 1940, 1950 e 1958.

O Índice de Moran global fornece um valor como medida de associação espacial para todo o conjunto de dados da área. No entanto, em muitos casos é desejável analisar os padrões em escala, com mais detalhes, para verificar se a hipótese de estacionariedade¹⁶ do processo é localmente válida. Para verificar, é necessário utilizar indicadores locais de associação espacial (*Local Indicators for Spatial Association – LISA*) que podem ser associados a diferentes localizações de uma variável espacialmente distribuída. Esta metodologia utiliza o Índice de Moran Local para encontrar a correlação espacial nestas áreas. Por se tratar de um indicador local, há um valor de correlação específico para cada área, o que permite identificar *clusters* espaciais e *outliers* (ANSELIN, 1992).

No Índice de Moran Local, a autocorrelação espacial é calculada a partir do produto dos desvios da média como medida de covariância, de modo que valores significativamente altos indicam altas probabilidades de haver locais de associação espacial de ambos os polígonos com altos valores associados, bem como valores associados baixos. Por outro lado, baixos valores apontam para um padrão que pode ser entendido como pontos de comportamento mais erráticos da variável observada entre um polígono (municípios) e seus vizinhos (RAMOS, 2002). Desta forma, o que se pretende com os indicadores locais de associação espacial é verificar se, dentro de um conjunto de localidades, com base em padrões espaciais locais, há uma tendência de encontrar valores semelhantes para as amostras selecionadas com significância estatística.

¹⁶ “O conceito de estacionariedade aplicado a áreas geográficas significa que a média do processo medido em estudo não é constante em todas as subáreas”, o que significa que outros fatores podem potencializar a tendência espacial de uma determinada variável e sua distribuição (SANTOS; SOUZA, 2007, p. 71).

A visualização dos padrões de associação espacial locais é possível a partir do mapa de espalhamento de Moran (*Moran Scatterplot Map – Box Map*), que compara a “distribuição espacial de uma variável com a média local de sua vizinhança. Esses valores são normalizados, portanto, com uma média global igual a zero” (RAMOS, 2002, p. 87), fornecendo uma classificação final em quatro regimes espaciais definidos. O Mapa de dispersão de Moran:

[...] classifica as zonas de acordo com quatro regimes espaciais: áreas com associação espacial positiva, Q1-valor positivo e médias locais positivas (alto-alto) e Q2-valor negativo e média local negativa (baixo-baixo); e áreas com associação espacial negativa, Q3-valor positivo e média local negativa (alto-baixo) e Q4-valor negativo e média local positiva (baixo-alto). As zonas classificadas como Q3 e Q4 podem ser interpretadas como locais que não seguem o mesmo processo de dependência espacial, indicando pontos de transição entre diferentes padrões espaciais ou pontos de não estacionaridade do atributo (RAMOS, 2002, p. 87).

Outra forma de visualização dos indicadores locais consiste no *Lisa Map*, que avalia a significância dos valores do Índice de Moran local obtido para cada município. As informações de autocorrelação observadas entre os municípios estão apresentadas em um *Lisa Map*, para a variável “proporção de população amarela em relação à população total nos municípios do estado de São Paulo”, em 1940, 1950 e 1958; e para “proporção de população de japoneses em relação à população total nos municípios do estado de São Paulo”, em 1920, 1940 e 1958. No *Lisa Map*, os agrupamentos de municípios estão classificados como tendo autocorrelação “Não Significante”, ou seja, não há correlação significativa entre as variáveis “amarelos” ou “japoneses” nos municípios em relação aos seus vizinhos; e outras três categorias, que apontam para autocorrelação com significância de 95%, 99% e 99,9%, indicando correlação, ou seja, comportamento semelhante dos municípios identificados em relação às variáveis utilizadas.

Segundo Getis e Ord (1996) e Ramos (2002), os LISAs podem ser utilizados para a identificação de *clusters*, da condição de estacionariedade do conjunto amostral e da análise de áreas de influência de variáveis e escalas de observação. Em conjunto, podem ser relacionados com a análise das características distributivas de uma determinada variável em um território, tais como as concentrações, persistências e transições. Essas “expressões quantitativas da estrutura territorial” (RAMOS, 2002, p. 88), foram analisadas neste trabalho a partir da identificação de regiões significativas para a concentração espacial de imigrantes japoneses e seus descendentes ao longo do tempo (1920, 1940, 1950 e 1958), indicando a relação dos municípios e sua vizinhança.

2.2.3 Etapa 3 – Movimentos no estado de São Paulo. Alta Paulista: destino final?

A última etapa teve como objetivo analisar os movimentos migratórios ocorridos no estado de São Paulo, entre as diferentes regiões do estado, e especificamente para a região da Alta Paulista. Nesta etapa, foram utilizados dados do Censo *The Japanese Immigrant in Brazil* (Censo da Colônia) referentes a 1958, e dos Censos Demográficos do IBGE de 1920, 1940, 1950 e 1960, no que diz respeito à presença da população japonesa e de raça/cor “amarela” no estado de São Paulo, e sua distribuição nos municípios da Alta Paulista.

Com relação ao Censo da Colônia, foram utilizados ainda os dados sobre os movimentos migratórios, propostos por Suzuki (1969), caracterizando as regiões do estado de São Paulo, a partir de padrões de tendência regional quanto à distribuição espacial da população e padrões relacionados aos fluxos de entrada e saída dos imigrantes e seus descendentes em cada região.

Em seguida, as análises voltam-se para a Alta Paulista, como proposta de estudo de caso, considerando os mesmos elementos apresentados para o conjunto do estado de São Paulo, porém desde um recorte espacial específico, que parte do contexto histórico de formação e ocupação da região, passando pela análise da origem, do destino e da intensidade dos movimentos realizados pelos imigrantes e descendentes, chegando à distribuição espacial da população observada, a partir de informações referentes à proporção de japoneses e população de raça/cor “amarela” nos municípios que compõem a Alta Paulista. Tal qual foi apontado anteriormente, considerando criação e emancipação de municípios no estado de São Paulo, entre 1920 e 1958, para as análises da distribuição espacial da população japonesa e “amarela” na Alta Paulista, foi necessário realizar a compatibilização das malhas territoriais e dos dados referentes aos municípios que compuseram a região durante o período abordado.

2.2.3.1 Métodos e formas de análise

Movimentos inter-regionais

Os movimentos ocorridos no estado foram analisados pela perspectiva dos padrões de tendências de ocupação populacional, e dos movimentos preponderantes em cada região, valendo-se da proposta metodológica apresentada por Suzuki (1969).

Os padrões de tendência de ocupação populacional são analisados a partir de três grupos, classificados por: A – Regiões que receberam grande incremento populacional, seguido por grande decréscimo; B – Regiões que recebem grande incremento populacional e tornam-se estacionárias; e C – Regiões que possuíam, até a realização do Censo da Colônia, apenas incremento populacional.

Segue-se a isso, a informação acerca dos padrões de movimentos populacionais, observados nas distintas regiões do estado de São Paulo. As regiões, segundo o que propõe Suzuki, vivenciaram três fases de movimentos: a fase das entradas, cuja proporção supera as outras fases; fase da migração intrarregional, quando os movimentos ocorridos internamente em cada região delimitada, superam proporcionalmente os movimentos de entrada e de saída; e fase de saída. Segundo o que propõe o autor, uma mesma região pode ter vivenciado as três fases, duas fases ou apenas uma delas.

Considerando essas observações, e o período analisado, entre 1908 e 1958, Suzuki propõe a classificação das regiões de acordo com as seguintes categorias de movimentos predominantes em cada região:

- ***Incoming* → *Outgoing***: regiões que apresentaram, nesta sequência, grandes entradas, migração intrarregional, e depois grandes saídas de imigrantes;
- ***Always Outgoing***: regiões que apresentaram sempre saídas proporcionalmente maiores;
- ***Outgoing* → *Incoming***: regiões que inicialmente apresentaram saídas proporcionalmente maiores, porém tornaram-se posteriormente regiões que passaram a contar proporcionalmente com mais entradas;
- ***Always Incoming***: regiões que apresentaram proporcionalmente maiores movimentos de entrada.

Dessa maneira, buscou-se verificar se, nas regiões apontadas, a população de imigrantes e descendentes aumentou, diminuiu ou manteve-se estável, em relação ao momento da chegada.

Intensidade de fluxos

Para a análise da intensidade e localidade dos movimentos realizados pelos imigrantes, foram utilizadas informações de origem e destino dos imigrantes, após sua chegada, segundo regiões do estado de São Paulo (SUZUKI, 1964). As regiões identificadas foram as mesmas apresentadas no Censo da Colônia, tendo em vista que esta foi a base de dados utilizada. Nestas regiões, foram analisadas as informações tanto de origem e destino, quanto a intensidade dos movimentos de/para cada região apresentada. A análise é ilustrada a partir de um Diagrama de Sankey, uma representação visual que relaciona duas variáveis: regiões do estado de São Paulo e a quantidade de movimentos de/para cada região. Dessa forma, foi necessária a construção de uma matriz origem-destino para cada período analisado, considerando-se, além dos três períodos principais da imigração japonesa para o Brasil (1908-1924; 1925-1941; 1951-1958) o período que corresponde também à interrupção nas entradas de imigrantes japoneses no país, em decorrência do início da Segunda Guerra Mundial, até a retomada das relações diplomáticas entre os dois países (1942-1950), visto que, apesar de haver a suspensão dos fluxos imigratórios, os movimentos internos ao estado de São Paulo se mantiveram.

A matriz origem-destino também foi utilizada para a construção de mapas de fluxos, com o objetivo de demonstrar espacialmente a localização e a intensidade dos movimentos dos imigrantes japoneses e seus descendentes no estado de São Paulo, nos períodos utilizados.

Distribuição espacial da população por período

Os dados utilizados para analisar a distribuição espacial da população de imigrantes e seus descendentes, na região da Alta Paulista, são compostos por informações disponíveis no Censo da Colônia, com relação à presença, nos municípios da referida região, de imigrantes japoneses e dos imigrantes somados aos seus descendentes, apontado anteriormente como *proxy* à população de raça/cor “amarela” observada nos Censos Demográficos.

São utilizados também o Censo Demográfico de 1920, considerando a população estrangeira japonesa e população total dos municípios; Censo de 1940, valendo-se das informações sobre população estrangeira japonesa, por município do estado de São Paulo, bem como os dados sobre população “amarela”, e população total dos municípios; Censo de

1950, considerando a população de raça/cor “amarela” e população total dos municípios; e o Censo de 1960, considerando a população total dos municípios.

Foram realizadas análises da presença proporcional de japoneses, para 1920, 1940 e 1958, e “amarelos” nos municípios, para 1940, 1950 e 1958. As informações estão representadas visualmente em mapas que apontam a evolução da divisão territorial dos municípios compreendidos na Alta Paulista, nos períodos selecionados, bem como a classificação em torno do percentual relacionado à presença proporcional dos referidos grupos.

Elementos complementares

Outras informações estão dispostas no texto, referentes às características da Alta Paulista, com o propósito de apresentar ao leitor a região, como ela é considerada atualmente e porque enquadra-se no campo analítico proposto, com especial atenção à presença marcante da população Nikkei nos municípios da região. Foram utilizadas informações provenientes da Associação dos Municípios da Alta Paulista (AMNAP), com relação à delimitação dos municípios que compõe atualmente a região; e do Censo Demográfico de 2010, a partir dos dados sobre a presença da população “amarela” nesses municípios, que embora não tenham a proximidade que os dados referentes aos anos de 1920, 1940, 1950, 1958 e 1960 possam oferecer, considerando a presença de imigrantes e descendentes na região, permitem vislumbrar em período mais recente, a potencial presença dessa população no referido espaço.

Foram utilizadas ainda imagens e fotografias, referentes a propagandas, famílias de imigrantes e edificações, que ilustram e reforçam as informações apresentadas, sejam elas por meio das análises dos dados, ou através do contexto histórico da formação da região analisada. Tais imagens buscam apresentar ao leitor aspectos que extrapolam as informações secundárias, e expõem um pouco da situação vivenciada por imigrante e descendentes durante o processo de ocupação do estado e da região.

Outro elemento a se considerar nas análises apresentadas, foi a utilização de trechos de depoimentos, provenientes de entrevistas semiestruturadas (com roteiro de questões previamente elaborado, direcionado às informações inerentes ao processo migratório) realizadas com imigrantes. Muito embora essas entrevistas tivessem um propósito metodológico inicialmente distinto – buscando nelas elementos que não só extrapolassem as informações dos dados secundários, mas que permitissem agregar outras informações, que serviriam para aprofundar o conhecimento sobre as trajetórias e etapas

migratórias vivenciadas pelos imigrantes –, mas que em decorrência dos diversos problemas enfrentados durante a realização desta pesquisa, especialmente a situação de pandemia, que impossibilitaram a realização das entrevistas previstas, visto que o público-alvo eram pessoas imigrantes e descendentes, com idade avançada, e cujo contato poderia expô-las a riscos. Dessa forma, os depoimentos obtidos, anteriormente à pandemia, foram utilizados para ilustrar as informações e considerações do referencial teórico, especialmente em relação à presença dos imigrantes e descendentes na Alta Paulista, apresentando as experiências vivenciadas por pessoas que estiveram diretamente inseridas no processo de ocupação da região. Os detalhes referentes à construção das entrevistas semiestruturadas, roteiro, avaliação pelo Comitê de Ética da Unicamp e aplicação, estão dispostos no Apêndice C.

Os resultados e discussões estão apresentados nos três capítulos que seguem: o Capítulo 3, que se refere à etapa 1; Capítulo 4 referente à etapa 2 de trabalho; e o Capítulo 5, referente à etapa 3.

CAPÍTULO 3 – TEMPO, ESPAÇO E CARACTERÍSTICAS DOS PRINCIPAIS FLUXOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL (1908-1924; 1925-1941; 1952-1973)

3.1 O Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*

No Capítulo 1 apresentou-se o Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*, também referenciado como Censo da Colônia, indicando os motivos pelos quais fora elaborado, as informações que nele estão compreendidas, suas limitações e potencialidades e exemplos de trabalhos que dele se utilizaram. Buscou-se revisitá-lo, sob a perspectiva demográfica, analisando quais delas são inerentes à sua análise, de que maneira poderiam ser aplicadas e qual é a qualidade dos dados trazidos na fonte.

A primeira discussão que se faz necessária à utilização desta fonte, é se de fato se trata de um censo. Segundo a *United Nations Economic Commission for Europe – UNECE*:

[...] the population census is defined as the operation that produces at regular intervals the official counting (or benchmark) of the population in the territory of a country and in its smallest geographical sub-territories together with information on a selected number of demographic and social characteristics of the total population. This operation includes the process of collecting (through enumeration or registered-based information) and aggregating individual information and the evaluation, dissemination and analysis of demographic, economic and social data. [...] Data from population censuses may at times be presented and analyzed in terms of statistics for a wide variety of geographical units ranging from the country as a whole to individual small localities or city blocks (UNECE, 2006, p. 6-7).

Dessa maneira, o que se verifica é que quesitos fundamentais como a cobertura e a sistematização de informações de cunho demográfico, econômico e social da população, em determinado momento, são contempladas pelo Censo da Colônia. Contudo, outros dois aspectos importantes não estão totalmente ou foram apenas parcialmente atendidos: o primeiro, e talvez fundamental, é a questão da periodicidade. Como identificado nas considerações da ONU, por meio da UNECE, o censo conforma-se a partir de uma “operação com intervalos regulares”, ou seja, é necessário que haja periodicidade na captação das informações, para que seja possível um comparativo entre as informações captadas em dois ou mais momentos no tempo, e tal elemento não é contemplado, pois foi realizado uma única vez, em 1958.

Outro ponto fundamental é a universalidade das informações, ou seja, deve abranger a totalidade da população. No caso do Censo da Colônia, o recenseamento foi direcionado exclusivamente à população de japoneses imigrantes e seus descendentes,

excluindo-se o restante da população. Em certo sentido, pode-se considerar que tal aspecto foi parcialmente considerado, tendo em vista que ele atendeu o objetivo de recensear a comunidade nipônica em sua totalidade, abrangendo todo o território brasileiro, considerada como população “total”. Outros censos podem tratar de temas ou populações específicas. A título de exemplo, podem ser citados o Censo Agropecuário (IBGE, 2019), que trata especificamente da produção agropecuária brasileira, e o Censo da População em Situação de Rua (Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social de São Paulo – SMADS, 2022).

É difícil encontrar nos trabalhos de autores que se utilizaram das informações do Censo da Colônia uma definição uníssona acerca desta pesquisa, ora sendo tratada como recenseamento, ora como pesquisa. Sakurai (2000) aponta ainda para outros problemas em relação à captação das informações:

De acordo com a explicação da metodologia adotada, os questionários foram distribuídos pelo método da bola de neve, ou seja, pelas redes de contato. Por isto, não há segurança de que todos os japoneses e descendentes tenham participado do levantamento (SAKURAI, 2000, p. 81).

Foram recenseadas no Censo da Colônia 438.719 pessoas. Não há possibilidade de fazer comparações com outras bases de dados, como é o caso do Censo Demográfico do IBGE, até pela própria impossibilidade de identificação dos japoneses naturalizados e de seus descendentes. Dessa forma, é possível buscar alguma convergência nas fontes, através de informações disponibilizadas, por exemplo, no quesito raça-cor, utilizando, como proposto aqui, uma *proxy* entre a população caracterizada como “amarela” – atribuída a indivíduos com origem no leste asiático – e a população japonesa e seus descendentes, que representavam quase que a totalidade de recenseados inseridos nesta categoria fenotípica nos Censos de 1940, 1950 e 1960 (SUZUKI, 1969; PETRUCCELLI, 2013)¹⁷.

As informações de raça/cor amarela, para o Censo Demográfico de 1960 do IBGE, apontam que foram recenseadas 482.848 pessoas com tal característica. Percebe-se, ainda que sem poder realizar uma comparação direta das informações, que tanto o Censo Demográfico quanto o Censo da Colônia apresentam valores bastante próximos, ou seja, são informações congruentes, ainda que se trate de fontes de dados distintas¹⁸.

¹⁷ Para mais informações acerca deste debate: BONATTI, T. F. “Amarelo”: a terminologia e o quesito raça/cor nos Censos Demográficos (1940-2010), 2020. Série de Webnários GT População e História (ABEP).

¹⁸ O montante de entrevistados nas duas pesquisas, considerando-se todas as possíveis distorções nas informações (como já fora apresentado no Capítulo 2 deste trabalho, especialmente com relação à autodeclaração no Censo do IBGE, onde pessoas adoentadas – com “amarelão” (PIZA; ROSEMBERG, 1998-1999) –, ou

Sem correr o risco de cair em determinismos, o que as informações apresentam é a possibilidade de se considerar, a partir dessas aferições, que em termos do contingente e do universo de entrevistados, o Censo da Colônia tenha sido bem-sucedido, levando-se em conta também todos os problemas e dificuldades para acessar determinadas regiões do país, no contexto da época em que foi realizado (1958). Outro ponto que agrega mais credibilidade à pesquisa, foi o suporte fornecido pelo IBGE para sua realização, através dos treinamentos fornecidos, apoio logístico, tratamento dos dados e a disponibilização dos escritórios regionais para a efetuação da pesquisa.

Em termos da periodicidade do Censo da Colônia, ao momento da realização do recenseamento, não foi possível saber se cogitou-se realizar novas pesquisas, que trariam a necessária continuidade na captação das informações. Houve inclusive uma iniciativa de atualização das informações, apresentadas na Pesquisa da População de Descendentes de Japoneses Residentes no Brasil, 1987-1988, realizada pelo Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, porém com mudanças na metodologia de aplicação, captação dos dados e tabulação das informações. Dessa maneira, ainda que posteriormente tal critério não tenha sido atendido, ao momento da sua realização, todos os aspectos que eram demandados foram contemplados.

É possível, portanto, afirmar que o *The Japanese Immigrant in Brazil* é um censo, ainda que com limitações e problemas que dificultam determinadas análises, considerando-se principalmente a temporalidade das informações. Por outro lado, apresenta uma complexidade e nível de detalhamento singulares em pesquisas do tipo, direcionadas a um grupo específico.

3.2 A qualidade das informações apresentadas no *The Japanese Immigrant in Brazil*

Para o presente trabalho, foi fundamental verificar a qualidade dos dados utilizados, especialmente os que dizem respeito à caracterização e composição da população nos distintos períodos que compreendem a imigração japonesa para o Brasil.

Considerando que os dados disponibilizados no Censo da Colônia estão agrupados em grupos quinquenais, foram aplicados os multiplicadores de Sprague, com o objetivo de obter a distribuição da população por idades simples, para o ano de 1958. Este procedimento é denominado “gradação”, segundo Aburto e colaboradores (2022) e “interpolação” por Givisiez (2004), considerando que a soma dos valores interpolados seja consistente com o

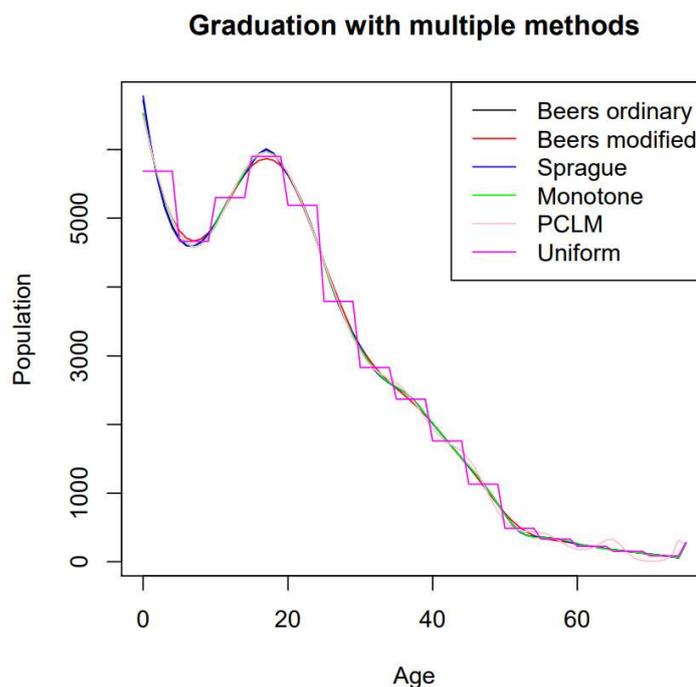
originárias de regiões como o Nordeste, quando também foram tratados por “amarelos”), bem como a proximidade na data de aplicação das entrevistas, apresentam valores bastante próximos.

total da população observada. O método Sprague foi utilizado por Riffe e colaboradores (2019) para graduar em idades simples a população de mulheres da Suécia entre 1736 e 1750, uma das etapas para a obtenção de uma série temporal longa (385 anos) de contagem de nascimentos.

Com o resultado obtido, realizou-se uma comparação com outras técnicas (*Beers Ordinary, Beers modified, Monotone, PCLM e Uniform*), apresentadas no Capítulo 2, disponíveis na ferramenta Demo Tools, no software “R”, para avaliação das informações obtidas a partir dos multiplicadores de Sprague.

Na Figura 9 são apresentados os resultados da população imigrante japonesa, por idade simples interpolada, obtidos junto às diferentes técnicas. As diferenças mais significativas foram encontradas no PCLM, nas idades mais avançadas, e na técnica Beers modificado, entre as idades de 15 a 20 anos. Considerando que as técnicas diferem em seus métodos de interpolação e distribuição dos dados, e que o objetivo desta análise consistiu apenas na comparação dos resultados das populações por idade simples, não houve diferenças acentuadas, com comportamento atípico da distribuição etária da população em uma técnica específica. Dessa forma, a partir dos resultados, considerou-se que a informação obtida com a aplicação dos multiplicadores de Sprague foi adequada para a construção da distribuição por idades simples da população de imigrantes japoneses.

FIGURA 9 – População imigrante japonesa por idade simples obtida por diferentes métodos de graduação dos grupos de idade



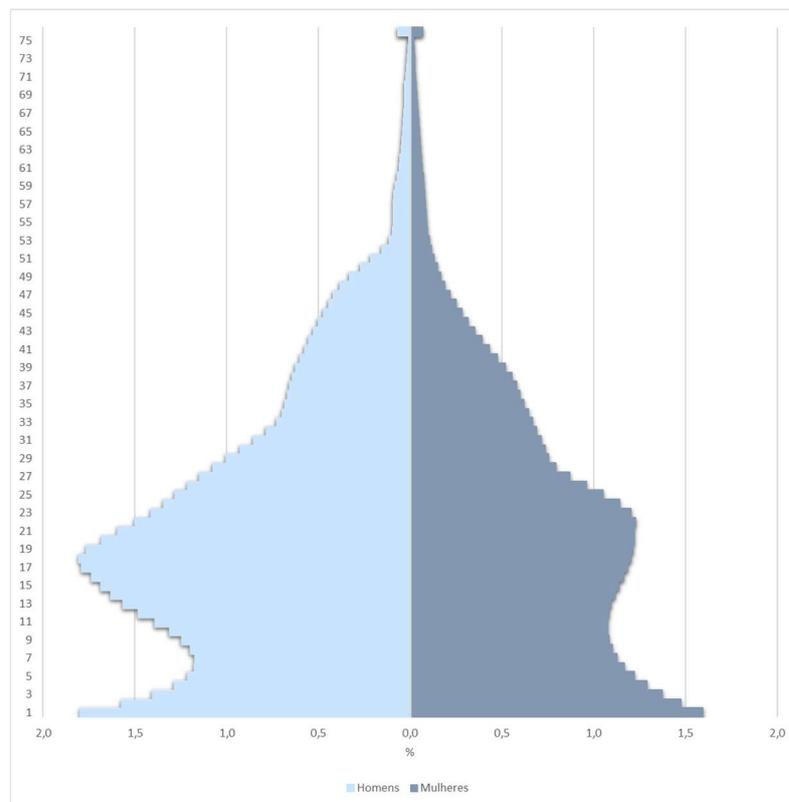
Fonte: Figura obtida junto ao Demo Tools – software “R”.

Contando com as informações por idades simples, foram construídas pirâmides etárias para a visualização dos resultados obtidos em etapa anterior, primeiramente com a população de imigrantes – pessoas que nasceram no Japão e com nacionalidade japonesa (Figura 10) – e, posteriormente, com imigrantes somados aos seus descendentes (Figura 11) – filhos de imigrantes já nascidos no Brasil, ou seja, com nacionalidade brasileira -, com o intuito de verificar a composição etária dos grupos. Os dados provêm das informações de imigrantes chegados entre 1908 e 1958, e imigrantes somados aos descendentes que foram recenseados em 1958.

Os fluxos iniciais (1908-1924 e 1925-1941) contavam com famílias numericamente maiores e a composição por idades era mais equilibrada. Verifica-se que a base da pirâmide, composta por crianças até os sete anos, era alargada (Figura 10), justamente por conta das famílias numerosas, entradas especialmente a partir de 1925. Porém, o advento da Segunda Guerra Mundial, e o posterior afrouxamento das restrições do governo brasileiro com relação à imigração individual, trouxeram um aumento do contingente de imigrantes solteiros, em especial do sexo masculino, entre os 18 aos 25 anos, justificando as distorções apresentadas nesta faixa etária; e ainda que situação semelhante tenha ocorrido com as mulheres, a proporção manteve-se menor em comparação ao número de homens. Durante todo o período compreendido, poucos foram os imigrantes que chegaram ao Brasil acima dos 50 anos, em decorrência também das restrições impostas à imigração, refletido no topo da pirâmide.

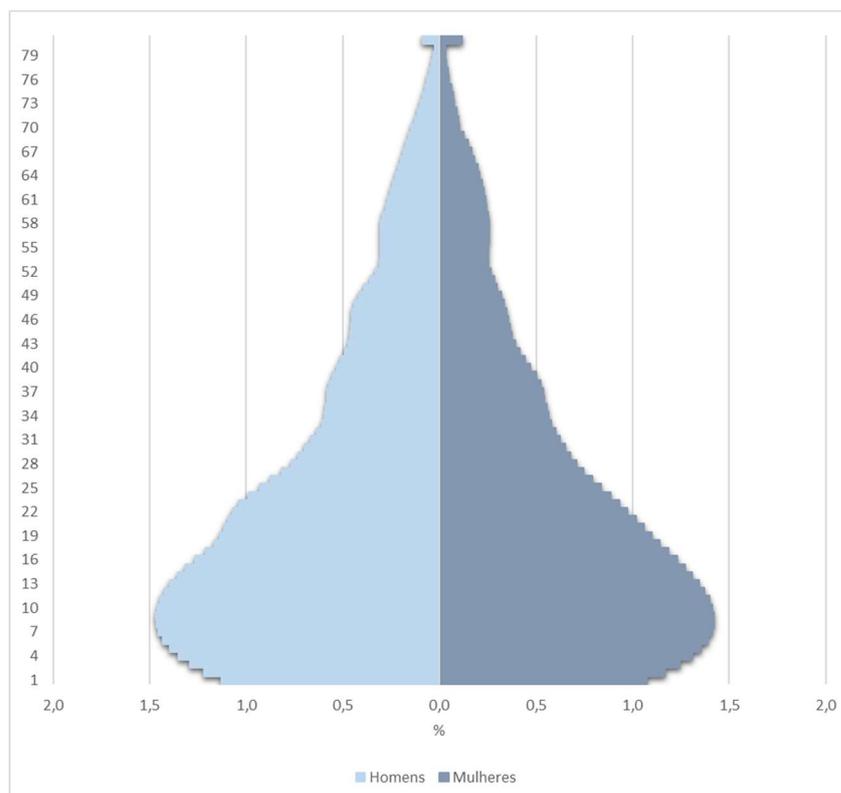
A distribuição por idades simples dos imigrantes somados aos seus descendentes (Figura 11), reflete um comportamento, sem grandes distorções, mais próximo da distribuição por idades, comumente encontrado com a base da pirâmide etária alargada nas idades mais jovens, estreitando com o avanço das idades. Contudo, o estreitamento observado no intervalo de idades entre zero e os sete anos, da população de imigrantes e descendentes, pode ter sido ocasionado por conta do incremento nos grupos de pessoas entre os dez aos vinte anos, que imigraram individualmente, especialmente depois da retomada dos fluxos migratórios para o Brasil, a partir de 1952. A diminuição da imigração de famílias numerosas, e o aumento de famílias artificialmente compostas podem ser causas também deste estreitamento.

FIGURA 10 – Pirâmide etária de imigrantes por idade simples obtida pela aplicação do método Sprague, segundo dados do Censo *The Japanese Immigrant in Brazil, 1964*



Fonte: Suzuki (1964).

FIGURA 11 – Pirâmide etária de imigrantes e descendentes por idade simples obtida pela aplicação do método Sprague, segundo dados do Censo *The Japanese Immigrant in Brazil, 1964*

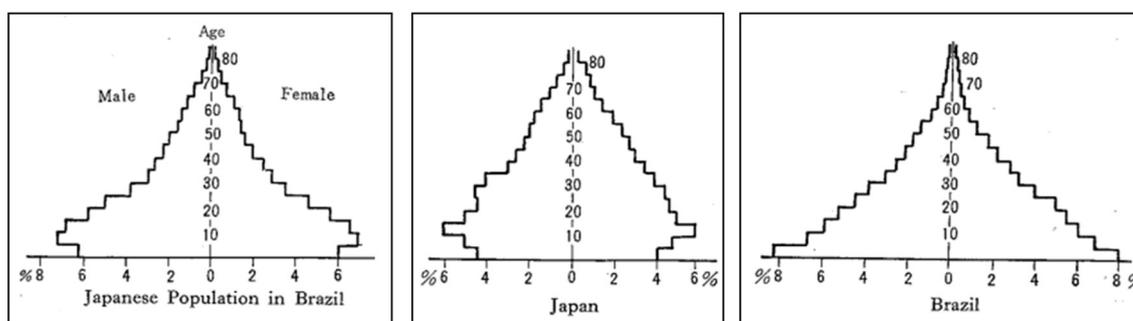


Fonte: Suzuki (1964).

Comparando as duas situações, das pirâmides etárias apresentadas, o que chama a atenção é que, principalmente após a chegada ao Brasil, observaram-se profundas mudanças na composição e nas características demográficas do grupo de imigrantes. Deve-se considerar também que muitas famílias de imigrantes eram denominadas “artificiais” (SUZUKI, 1964), por conta da inclusão de membros que, na realidade, não eram nem filhos e nem irmãos, senão conhecidos ou parentes distantes, que se juntavam para atender ao requisito mínimo de três pessoas aptas ao trabalho, segundo as exigências legais, e quando de sua chegada, se separavam e seguiam seus próprios caminhos (SAITO, 1961; SUZUKI, 1964).

Ainda em termos da composição etária, segundo Suzuki (1969), a população imigrante e descendente encontrava-se, em 1958, em uma “posição intermediária”, comparando-se com a população japonesa e a população brasileira (Figura 12). Segundo o autor, verificou-se uma retração nas idades mais jovens, entre zero e quatro anos, na população de imigrantes e descendentes, condição que não era observada na população brasileira, onde este grupo etário se sobrepõe aos demais. Por outro lado, na população japonesa, essa retração é verificada também para as idades entre cinco e nove anos¹⁹.

FIGURA 12 – Pirâmides etárias da população japonesa e descendente, residentes no Brasil, japoneses e brasileiros, em 1960



Fonte: Retirado de Suzuki (1969).

De acordo com os dados do Censo da Colônia, houve redução no número médio de filhos, comparando-se imigrantes (6,14 por mulher casada, entre 15 e 49 anos) e descendentes (4,27 filhos por mulher casada, entre 15 e 49 anos), no período entre 1908 e 1958. Houve também aumento nas idades médias de acesso ao casamento, para homens e mulheres, tanto para imigrantes quanto para descendentes. Tal evento pode impactar na redução das taxas de fecundidade desses grupos, observadas nas pirâmides etárias,

¹⁹ As pirâmides etárias, utilizadas por Suzuki (1969) para a referida análise, bem como pirâmides que apontam as diferenças na estrutura etária de imigrantes e descendentes, encontram-se no Apêndice D deste trabalho.

especialmente na faixa dos zero a quatro anos²⁰. Verifica-se que no momento da captação das informações, final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o Japão já vivenciava um processo de transição demográfica mais adiantado em relação ao Brasil. Segundo Carvalho e Wong (2008), entre os anos 1940 e 1960, o Brasil experimentou um declínio significativo da mortalidade, porém a fecundidade manteve-se em níveis altos, “produzindo, assim, uma população quase estável, jovem e com rápido crescimento”, o que pode ser observado a partir da base alargada da pirâmide etária, verificada na figura 12.

Após o procedimento realizado anteriormente, buscou-se verificar a qualidade da declaração das idades, e se há preferência pelas idades terminadas em zero ou cinco. Este erro é comumente encontrado em recenseamentos cujo declarante, ao informar as idades de outros membros familiares ou residentes no domicílio a serem recenseados, atribui com imprecisão suas idades, em razão de falhas de memória, da ausência do membro familiar ou em razão do período de referência em que o recenseamento fora realizado. Nestes casos, é comum que, ao informar as idades, o declarante “arredonde” a informação para idades terminadas em zero ou cinco (PRESTON; ELO; STEWART, 1999), podendo gerar inconsistências nas informações a serem analisadas.

Para avaliar a qualidade das declarações das idades da população japonesa e seus descendentes, por idade e sexo em 1958, aplicou-se o Índice de Whipple. Este índice foi calculado para a população de imigrantes japoneses e para imigrantes somados aos seus descendentes. Com sua aplicação, foi possível verificar que há uma preferência pelo dígito cinco na declaração das idades, tanto na população de imigrantes quanto aos imigrantes somados aos descendentes, e para ambos os sexos (Figura 13). Segundo a classificação proposta pela ONU (1955), os dados neste grupo são “pouco precisos” e “aproximados”, indicando atração pelo dígito “5”, para ambos os sexos e ambas as populações consideradas. Porém, os resultados do Índice de Whipple para os demais grupos, indicam que os dados são precisos, conforme classificação indicada, isto é, não há preferência pelo dígito “0” e “0” e “5”, para ambos os sexos, nos dois conjuntos populacionais estudados. Assim, mesmo considerando que há preferência pelo dígito “5”, o conjunto de dados como um todo, apresentou uma qualidade satisfatória.

²⁰ Há que se considerar que são mulheres casadas na comunidade, excluindo-se casamentos interétnicos e filhos destes casamentos. A redução nas idades iniciais deve-se também à exclusão nas análises de filhos descendentes nascidos de uniões interétnicas (SUZUKI, 1969).

FIGURA 13 – Resultados do Índice de Whipple para a população de imigrantes japoneses e para imigrantes somados aos seus descendentes

Imigrantes japoneses (1908-1962)		Imigrantes e descendentes (1958)	
Atração por “0”		Atração por “0”	
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
82,63%	82,73%	89,55%	89,71%
Atração por “5”		Atração por “5”	
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
116,96%	116,88%	110,14%	109,99%
Atração por “5” e “0”		Atração por “5” e “0”	
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
99,80%	99,81%	99,85%	99,85%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar da imprecisão encontrada, algo que já fora identificado por outros autores (SAKURAI, 2000; TANIGUTI, 2012) em relação às informações disponíveis no Censo da Colônia, há que se ter em conta que os valores utilizados para o cálculo passaram por outras análises prévias, devido à indisponibilidade das informações por idades simples, demandando a aplicação de métodos demográficos que permitissem primeiramente a desagregação dos dados, para que fosse possível então analisá-los da maneira apresentada, com o propósito de minorar os problemas inerentes à fonte.

Considerando o contexto da imigração, fundamental também para esta discussão da validação dos dados, alguns outros elementos podem ter influenciado a declaração e a obtenção das informações. A pesquisa foi realizada junto aos responsáveis pelo domicílio (SUZUKI, 1964), que poderiam ter que identificar famílias numerosas, com filhos de idades próximas. Além disso, havia a questão burocrática das idades mínimas exigidas para a imigração, de integrantes familiares aptos ao trabalho, o que por vezes pode ter suscitado informações distorcidas. Os questionários foram aplicados em português e japonês, podendo-se supor também alguma dificuldade com o idioma no momento da aplicação das questões. Ainda que com a orientação e treinamento fornecidos pelo IBGE, bem como o suporte dos seus escritórios regionais, muitas vezes eram os líderes comunitários e até comerciantes locais

os responsáveis pela coleta dos dados, o que também pode ter influenciado na obtenção das informações.

De todo modo, foi possível verificar que, mesmo com as limitações indicadas, os dados obtidos junto ao Censo da Colônia demonstraram eficiência no levantamento e qualidade satisfatória para compor as análises aqui propostas.

3.2 A delimitação dos três principais fluxos de imigrantes japoneses para o Brasil

Para os estudos referentes à imigração japonesa para o Brasil, é importante ter em consideração as condições em que ocorreram os fluxos imigratórios, e como este processo se desenhou a partir de políticas de estado em ambos os países envolvidos. A imigração japonesa pode ser analisada a partir de três períodos principais, compostos por fluxos (Tabela 2) determinados a partir do tipo de financiamento adotado para a realização das viagens dos imigrantes: Entre 1908 a 1924 os imigrantes contaram com financiamento do estado de São Paulo e dos fazendeiros paulistas, interessados na contratação de mão-de-obra para suprir as demandas das lavouras no estado; com a suspensão do financiamento brasileiro, entre 1925 a 1941, a imigração japonesa passa a ser estimulada e financiada pelo próprio governo japonês, após o fim do subsídio por parte do governo paulista, situação que permaneceu até a interrupção dos fluxos imigratórios com o início da Segunda Guerra Mundial; por fim, temos o fluxo posterior à Segunda Guerra, entre 1952 até o início dos anos 1970, quando os imigrantes passaram a ser financiados por fazendeiros e empresários japoneses, bem como por companhias de emigração e cooperativas formadas pelos imigrantes já estabelecidos no Brasil, com o intuito de recrutar patrícios para as atividades que desenvolviam. Essa proposta de divisão dos fluxos imigratórios foi adotada por Suzuki (1964), e tomada como pressuposto para as análises aqui apresentadas.

TABELA 2 – Os três principais fluxos de imigrantes japoneses para o Estado de São Paulo por período, valores absolutos e percentual, segundo dados do Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*

Períodos	Valores Absolutos	Percentual
1908-1924	31.414	13,4%
1925-1941	157.572	67,1%
1952-1962 ²¹	45.650	19,5%
Total	234.636	100%

Fonte: Suzuki (1969).

²¹ Em 1962 foi realizada a atualização do *The Japanese Immigrant in Brazil*, porém, como dito anteriormente, os fluxos de imigrantes permaneceram até o início dos anos 1970, embora em contingentes bastante reduzidos, em razão do fim do Acordo de Migração e Colonização (Decreto nº 52.920, de 22 de novembro de 1963) (SALLES; PAIVA; BASTOS, 2013).

A divisão temporal em três fluxos imigratórios dos japoneses para o Brasil pode ser pensada também a partir de outros aspectos, além dos aqui apresentados. É possível, a título de exemplo, compor mais um período, que iria de 1924 – quando o governo do estado de São Paulo deixa de subsidiar os imigrantes japoneses – até 1934 – quando o governo Vargas, com a promulgação do artigo 121 da nova Constituição, limitou a imigração a 2% de imigrantes do total dos 50 anos anteriores (a mesma restrição foi mantida no artigo 151 da Constituição de 1937). Dessa maneira, quando em 1933 foram registradas a entrada de 21.230 imigrantes, em 1934 esse contingente diminuiu para 9.611, segundo dados do Departamento de Imigração, Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria do Brasil em 1941 (UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992).

Entretanto, considerando-se que a base de dados utilizada para estas análises provém do Censo da Colônia, optou-se por manter a proposta adotada pelo organizador (SUZUKI, 1964), buscando um diálogo entre essas informações e aquelas provenientes de outras bases de dados, como os Censos do IBGE.

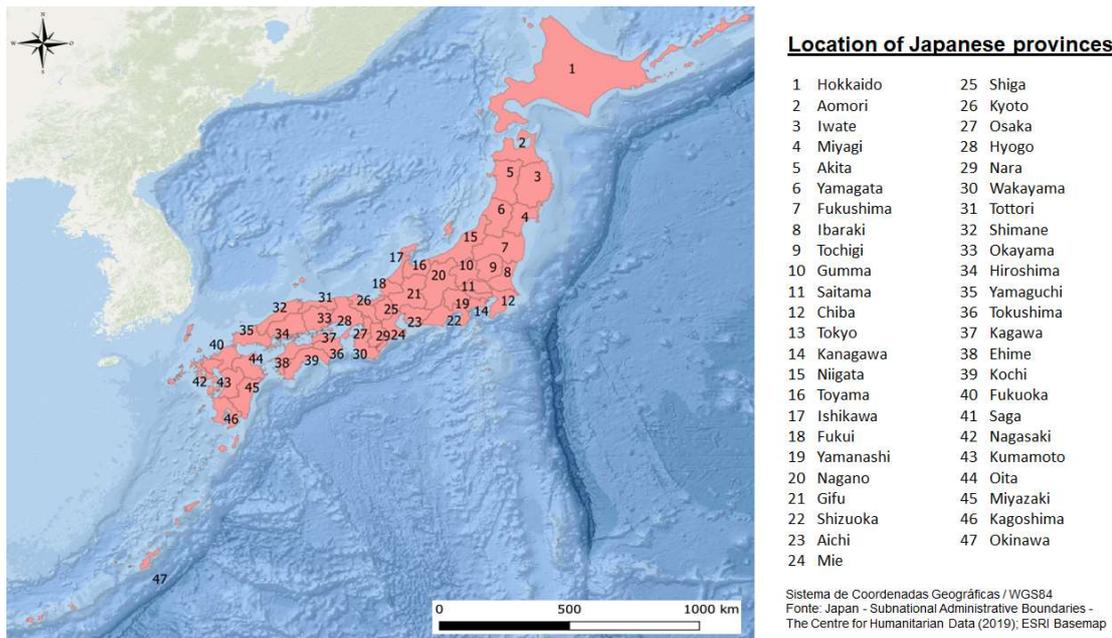
3.3 O contexto histórico da imigração japonesa

O Japão vivenciava, durante a transição do século XIX para o XX, os problemas decorrentes da modernização econômica, da substituição de um sistema feudal pela economia capitalista, que trouxeram graves consequências à população, especialmente para as comunidades agrárias. Crescia o contingente de pessoas que buscavam fugir do desemprego e da fome no meio rural, partindo em direção aos principais núcleos urbanos. Contudo, com a industrialização incipiente, e incapaz de absorver os trabalhadores oriundos do meio rural, cresciam as tensões sociais e os contingentes populacionais que se dirigiam aos grandes centros. Semelhante situação ocorria com pequenos produtores, comerciantes e artífices, que a duras penas tentavam seu estabelecimento nos núcleos urbanos. O crescimento e a modernização da produção não lhes permitiam mais assegurar seu espaço na cadeia produtiva, levando-os por vezes à falência, implicando que buscassem outras possibilidades, como a emigração (SAITO, 1961; SAKURAI 2007).

Desde a restauração Meiji (1868), com o início da modernização do Japão, até o início do século XX, o país teve um incremento populacional considerável, porém a área territorial japonesa é bastante limitada. Naquele momento, enquanto países com densidades demográficas similares à japonesa, como Bélgica, Holanda e Inglaterra, importavam alimentos e materiais de outros países, o Japão se autossustentava. Porém, nem sempre os distritos japoneses de maior densidade populacional eram os responsáveis pelos fluxos

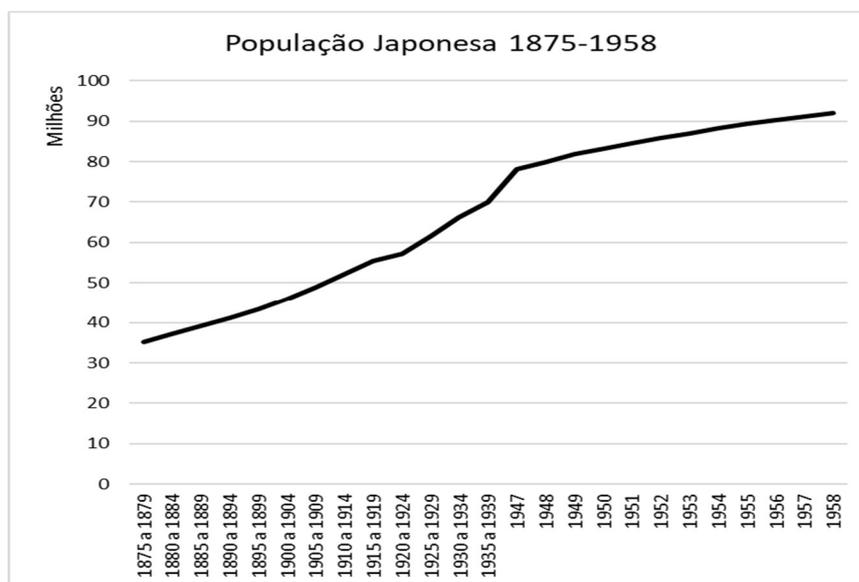
emigratórios. Províncias como as de Hiroshima, Yamaguchi, Wakayama e Fukuoka não eram tão densas demograficamente quanto as províncias em que ficavam estabelecidos os imperadores e a capital do país, por exemplo os distritos de Nara e Kyoto (antigas capitais japonesas, predecessoras de Tóquio). Na Figura 14, estão apresentadas as 47 províncias japonesas.

FIGURA 14 – Localização das Províncias Japonesas



Fonte: Japan – Subnational Administrative Boundaries – The Centre for Humanitarian Data (2019); ESRI Basemap.

Segundo Yoshida (1909), isso fazia com que autores desassociassem a emigração com o crescimento da população. Porém, o que deveria ser observado é a densidade demográfica no contexto do país como um todo. No Gráfico 2, aponta-se o crescimento da população japonesa, entre 1875 e 1958, período no qual a população havia quase triplicado.

GRÁFICO 2 – População no Japão, 1875-1919 e 1920-1958

Fonte: Taeuber (1960)²².

O adensamento populacional, comumente apresentado na bibliografia enquanto principal motivação por parte do governo japonês ao incentivar a emigração para o exterior – já que havia também movimentos internos, principalmente em direção à província de Hokkaido, ao norte –, quando contraposto ao volume total de japoneses emigrados, não justificaria esta política adotada. Como apontado por Taeuber (1958); Suzuki (1969) e Sakurai (2000), até o início da década de 1940, o contingente de emigrantes japoneses, incluindo aqueles que partiram para as áreas conquistadas pelo Japão, foi de aproximadamente 3,4 milhões de pessoas (frente à uma população de aproximadamente 70 milhões de pessoas), o que segundo estes autores, seria um montante irrisório perante o problema do excedente populacional. Porém, o que estava em questão, verdadeiramente, eram os aspectos sociodemográficos, políticos e econômicos, que seriam simbolicamente tratados a partir dos acordos migratórios estabelecidos com os países receptores, e que tinham o propósito de demonstrar também a organização e a modernização do estado japonês em desenvolvimento.

Porém, como aponta Sakurai (2000), nem sempre a imigração japonesa era bem-vista, fosse pela questão da competitividade com os trabalhadores locais, como ocorreu no caso dos fluxos em direção ao Havaí, fosse pelo receio que o expansionismo militar japonês despertava nas outras nações, especialmente no início do século XX, depois de sua vitória na

²² As fontes utilizadas estão separadas entre 1875 e 1919 e 1920-1958, disponíveis em Taeuber (1960) <http://www.jstor.org/stable/2172041>: Registration: Nihon. Naikaku tokei-kyoku. Jinko dotai takei, 1942. Census: Nihon. Sori-fu, tokei-kyoku. Prime Minister's Office, Bureau of Statistics. Nihon tokei nenkan, Japan Statistical Yearbook, 1957. p. 16 and 35. Nihon. Kosei-sho, eisei tokei-bu. Welfare Ministry, Division of Health and Welfare Statistics. Jinko dotai tokei, Vital statistics, 1957. v. I, p. 42 and 71. Nihon. Sori-fu, tokei-kyoku. Prime Minister's Office, Bureau of Statistics. Monthly Report on Current Population Statistics, Feb., 1959.

guerra contra a Rússia, em 1905. Em maior ou menor intensidade, os japoneses emigrantes iriam deixando sua “marca” nos territórios pelos quais passavam, colocando o país em evidência nas relações exteriores.

Em termos econômicos, no início do século XX havia grande competição entre as nações para se tornarem dominantes e, no caso japonês, o rápido crescimento da população era desejado pelo império. Porém, esse acréscimo populacional, necessário do ponto de vista do projeto de expansão imperial, afetou negativamente as classes mais baixas da sociedade japonesa. Conforme as classes baixas iam se reproduzindo, geravam mais trabalhadores competindo entre si, em um país de área extremamente limitada, que se viam subjugados pelas pressões dos proprietários de terras e dos capitalistas. Como os espaços eram bastante reduzidos, o que se produzia era insuficiente para o sustento familiar. Verificava-se então que a maior parte dos emigrantes era de agricultores, oriundos principalmente de distritos ou províncias que contavam com o maior percentual de habitantes de origem camponesa, diferentemente dos territórios urbanizados que circunscreviam a capital imperial. Nos distritos anteriormente mencionados, mais da metade dos agricultores eram produtores em pequenas propriedades, chegando à província de Hiroshima, uma das principais a fornecer emigrantes, apresentar 70% de famílias nessa condição (YOSHIDA, 1909).

Com relação aos elementos que induziam à emigração, notícias de eventual sucesso de emigrantes no exterior, ocasionalmente chegavam à população através de jornais e revistas. Relatos de emigrantes retornados, falando de suas (por vezes exageradas) conquistas, estimulavam a busca pela emigração. Além disso, o simples fato de se ganhar mais no exterior, já se constituía motivo para migrar (YOSHIDA, 1909). Há ainda um componente sociocultural, observado a partir do sistema de herança vigente no país, quando se tratava da questão dos filhos não-primogênitos. Os filhos homens, que não herdaram as propriedades familiares por não serem os primogênitos, ou que por meio do casamento não assumissem a herança e sobrenome dos sogros, viam-se também em situação difícil, especialmente num momento de crise, levando-os a arriscarem-se em empreitadas além-mar para tentar o tão desejável sucesso financeiro e social, já que não podiam contar com heranças que os suportassem (STANIFORD, 1973; HANDA, 1987).

Em decorrência desta situação, e de movimentos emigratórios individuais que haviam iniciado sem autorização oficial do governo japonês, as autoridades governamentais passaram a dar mais atenção à questão da emigração. O agravamento da situação econômica, principalmente no campo, desencadeou a partir de 1879 diversas revoltas nas áreas agrícolas

do país, fazendo com que o governo passasse a entender a emigração como um meio necessário para reduzir as tensões sociais (NOGUEIRA, 1992).

A emigração tornou-se predominantemente tutelada, organizada pelo governo japonês como uma maneira de diminuir as pressões internas, econômicas e sociais. Já durante os anos 1880, o governo japonês iniciava o encaminhamento de cidadãos para a Austrália, Havaí, Canadá e Estados Unidos. Surgiam, ainda, neste período as companhias de emigração. Porém, com o levante de movimentos antinipônicos, especialmente nos Estados Unidos, buscou-se enviar os emigrantes para os países latino-americanos, como Peru, Argentina e Brasil (SASAKI, 2008).

A primeira emigração oficial de japoneses, ocorreu em 1883, mas foi somente a partir de 1885, em direção ao Havaí, que os movimentos emigratórios japoneses ganharam relevância. Quando o Havaí se tornou, a partir de 1898, jurisdição dos Estados Unidos, a imigração foi interrompida, pois tornara-se proibida segundo a legislação estadunidense.

A emigração em direção aos Estados Unidos teve início em 1869. Nos primeiros 10 anos, foi um movimento composto majoritariamente por indivíduos solteiros. Entre 1880 e 1900, ocorreu grande crescimento das entradas de japoneses no país, especialmente a partir da anexação do Havaí, dando origem a diversas comunidades. Em 1908, aponta-se que o país já contava com mais de 100.000 imigrantes japoneses (NOGUEIRA, 1984). Cresceram, contudo, os conflitos entre os estadunidenses e japoneses, em razão da competição por trabalho e salários. Na Figura 15, que reproduz matéria jornalística d'O Estado de São Paulo, publicada em 15 de janeiro de 1908, verifica-se como estava sendo observado o encaminhamento da questão por parte dos japoneses, que se consideravam “superiores” aos imigrantes italianos e espanhóis, referindo-se como “selvagens e ignorantes” àqueles que os comparavam aos chineses. Neste mesmo ano é firmado entre Estados Unidos e Japão o *Gentleman's Agreement*, no qual o Japão se comprometia a não mais fornecer vistos de saída para os Estados Unidos, exceto por razões de chamamento familiar. Essa situação perduraria até 1924, quando fora estabelecido o *Immigration Act*, que limitava a entrada de imigrantes nos Estados Unidos, sendo os japoneses atingidos diretamente (NOGUEIRA, 1984).

FIGURA 15 – Reportagem do jornal Estado de São Paulo em 15 de janeiro de 1908²³

Estados Unidos e Japão — Carta do oficial

TOKIO, 14. — Os jornaes desta capital publicaram uma carta muito interessante, escripta de Nice por um official japonex. Esta carta ccstitue um protesto muito curioso contra o movimento que se nota nos Estados Unidos tendendo a prohibir a immigração japoneza. Diz o official nessa carta que os japonezes constituem como immigrants um povo muito superior ao italiano e hespanhol, sendo assim estranho que os Estados Unidos recebam immigrants dessas nacionalidades, oppondo-se á immigração japoneza. Ainda diz o official japonex que são selvagens e ignorantes aquelles que tratam os japonezes como os chinezes.

A carta termina assim: «se os yankees persistirem no seu proposito, a guerra será inevitavel».

Fonte: O Estado de São Paulo. Acervo Estadão (1908b).
Acesso em: 19 abr. 2021.

Na outra parte do globo, como bem aponta Handa (1987), o Brasil vivenciava um momento pós-abolição da escravatura, em que fazendeiros, proprietários de enormes glebas de terra, viam-se em complicada situação de ausência de mão-de-obra para a lida com plantações extensivas de café e outras culturas, que ganhavam espaço no mercado externo, principalmente europeu. No Brasil, onde as áreas despovoadas (no sentido de não estarem dispostas ali as populações “desejáveis”, e que contavam com estímulos fornecidos pelas diferentes instâncias governamentais) sempre foram um problema, tanto em termos de ocupação quanto de exploração do solo, houve um intento do governo brasileiro em estabelecer núcleos coloniais – pautado pela dicotomia entre ter mão-de-obra apta para o trabalho na lavoura e por outro lado o pensamento eugenista da “regeneração” racial, privilegiando a migração branca europeia – com a finalidade de tornar o imigrante um pequeno proprietário. Havia, contudo, restrições em relação ao imigrante asiático, não só pelas diferenças étnicas e culturais, mas também porque muitas vezes eram considerados “inferiores” pelas elites políticas e intelectuais.

Durante a primeira república, aventou-se a possibilidade da entrada temporária de imigrantes de origem chinesa, somente para exercer a função de mão-de-obra, retornando

²³ As reportagens apresentadas nas Figuras 15, 17 e 18 estão transcritas no Anexo A deste trabalho.

posteriormente ao seu país de origem, demonstrando uma aceitação parcial desses imigrantes. Havia nesse período, além da preocupação com a defesa do “elemento nacional”, um latente nacionalismo que iria se evidenciar nos anos seguintes. Porém, segundo Nogueira (1992, p. 41), os receios em relação à entrada de imigrantes asiáticos “caíam por terra sempre que a falta de trabalhadores se fazia sentir mais intensamente”.

Os cafeicultores, principalmente do estado de São Paulo, eram os maiores interessados em resolver a questão da falta de mão-de-obra para suas lavouras. Após muita discussão, foi aprovada em 1892 a Lei n. 97, que liberava a entrada no Brasil de imigrantes chineses e japoneses, desde que estes não tivessem problemas com a justiça em seus países.

As negociações entre os governos paulista e japonês tiveram diversas idas e vindas, e somente em 1906, houve o despertar do interesse dos japoneses em emigrar para o Brasil. Fatores como o grande êxodo rural naquele país e a falta da uma indústria capaz de absorver a mão-de-obra excedente do campo, somado à restrição da entrada nos Estados Unidos, até então o maior receptor de imigrantes japoneses, mudaram a percepção das autoridades japonesas em relação ao movimento emigratório em direção ao Brasil.

3.4 1908-1924: O primeiro período da emigração japonesa para o Brasil

No lado brasileiro, preocupado com a falta de mão-de-obra e estimulado pela possibilidade de conseguir um novo mercado para o café, o governo de São Paulo assinou, em 1907, um contrato com a *Empire Emigration Company*, fundada por Ryō Mizuno (Figura 16), pioneiro da emigração japonesa para o Brasil, com o propósito de introduzir no estado três mil imigrantes japoneses (NOGUEIRA, 1992; KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992).

FIGURA 16 – Fotografia de Ryō Mizuno, s. d.



Fonte: National Diet Library. Japan (2009).

As condições impostas para que pudessem emigrar era que deveriam vir em famílias, compostas por três a dez membros, e que ao menos três fossem economicamente ativos, tivessem entre 12 e 45 anos de idade, e que pudessem trabalhar na lavoura. As entradas individuais seriam permitidas apenas a artífices especializados, como pedreiros, marceneiros e ferreiros, sendo que estes imigrantes individuais não deveriam ultrapassar um quinto do total. Decorrente deste contrato, em 18 de junho de 1908, aportou em terras brasileiras o vapor *Kasato-Maru*, contando com 781 imigrantes japoneses, dando início a um dos mais importantes fluxos imigratórios no país.

Em anúncio publicado no dia 01 de junho de 1908 (Figura 17), 17 dias antes da chegada no Brasil do vapor *Kasato-Maru*, o diretor da Agência Oficial de Colonização e Trabalho do estado de São Paulo, em nome Secretaria da Agricultura do estado, apresenta as condições para que fossem apresentados pedidos de contratação por parte dos fazendeiros, interessados na mão-de-obra japonesa.

FIGURA 17 – Reportagem do jornal Estado de São Paulo em 01 de junho de 1908

de 1908. — O OFFICIAL MAIOR.

**Agencia Official de Colonisa-
ção e Trabalho**
COLONOS JAPONEZES

Sendo esperados, em junho proximo vindouro, 781 imigrantes japonezes, agricultores, constituidos em familias e introduzidos por conta do contrato celebrado com a Companhia Imperial de Emigração de Tokio, faço publico, de ordem do exmo. sr. dr. secretaria da agricultura, que esta agencia receberá dos srs. fazendeiros, até o dia 5 de junho proximo vindouro, pedidos, por escripto, para o contrato daquelles imigrantes.

Tratando-se de novo elemento immigratorio, cuja adaptação aos trabalhos da lavoura cafeeira do Estado o governo deseja acompanhar, e sendo limitado o numero de interpretes que deverão acompanhar os imigrantes nas fazendas, serão preferidos os pretendentes que maior numero de colonos le-direm.

Os pretendentes deverão declarar, em seus pedidos, que se subletem ao pagamento de 90000 réis mensacs ao interprete que acompanhar os imigrantes que contratarem e a indemnização ao Estado de £ 400 por passagem intra do colono contratado, indemnização que poderá ser descontada do salario dos colonos, de accordo com o contrato celebrado entre o governo e a referida companhia.

Agencia Official de Colonisação e Trabalho, S. Paulo, 27 de maio de 1908. — LUIZ FERREAZ, director.

d. Cor
ca, qui
te, na
as 8 i
este ac
convida
e amig
S. Pa

MAN

cunhad
gos, fal
ra esse
dade, qu
de N. S
da man
parentes
seus ag

ADMINI

so do s
lha, Iru
Castello
segunda
horas d
Sã

Fonte: O Estado de São Paulo. Acervo Estadão (1908c). Acesso em: 19 abr. 2021.

A Figura 18, que traz reportagem publicada no jornal Estado de São Paulo, em 24 de junho de 1908, poucos dias após o desembarque dos imigrantes, relata os primeiros contatos dos brasileiros com os japoneses, e a curiosidade que tal povo despertara nos locais. A reportagem ressalta também as negociações dos responsáveis pela imigração com outros países sul-americanos, para o envio de imigrantes, e aponta para a demanda pelo trabalho japonês após as dificuldades enfrentadas com os imigrantes europeus. Descreve ainda a iniciativa de trazer os japoneses também com o propósito de propagandar o café na Ásia.

FIGURA 18 – Reportagem do jornal Estado de São Paulo em 24 de junho de 1908

Os japonezes estão na ordem do dia; faz-se nos novos imigrantes em todas as rodas; todos os seus passos são observados com cuidado especial. Já se sabe que elles vieram muito bem vestidos pela sociedade japonesa de emigração, que já conhece algumas palavras de portuguez, etc. O seu espirito de ordem, o amor ao assio que têm demonstrado causam admiração geral. Não é menor a impressão que deixaram como espiritos, utilitarios; poderiam competir com o mais puro anglo-saxão; até das visitas que se lhe fazem tiram proveito. Hontem, por exemplo, um cavalleiro que os foi vêr á Immigração viu-se cercado de todos, como se ella fosse o typo exotico. Um da roda submettu-o a um interrogatorio a proposito dos objectos do vestuario. O mais sabido perguntou-lhe em portuguez, apontando para o chapéu: — «Como se chama? — Chapéu, respondeu o visitante.

E a palavra chapéu, repetida pelo interrogante, foi reproduzida de bocca em bocca, por todos os da roda até o ultimo.

E assim com os demais vocabulos. Era um exemplo frisante da obediencia ao methodo.

O que até agora, porém, ignoravamos era a alta missão politica que os filhos do Sol Levante vêm aqui desempenhar. Quem nol-a revela é o «Berliner Tageblatt», de 18 de maio ultimo, nas linhas que em seguida transcrevemos e que foram publicadas sob o titulo «Allemaes e japonezes do Brasil (correspondencia de Tokio em fins de março):

«O sr. Mizuno, presidente de uma sociedade de emigração, acaba de regressar de uma viagem pelas Americas Central e do Sul, onde agiu no sentido de dirigir a emigração japoneza para aquellas regiões. E' sabido que a Republica do Mexico trançou os seus portos aos japonezes, não só por não existir alli condições favoraveis para a sua localisação, mas tambem para evitar que através do territorio mexicano se estabelecesse o transito prohibido para o territorio dos Estados Unidos da America. A Republica do Perú até agora tem acolhido sem restricções grande quantidade de imigrantes japonezes. O Brasil, porém, conforme relata o sr. Mizuno, convidou francamente os Nipões e isto pelo seguinte motivo:

E' verdade e muito razoavel, diz elle, que o Brasil pretenda acolher de sua vontade imigrantes japonezes. Isto devido unicamente ao grande aumento da população allemã naquello paiz. Os estadistas brasileiros estão começando a procurar o apoio de uma potencia, que possa contrabalançar a grande influencia que no Brasil está conquistando o povo do kaiser». A principio depositavam toda a confiança nos italianos, que depois dos allemães formam a colonia mais numerosa no paiz. Bem cedo, porém, reconheceram, que os italianos não justificavam tal confiança e resolveram recorrer aos japonezes para combater a preponderancia sempre crescente dos allemães.»

E a prova de que o «Berliner Tageblatt» está muito bem informado, é que os subditos do Mikado vieram combater o perigo allemão... em São Paulo.

Os srs. Rio Midzuno e dr. Raphael Monteiro visitaram hontem o sr. presidente do Estado, acompanhados pelo interprete Kato, que traduziu ao sr. presidente a boa impressão e o contentamento de todos os imigrantes japonezes recém-chegados.

O sr. presidente do Estado, congratulando-se com a Companhia de Emigração Japoneza pelo bom desempenho dado ao contrato, disse que esperava que novas relações se desenvolvessem sempre de modo satisfactorio.

Dirigindo-se ao dr. Raphael Monteiro, o sr. presidente disse que acabava de ler as bases da proposta para a propaganda de café no Japão e concordava com as linhas geraes dessa proposta que considerava boa para uma propaganda inicial.

Hontem o dr. Raphael Monteiro e o sr. Rio Midzuno tiveram longa conferencia com o sr. dr. Candido Rodrigues, secretario da agricultura, sobre essa proposta, que deverá ser hoje submettida á approvação do sr. presidente do Estado.

E' provavel que seja assignado num dos proximos dias o contrato para a propaganda de café no Japão e na Asia, de accordo com as bases da proposta apresentada pelos srs. dr. Raphael Monteiro e Rio Midzuno. Neste caso a primeira remessa de café irá pelo «Kasado Marú». Este vapor deve partir amanha para o Rio, onde já tem pedidos da praça para 10 mil saccas de café que se destinam a Cap Town.

Na conferencia que fez ha dois annos na Sociedade Paulista de Agricultura o dr. Raphael Monteiro afirmou que a linha directa entre o Japão e Brasil pelo Cabo da Boa Esperança conquistará de novo para o nosso café o bom mercado que elle já teve na Colonia do Cabo e no Sul da Africa em geral.

Fonte: O Estado de São Paulo. Acervo Estadão (1908c). Acesso em: 19 abr. 2021.

Os imigrantes foram encaminhados, após terem passado pela Hospedaria dos Imigrantes, na cidade de São Paulo, para as fazendas: Dumont, Canaã, São Martinho, Guataparã, Floresta e Sobrado, localizadas ao longo das Estadas de Ferro Mogiana, Paulista, Sorocabana e Ituense, todas no interior do estado de São Paulo.

O que os imigrantes não contavam é que, quando de sua chegada ao Brasil, a fase próspera dos cafezais já havia passado, e as fazendas sofriam ainda com a grave crise de 1896, decorrente da expansão desordenada do plantio e a consequente superprodução do café. Segundo Kiyotani e Yamashiro (1992), entre dezembro de 1908 e janeiro de 1909, apenas seis

meses após a chegada dos imigrantes, já era possível observar a drástica redução da presença dos japoneses nas fazendas (dos 772 imigrantes que foram encaminhados às fazendas, 430 haviam se retirado), chegando ao extremo, na fazenda Dumont, que contava inicialmente com a presença de 210 imigrantes, não haver mais nenhum.

A saída dos imigrantes, através de fugas, transferências para outras fazendas e mesmo saídas forçadas, decorriam de diversos fatores, que iam desde cafezais com plantas velhas, que produziam muito abaixo do esperado, condições ruins de instalação e alimentação dos imigrantes, jornadas exaustivas com baixíssimo rendimento, até a própria tratativa de fazendeiros e capatazes, que apresentavam resquícios do comportamento do período escravista na lida com os imigrantes (KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992).

Segundo Handa (1987), do ponto de vista brasileiro, os imigrantes não haviam se ajustado aos propósitos pensados pelo governo e pelos fazendeiros. Algumas razões para isso seriam o fato de haver poucos lavradores “verdadeiros”; da composição familiar não ter gerado os resultados pretendidos, com a saída dos membros incorporados artificialmente; e dos ganhos daqueles que abandonaram as fazendas terem sido maiores do que os que permaneceram.

Já pela ótica dos imigrantes, os problemas decorreram primeiramente do objetivo de fazer fortuna rapidamente, abandonado após verificarem as péssimas condições de trabalho e o pouco rendimento que tinham; o fato de terem incorporado membros às famílias que logo as deixaram, o que trouxe grandes dificuldades na lavoura para os que permaneceram; além dos membros familiares que não tiveram contato anterior com o trabalho árduo demandado pelas lavouras (HANDA, 1987).

Os resultados negativos do primeiro contingente de imigrantes japoneses para o Brasil, que acarretaram grandes prejuízos à Companhia Imperial de Colonização, fez o próprio governo japonês repensar a política migratória, desautorizando tal empresa a fazer novos envios de emigrantes. Somente dois anos depois, em 1910, é que chegaram 909 imigrantes ao Brasil, através da Companhia Takemura de Colonização (KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992).

Os japoneses que se dirigiam ao Brasil eram, em sua maioria, imigrantes temporários, que tinham como propósito trabalhar alguns anos no Brasil e retornar ao Japão com o dinheiro acumulado nesse período. A ideia seria acumular entre 10.000 e 20.000 ienes, o que seria suficiente, quando de seu retorno, para comprar uma casa e viver dos juros do que restasse.

Para chegar ao Brasil, muitos japoneses recorreram a empréstimos de agiotas, supondo que poderiam devolver facilmente o montante com o dinheiro ganho nas lavouras de café. Porém, dadas as condições precárias, a baixa produtividade dos cafezais e a exploração dos fazendeiros, era praticamente impossível para o colono economizar durante o primeiro ano de trabalho, sendo mais comum as despesas serem superiores aos ganhos obtidos. O sonho de enriquecer em pouco tempo foi esvaindo-se rapidamente (ANDO; WAKISAWA, 1971).

Em consequência disso, era crescente o número de colonos que optavam pela permanência nas fazendas, durante todo o período contratual. Após esse período, boa parte optou por tornarem-se arrendatários de terras ou contratistas, o que desagradava o governo paulista, que tinha a demanda por mão-de-obra, formada essencialmente pelos colonos. Para tentar coibir essa situação, o governo paulista suspendeu os subsídios para as viagens a partir de 1915.

Entretanto, a imigração europeia diminuiu drasticamente com o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e o governo resolveu conceder novamente subsídio aos imigrantes japoneses, permitindo cotas anuais de cinco mil imigrantes japoneses entre 1917 e 1920. Com o término da Primeira Guerra, o subsídio foi novamente reduzido, e nos anos subsequentes o número de imigrantes ficou limitado aos pedidos espontâneos dos fazendeiros. Em 1923 extinguiu-se completamente o subsídio aos imigrantes japoneses (ANDO; WAKISAWA, 1971).

Em termos da transição do imigrante, da condição de colono para a de produtor autônomo, segundo Kiyotani e Yamashiro (1992), não é um processo claro. Cerca de dois anos após a sua chegada, tomando conhecimento da situação brasileira e da produção agrícola, os imigrantes aos poucos começam a abandonar a ideia inicial de que poderia enriquecer enquanto colonos, e começam a perceber que a prosperidade só viria mediante uma lavoura que eles mesmos pudessem gerir. A estratégia em torno da posse da própria terra não significava ainda a intenção de firmar-se no Brasil, mas sim de angariar recursos para então voltar ao Japão. Ainda segundo os autores, em 1911 já havia imigrantes com recursos suficientes para adquirirem suas terras. Seria este o embrião das colônias de imigrantes japoneses que surgiriam daí em diante. Para os autores, os núcleos coloniais japoneses poderiam ser caracterizados em cinco categorias:

- 1 – Um pequeno agrupamento inicial, de “geração espontânea”, que vai aumentando conforme outros indivíduos vão adquirindo terras em seu entorno, formando então os núcleos coloniais;
- 2 – Formação de colônias (*shokuminchi*) a partir da compra de lotes em matas virgens, decorrentes do desmembramento de extensas áreas de terras. Essa forma foi a mais encontrada no estado de São Paulo e norte do Paraná, ainda na segunda metade da década de 1910;
- 3 – O capital privado japonês adquire terras ou se torna concessionário de terras devolutas, criando lotes e incorporando a eles imigrantes já presentes no Brasil, ou trazendo-os do Japão. Neste último caso, os colonos primeiro adquirem o terreno ainda no Japão, e somente depois emigram. São exemplos de colônias nessa situação: a Colônia de Iguape (cronologicamente, a primeira formada por japoneses no Brasil), Bastos, Tietê, Três Barras, Nova Aliança, entre outras;
- 4 – A partir da concentração de cotonicultores em tempos de prosperidade desta cultura. Em determinado espaço, concentravam-se japoneses arrendatários para o cultivo do algodão. Porém, como não havia a propriedade da terra, a existência desses núcleos coloniais desaparecia rapidamente em decorrência de problemas diversos, como a queda no preço do algodão ou o esgotamento do solo;
- 5 – Formação de colônias japonesas em núcleos oficiais do governo federal ou estadual.

Quando se forma uma colônia, organiza-se uma associação de japoneses com o propósito de estreitar as relações e cuidar de assuntos coletivos. Todos os assuntos coletivos eram tratados nos moldes das aldeias rurais japonesas (*murai*), estabelecendo uma ordem social entre os colonos. Quem infringisse essa ordem poderia ser penalizado, e uma das punições poderia ser a exclusão do quadro social da associação.

A exemplo disso, é fundado em 1 de outubro de 1924 o núcleo colonial Aliança (ou Primeira Aliança), estimulado pelo presidente da Província de Nagano, nas proximidades da hoje extinta estação Lussanvira, ramal da Estrada de Ferro Noroeste, no atual município de Pereira Barreto. Em contraposição à situação encontrada pelos imigrantes durante os primeiros anos de sua chegada ao Brasil, a declaração da criação do núcleo Aliança salientava a necessidade de mudança nos propósitos emigratórios, de uma permanência temporária para

fixação permanente, e trazia consigo também uma mudança no perfil dos imigrantes, principalmente no aspecto econômico, visando atingir um público de classe média, com melhores recursos, e sem grandes expectativas em relação à sua terra natal (HANDA, 1987).

Não se tratava mais de pessoas contratadas por período determinado, mas sim trabalhadores que perceberam a dificuldade em levantar recursos a curto prazo, e que optaram por uma ação de concentração junto aos seus compatriotas, buscando proteção e estabelecendo-se por longo tempo. A classe média, que vivenciava a modernização do Japão o declínio de seu status social, tentava então ampliar seus horizontes, sendo a emigração um dos meios encontrados para isso. Buscando a segurança e o planejamento, fomentado pelas empresas de emigração, como a *Kaigai Kyokay* (Associação Ultramarina de Shinano), responsável pelo Núcleo Aliança, os imigrantes tornavam-se totalmente dependentes da ação da cooperativa, característica imperativa, tanto neste núcleo, quanto nos demais núcleos de iniciativa similar, como Tietê, Bastos e Três Barras:

A maior dificuldade era quando alguém adoecia, pois não havia médico. Sendo uma época em que se recorria ao escritório [da colônia] para tudo, o gerente fazia um pouco de tudo: era motorista de caminhão, agrimensor, orientador rural, e tomava conta do armazém, além de substituir eventualmente o médico e a parteira (HANDA, 1987, p. 421).

Em 1926, outra cooperativa (da Província de Tottori) adquiriu mais um lote, com o mesmo intuito, fundando a Segunda Aliança, e em 1927 a cooperativa da província de Toyama, adquiriu as terras para fundar a Terceira Aliança (HANDA, 1987).

As Alianças passaram posteriormente a serem geridas pela Bratac, e tinham como propósito permitir que o imigrante tivesse condições seguras de fixação, oferecendo além de infraestrutura, instalações necessárias ao desenvolvimento das atividades produtivas desenvolvidas pelos colonos. Com a alteração na legislação, que a partir de 1934 restringia a entrada de imigrantes japoneses, a Bratac reformulou sua orientação, para além das iniciativas de colonização. Em 1937, passou a fundar outras empresas em setores diferentes, como um banco, empresas de comércio, mineração, engenharia, entre outras. As ações de imigração encabeçadas pela Bratac seriam suspensas com o início da Segunda Guerra Mundial (SAITO, 1961; NOGUEIRA, 1984; HANDA, 1987). Na Figura 19, apresenta-se propaganda apresentada pela Federação das Associações Ultramarinas, estimulando a emigração dos japoneses para o Brasil.

FIGURA 19 – Panfleto da Federação das Associações Ultramarinas



Fonte: National Diet Library, Japan (2009).

Apesar de amparados por uma estrutura inicial, vista pelos responsáveis pela iniciativa como sendo suficiente para fornecer aos imigrantes as condições necessárias à realização de suas atividades, os imigrantes passavam por diversas dificuldades. As ações previstas pelas cooperativas partiam de um planejamento tomando por base o que se conhecia no Japão, mas no Brasil a situação era bastante distinta: estradas eram interrompidas pelas chuvas, não havia médicos, os imigrantes enfrentavam dificuldades em se adaptar à comida e ao idioma brasileiro, eram assolados por parasitas e doenças desconhecidas (principalmente a malária). Ainda assim, estes foram os primeiros passos dados pela comunidade em direção à maior autonomia e ao avanço econômico, ainda que por meio de grandes dificuldades (HANDA, 1987; NAKASUMI; YAMASHIRO, 1992).

Além disso, o declínio da produção do café fez com que novos ramos de atividades fossem desenvolvidos, tanto nas colônias quanto nas pequenas propriedades individuais, estimulados também pela ação das cooperativas de imigrantes. A sericultura e a cotonicultura são exemplos dessas novas empreitadas, e posteriormente a ascensão da produção de verduras e legumes, especialmente no entorno da capital do estado.

O primeiro grande fluxo caracterizou-se, portanto, pela vinda de japoneses subsidiados pelo governo do estado de São Paulo, em função da queda nos fluxos de mão-de-obra europeia, e ocorreu entre 1908 a 1924, com algumas interrupções, dentre as quais, pela Primeira Guerra Mundial e pela retomada dos movimentos imigratórios europeus por curtos períodos de tempo (SUZUKI, 1969).

3.5 1925-1941: O segundo período da emigração japonesa para o Brasil

Retomando a situação no Japão, após o término da Primeira Guerra Mundial, em 1918, e em decorrência da alta excessiva no preço do arroz, surgiram diversos conflitos no país, conhecidos como “*kome sodo*” (revolta do arroz) (UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992). A crise se intensificou em 1920, e se tornou crônica com o grande terremoto que abalou a região de Kanto, destruindo Tóquio e Yokohama em 1 de setembro de 1923. Esse grave quadro de destruição e crise financeira fez com que o movimento emigratório se intensificasse, principalmente através dos trabalhadores rurais. Com o acirramento do movimento antinipônico promovido pelos EUA, o Brasil tornou-se uma das poucas opções disponíveis para a emigração. Dessa maneira, mesmo com o fim dos subsídios do governo paulista, o fluxo de imigrantes se manteve, dando início a um novo período na imigração japonesa para o Brasil.

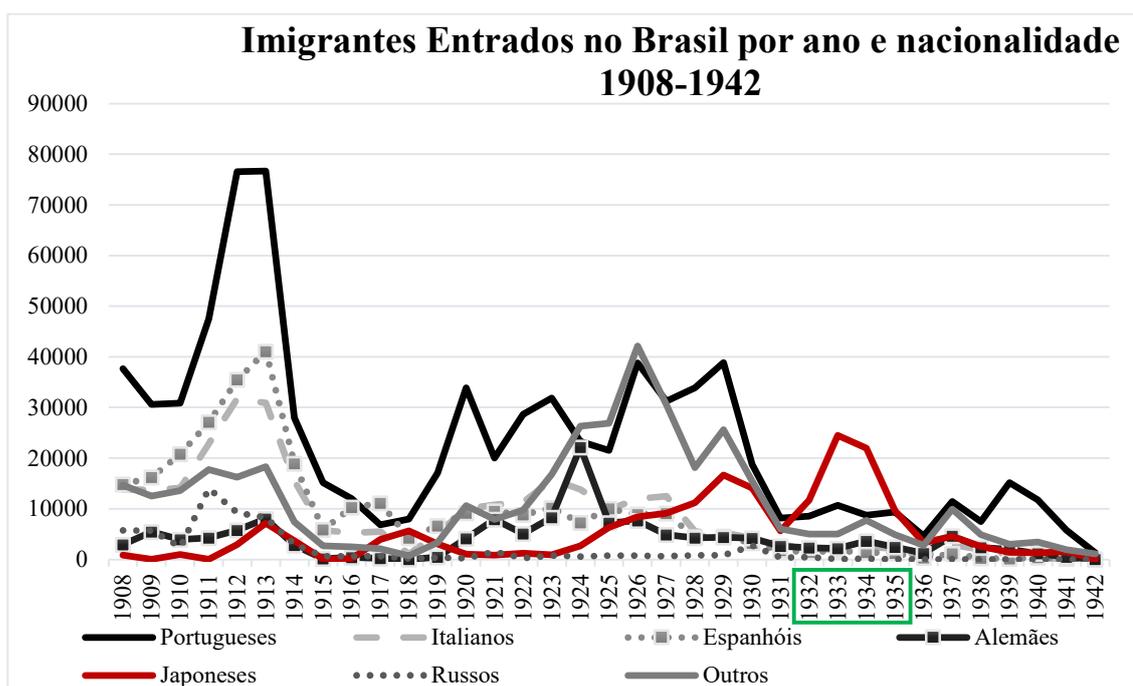
O segundo período de grande fluxo de imigrantes japoneses com destino ao Brasil ocorreu entre 1925 e 1941, período no qual o governo japonês passou a arcar com os custos das viagens - adotando uma política nacional de emigração (HANDA, 1987) –, que viriam a ser interrompidas com o início da Segunda Guerra Mundial, permanecendo assim até 1951 (SUZUKI, 1969).

A partir de 1925, com a suspensão do auxílio dado fornecido pelo estado de São Paulo para os imigrantes japoneses, o governo do Japão reformou e ampliou o serviço de emigração, fornecendo para aqueles que viriam para o Brasil 200 ienes, relativos à sua passagem, mais uma comissão de 35 ienes paga à empresa de emigração, tornando o processo uma política de estado. Ainda assim, quando passou a estruturar o sistema de transporte de emigrantes, o Japão enfrentou grave crise financeira em 1927, e posteriormente em 1929, decorrente da crise internacional, gerando centenas de milhares de desempregados (UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992). Com o apoio do governo, a emigração se expande a partir de 1928, e mais de 10.000 pessoas se dirigiam ao Brasil por ano. Surgia também a necessidade, além das fazendas de café, dos conterrâneos japoneses que já estavam por aqui estabelecidos, de novos imigrantes para com eles trabalharem. Em 1933, com o

ingresso de 24.484 imigrantes (UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992), os japoneses representavam mais de 50% do total de imigrantes estrangeiros que chegaram ao Brasil no referido ano.

No Gráfico 3, é possível verificar as principais nacionalidades que forneceram imigrantes, e o período de entrada dos respectivos contingentes, entre 1908 e 1942, período que corresponde à chegada do primeiro navio com japoneses e a interrupção da imigração, após o início da Segunda Guerra Mundial. Destaca-se o período que vai de 1932 a 1935, onde os fluxos de imigrantes japoneses superaram os fluxos das demais nacionalidades, que haviam atingido seu auge em períodos anteriores. Após ter atingido seus maiores contingentes entre 1933 e 1934, com a promulgação da nova Constituição, e a implementação da restrição à entrada de novos imigrantes, já no ano seguinte, verifica-se a grande redução nas entradas de japoneses.

GRÁFICO 3 – Imigrantes entrados no Brasil por ano e nacionalidade, no período entre 1908 e 1942²⁴



Fonte: Suzuki (1969).

Com poucas exceções, os imigrantes chegavam ao Brasil eram predominantemente contratados pelas fazendas de café, mas após o término de seus contratos, muitos permaneceram como lavradores, mas agora independentes. Para conseguir os recursos necessários a essa atividade, o colono permanecia entre dois e cinco anos no seu emprego, a fim de levantar o capital necessário para ter uma lavoura em parceria ou mesmo como

²⁴ Tabela com os totais de entradas de cada nacionalidade vide Anexo B.

proprietário. No caso da produção em parceria, a renda provinha das culturas intercaladas, como arroz, feijão e milho, somado ao pagamento que o proprietário da terra efetuava. Depois da lavoura em parceria, buscava-se ascender à condição de lavrador proprietário da terra.

A possibilidade de adquirir terras surge com os grandes proprietários paulistas, particionando e vendendo suas propriedades em lotes de 10 alqueires (1 alqueire = 24.200m²). Esse sistema viabilizou o acesso à terra aos imigrantes japoneses, que conseguiram levantar recursos durante sua permanência nas fazendas de café. A maior concentração de japoneses ocorreria ao longo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (UCHIYAMA; TAJIRI; YAMASHIRO, 1992).

Em termos das origens dos núcleos de proprietários japoneses, segundo Saito (1961), aqueles que tiveram condições de adquirir terras, foram os imigrantes que contavam com condições de trabalho mais amenas, que tinham possibilidade de poupar algum dinheiro - para além do que era enviado para os seus familiares que ficaram no Japão - e que permaneceram nas fazendas contratantes por um período prolongado.

Os trabalhadores imigrantes que abandonaram as fazendas, e que buscavam trabalho assalariado nas cidades, necessitavam redobrar seus esforços para o envio de remessas de dinheiro para sua terra natal. Segundo o autor, especulava-se que a queda no total de envios, principalmente no período entre 1920-1930, fosse em razão da proletarização dos imigrantes, mas na verdade isso era decorrente da mudança de planos, da prorrogação da migração temporária, particularmente para os imigrantes do período entre 1925-1926 a 1941: “[...] em vez de enviar o dinheiro a parentes e familiares, os imigrados preferiram invertê-lo na obtenção de meios de produção” (SAITO, 1961, p. 126).

A imigração de japoneses começou a decrescer entre 1935 e 1941, quando houve o rompimento das relações diplomáticas com o Japão. Mas não somente as restrições impostas pelo Brasil causaram essa redução no volume de emigrantes japoneses. Com o militarismo expansionista japonês, passou-se a introduzir emigrantes em áreas ocupadas, como a Manchúria (YAMASHIRO, 1992). Em 13 de agosto de 1941 aportou em Santos o navio Buenos Aires-Marú (Figura 20), último a chegar com imigrantes japonesas no período anterior à Segunda Guerra Mundial.

FIGURA 20 – Navio Buenos Aires-Marú

Acervo do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil (MHIJB-SP)

Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil.

Neste momento, cresce a pressão exercida sobre os imigrantes, principalmente em decorrência das medidas adotadas pelo Estado Novo. Segundo Shungoro Wako (1939, *apud* MIYAO; YAMASHIRO, 1992, p. 248), verificava-se no interior da comunidade japonesa no Brasil que as relações internacionais com o Japão haviam se agravado, e como consequência, imigrantes sofriam pressões constantes: “[...] o problema de regressar à pátria ou permanecer definitivamente no Brasil [...] transformou-se em problema sério e profundo pesando sobre nossas cabeças”. Segundo este autor, a partir de levantamento realizado sobre a situação dos imigrantes japoneses na região noroeste do estado de São Paulo, concluiu que 90% dos residentes aspiravam retornar ao Japão, estimulados pelos problemas que viviam no Brasil e pela “[...] figura do Japão em plena ascensão de suas forças, [que] brilha com vigor na Ásia Oriental”.

A imigração de japoneses, após este período, ficaria interrompida por cerca de dez anos, colocando fim ao principal período na história da imigração para o Brasil em termos de volume dos contingentes de imigrantes.

3.6 A interrupção da imigração japonesa e o período da Segunda Guerra Mundial

Com o rompimento das relações diplomáticas com os países pertencentes ao Eixo, aumentou a fiscalização sobre os imigrantes japoneses, alemães e italianos, sendo sua liberdade fortemente restringida. Medidas em relação aos bens dos “súditos inimigos” foram tomadas e suas propriedades ficaram sob o controle do governo brasileiro, tendo havido casos inclusive de liquidação sumária. Tal medida seria suspensa somente em 1950, cinco anos após o término do conflito. Outras medidas restritivas foram tomadas, como a suspensão da

liberdade de viagem, a proibição de livros, publicações, de reproduzir discos ou de realizar transmissões de rádio em idioma japonês. Neste momento, sem qualquer possibilidade de comunicação, e sendo perseguidos e pressionados pelos brasileiros, os imigrantes estavam completamente abandonados à própria sorte.

Somente em 1942, instalou-se no Consulado Geral da Espanha um serviço de Interesses Japoneses, encarregado de proteger os direitos e bens desses imigrantes. Porém a falta de membros e representantes do governo japonês aprofundou o sentimento de isolamento e desamparo entre os japoneses aqui residentes. Neste momento de desamparo e do sentimento de necessidade de salvar a comunidade japonesa, é que surge a *Shindo Renmei* – grupo que pregava que o Japão havia vencido a guerra (MIYAO; YAMASHIRO, 1992). Além de rumores que refletiam os desejos da comunidade, outros rumores crescentes acabariam eclodindo, a partir de tal organização, em um conflito violento, entre os “vitoristas” (que pregavam a vitória japonesa) e os “derrotistas” ou “esclarecidos”.

O caos interno na comunidade japonesa, decorrente dos conflitos entre “vitoristas” e “esclarecidos²⁵” provocara reações profundamente negativas na sociedade brasileira despertando, por exemplo, no estado de São Paulo, estado com a maior recepção de imigrantes, movimentos de resistência e mesmo oposição à entrada de novos japoneses.

Ainda que o período entre 1942 e 1951 tenha sido marcado pelo rompimento dos laços diplomáticos entre Brasil e Japão, em razão da Segunda Guerra Mundial, e que os fluxos migratórios tenham sido interrompidos durante praticamente uma década, Saito (1961) considera que foi um período de grande importância para a colônia japonesa. Os imigrantes mostraram-se decididos a estabelecer-se definitivamente no Brasil, mudando os planos de rápido enriquecimento e migração temporária, para um plano de longo prazo. Como visto anteriormente, existia uma constante tensão: externamente à colônia, em razão da guerra e de habitarem um país “inimigo”, bem como internamente, por conta da existência de facções que promoviam atos terroristas contra os próprios patrícios (SAITO, 1961).

Por sua vez, o Japão, após a derrota na guerra, teve de repatriar 6,3 milhões de pessoas, que estavam nas ocupações na Coreia, Taiwan, Manchúria, entre outros territórios ocupados durante o conflito. Isso agravou ainda mais a crítica situação econômica japonesa, de falta de alimentos, moradia e trabalho. Para o governo japonês, não havia outra maneira de

²⁵ “[...] na visão deles, aqueles que acreditavam na vitória do Japão eram, como nipônicos, os homens absolutamente justos. Contrariamente, os esclarecidos (derrotistas), ou aqueles que se dedicavam a atividades produtivas que favoreciam inimigos do Japão, eram traidores da pátria” (MIYAO; YAMASHIRO, 1992, p. 277).

aliviar as pressões internas que não fosse por meio da emigração (NAKASUMI; YAMASHIRO, 1992).

3.7 1952-1973: o terceiro período da imigração japonesa para o Brasil

Após a retomada das relações diplomáticas entre Brasil e Japão, em 1951, chegou ao Brasil em 1952 o primeiro navio com imigrantes após o término da Segunda Guerra. A imigração por via marítima seguiria até 1973, quando aportou em Santos a última embarcação com imigrantes, marcando simbolicamente o final do terceiro e último grande fluxo da imigração japonesa para o Brasil (SUZUKI, 1969). A partir de então, as entradas de imigrantes japoneses passaram a ser consideravelmente menores, e por meio do transporte aéreo.

Com o término da guerra, a população japonesa vivenciou uma situação terrível, de destruição, escassez, fome e desemprego. As forças aliadas, após a rendição japonesa, queriam dar fim à estrutura semifeudal que ainda persistia, ao mesmo tempo que cuidavam para que o país não voltasse a se tornar uma potência militar. Um exemplo dessa situação foi a vasta ocupação que os Estados Unidos promoveram, criando bases militares por todo território japonês.

No contexto do conflito entre as Coreias, iniciado em 1950 (SHOJI, 2004), o Japão, que a princípio se tornaria uma economia satélite à economia americana, ganhou importância por conta de sua proximidade à península coreana, graças às bases militares estadunidenses, tendo sua indústria reavivada com o intuito de fornecer material bélico e de subsistência aos contingentes militares. Houve então um novo propósito por parte dos Estados Unidos, de que o Japão se tornasse uma potência para fazer frente ao avanço do socialismo no continente asiático, pela influência da União Soviética e especialmente após a revolução cultural na China (1949). Dessa maneira, o Japão consegue retomar a sua independência a partir de 1952 (STANIFORD, 1973; MOTOYAMA; OKUBARO, 2016).

Contudo, até o final dos anos 1950, a situação no Japão era bastante instável, especialmente com relação às condições socioeconômicas. Tal situação faz com que a emigração fosse ainda vislumbrada como uma alternativa à complexa situação vivenciada pelo país após o término da Segunda Guerra. O que mudou em relação aos fluxos anteriores é que o governo japonês não tinha condições de dar suporte àqueles que pretendiam deixar o país, muito embora se preocupasse com a situação tanto destes indivíduos, quanto daqueles que haviam ficado no além-mar.

Por outro lado, havia ainda a demanda pelo Brasil de mão-de-obra, visando o desenvolvimento agrícola, agora como substrato ao desenvolvimento industrial, que avançaria durante os anos 1950, especialmente nos governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1961) (CANO, 1977). Outro ponto fundamental à retomada da imigração foi o desejo por parte dos imigrantes japoneses pioneiros, que haviam conseguido estabelecerem-se e prosperarem no Brasil, por trazerem compatriotas para trabalharem nos seus empreendimentos.

Havia ainda grande demanda por parte das empresas colonizadoras, que buscavam adquirir terras em lugares ainda inexplorados, e revendê-las aos imigrantes, com o intuito de fundar colônias e expandir sua ocupação. Na década de 1950, ganham importância as empresas ligadas ao Ministério das Relações Exteriores do Japão, que auxiliavam na recepção e instalação dos novos imigrantes, no seu desenvolvimento econômico e financiamento, estabelecendo inclusive colônias próprias. Ganham importância também as cooperativas, que pretendiam fortalecer as relações internas à comunidade nipônica imigrante, bem como dar suporte aos cooperados frente aos desafios que a permanência em terras estrangeiras lhes impunha.

Outras organizações responsáveis pela reentrada de fluxos imigratórios de japoneses no Brasil após a guerra, foram as associações, tais como a *Cotia Seinen Imin* (Jovens Imigrantes de Cotia), a *Sangyo Kaihatsu Seinentai* (Grupo de Jovens para o Desenvolvimento Industrial), estes patrocinados pela *Nogyo Takushoku Kyodo Kumiai Rengokaii* (Cooperativa Central Agrícola de Colonização de São Paulo). Nesses espaços, as famílias criavam escolas, espaços esportivos e de lazer. Essas associações seguiam o modelo hierárquico japonês, sendo o comando e a direção dados aos mais velhos. Era um espaço de sociabilidade, de conhecer outros japoneses, estabelecer laços e arrumar casamentos (SAKURAI, 2000).

Importantes ações foram implementadas por parte da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), que era constituída majoritariamente por agricultores japoneses. Buscavam introduzir continuamente mais imigrantes, visando a continuidade na sua organização e desenvolvimento do sistema cooperativista. O sistema de recrutamento organizado pela CAC era conhecido como “*Nokyo*”, um sistema de divisão de trabalho que tinha o seguinte princípio: os imigrantes eram recebidos por cooperados; por sua vez, os trâmites burocráticos eram tocados pela CAC; a seleção dos imigrantes era feita pela *Zeenkoku Nokyo Chuokai*

(Associação Central Agrícola); e por fim, o serviço de emigração promovido pela *Kaikyoren*²⁶ (Federação das Associações Ultramarinas de Emigração) (NAKASUMI; YAMASHIRO, 1992).

No estado de São Paulo havia ainda no início dos anos 1950 um sentimento antinipônico, inclusive nas esferas governamentais. Porém, pela influência da comunidade já fixada, iniciou-se um movimento favorável à abertura da imigração regular e planejada para o estado, voltado às atividades agrícolas. O primeiro registro de reentrada de imigrantes em São Paulo se deu através da Sociedade Paulista de Sericultura, instituição que organizava tal atividade praticada pelos imigrantes japoneses, presente nas colônias de Bastos, Tietê, Aliança, na cidade de Bauru e todo o trecho coberto pela Estrada de Ferro Paulista. Em 1953 foi autorizada a introdução de 200 famílias de imigrantes sericultores. Esse movimento ocorreu até 1961, quando em razão da recuperação industrial e econômica do Japão, esse movimento caiu drasticamente (NAKASUMI; YAMASHIRO, 1992).

Foram observados, porém, alguns problemas em relação ao distanciamento temporal entre os fluxos, daqueles que chegaram ao Brasil antes da Segunda Guerra em relação aos que chegaram após o término do conflito. Havia implicações tanto no sentido cultural quanto em relação ao modo de vida, afetado especialmente pelos vários anos de conflito. Eram inevitáveis os embates e o estranhamento decorrentes de uma educação pautada pelos costumes e tradições antigas, de um Japão pré-guerra, frente aos indivíduos que cresceram e formaram-se num ambiente traumatizado e extremamente influenciado pelos ideais ocidentais – e pela própria ideia de democracia:

[...] Tendo decorrido oito anos após o término da guerra, e passados treze desde que os últimos imigrantes chegaram do Japão, a vida dos japoneses no Brasil mudara, mas a vida no Japão também sofrera mudanças. Para os japoneses que estavam no Brasil, era inimaginável a mudança de vida ocorrida no Japão, país que passara pela guerra e pela derrota. [...], Mas o Japão que eles idealizavam era bastante diferente do real. [...] eles queriam conhecer os japoneses de hoje. Queriam conhecê-los para verificar que o pensamento deles estava certo. Por causa dessa forma de pensar é que a desilusão era ainda maior ao conhecê-los. [...] A defasagem de sentimento e pensamento entre os antigos imigrantes e os ‘imigrantes novos’ sempre existiu. Mas, ela nunca foi tão grande quanto no período do pós-guerra. [...] aos olhos dos imigrantes antigos, em sua maioria eles davam a impressão de ‘japoneses que não pareciam japoneses’. Houve uma mistura de esperança e decepção (HANDA, 1987, p. 772).

Os contingentes de imigrantes japoneses neste período eram menores que os anteriores e de perfil distinto, compostos por jovens na faixa dos 25 anos, predominantemente do sexo masculino, solteiros, e com qualificação profissional. Essas pessoas eram atraídas

²⁶ Disponível em: https://www.ndl.go.jp/brasil/pt/s7/s7_2.html. Acesso em: 26 nov. 2019.

para o Brasil em decorrência da falta de estabilidade profissional no Japão, e pela facilidade criada pela presença de conterrâneos em terras brasileiras.

Segundo Sakurai (2008), era possível, no período pós-guerra, já observar a crescente integração dos imigrantes e seus descendentes à sociedade brasileira, presentes em todos os setores. Houve um movimento acentuado de urbanização dos imigrantes e seus descendentes, quando passaram a se dirigir para as cidades, principalmente a cidade de São Paulo, buscando melhorar o padrão de vida e dar condições de estudos para seus filhos. As ocupações iniciais restringiam-se a necessidade de pouco investimento, que não necessitasse de amplo conhecimento da língua portuguesa, e que pudesse contar com o trabalho dos familiares. Disso, tornaram-se proprietários de tinturarias, quitandas, mercearias, barbearias ou barracas de feira. Seus filhos começaram a ascender socialmente, graças à possibilidade de frequentarem cursos superiores.

As causas da drástica redução, a partir do final dos anos 1950, dos fluxos de imigrantes japoneses para o Brasil se deram, por parte do Japão, pelo mau resultado dos primeiros imigrantes do pós-guerra; pela recuperação da economia japonesa, que permitiu absorver o excedente da mão-de-obra nas fábricas; e pelo crescente contingente de imigrantes em direção ao Canadá, Austrália, entre outros países. Por outro lado, no Brasil, a partir de 1964, as normas para a entrada de novos imigrantes prediziam que estes deveriam se tratar de profissionais qualificados para as necessidades industriais brasileiras; ou serem portadores de recursos, acima de 10 mil dólares; e se agricultores, portadores de 5 mil dólares (NAKASUMI; YAMASHIRO, 1992).

Mesmo após o término da guerra e com a chegada de novos imigrantes japoneses, ainda havia grande dificuldade para unificar a comunidade japonesa, decorrente do embate entre “vitoristas” *versus* “esclarecidos”. Algumas iniciativas modestas foram tomadas, mas foi somente com os preparativos pela celebração do IV centenário da cidade de São Paulo, que essa unificação seria efetivada. Em janeiro de 1953, foi criada a Comissão Colaboradora da Colônia Japonesa pró IV Centenário da Cidade de São Paulo, abrangendo imigrantes japoneses chegados, tanto antes quanto depois da II Guerra Mundial (NAKASUMI; YAMASHIRO, 1992).

Em 18 de junho de 1958 completou-se cinquenta anos do início dos fluxos imigratórios japoneses para o Brasil. A celebração do cinquentenário simbolizava o fim de um longo período de sofrimento dos imigrantes das primeiras levas, bem como o término dos embates internos da comunidade Nikkei.

Cerca de 53 mil imigrantes chegaram ao Brasil após a Segunda Guerra Mundial, dos quais, 95% antes de 1973, quando da chegada do último navio com imigrantes. A comunidade que havia migrado anteriormente ao conflito já estava estabelecida e consolidada economicamente, quando novos fluxos imigratórios passaram a chegar ao Brasil. Os novos imigrantes puderam evitar os erros e as experiências vivenciadas pelos seus predecessores, conseguindo sua independência econômica mais rapidamente. Para os imigrantes antigos, os novos conhecimentos trazidos pelos novatos também foram de grande ajuda, ainda que houvesse em determinados momentos, incompreensão e desentendimentos, decorrentes das diferentes mentalidades e experiências vivenciadas. O último navio chegado em Santos, o Nippon-Marui, trouxe consigo 285 imigrantes em março de 1973, colocando fim à era da imigração transportada por navios até o Brasil (NAKASUMI; YAMASHIRO, 1992).

3.8 A imigração japonesa observada através da legislação

É inerente a este estudo a análise pautada pelos distintos períodos imigratórios, determinados a partir da implementação e alterações na legislação relacionada à entrada dos imigrantes japoneses no Brasil, especialmente em relação à composição dos principais fluxos. Neste tópico serão apresentadas as principais determinações legais que foram preponderantes na formulação dos fluxos, bem como outros aspectos concernentes à imigração japonesa.

A primeira manifestação legal, que abriu espaço para a imigração, e que precede a chegada dos primeiros fluxos de imigrantes ao Brasil foi a Lei Federal nº 97, de 05 de outubro de 1892²⁷, que passa a permitir a entrada no país de imigrantes chineses e japoneses, e celebra o tratado de comércio, paz e amizade com o Japão (BASSANEZI; TRUZZI, 2008). Posteriormente, é publicado o Decreto nº 2489, de 31 de março de 1897²⁸, que manda executar o Tratado de Amizade, Comercio e Navegação, celebrado entre Brasil e Japão em 05 de novembro de 1895, em Paris.

A imigração japonesa para o Brasil ocorreu tardiamente em relação aos fluxos iniciados pelos europeus (italianos, alemães, espanhóis, portugueses etc.), chegados ao país ainda no século XIX. Para além da questão dos trâmites burocráticos entre Brasil e Japão, que vinham sendo discutidos desde muito antes da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, de 1895 - mas que não previa a entrada de imigrantes no Brasil (SAITO, 1961;

²⁷ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-97-5-outubro-1892-541345-publicacaooriginal-44841-pl.html#:~:text=Art.,para%20trabalhos%20de%20qualquer%20industria>. Acesso em: 14 jan. 2022.

²⁸ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2489-31-marco-1897-541131-publicacaooriginal-43531-pe.html>. Acesso em: 14 jan. 2022.

HANDA, 1987; SAKURAI, 2000) – havia toda a questão racial, impregnada no meio da elite política e intelectual da época. A assinatura do referido tratado aprofundou as discussões raciais, onde o “asiático” (que englobava além dos japoneses, os chineses e indianos) estava distante dos imigrantes brancos desejáveis. A discussão racial havia se tornado um entrave à chegada de japoneses ao Brasil, mais problemático inclusive do que os custos relativos à imigração, que já haviam sido acordados entre os dois países (NOGUEIRA, 1984; SAKURAI, 2000).

O que estava em discussão nas esferas de poder no Brasil eram os problemas causados por uma temida miscigenação da “raça amarela”, sendo considerada, assim como a raça negra, inferior à raça branca, “ariana”. Outro “problema”, além da miscigenação, seria causado pelos imigrantes que não optassem pela miscigenação, criando potenciais quistos étnicos, vistos também como prejudiciais à criação de uma identidade racial e cultural branca (SEYFERTH, 1982; 1986; 2000; SAKURAI, 2000). Para parte das elites, isso sobressairia ao aspecto econômico, beneficiado pela imigração.

Até o final da década de 1920, os debates sobre a entrada de japoneses no Brasil giram em torno dos aspectos “físicos e morfológicos” (SAKURAI, 2000) desses imigrantes. Ainda assim, em razão das restrições impostas pelos países europeus à emigração para o Brasil, o início da Primeira Guerra Mundial e as dificuldades dos fazendeiros em conseguir mão-de-obra para suas lavouras, fez com que o fluxo de japoneses para o Brasil, mesmo neste período, fosse um dos mais relevantes (SAITO, 1961).

Outra lei relevante, que precede à chegada dos imigrantes japoneses, mas que influenciou na composição dos fluxos que chegariam ao Brasil, foi a Lei nº 1045-C, de 27 de dezembro de 1906²⁹, regulamentada posteriormente pelo Decreto nº 1.458 de 10 de abril de 1907, que pautava as condições sobre a imigração e a colonização no estado de São Paulo, bem como as imigrações subsidiadas. As condições fundamentais para entrada no Brasil, e para que fosse possível contar com o subsídio do governo, é que os imigrantes tivessem menos de 60 anos, compusessem famílias com ao menos três pessoas aptas ao trabalho (maiores de 12 anos), que estivessem em plenas condições de saúde e não tivessem sido presas ou condenadas em seu país de origem. Demandava-se também que o imigrante permanecesse ao menos cinco anos na fazenda ou núcleo colonial para o qual fosse contratado.

²⁹ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1906/lei-1045C-27.12.1906.html>. Acesso em: 14 jan. 2022.

Como dito anteriormente, a imigração asiática, que durante a primeira metade do século XX era predominantemente originária do Japão, nunca foi unanimidade entre as elites intelectuais e políticas no Brasil (além dos imigrantes de origem africana), fazendo com que fossem criados – ou ao menos se tentava criar – mecanismos jurídicos que impedissem ou dificultassem a entrada desses imigrantes. Especialmente após a chegada dos primeiros contingentes de japoneses ao Brasil, que não foram bem-sucedidos, tentou-se impor barreiras legais à sua entrada. A exemplo disso, foi emitido, em 16 de setembro de 1914, o Decreto Estadual nº 2.533³⁰, que suspendia o subsídio (restituição dos valores) para as passagens dos imigrantes. O objetivo principal era restabelecer as imigrações europeias para o estado. Entretanto, com as restrições nos países de origem e a falta de subsídios para deixar a Europa, somado ao início da Primeira Guerra Mundial, as expectativas de atrair imigrantes europeus não foram atendidas, forçando o governo estadual a suspender o decreto acima referido, por meio Decreto Estadual nº 2.668, de 12 de maio de 1916³¹, e retomar os subsídios para a emigração, o que favoreceu novamente a entrada dos japoneses.

Tal situação permaneceu até o início dos anos 1920, quando aumentou a busca pelo imigrante em superar a condição de trabalhador assalariado nas fazendas, com a pretensão de tornar-se proprietário. Tal situação gerou grande descontentamento nos fazendeiros e proprietários de terras, visto que, ainda que contando com os subsídios do estado, a permanência dos trabalhadores em suas terras era baixa, e a mão-de-obra continuava insuficiente. Isso fez com que em 1922 fosse revista a Lei nº 1045-C, referida anteriormente. Segundo o relatório da Secretaria da Agricultura, apresentado em 1923:

Este systema, excessivamente oneroso para o Estado, não tem correspondido ao fim visado. Os imigrantes localizados nos núcleos coloniaes, nelles não permanecem, preferindo, depois de algum tempo, collocarem-se nas grandes propriedades, como colonos [...]. Dahi resulta que os núcleos coloniaes officiaes, ao contrário do pensamento da lei, não têm sido povoados por imigrantes, mas, sim, quasi exclusivamente, por famílias de agricultores que já fizeram estagio, mais ou menos demorado, nas grandes propriedades, como colonos. Dispondo estes, sempre, de recursos para suas despesas de instalação e para sua manutenção até que a cultura de seus lotes dê resultado, [...], não carecem do auxílio nem da tutela da administração, tornando-se, por isso, supérfluo o que a lei actual oferece a esse respeito (RELATÓRIO DA AGRICULTURA³², 1923, p. 127-128).

³⁰ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1914/decreto-2533-16.09.1914.html>. Acesso em: 14 jan. 2022.

³¹ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1916/decreto-2668-12.05.1916.html>. Acesso em: 14 jan. 2022.

³² Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/bibliografico_periodico/relatorios_agricultura. Acesso em: 14 jan. 2022.

Somando-se a essas implicações, segundo Nogueira (1984) e Ramos (1996), havia ainda a questão racial latente, que buscava limitar a entrada de não-brancos no Brasil, com o intuito de embranquecer e europeizar a população. Ainda que não tenha sido aprovada nenhuma legislação referente a esta questão nos anos 1920 – como o projeto de lei de Fidelis Reis, em 22 de outubro de 1923, que postulava a proibição da entrada de negros e a imposição de uma cota anual de 5% de entrada de imigrantes amarelos em relação aos já estabelecidos -, posteriormente, em 1934, seria adotada a política de cotas de imigração estabelecida na Constituição.

Além disso, o Japão também passava por problemas internos, reflexo da crise que assolou a Europa no pós-Primeira Guerra. A situação de depressão econômica no país dificultava aos interessados em emigrar, especialmente os camponeses, levantar os recursos necessários para arcar com a parte dos custos que lhes cabia para tal empreitada. Isso fez com que o número de emigrantes em direção ao Brasil diminuísse sensivelmente a partir de 1919, ficando abaixo da meta estipulada para a entrada desta população, de 1000 imigrantes anuais (ANDO; WAKISAWA, 1971).

Tais elementos apresentados, como o descontentamento do governo do estado de São Paulo com os rumos que a imigração havia tomado, principalmente pela mobilidade dos imigrantes; o crescente ideário eugenista por parte da elite burocrata; bem como a situação economicamente desfavorável pela qual o Japão passava no início dos anos 1920, acabariam fomentando o contexto em que se deu a suspensão definitiva dos subsídios fornecidos pelo governo do estado para incentivar a entrada de imigrantes, especialmente os japoneses. Segundo Nogueira (1984):

“[...] A 11 de fevereiro de 1922, o Ministro das Relações Exteriores do Japão foi informado que o governo de São Paulo suspendera o subsídio aos imigrantes nipônicos por considerá-los não aptos para o trabalho a que se destinavam” (NOGUEIRA, 1984, p. 112).

A imigração de japonesa continuaria, ainda que reduzida, através de permissões especiais concedidas pela Secretaria da Agricultura a fazendeiros que ainda estavam interessados na mão-de-obra japonesa (NOGUEIRA, 1984). O episódio da suspensão definitiva dos subsídios por parte do governo paulista, colocaria fim ao primeiro período da imigração japonesa para no Brasil.

Os fluxos de imigrantes retomaram seu crescimento principalmente em razão posição tomada pelo governo japonês, a partir de 1925, de assumir os subsídios dos emigrantes em direção ao Brasil, mantendo a política adotada anteriormente. São ampliadas

as propagandas (Figura 21) das companhias de emigração, e as condições mínimas exigidas são abrandadas – pelo lado japonês –, o que favoreceu a formação desses contingentes.

FIGURA 21 – Propaganda direcionada a atrair imigrantes japoneses para o Brasil³³



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil.

Por outro lado, no Brasil, com o fim dos incentivos promovidos pelo governo de São Paulo e pelas elites agrárias cafeicultoras, a imigração japonesa passa a ser, mais uma vez, questionada. Elementos raciais e culturais voltaram a ser colocados em pauta, para justificar propostas de emendas políticas que visavam restringir a entrada desses imigrantes. Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, são instituídas políticas restritivas - como as apresentadas nos decretos 19.482, de 12 de dezembro de 1930³⁴; 22.453 de 10 de fevereiro de 1933³⁵; 24.258, de 16 de maio de 1934³⁶ – que culminariam na constituição de

³³ Em tradução livre “Agricultores, vamos para o Brasil! Saudamos os patricios! Única empresa de imigração e colonização *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (K.K.K.K. – Companhia Ultramarina de Desenvolvimento). Endereço: Sede da empresa em Marunouchi, Tóquio.

³⁴ Limita a entrada de estrangeiros, exceto aos já domiciliados no Brasil, àqueles como colocação profissional já acertada, possuidor de ao menos dois e três contos de réis. O decreto obriga ainda que contratantes, em suas diversas categorias, possuam ao menos dois terços de empregados brasileiros natos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html#:~:text=Art.,passageiros%20estrangeiros%20de%20terceira%20classe>. Acesso em: 14 jan. 2022.

³⁵ Limita, até resolução em contrário, a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de 3ª classe. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22453-10-fevereiro-1933-509547-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 jan. 2022.

1934, e na promulgação da lei que restringiria, a partir de então, a entrada de imigrantes a dois por cento do total de cada origem, já radicada no país. Isso afetaria diversas nacionalidades, mas especialmente os imigrantes japoneses.

Art. 121 – “A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País”.

[...] § 6º – “A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos” [...] (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 16 jul. 1934³⁷).

Além da questão racial e cultural, mote das discussões parlamentares à época, havia o temor em relação à posição militar-nacionalista e expansionista do governo japonês, que em 1932 ocupara a região da Manchúria, desencadeando debates acerca do “perigo japonês” (SAKURAI, 2000), ou “perigo amarelo” (TAKEUCHI, 2008), e o receio, por parte do legislativo e das elites intelectuais, de uma invasão japonesa no Brasil, tornando a imigração um assunto de segurança nacional.

A restrição à imigração japonesa afetou diretamente as relações diplomáticas entre os países, e a imprensa japonesa passou a argumentar que parlamentares brasileiros teriam sido pressionados por Estados Unidos e Grã-Bretanha a viabilizar a política de cotas mencionada anteriormente. A imprensa brasileira, por sua vez, acusaria os japoneses de exporem o Brasil, apontando que o governo japonês teria transmitido para a imprensa “assuntos de cunho estritamente interno ao nosso país que não poderiam ficar tão públicos como estavam sendo” (SAKURAI, 2000, p. 67). A partir daí os fluxos de imigrantes declinaram até 1941.

Entre 15 e 28 de janeiro de 1942, seguido ao ataque japonês à base naval estadunidense de *Pearl Harbor*, ocorrido em dezembro de 1941, fora realizada a III Reunião de Consulta aos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, na cidade do

³⁶ Limita a entrada de estrangeiros, a somente aqueles cuja vinda tenha sido solicitada por órgãos governamentais, para exercício de atividade agrícola; por contratantes de diversas categorias, desde que havendo contrato de locação de serviços agrícolas, encaminhados para localidades determinadas no território nacional, por no mínimo três anos, estando constituídos em famílias com ao menos duas pessoas maiores de 12 anos e menores de 60, aptas ao trabalho agrícola; ou por chamado de agricultor já domiciliado no país. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24258-16-maio-1934-557864-publicacaooriginal-78583-pe.html#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20aprova do%20o%20regulamento,Independ%C3%Aancia%20e%2046%C2%BA%20da%20Rep%C3%ABlica>. Acesso em: 14 jan. 2022.

³⁷ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

Rio de Janeiro. Nesta reunião, o Brasil foi signatário da resolução de rompia as relações diplomáticas com Japão, Alemanha e Itália, solidarizando-se aos Estados Unidos. Encerrava-se assim o segundo período principal da imigração japonesa para o Brasil:

[...] As Repúblicas Americanas, seguindo os procedimentos estabelecidos por suas próprias leis e dentro da posição e circunstâncias de cada país no atual conflito continental, recomenda a ruptura de suas relações diplomáticas com o Japão, Alemanha e Itália, por haver o primeiro desses Estados agredido ao aos outros dois declarado guerra a um país americano. (Ata final da III Reunião de Consulta aos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas (OEA, 2021. p. 94-95³⁸).

Posteriormente, em 06 de junho de 1945, foi publicado no diário oficial o Decreto nº 18.811, no qual o Brasil declarava guerra ao Império do Japão³⁹. Tal situação permaneceria até 08 de setembro de 1951, quando da assinatura, na cidade de São Francisco, nos Estados Unidos, do tratado de Paz entre Brasil e Japão, sendo promulgado por meio do Decreto nº 29, de 05 de maio de 1952⁴⁰.

Durante o período de guerra, diversos Decretos e Resoluções foram publicados em função da situação de guerra, e que trouxeram diversos problemas para os imigrantes residentes, visto que em sua maior parte, reivindicavam pagamentos de indenizações, apropriação de bens e ressarcimento por danos causados por parte dos países inimigos. Alguns exemplos estão apresentados no Quadro 4. A assinatura do tratado de paz marcaria a retomada das relações diplomáticas, e posteriormente do que viria a ser o último período principal da imigração japonesa para o Brasil.

³⁸ Disponível em: <https://www.oas.org/consejo/sp/RC/Actas/Acta%203.pdf>. Acesso em: dez. 2021.

³⁹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-18811-6-junho-1945-470887-publicacaooriginal-1-pe.html>.

⁴⁰ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1950-1959/decretolegislativo-29-5-maio-1952-350075-publicacaooriginal-60124-pl.html>.

QUADRO 4 – Exemplos de Decretos e Resoluções publicados no período da Segunda Guerra Mundial referentes aos países inimigos e seus cidadãos residentes no Brasil

DECRETO	RESOLUÇÃO	DATA	MANIFESTAÇÃO
-	02	09/12/1942	Comissão do Fundo de Indenizações – Ministério da Justiça e Negócios Interiores: alteração de contrato de pessoas jurídicas de que façam parte súditos alemães, italianos ou japoneses, pessoas físicas ou jurídicas
-	81	25/06/1943	Comissão de defesa econômica. estrangeiros: súditos inimigos – contratos sociais – registros
-	10	31/12/1943	Comissão de defesa econômica. Alteração de contrato social de pessoas jurídicas de quem façam parte súditos alemães, italianos ou japoneses, pessoas físicas ou jurídicas.
6.214	-	20/01/1944	Dispõe sobre a caducidade “ex-officio” e confisco de marcas e patentes de súditos do Eixo
6.915		02/10/1944	Manda incorporar ao Patrimônio Nacional patentes de invenção, modelos de utilidade, desenho ou modelos industriais, marcas de indústria e de comércio, títulos de estabelecimento, insígnias e frases de propaganda pertencentes a súditos de países inimigos, domiciliados no estrangeiro
7.274		26/01/1945	Dispõe sobre os depósitos devidos por súditos do eixo de acordo com o decreto lei n. 4166 de 11 de março de 1942
7.967		18/09/1945	Cessada a guerra mundial, orienta a retomada da política imigratória
	10	28/10/1946	Comissão de reparações de guerra: súditos inimigos – Nacionalização
22.303		17/12/1946	Dispõe sobre a venda de bens pertencentes a súditos inimigos
23.179		10/06/1947	Dispõe sobre o pagamento de indenizações devidas por atos de agressão do inimigo e dá outras providências

Fonte: Bassanezi e Truzzi (2008).

As imigrações do pós-guerra podem ser, grosso modo, classificadas como planejadas e livres. As imigrações planejadas seriam aquelas controladas e autorizadas pelo governo brasileiro e a introdução de imigrantes ainda era regida pelo artigo 121 da Constituição Brasileira de 1934. Porém, o governo brasileiro entendeu que a limitação de 2% não seria aplicada aos imigrantes planejados, somente aos imigrantes “livres”. À condição de imigrante livre se aplicava àqueles que eram chamados por parentes próximos, parceiros, e lavradores empregados (nos empreendimentos de patrícios ou cooperativas, por exemplo). Os imigrantes livres, no período do pós-guerra, compreendiam mais de 50% do total de japoneses imigrados (NAKASUMI; YAMASHIRO, 1992).

Em 14 de novembro de 1960, com o objetivo de regularizar a situação da imigração dos japoneses, foi assinado o “Acordo de Migração e Colonização entre o Japão e os Estados Unidos do Brasil”. Tal acordo seria ratificado através do decreto nº 52.920⁴¹, de 22 de novembro de 1963, e estipulava:

[...] a finalidade da migração, se esta era espontânea ou dirigida, normas para recrutamento e seleção, embarque, transporte, recepção, encaminhamento e colocação, estabelecimento, financiamento e auxílio, seguros, comissão mista, revisão vigência e denúncia, constando de 13 cláusulas e 50 artigos (NAKASUMI; YAMASHIRO, 1992, p. 392).

Porém, como o documento tardou a entrar em vigor, os fluxos de imigrantes já estavam em declínio, e o acordo tornou-se bastante limitado. Conforme mostra a Tabela 3, em 1959 o total de imigrantes japoneses chegados ao Brasil era de 7.041 pessoas. Valor esse que foi diminuindo até resultar em 751 imigrantes em 1964, consistindo em um rápido declínio em um período de cinco anos.

TABELA 3 – Número de imigrantes chegados ao Brasil entre 1959 a 1964

Ano	Imigrantes Japoneses Chegados Ao Brasil
1959	7.041
1960	6.832
1961	5.146
1962	1.830
1963	1.230
1964	751

Fonte: Overseas Migration Statistics – Ministry of Foreign Affairs (1964) *apud* SUZUKI (1964); Nakasumi e Yamashiro (1992).

Nos dez anos seguintes, entre 1963 e 1973, os fluxos foram declinando, e como apontado anteriormente, neste último ano, aportaria no Brasil o último navio com imigrantes japoneses. A partir de então a imigração japonesa tornou-se praticamente irrelevante em comparação com os grandes fluxos precedentes.

3.9 Composição e características sociodemográficas da população de imigrantes japoneses e seus descendentes

Segundo Suzuki (1969), e de acordo com as informações disponíveis Censo da Colônia, 75,7% da população de japoneses imigrantes e seus descendentes se encontrava no estado de São Paulo, no momento da aplicação do recenseamento. Na Tabela 5, abaixo, para que se possa ter dimensão do contingente populacional no Estado, estão relacionados, além da

⁴¹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52920-22-novembro-1963-392835-publicacaooriginal-1-pe.html>.

população total de japoneses e descendentes no Brasil e no Estado de São Paulo, também sua distribuição por município ou região (que somam dois ou mais municípios, a partir da elaboração dos responsáveis pelo recenseamento). Estão identificados os valores absolutos e o percentual dos imigrantes e seus descendentes, bem como a proporção de imigrantes, em relação ao total do Estado, em 1958.

Como se pode observar na Tabela 4 (composta por municípios que, caracterizavam polos regionais, ou por regiões, como é o caso observado em “Cercanias de São Paulo” ou “Médio Paraíba”), o município de São Paulo é o que abrigava, em 1958, o maior contingente de imigrantes japoneses (24,9%), seguido pelo que está denominado no Censo da Colônia por “Cercanias de São Paulo”, e que compreende atualmente parte dos municípios da Região Metropolitana (17,0%). Em terceiro lugar, está o município de Marília, em termos da presença proporcional de imigrantes em relação ao Estado (15,3%), muito embora, no montante populacional total, de imigrantes e descendentes, supere um pouco os municípios que compõe as “Cercanias de São Paulo”. É interessante identificar aqui também os municípios que seguem: Araçatuba (8,2%), Presidente Prudente (6,0%) e Bauru (5,1%). Estes municípios, junto a Marília, pertencem à região Oeste do Estado de São Paulo, que recebeu grandes contingentes de imigrantes japoneses, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1930 até o início da Segunda Guerra Mundial.

TABELA 4 – Distribuição da população de imigrantes e descendentes, segundo valores absolutos e percentuais, e percentual de imigrantes nos municípios em relação ao Estado de São Paulo, no ano de 1958, segundo dados do Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*

	Total	Imigrante	%	Descendente	%	% Imigrantes em Relação ao Estado
Brasil	430.135	138.637	32,23	291.332	67,73	-
Estado de São Paulo	325.520	104.156	32,00	221.364	68,00	-
Município de São Paulo	77.930	25.990	33,35	51.940	66,65	24,95
Marília	50.512	15.907	31,49	34.605	68,51	15,27
Cercanias de São Paulo	50.374	17.749	35,23	32.625	64,77	17,04
Araçatuba	28.789	8.539	29,66	20.250	70,34	8,20
Presidente Prudente	22.193	6.284	28,32	15.909	71,68	6,03
Bauru	17.151	5.293	30,86	11.858	69,14	5,08
Juquiá	8.790	2.491	28,34	6.299	71,66	2,39
Barretos	8.773	2.630	29,98	6.143	70,02	2,53
Paranapiacaba	6.621	2.398	36,22	4.223	63,78	2,30
Médio Paraíba	6.541	2.262	34,58	4.279	65,42	2,17
Jales	6.407	1.876	29,28	4.531	70,72	1,80

	Total	Imigrante	%	Descendente	%	% Imigrantes em Relação ao Estado
Assis	6.318	1.946	30,80	4.372	69,20	1,87
Dracena	4.970	1.459	29,36	3.511	70,64	1,40
Araraquara	4.621	1.475	31,92	3.146	68,08	1,42
Rio Preto	3.676	1.075	29,24	2.601	70,76	1,03
Bragança	3.644	1.341	36,80	2.303	63,20	1,29
Santos	3.565	1.005	28,19	2.560	71,81	0,96
Ribeirão Preto	2.693	804	29,86	1.889	70,14	0,77
Itapetininga – Itaporanga	2.505	751	29,98	1.754	70,02	0,72
Catanduba	2.138	630	29,47	1.508	70,53	0,60
Botucatu	1.550	419	27,03	1.131	72,97	0,40
Franca	1.218	395	32,43	823	67,57	0,38
São Carlos e Jaú	983	321	32,66	662	67,34	0,31
Rio Claro	942	239	25,37	703	74,63	0,23
Campos do Jordão	594	201	33,84	393	66,16	0,19
Piracicaba	506	156	30,83	350	69,17	0,15
São Sebastião	436	131	30,05	305	69,95	0,13
Pirassununga	387	114	29,46	273	70,54	0,11
Mococa	371	165	44,47	206	55,53	0,16
Piraju	287	96	33,45	191	66,55	0,09
Alto Paraíba	35	14	40,00	21	60,00	0,01

Fonte: Suzuki (1964).

3.9.1 Os perfis sociodemográficos (quadros comparativos⁴²)

Considerando as informações disponibilizadas no Censo da Colônia (SUZUKI, 1964), buscou-se, a partir de painéis de observação, denominados neste trabalho como *perfis comparativos*, apresentar elementos inerentes à composição e às características sociodemográficas dos três principais fluxos de imigrantes japoneses chegados ao Brasil e seus descendentes, nos distintos períodos observados (1908-1924; 1925-1941; 1952-1958).

A elaboração dos perfis comparativos propõe uma representação das características sociodemográficas, que relacionam os três principais fluxos imigratórios de japoneses para o Brasil, em três momentos no tempo: 1º fluxo migratório, período de 1908-1924 (Figura 22); 2º fluxo migratório, período 1925-1941 (Figura 23); 3º fluxo migratório, período de 1952-1958 (Figura 24).

Para a análise exploratória de caráter quantitativo, a partir do Censo da Colônia (SUZUKI, 1964), incluiu-se toda a população de imigrantes japoneses e seus descendentes no

⁴² A discussão foi publicada na Revista de Demografia Histórica (BONATTI, 2020).

território brasileiro. Para a elaboração dos Perfis Comparativos dos três principais fluxos migratórios japoneses, optou-se pela construção de cinco elementos de observação, descritos e analisados a seguir: Elemento 1. Perfil etário; Elemento 2. Composição Familiar; Elemento 3. Tamanho da família; Elemento 4. Contexto Migratório; e Elemento 5. Registro Fotográfico.

FIGURA 22 – Perfil comparativo referente ao 1º Fluxo Imigratório japonês (1908 – 1924)

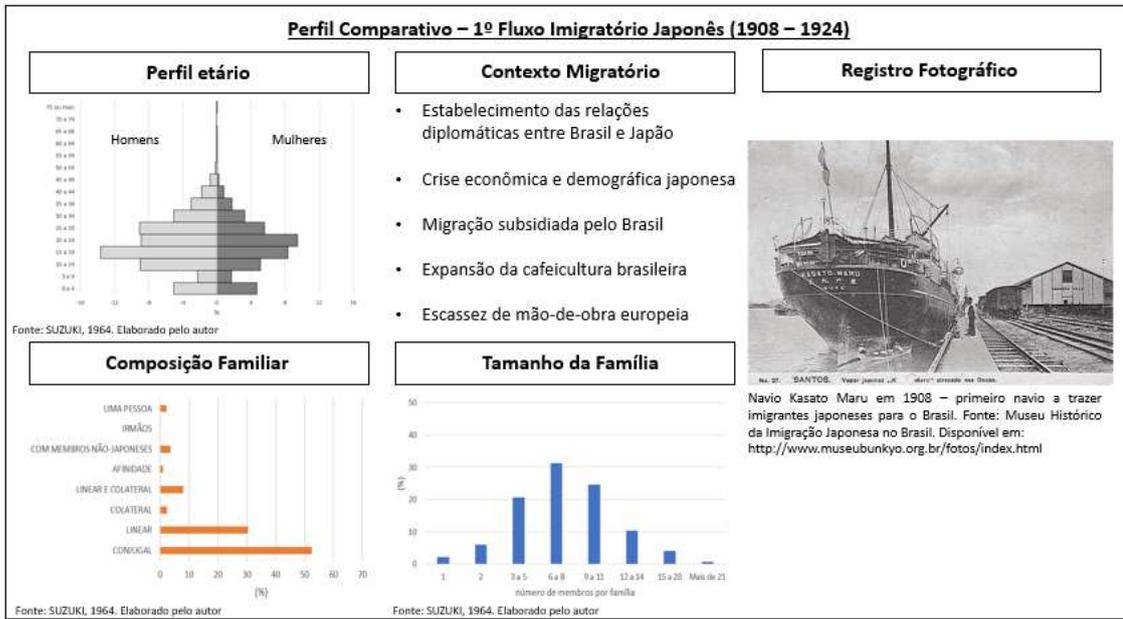


FIGURA 23 – Perfil comparativo referente ao 2º Fluxo Imigratório japonês (1925 – 1941)

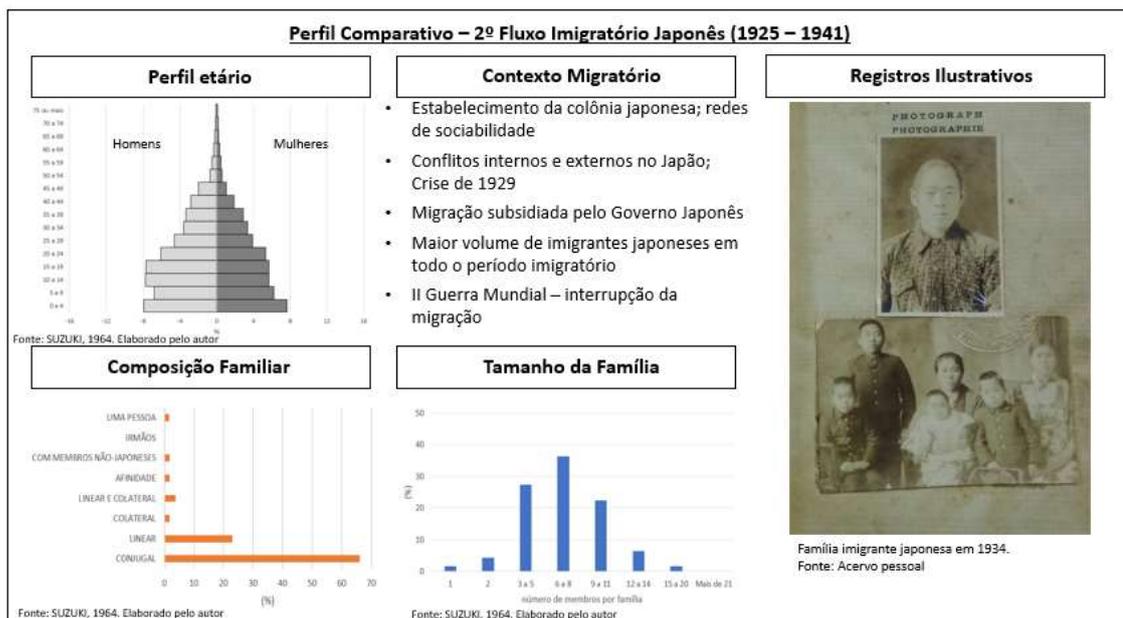
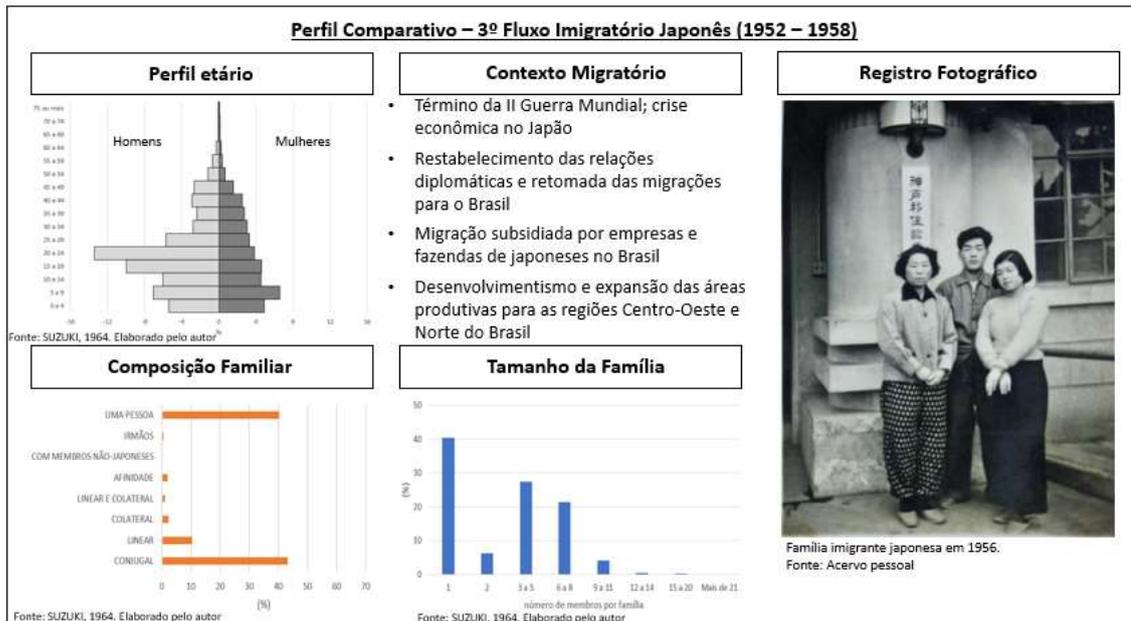


FIGURA 24 – Perfil comparativo referente ao 3º Fluxo Imigratório japonês (1952 – 1958)



3.9.1.1 Perfil etário

As pirâmides etárias construídas para os três fluxos migratórios revelam diferenciais de distribuição por sexo e idade. Em termos comparativos, a similaridade entre os três fluxos ocorre com a predominância de imigrantes japoneses homens e jovens. No entanto, há variações que ocorrem de forma pontual para cada fluxo. Entre os três fluxos, o primeiro fluxo, referente aos anos de 1908 a 1924, se destaca por apresentar menor concentração de crianças entre 0 a 4 anos e 5 a 9 anos.

A maior concentração de crianças ocorre no segundo fluxo (1925 a 1941), quando ocorreu um incremento no percentual migratório de famílias conjugais, analisadas posteriormente. O primeiro fluxo ainda se destaca dos demais, em relação à concentração de imigrantes na idade de 10 a 29 anos, com destaque para homens na faixa etária de 15 a 19 anos, que consiste no maior percentual de distribuição entre os homens. Além disso, neste fluxo, foi possível observar que o baixo percentual e até mesmo ausência de pessoas com 45 anos e mais, para ambos os sexos.

Em suma, o primeiro fluxo possui distribuição etária concentrada nas idades mais jovens, com baixa participação de crianças e pessoas de 45 anos e mais. Já para o segundo fluxo, há predominância de crianças e jovens até 19 anos, indicando uma migração composta em sua maioria, por famílias. Diferente do primeiro fluxo, a pirâmide etária do segundo fluxo indica uma distribuição de indivíduos em idades mais avançadas, outro indicativo da imigração composta por famílias.

Ao observar-se a pirâmide que identifica a distribuição dos imigrantes pós-Segunda Guerra (terceiro fluxo), verifica-se grande desequilíbrio nas razões de idade e sexo. Segundo Suzuki (1969), esse desequilíbrio, se deve principalmente à política anteriormente adotada pelo governo brasileiro, de restringir a entrada de famílias imigrantes, em proporção e àquelas que possuíssem ao menos três membros em idade ativa, favorecendo a inclusão de homens jovens e solteiros às famílias que estavam imigrando para o Brasil. Outro ponto fundamental foi o aumento de imigrantes individuais no pós-guerra.

Após o término do conflito, e a seguir à rendição japonesa, houve alterações nos rumos e nas vidas dos imigrantes, condizendo com aquilo que foi apresentado no Capítulo 1 deste trabalho, em termos dos *turning points* ou pontos de inflexão (HAREVEN; MASSAOKA, 1988), em que se verificam alterações nas trajetórias dos indivíduos em decorrência de eventos impactantes, quando novamente alterou-se o perfil demográfico em relação aos fluxos anteriores. Estes fluxos do pós-guerra eram mais jovens, com média de idade de 25 anos, majoritariamente do sexo masculino, solteiros e com qualificação profissional (SAKURAI, 2007). Foram as redes estabelecidas anteriormente, somadas às dificuldades para obtenção de empregos no país devastado pela guerra, que estimularam esse novo fluxo migratório, já com o intuito de permanecer definitivamente no Brasil. Dessa maneira, o que se observa é a presença maciça de homens, nos grupos entre 15 e 30 anos. Os demais grupos seguem em proporções, ainda que mais favoráveis ao sexo masculino, mas com menor disparidade.

3.9.1.2 Composição familiar

Assim como verificado com os perfis etários, a ação de elementos externos, como condicionantes legais, e o impacto causado por eventos históricos, interferiram diretamente na composição familiar dos imigrantes. Tais eventos e condicionantes passam a afetar não só no ciclo de vida familiar, como também as estratégias desenvolvidas, através de vínculos e redes de apoio, tendo como finalidade o ato migratório.

Segundo Sakurai (2007), foram enviadas famílias inteiras de japoneses ao Brasil, e não somente jovens, como havia ocorrido em períodos anteriores, para localidades como o Hawaii e os EUA. As características da composição das famílias dos imigrantes eram determinadas, principalmente, pelos condicionantes relacionados à imigração para o Brasil. As condições iniciais eram a de que, nas famílias, o responsável tivesse menos de 50 anos, e que houvesse ao menos três pessoas aptas a trabalhar – a regra das “três enxadas”, mesmo que

contando com mais membros, os quais não tiveram sua emigração restringida (SAKURAI, 2007).

Para preencher os requisitos necessários, as famílias usavam o artifício das “famílias compostas” (SAITO, 1961), incorporando pessoas não ligadas por laços sanguíneos como membros, normalmente parentes laterais, como cunhados, primos, sobrinhos, com o objetivo de justificar sobrenomes diferentes (SAKURAI, 2000). Esses indivíduos eram denominados “*Kosei kazoku*” ou “*Kousei kazoku*”, alcunha dada pelos próprios imigrantes, que não estava mencionada em qualquer documento oficial, mas cuja presença era motivada pelas peculiaridades da política imigratória brasileira. Entretanto, mesmo pessoas sem nenhum parentesco eram por diversas vezes incluídas nas famílias, através da realização de casamentos e adoções simuladas, ambos legais, viabilizados pela legislação japonesa, ambos legais, mas que na prática eram ausentes de direitos e obrigações (SUZUKI, 1969). Verifica-se, neste artifício, uma das estratégias criadas pelos imigrantes, para lidar com as determinações legais, enquanto protagonistas de suas escolhas, buscando concretizar o seu plano de emigrar.

De acordo com as leis japonesas, estes acordos eram constitucionais, e o membro *kosei kazoku* desfazia o compromisso legal na sua chegada ao Brasil, simplesmente levando a documentação necessária ao Consulado do Japão. A ação dos *kosei kazoku* passou a ser dificultada a partir de 1942, com mudanças na legislação brasileira (SUZUKI, 1969).

Analisando-se os cenários apresentados nos perfis comparativos, o que se percebe é uma proximidade nos dois primeiros fluxos (1908-1924; 1925-1941). A maior parte dos imigrantes pertencia a famílias conjugais (casal com ou sem filhos solteiros) e lineares (com ascendentes lineares do chefe de família, ou com filho(a) casado(a), neto(a) solteiro(a), ou irmãos do chefe de família casado)⁴³, nessa ordem. Do primeiro para o segundo fluxo, o que se observa é a diminuição da proporção de famílias lineares e o aumento proporcional de famílias conjugais.

Esse cenário se justifica, primeiramente, em decorrência das restrições à imigração para o Brasil, condicionada à presença de ao menos três pessoas ativas como força de trabalho (como dito anteriormente, crianças a partir de 12 anos já eram consideradas aptas ao trabalho). Isso, somado à restrição da imigração individual, fez com que houvesse maior contingente de famílias imigrantes, e a criação de famílias compostas artificialmente, e que no período pré-Segunda Guerra representavam cerca de 18% dos imigrantes (SUZUKI, 1964) –

⁴³ As definições dos tipos de família utilizados, a partir das considerações de Suzuki (1964), estão apresentadas na Figura 6, no Capítulo 2 deste trabalho.

tornando possível a imigração de famílias que não atendiam ao requisito mínimo de três membros aptos ao trabalho, bem como a entrada de indivíduos que migravam individualmente, incorporados aos coletivos familiares.

O terceiro fluxo difere consideravelmente dos cenários anteriores. Enquanto 3,9% dos imigrantes no período pré-guerra eram considerados imigrantes individuais, no período posterior, esta categoria passa a representar 15,5% dos imigrantes, o que significa que há uma diminuição de imigrantes acompanhados por familiares. Segundo Suzuki (1969), a maioria destes imigrantes individuais consistia em homens jovens e solteiros, ainda que a migração familiar conjugal tenha se mantido à frente de todos os outros tipos. Isso pode ser verificado com o aumento no percentual de famílias com filhos, que saltou de 44,3% no período pré-guerra, para 60,6% no período pós-guerra. Em suma, o primeiro período foi caracterizado por chefes de família jovens, com alta proporção de membros incorporados à família e baixo percentual de famílias com filhos. Já no período pós-guerra, a situação se inverte, com menor proporção de membros incorporados artificialmente à família e aumento das famílias com filhos. Houve ainda aumento no número de imigrantes individuais.

3.9.1.3 Tamanho da família

O tamanho da família segue uma lógica similar ao ocorrido com a composição familiar. O padrão encontrado nos dois primeiros fluxos é semelhante, com famílias compostas por 6 a 8 membros sendo a que apresentou a maior proporção. O que se altera visivelmente do primeiro para o segundo fluxo são as famílias com 9 a 11 membros, que ocupavam a segunda colocação no primeiro fluxo, mas passam a ocupar a terceira colocação no segundo fluxo, tendo em vista o aumento das famílias compostas por três a cinco membros. Verifica-se, novamente, alterações na composição, desta vez em relação ao tamanho das famílias, como parte das estratégias adotadas com o propósito de migrar.

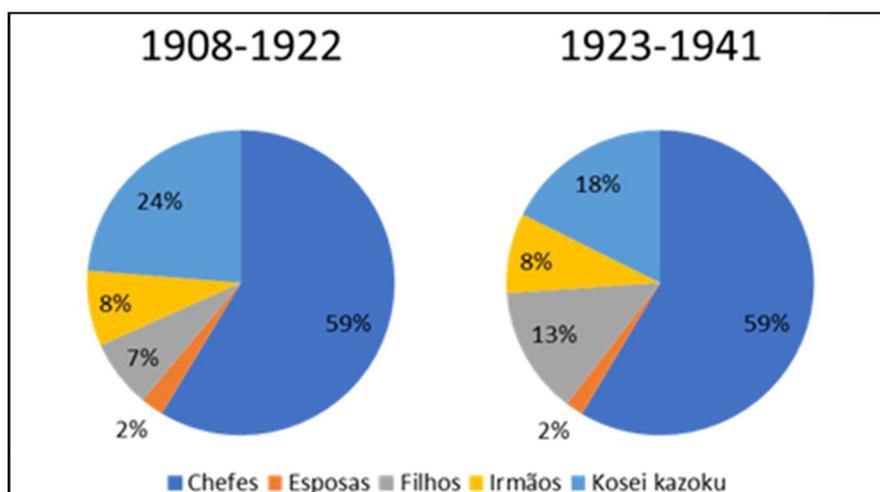
O número de elevado de membros nas famílias se justifica em decorrência de que, no primeiro fluxo, os imigrantes eram majoritariamente originários do meio rural, fato decorrente do intenso processo de industrialização japonês, que gerou grande êxodo em direção aos centros urbanos, fomentando também a emigração para exterior.

Taeuber (1960) aponta que as taxas de fecundidade no Japão foram diminuindo, conforme se ampliava o êxodo rural. A postergação dos casamentos e da maternidade estavam cada vez mais associadas à população residente nas áreas urbanas. Já nas áreas rurais, as taxas de fecundidade mais elevadas, segundo a autora, decorriam da associação entre o casamento precoce, o emprego na agricultura e o baixo nível educacional.

Tendo em vista essas considerações, bem como os apontamentos que identificam o primeiro fluxo, composto majoritariamente por imigrantes com origem nas áreas rurais do Japão, verificou-se serem condizentes com as informações observadas, em torno da presença majoritária de famílias imigrantes com número elevado de membros, contando, portanto, com taxas de fecundidade mais elevadas. Entretanto, há que se ressaltar que a taxa de fecundidade mais elevada, embora relevante, considerando-se o tamanho das famílias, não foi o fator determinante na sua composição. As estratégias adotadas para emigrar, que, por exemplo, incorporavam artificialmente membros às famílias, demonstraram-se imperativas, tanto que esta situação pouco se alterou, quando da inclusão de emigrantes do meio urbano nos fluxos, supondo-se que estes apresentavam taxas de fecundidade inferiores.

No Gráfico 4, estão apresentadas a distribuição proporcional dos imigrantes japoneses no período pré-Segunda Guerra Mundial, que eram chefes de família em 1958, segundo sua posição enquanto membro familiar, no momento de sua chegada ao Brasil. É possível verificar que a maior proporção de entrevistados já ocupava a condição de chefes de família, seguidos pelos *kosei kazoku*, ou membros artificiais das famílias, superando, por exemplo, a proporção de filhos “legítimos”. Dessa forma, verifica-se que a articulação para a construção dos arranjos familiares, com membros artificiais, supera a presença de filhos na composição das famílias.

GRÁFICO 4 – Distribuição proporcional dos imigrantes, chefes de família em 1958, segundo sua posição nas famílias, no momento de sua chegada ao Brasil, 1908-1922 e 1923-1941



Fonte: Suzuki (1964).

No segundo fluxo, a partir de 1925, cresceram consideravelmente os fluxos originários do meio urbano. As pressões sociais causadas pelo excedente populacional e de

mão-de-obra, faziam com que famílias inteiras, incluindo idosos e crianças, buscassem na emigração uma nova oportunidade de trabalho e de obter recursos financeiros. Cabe apontar que, mesmo considerando a ampliação do contingente de imigrantes com origem nos centros urbanos, ainda permaneciam em evidência famílias com número de membros elevado, entre 6 a 8, e 9 a 11 membros. O que muda do primeiro fluxo em relação ao segundo é que a razão de sexo entre os imigrantes passou a ser mais equilibrada. O tamanho das famílias conjugais e lineares aumentou, e as famílias compostas, com a presença de parentes distantes, ou com a presença de membros artificiais ou agregados, diminuíram. As famílias compostas, a partir de então, passaram a ser em sua maioria formadas por parentes próximos, como sobrinhos e irmãos do casal de imigrantes.

No terceiro fluxo, diferentemente dos fluxos anteriores, e como observado na análise dos grupos etários acima, há grande presença de imigrantes individuais, possibilitada pela flexibilização da legislação que restringia esse tipo de migração. Tornaram-se mais comuns os arranjos denominados de “união de duas famílias incompletas”, com o propósito de formar uma, com membros capazes de trabalhar (SAITO, 1961, p. 71); e da adoção de parentes homens, com a finalidade de ampliar a força de trabalho familiar. Aumentaram também a proporção de famílias compostas por três a cinco membros. Já as famílias de seis a oito membros, que nos fluxos anteriores eram aquelas com maior proporção, ocupam agora a terceira posição. Famílias com 9 a 11 membros, que também tinham maior relevância nos dois primeiros fluxos, foram reduzidas a praticamente um terço do que eram anteriormente.

3.9.1.4 Contexto imigratório

O primeiro fluxo, subsidiado pelo governo do Estado de São Paulo, buscando suprir a escassez de mão-de-obra europeia para a lavoura, principalmente a cafeeira, foi composto pela chegada de aproximadamente 31.000 japoneses (SUZUKI, 1995). Era um fluxo composto por indivíduos que buscavam alternativas à crise econômica japonesa, e que em grande parte tinham origem no meio rural, mas com condições financeiras mínimas que lhes permitissem, visando o enriquecimento, se arriscar nessa empreitada em direção a um país que, em muitos casos, sequer haviam ouvido falar. Foi um fluxo de certo modo intermitente, variando conforme os fluxos imigratórios europeus chegavam ou eram suspensos.

O segundo fluxo, com o grande diferencial de ser subsidiado pelo governo japonês, com o objetivo de diminuir as tensões causadas pelo excedente populacional nos centros urbanos em desenvolvimento e os altos índices de desemprego, tornou-se mais

constante, e por isso, é o que apresenta maior contingente de imigrantes, cerca de 158.000 imigrantes (SUZUKI, 1995). Foi um fluxo composto em grande parte por famílias, que seguiam para o Brasil, tal como o fluxo anterior, com o propósito de enriquecer e retornar ao seu país de origem, mas que em decorrência da precariedade de condições encontradas na sua chegada, na grande dificuldade em levantar recursos, boa parte acabou se fixando nas terras brasileiras (SAKURAI, 2007). Este fluxo atingiu o seu auge na primeira metade dos anos 1930, e foi encerrado em 1941, em decorrência da Segunda Guerra Mundial (SUZUKI, 1969; 1995).

Por fim, o último fluxo aqui analisado, vai de 1952 até 1973, mas por conta dos dados utilizados neste trabalho, referentes ao Censo da Colônia, de 1964, as informações utilizadas remetem somente até o ano de 1958, quando da aplicação do recenseamento.

Neste período chegaram ao Brasil aproximadamente 46.000 japoneses (SUZUKI, 1964; 1995), porém as características dos imigrantes eram distintas dos fluxos anteriores. Nesse período, houve maior presença de jovens, e o custeio de sua viagem era feito em grande parte por empresas e fazendeiros japoneses estabelecidos no Brasil, que recrutavam essas pessoas desde o Japão. Buscava-se pessoas com melhores qualificações, e a maior proporção de imigrantes era originária das zonas urbanas. Houve também a liberação da migração individual, que não era permitida nos dois fluxos anteriores. Fugindo de um país devastado pela guerra, esses imigrantes, ao contrário dos fluxos anteriores, tinham por propósito estabelecer-se no Brasil, sem almejar o retorno ao seu país de origem (SUZUKI, 1964; 1995; SAKURAI, 2007).

3.9.1.5 Registro fotográfico

Os registros fotográficos para cada fluxo ilustram diferentes momentos e características dos mesmos. O primeiro fluxo traz como registro o navio *Kasato-Maru*, o primeiro a aportar em terras brasileiras, trazendo consigo famílias que buscavam novas oportunidades, com o sonho de melhorarem suas condições de vida, e de retornarem bem-sucedidas ao Japão. Quando do seu desembarque, muitas foram as surpresas encontradas: o clima, as pessoas, a comida, e ainda as condições, que por diversas vezes, não condiziam com o que lhes fora prometido ao embarcarem em seu país de origem.

Já o segundo fluxo é ilustrado pelo passaporte da família A., que chegou ao Brasil em 1934, com o chefe da família “T.A.”, sua esposa “M.A.”, e seus cinco filhos: “F.A.” (15 anos), “K.A.” (12 anos), “S.A.” (7 anos), “KO.A.” (5 anos) e “K.” (1 ano). Essa ilustração

demonstra uma situação bastante comum para o período, com a família numerosa, composta por membros aptos ao trabalho, atendendo às determinações legais para que pudessem migrar.

O terceiro fluxo é ilustrado pelas “três enxadas”: o imigrante “S.O.”, casado com “F.O.”, e “J.S.”, irmã de “F.O.”. Este registro fotográfico ilustra o dia em que essas pessoas foram para o treinamento anterior à migração, para terem um mínimo conhecimento sobre o Brasil, a língua e outros aspectos, e para se prepararem para os 40 dias de viagem rumo ao novo país. Novamente, vê-se nessa imagem a representação da mão-de-obra, que neste caso fora recrutada desde o Japão, para o trabalho nas fazendas do interior do Estado de São Paulo – um dentre muitos outros exemplos.

Com a apresentação dos perfis comparativos, buscou-se, através de um painel de observações (ANAZAWA, 2012), explorar a diversidade de elementos que compuseram as análises dos fluxos imigratórios de japoneses para o Brasil. É fundamental para esta análise compreender os impactos gerados no ciclo de vida das pessoas em decorrência de acontecimentos históricos, de cunho político, econômico e social, como foi o caso dos imigrantes japoneses. A partir da consideração dos eventos de impacto, ou como foi denominado por Hareven e Masaoka (1988), *turning points*, pôde-se compreender como a composição das famílias, nos diferentes períodos, é afetada por esses eventos diversos.

Observou-se ser extremamente necessário considerar a relação entre os aspectos externos, quando de sua ocorrência e distintos impactos causados, e o curso de vida dos indivíduos e de seus familiares. É essa relação que irá determinar os caminhos que serão seguidos, quais condicionantes serão considerados, quais atitudes deverão ser tomadas e o que isso causará na continuidade do ciclo vital dessas pessoas e das futuras gerações.

De acordo com as características observadas, ficaram demonstradas que as composições dos diferentes fluxos de imigrantes japoneses carregavam consigo informações e condicionantes que refletiam todo um prospecto histórico, seja em seu país de origem ou no seu destino. A caracterização demográfica da composição dos fluxos e a relação com as diferentes composições familiares observadas, evidencia que outros aspectos, não somente os demográficos, devem ser considerados para uma análise com maior completude, que tenha condições de ter a percepção dos liames que estão presentes nas relações sociais, individuais e familiares, e nas informações que essas pessoas carregam consigo, decorrentes de um contexto histórico prévio.

CAPÍTULO 4 – IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA SÃO PAULO E A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

Como observado nas informações trazidas por Suzuki (1969), houve grande movimentação dos imigrantes, buscando principalmente melhores condições de trabalho e de moradia, para que pudessem levantar os recursos pretendidos e cumprir com o objetivo principal de retornar ao Japão.

Com relação ao território jurídico-funcional, constituído a partir relações de poder, estabelecidas por proprietários e pelo estado, frente, neste caso, aos imigrantes japoneses, este foi se consolidando de acordo com o avanço da ocupação dos espaços antes inexplorados, e pelas divisões político-administrativas que foram surgindo ao longo do tempo. Especialmente na região Oeste do estado de São Paulo, um dos principais destinos dos imigrantes japoneses durante todo o período imigratório, ocorreu grande avanço nas divisões territoriais e administrativas, pautadas pelo particionamento de grandes extensões de terra, fossem elas inexploradas, e objeto de políticas voltadas à expansão produtiva no estado; ou fossem grandes propriedades, que demandavam mão-de-obra, especialmente para a cafeicultura, mas que após os anos 1930 entraram em declínio, sendo particionadas e dando origem a novas propriedades menores.

Estes elementos pautaram a introdução dos imigrantes japoneses, num primeiro momento, exclusivamente como mão-de-obra para a lavoura, mas posteriormente, como membros de cooperativas e colônias de trabalhadores, até chegarem à condição de proprietários. Essas relações, portanto, foram se tornando causa e efeito da ocupação e surgimento das territorialidades e dos territórios. O espaço físico-jurídico sempre esteve atrelado ao espaço simbólico, porém, assim como apontado por Haesbaert (2007), é possível aferir que a territorialidade criada pelos fluxos imigrantes tenha se antecipado à sua ocupação e estabelecimento territorial, condizente portanto com a afirmação de que pode haver a territorialidade sem o território, mas não o contrário.

As análises aqui apresentadas buscaram identificar a ocupação territorial dos imigrantes e a evolução da divisão territorial político-administrativa no estado de São Paulo, com especial atenção à região Oeste do estado, onde estava localizada grande parte dos imigrantes japoneses e seus descendentes, e onde os avanços da divisão territorial e da distribuição espacial dessa população ocorrem praticamente de maneira simultânea.

4.1 Os lugares de origem dos imigrantes japoneses

O estado de São Paulo foi o principal destino da imensa maioria dos fluxos de imigrantes japoneses para o Brasil. Como apontado anteriormente, mais de 75% de todos os imigrantes japoneses e seus descendentes recenseados no Censo da Colônia viviam no estado em 1958 (SUZUKI, 1969). Entretanto, suas origens são provenientes das mais distintas localidades no Japão, e a configuração destes movimentos foi sendo alterada no decorrer dos anos e da partida dos fluxos, sendo necessário ter minimamente a dimensão de quais Províncias japonesas e sob quais condições ocorreram as emigrações, além das características que compunham esses distintos fluxos.

Os imigrantes que chegaram ao Brasil durante o primeiro período (1908 – 1924), eram majoritariamente oriundos de regiões agrícolas, como Kagoshima, Kumamoto, Okinawa, Fukushima e Hokkaido. Já o segundo e terceiro períodos (1925-1941 e 1952-1962) apresentaram características distintas, uma vez que a emigração passou a ser integrada por pessoas originárias de diversas regiões do Japão, e com outras ocupações, incluindo já trabalhadores especializados.

Isso pode ser verificado com as mudanças no nível educacional dos imigrantes, comparando os períodos pré e pós-guerra: no período pré-guerra a maior parte dos imigrantes apresentaram ensino primário (74,2% dos imigrantes). Já para o período pós-guerra, este percentual diminuiu (39,5%), e há um aumento do percentual dos imigrantes com ensino secundário (60,4% dos imigrantes) (SUZUKI, 1964).

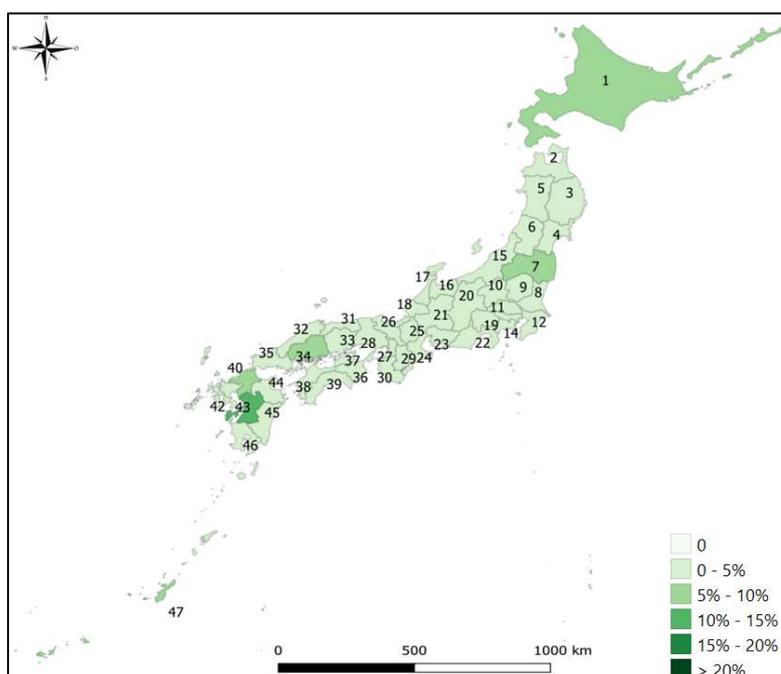
A própria dinâmica dos motivos que levaram à emigração foi alterada, no sentido de incluir emigrantes que haviam comprado terras e que partiam para serem pequenos proprietários no Brasil, e não exclusivamente trabalhadores empregados nas fazendas. Verificou-se que a principal ocupação dos chefes de família, no período pré-guerra, refere-se aos que iniciaram no Brasil como agricultores (94,3% dos chefes de famílias imigrantes, dos quais 77,5% eram colonos). O percentual de imigrantes colonos cairia de 87,9% em 1912 para apenas 2,9% em 1958, enquanto o percentual de proprietários era de 64% neste mesmo ano. Cerca de 74% dos chefes de família, imigrantes pré-guerra, eram agricultores ou filhos de agricultores no Japão. As ocupações dos chefes de família que não eram agricultores no pré-guerra se dividiam entre empregados, vendedores, artesãos, pescadores, entre outros, e representavam aproximadamente 6% dos chefes de família imigrantes.

Comparando-se os períodos pré e pós-Segunda Guerra Mundial, observou-se alternância na ordem das províncias que mais enviaram emigrantes ao Brasil, porém, as

províncias a seguir sempre figuraram no ranking das maiores provedoras: Kumamoto, Fukuoka, Okinawa, Hokkaido, Fukushima (sem observação de uma ordem específica). Outras duas províncias alternaram-se entre as principais: Hiroshima, que antes da Segunda Guerra era a quinta província que mais fornecia emigrantes, e Nagasaki, que após o término do conflito, assumiu esta mesma posição.

Na Figura 25, estão identificadas as províncias japonesas, classificadas de acordo com a proporção de emigrantes que forneceram, durante o período pré-guerra (1908-1941), a partir de dados Censo da Colônia (Suzuki, 1969).

FIGURA 25 – Proporção de emigrantes para o Brasil, por província do Japão, segundo o Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*, pré-guerra (1908-1941)



Fonte: Suzuki (1964).

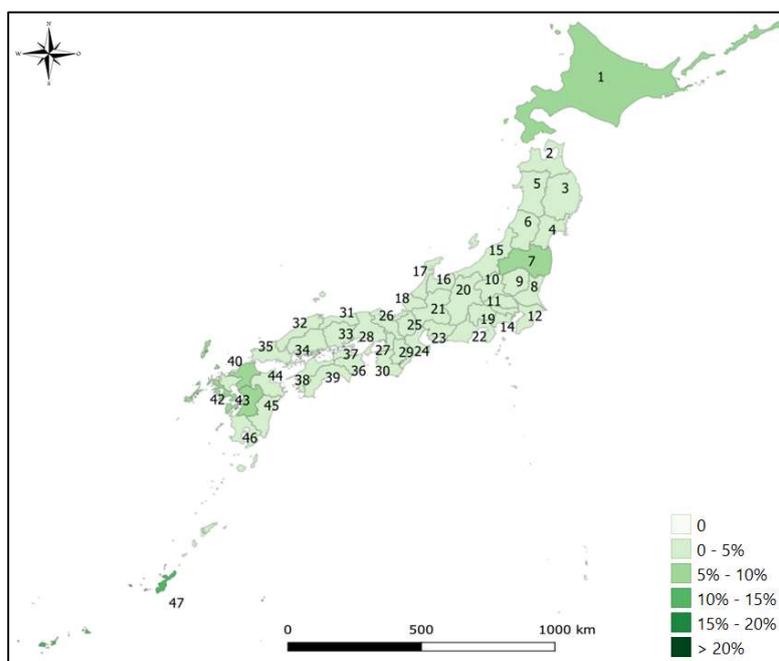
Verifica-se que as províncias que mais forneceram emigrantes em direção ao Brasil foram: 43-Kumamoto (10,6%); 40- Fukuoka (8,6%); 47- Okinawa (7,7%); 1- Hokkaido (6,9%); 34- Hiroshima (6,8%); e 7- Fukushima (5,4%). Por outro lado, as que menos forneceram foram: 9- Tochigi (0,48%); 2- Aomori (0,45%); 11- Saitama (0,44%); 14- Kanagawa (0,44%); e 12- Chiba (0,36%). Ainda assim, é possível verificar que neste período, todas as províncias enviaram emigrantes para o Brasil.

Entre 1942 e 1950 houve a ruptura das relações diplomáticas entre Brasil e Japão, bem como a suspensão dos fluxos imigratórios. Após o término da Segunda Guerra Mundial, as relações diplomáticas foram retomadas entre os dois países em 1951, e a partir

de 1952 começaram a chegar no Brasil os primeiros navios com japoneses, dando início a uma nova fase na imigração.

Na Figura 26, a seguir, estão representadas as proporções de imigrantes segundo sua província de origem no Japão, para o Período que corresponde a 1952 a 1962, segundo dados do Censo da Colônia (SUZUKI, 1969). Este último ano (1962) refere-se à última atualização realizada pelos idealizadores do referido Censo, porém é possível através destas informações ter a dimensão de como estavam caracterizados os fluxos, pois a partir da década de 1960, os fluxos de imigrantes japoneses para o Brasil foram diminuindo, praticamente extinguindo-se ao final da década.

FIGURA 26 – Proporção de emigrantes para o Brasil, por província do Japão, segundo o Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*, pós-guerra (1952-1962)



Fonte: Suzuki (1964).

Neste período, as Províncias enviaram proporcionalmente mais emigrantes foram: 47- Okinawa (11,3%); 43- Kumamoto (8,1%); 40- Fukuoka (7,8%); 1- Hokkaido (6,3%); 42- Nagasaki (6,2%); e 7- Fukushima (5,2%). Já as Províncias com menor representatividade foram: 3- Iwate (0,41%); 31- Tottori (0,40%); 16- Toyama (0,31%); 29- Nara (0,29%); e 25- Shiga (0,15%).

Em ambos os casos apresentados, o que se percebe é a concentração dos contingentes de emigrantes nas províncias do sul do Japão, especialmente Fukuoka, Kumamoto e Okinawa. Fukushima é a província que mais se destaca na região central do Japão, e ao norte, Hokkaido. Assim como observado na Figura 25, também é possível

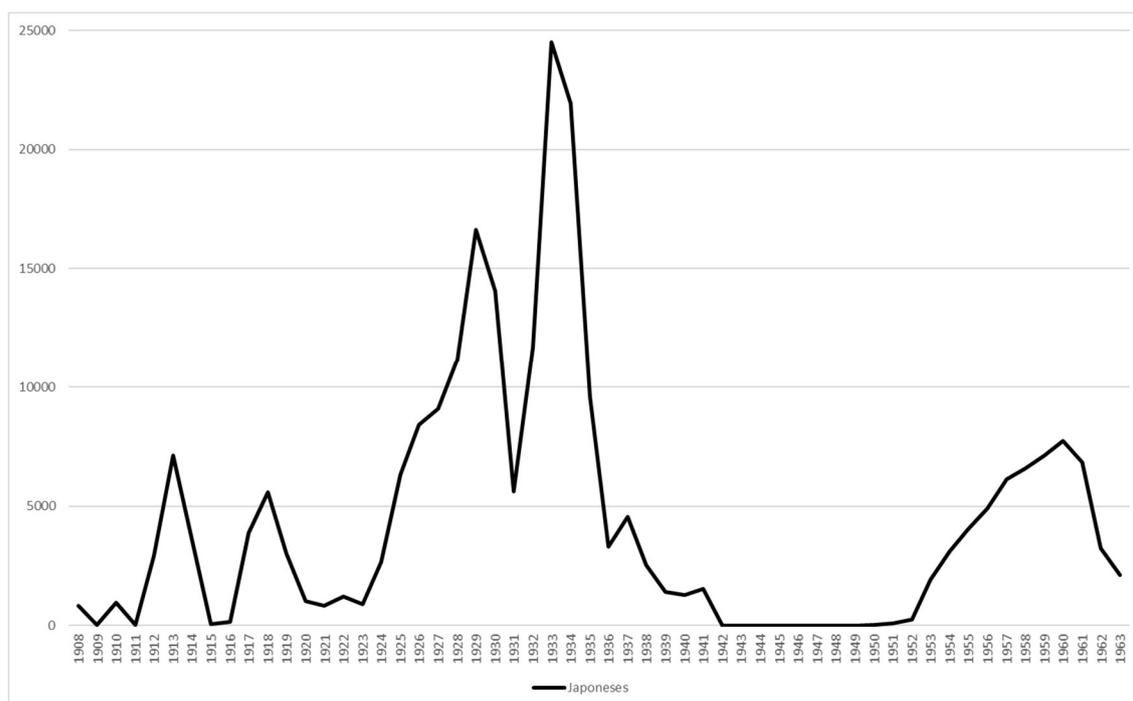
verificar que neste período pós-Segunda Guerra Mundial, todas as Províncias contaram com emigrantes, ainda que em pequenos contingentes. Essa situação pôde ser observada durante todo o período em que fluxos de imigrantes japoneses se dirigiram ao Brasil, entre 1908 e 1962, segundo informações do Censo da Colônia.

Dessa maneira, o que se observa através dos dados, é que os principais locais de origem se mantiveram, tanto antes quanto após o término da Segunda Guerra Mundial. O que se altera, entretanto, é o volume dos contingentes de imigrantes, menores após o término do conflito, do que em relação ao período precedente. A própria dinâmica dos fluxos se alterava de acordo com a intenção de permanência definitiva pela maior parte dos imigrantes do pós-guerra, contrapondo a intenção de retorno dos imigrantes precedentes (SAITO, 1961).

4.2 A presença dos japoneses no estado de São Paulo

A entrada de imigrantes japoneses é um pouco distinta em relação aos estrangeiros de outras nacionalidades. Sua migração para o Brasil é tardia (BASSANEZI, 1995), a partir de 1908, enquanto imigrantes de outras nacionalidades já adentravam o Brasil nas últimas décadas do século XIX; e os fluxos mais intensos de imigrantes japoneses ocorreram entre 1930 e 1933, como mostra o Gráfico 5.

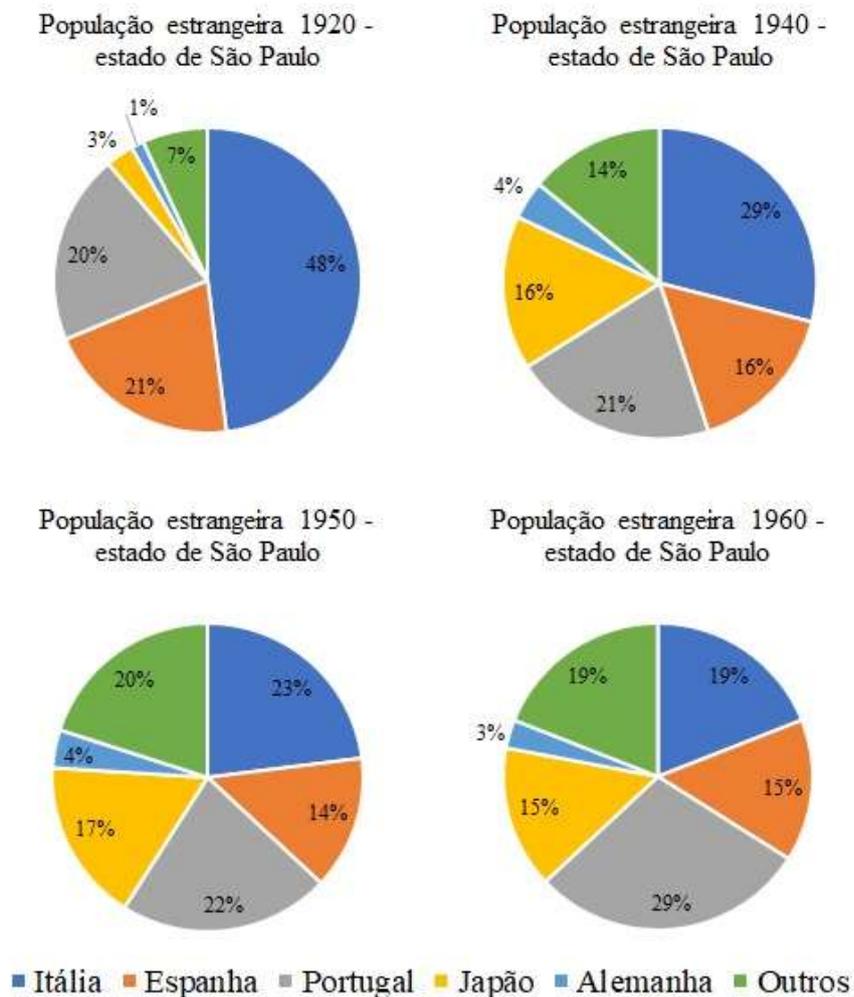
GRÁFICO 5 – Entradas de japoneses no Brasil 1908-1963



Fonte: Suzuki (1964).

No estado de São Paulo, principalmente após o grande volume de entradas de japoneses durante a década de 1930, esta população figurou entre as principais origens de estrangeiros no estado, como é possível verificar no Gráfico 6, que compara as principais nacionalidades de estrangeiros residentes para os anos de 1920, 1940, 1950 e 1960, segundo dados do Censo Demográfico. Em 1920, houve predominância de italianos no estado, correspondendo a 48% do total de imigrantes estrangeiros. Este percentual diminuiu ao longo do tempo, resultando em 19% de imigrantes italianos em 1960. Tal como ocorrido com os italianos, houve decréscimo na proporção de espanhóis, que em 1920 correspondiam a 21% do total de imigrantes no estado, diminuindo para 14% em 1950, contando posteriormente com pequeno aumento em 1960, totalizando 15%. Os portugueses, por sua vez, tiveram aumento em sua presença proporcional, passando de 20% em 1920 para 29% em 1960. Destaca-se a presença de japoneses, que aumentou de 3% em 1920 para 17% em 1950, e posteriormente 15% em 1960. Os alemães, que em 1920 perfaziam 1% dos imigrantes no estado, em 1960 giravam em torno dos 3%. Outras origens, que somadas, em 1920, totalizavam cerca de 7% do total de imigrantes, chegaram a 20% em 1950, e depois 19% em 1960.

GRÁFICO 6 – Proporção das principais nacionalidades de estrangeiros no estado de São Paulo, 1920, 1940, 1950 e 1960, segundo o Censo Demográfico IBGE



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1920; 1940; 1950; 1960).

Para as análises a seguir, como apontado no Capítulo 2, foram utilizadas informações dos Censos Demográficos de 1920, 1940 e 1950, bem como dados do Censo da Colônia, referentes ao ano de 1958. Embora tenham sido propostas análises considerando os três principais períodos da imigração japonesa para o Brasil (1908-1924; 1925-1941 e 1952-1973), para a discussão sobre a distribuição espacial da população, a limitação das fontes de dados não permite que esta periodização seja mantida para os períodos referidos. Considerando as informações sobre a presença de população estrangeira nos municípios do estado de São Paulo, estão disponíveis apenas para os Censos Demográficos de 1920 e 1940.

Já as informações sobre população de raça/cor “amarela”, considerando-se este dado dos Censos Demográficos como uma *proxy*, em relação à população de imigrantes

japoneses, somados aos seus descendentes, avalia-se estar mais bem posicionada em relação às populações observadas, para esta análise, em 1940 e 1950. Como apontado, nos Censos anteriores não houve a captação desta informação, e nos Censos posteriores foram já captados outros grupos provenientes do leste asiático, inviabilizando a *proxy* proposta. Por fim, os dados apresentados pelo Censo da Colônia possibilitam tanto a análise da presença da população de imigrantes japoneses nos municípios (enquanto estrangeiros), bem como para seus descendentes (somados aos imigrantes, compondo a população “amarela”), porém apenas para o ano de 1958.

Dessa maneira, as observações e análises apresentadas acerca da população de japoneses imigrantes referem-se a 1920, 1940 e 1958; e em relação à população “amarela”, referem-se estritamente a 1940, 1950 e 1958.

Em termos da presença e dos condicionantes que encaminharam os japoneses para o estado de São Paulo, buscou-se identificar a presença de imigrantes japoneses e seus descendentes nos municípios, através da proporção em relação à população total, e do índice de segregação, calculado a partir da comparação entre a ocupação de japoneses e imigrantes em relação à população total dos municípios, como apontado no Capítulo 2 deste trabalho, com o propósito de verificar se houve algum tipo de concentração ou encaminhamento intencional dos imigrantes em/para determinadas localidades.

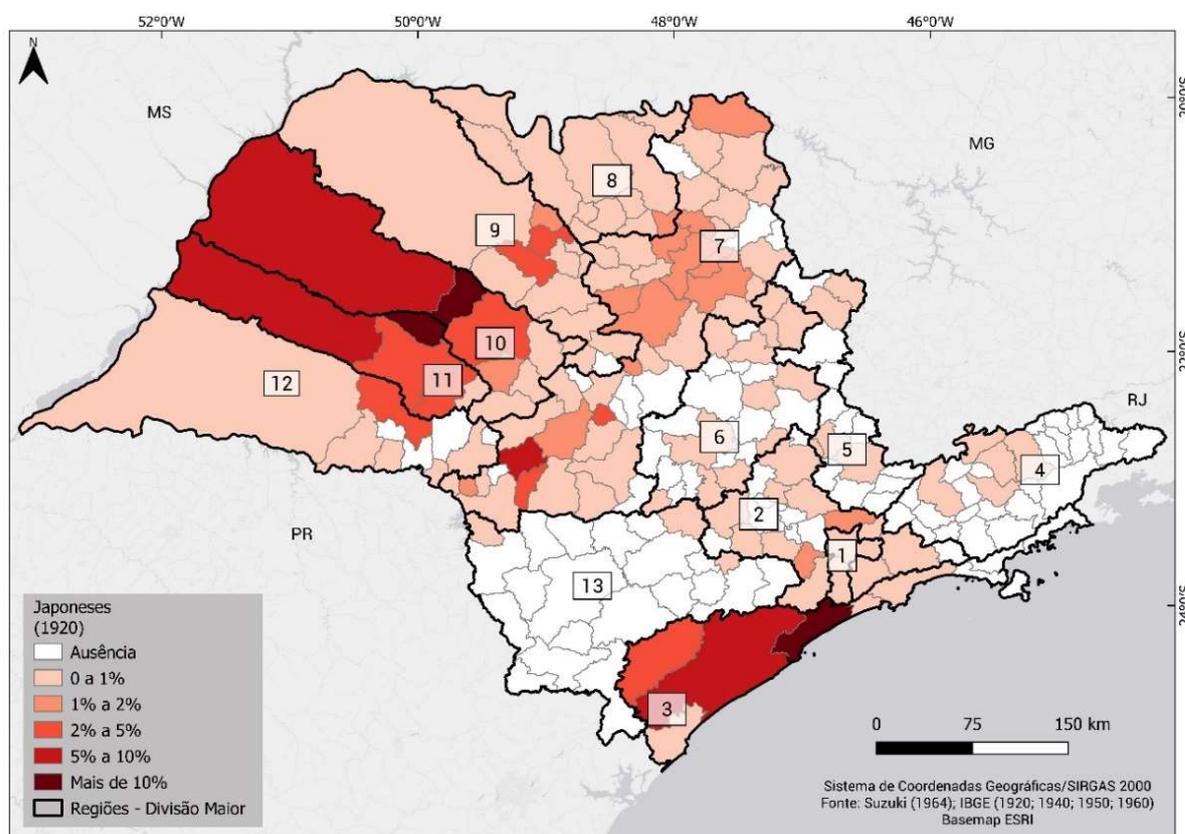
Em termos da presença proporcional dos imigrantes japoneses nos municípios de São Paulo, a partir do Censo de 1920 (Figura 27), foi possível observar três regiões⁴⁴ de destaque no estado de São Paulo, com maiores proporções de imigrantes japoneses: Alta Paulista (Região 11), Noroeste (Região 10) e Litoral (Região 3). Entretanto, há que se considerar que as regiões da Alta Paulista e Noroeste, em 1920, eram compostas por poucos municípios, com grandes extensões territoriais e baixa densidade demográfica. Destaque por exemplo aos municípios de Penápolis, Conceição do Monte Alegre e São José do Rio Preto, que detém as maiores extensões territoriais das regiões localizadas à Oeste. Isso fez com que, mesmo contando com contingentes menores de imigrantes, tais regiões (e municípios) se destacassem em relação às demais.

Por outro lado, a região Litoral recebeu contingentes relevantes de imigrantes, que viriam se estabelecer em Itanhaém, Iguape, Eldorado e Cananéia (e que dariam origem posteriormente a Registro, Miracatu, Sete Barras, Juquiá, entre outros municípios), onde

⁴⁴ Para fins de visualização e localização, foram utilizadas as regiões (divisão maior), proposta por Suzuki em 1958, embora em 1920, 1940 e em 1950, os limites dos municípios não sejam coincidentes com as regiões de 1958.

surgiram as primeiras colônias de imigrantes japoneses no estado (SAITO, 1961; HANDA, 1987). Verifica-se, por exemplo, que na região da Antiga Zona do Café (Região 7), que contava com mais municípios, menos extensos e com maior densidade demográfica, havia uma presença proporcional menor de imigrantes japoneses, mesmo considerando que tal região tenha sido a primeira a receber os contingentes de japoneses, sendo aquela que contava com a maior quantidade de imigrantes em valores absolutos. Verifica-se que para este período, várias regiões apresentam municípios com ausência desta população, principalmente as regiões Sul de São Paulo (Região 13) e Vale do Paraíba (Região 4).

FIGURA 27 – Percentual de japoneses nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo Demográfico de 1920



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1920; 1940; 1950; 1960).

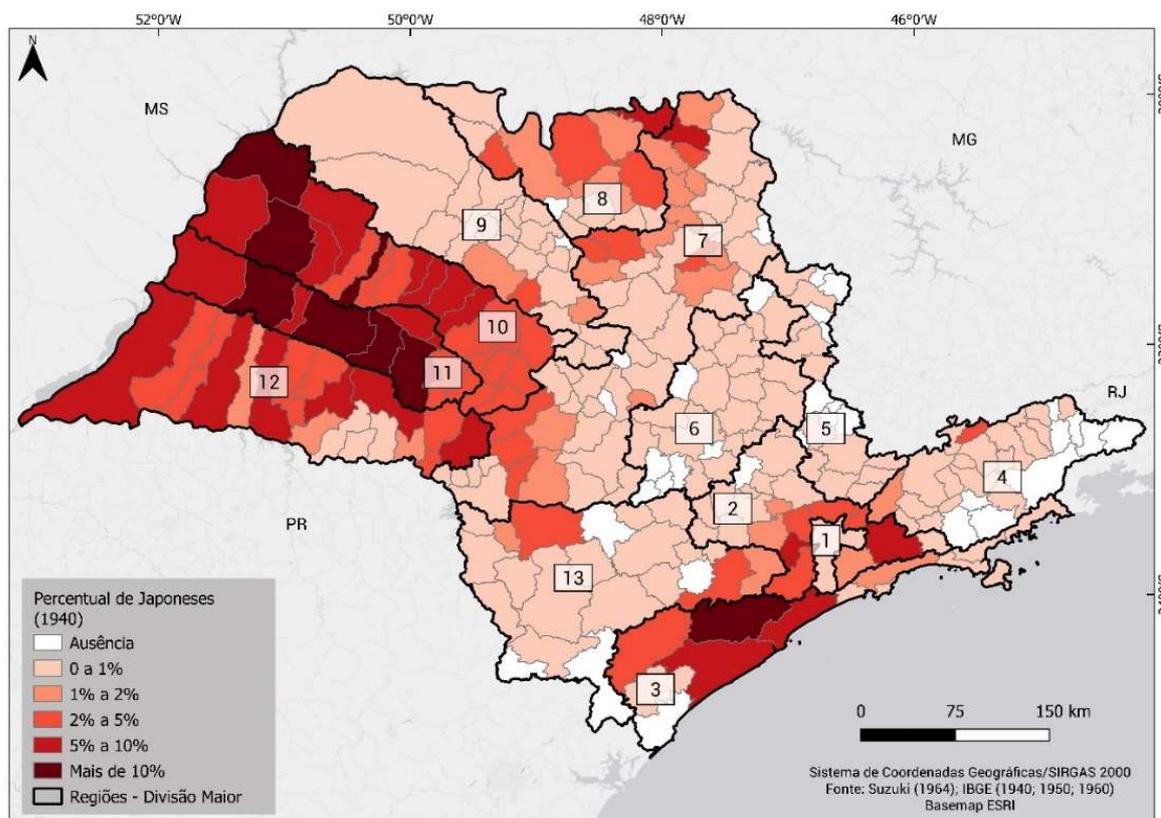
Legenda: 1- Município de São Paulo; 2- Cercanias de São Paulo; 3- Litoral; 4- Vale do Paraíba; 5- Mantiqueira; 6- Pirassununga-Piracicaba; 7- Antiga Zona do Café; 8- Barretos; 9- Araraquara; 10- Noroeste; 11- Alta Paulista; 12- Sorocabana; 13- Sul de São Paulo.

O que se percebe, nas informações obtidas a partir do Censo de 1940 (Figura 28), é uma intensa ocupação de imigrantes japoneses nas regiões a Oeste do Estado de São Paulo (Regiões 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana), que se tornaram destino de boa parte dos imigrantes, a partir de novos loteamentos de terras e da ação das companhias de imigração e colonização japonesas; no Litoral (Região 3), ainda em

decorrência da criação das primeiras colônias de imigrantes nas proximidades das cidades de Itanhaém, Prainha e Iguape (atualmente, Itariri, Pedro de Toledo, Miracatu, Juquiá e Registro); nas proximidades da divisa com o estado de Minas Gerais (Região 8 – Barretos), quando os imigrantes começaram a ocupar terras visando o plantio do arroz (SAITO, 1961; HANDA, 1987); e no entorno da capital do estado, reduto de imigrantes saídos das fazendas, especialmente durante os primeiros anos da imigração para o Brasil, e que buscavam trabalho no meio urbano.

Como apontado, a ocupação do Oeste paulista deve-se ainda às políticas de expansão territorial promovidas pelo governo estadual, e que serão discutidas mais adiante neste trabalho, que viabilizaram a compra de terras pelos japoneses, a partir de acordos estabelecidos com as companhias de imigração, direcionando essa população para a região, diferentemente dos estrangeiros de outras origens, que chegaram ao Brasil em períodos anteriores e já haviam conseguido se estabelecer, apresentando-se de maneira mais dispersa pelo estado, neste período.

FIGURA 28 – Percentual de japoneses nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo Demográfico de 1940



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1920; 1940; 1950; 1960).

Legenda: 1 – Percentual de japoneses nos municípios Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

A aquisição de terras pelos japoneses, no oeste do estado, ocorreu por meio da compra de lotes ainda inexplorados, ou que haviam sido adquiridos anteriormente por empresas de colonização e outros imigrantes, como os italianos, que haviam comprado terras de fazendas desmembradas. Já foi apontado que, até a década de 1940, a composição da imigração japonesa havia sofrido mudanças, deixando os fluxos de serem exclusivamente direcionados a formarem mão-de-obra para as fazendas cafeeiras, passando também a serem compostos por pequenos proprietários. A cultura agrícola desenvolvida nas terras adquiridas foi inicialmente o café, mas com os problemas enfrentados na produção, logo fora substituído pela cotonicultura e sericultura, além do cultivo de hortaliças (NOGUEIRA, 1984; KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992; SAKURAI, 2000).

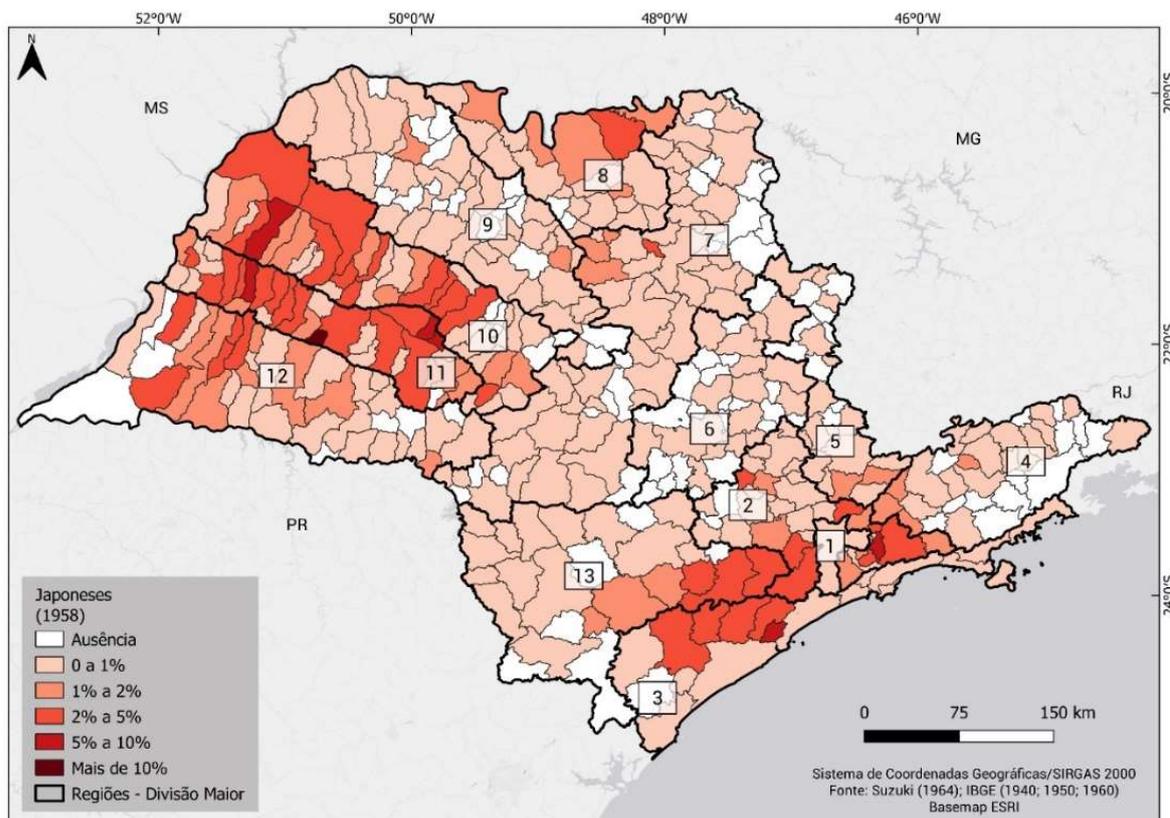
É possível verificar que a proporção de imigrantes japoneses é alta nos municípios da região Oeste, chegando a aproximadamente 40% em alguns municípios⁴⁵ (Pereira Barreto, por exemplo, que posteriormente seria desmembrado em outros municípios). Com a deterioração das condições de cultivo agrícola, muitos imigrantes e descendentes se mudaram para a cidade de São Paulo (Região 1) e seu entorno (Região 2), mas o contingente neste município é proporcionalmente menor do que os contingentes de estrangeiros de outras nacionalidades, tendo pouco impacto na população residente.

Como já foi apontado, não é possível estabelecer uma comparação direta entre as informações observadas no Censo Demográfico de 1940 e o Censo da Colônia de 1958, já que se trata de fontes de dados distintas. Porém, é possível verificar a confluência dos dados, onde se observa concordância nas informações referentes à proporção de imigrantes japoneses nos municípios. Em 1958, verifica-se que as regiões cujos municípios apresentam os maiores percentuais de imigrantes japoneses, são praticamente as mesmas identificadas em 1940. Em 1958 (Figura 29), porém, os imigrantes estão menos concentrados nos municípios. Passados 18 anos entre as duas informações captadas, pode-se inferir que tenham deixado os locais em que estavam concentrados, encaminhando-se para outras regiões e municípios, em busca de melhores condições, de acordo com o que nos apresenta a bibliografia (SAITO, 1961; HANDA, 1987; SAKURAI, 2000); ou mesmo que a população de japoneses tenha de fato diminuído, visto que os fluxos de imigrantes, desde 1934, entraram em declínio, sendo interrompidos posteriormente, durante quase 10 anos, entre 1942 e 1951, com o advento da Segunda Guerra Mundial, e retomados somente a partir de 1952, em contingentes bem menores que os anteriores. O surgimento de novos

⁴⁵ A localização dos municípios, bem como a evolução das divisões políticas, está disponibilizada no Anexo deste trabalho, segundo o período utilizado (1920, 1940, 1950 e 1958).

municípios e o incremento de suas populações também são fatores determinantes na dispersão dos contingentes de japoneses.

FIGURA 29 – Percentual de japoneses nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*, em 1958



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1920; 1940; 1950; 1960).

Legenda: 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

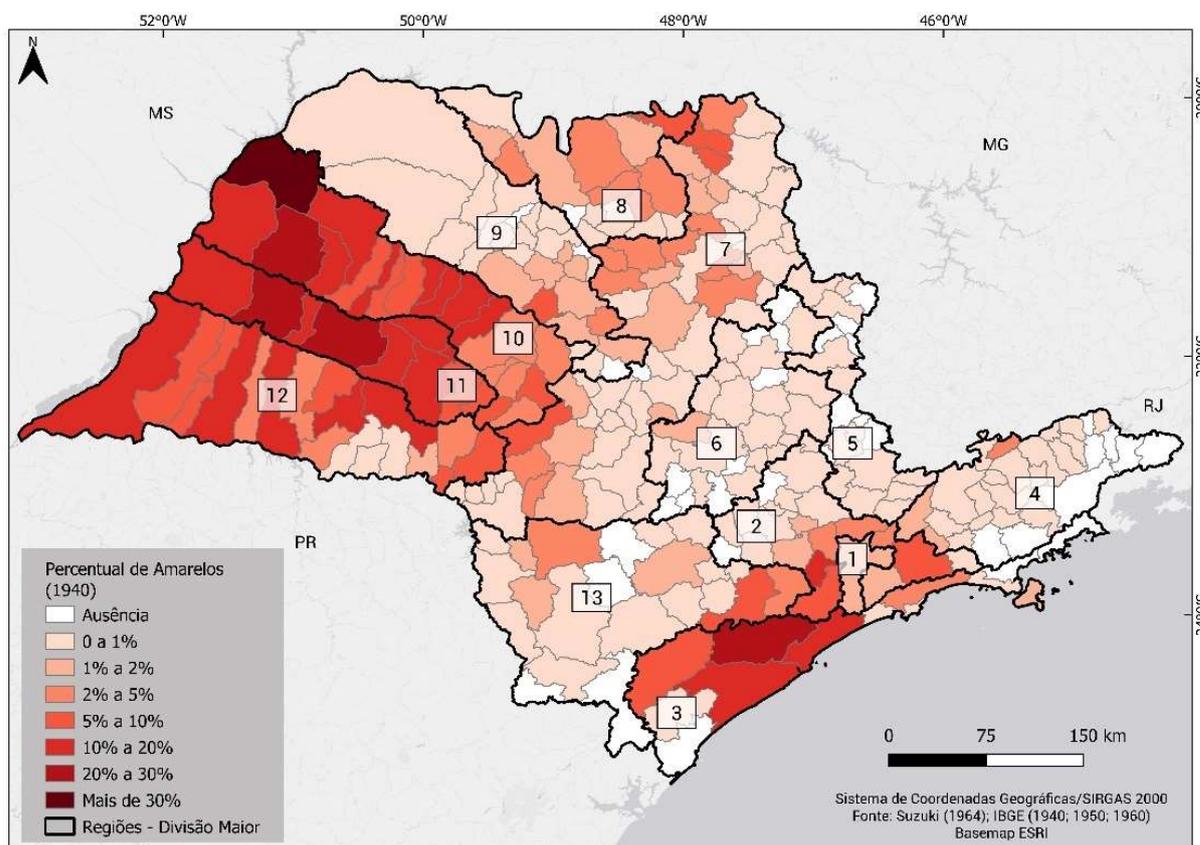
As considerações apresentadas, acerca dos imigrantes japoneses, categorizados enquanto estrangeiros, podem ser visualizadas também quando se analisa os imigrantes somados aos seus descendentes. Como apontado, a população de raça/cor “amarela”, utilizada como *proxy* desta população, pode ser observada nas Figuras referentes a 1940 (Figura 30), 1950 (Figura 31) e 1958 (Figura 32).

É importante ter em conta essa comparação: entre japoneses, enquanto estrangeiros; e japoneses somados aos seus descendentes, considerando aqueles que já nasceram no Brasil. Como visto, após a frustração dos planos iniciais dos imigrantes, de permanecerem o menor tempo possível e levantarem recursos para retornarem ao Japão, alterou-se também a lógica em relação à sua distribuição espacial, já que passaram a procurar por terras próprias, visando o estabelecimento definitivo, o que segundo a

bibliografia (SAITO, 1961; VIEIRA, 1973), fez com que permanecessem em terras e localidades que, mesmo sofrendo com a degradação e desvalorização, tornaram-se seu destino definitivo.

Por outro lado, os descendentes, que pretendiam integrar-se mais à sociedade brasileira, em comparação ao que seus pais/avós haviam conseguido ou planejado ter, iniciaram diversos movimentos de saída dos locais em que nasceram, ou em que seus pais e avós tinham se estabelecido, em busca de melhores condições de vida, educação e de trabalho, abandonando a atividade no campo, em busca de oportunidades na indústria e nas cidades de maior porte no estado de São Paulo.

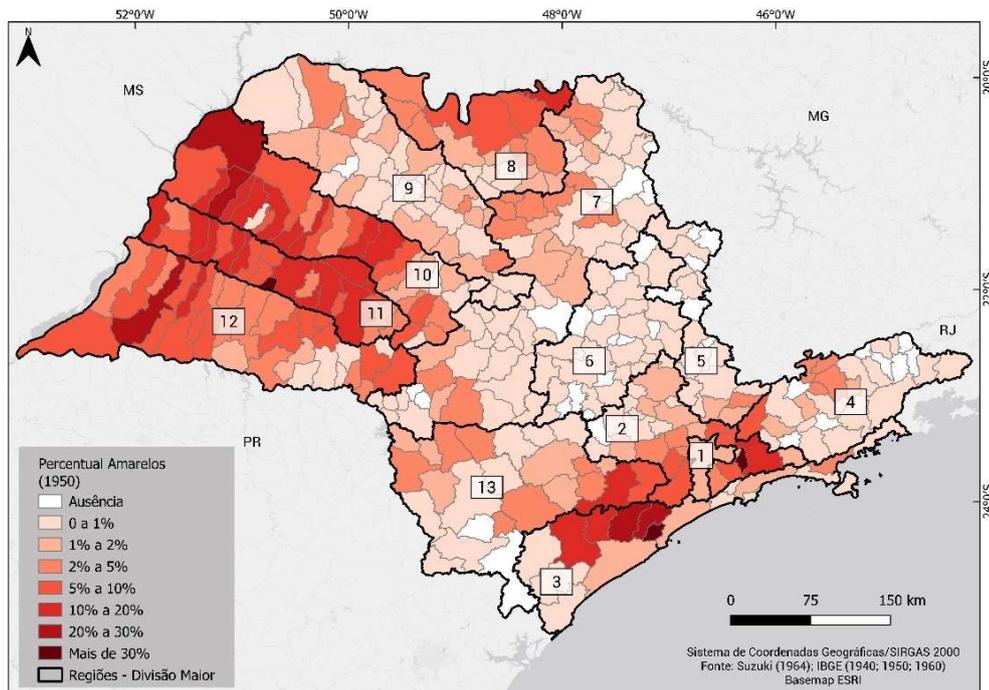
FIGURA 30 – Percentual de população “amarela” nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo Demográfico de 1940



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1920; 1940; 1950; 1960).

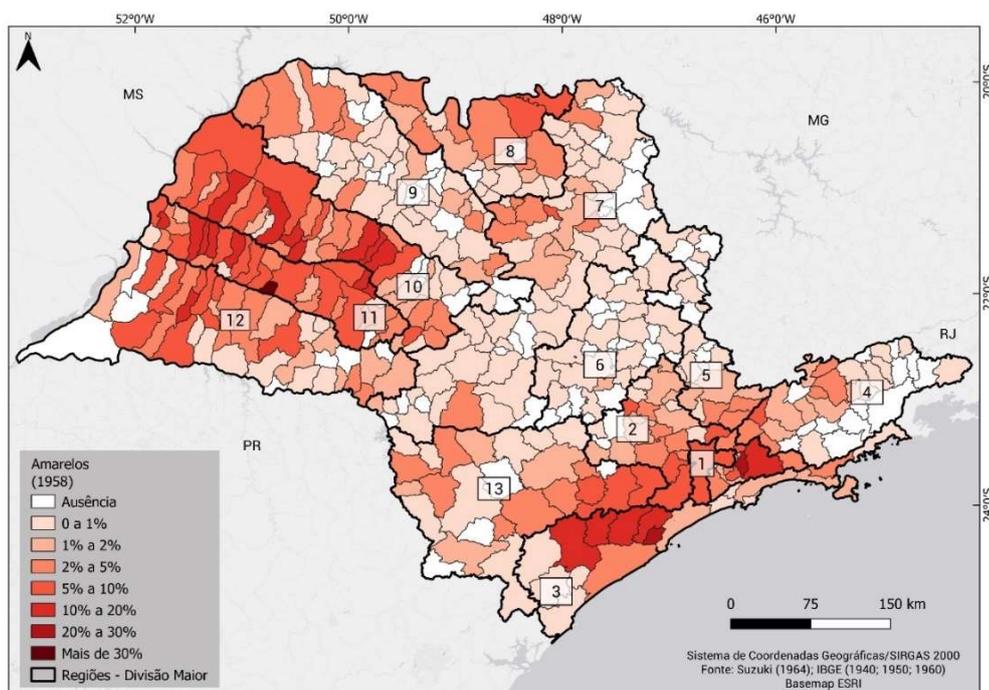
Legenda: 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

FIGURA 31 – Percentual de população “amarela” nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo Demográfico de 1950



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1920; 1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

FIGURA 32 – Percentual de população “amarela” nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*, em 1958



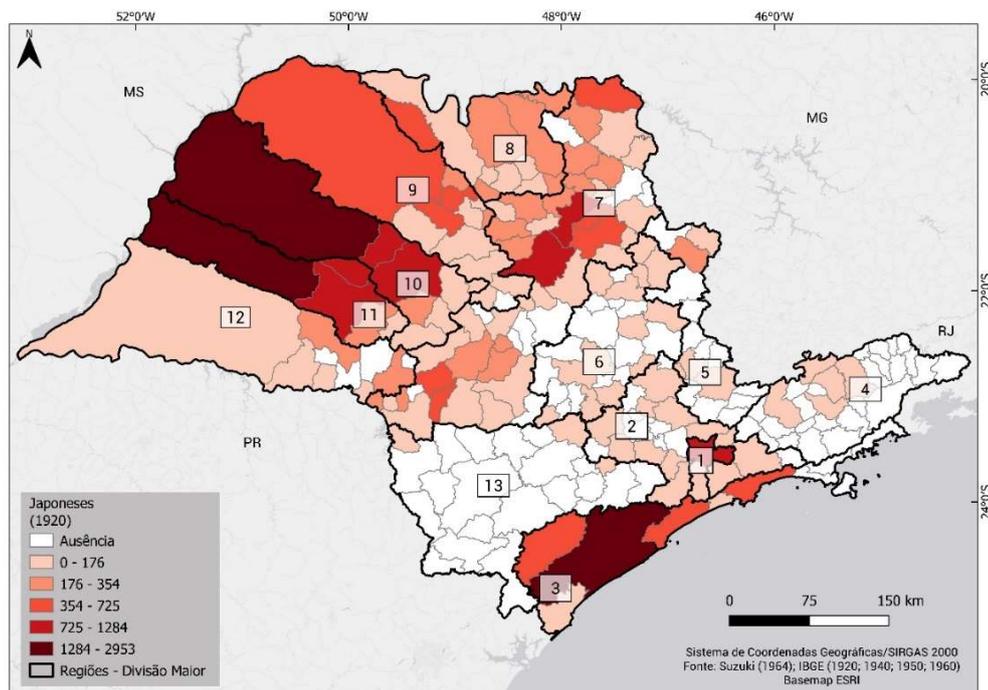
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1920; 1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

A presença proporcional dos “amarelos” nos municípios de São Paulo, como se pôde observar, e tal qual ocorreu com os imigrantes, diminui com o passar dos anos, porém sempre em concentrações menores nos municípios, se comparados àquela população. Como já foi afirmado, o nascimento de gerações de descendentes brasileiros, o aumento no número de municípios e o encaminhamento, especialmente dos descendentes, para outras áreas que não aquelas onde seus pais ou antepassados haviam se estabelecido, viabilizaram a dispersão desta população pelo estado.

As concentrações nos municípios, em percentuais altos (acima dos 30% da população do município formada por imigrantes e descendentes), como fora observado especialmente nos anos 1940, em 1958 tornaram-se raros, excetuando-se casos como o município de Bastos (Região 11 – Alta Paulista), e municípios localizados no Vale do Ribeira (Região 3 – Litoral) e entorno de São Paulo (Região 2 – Cercanias de São Paulo), todos eles vinculados à presença, até então, de empresas e cooperativas que foram fundadas pelos japoneses, como a BRATAC, a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) e a K.K.K.K.; pelos remanescentes dos núcleos coloniais (Bastos e Registro, principalmente); e novas culturas, implantadas a partir das demandas da capital do estado (Suzano e Mogi das Cruzes).

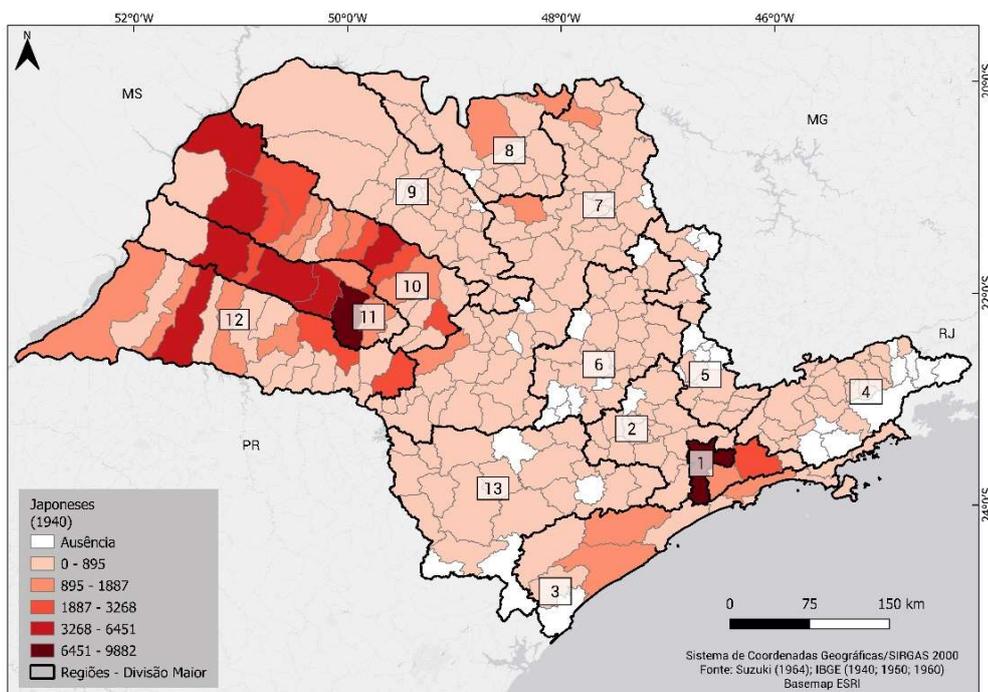
As análises apresentadas foram realizadas a partir de percentuais das populações de imigrantes e de “amarelos”, em relação à população total dos municípios, pois as análises em valores absolutos (exemplo apresentado nas Figuras 33, 34 e 35), considerando que estas populações conformam contingentes pequenos em relação à população total, acarretariam distorções. O município de São Paulo, por exemplo, sempre contou com os maiores contingentes de imigrantes e descendentes, porém, quando se considera a totalidade da população e a extensão territorial, é que se tem a real dimensão do quão relevante foi (é) a presença da população Nikkei no município. Dessa forma, somente a partir da presença proporcional desta população, em relação à população total, é que se pode inferir acerca do impacto que possam ter gerado nos municípios do estado.

FIGURA 33 – População absoluta de japoneses nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo de 1920



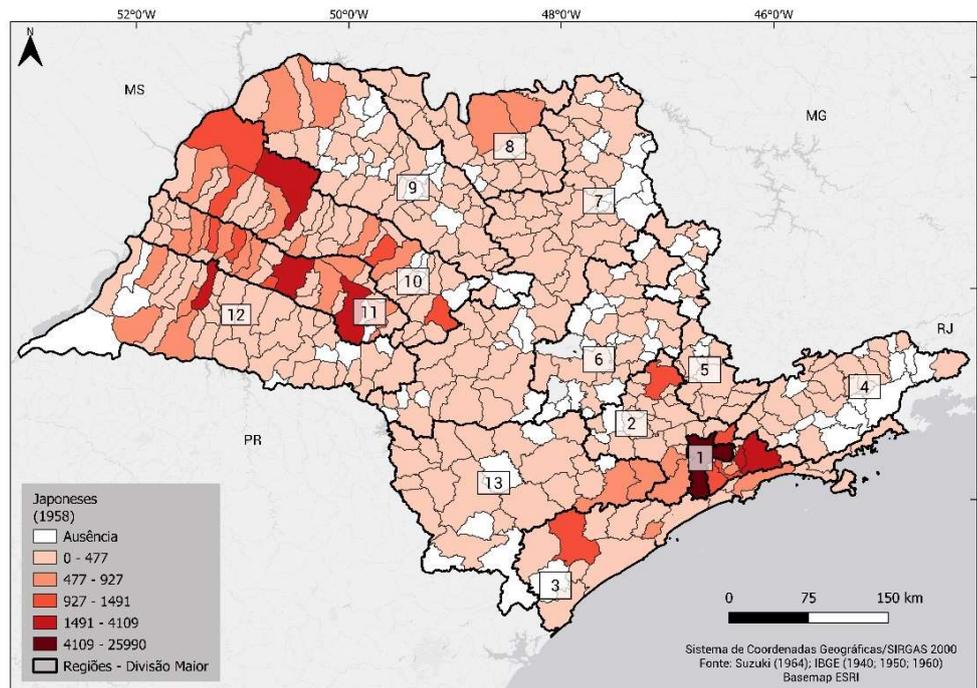
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1920; 1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

FIGURA 34 – População absoluta de japoneses nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo de 1940



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1920; 1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

FIGURA 35 – População absoluta de japoneses nos municípios do estado de São Paulo, segundo o *The Japanese Immigrant in Brazil* em 1958



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1920; 1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

A partir da análise da distribuição proporcional de imigrantes japoneses e de “amarelos” nos municípios, considerou-se a necessidade de verificar as assimetrias dessa distribuição no estado de São Paulo. Para isso, foi calculado o Índice de Segregação, com o propósito de verificar áreas que apresentaram concentração de imigrantes japoneses e de “amarelos”, e se há uma distribuição irregular no espaço geográfico. Os cálculos realizados utilizaram dados do Censo da Colônia, em relação à presença de japoneses e “amarelos” nos municípios do estado de São Paulo em 1958; dados do Censo Demográfico de 1920, considerando a população de estrangeiros japoneses e a população total dos municípios e do estado; Censo Demográfico de 1940, considerando a população de estrangeiros japoneses e “amarelos” nos municípios de São Paulo no referido ano, além da população total dos municípios e do estado; dados do Censo Demográfico de 1950, considerando a população de “amarelos” e o total das populações dos municípios do estado; e os dados do Censo Demográfico de 1960, em relação à população total dos municípios do estado de São Paulo.

Considerando que o índice de segregação é calculado a partir das informações sobre a população de imigrantes japoneses e a população total dos municípios, e esta

informação está disponível apenas nos Censos de 1920 e 1940, como informado no Capítulo 2, utilizou-se no cálculo da segregação para os imigrantes de 1958 as informações de população total dos municípios disponíveis no Censo de 1960, como uma *proxy*.

Os resultados do Índice de Segregação variam de 0 a 1, sendo 0 menos segregado, isto é, a população encontra-se distribuída uniformemente em todo o território, e 1 mais segregado. Para a população de imigrantes japoneses em 1920 (Figura 36), os valores variam entre 0 e 0,051, indicando menor segregação da população em questão. No entanto, municípios nas regiões da Alta Paulista, Noroeste, Litoral, Antiga Zona do Café e município de São Paulo (Regiões 11, 10, 3, 7 e 1) se destacaram ao apresentar valores mais elevados do Índice de Segregação. Já em 1940, foi possível observar para a população de imigrantes japoneses (Figura 37), que os valores obtidos também estão bem abaixo de 1, sendo que os valores mais elevados estão localizados na Capital do Estado e nas cidades localizadas a Oeste (Regiões 9, 10, 11 e 12).

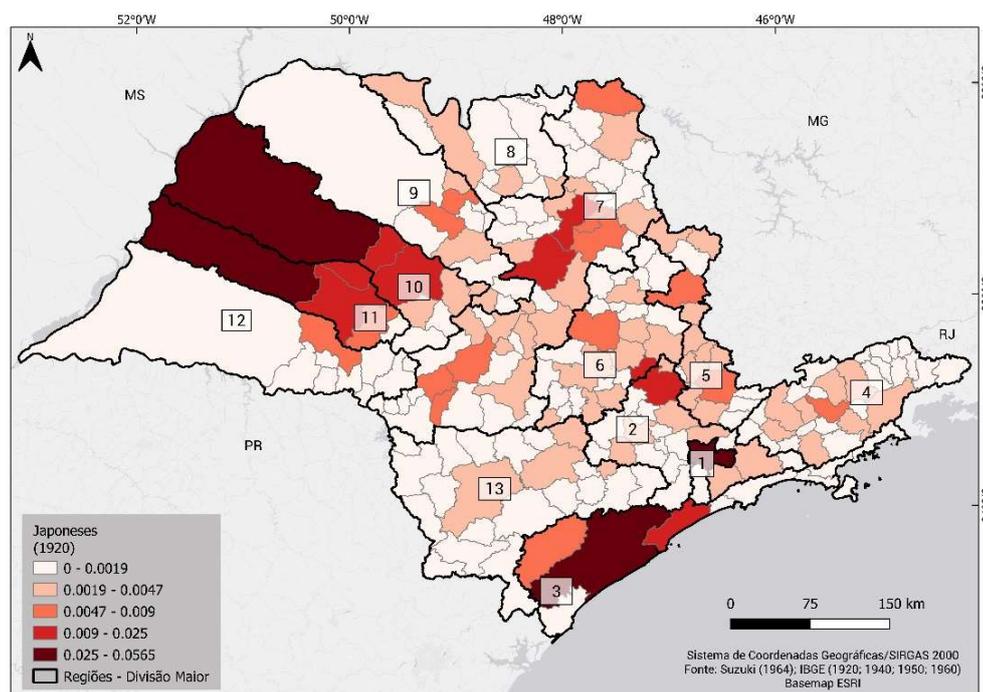
Tanto para 1920 quanto para 1940, essa situação se deve principalmente ao pequeno contingente de japoneses em relação à população residente, e à grande extensão territorial dos municípios localizados no Oeste, com baixa densidade populacional. No município de São Paulo (1), a grande presença de imigrantes de diversas origens, bem como a diferença observada em termos dos tamanhos da população e do território, comparando-se aos demais municípios do estado, faz com que o índice também se apresente mais elevado. Nos demais municípios do estado, principalmente na região Central, a segregação é extremamente baixa, o que significa que a distribuição dos imigrantes naquele território é bastante semelhante à situação encontrada no estado como um todo.

Tal padrão pouco se altera em 1958 (Figura 38), entretanto, o que se observa é a redução na área total à Oeste que compreende os municípios com maiores índices de segregação. Isso se deve principalmente à emancipação e surgimento de novos municípios, passando a contar com situações pontuais de segregação, mais dispersas pelo estado, e ainda assim a níveis muito baixos. Tal situação pode ser observada também no entorno da capital do estado, além de certa mudança das áreas com maiores índices de segregação, antes concentradas na região Litoral (3), e já em 1958 estando mais concentrados nas Cercanias de São Paulo (2) e Sul de São Paulo (13).

O que se verifica, nos três períodos propostos (1920, 1940 e 1958), através do cálculo do índice de segregação da população de japoneses, presentes nos municípios do estado de São Paulo, é que os maiores índices observados são decorrentes da presença

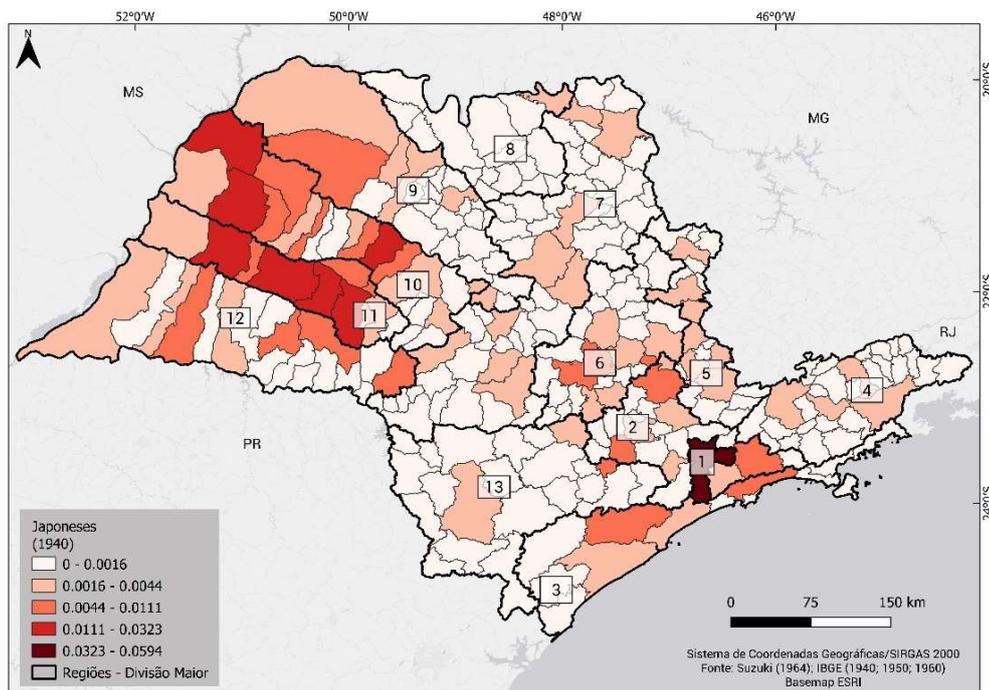
proporcionalmente menor dessa população em relação à população total. Contudo, os municípios que apresentam os maiores índices de segregação são aqueles que possuem os maiores contingentes de japoneses, e estão localizados à Oeste do estado, Litoral, e nas proximidades da capital. Nos municípios onde o índice de segregação é baixo, há poucos ou nenhum imigrante.

FIGURA 36 – Índice de Segregação da população de japoneses no estado de São Paulo, segundo o Censo de 1920



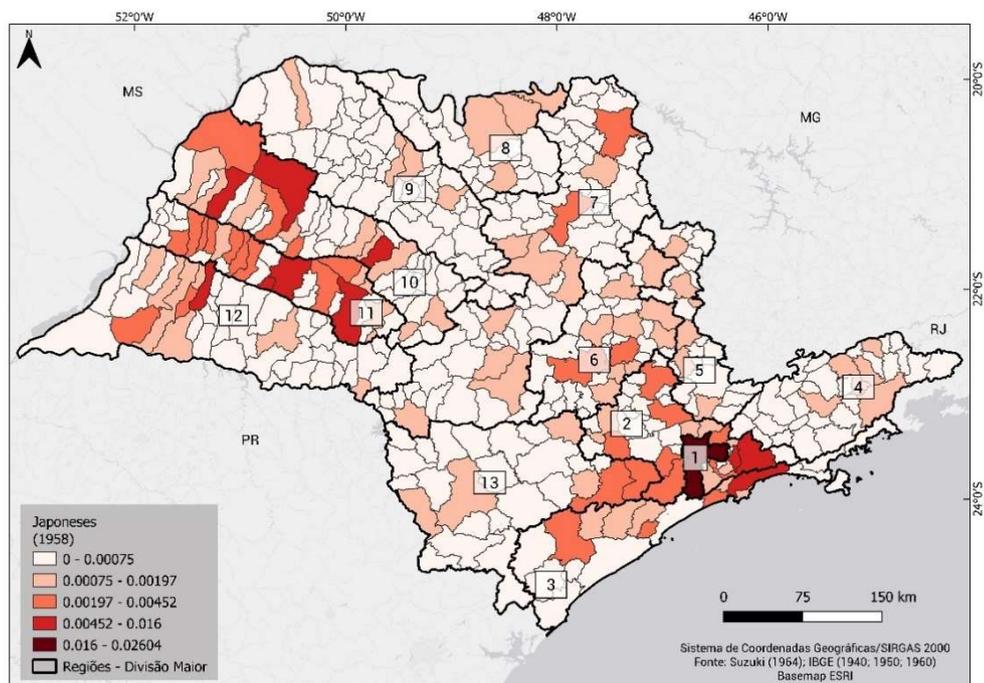
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1920; 1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

FIGURA 37 – Índice de Segregação da população de japoneses no estado de São Paulo, segundo o Censo de 1940



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1920; 1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

FIGURA 38 – Índice de Segregação da população de japoneses no estado de São Paulo, segundo o *The Japanese Immigrant in Brazil* em 1958

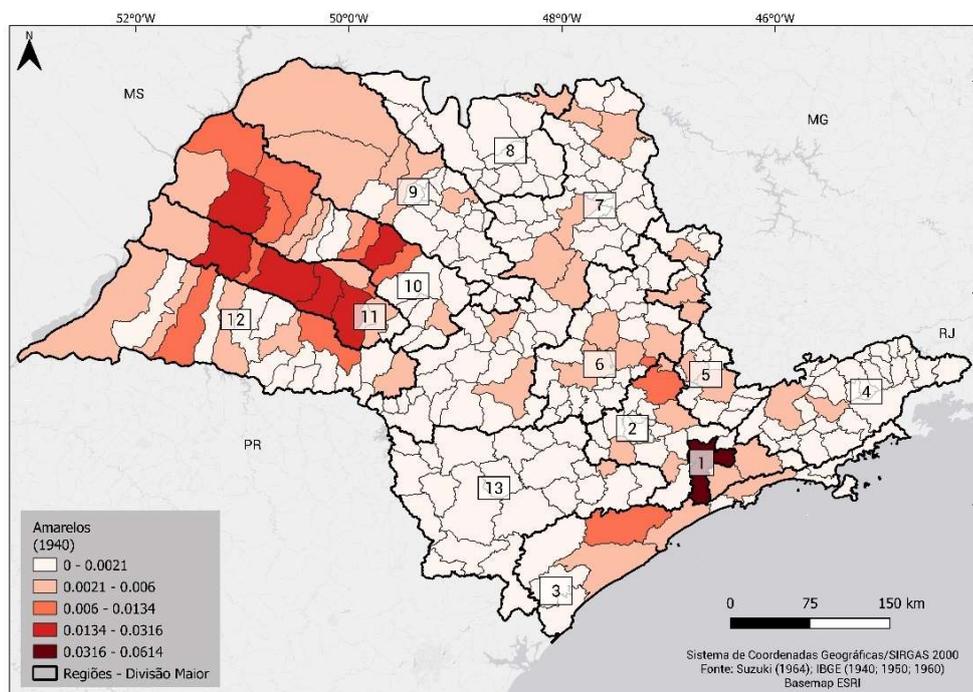


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1920; 1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

A situação observada, em relação aos imigrantes japoneses, é muito próxima à verificada em relação ao Índice de Segregação que compreende a população de “amarelos”, para 1940, 1950 e 1958 (Figuras 39, 40 e 41). A situação observada para 1940 e 1950 praticamente replica o observado para a população exclusivamente de imigrantes, com os maiores índices de segregação observados para os municípios localizados a Oeste e para aqueles do entorno da capital do estado, seguindo-se seu espalhamento conforme os novos municípios vão surgindo e se emancipando.

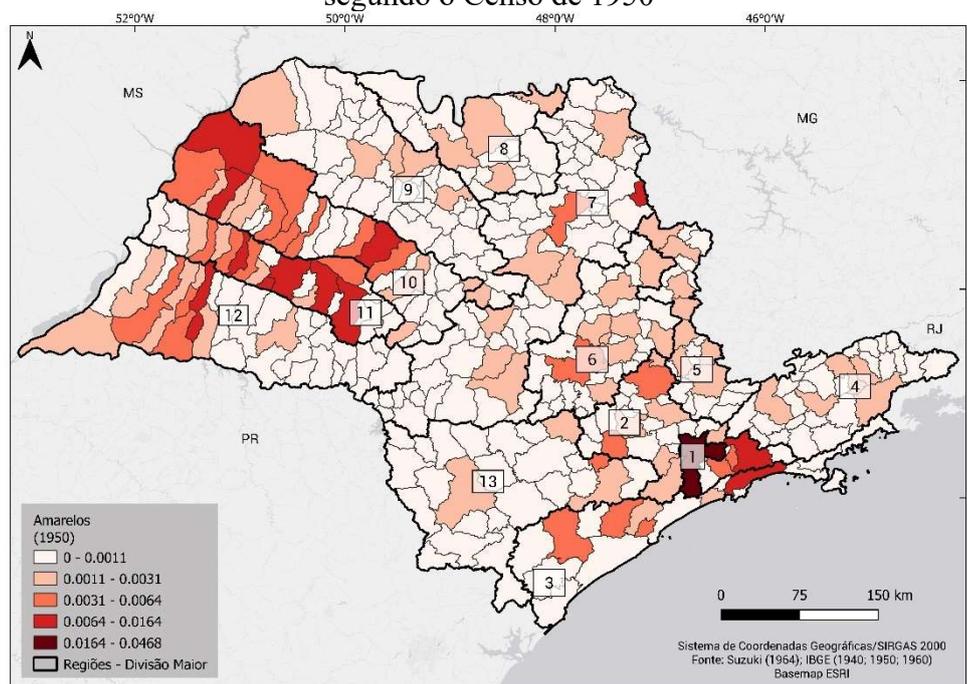
Chama a atenção, porém, a situação observada em 1958, quando os municípios que apresentam maiores valores de segregação encontram-se mais espalhados pelo estado, e não mais concentrados no Oeste e no entorno da capital. Tal situação advém principalmente da presença de terceiras e quartas de gerações de descendentes dos imigrantes, e do aumento da população de raça/cor “amarela” nos municípios (ainda que em proporções bastante menores em comparação com a população total), bem como sua dispersão por todo o estado.

FIGURA 39 – Índice de Segregação da população “amarela” no estado de São Paulo, segundo o Censo de 1940



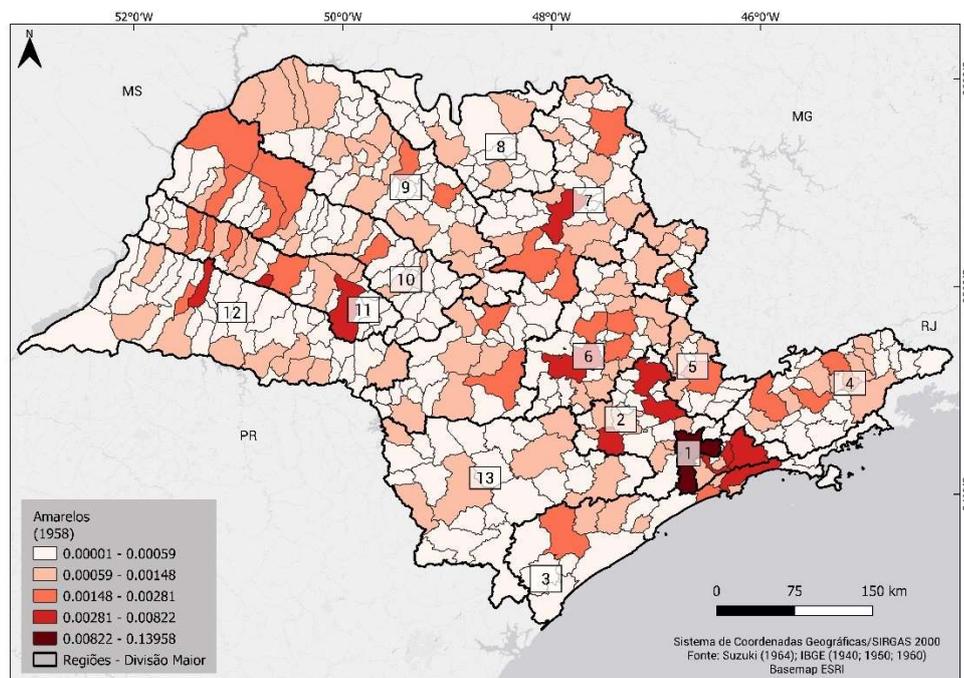
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1920; 1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

FIGURA 40 – Índice de Segregação da população “amarela” no estado de São Paulo, segundo o Censo de 1950



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1920; 1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

FIGURA 41 – Índice de Segregação da população “amarela” no estado de São Paulo, segundo o *The Japanese Immigrant in Brazil* em 1958



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1920; 1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

Apesar de não haver resultados significativos, decorrente dos baixos valores observados para a análise da segregação em torno da distribuição dos japoneses, considerando as concentrações de sua localização, observa-se uma tendência, que será mais bem verificada nas etapas que seguem.

O Índice de Segregação utilizado, proposto por Duncan e Duncan (1955), é considerado como um índice “aespaical”, por não detectar um padrão espacial na distribuição de um determinado grupo (IPEA, 2011). A questão espacial foi incorporada por um novo conjunto de índices que passaram a considerar a segregação espacial (IPEA, 2011), mas que não foram abordadas neste trabalho. Os elementos espaciais foram considerados a partir de um conjunto de técnicas que estão apresentadas a seguir.

A próxima etapa de análise proposta foi a construção de regionalizações (*clusters*) a partir da utilização da técnica Skater, apresentada no capítulo metodológico desta tese, que cria regiões a partir da contiguidade nas informações, através de uma variável homogênea, e cujos geo-objetos analisados – neste caso os municípios do estado de São Paulo –, devam ser necessariamente fronteiraços.

A técnica Skater foi aplicada a partir de dados do Censo Demográfico de 1940 e 1950, valendo-se da variável “raça/cor amarela” e sua presença nos municípios de São Paulo, como uma *proxy* relacionada à população de imigrantes e descendentes de japoneses. Utilizou-se também as informações de população de japoneses e seus descendentes do Censo da Colônia (SUZUKI, 1964), também como *proxy* em relação à população “amarela”, para o ano de 1958. As Figuras apresentam a divisão regional proposta por Suzuki (1969), como forma de orientação para as análises aqui desenvolvidas, em relação à comparação dessas regiões, e para verificar a evolução do surgimento dos municípios no decorrer do tempo. Como informado anteriormente, por se tratar de fontes distintas, não se propõe uma comparação direta, mas sim verificar se há confluência nas informações obtidas por essas fontes. Nas Figuras 42, 43, apresenta-se a regionalização obtida com a aplicação da ferramenta Skater para 1940 e 1950, e na Figura 44 para 1958, valendo-se das considerações apresentadas acima.

Os grupos (ou *clusters*) encontrados nas figuras 42 e 43 demonstram homogeneidade em relação à maior ou menor presença de população “amarela” nos municípios. As divisões apontam, desta forma, para um comportamento semelhante nos municípios agrupados. Para o ano de 1940 (Figura 42), é possível observar que na região oeste, há municípios que estão agrupados, como é o caso do grupo “B”, que perpassa as regiões Noroeste, Alta Paulista e Sorocabana. Considerando os dados utilizados, verificou-

se que nessas regiões há intensa ocupação de indivíduos de raça/cor “amarela”, sendo essa a característica comum a estes municípios. Por sua vez, no grupo “I”, que ocupa a maior parte do estado, há pouca presença desta população. A análise por grupos identifica, portanto, que há comportamento semelhante entre os municípios que apresentam maior ou menor população de “amarelos”, o que significa que há uma tendência regional de ocupação e distribuição desta população. Cabe ressaltar que a escala de cores utilizada é aleatória, e não caracteriza indicativo de intensidade ou quantitativo da maior/menor presença de população “amarela” nos municípios, mas diz respeito tão somente à conformação de regiões que apresentam comportamento semelhante.

Casos verificados, como o grupo “A”, apresentam comportamento completamente distinto de seus vizinhos, por isso os municípios estão isolados pelos demais grupos. O município que se destaca na região Noroeste é Pereira Barreto, que não apresenta similaridade com os demais por possuir uma proporção de população amarela elevada, frente à população total (segundo o Censo Demográfico de 1940, cerca de 40% da população era formada por imigrantes e descendentes de japoneses), que se diferencia do que é observado nos demais municípios vizinhos. Por outro lado, no litoral está localizado o município de Ilhabela, que se diferencia dos vizinhos por não apresentar contiguidade territorial.

É possível verificar que os agrupamentos “B”, “D”, “F”, “G” e “H”, localizados a oeste, principalmente nas regiões Noroeste, Alta Paulista e Sorocabana, e os grupos “C” e “E”, localizados nas regiões Litoral e Sul de São Paulo, são compostos por municípios que apresentam grande presença de população amarela. Porém, o que nos interessa saber com esta análise, é que esta tendência de ocupação territorial é semelhante nos municípios que compõem estes grupos, e que os diferencia em relação aos demais municípios do estado.

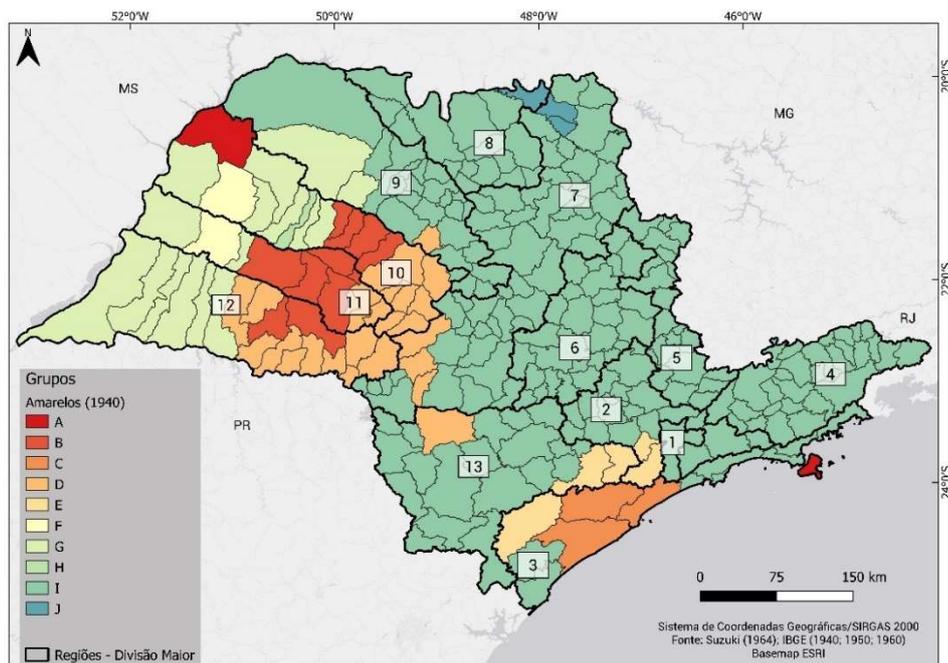
Situação semelhante é verificada na Figura 43, porém o que se observa é o grande aumento na quantidade de municípios emancipados, comparando-se com as informações do Censo precedente. Verifica-se que o comportamento regional ainda é bastante semelhante ao observado dez anos antes, com tendências de regionalização que consideram a maior/menor presença de “amarelos” nos municípios. As regiões Noroeste, Alta Paulista e Sorocabana permanecem, no Oeste, como as principais regiões que contam com a presença de imigrantes, tal como a região Litoral e Sul de São Paulo.

Tratando-se da Figura 44, que apresenta os grupos obtidos a partir das informações do Censo da Colônia, para 1958, o que se apresenta são regionalizações que

seguem padrões semelhantes aos verificados nos Censos Demográficos do IBGE. A população de imigrantes japoneses e descendentes concentra-se principalmente no Oeste do estado (grupos “D”, “F” e “G”), nas regiões Noroeste, Alta Paulista e Sorocabana, porém com grupos de municípios que apresentam características semelhantes localizados na fronteira com o Mato Grosso do Sul (grupo “D”). Verifica-se que na divisa com Minas Gerais, há um grupo (“F”), que apresenta similitude no comportamento, e vê-se grupos formados por municípios que circundam a capital do estado, ou que dela estão próximos, como observado nos grupos “B”, “C” e “E”.

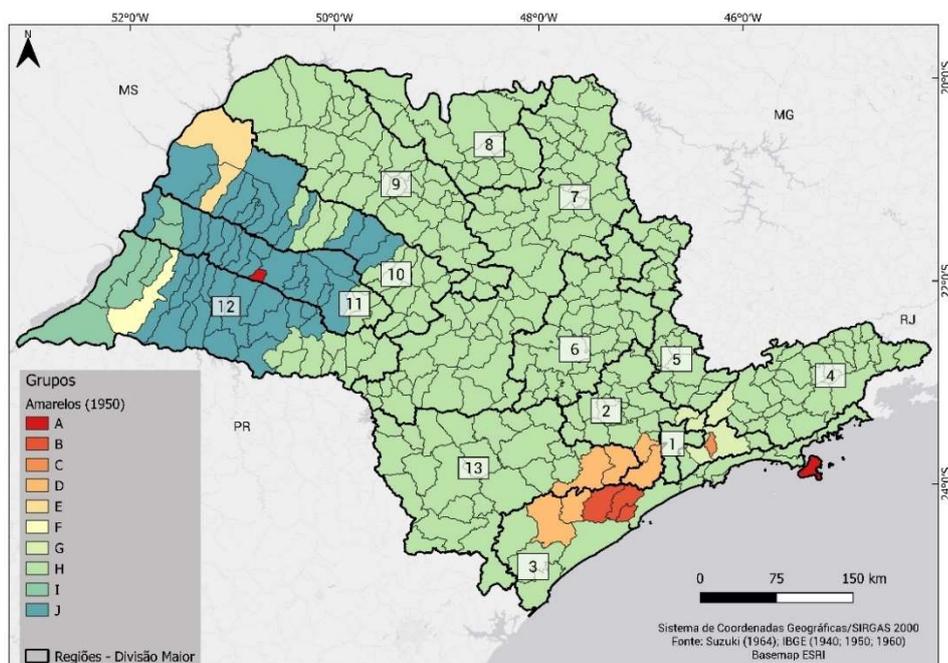
Como discutido pela bibliografia (SAITO, 1961; VIEIRA, 1973; NOGUEIRA, 1984; HANDA, 1987; SAKURAI, 2000), e que será analisado um pouco mais adiante, com relação à ocupação e os movimentos dos imigrantes japoneses no estado de São Paulo, as informações obtidas através dos Censos Demográficos de 1940 e 1950, apresentados nas Figuras 42 e 43, corroboram o indicativo de ocupação da população “amarela” no Oeste do estado de São Paulo, principalmente a partir da década de 1940, com a exploração de novas terras e o encaminhamento desta população para as áreas de colonização. A partir dos anos 1950, o que ocorre é a intensificação dos fluxos que deixam essa região em direção à cidade de São Paulo e municípios vizinhos, principalmente em razão de problemas relativos à queda na produção e empobrecimento do solo nas regiões a Oeste do estado. Tal afirmação se verifica na Figura 44, que demonstra, já em 1958, a presença da população de imigrantes e descendentes na capital e nos municípios do entorno. As informações presentes no Censo da Colônia apontam para as crescentes entradas e o estabelecimento dessa população na região.

FIGURA 42 – Divisão do estado de São Paulo em 10 grupos (resultado da regionalização usando o método Skater), segundo a presença de população “amarela” nos municípios para o ano de 1940



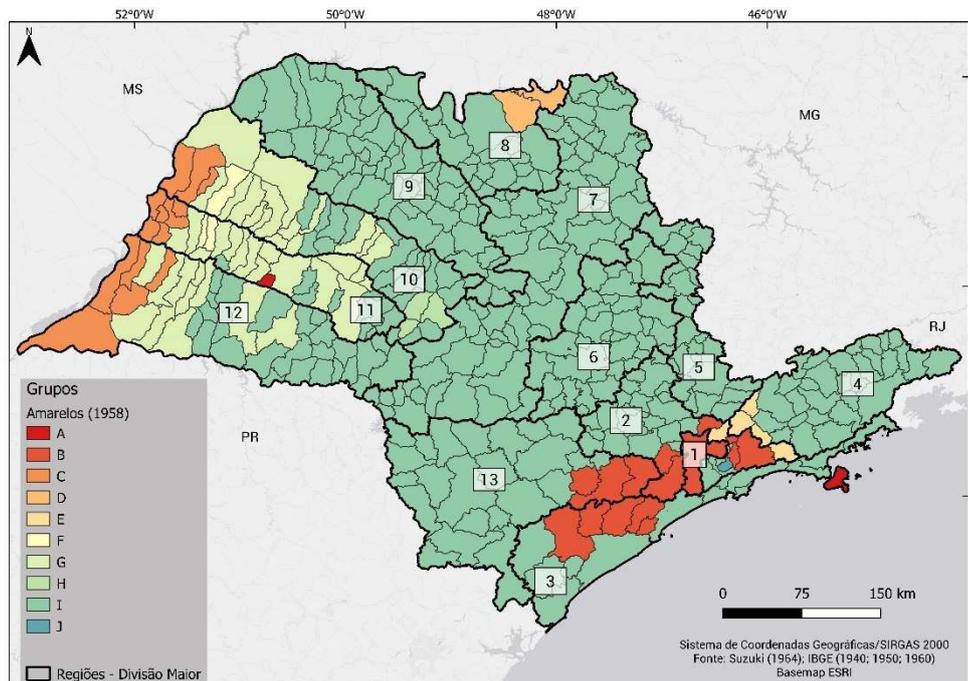
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

FIGURA 43 – Divisão do estado de São Paulo em 10 grupos (resultado da regionalização usando o método Skater), segundo a presença de população “amarela” nos municípios para o ano de 1950



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

FIGURA 44 – Divisão do estado de São Paulo em 10 grupos (resultado da regionalização usando o método Skater), segundo a presença de população “amarela” nos municípios para o ano de 1958



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

As informações apresentadas nas Figuras 45, 46 e 47, dizem respeito aos grupos observados a partir de dados referentes exclusivamente aos imigrantes, desconsiderando seus descendentes. Como apontado anteriormente, a informação sobre país de origem dos imigrantes, segundo os municípios do estado de São Paulo, nos Censos Demográficos, está disponível apenas para 1920 e 1940. Utilizou-se também as informações do Censo da Colônia, que conta com a informação sobre a presença de japoneses nos municípios de São Paulo, no ano de 1958. As análises são as mesmas realizadas anteriormente, considerando a população de raça/cor “amarela” dos Censos e a população de imigrantes e descendentes do Censo da Colônia.

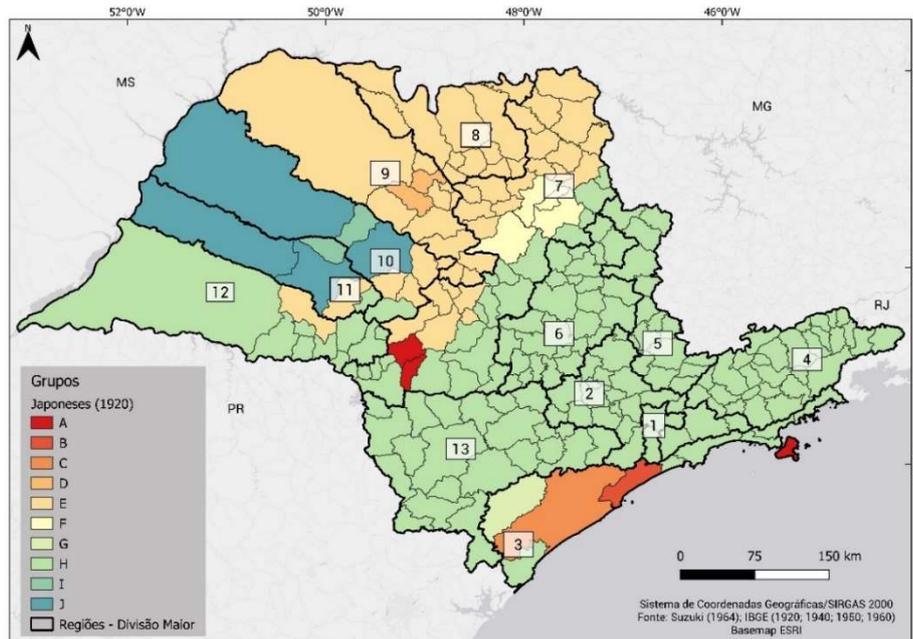
Na Figura 45, ao analisar o cenário da imigração japonesa em 1920, foi possível observar a presença do grupo “E” com expressão territorial, englobando principalmente as Regiões 7 (Antiga Zona do Café), 8 (Barretos) e 9 (Araraquara). Este grupo não se mostrou em destaque nos anos posteriores. Isso se deve ao fato dos primeiros contingentes de japoneses terem sido encaminhados para municípios dessas regiões, principalmente para a Região 7, porém deixando-as pouco tempo após sua chegada. Neste cenário, as Regiões 10 e 11 (Noroeste e Alta Paulista, respectivamente), conformam o grupo “J”, indicando já em 1920, região com especificidades pra a imigração japonesa no

estado de São Paulo, assim como a Região 3 (Litoral), composta por três grupos distintos “B”, “C” e “G”, que apresentaram contingentes de imigrantes japoneses, porém, com distintas proporções em relação à população total do município. Tais Regiões (3, 10 e 11) tornaram-se, pouco tempo depois da chegada dos imigrantes, os principais destinos daqueles que passaram a deixar as fazendas em busca de melhores condições de vida. Há que se ressaltar que até 1920, os contingentes de japoneses ainda não eram significativos, em termos da quantidade de imigrantes, principalmente quando comparados a outras nacionalidades. Tais contingentes cresceriam a partir de 1925, chegando em seu ápice entre 1933 e 1934. Portanto, as regiões apontadas, ainda que demonstrem proximidade e corroborem a formação de grupos contíguos, devem ser observadas considerando também a grande extensão territorial dos municípios e sua baixa densidade demográfica.

Na Figura 46, que utiliza os dados do Censo Demográfico de 1940, o que se verifica é que as regiões formadas pelos municípios são mais amplas, seguindo o que acontece com a população “amarela”, identificada na Figura 42. Pode-se inferir que, neste período, os imigrantes estavam ainda se encaminhando para as regiões a Oeste do estado de São Paulo, e por isso menos concentrados, diferentemente do que se pode observar nos anos 1950 (Figura 43). Outro elemento preponderante na caracterização e formação dessas regionalizações, é a extensão dos municípios, mais amplos territorialmente e em menor número, em comparação com as décadas posteriores, dando origem a agrupamentos mais extensos e dispersos.

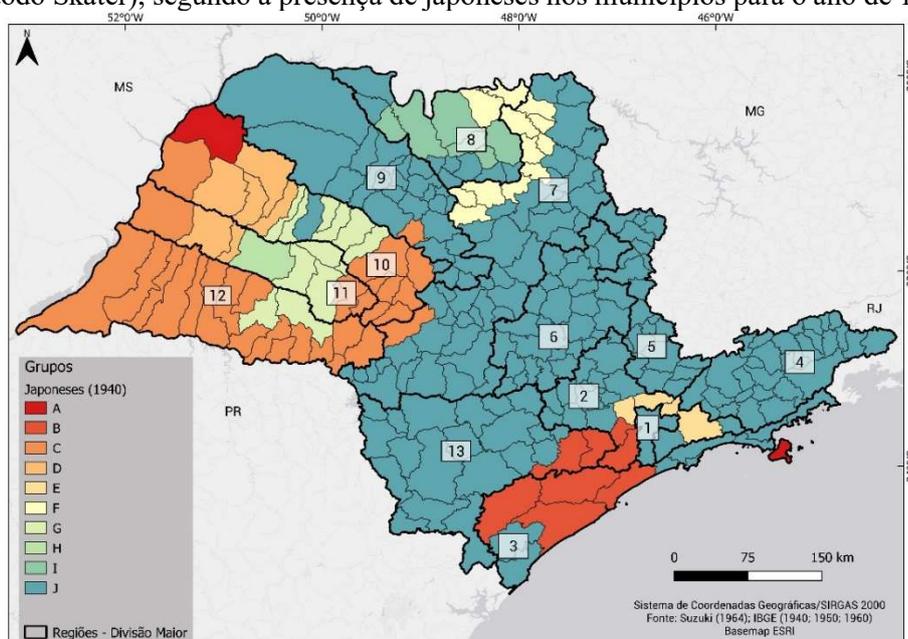
Na Figura 47, que apresenta as regionalizações a partir dos dados do Censo da Colônia, para 1958, o que se observa é a concentração das regiões a Oeste e ao redor da cidade de São Paulo. Verifica-se que são regionalizações menos extensas e mais concentradas. As regiões encontradas à Oeste, por exemplo, são menos variadas em termos de sua composição e características em relação ao que foi possível observar na Figura 46 (referente ao ano de 1940). A diminuição da extensão dessas regiões, ao contrário do que fora observado em 1940, pode resultar do maior número de municípios que surgiram após esses quase 20 anos; e ao se tratar da presença de imigrantes japoneses, os fluxos pós-guerra, em direção ao Brasil, foram bem menores do que no período até 1940, e dessa maneira, pode-se inferir que os imigrantes encontrados nessas regiões sejam originários dos primeiros fluxos (1908-1924; 1925-1941), e cujos descendentes já tenham nascido no Brasil, resultando assim na diminuição da população de japoneses nos municípios.

FIGURA 45 – Divisão do estado de São Paulo em 10 grupos (resultado da regionalização usando o método Skater), segundo a presença de japoneses nos municípios para o ano de 1920



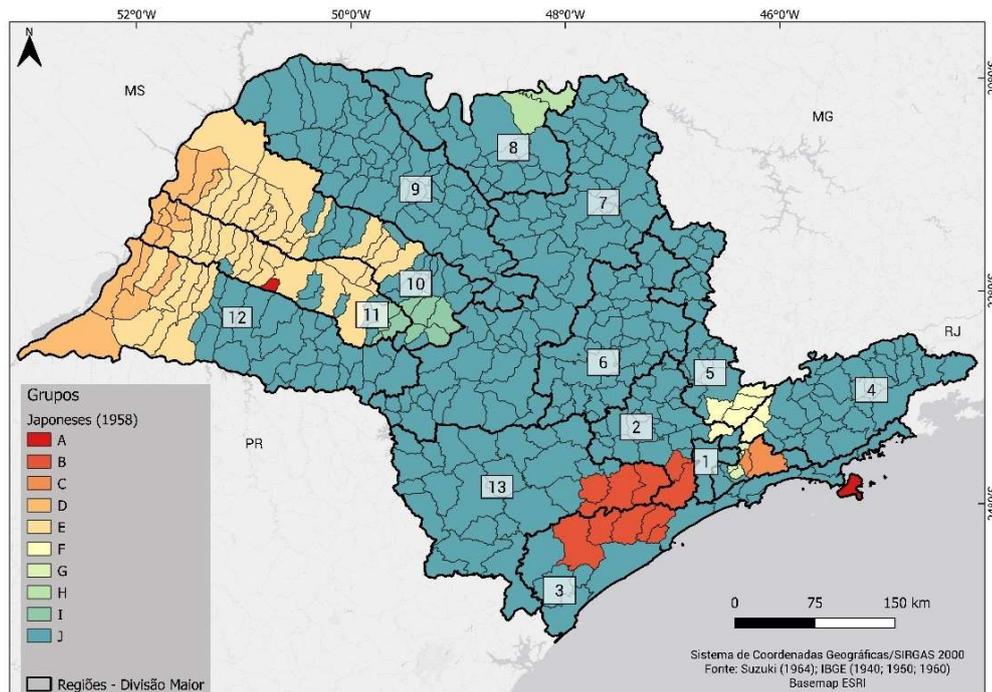
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1920; 1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

FIGURA 46 – Divisão do estado de São Paulo em 10 grupos (resultado da regionalização usando o método Skater), segundo a presença de japoneses nos municípios para o ano de 1940



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1920; 1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

FIGURA 47 – Divisão do estado de São Paulo em 10 grupos (resultado da regionalização usando o método Skater), segundo a presença de japoneses nos municípios para o ano de 1958



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1920; 1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

Considerando-se a variável homogênea “presença de imigrantes estrangeiros japoneses”, verificou-se que há grande semelhanças com as regiões observadas quando se utiliza a variável “amarelos”, ou seja, população de imigrantes somados aos seus descendentes. Tanto para 1920 quanto 1940, as principais diferenças são observadas nas Regiões 7 (Antiga Zona do Café) e 8 (Barretos), em que são observados agrupamentos de municípios relacionados à variável “imigrantes estrangeiros japoneses”, decorrente provavelmente dos imigrantes remanescentes nas fazendas de café da região.

Comparando as análises entre “amarelos” (Figura 44) e somente imigrantes (Figura 47), as maiores diferenças são observadas, para 1958, no Litoral, município de São Paulo e Cercanias, onde há formação de regiões que não aparecem quando se utiliza a variável que considera somente os imigrantes. Tal qual apontado pela bibliografia (SAITO, 1961; VIEIRA, 1973; NOGUEIRA, 1984; HANDA, 1987; SAKURAI, 2000), neste período foram intensos os fluxos oriundos das regiões a Oeste do estado em direção à capital e arredores, em movimentos formados principalmente por imigrantes de segunda e terceira gerações. Tal fator pode justificar as semelhanças encontradas para os municípios

que compuseram as regionalizações, observadas a partir da utilização da variável composta por imigrantes somados aos seus descendentes.

Cabe apontar ainda que o município de São Paulo, por conta da amplitude de seu território e seu grande contingente populacional, aparece inserido somente em regionalizações formadas por municípios com poucos japoneses e descendentes, mesmo recebendo durante praticamente todo o período imigratório, grandes contingentes dessa população, especialmente a partir da segunda metade da década de 1940. Apenas no resultado apresentado na Figura 43, que considera imigrantes somados aos descendentes em 1958, é que o município de São Paulo passa a pertencer a regionalizações que compreendem parcelas significativas da população Nikkei.

A partir da utilização da ferramenta Skater foi possível verificar que há, portanto, uma tendência regional de ocupação por parte dos imigrantes japoneses e seus descendentes, e dessa maneira, é importante considerar a distribuição espacial da população como um elemento-chave na compreensão dos movimentos dos imigrantes e sua presença no estado de São Paulo. No entanto, esta análise identificou apenas os grupos/clusters com características semelhantes em um dado espaço, ou seja, municípios que apresentaram distribuição similar de imigrantes japoneses e seus descendentes.

Dessa forma, foi necessário investigar o grau de relacionamento de municípios do estado de São Paulo em termos da variável “presença de japoneses imigrantes e seus descendentes” em relação à população total de cada município. Esse grau de relacionamento indica que municípios com valores similares da variável em questão tendem a estar mais próximos, caracterizando um aglomerado espacial. Dessa forma, foi calculado o Índice de Moran Global, pretendendo verificar se há correlação entre as informações utilizadas para os municípios do estado de São Paulo, ou seja, se há uma “dependência espacial” destes municípios em torno da presença de japoneses e descendentes. Tratando-se dos valores obtidos a partir do cálculo do Índice de Moran Global, na Tabela 5 estão apresentados os valores obtidos para os três períodos analisados:

TABELA 5 – Índice de Moran Global e p-valor para a variável: proporção de “amarelos” em relação ao total da população do município

Ano	Índice de Moran Global	p-Valor
1940	0,554611	0,001
1950	0,509619	0,004
1958	0,444895	0,007

Fonte: Elaborado pelo autor.

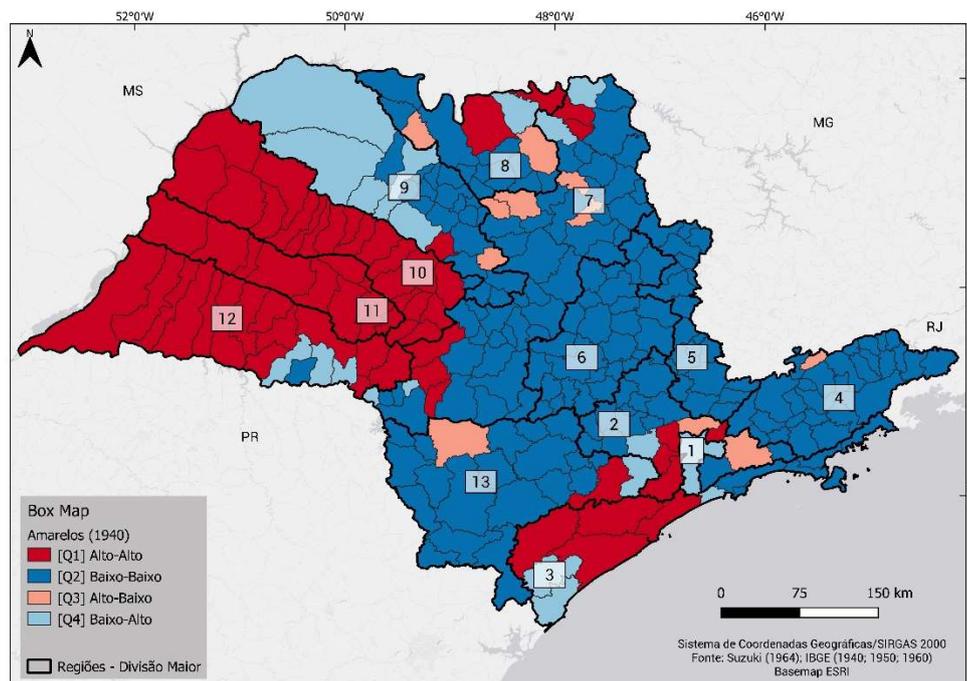
Para 1940, foi obtido um índice de associação positiva global de 0,554611, com uma significância de 0,001 (p-valor), depois de 999 permutações. Para 1950, o índice obtido foi de 0,509619, com significância de 0,004. Para 1958, o valor do índice de Moran obtido foi 0,444895, com significância de 0,007. Todos os valores obtidos demonstraram-se significativos, permitindo concluir que existe uma dependência espacial da população de raça/cor “amarela”.

Considerando que o Índice de Moran mede a associação espacial para o conjunto de dados obtidos para o estado de São Paulo, buscou-se analisar com maior detalhe se os padrões obtidos são também verificados localmente. Para tal, foram calculados os LISA (*Local Indicators for Spatial Association*), apresentado no Capítulo 2 deste trabalho, utilizando uma matriz de vizinhança, determinada por contiguidade simples e considerando 999 permutações. Como apresentado anteriormente, os valores significativamente altos indicam alta probabilidade de que haja locais com associação espacial, considerando-se os polígonos (no caso, os municípios de São Paulo) com altos valores associados (grande presença de população “amarela” / japoneses), bem como aqueles associados por baixos valores.

Nas Figuras 48, 49 e 50, estão apresentados, nesta ordem, os Box Map de dispersão de Moran, referentes à população raça/cor “amarela” para os Censos Demográficos de 1940 e 1950, e população de imigrantes somados aos seus descendentes, do Censo da Colônia de 1958.

Foi possível verificar que os municípios onde a presença de população de raça/cor “amarela” é alta estão próximos, e apresentam uma dependência espacial, como observado na Figura 48, nas regiões Sul (13), Litoral (3) e Cercanias de São Paulo (2), bem como nas regiões Noroeste (10), Alta Paulista (11) e Sorocabana (12). Estas regiões apresentaram um padrão de associação positivo (Q1 - valor alto de população amarela inserido em vizinhança com média alta). As informações verificadas são semelhantes às observadas no índice de segregação e Skater, porém com a utilização do Índice de Moran, foi possível verificar que há, além de uma tendência, uma significativa correlação entre a presença dos imigrantes e descendentes e sua distribuição nos municípios.

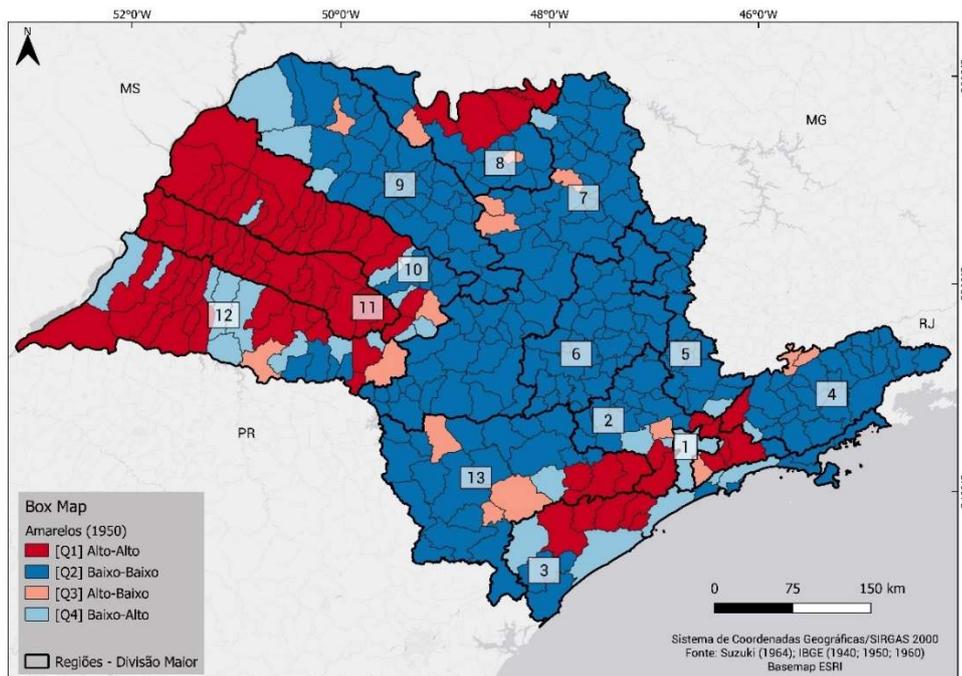
FIGURA 48 – Box Map de dispersão de Moran para população “amarela”, nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo Demográfico de 1940



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

Na Figura 49, atentando-se para o aumento do número de municípios nas regiões, verificou-se que aqueles que apresentam valores altos, relacionados à presença de imigrantes e descendentes de japoneses em sua população, estavam mais concentrados, e as áreas ocupadas por essa segmentação, comparando-se com as informações de 1940, são menores. Foi possível observar, principalmente nas regiões localizadas a Oeste e nas proximidades da capital do estado, que houve um aumento no número de municípios cuja população de imigrantes e descendentes é baixa, e não se enquadram mais nos agrupamentos verificados anteriormente. Isso sugere que há maior dispersão desta população pelos demais municípios do estado. Em contraposição, ao Norte do estado, principalmente na região de Barretos (8), próximo à divisa com Minas Gerais, houve aumento proporcional da referida população.

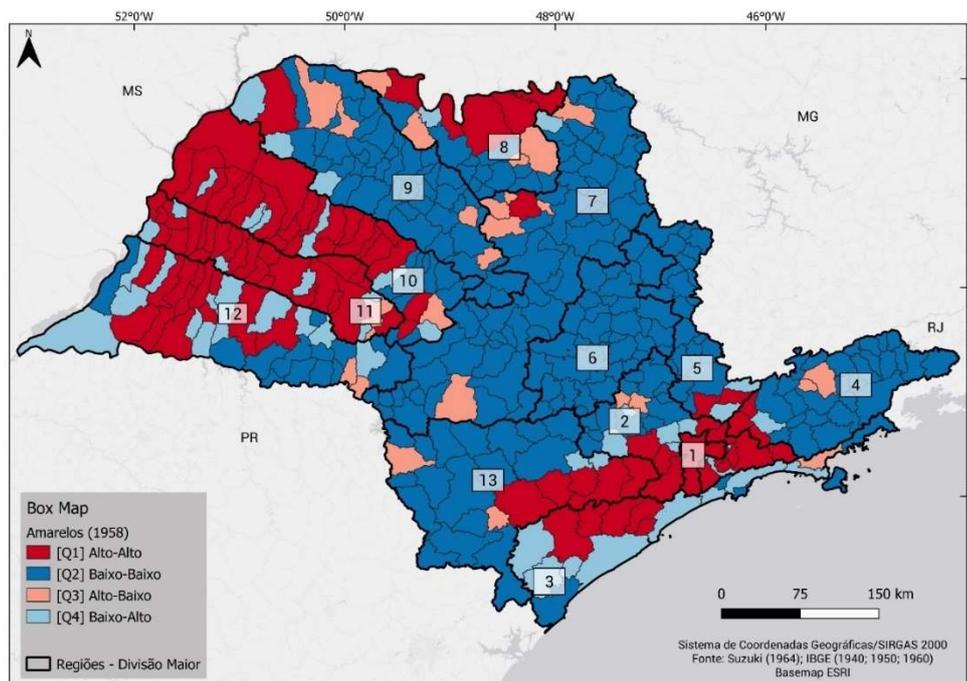
FIGURA 49 – Box Map de dispersão de Moran para população “amarela”, nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo Demográfico de 1950



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

Analisando-se agora o *Box Map* de dispersão do Índice de Moran (Figura 50), para as informações obtidas a partir do Censo da Colônia, para o ano de 1958, pode-se observar que, mesmo nas áreas em que municípios cuja presença de imigrantes e descendentes é alta, e que possuem vizinhos que também o são, comparando-se com os períodos anteriores (1940 e 1950), houve aumento dos municípios que apresentam população de imigrantes e descendentes baixa. As concentrações de municípios com alta presença de imigrantes e descendentes permanecem localizadas à Oeste, e nas proximidades da capital do estado. Áreas em que os municípios têm baixa população de imigrantes e descendentes, mas que estão localizados nas proximidades de municípios que possuem população alta, podem significar que são áreas de transição, de municípios que anteriormente contavam com um contingente alto de imigrantes e descendentes, mas que vivenciaram a diminuição proporcional desta população.

FIGURA 50 – Box Map de dispersão de Moran para população “amarela”, nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo *The Japanese Immigrant in Brazil* em 1958



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

Foi possível observar, entre os mapas de espalhamento de Moran, apresentados anteriormente, municípios relacionados aos padrões de transição, indicando áreas onde diferentes padrões se encontram, o que corresponde a uma instabilidade na correlação espacial local (RAMOS, 2002). Embora se configurem em um baixo número de municípios, estes se localizam nos quadrantes Q3 (valor alto de população amarela inserido em vizinhança com média baixa) e Q4 (valor baixo de população amarela inserido em vizinhança com média alta), e indicaram a presença de áreas de transição principalmente no entorno imediato de conglomerados de municípios com valor alto inserido em vizinhança com média alta (à oeste, norte e sul do estado de São Paulo). Destaca-se também, que para todos os períodos analisados, os municípios que se localizam no quadrante Q2 (valor baixo de população amarela inserido em vizinhança com média baixa), encontram-se em maior número, devido à ausência dessa população ou ao baixo valor proporcional em relação à população total, enfatizando a presença de determinados conglomerados de população amarela no estado de São Paulo.

Tratando-se agora exclusivamente da população de imigrantes, desconsiderando seus descendentes, apresenta-se na Tabela 6 os índices observados para

1920 e 1940, segundo os dados do Censo Demográfico, e para 1958, segundo o Censo da Colônia.

TABELA 6 – Índice de Moran Global e p-valor para a variável: proporção de japoneses imigrantes em relação ao total da população do município

Ano	Índice de Moran Global	p-Valor
1920	0,357833	0,056
1940	0,50239	0,006
1958	0,417557	0,023

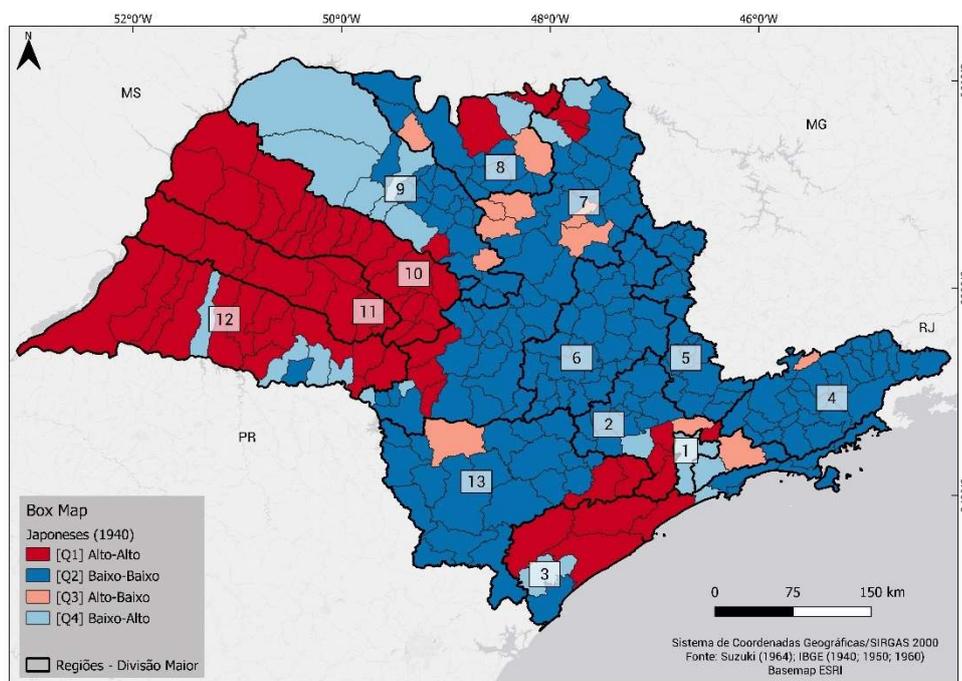
Fonte: Elaborado pelo autor.

Para 1920, foi obtido um índice de associação positiva global de 0,357833, com uma significância de 0,056 (p-valor), depois de 999 permutações. Já para 1940, foi obtido um índice de associação positiva global de 0,50239, com uma significância de 0,006 (p-valor). Para 1958, o valor do índice de Moran obtido foi 0,417557, com significância de 0,023. Somente para 1940 e 1958 indicou-se a existência de uma dependência espacial da população de imigrantes japoneses, ao considerar o p-valor significativo de ambos. Dessa forma, considerou-se, para a continuidade da análise de associação espacial, somente os anos de 1940 e 1958, que foram significativos (p-valor < 0,05). Nas Figuras 51 e 52, estão apresentados *Box Maps* de dispersão do Índice de Moran referentes à distribuição de estrangeiros japoneses nos municípios do estado de São Paulo.

Como verificado nos *Box Maps* anteriores, a presença de imigrantes japoneses em 1940 (Figura 51), segundo os dados do Censo Demográfico, é semelhante aos resultados obtidos utilizando-se como variável a população de raça/cor “amarela”. Os municípios que apresentam grandes contingentes japoneses, e cujos vizinhos também, estão concentrados nas regiões a Noroeste (10), Alta Paulista (11) e Sorocabana (12), a Oeste do estado de São Paulo, e nas regiões Sul (13), Litoral (3) e Cercanias de São Paulo (2). O cenário se repete com as informações do Censo da Colônia para 1958 (Figura 52), também com grande presença de imigrantes japoneses nas regiões à Oeste e nas proximidades da capital do estado. Na maior parte dos municípios, o que se verifica é a baixa presença de japoneses, sendo que estes municípios são rodeados por outros que se enquadram na mesma condição. Pode-se observar que alguns municípios inseridos nas regiões à Oeste apresentam baixa população de japoneses, mas estão próximos de municípios com alta presença (baixo-alto), e alguns próximos ao norte do estado, na divisa com Minas Gerais e próximos ao entorno da capital do estado, que possuem uma população de japoneses maior que seus vizinhos (alto-baixo).

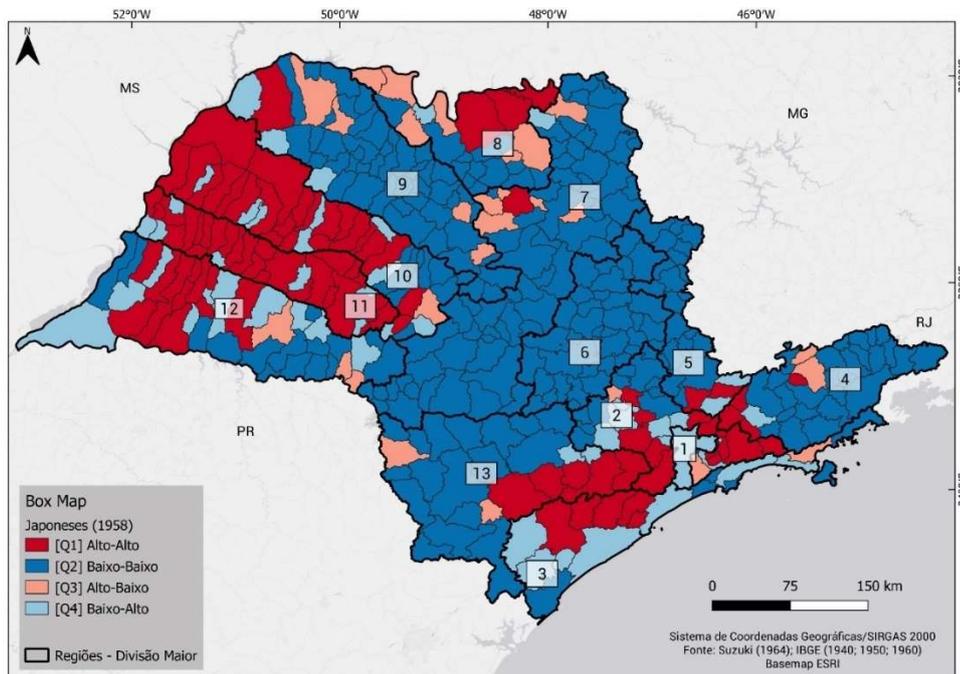
Foi possível verificar, através dos Mapas de dispersão de Moran que, tanto para a população de “amarelos” ou de imigrantes somados aos descendentes, quanto para a população exclusivamente de imigrantes, em todos os períodos analisados, os municípios com uma proporção alta de imigrantes japoneses estão próximos uns dos outros, apresentam uma dependência espacial, e encontram-se localizados principalmente à Oeste, Norte e Sul do estado de São Paulo. Tais informações foram observadas de modo similar na análise do índice de segregação, porém, a partir do Índice de Moran, foi possível identificar o espaço como uma variável fundamental na distribuição espacial da população Nikkei pelo estado de São Paulo.

FIGURA 51 – Box Map de dispersão de Moran para japoneses presentes nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo Demográfico de 1940



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

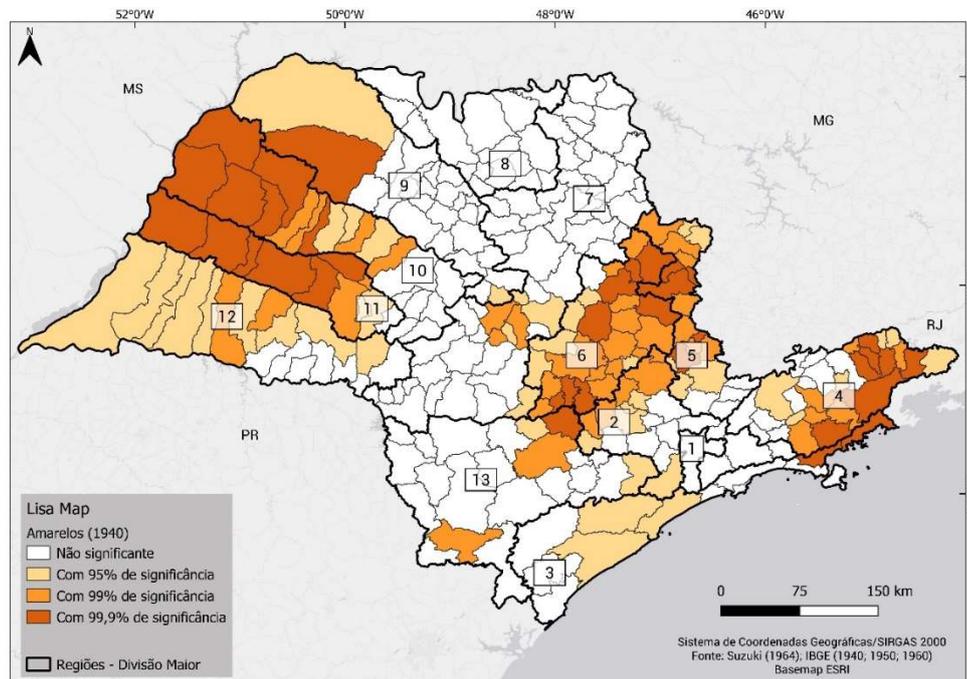
FIGURA 52 – Box Map de dispersão de Moran para população “amarela”, nos municípios do estado de São Paulo, segundo o Censo *The Japanese Immigrant in Brazil* em 1958



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

Para verificar a significância dos valores do índice de Moran Local obtido para cada município, foram observados os resultados do Lisa Map nas Figuras 53, 54 e 55, referentes à população “amarela”; e 56 e 57, referentes exclusivamente à população de imigrantes japoneses. Na Figura 53, foi possível, através do cálculo dos índices locais de associação espacial, identificar conglomerados de municípios estatisticamente significativos, em 1940, nas regiões 10 (Noroeste), 11 (Alta Paulista) e 12 (Sorocabana), à Oeste do estado, sendo que os conglomerados das regiões 10 e 11, com mais de 99,9% de significância. Outros conglomerados foram observados na região 4 (Vale do Paraíba), 5 (Mantiqueira), 6 (Pirassununga-Piracicaba). Porém, estes conglomerados indicam que a sua formação é significativa em relação à ausência ou baixa proporção de população “amarela” nos municípios que os compõem. Observou-se que na região 3 (Litoral), há conglomerados de municípios com significância de 95%, um pouco abaixo do observado especialmente para as regiões à Oeste.

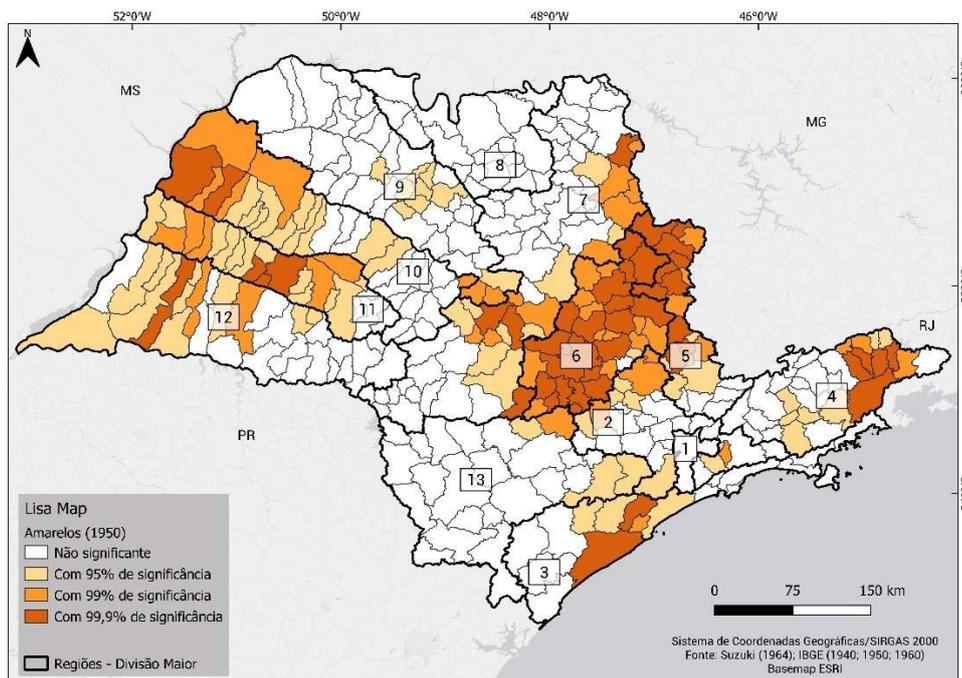
FIGURA 53 – Lisa Map do índice local de Moran para a variável população “amarela” para os municípios de São Paulo em 1940



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

Para o período seguinte, considerando as informações de população “amarela” nos municípios em 1950, foi possível observar a diminuição dos conglomerados com significância de 99,9% nas regiões a oeste em relação ao verificado em 1940 (Figura 54). O surgimento de vários municípios neste intervalo de tempo (o que alterou a proporção desta população em relação ao total do município), bem como a dispersão da população “amarela” e seu encaminhamento para os demais municípios do estado, podem ser considerados como fatores que levaram à esta situação. Por outro lado, os conglomerados de municípios com ausência ou baixa presença de “amarelos”, como os observados, principalmente nas áreas centrais, estão mais consolidados.

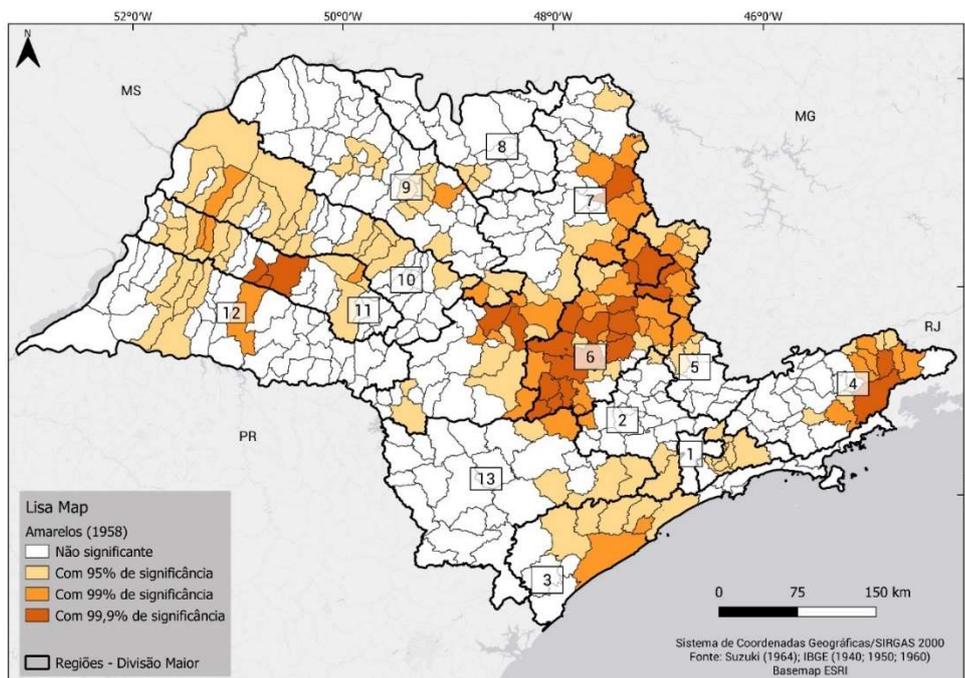
FIGURA 54 – Lisa Map do índice local de Moran para a variável população “amarela” para os municípios de São Paulo em 1950



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

Em 1958, considerando-se os dados do Censo da Colônia, o que se observou é a ampliação de territórios com uma relação não-significativa da presença de população “amarela” nos municípios (Figura 55). Especialmente nas regiões a oeste, em que nos períodos anteriores era possível observar agrupamentos significativos de municípios, para 1958, esses agrupamentos estão bem mais dispersos, indicando que a presença da população “amarela” não está mais tão vinculada ao espaço como esteve em períodos anteriores.

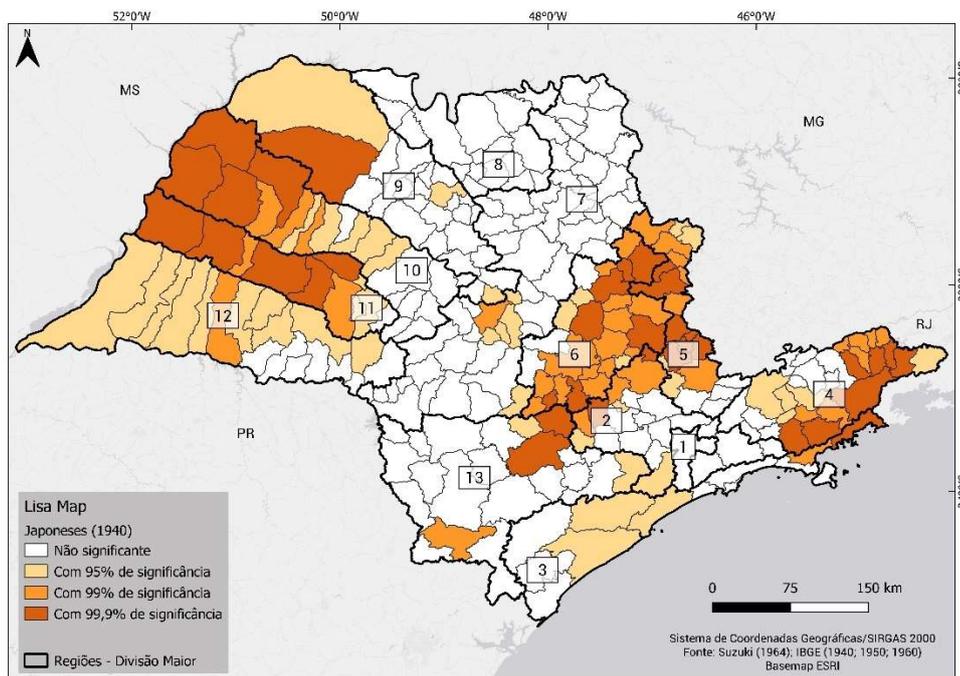
FIGURA 55 – Lisa Map do índice local de Moran para a variável população “amarela” para os municípios de São Paulo em 1958



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

Analisando a significância dos agrupamentos relacionados à população exclusivamente imigrante, para 1940, o que se observou é uma tendência semelhante à observada quando se considerou também os descendentes (Figura 56). A ampla presença proporcional de japoneses ocorre nos municípios das regiões a oeste do estado de São Paulo, e sua baixa presença ou ausência, nas regiões centrais e próximas à divisa com o Rio de Janeiro. Tais regiões e conglomerados de municípios observados, foram aqueles que apresentaram maior significância em relação à presença/ausência de imigrantes nos municípios.

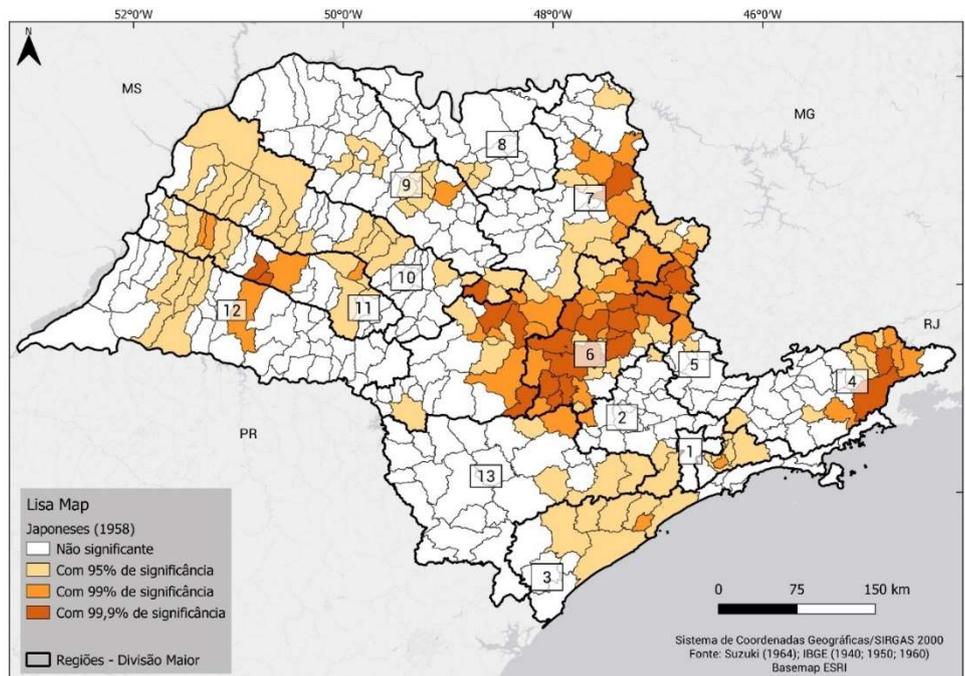
FIGURA 56 – Lisa Map do índice local de Moran para a variável população de japoneses para os municípios de São Paulo em 1940



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 – Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

A situação apresentada na Figura 56, repetiu a tendência verificada na Figura 57, quando as informações obtidas para a população “amarela” se assemelham ao que fora observado para a população exclusivamente de japoneses. As associações com maior significância estão atreladas às regiões com baixa ou nenhuma presença de imigrantes japoneses, como verificado nas regiões centrais do estado. Já as regiões que apresentam grande presença proporcional dessa população, não apresentam associações tão significativas como observado em períodos anteriores, como as regiões à oeste.

FIGURA 57 – Lisa Map do índice local de Moran para a variável população de japoneses para os municípios de São Paulo em 1958



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados provenientes de Suzuki (1964) e IBGE (1940; 1950; 1960). **Legenda:** 1 – Município de São Paulo; 2 – Cercanias de São Paulo; 3 –Litoral; 4 – Vale do Paraíba; 5 – Mantiqueira; 6 – Pirassununga-Piracicaba; 7 – Antiga Zona do Café; 8 – Barretos; 9 – Araraquara; 10 – Noroeste; 11 – Alta Paulista; 12 – Sorocabana; 13 – Sul de São Paulo.

Considerando todas as análises apresentadas, pode-se concluir que o espaço foi significativo em relação à concentração e distribuição espacial, tanto da população de imigrantes e descendentes, tratada aqui como população “amarela”, quanto a população exclusivamente de imigrantes, no estado de São Paulo. Os padrões observados para determinadas regiões, indicam que nas regiões à Oeste, principalmente nas regiões Noroeste, Alta Paulista e Sorocabana, ocorreram concentrações significativas de população Nikkei. Por sua vez, regiões localizadas nas áreas centrais do estado, como Mantiqueira, Pirassununga-Piracicaba, e próximo à divisa com o estado do Rio de Janeiro, na região do Vale do Paraíba, as concentrações observadas estão relacionadas à baixa presença ou inexistência das populações analisadas. Verificou-se ainda que o tempo foi também um fator importante na relação da população com o espaço, visto que com o passar dos anos, essa população foi se dispersando pelos municípios que extrapolavam as regiões onde estavam concentrados.

Para além dos processos já tradicionalmente reconhecidos na literatura, das leis que compõe o processo migratório (RAVENSTEIN, 1980), de sua formulação pautada por processos atrelados à lógica do capital e ação coletiva na tomada de decisões (SINGER,

1973), buscou-se, nas análises apresentadas, demonstrar a relevância do componente espacial, ou dimensão territorial (SAQUET, 2007; MARANDOLA JR.; DAL GALLO, 2010), presente no fenômeno migratório. Porém tal dimensão não se restringe apenas ao espectro material, senão à ação conjunta, do elemento social e do elemento físico, na construção daquilo que fora apontado como territorialidade, enquanto um processo construtivo (HAESBAERT, 2007; MARANDOLA JR.; DAL GALLO, 2010).

Por meio das simulações e análises apresentadas, verificou-se que há uma tendência na ocupação dos espaços pela população de imigrantes japoneses e seus descendentes, mas que extrapolam o meio físico exclusivamente. A partir dos elementos que demonstram a influência do território na distribuição espacial da população, verificou-se que essa “preferência” também é tangenciada pela ação social, através da presença de grupos, redes de acolhimento, e do histórico de ocupação, que não só transformou os espaços ocupados, como trouxe para eles um sentido de familiaridade, em que os indivíduos conseguiram encontrar sua “segurança existencial” (MARANDOLA JR., 2008), a partir do estabelecimento de laços com esses espaços, mesmo considerando todas as dificuldades e mudanças de rumo pelas quais essas pessoas passaram.

CAPÍTULO 5 – ALTA PAULISTA: DESTINO FINAL?

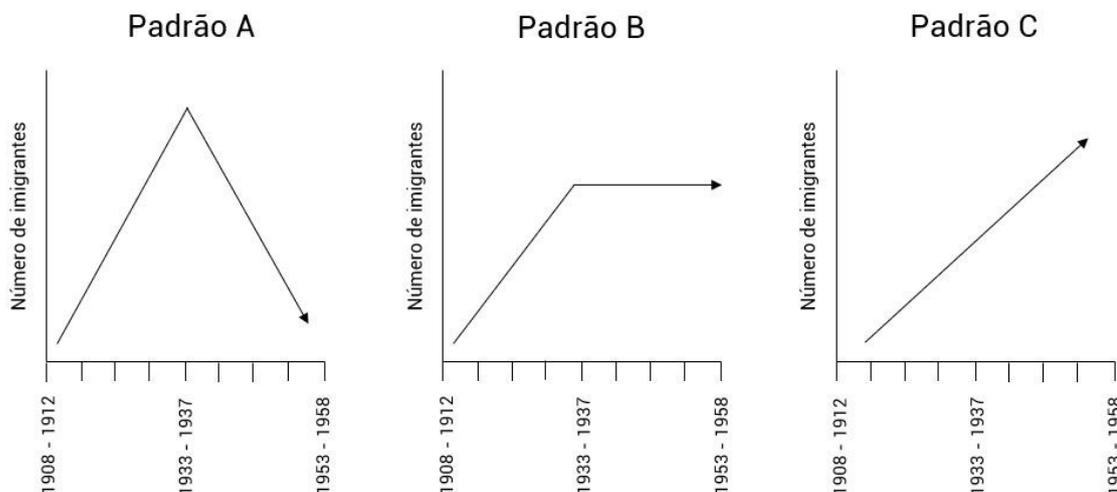
5.1 Regiões, origens e destinos: os caminhos dos imigrantes em São Paulo

Após as considerações apresentadas sobre a distribuição espacial da população imigrante e de seus descendentes, foram analisadas as principais origens e destinos dos movimentos de imigrantes no estado de São Paulo, segundo a divisão regional proposta por Suzuki (1969).

O autor utiliza-se de informações referentes aos imigrantes pré-guerra, chefes de família, com 15 anos ou mais em sua chegada ao Brasil. Em relação à divisão territorial proposta, como apresentado no Capítulo 2, Suzuki vale-se não somente de critérios geopolíticos, mas também de fatores econômicos, relacionados principalmente aos centros regionais estabelecidos no momento da aplicação do censo. Considera, porém, que municípios os quais, a princípio, poderiam estar sob a influência de determinados centros ou polos regionais, possam posteriormente estar sob a influência de outros, entretanto, segundo o autor, as discrepâncias observadas são poucas, não chegando a afetar o contexto geral da formulação das regiões (SUZUKI, 1969).

Para a análise da distribuição da população de imigrantes japoneses no estado, e da análise dos fluxos de imigrantes entre as regiões apresentadas, Suzuki propõe, primeiramente, a criação de “padrões” relacionados ao incremento ou ao decréscimo da referida população, considerando o período entre 1908 e 1958, denominado de “padrões de tendência populacional” (Figura 58). O primeiro padrão (A) refere-se a regiões cuja população inicialmente possui incremento, através de grandes fluxos de entrada, seguido por decréscimo, com grandes fluxos de saída e que chegam, posteriormente, a superar as entradas; o segundo padrão (B), é caracterizado por uma região que possui um incremento, tornando-se, posteriormente, estacionária; e por fim, o terceiro padrão (C), conta, até a aplicação do censo, apenas com o incremento nas entradas de população.

FIGURA 58 – Desenho esquemático dos padrões de tendência populacional, proposto por Suzuki (1969)



Fonte: Adaptado de Suzuki (1969).

Em termos da análise em relação à distribuição da população japonesa no estado, Suzuki (1969) defende que houve constante variação, de modo que podem ser identificadas três fases sucessivas, em relação à presença de imigrantes japoneses nas regiões do estado de São Paulo.

Na primeira delas, entre 1908 e 1925, a maior concentração de japoneses estava na Antiga Zona do Café. Ainda assim, houve grande êxodo da população japonesa desta região, cerca de 17,8% ao ano. Esta região foi a que recebeu os maiores contingentes de imigrantes vindos do Japão no período apontado; a segunda fase, vai de 1925 a 1947, quando a região Noroeste reuniu a maior população de origem japonesa, ao longo de um período de quase 25 anos, seguida pela região da Antiga Zona do Café e pela região da Alta Paulista; a terceira fase, vai de 1948 a 1958, ano de aplicação do censo, quando registrou-se a predominância do município de São Paulo e sua região em termos da presença de população imigrante japonesa, seguido, num primeiro momento pela região da Alta Paulista e, posteriormente, pela região norte do estado do Paraná.

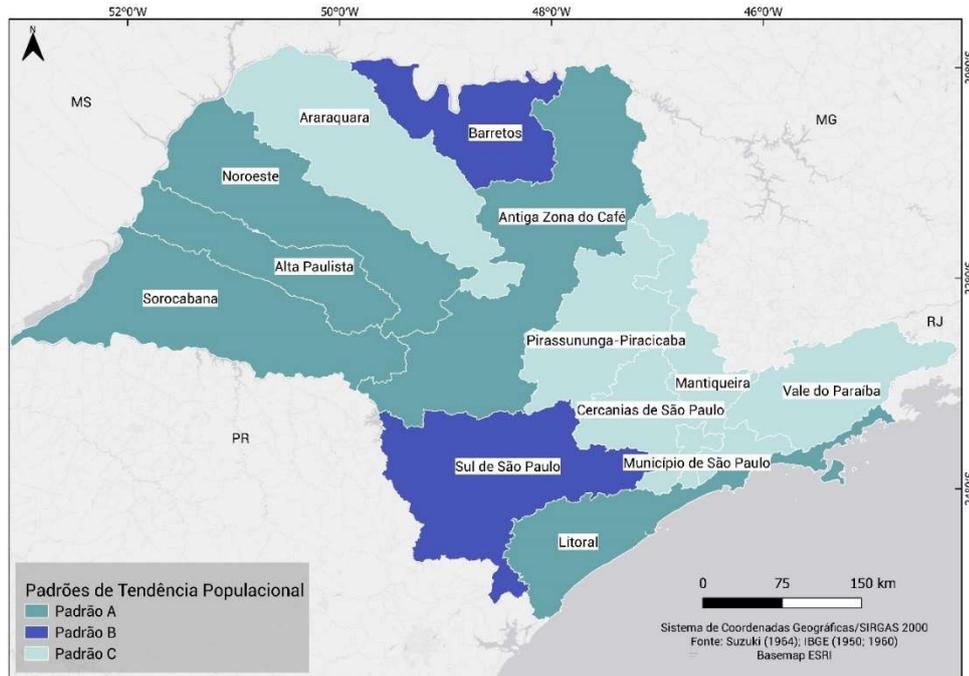
Considerando as tipologias propostas para analisar a distribuição da população de imigrantes japoneses no estado de São Paulo, Suzuki (1969) observou que na Antiga Zona do Café (até 1935), Noroeste (até 1938), Litoral (até 1942), Sorocabana (até 1945) e Alta Paulista (até 1946), houve grande incremento na entrada de imigrantes naquelas regiões, seguido por intenso decréscimo (Padrão A). O ponto de inflexão, do incremento para o decréscimo, segundo o autor, aparenta indicar o declínio da fase do “pioneirismo” em cada região, exceto na Antiga Zona do Café, que coincidiu com a queda abrupta da entrada de imigrantes do

Japão. Nestas regiões, entradas (incluindo aquelas oriundas do Japão, até 1941) e saídas, registraram um rápido incremento e, a seguir, entraram em declínio. Num primeiro momento, as entradas foram seguidas proximamente pelas saídas, sendo posteriormente superadas por estas. Os ingressos decaíram acentuadamente após ocorrer um pico entre 1933-1937 – decorrente das chegadas dos maiores contingentes de imigrantes japoneses em todo o período imigratório – enquanto as saídas diminuíram em períodos distintos: simultaneamente à diminuição das entradas na Antiga Zona do Café e na região Noroeste; e posteriormente, após 1952, nas demais regiões (SUZUKI, 1969).

O padrão B, onde a população aumenta e posteriormente torna-se estacionária, pôde ser observado nas regiões de Barretos (1939) e Sul de São Paulo (1948).

Por sua vez, as regiões que receberam incremento da população de imigrantes desde o início (Padrão C), são: São Paulo e Cercanias, Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira, Pirassununga-Piracicaba e Araraquara. Tais regiões, segundo Suzuki, são caracterizadas por áreas agrícolas suburbanas, e as entradas cresceram continuamente, superando muito o número de saídas dessas regiões. As informações apresentadas podem ser visualizadas na Figura 59:

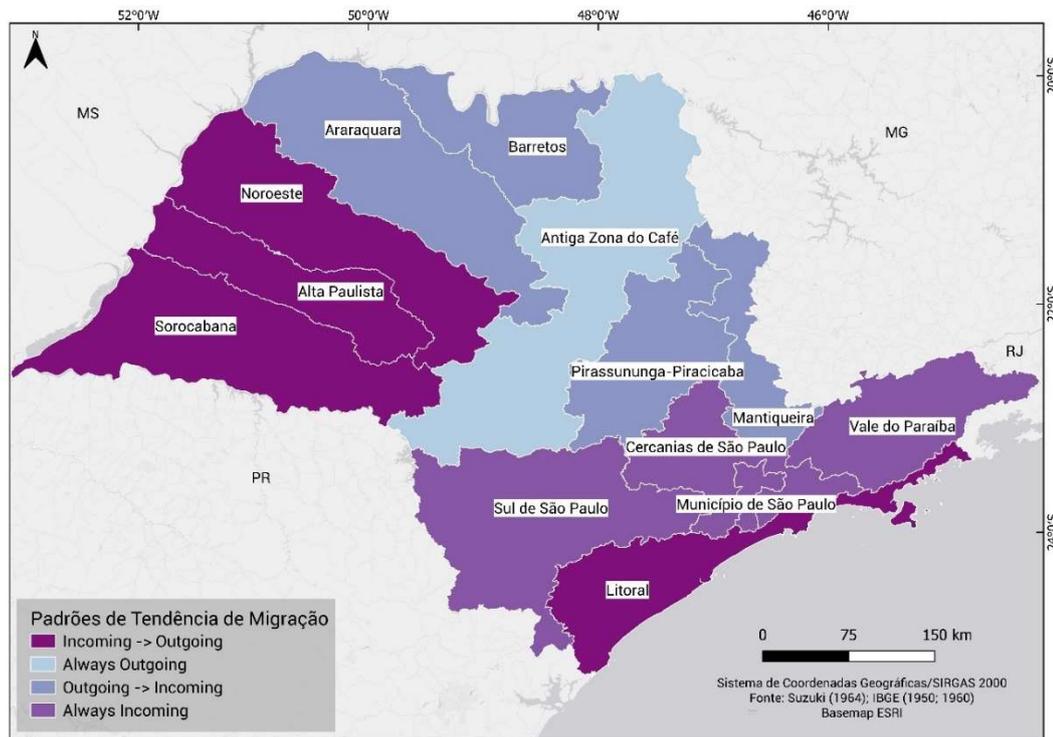
FIGURA 59 – Padrões de tendência populacional segundo divisão regional do Censo The Japanese Immigrant in Brazil (1964; 1969)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

Como apontado no Capítulo 2, com o propósito de verificar as tendências regionais dos movimentos dos imigrantes no estado de São Paulo, Suzuki (1969) propõe, novamente, padrões de análise observados a partir de similitudes nos movimentos (padrões de movimentos dos imigrantes), sugerindo a existência de três fases fase de entrada (entradas ocupam a maior proporção do total de movimentos); fase da migração intrarregional; e fase de saída (Figura 60). Considerando-se estas fases, o autor sugere os seguintes padrões dos movimentos: 1 – (*Incoming* → *Outgoing*) Regiões que passam pela fase das entradas, seguida pela migração intrarregional e posteriormente pela fase de saída; 2 – (*Always Outgoing*) Regiões em que a fase de saída prevalece em todos os períodos; 3 – (*Outgoing* → *Incoming*) Regiões que passaram da fase de saída para a fase de entrada; e 4 – (*Always Incoming*) Regiões que a fase de entrada prevalece por todos ou quase todos os períodos.

FIGURA 60 – Padrões de movimentos dos imigrantes segundo divisão regional do Censo The Japanese Immigrant in Brazil (1964; 1969)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

Observa-se que, para o padrão 1 (*Incoming* → *Outgoing*), as regiões Noroeste e Alta Paulista foram as que apresentaram essas características de grandes entradas, seguidas pelas migrações intrarregionais e posteriormente grandes saídas. Na região Noroeste, as principais entradas ocorreram entre 1913 e 1922. Entre 1923 e 1947, houve mais movimentos voltados à migração intrarregional; e a partir de 1948, passaram a predominar na região as

correntes de saída em direção a outras regiões. Na Alta Paulista, ocorreu a mesma sequência, sendo a fase de entrada entre 1923 e 1937, a migração intrarregional entre 1938 e 1947, e a fase de saída, de 1948 em diante. Outras regiões, apresentaram uma variação deste comportamento, quando passaram da fase de entrada diretamente à fase de saída: Litoral (saídas a partir de 1923); e Sorocabana (saídas a partir de 1938). Tais regiões constituíram áreas pioneiras (inexploradas anteriormente) no início da imigração japonesa, e a densidade de imigrantes e descendentes nessas regiões, segundo Suzuki (1969), é reflexo da ativa participação dos japoneses nesta empreitada. Não houve, nestas regiões, predominância em nenhum momento da migração intrarregional.

O padrão 2 (*Always Outgoing*) prevalece, em todos os períodos, na região da Antiga Zona do Café. Esta situação é reflexo desta região ter sido o principal polo de recepção dos imigrantes chegados do Japão, cerca de um terço dos imigrantes pré-guerra. Com o declínio da produção do café e o descontentamento com as condições de trabalho nas fazendas produtoras houve, como apontado anteriormente, grande êxodo desta população em direção a outras regiões do estado.

O padrão 3 (*Outgoing* → *Incoming*) pode ser observado nas regiões da Serra da Mantiqueira e Pirassununga-Piracicaba (entradas a partir de 1938). Na região de Araraquara, houve variação nos movimentos, quando ocorreram as entradas, migração intrarregional, saídas e retomada dos movimentos de entrada; na região de Barretos, após predomínio das saídas, passaram a predominar as migrações intrarregionais. Desde a metade do século XIX, e seguindo a divisão espacial proposta por Suzuki, a centralidade da produção cafeeira mudou sucessivamente, do Vale do Paraíba para as Cercanias de São Paulo, e então para essas regiões. Contudo, quando começou a imigração japonesa, a centralidade da produção cafeeira já havia passado para a Antiga Zona do Café. No que diz respeito aos agricultores japoneses, nestas regiões o declínio do café foi seguido pela ênfase no algodão que, por sua vez, deu lugar à agricultura suburbana. A fase de entradas coincide aproximadamente com esta última fase de mudanças na produção agrícola.

Por fim, o padrão 4 (*Always Incoming*), é encontrado em regiões onde a fase de entrada prevalece por todo ou quase todos os períodos: o Município de São Paulo e Cercanias, Vale do Paraíba e Sul de São Paulo. Segundo observa o autor, estas regiões formavam um cinturão, que se conectava ao estado do Paraná. Eram regiões caracterizadas por serem compostas por antigas áreas agrícolas ou áreas agrícolas de subúrbio e pelo município de São Paulo, o maior centro urbano do país, polo de atração de imigrantes durante toda a fase da imigração japonesa para o Brasil.

Para verificar a intensidade dos movimentos realizados entre os imigrantes japoneses e seus descendentes, a partir dos dados do Censo da Colônia, utilizou-se o Diagrama de Sankey (SCHMIDT, 2008), identificando a intensidade dos fluxos de imigrantes e seu local de origem e destino. Com esta representação gráfica, foi possível verificar, para os principais períodos da imigração japonesa, quais as regiões que mais forneceram e as que mais receberam imigrantes durante os períodos apontados. O Diagrama de Sankey possibilita, portanto, analisar simultaneamente a direção e a intensidade dos fluxos em determinado período. A informação disponibilizada pelo Censo da Colônia refere-se aos movimentos realizados ano a ano, entre 1908 a 1958, para as referidas regiões, porém optou-se por agrupar estes movimentos de acordo com os períodos propostos para análise dos principais fluxos migratórios de japoneses para o Brasil. Não estão comparados diretamente os valores obtidos, mas sim a intensidade (ou proporção de cada região) dos movimentos em cada período, já que em termos de quantidade, o período com maior entrada de imigrantes corresponde ao segundo período proposto (1925-1941).

Para analisar os movimentos realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes entre as regiões do estado de São Paulo, de forma complementar aos diagramas de Sankey, classificou-se a quantidade dos movimentos segundo quebras naturais⁴⁶, permitindo a construção de quatro categorias de análise para cada período: Ausência, Baixo, Intermediário e Alto (Tabela 7).

No período de 1908 a 1958 foram verificados um total de 31.567 movimentos, sendo que 67% ocorreram no período entre 1925 e 1941. Em todos os períodos considerados, houve a presença da categoria “ausência”, indicando que em ao menos uma região (divisão maior) não originou nem recebeu movimentos. Os períodos compreendidos entre 1908-1924 e 1951-1958, respectivamente, foram aqueles onde se verificou mais regiões com ausência de movimentos. No primeiro período, 1908-1924, isso pode indicar que os fluxos ainda eram incipientes em/para determinadas regiões, que ainda não haviam vivenciado o processo de ocupação e exploração, tal como as regiões à Oeste, ou que não contavam com a presença de imigrantes e descendentes.

Já entre 1951 e 1958, o que se verifica é a intensificação de movimentos internos às regiões, e não tanto entre elas. Todas as regiões apresentaram a categoria “baixo”, durante todos os períodos indicados, apontando que os movimentos dos imigrantes e descendentes

⁴⁶ Segundo o “User Guide” do Qgis, uma das possibilidades de classificação dos dados consiste nas quebras naturais (Jenks), cuja “variância dentro de cada classe é mínima, enquanto a variação entre as classes é máxima”. Informação disponível em: https://docs.qgis.org/3.16/pdf/pt_BR/QGIS-3.16-DesktopUserGuide-pt_BR.pdf. Acesso em: 18 jun. 2022.

ocorreram com menor intensidade entre as regiões do estado de São Paulo, porém dispersos por todo o território paulista. Na Tabela 7, é possível verificar a quantidade de movimentos inseridos em cada categoria utilizada.

TABELA 7 – Classificação das quantidades de movimentos realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, por período analisado

Período	Categorias por Quantidade de Movimentos			
	Baixo	Intermediário	Alto	Total
1908-1924	1004	559	479	2042
1925-1941	9681	3084	2587	15352
1942-1950	4610	3833	993	9436
1951-1958	2464	1885	388	4737
1908-1958	15217	12501	3849	31567

Fonte: Suzuki (1964).

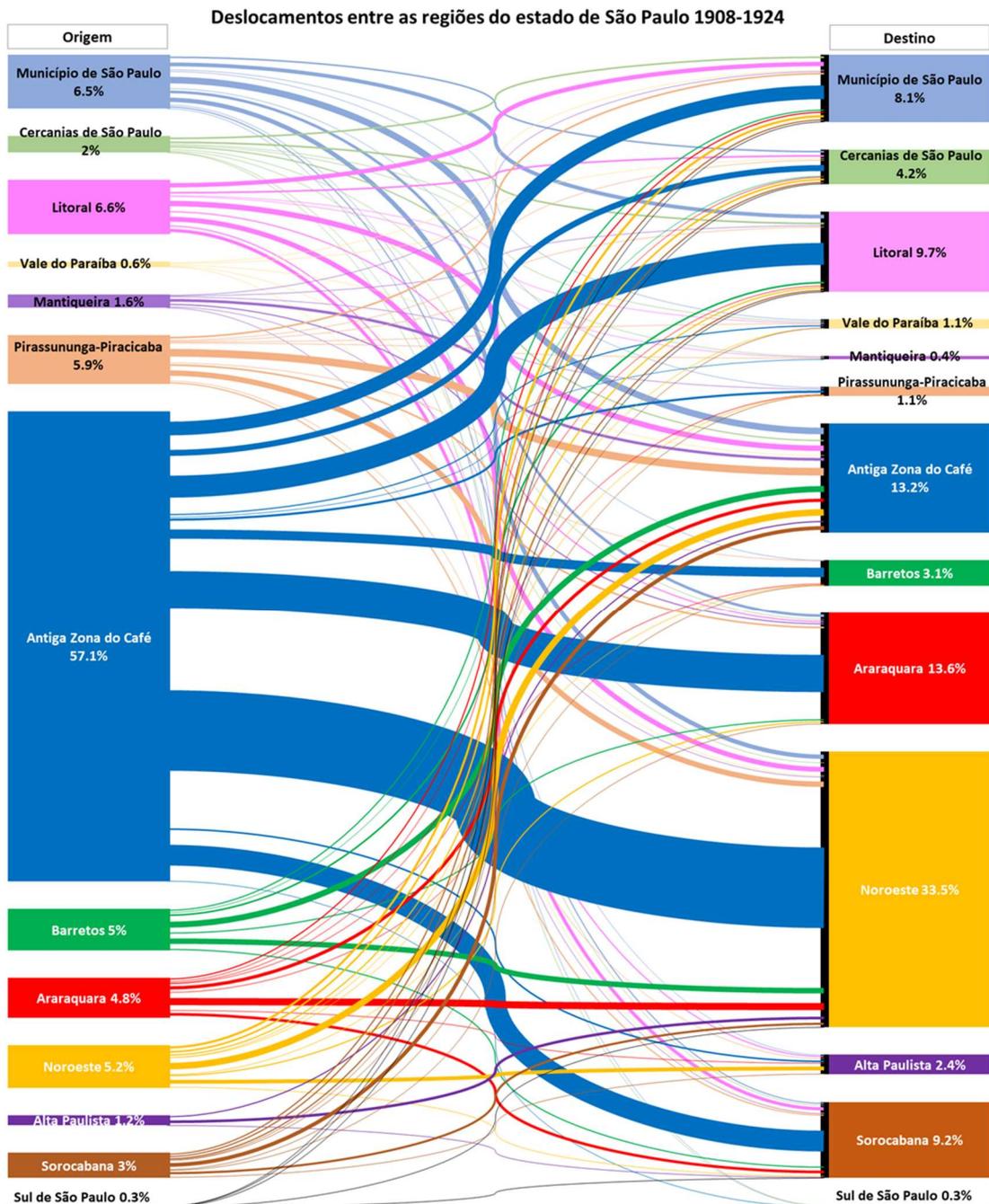
Para analisar as categorias “intermediário” e “alto” as informações foram espacializadas, conforme mostram as figuras a seguir, para os períodos 1908-1924, 1925-1941, 1942-1950, 1951-1958 e para o período total 1908-1958. Não foram considerados nas figuras as “ausências” e os movimentos categorizados como “baixos”, visto que não trazem indicativos significativos, para além da dispersão da população nas distintas regiões do estado de São Paulo, considerando que o propósito foi identificar as regiões que figuraram entre as principais origens e destinos dos movimentos, realizados pelos imigrantes e seus descendentes.

Dessa maneira, na Figura 61, estão relacionados os movimentos realizados entre 1908 e 1924, entre as regiões do estado de São Paulo. Junto ao diagrama, estão apresentados mapas de fluxo (Figuras 62 e 63), em que estão representados os movimentos mais significativos, observados no estado de São Paulo, seguindo-se os resultados apresentados nos diagramas de Sankey. Os mapas, tal como apresentados, permitem a representação espacial das regiões consideradas, bem como o direcionamento dos fluxos.

De acordo com os dados obtidos, verificou-se que os movimentos se originaram majoritariamente (57,1%) na região denominada Antiga Zona do Café (ou Borda do Planalto), que compreende a região de Ribeirão Preto, principal produtora daquela cultura agrícola no período e primeiro destino dos fluxos de imigrantes japoneses. Com o passar dos anos, principalmente em razão do declínio na produção cafeeira, os imigrantes foram se dirigindo principalmente para a região Noroeste (33,5%), que compreende os municípios de Bauru e Araçatuba. Tal região passou a receber novas culturas agrícolas, como a cultura do algodão, e foi também local de estabelecimento das colônias de imigrantes.

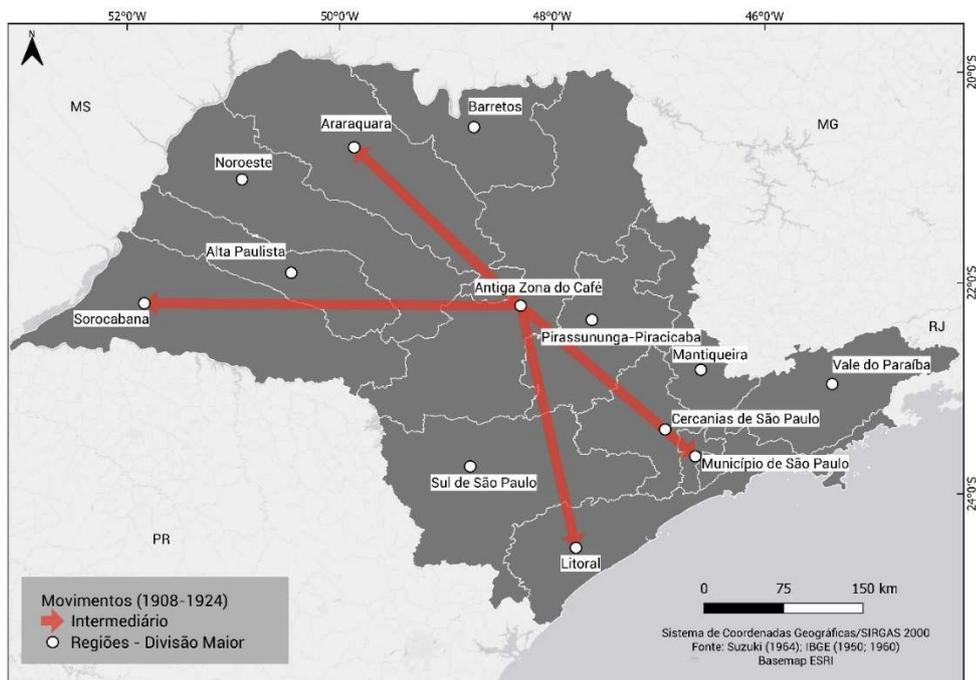
Os movimentos caracterizados como “intermediários”, tiveram como origem a região da Antiga Zona do Café, e partiam em direção às regiões Araraquara, Sorocabana, Litoral e município de São Paulo, (Figura 62), sendo que Araraquara e Litoral figuraram entre os destinos apenas neste período. Quanto aos movimentos enquadrados na categoria “alto”, verificou-se que os movimentos mais intensos partiam da região da Antiga Zona do Café, em direção à região Noroeste (Figura 63).

FIGURA 61 – Movimentos realizados entre as regiões do estado de São Paulo entre 1908 e 1924



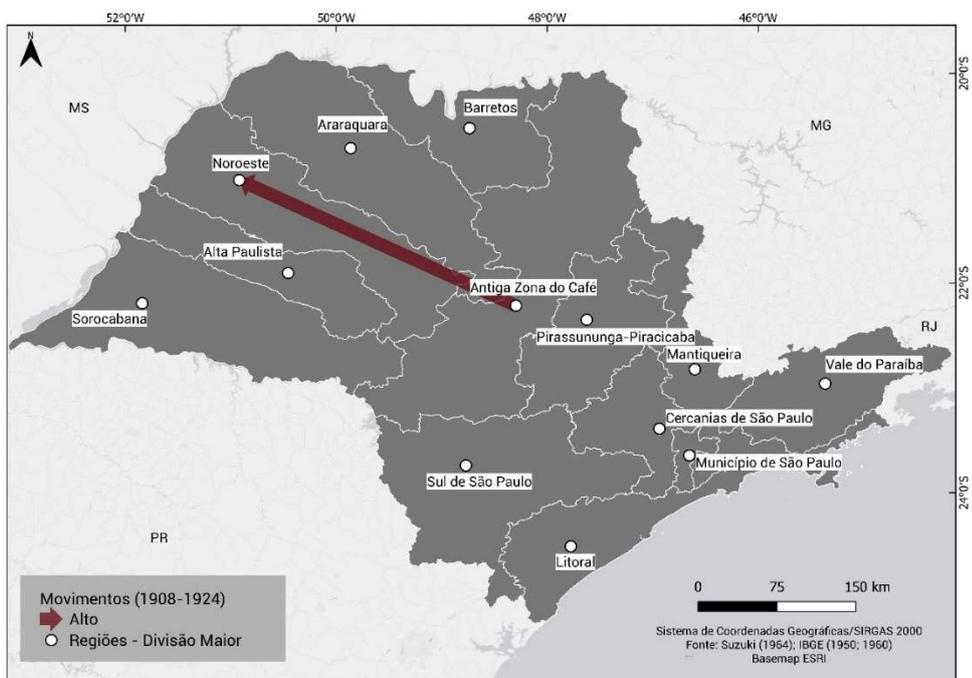
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Suzuki (1964).

FIGURA 62 – Mapa dos movimentos, categorizados como “intermediários”, realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, no período de 1908 a 1924



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

FIGURA 63 – Mapa dos movimentos, categorizados como “altos”, realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, no período de 1908 a 1924

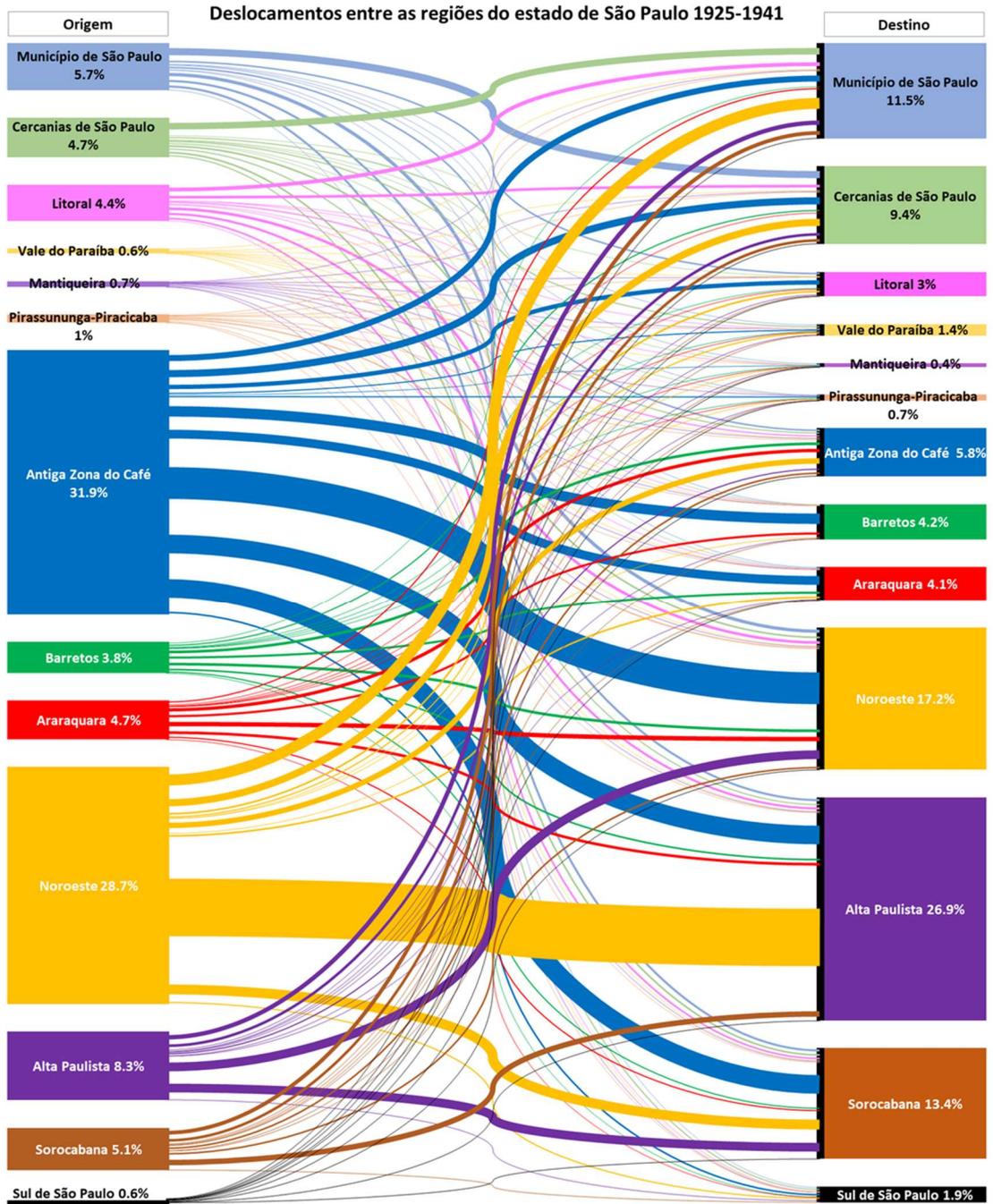


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

Os deslocamentos entre 1925 até 1941 (Figura 64) demonstram que seguiram os movimentos a partir da Antiga Zona do Café (31,9%), mas próximos em intensidade da região

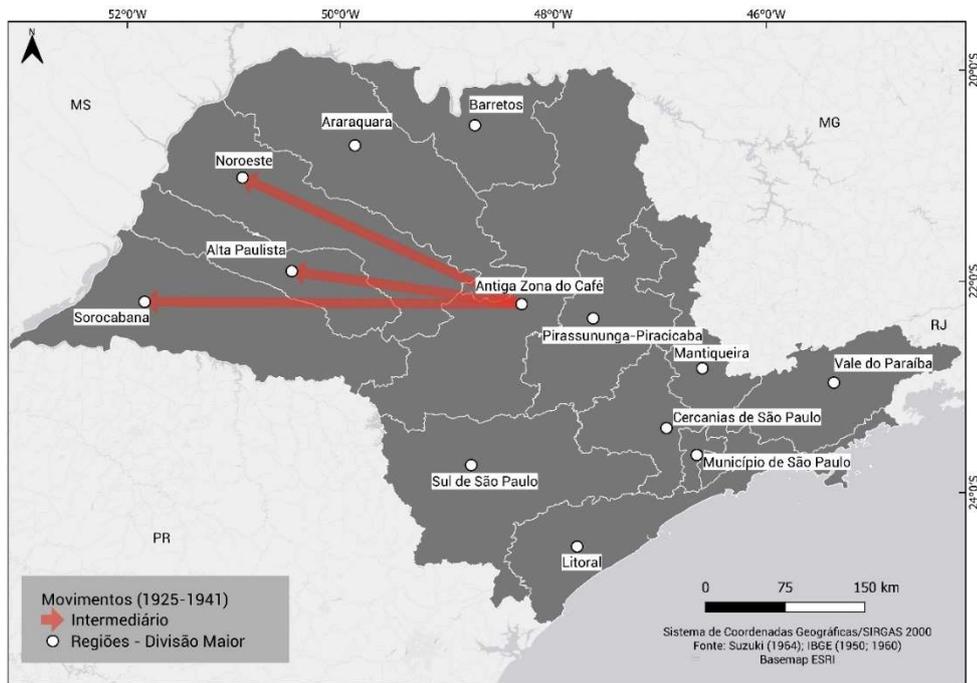
Noroeste (28,7%). O principal destino dos oriundos da Antiga Zona do Café permaneceu sendo a região Noroeste, mas com movimentos relevantes em direção à Alta Paulista (Marília e Dracena) e à Sorocabana (Assis e Presidente Prudente). Neste contexto estão compreendidos os movimentos classificados como “intermediários” (Figura 65). Os movimentos originários na região Noroeste partiam principalmente em direção à Alta Paulista, sendo estes os com intensidade “alta” (Figura 66), mas já com contingentes relevantes em direção ao Município de São Paulo e Cercanias, bem como para a região da Sorocabana.

FIGURA 64 – Movimentos realizados entre as regiões do estado de São Paulo entre 1925 e 1941



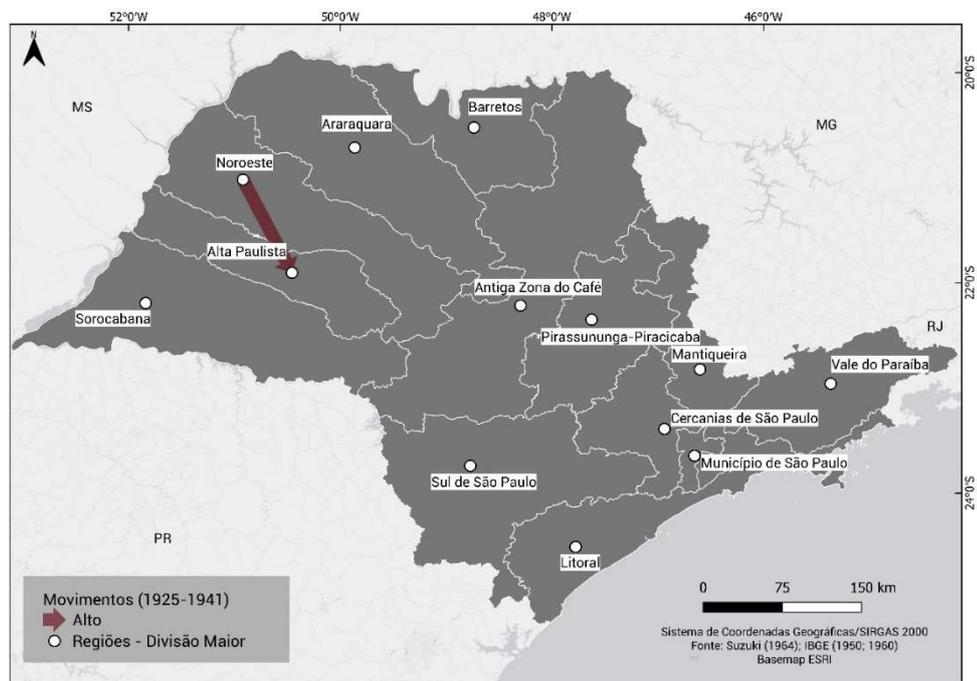
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Suzuki (1964).

FIGURA 65 – Mapa dos movimentos, categorizados como “intermediários”, realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, no período de 1925 a 1941



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

FIGURA 66 – Mapa dos movimentos, categorizados como “altos”, realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, no período de 1925 a 1941



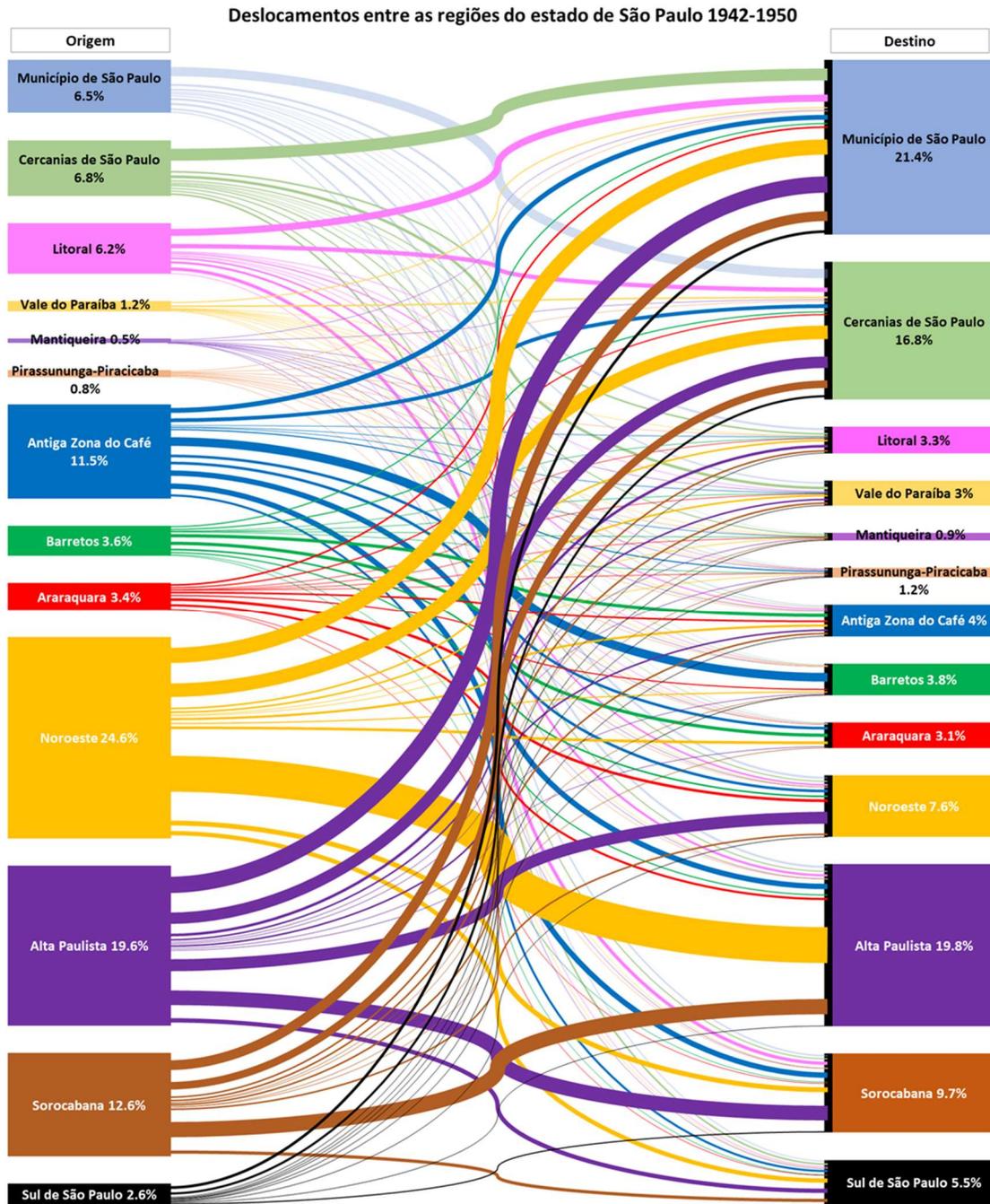
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Suzuki (1964) e IBGE (1950;1960).

Durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente após a ruptura das relações diplomáticas entre Brasil e Japão, em que ficou suspensa a imigração japonesa, restringindo

bastante os deslocamentos de japoneses (SAITO, 1961), seguiram os movimentos entre as regiões do estado de São Paulo (Figura 67). Verificou-se que a Antiga Zona do Café não figura mais como a principal origem dos movimentos, tornando-se origem de movimentos “intermediários” que partem em direção à região de Barretos, sendo superada pelas regiões Noroeste (24,6%), Alta Paulista (19,6%) e Sorocabana (12,6%). Os movimentos oriundos dessas regiões são caracterizados também como “intermediários” (Figura 68), verificando-se a intensificação dos movimentos em direção ao Município de São Paulo e Cercanias, e inclusive entre essas duas regiões. Os movimentos classificados como “altos” (Figura 69), partem da região Noroeste em direção à Alta Paulista, que se manteve durante este período (1942-1950) como o principal destino dos movimentos no estado de São Paulo.

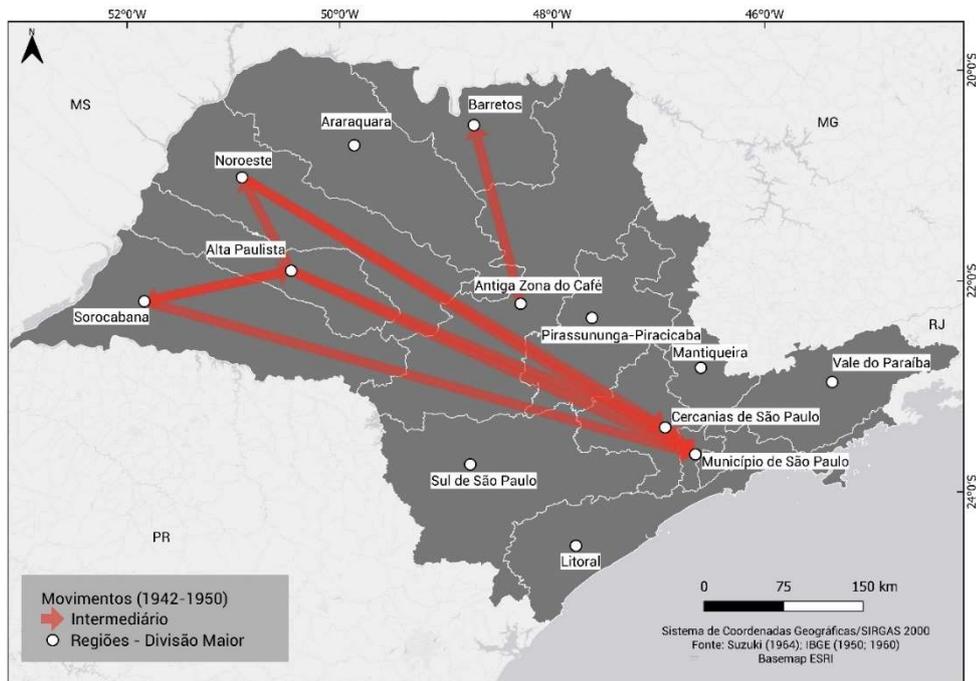
Outro ponto que se pode observar é que houve uma pulverização na intensidade dos fluxos, ainda que com certas predileções, verificando-se um comportamento diferenciado dos movimentos em relação aos períodos precedentes, amplamente concentrados em algumas regiões. Há que se destacar ainda o quase equilíbrio entre as entradas e saídas da região da Alta Paulista.

FIGURA 67 – Movimentos realizados entre as regiões do estado de São Paulo entre 1942 e 1950



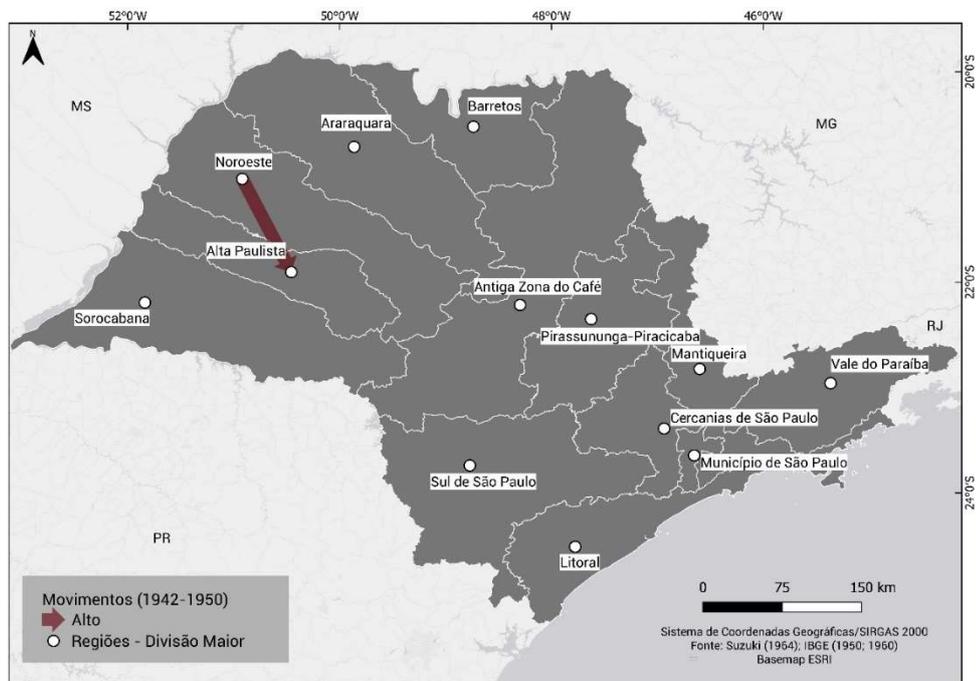
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Suzuki (1964).

FIGURA 68 – Mapa dos movimentos, categorizados como “intermediários”, realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, no período de 1942 a 1950



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

FIGURA 69 – Mapa dos movimentos, categorizados como “altos”, realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, no período de 1942 a 1950

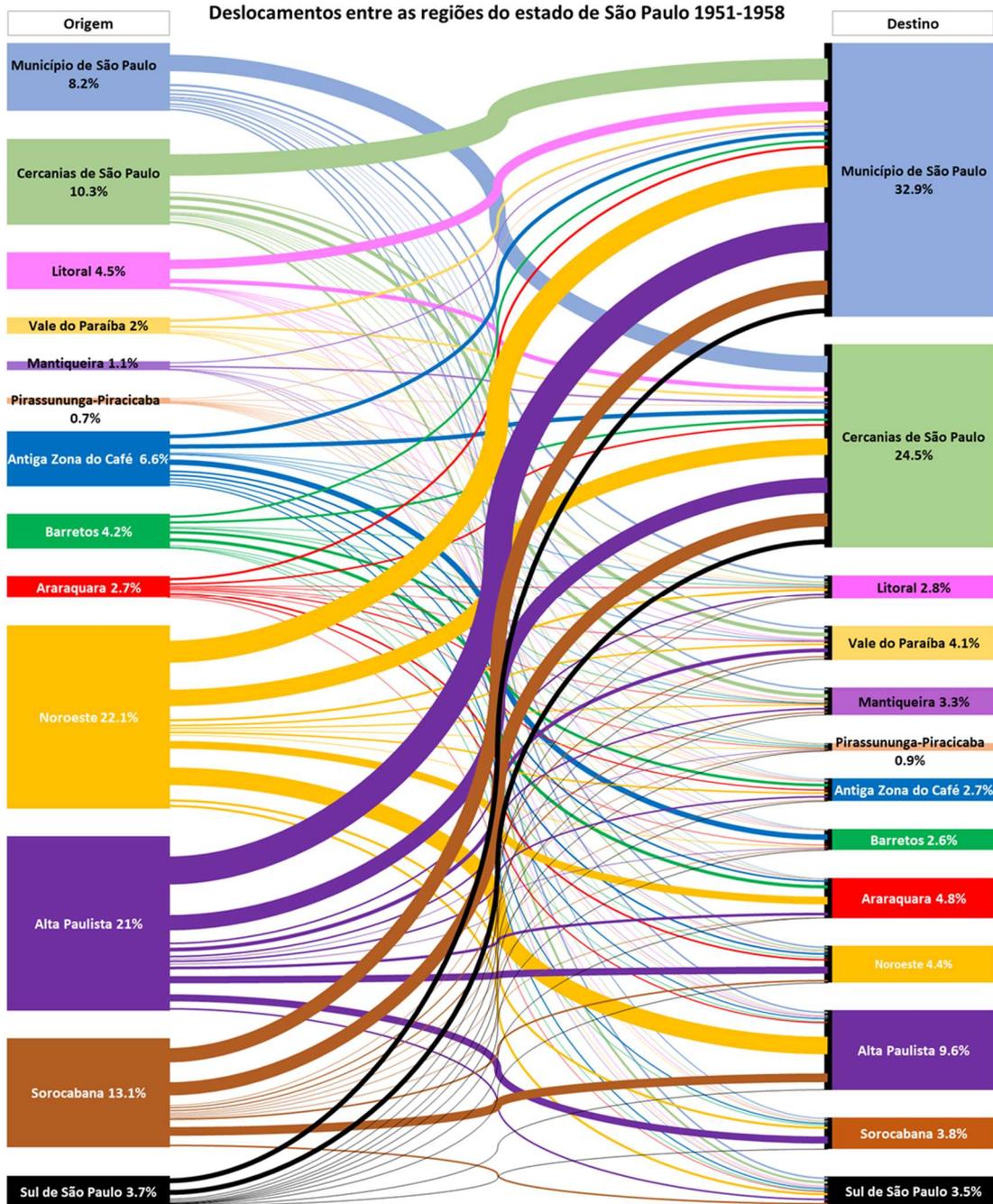


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

No período posterior ao término da Segunda Guerra Mundial (Figura 70), e já considerando a retomada dos fluxos de imigrantes japoneses, o que se observa é,

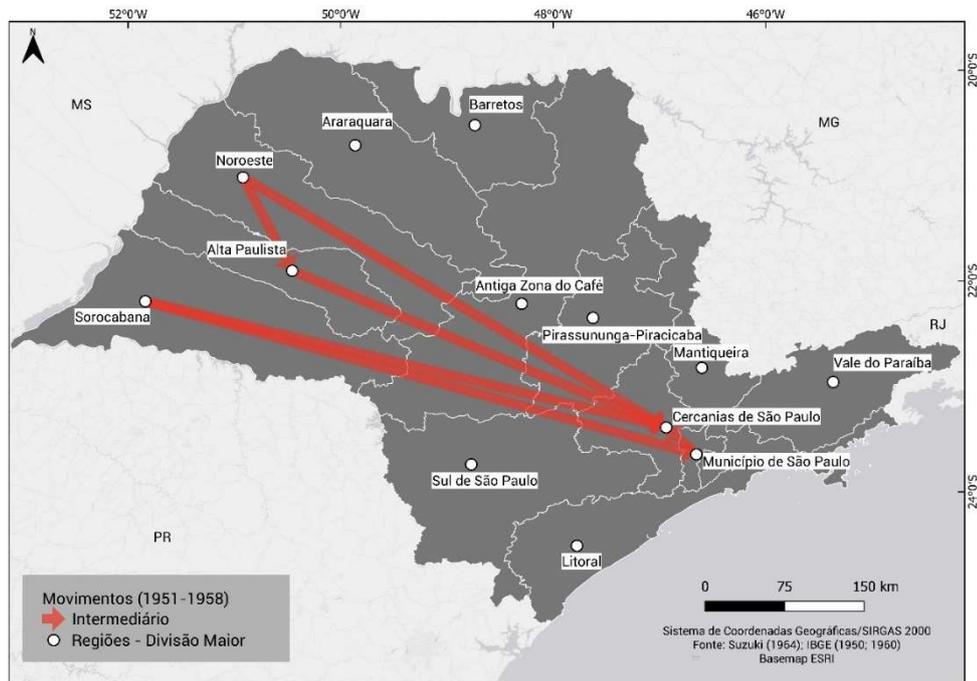
praticamente, a mesma intensidade dos fluxos que partem das regiões Noroeste (22,1%), Alta Paulista (21%), seguidas pela região da Sorocabana (13,1%), caracterizados como movimentos “intermediários” (Figura 71), sendo estas regiões as principais origens dos movimentos no estado. Ainda para o período entre 1951 e 1958, os movimentos classificados como “altos”, realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, têm origem nas regiões Noroeste, Alta Paulista e Cercanias de São Paulo, com destino ao município de São Paulo (Figura 72), correspondendo a mais da metade dos movimentos recebidos.

FIGURA 70 – Movimentos realizados entre as regiões do estado de São Paulo entre 1951 e 1958



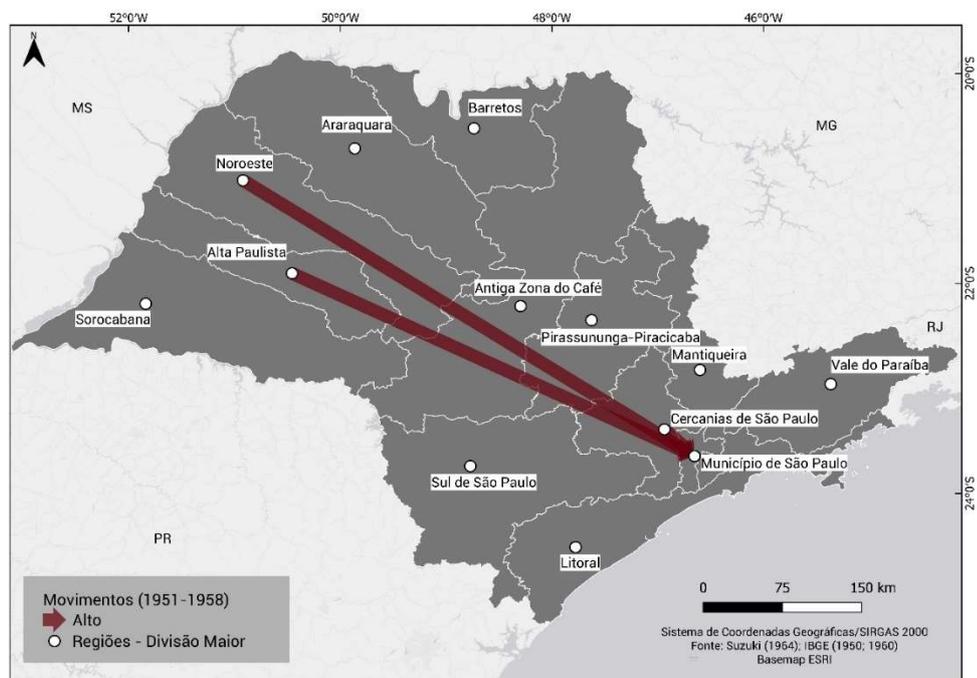
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Suzuki (1964).

FIGURA 71 – Mapa dos movimentos, categorizados como “intermediários”, realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, no período de 1951 a 1958



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

FIGURA 72 – Mapa dos movimentos, categorizados como “altos”, realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, no período de 1951 a 1958



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

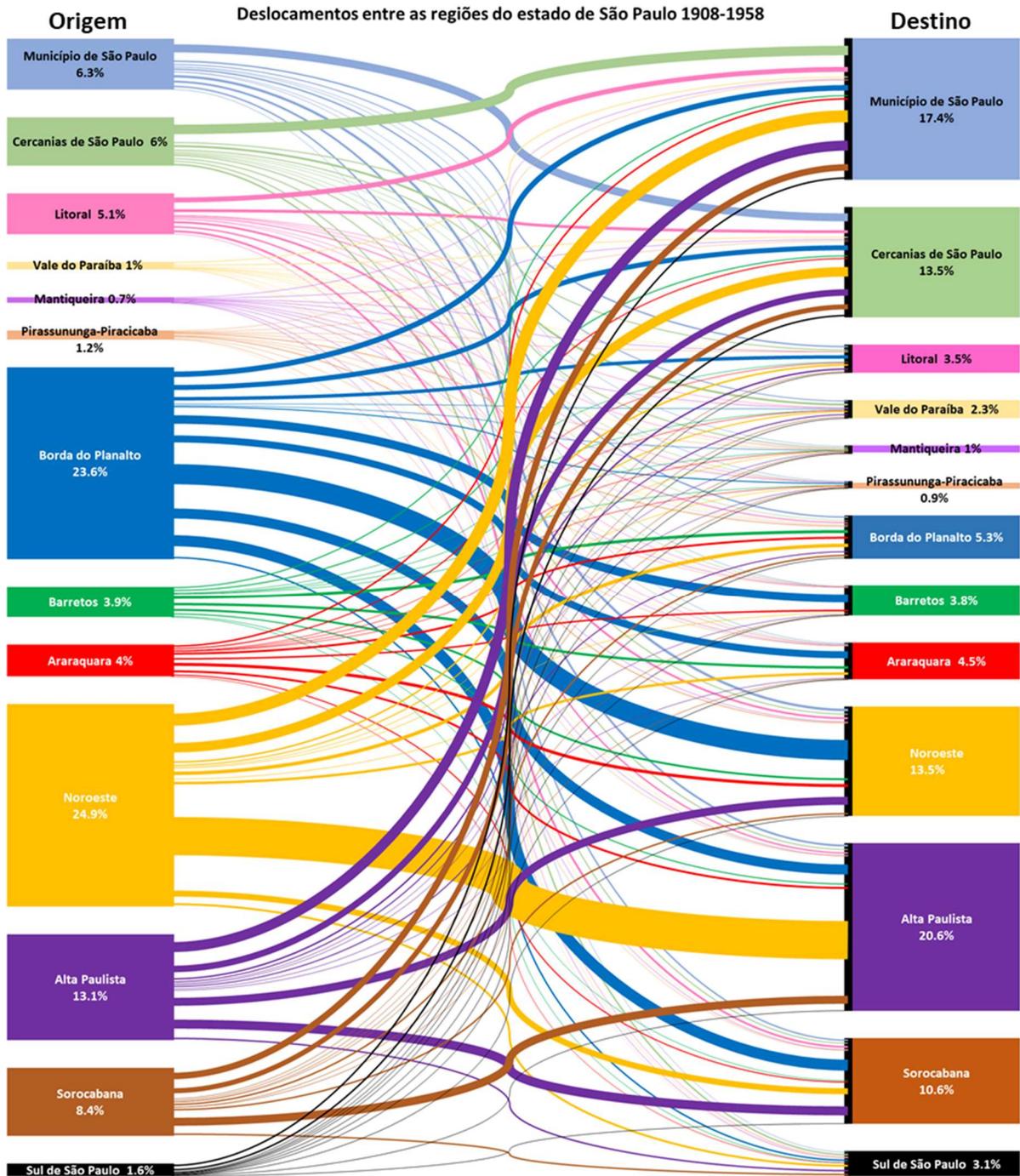
A última análise diz respeito à totalidade dos movimentos captados no Censo da Colônia, entre 1908 e 1958 (Figuras 73). Considerando o período total analisado, e os

movimentos categorizados como “intermediários” (Figura 74), verificou-se que a Zona Antiga do Café e a região Noroeste figuram como as principais origens dos movimentos realizados pelos imigrantes e descendentes, especialmente por terem recebido os primeiros fluxos de imigrantes japoneses, para o trabalho nas fazendas de café dessas regiões. Já entre os principais destinos, destacam-se a região da Alta Paulista, que recebeu cerca de 20,6% dos movimentos no estado durante todo o período, seguida pelo Município de São Paulo (17,4%) e Cercanias (13,5%), e região Noroeste (13,5%).

Os movimentos verificados nas regiões a Oeste, especialmente em direção à Alta Paulista, ocorreram em praticamente todo o período analisado, mas principalmente entre 1925 e 1941, correspondente às principais entradas de imigrantes japoneses no Brasil, especialmente entre 1933 e 1934 (SAITO, 1961); à implementação das colônias, sob a tutela de companhias e do estado japonês; e ao avanço em direção à fronteira com o Mato Grosso do Sul, a partir da ocupação e aquisição de terras nessas regiões, identificado na literatura como a Frente de Expansão Paulista (VIEIRA, 1973).

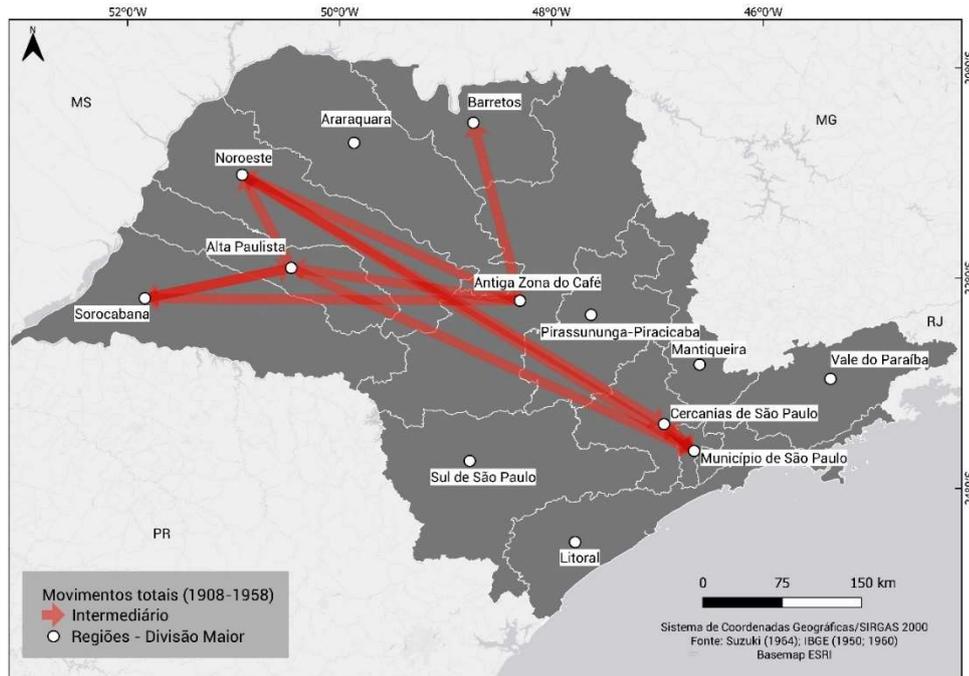
No que diz respeito à categoria “altos”, ou seja, correspondente à maior intensidade de deslocamentos, entre as regiões do estado de São Paulo, verificou-se que, considerando o período total (1908-1958; Figura 75), os movimentos mais intensos se deram entre a região Noroeste e a região da Alta Paulista, demonstrando que esta última região, mesmo tendo fornecido grandes contingentes de imigrantes e descendentes para outras regiões, tal como observado nos diagramas de Sankey, principalmente para a capital do estado e seu entorno, manteve-se também como um dos principais destinos dos movimentos.

FIGURA 73 – Movimentos realizados entre as regiões do estado de São Paulo no período entre 1908 e 1958



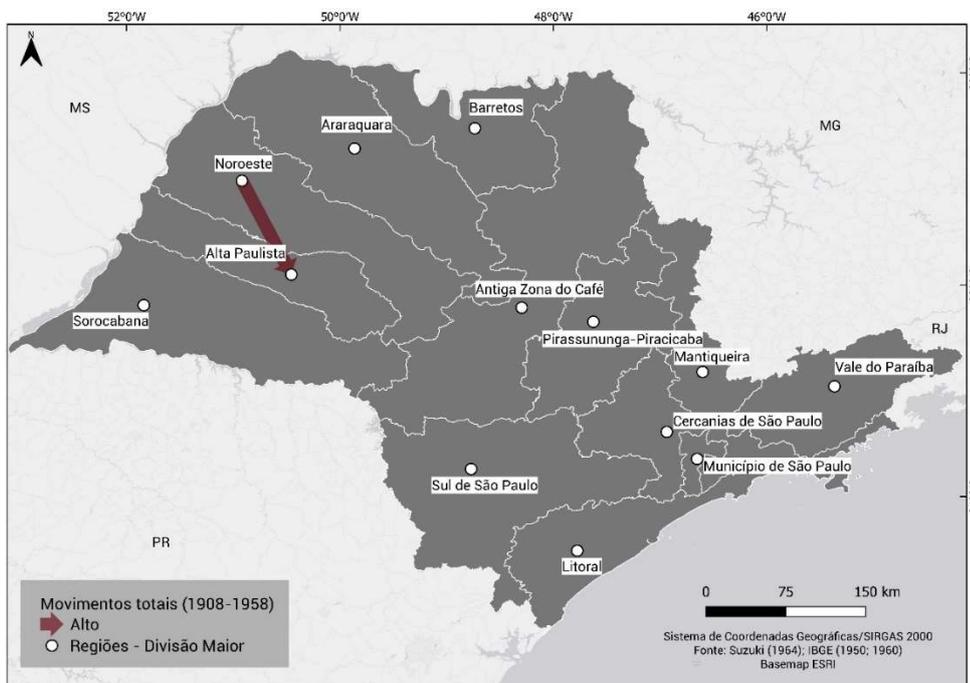
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Suzuki (1964).

FIGURA 74 – Mapa dos movimentos, categorizados como “intermediários”, realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, no período de 1908 a 1958



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

FIGURA 75 – Mapa dos movimentos, categorizados como “altos”, realizados pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre as regiões do estado de São Paulo, no período de 1908 a 1958



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

Essas informações, visualizadas a partir dos diagramas, corroboram as informações apresentadas acerca da distribuição espacial dos imigrantes e de seus

descendentes pelo estado, em diferentes momentos do período imigratório de japoneses para o Brasil. Destaca-se a relevância da região da Alta Paulista, que se tornou um importante referencial, tanto em relação à origem quanto ao destino dos movimentos. Comparando-se as informações apresentadas, é perceptível a grande presença de imigrantes e descendentes nos municípios que pertencem à esta região. Regiões que seguem a Alta Paulista também abrigam contingentes relevantes de imigrantes e descendentes, como a região Noroeste, Sorocabana.

Segundo Suzuki, (1969), ficam evidenciados os diferenciais de distribuição dos imigrantes por período de chegada: entre os anos de 1908 e 1922, a maior concentração de imigrantes estava na Zona do Café Antiga e posteriormente na região Noroeste do Estado de São Paulo; no período entre 1923 e 1947, a região Noroeste ainda concentra a maior parte dos imigrantes, porém este cenário se modifica no período seguinte, entre 1948 e 1958, quando a região da Alta Paulista recebe um incremento significativo de imigrantes japoneses.

Nas Tabelas 8 e 9, foi possível verificar as principais origens e os principais destinos, respectivamente, dos movimentos realizados pelos imigrantes e seus descendentes no estado de São Paulo, entre 1908 e 1958.

TABELA 8 – Principais origens dos movimentos de imigrantes e descendentes, entre 1908 e 1958, segundo o Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*

Principais Origens 1908-1958	
Região	Total de Movimentos
Alta Paulista	6507
Município de São Paulo	5507
Cercanias de São Paulo	4272
Noroeste	4248
Sorocabana	3332
Antiga Zona do Café	1674
Araraquara	1423
Barretos	1193
Litoral	1100
Sul de São Paulo	986
Vale do Paraíba	716
Mantiqueira	324
Pirassununga-Piracicaba	285

Fonte: Suzuki (1964).

TABELA 9 – Principais destinos dos movimentos de imigrantes e descendentes, entre 1908 e 1958, segundo o Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*

Principais Destinos 1908-1958	
Região	Total de Movimentos
Noroeste	7874
Antiga Zona do Café	7467
Alta Paulista	4133
Sorocabana	2661
Município de São Paulo	2005
Cercanias de São Paulo	1902
Litoral	1598
Araraquara	1258
Barretos	1222
Sul de São Paulo	513
Pirassununga-Piracicaba	381
Vale do Paraíba	316
Mantiqueira	237

Fonte: Suzuki (1964).

Os elementos apresentados suscitaram, portanto, questões em torno da relevância da região da Alta Paulista no contexto da imigração japonesa para o estado de São Paulo. Serão debatidos a seguir, elementos que permeiam a caracterização desta região, seu histórico e de que maneira ela se tornou relevante para aquele contingente populacional.

5.2 O novo “velho oeste” de São Paulo: surgimento, ocupação e saída da Alta Paulista

A implementação das estradas de ferro no estado de São Paulo⁴⁷ fez com que se configurasse uma “regionalização” ou a formação de “zonas”, cujas denominações estavam relacionadas às ferrovias⁴⁸ que atravessavam o estado, como a Sorocabana, Mogiana, Noroeste, entre outras, constituídas em torno das linhas férreas, dentre as quais a Alta Paulista (VIEIRA, 1973).

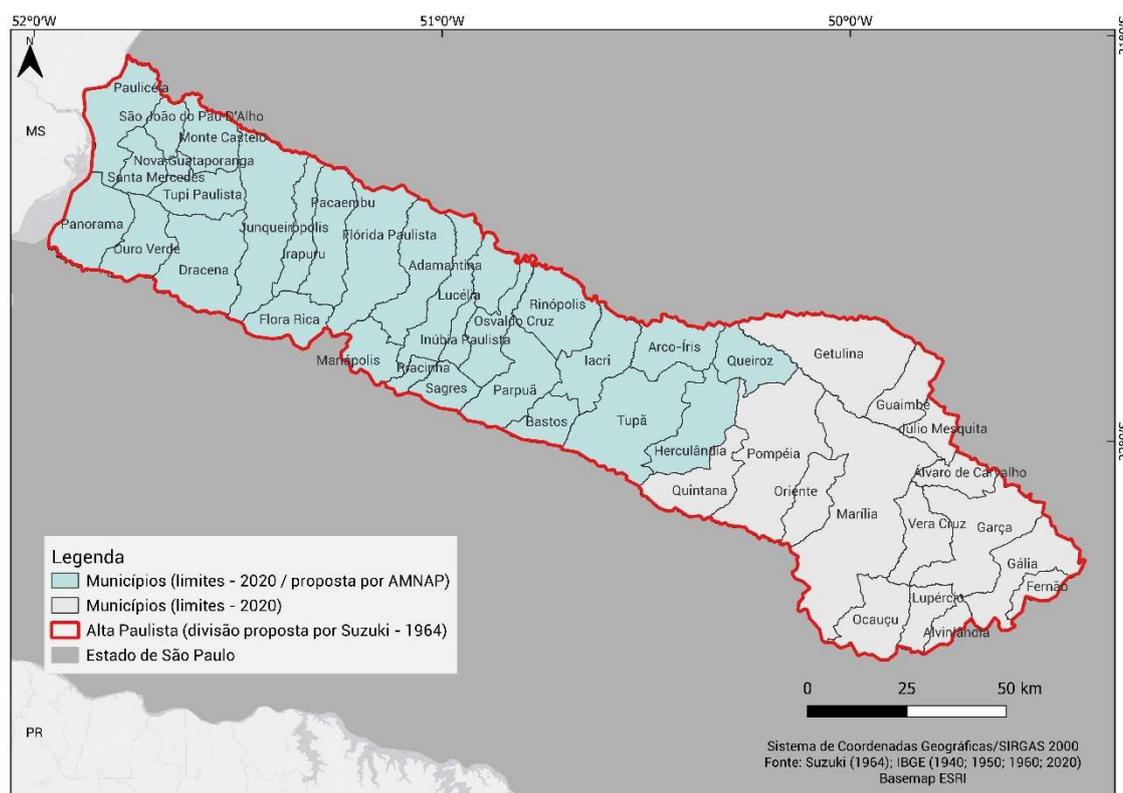
⁴⁷ A construção da primeira estrada de ferro no estado de São Paulo ocorreu em 1867, e ligava os municípios de Santos e de Jundiaí (VIEIRA, 1973).

⁴⁸ [...] A Noroeste é a zona oeste de Bauru, entre o [rio] Aguapeí e o [rio] Tietê, servida pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. A região a oeste de Assis, entre o Paranapanema e o Rio do Peixe é designada com o nome da Alta Sorocabana. [...] a zona da Mogiana é servida pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que se estende de Campinas a Franca, passando por Mogi-Mirim, Casa Branca e ramificando-se em direção a Orlândia até alcançar o Rio Grande. A zona da Paulista compreende a região de Campinas a Araraquara e Jaboticabal, com inúmeros ramais em direção a Bebedouro e Barretos, a Olímpia e a Jaú. Zona da Araraquarense abrange a região de Araraquara a [São José do] Rio Preto, prolongando-se até alcançar o Rio Paraná. A região que se estende de São Paulo a Sorocaba, Botucatu e Agudos e prolongando-se em direção ao Paranapanema, é conhecida com o nome de Sorocabana (VIEIRA, 1973, p. 60-61).

“Alta Paulista é o nome dado à região entre o Rio do Peixe e o Rio Aguapeí, a oeste de Piratininga” (VIEIRA, 1973, p. 60).

Conhecida atualmente como “Nova Alta Paulista”, está inserida nas Regiões Administrativas de Marília e Presidente Prudente, segundo o IBGE (2010) (Figura 76). De acordo com Joviano (2011, p. 44), esta região “possui aproximadamente 65 quilômetros de largura, no sentido norte-sul e 250 quilômetros de comprimento no sentido leste-oeste”, e seu nome deriva de sua localização (distância em relação à capital do estado) e extensão em relação à ferrovia administrada pela então Companhia Paulista de Estradas de Ferro (GIL, 2004). A região da “Nova Alta Paulista” não apresenta uma delimitação oficial, e para auxiliar neste processo, Gil (2007) recorre à demarcação considerada pela Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP^{49, 50}), criada em 20 de julho de 1977.

FIGURA 76 – Localização da Nova Alta Paulista 2020, segundo a AMNAP, inserida na região da Alta Paulista proposta por Suzuki (1964)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

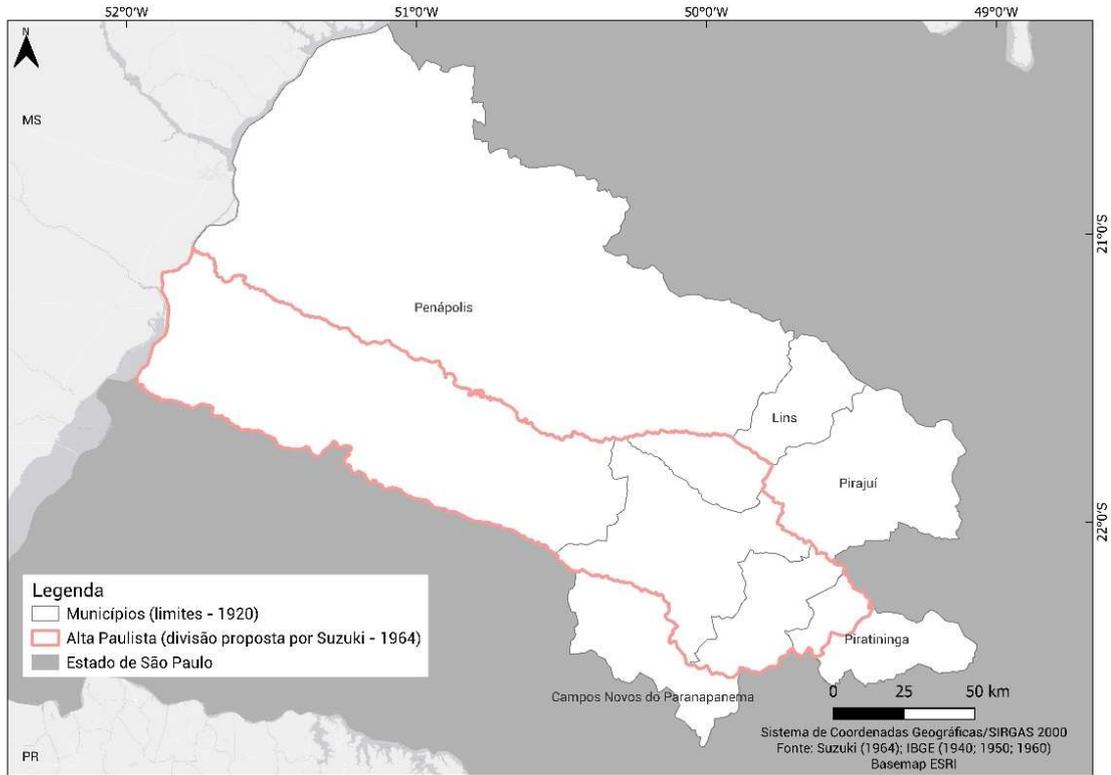
⁴⁹ Informações disponíveis em: <http://www.amnap.com.br/>. Acesso em: 26 jun. 2020.

⁵⁰ Os 30 municípios, segundo a AMNAP, são (Figura 75): Adamantina, Arco-Íris, Bastos, Dracena, Flora Rica, Flórida Paulista, Herculândia, Iacri, Inúbia Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Maríapolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Parapuã, Pracinha, Paulicéia, Queiroz, Rinópolis, Sagres, Salmourão, Santa Mercedes, São João do Pau D'Alho, Tupã e Tupi Paulista.

Ainda em relação à nomenclatura, segundo Gil (2007), não é claro quando o adjetivo “Nova” passou a ser utilizado para a denominação da região. Segundo a autora, o termo foi introduzido pela população local como referência à expansão da ferrovia Alta Paulista, que chegou até o município de Marília nos anos 1920. A expressão “Nova Alta Paulista” passou a ser utilizada com sua expansão posterior até o município de Panorama, e tornou-se comum principalmente a partir do momento em que a administração da ferrovia passou a ser feita pela Ferrovia Paulista S/A (FEPASA), em 1969, e constituiu-se um termo simbólico para o desígnio da região.

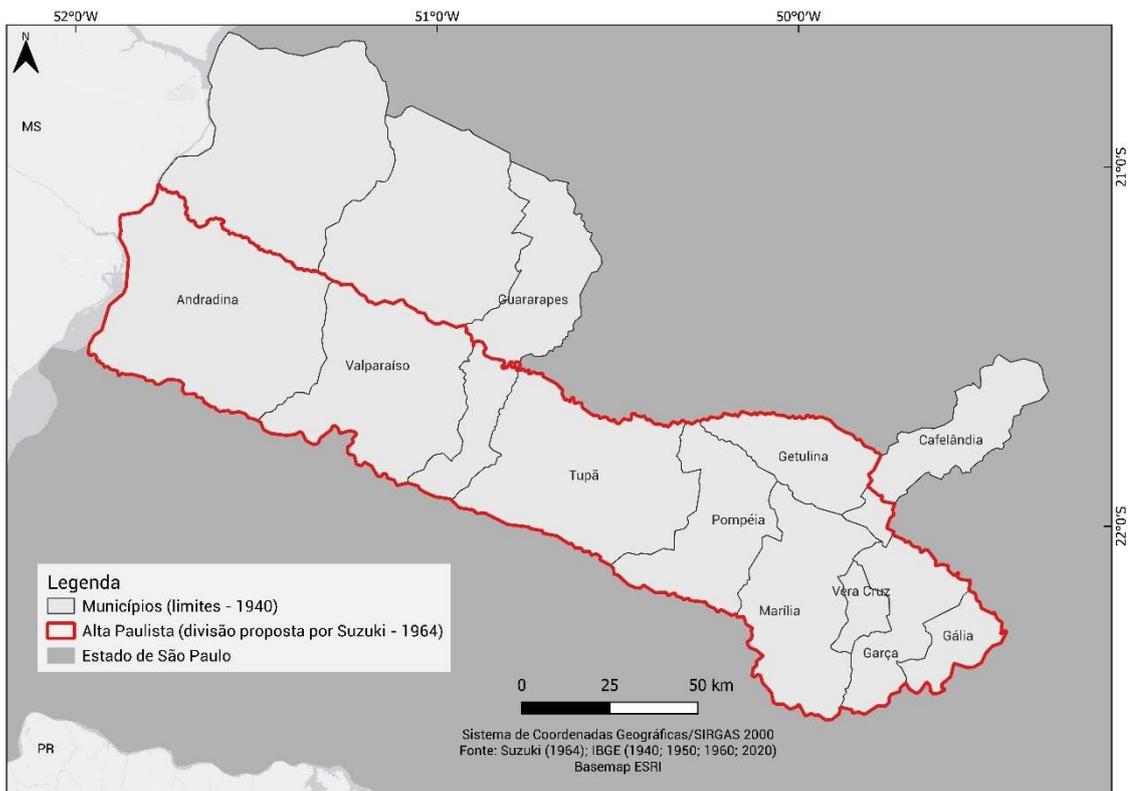
A denominação utilizada na análise da região é dada apenas por “Alta Paulista”, em razão do período analisado (1908-1973), embora trate também do conjunto de municípios que atualmente pertencem à “Nova Alta Paulista”. Como o propósito foi verificar a formação da região, e ainda havendo referências a municípios que extrapolam esta subdivisão, e que precedem a adoção do adjetivo “Nova”, optou-se por manter o termo utilizado durante o período de chegada e estabelecimento dos imigrantes. Tal configuração, que será apresentada nas Figuras 77 até 80, referem-se à proposta de Suzuki (1964), utilizada no Censo da Colônia de 1958, com a denominação de região (divisão maior) Alta Paulista. Considerando que é a partir deste Censo que foram captadas as informações apresentadas, optou-se por utilizar a mesma a divisão regional, para que houvesse confluência nos dados e nas análises desenvolvidas. Seguindo este critério, os mapas a seguir mostram os municípios que estavam total ou parcialmente inseridos na região “Alta Paulista” nos anos de 1920, 1940, 1950 e 1958.

FIGURA 77 – Localização da Alta Paulista 1920



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1920; 1950; 1960).

FIGURA 78 – Localização da Alta Paulista 1940



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1940; 1950; 1960).

FIGURA 79 – Localização da Alta Paulista 1950



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

FIGURA 80 – Localização da Alta Paulista 1958



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

Apesar de ser reconhecida enquanto uma associação somente em 1977 (a AMNAP, considerando que anteriormente a Alta Paulista não possuía nenhuma delimitação legal constituída), esta região tem seus limites espaciais imprecisos historicamente. Em meados do século XIX, a região oeste do estado se iniciava no município de Campinas, passando, na segunda metade deste mesmo século, a ser deslocada em direção a São Simão, Araraquara, Jaú e Botucatu (LOSNAK, 2017). A partir do início do século XX o “novo oeste” foi (re)definido a partir da intensificação da produção cafeeira, instalação de linhas ferroviárias e o surgimento de novas cidades, como descrito por Losnak (2017):

Terras novas, muitas delas mais férteis do que aquelas das áreas já exploradas, disponíveis e mais baratas de origem devoluta, e com utilização de novas levas de trabalhadores de baixo custo, entre outras questões, teriam possibilitado e suscitado o alargamento do cultivo do café. As transformações demandavam inúmeros componentes: grande contingente de trabalhadores nacionais e imigrantes; instalação das ferrovias; atividades comerciais e industriais de apoio à agricultura e baseadas nas áreas urbanas; loteamento de terras urbanas e rurais; serviços em torno das redes de transporte e comunicação integrando várias regiões; instituições político-partidárias representativas de interesses da agricultura; complexificação das unidades urbanas a partir da concentração desses componentes nas localidades (LOSNAK, 2017, p. 5).

Considera-se, portanto, que a Alta Paulista está inserida no contexto do “novo oeste” de São Paulo, cuja construção historicamente foi pautada em questões específicas de cunho econômico, político e cultural, somando-se a isso a importante presença dos imigrantes tanto para o desenvolvimento da agricultura na região (enquanto mão-de-obra), quanto para a determinação de novas territorialidades (LOSNAK, 2017).

Segundo Vieira (1973), o avanço em direção ao oeste – processo a que a autora refere como “frente de expansão⁵¹ paulista”, compreendendo a região da Alta Paulista – ocorreu de maneira dinâmica e orientado por propósitos econômicos, impulsionado pela disseminação da monocultura, voltada para o mercado externo. A ocupação do território localizado no Oeste paulista havia sido pautada pelos intensos e constantes fluxos migratórios internos e de estrangeiros, impulsionados pela existência de terras livres, rentáveis, especialmente pela ação do capital estrangeiro na sua aquisição e particionamento.

O histórico de ocupação da região inicia-se no século XIX, por meio de invasões e grilagem de terras, que eram consideradas “desocupadas”, ainda que fossem habitadas pelos índios Kaingang. As incursões contra os indígenas, objetivando tomar esses territórios, se

⁵¹ Martins (1996) *apud* Truzzi e Volante (2021), refere-se à “frente de expansão” como um movimento iniciado ainda no século XIX, através da ação de posseiros, mas que por conta da debilidade de recursos, acabaram cedendo as terras ocupadas ou mesmo sendo expulsos por “estratos sociais mais poderosos”, partindo cada vez mais em direção ao extremo oeste do estado de São Paulo.

avolumaram ao final daquele século, principalmente pela ação dos “bugreiros”, especializados em atacar as populações indígenas a mando de posseiros, e que também prestavam serviços de proteção a viajantes e tropeiros que necessitavam transitar ou permanecer em territórios indígenas. Após serem repetidamente atacados, expulsos e mortos, a população de indígenas viu-se reduzida nas primeiras décadas do século XX, a pouco mais de uma centena, sendo alocados posteriormente em pequenos aldeamentos no entorno de Tupã e Braúna (JOVIANO, 2011).

Nesse período, o extremo oeste do estado de São Paulo tornou-se o último território a ser colonizado e explorado, seguindo a dinâmica do cultivo do café que já havia se espalhado por praticamente todo o estado. Na década de 1920, fazendeiros das regiões de Ribeirão Preto, Araraquara e Jaú começaram a abandonar estas localidades por conta da produção insuficiente, buscando terras ainda inexploradas, e que lhes pudessem fornecer ganhos com poucos custos. Passaram, então, a adquirir terras a oeste de Marília e, em conjunto com o café, plantavam, entre outras culturas, o feijão e o milho, que ajudavam a diminuir os custos com a aguardada safra do café, especialmente quando da ocorrência da crise de 1929 (GIL, 2007).

As terras passaram a ser adquiridas inclusive para especulação, e o café deixou de ser a única cultura agrícola a estimular a ocupação e aquisição de propriedades. Surgiam os sitiantes, que se dedicavam à policultura e produtos de ciclo mais rápido que o café, além de produtos como o algodão, visando nesse caso, também a exportação (GIL, 2007).

Imigrantes como os italianos e os japoneses, que haviam enfrentado grandes dificuldades e estavam descontentes com o trabalho exigido nas fazendas de café, mas que conseguiram ainda assim levantar algum capital, começavam a vislumbrar a aquisição de lotes que lhes permitissem ter um cultivo próprio (VIEIRA, 1973). Dessa forma, o particionamento das grandes glebas viabilizava a aquisição dos lotes por parte destes imigrantes, principalmente após a implementação e expansão das linhas férreas – “[...] a notícia de que uma ferrovia ia ser prolongada desencadeava uma espécie de epidemia de loteamentos” (MONBEIG, 1952 *apud* VIEIRA, 1973), atraindo pessoas e famílias de outras regiões, valorizando e intensificando os loteamentos, criados a partir da aquisição de terras por parte de empresas imobiliárias, que no caso da Alta Paulista, estavam localizadas em Marília e imediações e também empresas estrangeiras, caso por exemplo, da BRATAC (Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda.) (VIEIRA, 1973).

Ele [pai do entrevistado “N.U.”] falou que facilidade, pra sair tinha, sair do Japão, Kobe. Então diz que tem facilidade, mas como ele era... comprou a terra em cima do mapa, da colonizadora, então ele era independente, então tem que se virar. Aí chega no Brasil, ele viajou por aquela estrada de ferro Noroeste. Não tinha essa variante de Mirandópolis. Aquele tempo era [ramal] Lussanvira-Três Lagoas. Tempo de chuva, o trilho ficava cheio d’água. Beira do rio Tietê. Aí desceu em... acho que desceu em Lussanvira, andou 28 quilômetro. Aquele tempo era terra batida, sabe? [...] De Lavinia mudamos pra Mirandópolis, de Mirandópolis mudamos pra cá. Que em Mirandópolis tinha o primo do Anze⁵² lá, alfaiate, e chamou meu pai lá, falou: “você não quer ir na Paulista, o meu tio comprou fazenda nova lá”. Aí ele falou: “eu vou ver”. Chamou um dia lá e falou: “Vai lá ver, fazenda não é ruim não, fazenda nova”. (ENTREVISTADO “N.U.”).

Para Petrone (1982), a partição das grandes glebas em pequenas propriedades, tinha também a intenção de atuar como complemento ao latifúndio. Segundo a autora, a possibilidade de adquirir terras servia como “isca” para os imigrantes, principalmente para aqueles que já haviam trabalhado nas lavouras. A pequena propriedade servia como uma espécie de reserva de mão-de-obra, com a qual os fazendeiros poderiam contar na hora da colheita. Tal situação estimulou por vezes os fazendeiros a lotearem terras impróprias à produção do café, trazendo para perto uma população que, quando necessitasse melhorar seus rendimentos, venderia sua força de trabalho aos fazendeiros. Surgiam também os arrendamentos, como solução à ainda deficitária mão-de-obra para o café:

[Os fazendeiros adquiriam] novas áreas de mata, que arrendavam aos colonos para que pudessem iniciar novas culturas. Como parte do contrato, os colonos entregavam a lavoura de café formada ao final de cinco anos, podendo efetuar, durante a formação, outros cultivos de ciclo curto, que não competissem [com os cafezais]. [...] Comprava-se a terra barata, ganhava-se com a venda da madeira, e, por fim, recebiam-se os cafezais já em fase de produção, sem que para isso se despendesse qualquer despesa (GIL, 2007, p. 89).

Segundo Vieira (1973), além do sistema de contratos, os imigrantes após deixarem o trabalho nas fazendas enquanto colonos, contavam com algumas frentes de ação, que permitiam sua permanência nessas terras: se contando com algum capital, poderiam se tornar arrendatários ou meeiros; posteriormente pequenos proprietários; ou então, poderiam se dirigir aos núcleos urbanos.

[meu pai] não tava contente, no café. Aí ele... o vizinho também falou: “eu tenho vontade de mudar daqui”, e meu pai falou: “eu também tenho”. Mas meu pai falou: “é que a gente não tem dinheiro suficiente pra fazer isso”, aí o vizinho falou: “eu pior ainda, que não tenho mesmo!”. Aí minha mãe falou: “Eu tenho! E dá pra nós, duas família, dar um jeito daqui”. Aí meu pai combinou com o vizinho, e alugou uma charanga, e combinaram de fugir à noite. Eles lotaram a charanguinha e tacaram pra frente. Aí fugiram, e veio pra Marília. [...] Na verdade não é Marília,

⁵² Moriji Anze, imigrante que chegou no Brasil em 1914, estabelecido posteriormente na região de Araçatuba, conseguiu adquirir terras na região da Alta Paulista, levando para lá outros imigrantes e conterrâneos de sua província de origem, Fukushima. Mais informações, vide Ruoff (2010).

acho que é Echaporã. [...] tinha mais ou menos um quarteirão do Rio do Peixe até a casa que a gente morou, né. Mas pra chegar até lá, não tinha estrada, era um sacrifício danado né. Aí diz que tinha o... um que arrendou a mata. Mata virgem, né. E muitos arrendou aquela. Fizeram derrubada. Mas antes de fazer a derrubada, então não tinha onde morar, cobriu com um encerado. Aí cobriu, e ficou durante quase um ano ali, debaixo do encerado. Até que conseguiu derrubar a mata, e fazer... aprontar a roça, né. Levou um ano. [...] Aí foi que... arrendou essa mata, que arrumou o terreno, aí meu pai plantou. Plantou de tudo. Aí quando foi no meio do ano, disse que o... teve muita planta boa né, e teve plantação de algodão. Só plantou e... não teve mais trabalho nenhum. Tudo deu. Não tinha bicho. [...] . Era assim, essa mata virgem que meu pai comprou. Aí outros também fez... compraram, outros compraram, fizeram a mesma coisa do meu pai. Ficou morando ali. Ali... meu pai acho que morou seis anos, acho que uma coisa assim. Depois que ele resolveu de vir... mudou pra Flórida [Paulista]. Mudou pra Flórida, mas já não era mata virgem. (ENTREVISTADA “K”).

Os maiores interessados em adquirir as terras na região, entre 1930 e 1950 foram os descendentes de imigrantes italianos, oriundos das antigas zonas cafeeiras ao centro e ao norte do estado, bem como imigrantes japoneses e seus descendentes (TRUZZI; VOLANTE, 2021).

Os lotes vendidos, especialmente aqueles localizados na frente de expansão paulista, encontravam-se distantes dos núcleos urbanos, não contavam com infraestrutura adequada, como estradas e acessos, e geralmente ainda estavam recobertos pela mata nativa. Tal situação demandava aos imigrantes que mantivessem um espírito colaborativo, para que pudessem superar as dificuldades, estabelecendo-se nas terras que haviam adquirido. Os imigrantes compravam então lotes próximos, para que pudessem contar com o apoio dos conterrâneos, criando povoados que seriam posteriormente denominados *shokuminchi* ou colônia. Estes agrupamentos ou colônias, passaram a contar posteriormente com o suporte do governo japonês, através de aporte financeiro ou suporte técnico voltado às atividades agrícolas (VIEIRA, 1973; MITA, 1999). Conforme exposto por Gil (2007), a Alta Paulista passa a receber imigrantes de forma acentuada a partir de 1930.

Após 1924, mesmo com a suspensão dos subsídios aos imigrantes fornecidos pelo governo do estado de São Paulo, intensificaram-se as entradas de japoneses, agora amparados diretamente pelo governo do Japão que, como vimos, tornara, a partir de então, o envio de contingentes de imigrantes uma política de estado. A imigração para o Brasil intensificou-se também porque, a partir de 1923, encerrou-se o contrato de imigração para o Peru, e em 1924, suspendeu-se, completamente, a entrada de japoneses nos EUA. Isso colocou o Brasil na posição de ser um dos poucos países a continuar aceitando a entrada desses imigrantes. Tal situação estimulou o governo japonês a ampliar os investimentos voltados ao envio de emigrantes, utilizando para seu assentamento, as companhias de imigração e de colonização. Segundo Vieira (1973) alguns países latino-americanos ainda recebiam japoneses, mas em

contingentes irrelevantes, como o México, Argentina, Paraguai e Bolívia. O Brasil, além de destino para os contingentes de imigrantes, tornou-se também um mercado em potencial para o Japão fora da Ásia, o que ocasionou a reconfiguração das políticas imigratórias, refletindo-se em estímulo à continuidade dos envios de imigrantes para o Brasil.

A imigração passou, então, a ser “orientada” (SAITO, 1971; VIEIRA, 1973; SAKURAI, 2000), guiada pelas iniciativas das companhias de imigração como a *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (K. K. K. K.) ou Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A. Na Figura 81, apresenta-se um cartaz de propaganda da K. K. K. K., estimulando a emigração para o Brasil. Somando-se à K. K. K. K., estavam as companhias de colonização, que passavam a encarregar-se do planejamento e organização para o desenvolvimento de núcleos de colonização.

FIGURA 81 – Cartaz de propaganda da K. K. K. K., incentivando a emigração de japoneses para o Brasil⁵³



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa para o Brasil.

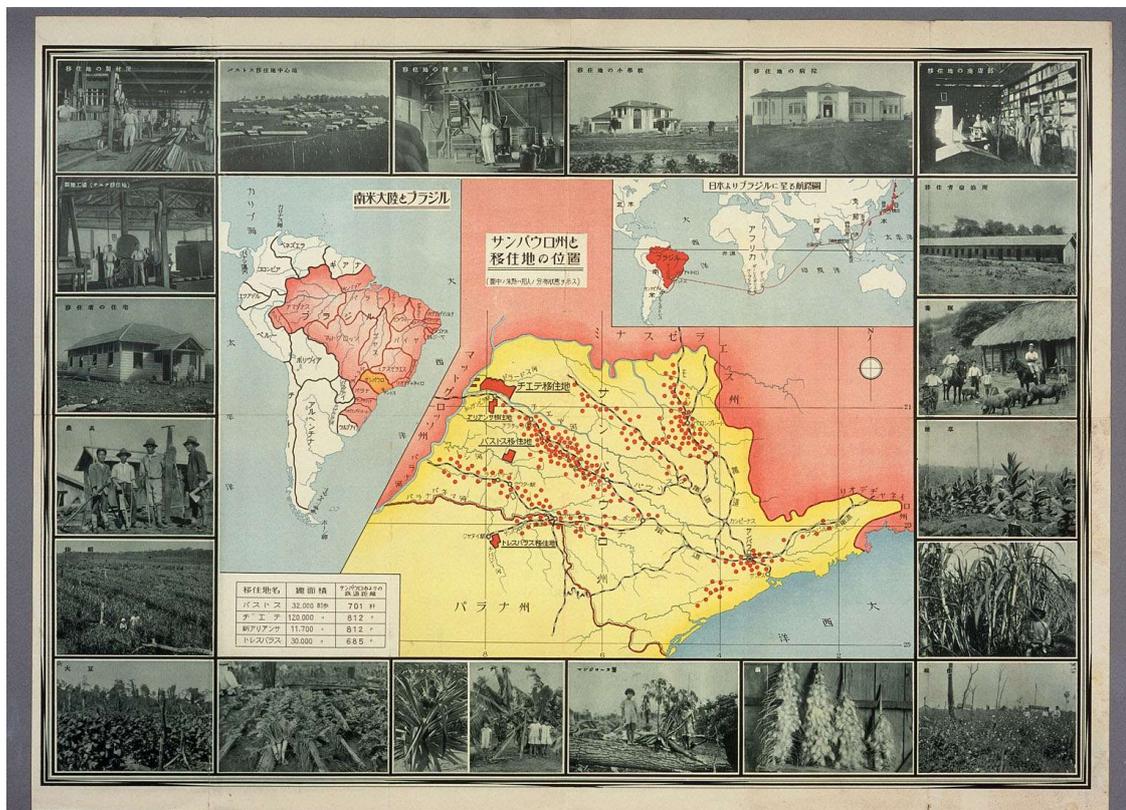
Em 1927, foi criada, a partir da Federação das Associações Ultramarinas, a Sociedade Colonizadora do Brasil ou *Burajiru Takushoku Kumiai*, conhecida popularmente como BRATAC. Tratava-se de uma empresa de economia mista, fomentada a partir de

⁵³ Em tradução livre: “Vamos agricultores, o Brasil se confraterniza. K.K.K.K., única empresa que trabalha com imigração e colonização”.

recursos fornecidos por diversas províncias japonesas e de investidores privados, que tinha como propósito o recrutamento e envio de imigrantes voltados à atividade agrícola, dando-lhes suporte, e organizando-os enquanto “colonos-proprietários”, em núcleos previamente planejados. A partir de 1928, a BRATAC iniciou suas atividades, com a aquisição de glebas de terras na frente de expansão paulista, incluindo 12.000 alqueires adquiridos na Alta Paulista. As glebas foram loteadas em propriedades de 10 alqueires, vendidas a imigrantes, tanto aqueles que chegariam diretamente do Japão para os núcleos coloniais, como para aqueles que haviam chegado anteriormente e deixavam as fazendas de produtoras de café. Além da venda das terras e organização das colônias, a BRATAC cuidava também da abertura de estradas, construção de escolas, disponibilidade de serviço médico, entre outros (VIEIRA, 1973).

A Figura 82 apresenta um folheto de propaganda, que indica a localização das colônias gerenciadas pela empresa, três no estado de São Paulo (Tietê, Aliança e Bastos) e uma no estado do Paraná (Três Barras, no município de Assaí); as demais imagens no panfleto registram as atividades desenvolvidas (beneficiamento de arroz, produção de fumo, cana-de-açúcar, algodão, sericultura etc.), e a estrutura com a qual contavam as colônias (serraria, armazém, hospedaria, casa dos colonos). A Figura 83 é um registro fotográfico da atual empresa Fiação de Seda BRATAC LTDA., localizada no município de Bastos, São Paulo, que apesar de ter herdado o nome da antiga empresa de colonização, não tem mais relação alguma com aquela.

FIGURA 82 – Panfleto da BRATAC, apresentando a localização das colônias (Tietê, Bastos, Aliança e Três Barras) no estado de São Paulo e norte do Paraná, a estrutura disponível e as atividades desenvolvidas



Fonte: National Diet Library, Japan (2009).

FIGURA 83 – Fiação de Seda BRATAC LTDA, Bastos-SP, 2022



Fonte: Registro fotográfico do autor (01/05/2022).

Segundo Vieira (1973), esta influência é bastante perceptível na frente de expansão do estado, incluindo a região da Alta Paulista, principalmente a partir de 1935, quando a produção desenvolvida nas colônias passa a ser de produtos voltados para o

mercado japonês. O governo japonês interessa-se também pelos setores comercial e industrial do Brasil, transformando-se no “principal mercado no exterior para os investimentos japoneses” (VIEIRA, 1973, p. 43).

Porém, nem sempre os imigrantes, especialmente os que já haviam chegado ao Brasil anteriormente, e que deixavam as fazendas de café, contavam com os recursos necessários para adquirir os lotes de terras. Os arrendamentos tornaram-se então um meio para obterem os recursos necessários em busca de terras próprias. O arrendamento viria a calhar também aos fazendeiros, que haviam sido afetados principalmente pela crise de 1929. A estes, o arrendamento permitia que mantivessem a propriedade de suas terras, além de receberem uma renda anual. Pelo lado dos imigrantes, o arrendamento permitia levantar recursos rapidamente, sem contar com os dispêndios necessários à aquisição de terras. Especialmente para os japoneses, esse sistema tornou-se interessante, visto que o objetivo de sua vinda era levantar recursos o mais breve possível, para então adquirir terras e, posteriormente, retornar ao Japão. O sistema de arrendamento disseminou-se principalmente na Alta Paulista e Alta Sorocabana, junto aos loteamentos (SAITO, 1971; VIEIRA, 1973).

Inicialmente, a cultura fomentada era ainda a do café, mas com a crise de 1929, e a posterior proibição, em 1932, de novos plantios dessa cultura no estado de São Paulo, fez com que arrendatários e pequenos proprietários buscassem culturas agrícolas alternativas. Na região da Alta Paulista, disseminou-se o cultivo do algodão, principalmente pelos pequenos produtores japoneses, visto que, a partir de 1935, tal produção era estimulada e financiada pelas indústrias japonesas. Esta situação perduraria até 1941, com os imigrantes japoneses da Alta Paulista “orientados para o Japão”, fosse em termos econômicos, através da produção que desenvolviam, amparados pelo capital japonês; fosse através do aspecto sociocultural, com pouca disposição para mudanças e com a identificação junto à sociedade brasileira, e a manutenção da solidariedade étnica. Tal situação seria rompida com o início da Segunda Guerra Mundial que, além da ruptura das relações diplomáticas entre Brasil e Japão, desencadeou a suspensão da chegada de novos imigrantes e a intervenção do Estado brasileiro em negócios, propriedades e direitos dos imigrantes que já estavam em terras brasileiras (SAITO, 1971; VIEIRA, 1973; HANDA, 1987; SAKURAI, 2000).

Vieira (1973) argumenta que a ocupação da região da Alta Paulista pelos japoneses está diretamente atrelada aos motivos anteriores que os levaram a migrar: “[...] esse primeiro estágio influencia largamente os estágios subsequentes, na medida em que decide a orientação do imigrante e o seu grau de prontidão em aceitar mudanças” (EISENSTADT, 1954 *apud* VIEIRA, 1973, p. 73). A predisposição em mudar, em acatar novos elementos

socioculturais, ainda segundo a autora, estavam muito mais evidentes nos descendentes ou segunda geração dos imigrantes, os nisseis. Diferentemente de seus pais, os isseis (primeira geração), os nisseis buscavam ampliar as relações com a sociedade brasileira, bem como sua identificação, já que haviam nascido em terras brasileiras, e cujos propósitos de vida eram diferentes daquilo que era buscado pelos seus pais. Ainda que houvesse problemas semelhantes compartilhados por ambas as gerações, era inerente aos *isseis* valer-se de sua posição geracional. Outro elemento que compõe a dinâmica da ocupação e da distribuição populacional japonesa no estado de São Paulo, são os imigrantes do pós-guerra, chamados pela comunidade de “Japão-novo”.

Aquela época, terminou... guerra. Quando terminou, oito ano eu tinha. Então nada boa, viver [...] então, aí o nosso amigo, amigo não, conhecido, bem conhecido, “nós... bom pra ir no Brasil, porque não ta boa Japão, agora, momento, então quem vai?”. Aí chama Anze, Anze-sam. Então ele já tinha pessoa no Brasil, parente, então isso que... quer dizer, que arrumou assim, só que tem que ser família, três pessoa, pra poder puxar enxada. Então, por isso que eu entrei na da minha irmã. Irmã casada, aí eu entrei, puxar enxada, três enxada precisa né? (ENTREVISTADA “J.S.”).

Tais imigrantes carregavam consigo elementos socioculturais que haviam sido incorporados à sociedade japonesa, durante e depois do conflito. Passados praticamente dez anos desde a interrupção dos fluxos de imigrantes e a chegada destes novos contingentes, muitos elementos haviam se modificado, o que gerava sentimentos controversos por parte da população *Nikkei* que já estava estabelecida. Os principais elementos apontados pela comunidade eram as mudanças na educação, nos costumes e no “espírito japonês”. O conflito com os novos imigrantes, segundo Vieira (1973), ocorria principalmente pelos nisseis, que possuíam maior grau de identificação com a sociedade brasileira, e que buscavam, de certa maneira, afastarem-se do que representava o “ser japonês”. Os novos imigrantes, dessa forma, significariam o “retorno” dos costumes e valores das pessoas antigas. Esse sentimento de repulsa era menos evidente nos isseis, que apesar da desconfiança e do sentimento que os “Japão-novo” não tinham mais os costumes e tradições de antigamente, visualizavam nestes o Japão para o qual pretendiam retornar.

É neste sentido que a autora aponta para uma discussão fundamental para compreender a comunidade *Nikkei*, e sua distribuição pelo estado de São Paulo. Em termos de espacialidade, prevalecendo o interesse inicial dos imigrantes, de manterem-se relacionados aos seus conterrâneos, ou pretendendo o mínimo contato possível com a sociedade e os costumes brasileiros, faz com que mesmo grupos distantes, como o exemplo usado pela autora, do grupo de japoneses da Alta Paulista em relação ao grupo de imigrantes

que habita o Vale do Paraíba, que estariam “mais próximos” entre si, do que esses grupos em relação aos brasileiros dessas regiões (VIEIRA, 1973). Tais afirmações ilustram aquilo que foi demonstrado no Capítulo 4 deste trabalho, que buscou apresentar através de representações gráficas e técnicas para verificação da distribuição espacial da população, a concentração dos grupos de japoneses em determinadas regiões do estado, especialmente na região do extremo-oeste de São Paulo. Diversos elementos corroboraram essa distribuição pelo estado, como os problemas econômicos e produtivos das regiões pioneiras do café, o interesse em expandir as fronteiras agrícolas, a demanda por melhores condições de trabalho, o sentimento comunitário e de suporte fornecido pelos agrupamentos de imigrantes e o interesse de capitais e do governo japonês em estimular a chegada e o desenvolvimento econômico dos imigrantes.

O “tempo”, para Vieira (1973), também é um aspecto preponderante na compreensão da presença dos japoneses, e o que diferencia, neste sentido, os imigrantes localizados na Alta Paulista, em relação aos de outras regiões. Segundo a autora, para os imigrantes que buscavam manter-se restritos à comunidade japonesa, ou com o menor contato exterior possível, “há uma continuidade preservada entre o presente e o passado” (VIEIRA, 1973, p. 91), que estão interligados e projetam um futuro “progressivamente cíclico”. Tal pensamento era recorrente nos isseis. Por outro lado, para os nisseis que buscavam integrar-se à sociedade brasileira, e romper com o isolamento sociocultural, ainda que mantendo certos aspectos particulares à comunidade, estes observavam uma estrutura temporal que a autora chama de “estruturalmente linear”.

[...] O pensamento dos velhos era que os pais trabalhavam para os filhos, faziam todos os sacrifícios, mas depois os filhos pagavam cuidando dos pais. O benefício que eles faziam era retribuído na velhice. [...] O pensamento agora parece ser outro: o que os pais fizeram é retribuído dando melhores oportunidades para os filhos. Assim, por exemplo, o que meu pai fez para mim, eu retribuo dando uma vida melhor para o meu filho, e ele para o filho dele (VIEIRA, 1973, p. 92).

É importante compreender essa dicotomia acerca da noção do tempo e espaço, pois, como fora observado por esta e por outros autores (SAITO, 1971; VIEIRA, 1973; NOGUEIRA, 1984; HANDA, 1987), essas dimensões estão atreladas ao processo de “absorção” ou integração dos imigrantes à sociedade receptora, de acordo com a orientação tomada pelos membros da comunidade Nikkei, e isso se reflete também na Alta Paulista, visto que a comunidade ali presente, recorrentemente fora vista como uma parcela bastante fechada, pois declinavam do contato com o meio urbano, mantendo os laços comunitários com seus conterrâneos e buscando manter fortalecidos os “valores japoneses”:

Um dos nissei, membro da diretoria de uma das associações japonesas de nissei e que veio da região da Noroeste (Araçatuba) apontou que quando veio para Marília estranhou, “pois os japoneses da Noroeste estão mais ocidentalizados. Em Marília são muito mais japoneses, os próprios nissei são mais japoneses [...]”. (VIEIRA, 1973, p. 91).

Truzzi e Volante (2021), inspirados por Gribaudi (1987), referem-se a este processo, que entrelaça os aspectos físico-espaciais e temporais, como “características intergeracionais”, ou seja, são parte de um processo vivenciado por gerações que se sucedem, e que interferem nas trajetórias presentes na dinâmica migratória.

Evidencia-se assim, a correlação entre a dinâmica da ocupação territorial e os aspectos relacionados à distribuição espacial e à temporalidade, que se tornaram fundamentais à presença dos imigrantes japoneses e seus descendentes na região, e trouxeram a ela características específicas, dados os diversos condicionantes que fomentaram sua configuração e ocupação.

Elementos como a imigração planejada e fomentada pelo Japão, a produção direcionada às demandas e aos anseios de seu país de origem, bem como os investimentos por parte das empresas japonesas, atuando em conjunto, impulsionaram a entrada dos imigrantes na região da Alta Paulista.

A situação dos imigrantes com relação à permanência na região, ao contato com o meio urbano e à produção voltada aos interesses do Japão, mudaria a partir do início da Segunda Guerra Mundial. As cidades da região passaram a ser procuradas, visando a aquisição de novos patrimônios e as oportunidades que o meio urbano poderia fornecer, como a abertura de comércios, oficinas e corretagem de terras. Soma-se a isso a intensão dos nisseis de ampliarem sua integração com a comunidade brasileira local. Isso fez com que o número de famílias nas zonas urbanas crescesse gradativamente (SAITO, 1971; VIEIRA, 1973).

Com o início da Segunda Guerra, os principais cultivos desenvolvidos pelos imigrantes e descendentes, como o algodão, o bicho-da-seda e a menta, começaram a gerar conflitos, interna e externamente à comunidade. Produtos como a seda e a menta eram exportados para os EUA, o que criava nos produtores imigrantes o sentimento de estarem auxiliando o inimigo. Da mesma maneira, a produção de algodão e arroz, que eram direcionados ao mercado interno, também estariam ajudando outro inimigo, que era o Brasil (VIEIRA, 1973). Ainda que a produção fosse enxergada por muitos como simplesmente uma maneira de sobreviver, havia o grupo dos que tratavam esses produtores como traidores, aliados aos inimigos. Foram recorrentes os atentados, que tinham como objetivo destruir ou queimar plantações e culturas daqueles que eram relutantes a abandonarem tais atividades.

Surgem e intensificam-se neste período as ações de grupos que negavam a derrota japonesa, com grande presença especialmente na região da Alta Paulista, sendo o grupo principal e mais conhecido, a *Shindo Renmei*⁵⁴ (a Liga do Caminho dos Súditos) (HANDA, 1987).

A comunidade Nikkei enfrentou ainda muitos abusos e contravenções por parte das autoridades policiais, especialmente na região, quando os imigrantes e seus descendentes foram impedidos de circular, de se reunirem e de se comunicarem em japonês. Por vezes, foram obrigados a pagar propinas e tiveram bens apreendidos, isso quando não eram presos por reunirem-se ou terem acesso a rádios e meios de comunicação; ou caso descumprissem qualquer determinação que, por vezes, nem mesmo tinham ciência, já que eram brasileiros, como os imigrantes de segunda ou terceira gerações; ou no caso dos imigrantes de primeira geração, por não falarem o português (VIEIRA, 1973; HANDA, 1987; OCADA 2002a).

[...] Ai estourou a guerra, enquanto a gente tava morando ali. Nossa, era um castigo. Faltou tudo, né. Ia fazer compra, não tinha nada. Ai meu pai ia em Marília, falava em japonês, a polícia pegava ele, levava na delegacia, e queria punhar ele na cadeia. Meu pai não tinha culpa de nada, né. Ai eles soltava ele.
(ENTREVISTADA “K”).

[...] Bom, primeira coisa que eles tomaram: máquina fotográfica, espada, revolver, espingarda. Depois veio tomar... levaram [...] essas coisa. Começou a pegar dinheiro, mas... ai levantou... autossuficiência, cada um produz o que come, família, arroz, pra não faltar. [Precisava de] Salvo-conduto. Saía de Penápolis. Longe. Quando chegamo aqui, ainda precisou, não sei o que, um cara de olho assim, meio azulado, era salvo-conduto mesmo. Que nada! É assim mesmo. (ENTREVISTADO “N.U.”).

Isso influenciou inclusive o desaparecimento da distinção, interna à comunidade, entre o “japonês do campo e o japonês da cidade”. O que havia agora eram os “vitoristas” *versus* “esclarecidos”, ou aqueles que acreditavam na vitória japonesa, contra os que aceitavam a derrota. Foram diversos os eventos de ataques e conflitos ocorridos na região da Alta Paulista. Somente entre 1946 e 1947, foram identificados nove casos em Bastos, quatro em Bilac, quatro em Braúna, três em Marília, três em Osvaldo Cruz, três em Cafelândia, dois em Tupã, um em Getulina, um em Lucélia, entre outros, num total de cerca de 45 eventos relacionados à ação da *Shindo Renmei* neste período (incluindo-se outras regiões do estado) (MIYAO; YAMASHIRO, 1992).

⁵⁴ A *Shindo Renmei* tornou-se a mais conhecida das organizações de imigrantes japoneses, residentes no Brasil (houve também, por exemplo, a *Seinen Aikoku Undô*- Movimento Patriótico da Mocidade; e a *Tenchugumi* – Grupo de Castigo Celeste), que orientadas por um pensamento militarista e de extremo ufanismo, eclodiram no Brasil após a declaração de guerra aos países do Eixo, e recusavam-se a reconhecer a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial. Tais organizações promoveram ataques e atentados contra seus compatriotas opositores (derrotistas), além de produzirem informações e notícias falsas, que apresentavam o Japão como vencedor do conflito (SAITO, 1961; MIYAO; YAMASHIRO, 1992; HANDA, 1987).

Aquilo ali, quando eu tava em Aliança ainda, quarenta e pouco, em plena guerra. Bom, o que a gente lembra, hoje, o mal foi desinformação da colônia. Cortou jornal, né, cortou rádio, cortou reunião. Não podia agrupar. Quer dizer, ficou sem informação. Informação da cabeça, particular. E aquele “espírito japonês” antigo, meio militarista, sabe, à direita mesmo, hoje, falando em política, à direita, [...] império, mas... era direita mesmo, e: “aquele japonês ta falando mal do Japão, tem que matar!”. Ai tinha um rapaz, que chegava em casa era duas hora da madrugada. Batia a porta e minha mãe falava: “Eita, chegou homem”. Falava pro pai: “É da turma do Shindo Renmei”. [...] Ai meu pai falava: “vamo manerando, vão lavando o pé disso aí, porque não vai dar certo não” – “é, mas Japão não perdeu a guerra, Japão ganhou a guerra” – “Essa é informação de vocês, deixa isso, não toca no assunto não. Se cada um trabalhar é melhor, não vai atrás disso aí”. Ai tinha [...] em Osvaldo Cruz, Tupã, Bastos, Marília, né. Ali era um, Pereira Barreto outro. (ENTREVISTADO “N.U.”).

Passado o período de conflito e com a retomada dos fluxos imigratórios, associações de japoneses, amparadas pelas províncias e pelo governo do Japão, somando-se a iniciativas dos imigrantes, descendentes e do governo de São Paulo, passaram a desenvolver ações que tinham como propósito unir a comunidade de imigrantes e descendentes, e já na década de 1950, os conflitos internos à comunidade praticamente desapareceram (NAKASUMI; YAMASHIRO, 1992).

A ocupação dos imigrantes e descendentes na Alta Paulista havia se consolidado, mas com o avanço da produção, as terras foram tornando-se escassas e improdutivas, levando posteriormente grandes contingentes, no caso da população Nikkei, especialmente descendentes de segunda e terceira geração, a rumarem para a capital do estado e suas imediações, buscando novas atividades, principalmente nos núcleos urbanos (SAITO, 1971; TRUZZI; VOLANTE, 2021). Isso fica evidenciado a partir também do que foi apresentado no Capítulo 4 deste trabalho, sobre as origens e destinos dos movimentos dos imigrantes e seus descendentes, bem como a intensidade dos movimentos no estado de São Paulo. A análise apresentada neste Capítulo, acerca do surgimento e do contexto vivenciado pelos imigrantes na Alta Paulista, figura no período entre as décadas de 1930 ao início dos anos 1970⁵⁵.

Ainda assim, cabe notar que, após a intensa ocupação, a partir da década de 1940, a grande produtividade das terras nos anos iniciais foi esvaindo-se, em decorrência da intensa exploração e pouco conhecimento técnico por parte dos produtores. Como a Alta Paulista era uma região estritamente caracterizada pela produção agrícola, começou a perder grandes contingentes populacionais que se dirigiram, em busca de melhores oportunidades, para novos polos industriais, como a região de Campinas, Jundiaí e São Paulo. A falta de competitividade local, por ser uma região pouco dinâmica, somando-se a fatores desfavoráveis, como solo

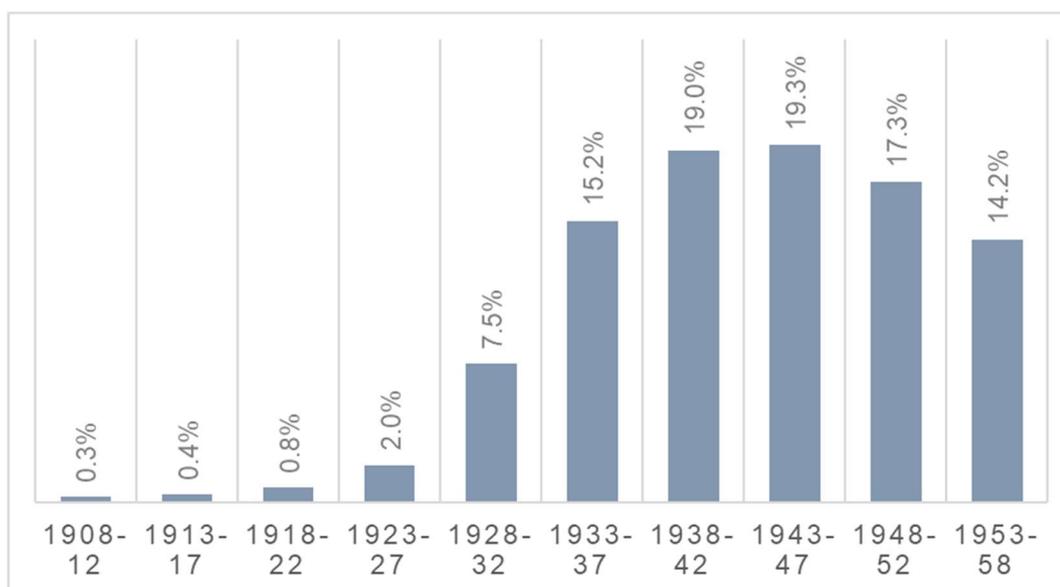
⁵⁵ Períodos posteriores não foram abordados nas análises, pois a referência utilizada é o período que abrange as entradas de fluxos imigratórios de japoneses no Brasil que, como apontado anteriormente, já nos anos 1960, eram bastante escassos.

pouco fértil, longos períodos de estiagem e grande distância dos principais polos consumidores, fez com que houvesse desvalorização das terras e propriedades, despertando interesse de empresários do setor sucroalcooleiro; e a substituição da agricultura pelas pastagens voltadas à pecuária, que têm favorecido a concentração fundiária (VIEIRA, 1973; GIL; FERNANDES, 2005).

Outro ponto que trouxe alterações na dinâmica da região foi a implantação de presídios nos municípios da região, principalmente após a desativação do complexo penitenciário do Carandiru, em 2002, na cidade de São Paulo, e das antigas FEBEM (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor), atual Fundação CASA (Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente). Este fato tem gerado discussões em relação aos impactos na segurança da região, e se, de fato, tem colaborado para o desenvolvimento da região, como por exemplo, na geração de empregos, ainda que a criação dos presídios tenha contribuído para aproximar a região do poder executivo estadual, através da concessão de compensações para os municípios e para a região, tal como a duplicação de trechos da principal rodovia que atende a região, a SP-294 e a construção da ponte que liga os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, atravessando o Rio Paraná, no município de Paulicéia (GIL; FERNANDES, 2005).

Em relação à população de imigrantes e descendentes de japoneses, ainda hoje, os municípios que compõe a Alta Paulista contam com uma das mais significativas concentrações no estado de São Paulo (PEREIRA; OLIVEIRA, 2008). A região da chegou a concentrar 19,3% do total de imigrantes, no período de sua chegada à região, ocorrida entre 1943 e 1947 (Gráfico 7). Considerando a Alta Paulista e a região Noroeste de São Paulo, estas chegam a somar cerca de 50% do total de imigrantes japoneses no Brasil, nos períodos de chegada ocorridos entre 1933-37 e 1938-42.

GRÁFICO 7 – Distribuição do percentual de população de imigrantes japoneses da Alta Paulista, em relação ao total de imigrantes japoneses no período considerado



Fonte: Suzuki (1964).

Visto que a região da Alta Paulista concentrou percentuais relevantes de imigrantes japoneses, principalmente a partir da segunda metade da década de 1930, observou-se que esta região concentra, ainda atualmente, um percentual significativo de população autodeclarada como sendo de raça/cor “amarela”, segundo o Censo Demográfico de 2010, mesmo que esta população não esteja mais atrelada, como em períodos anteriores, quase que exclusivamente aos imigrantes e descendentes de japoneses, contando com já com imigrantes asiáticos de outras origens, dentre as quais, chineses e coreanos.

O propósito de utilização dos dados referentes à população de raça/cor “amarela”, em 2010, foi fornecer um panorama da situação desta população, já que não há informações disponíveis sobre as origens étnicas, captadas no Censo Demográfico. Embora considerando-se que tais informações possam ter maior proximidade com a realidade até o início dos anos 1960 (SUZUKI, 1969; PETRUCCELLI, 2013) – visto que praticamente não houve entradas de outras etnias com origem no extremo-leste asiático, ou então tratava-se de contingentes muito pequenos -, as informações do Censo de 2010 permitem visualizar a distribuição dessa população no território brasileiro, ainda que se considere suas várias limitações (ANJOS, 2013).

A Tabela 10 mostra um comparativo da presença da população classificada como de raça/cor “amarela”, recenseada pelo IBGE (2010) em relação à população total, no Brasil, no estado de São Paulo e nos municípios que pertencem à Alta Paulista. Nesta região, o percentual da população raça/cor amarela é de 2,5%, superior aos valores encontrados no

Brasil e no estado de São Paulo. Destacam-se os municípios de Bastos (com 11,3% da população da raça/cor amarela) e Parapuã (com 6,4% da população da raça/cor amarela).

TABELA 10 – População total e “amarela” segundo Censo IBGE (2010) – Brasil, Estado de São Paulo e Municípios da Alta Paulista

	Total	Amarela	% Amarela em Relação ao Total
Brasil	190.755.799	2.084.288	1,1
Estado de São Paulo	41.262.199	558.354	1,4
Alta Paulista	370.525	9.271	2,5
Adamantina	33.797	871	2,6
Arco-Íris	1.925	14	0,7
Bastos	20.445	2.310	11,3
Dracena	43.258	1.026	2,4
Flora Rica	1.752	14	0,8
Flórida Paulista	12.848	169	1,3
Herculândia	8.696	88	1,0
Iacri	6.419	159	2,5
Inúbia Paulista	3.630	51	1,4
Irapuru	7.789	214	2,7
Junqueirópolis	18.726	416	2,2
Lucélia	19.882	285	1,4
Mariápolis	3.916	34	0,9
Monte Castelo	4.063	32	0,8
Nova Guataporanga	2.177	9	0,4
Oswaldo Cruz	30.917	539	1,7
Ouro Verde	7.800	40	0,5
Pacaembu	13.226	401	3,0
Panorama	14.583	115	0,8
Parapuã	2.844	182	6,4
Paulicéia	6.339	64	1,0
Pracinha	2.858	12	0,4
Queiroz	2.808	13	0,5
Rinópolis	9.935	143	1,4
Sagres	2.395	21	0,9
Salmourão	4.818	34	0,7
Santa Mercedes	2.831	49	1,7
São João do Pau D'Alho	2.103	16	0,8
Tupã	63.476	1.744	2,7
Tupi Paulista	14.269	206	1,4

Fonte: IBGE (Censo Demográfico – SIDRA, 2010). Elaborado pelo autor.

Há autores (SAITO, 1971; VIEIRA, 1973; GIL; FERNANDES, 2005; TRUZZI; VOLANTE, 2021) que apontam que a presença, mesmo atualmente, de imigrantes e descendentes nessas áreas, ainda que bem menor em relação ao que fora em períodos

anteriores, decorrem das ações “pioneiras” na exploração desses espaços. A ocupação e identificação com o local, “que ajudaram a construir”, e onde muitos fincaram suas raízes definitivas, estão atreladas à permanência dos indivíduos e de suas famílias. Segundo Truzzi e Volante (2021, p. 30), “redes de solidariedade, associativismo e mesmo a presença de lideranças locais acabaram – mais para alguns grupos do que para outros – produzindo seus efeitos sobre a implantação das famílias no território paulista”. Tal cenário fica evidenciado especialmente quando se observa a população de japoneses imigrantes e seus descendentes.

Excetuando-se a região do município de São Paulo e suas cercanias (cuja ocupação ocorreu em função das atividades desenvolvidas no meio urbano), as regiões da Alta Paulista, Noroeste, Sorocabana e Litoral contam com grande presença e com a influência cultural dos imigrantes e descendentes de japoneses. Tais considerações remetem ao que foi discutido no Capítulo 1 deste trabalho, em torno dos conceitos de território e territorialidade (HAESBAERT, 2007), que buscam enfatizar a sua existência simultânea, mediada por elementos históricos e simbólicos, enquanto fomentadores dos espaços ocupados e dos vínculos estabelecidos pelas populações que os ocupam. Dessa maneira, as informações apresentadas permitem compreender a importância da região da Alta Paulista em relação à presença da comunidade Nikkei, e porque é fundamental ter conhecimento retrospectivo de ocupação e da distribuição espacial desta população na região, considerando-se todo o movimento histórico da imigração japonesa para o Brasil, e especialmente para o estado de São Paulo.

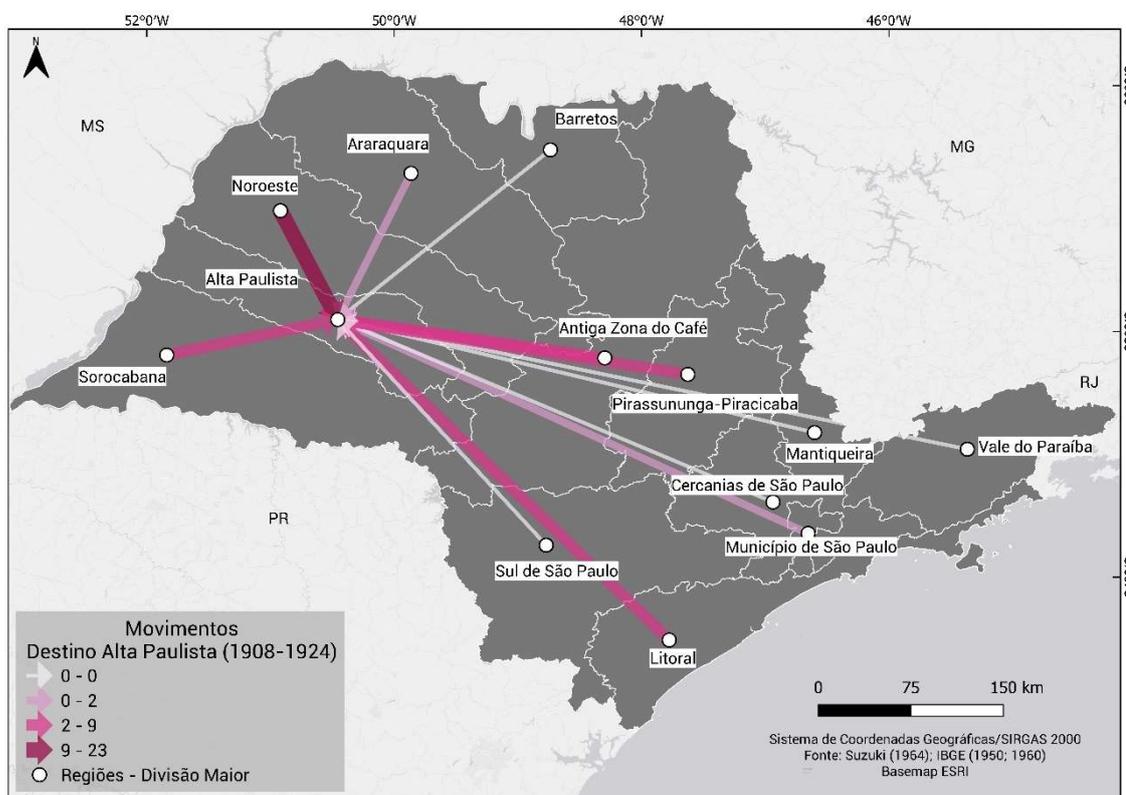
Como visto anteriormente, os movimentos realizados pelos imigrantes foram intensos desde sua chegada até o início dos anos 1960, e a região da Alta Paulista foi, notadamente, uma das regiões de maior importância neste sentido, tanto pelo recebimento quanto pelo envio de grandes contingentes de imigrantes. Após observar os movimentos entre todas as regiões, procurou-se explorar os movimentos que partiram e chegaram especificamente à Alta Paulista.

Como mencionado, o parâmetro para as análises aqui apresentadas foram os estudos desenvolvidos por Suzuki (1969), a partir dos dados obtidos junto ao Censo da Colônia (SUZUKI, 1964). A divisão territorial proposta, que considera eixos ferroviários, cidades e regiões de importância política e econômica, para o período analisado (de 1908 a 1958), explora a direção e a intensidade dos movimentos realizados pelos imigrantes e seus descendentes.

Na Figura 84, estão apresentados os movimentos de entrada na região, ou seja, tendo a Alta Paulista como destino, durante o primeiro período da imigração japonesa para o

Brasil, entre 1908 e 1924. Considerando a divisão territorial proposta por Suzuki (1964), o que se verifica é o pequeno número de deslocamentos de imigrantes e descendentes para a região. Tal cenário se justifica, de acordo com o que foi apontado anteriormente, pelo fato de que os imigrantes, durante o referido período, tenham sido direcionados, primeiramente, para Antiga Zona do Café (Região de Ribeirão Preto), encaminhando-se posteriormente para a Região Noroeste. Há que se considerar ainda que a ocupação da região se daria somente a partir dos anos 1930, por fazendeiros e imigrantes europeus.

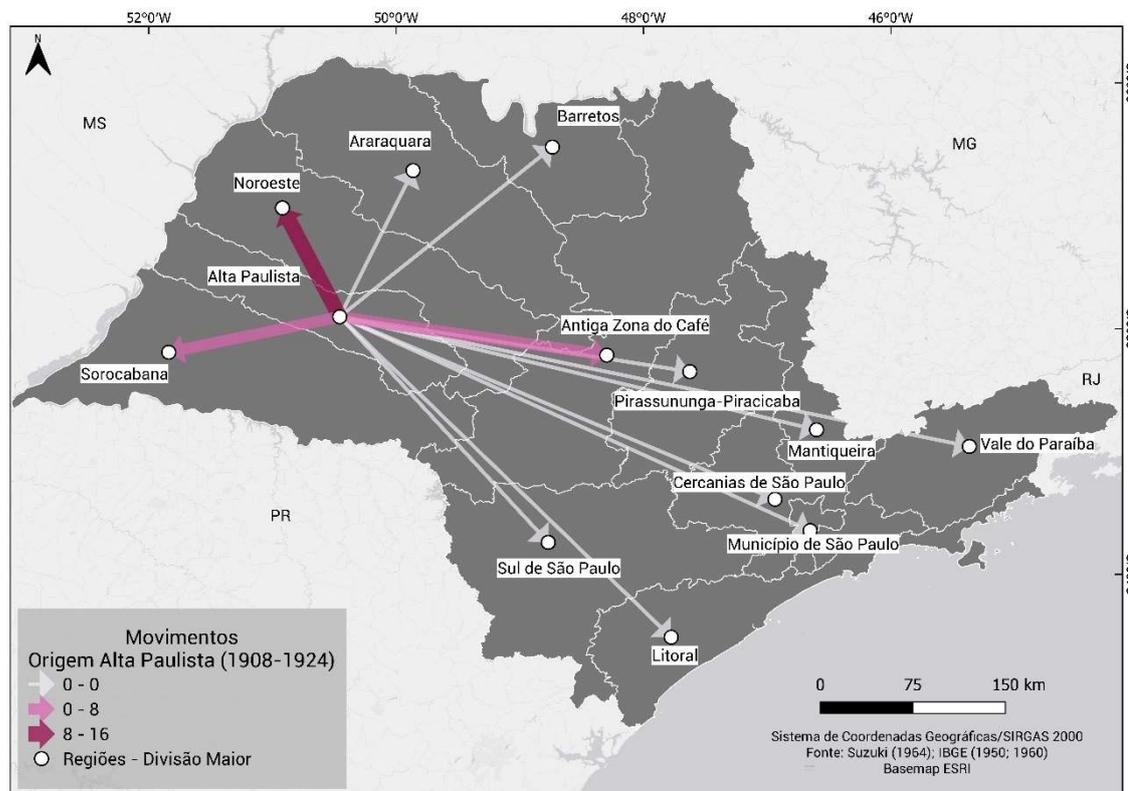
FIGURA 84 – Movimentos de imigrantes japoneses e descendentes com destino à região da Alta Paulista entre 1908 e 1924



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

De modo semelhante às entradas na região, os movimentos com origem na Alta Paulista, tendo como destino as outras regiões do estado de São Paulo, no período entre 1908 e 1924 são muito poucos (Figura 85). Considerando-se o pequeno número de municípios (ainda que estes contassem com extensos territórios) (BASSANEZI; TRUZZI, 2008) e o vasto território de florestas ainda inexploradas em todo o setor oeste do estado de São Paulo neste período, pode-se supor que esses movimentos foram dirigidos aos núcleos urbanos regionais de maior relevância.

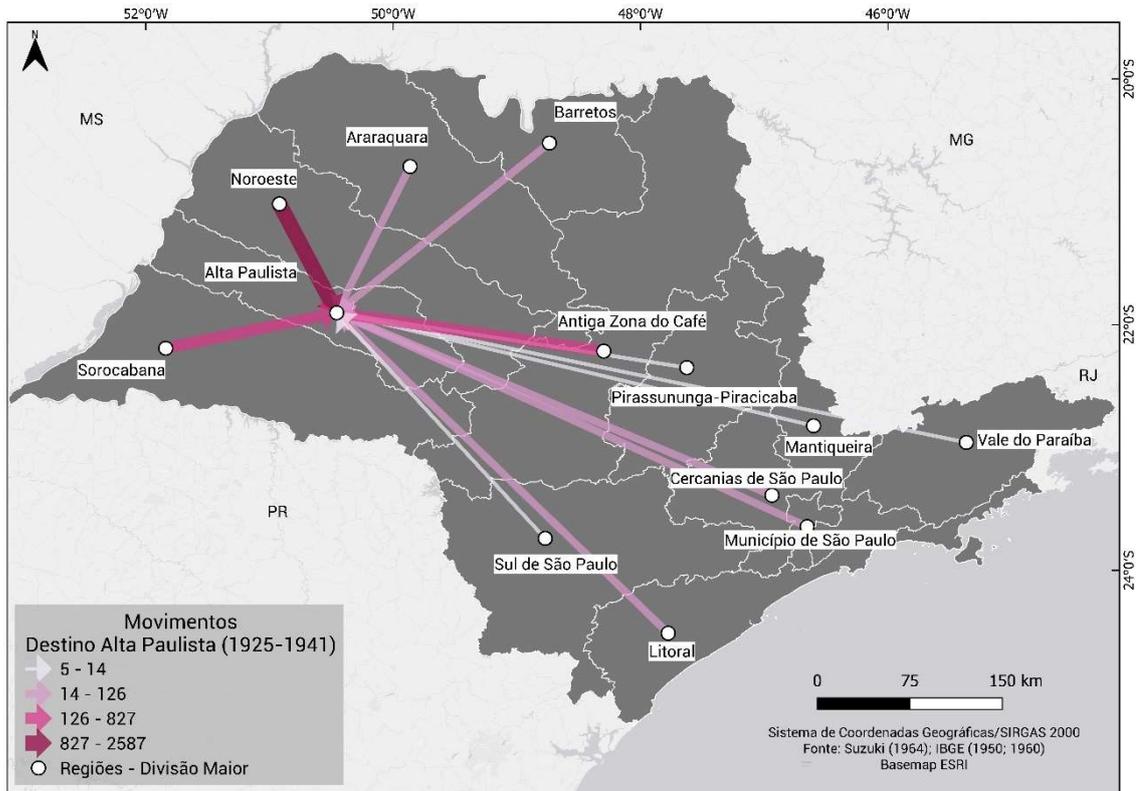
FIGURA 85 – Movimentos de imigrantes japoneses e descendentes com origem na região da Alta Paulista entre 1908 e 1924



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

No período seguinte, entre 1925 e 1941 (Figura 86), quando se deu o ápice dos movimentos em direção à região, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1930, o que se verifica são os intensos movimentos com origem na região Noroeste, Sorocabana e na Antiga Zona do Café, que se dirigiam para a Alta Paulista. Este cenário corrobora as informações apresentadas de que, com o particionamento de grandes fazendas e glebas de terra na região, muitos imigrantes foram atraídos pela possibilidade de terem sua própria produção, ainda mais em um contexto de estímulos promovidos pelas empresas de colonização japonesas, que tinham interesse em expandir seus negócios no país. Os imigrantes que haviam se encaminhado principalmente para a região Noroeste, após deixarem as fazendas na região da Antiga Zona do Café, partiam agora em direção às novas possibilidades, potencialmente encontradas na Alta Paulista.

FIGURA 86 – Movimentos de imigrantes japoneses e descendentes com destino à região da Alta Paulista entre 1925 e 1941

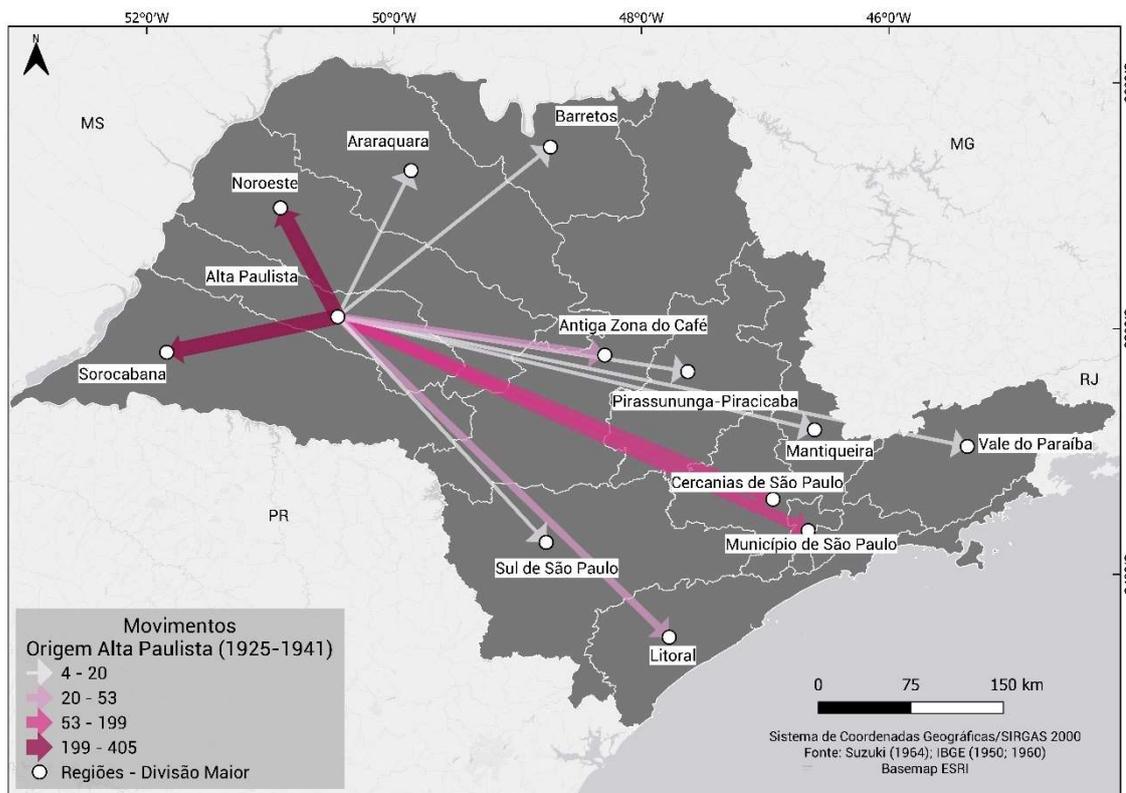


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

A Figura 87 aponta os movimentos originários da Alta Paulista em direção às outras regiões de São Paulo, entre 1925 e 1941. O que se verifica, comparando-se esta e a imagem anterior, é que os movimentos de entrada eram bastante superiores aos movimentos de saída da região: os movimentos mais intensos de entradas na região chegam a ocorrer seis vezes mais que os movimentos de saída. Entretanto, pode-se observar que há trocas entre as regiões mais próximas, como a Noroeste e a Sorocabana, e movimentos que começam a se dirigir para o município de São Paulo e suas Cercanias.

A partir de então, com o início da guerra, a interrupção da entrada de novos fluxos de imigrantes japoneses no país, os problemas relacionados à queda na produção e empobrecimento do solo, somados a outros problemas de ordem econômica e social, modificam a relação desta população com a região.

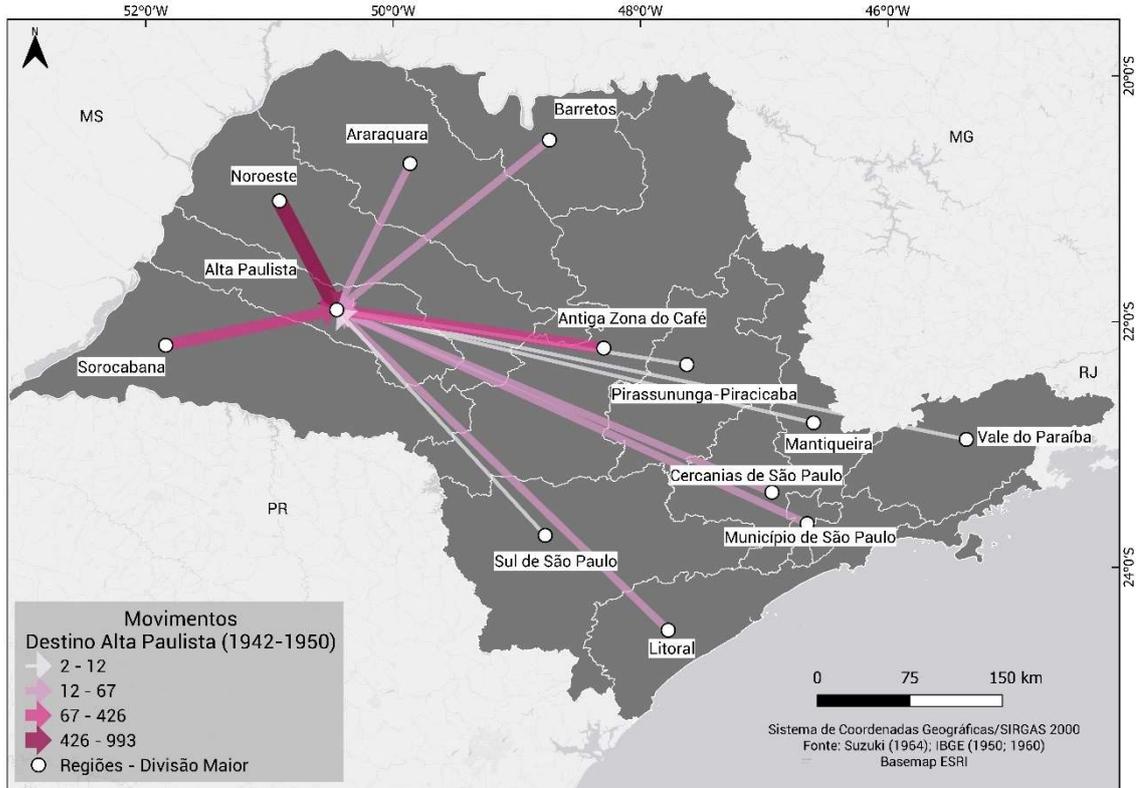
FIGURA 87 – Movimentos de imigrantes japoneses e descendentes com origem na região da Alta Paulista entre 1925 e 1941



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

No período que vai da ruptura das relações diplomáticas com o Japão, da declaração de guerra aos países do Eixo (1942), até o término do conflito (1945), a retomada das relações diplomáticas (1951) e dos fluxos de imigrantes para o Brasil (1952), os movimentos de imigrantes entre as regiões de São Paulo continuaram, ainda que com diversas restrições e a exigência de salvos-condutos para a circulação. Neste período, vê-se uma queda drástica nos movimentos em direção à Alta Paulista, mesmo aqueles partidos de regiões próximas e que mantiveram a tendência verificada no período anterior (Figura 88). Além dos problemas relacionados à Segunda Guerra e imediatamente após o seu término, já havia também, como dito anteriormente, os problemas relacionados à deterioração do solo e da queda na produtividade da região, que desestimulavam os movimentos em direção à Alta Paulista.

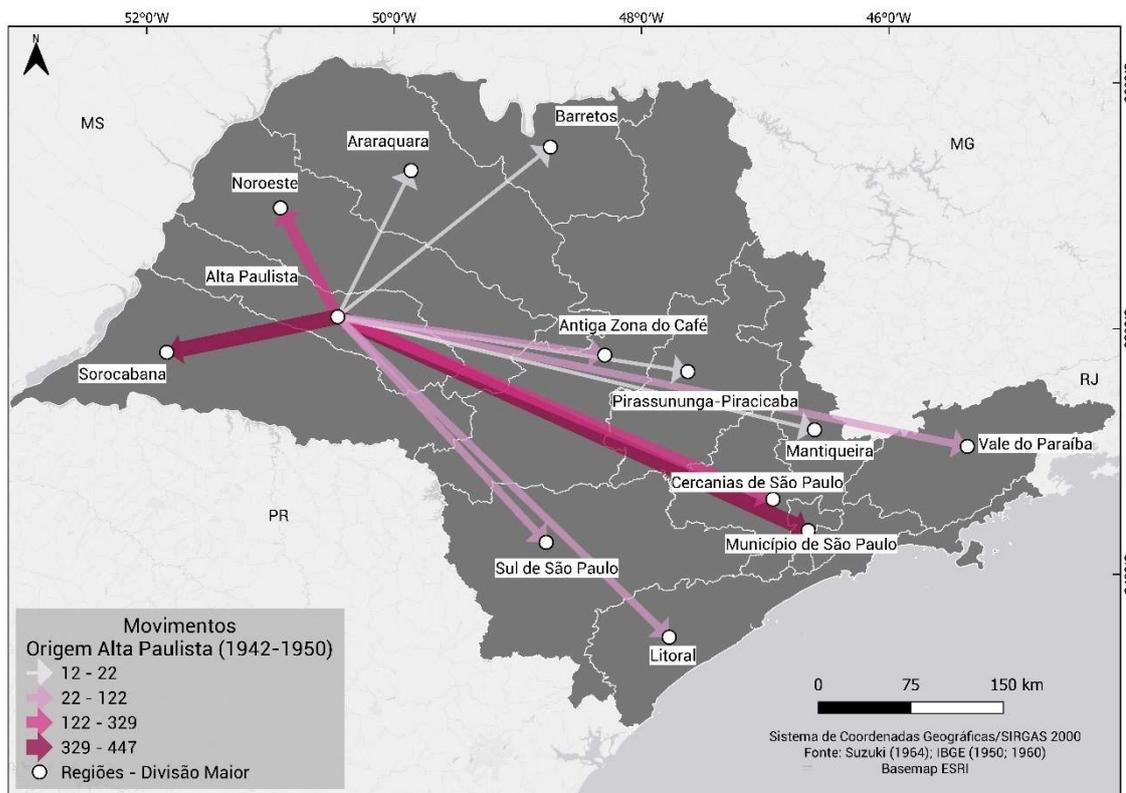
FIGURA 88 – Movimentos de imigrantes japoneses e descendentes com destino à região da Alta Paulista entre 1942 e 1950



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

Por sua vez, entre 1942 e 1950 (Figura 89), aumentam os movimentos que deixam a Alta Paulista, e partem em direção à região da Sorocabana e, principalmente, para a cidade de São Paulo. Neste cenário de grandes dificuldades, muitos imigrantes passaram a recorrer às atividades urbanas, fortalecidas pela introdução da industrialização no país, abandonando a vida no campo; ou então rumam a novas áreas a serem exploradas, especialmente o norte do estado do Paraná e Mato Grosso (que posteriormente se tornaria Mato Grosso do Sul).

FIGURA 89 – Movimentos de imigrantes japoneses e descendentes com origem na região da Alta Paulista entre 1942 e 1950

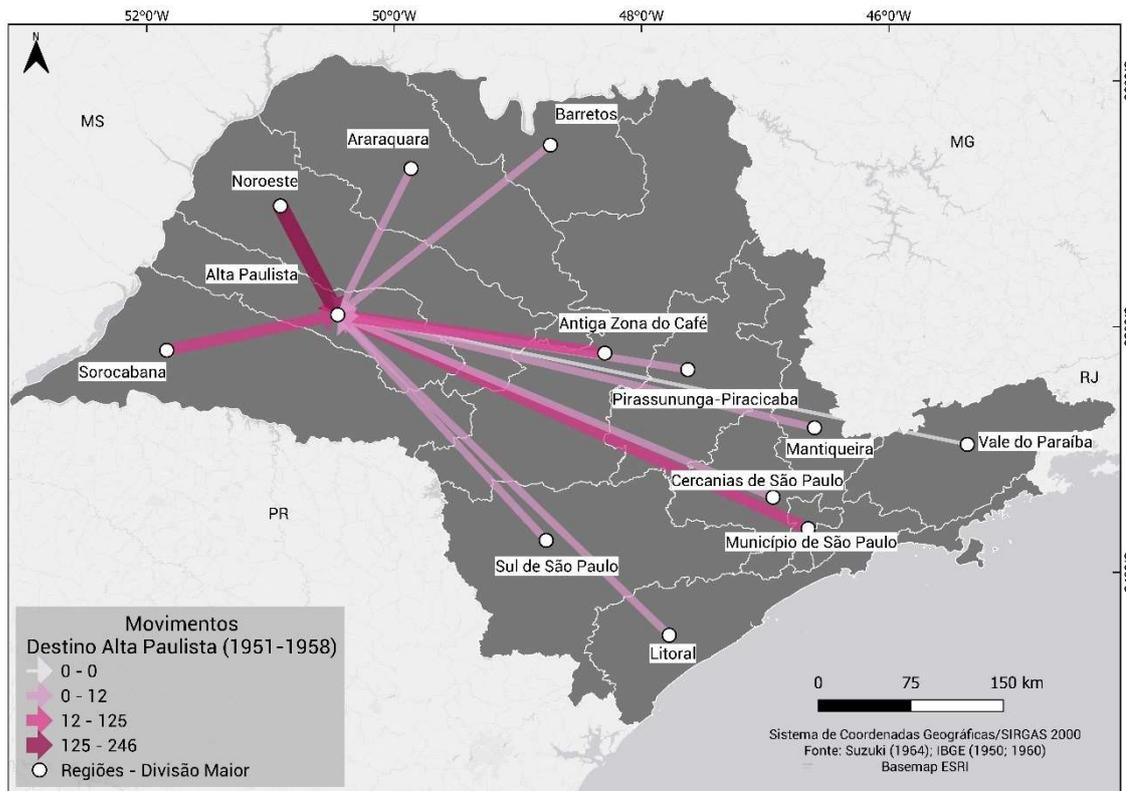


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

No último período, captado pelo Censo da Colônia, o que se observa é que houve drástica redução dos movimentos em direção à Alta Paulista (Figura 90). Nas informações apresentadas, não estão considerados os movimentos de imigrantes chegados diretamente do Japão (SUZUKI, 1969), mas somente os movimentos daqueles que partiam de outras regiões do estado e que já residiam no Brasil.

Os imigrantes do pós-guerra tiveram um papel relevante na ocupação e na presença na Alta Paulista, principalmente a partir da possibilidade de aquisição de terras ainda no Japão, fazendo com que chegassem ao Brasil já na condição de proprietários. Houve ainda um movimento dos japoneses que conseguiram levantar fundos e adquirir propriedades, e que passavam a trazer seus compatriotas para trabalharem consigo. Dessa maneira, ainda que esta retomada da imigração tenha encaminhado alguns contingentes de imigrantes para a região, o volume dos movimentos internos às regiões, com direção à Alta Paulista, tornou-se cada vez mais escassos.

FIGURA 90 – Movimentos de imigrantes japoneses e descendentes com destino à região da Alta Paulista entre 1951 e 1958

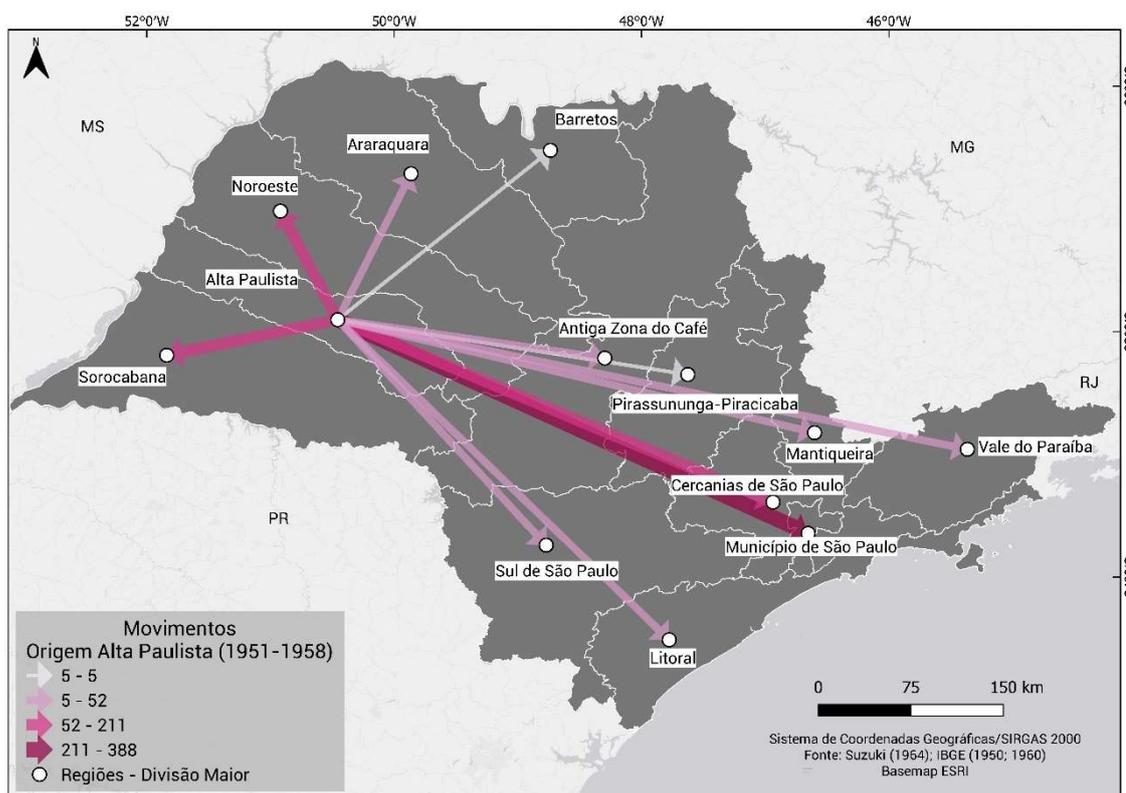


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

Tais características verificadas em relação aos movimentos, confirmam a proposta analítica elaborada por Suzuki (1964), identificando a Alta Paulista como uma região “*Incoming-Outgoing*”, ou seja, uma região que contou com grandes contingentes de entrada, seguidos por grandes saídas, que se tornariam superiores às entradas. É o que se verificou no período entre 1951 e 1958 (Figura 91), em que se observa que as saídas passam a superar as entradas na Alta Paulista. Os principais movimentos se dão em direção ao Município de São Paulo e Cercanias, onde assumem atividades no meio urbano, como lavanderias e pensões, trabalho nas indústrias; ou ainda passam a desenvolver aquilo que Suzuki (1969) chama de agricultura suburbana, em que uma vez localizados nos municípios do entorno das grandes cidades, como é o caso de São Paulo, desenvolvem plantações e cultivos voltados ao consumo na cidade, como frutas, verduras e legumes. Truzzi e Volante (2021) apontam também que houve uma procura, por parte dos imigrantes, em dar melhores condições de educação para seus filhos, o que estimulou o deslocamento das famílias em direção à capital do estado e para outros municípios de maior porte.

A Alta Paulista vivencia então a situação que antes havia ocorrido nas regiões da Antiga Zona do Café e na Região Noroeste, que após receber fluxos intensos, começaram a perder relevância, e os movimentos de saída passam a superar as entradas nessas regiões.

FIGURA 91 – Movimentos de imigrantes japoneses e descendentes com origem na região da Alta Paulista entre 1951 e 1958

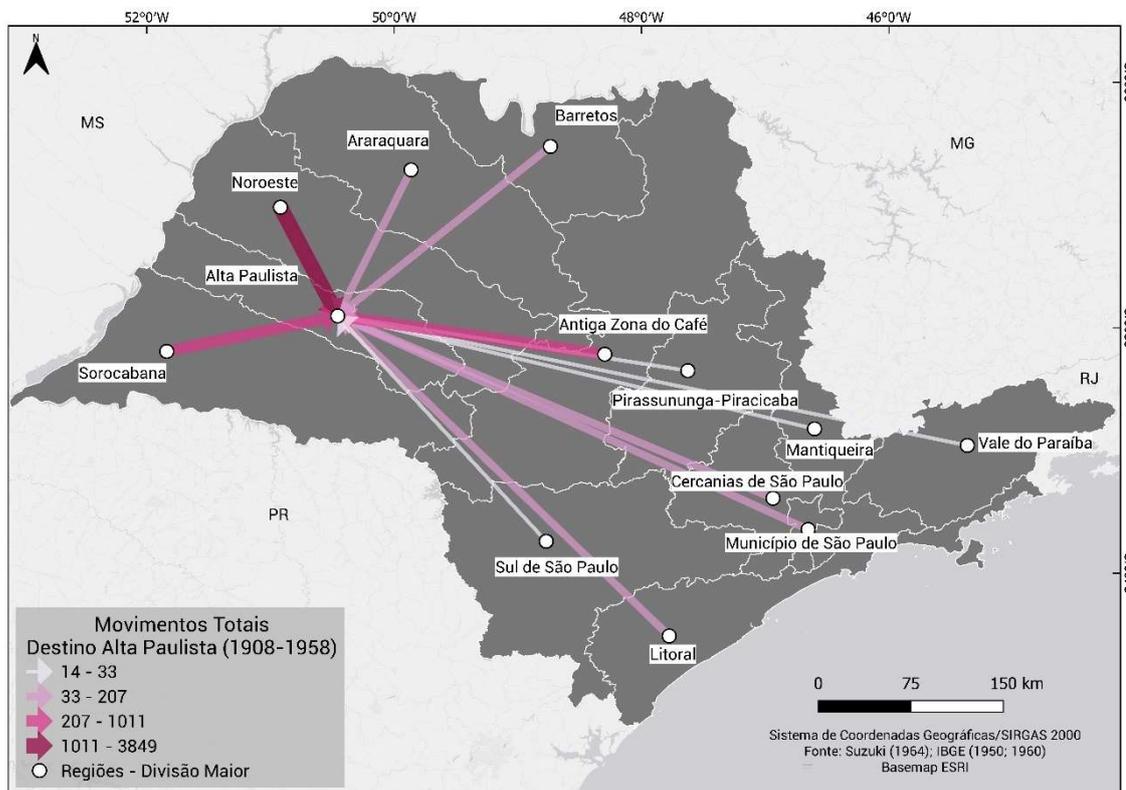


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

O que se verifica na Figura 92 e Tabela 11, que sintetizam os movimentos realizados em todo o período captado pelo Censo da Colônia (1908-1958), é que houve intensos movimentos em direção à Alta Paulista, principalmente oriundos de regiões circunvizinhas e da Antiga Zona do Café, primeira região a receber imigrantes japoneses no estado de São Paulo. As intensidades dos movimentos em direção à Alta Paulista a coloca no patamar das regiões mais importantes em termos da ocupação e distribuição da população de imigrantes japoneses e seus descendentes no estado. A região Noroeste, como visto anteriormente, é a principal origem dos movimentos de entrada na Alta Paulista, cenário que se manteve durante todo o período captado pelo referido censo. Verifica-se também que ápice dos movimentos em direção à Alta Paulista ocorreram no segundo período apresentado, entre 1925 e 1941. A partir de 1942, os movimentos em direção à região diminuem, para menos da

metade durante o período da Segunda Guerra Mundial, e no pós-guerra, é quase dez vezes menor.

FIGURA 92 – Movimentos de imigrantes japoneses e descendentes com destino à região da Alta Paulista entre 1908 e 1958



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

TABELA 11 – Movimentos com destino à Alta Paulista 1908-1958

Origem	Destino Alta Paulista				1908-1958
	1908-1924	1925-1941	1942-1950	1951-1958	
Município de São Paulo	2	106	64	22	194
Cercanias de São Paulo	0	58	35	11	104
Litoral	5	87	60	1	153
Vale do Paraíba	0	13	6	0	19
Mantiqueira	0	10	2	2	14
Pirassununga-Piracicaba	4	14	11	4	33
Antiga Zona do Café	9	827	157	18	1011
Barretos	0	62	34	8	104
Araraquara	2	126	67	12	207
Noroeste	23	2587	993	246	3849
Sorocabana	4	242	426	125	797
Sul de São Paulo	0	5	12	5	22
Total	49	4137	1867	454	6507

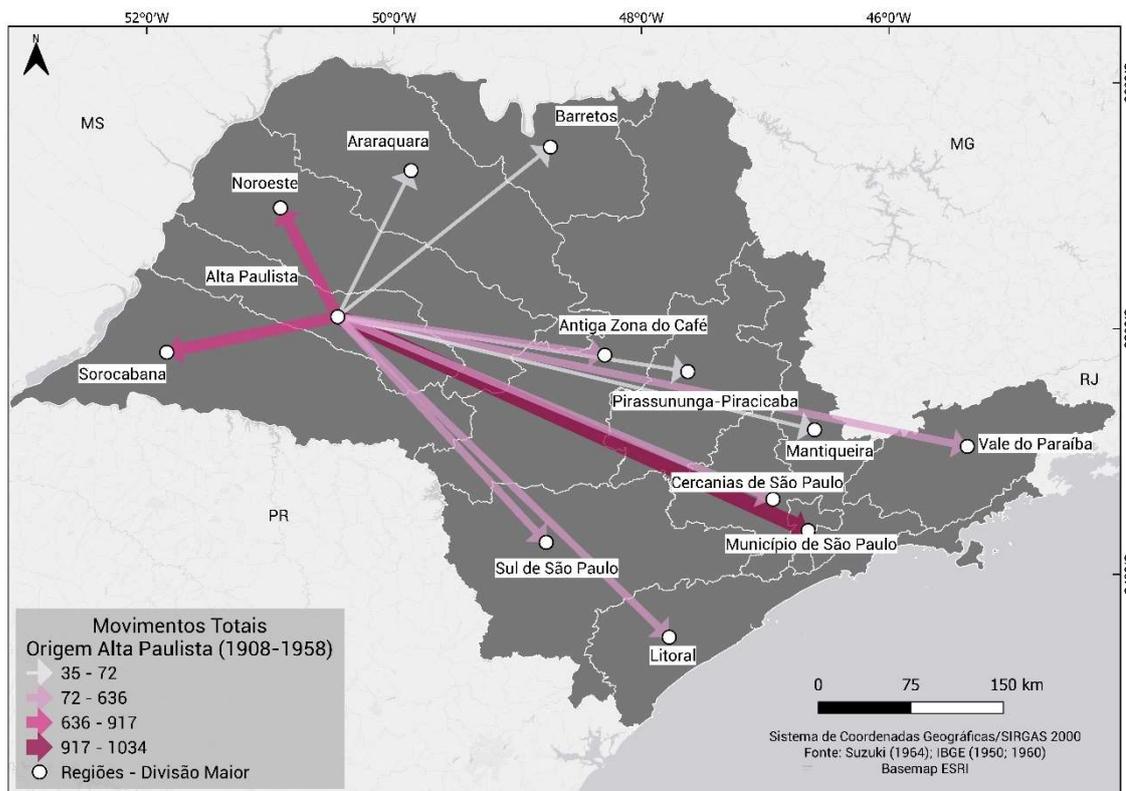
Fonte: Suzuki (1964).

Considerando a Alta Paulista enquanto ponto de origem dos movimentos, o que se observou foi a intensa saída de imigrantes e descendentes em direção ao município de São Paulo e Cercanias, mas conta também com fluxos relevantes em direção às regiões Noroeste e Sorocabana (Figura 93). As saídas ocorreram intensamente no período da Segunda Guerra, entre 1942 e 1950, porém o volume de entradas e saídas é bastante próximo no período, sendo que o primeiro é um pouco superior: 1.867 entradas contra 1.848 saídas. Contudo, as saídas a partir do último período (1951-1958), embora menores (quase que a metade do período anterior), são muito superiores às entradas na região.

Comparando-se as entradas e saídas, durante todo o período captado, o que se verifica é que as entradas provenientes das principais regiões de origem superam as principais saídas (Tabela 12). Pode-se inferir que houve, dessa forma, grande permanência da população imigrante na região. As regiões que deram origem aos principais movimentos em direção à Alta Paulista foram, nesta ordem: Noroeste, Antiga Zona do Café, Sorocabana, Araraquara, Município de São Paulo, Litoral, Cercanias de São Paulo e Barretos. Por outro lado, os principais destinos foram, nesta ordem: Município de São Paulo, Sorocabana, Noroeste, Cercanias de São Paulo, Sul de São Paulo, Litoral, Antiga Zona do Café e Vale do Paraíba.

Verifica-se ainda que o município de São Paulo e Cercanias, durante quase todo o período (exceto o município de São Paulo, durante 1908 e 1924, com dois movimentos identificados), sempre receberam mais movimentos do que foram origem. Cabe apontar também a região Sorocabana, que figura entre as regiões que mais receberam movimentos originários da Alta Paulista foi também, durante os períodos 1925-1941 e 1942-1950, uma das principais origens dos movimentos.

FIGURA 93 – Movimentos de imigrantes japoneses e descendentes com origem na região da Alta Paulista entre 1908 e 1958



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

TABELA 12 – Movimentos com origem na Alta Paulista 1908-1958

Origem Alta Paulista					
Destino	1908-1924	1925-1941	1942-1950	1951-1958	1908-1958
Município de São Paulo	0	199	447	388	1034
Cercanias de São Paulo	0	112	313	211	636
Litoral	0	35	73	21	129
Vale do Paraíba	0	18	45	52	115
Mantiqueira	0	4	12	25	41
Pirassununga-Piracicaba	0	11	19	5	35
Antiga Zona do Café	8	53	38	22	121
Barretos	0	11	19	5	35
Araraquara	0	11	22	39	72
Noroeste	16	388	329	99	832
Sorocabana	1	405	409	102	917
Sul de São Paulo	0	20	122	24	166
Total	25	1267	1848	993	4133

Fonte: Suzuki (1964).

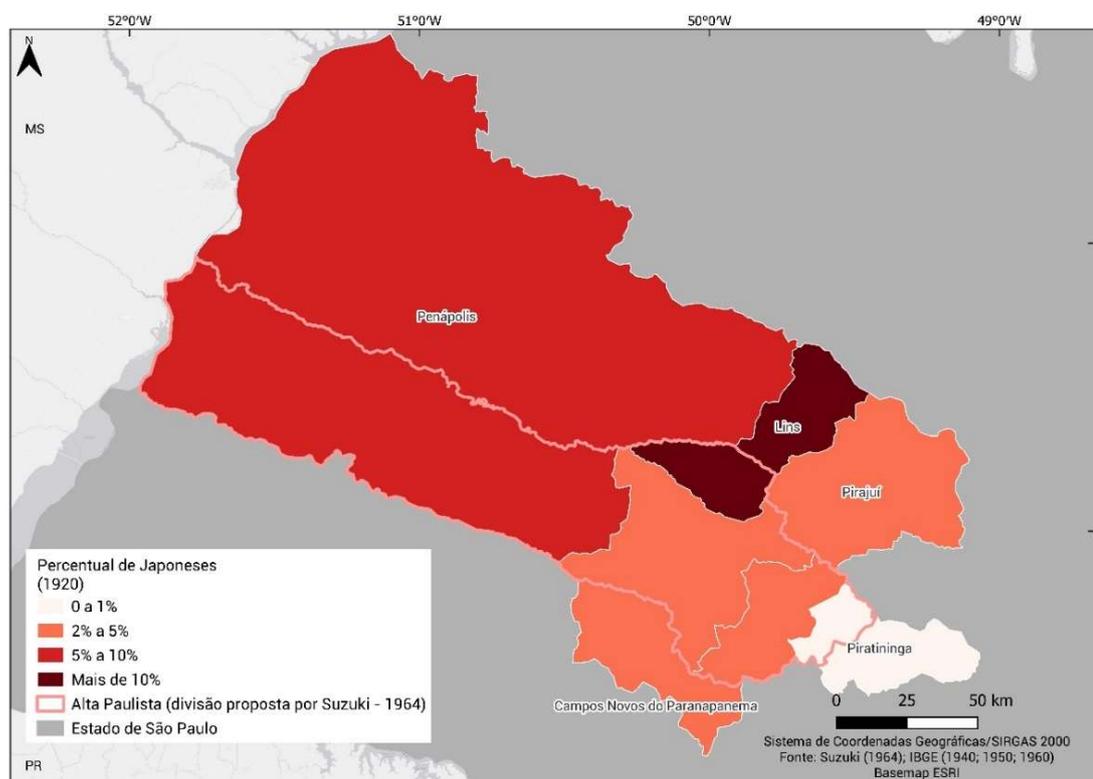
Como visto anteriormente, a Alta Paulista figurou durante o período captado pelo Censo da Colônia, 1908 e 1958, como o terceiro principal destino dos movimentos dos

imigrantes e seus descendentes no estado de São Paulo, e a principal origem, em termos das quantidades de movimentos realizados. Desta maneira, o propósito em apresentar as análises anteriores foi trazer à luz da discussão uma região que é de extrema importância no contexto da imigração japonesa para o Brasil, mas que por vezes acaba não tendo o destaque necessário, quando muitos estudos acabam pautando somente as regiões que primeiro receberam os fluxos de imigrantes, e a capital do estado.

Do ponto de vista da análise sobre a distribuição espacial desta população e dos movimentos captados pelo referido censo, realizado com a comunidade de imigrantes e descendentes, é possível trazer à tona informações relevantes sobre a dinâmica dos deslocamentos e da distribuição dessa população pelas diferentes regiões do estado de São Paulo, e verificar que a Alta Paulista tem imensa notoriedade, em relação à sua ocupação pela população recenseada, bem como em termos de sua importância enquanto origem e destino dos movimentos realizados por esta população.

A partir dessas considerações, buscou-se identificar a distribuição da população de imigrantes e “amarelos” nos municípios que compõe a Alta Paulista, segundo a delimitação proposta por Suzuki (1964). As Figuras 94, 95 e 96 apresentam a proporção de japoneses imigrantes, presentes nos municípios em 1920, 1940 e 1958, respectivamente. Já as Figuras 97, 98 e 99, referem-se à proporção de população “amarela” nos municípios da região.

Foi possível observar que em 1920, os municípios de Penápolis, Lins, Pirajuí, Campos Novos do Paranapanema e Piratininga, que estavam total ou parcialmente inseridas na Região da Alta Paulista, proposta por Suzuki (1969), apresentam extensas áreas. Em todos os municípios havia a presença de imigrantes japoneses, sendo Lins aquele que concentrou 10,12% destes imigrantes em relação ao total de população, seguido de Penápolis (5,96%), Pirajuí (3,89%) e Piratininga com o menor percentual de imigrantes em relação à população total do município (0,74%). Cabe apontar que eram municípios, além de extensos, com baixa densidade populacional.

FIGURA 94 – Proporção de japoneses na Alta Paulista, 1920

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1920; 1940; 1950; 1960).

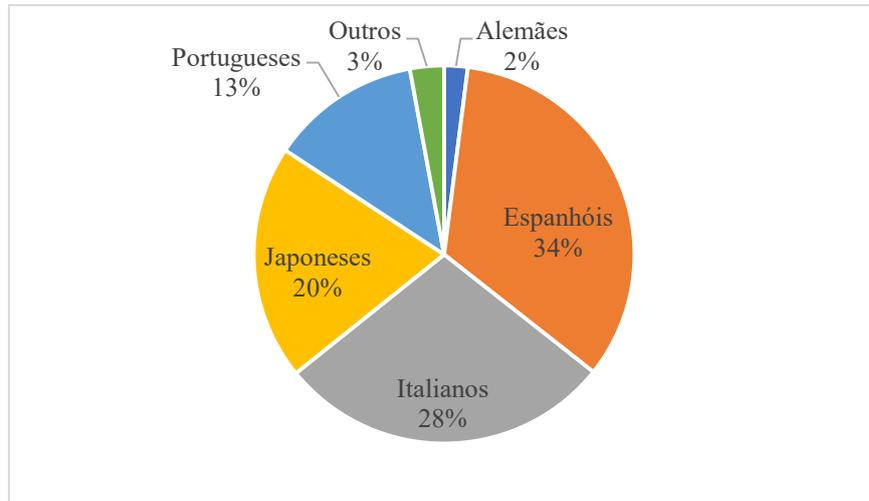
A Tabela 13 apresenta o total de imigrantes de acordo com sua origem, nos municípios da Alta Paulista em 1920. A principal origem dos imigrantes nestes municípios consiste na Espanha (referente à 34% em relação ao total de estrangeiros – Gráfico 8), seguida de Itália (referente à 28% em relação ao total de estrangeiros). Destaca-se o município de Penápolis, que concentrou cerca de 47% dos estrangeiros da Alta Paulista, sendo que apenas 21% do total era de origem japonesa. Em 1920, o Japão despontou como o terceiro colocado em termos dos países de origem dos estrangeiros nos municípios da Alta Paulista (com 20% em relação ao total de estrangeiros).

TABELA 13 – Principais origens de estrangeiros nos municípios da Alta Paulista em 1920

Municípios	Alemães/ Austriacos	Espanhóis	Italianos	Japoneses	Portugueses	Outros	Total de Estrangeiros
Penápolis	249	4275	3714	2614	1570	321	12743
Lins	53	527	677	1284	445	75	3061
Pirajuí	166	2973	2361	1131	740	215	7586
Piratininga	43	1142	657	114	344	127	2427
Campos Novos do Paranapanema	35	288	391	354	400	55	1523
TOTAL	546	9205	7800	5497	3499	793	27340

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1920).

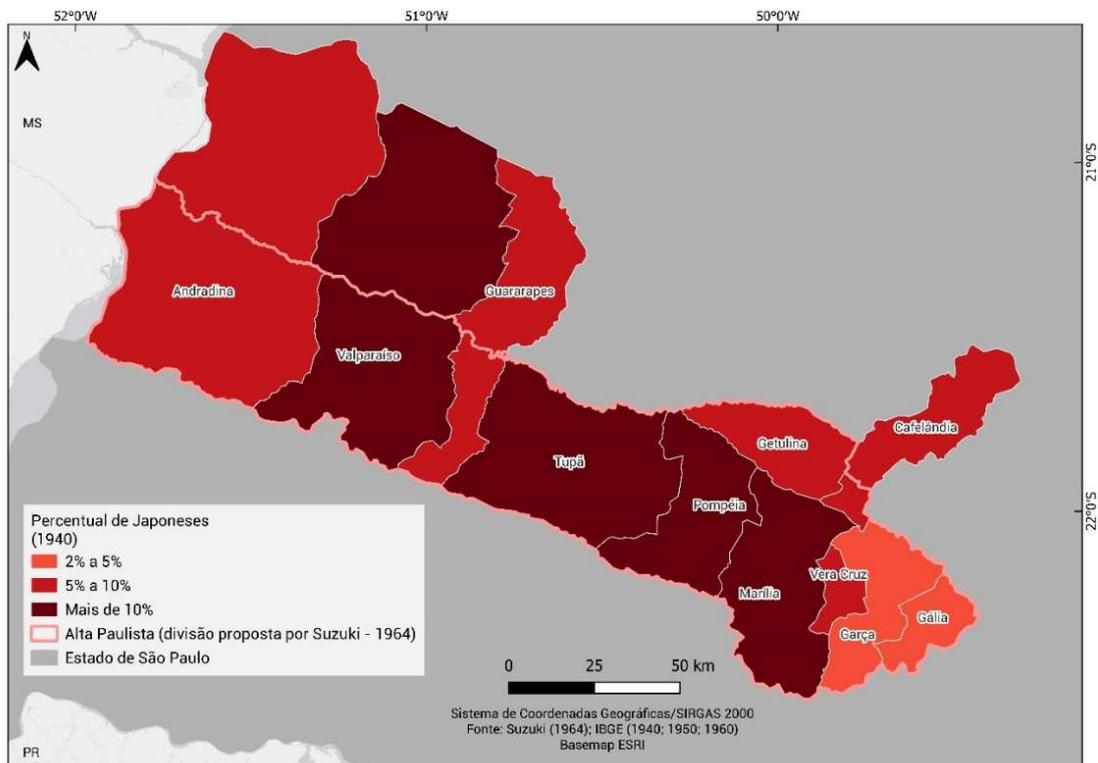
GRÁFICO 8 – Proporção das principais origens de estrangeiros na Alta Paulista em 1920



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1920).

A partir dos dados do Censo Demográfico de 1940, verificou-se que a maior parte dos municípios apresentou uma proporção entre 5% e 10%, e superior a 10% de imigrantes em relação à população total dos municípios (Figura 95). Foi neste período que ocorreram as principais entradas de imigrantes, oriundos de outras regiões de São Paulo e diretamente do Japão.

FIGURA 95 – Proporção de japoneses na Alta Paulista, 1940



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1940; 1950; 1960).

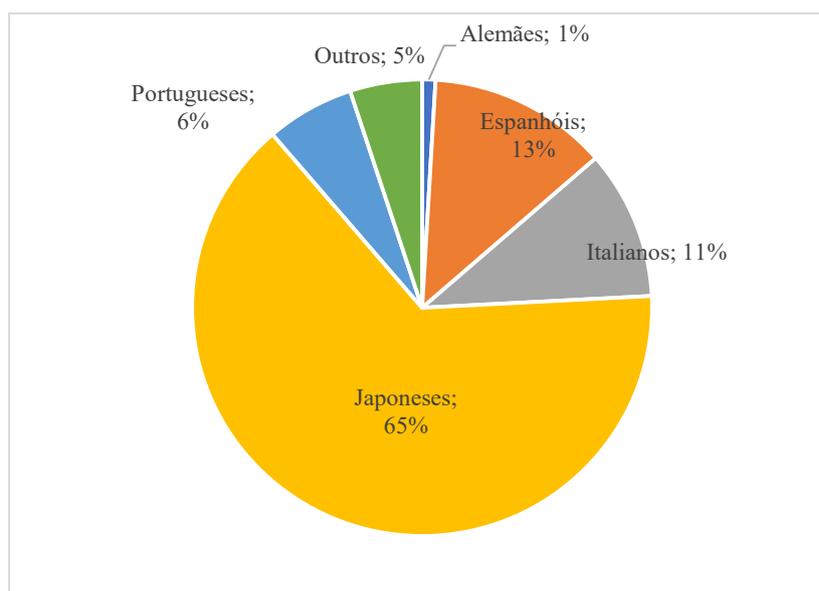
Na Tabela 14 e Gráfico 9, estão apresentadas as principais origens de estrangeiros, por município da Alta Paulista em 1940, sendo possível verificar a ampla presença de japoneses em relação aos imigrantes de outras origens, representando cerca de 65% do total de estrangeiros em 1940.

TABELA 14 – Principais origens e proporção de estrangeiros nos municípios da Alta Paulista em 1940

Municípios	Alemães		Espanhóis		Italianos		Japoneses		Portugueses		Outros		Total de Estrang.
	Total	Prop.	Total	Prop.	Total	Prop.	Total	Prop.	Total	Prop.	Total	Prop.	
Andradina	12	1%	96	7%	169	12%	894	66%	116	9%	66	5%	1.353
Valparaíso	112	2%	385	6%	537	8%	5.105	77%	349	5%	147	2%	6.635
Guararapes	49	1%	570	14%	582	14%	2.662	63%	204	5%	148	4%	4.215
Tupã	44	1%	807	10%	409	5%	6.418	77%	330	4%	368	4%	8.376
Pompéia	82	1%	1.207	12%	793	8%	6.075	61%	875	9%	1.001	10%	10.033
Getulina	29	1%	223	9%	386	15%	1.666	65%	148	6%	119	5%	2.571
Marília	79	1%	1.905	13%	1.415	10%	9.825	68%	749	5%	567	4%	14.540
Cafelândia	58	1%	890	20%	641	15%	2.397	55%	212	5%	149	3%	4.347
Vera Cruz	34	1%	430	18%	417	18%	1.150	49%	217	9%	106	5%	2.354
Gália	24	1%	357	22%	354	22%	615	38%	162	10%	105	6%	1.617
Garça	28	1%	622	21%	519	18%	1.272	43%	292	10%	220	7%	2.953
Total	551	1%	7.492	13%	6.222	11%	38.079	65%	3.654	6%	2.996	5%	58.994

Fonte: IBGE (Censo Demográfico, 1940).

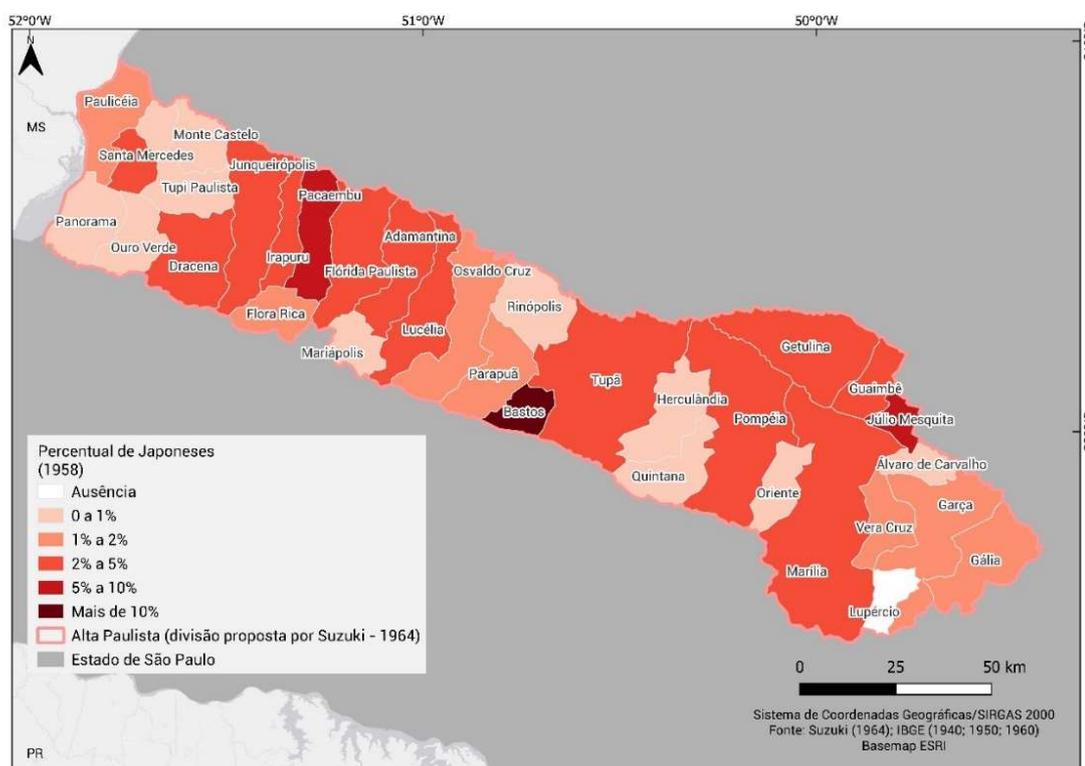
GRÁFICO 9 – Proporção das principais origens de estrangeiros na Alta Paulista em 1940



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1940).

Em 1958, segundo informações disponíveis no Censo da Colônia, o que se verifica é que a proporção de japoneses nos municípios é proporcionalmente menor ao que fora verificado em 1940 (Figura 96). Entretanto, há que se considerar também o aumento no número de municípios na região da Alta Paulista, passando de 11 municípios em 1940 para 33 em 1958. Soma-se a isso o incremento populacional, a diminuição expressiva nas entradas de novos imigrantes oriundos diretamente do Japão, especialmente com o início da Segunda Guerra Mundial, e como visto anteriormente, a ampliação nos movimentos de saída da Alta Paulista em direção a outras regiões do Estado. Ainda assim, há que se considerar, por exemplo, o município de Bastos, que em 1958 apresentava um percentual superior a 10% de sua população formada por japoneses, e Pacaembu e Júlio Mesquita, com entre 5% e 10%. O Censo da Colônia, contudo, não apresenta informações referentes a imigrantes de outras origens para os municípios.

FIGURA 96 – Proporção de japoneses na Alta Paulista, 1958



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

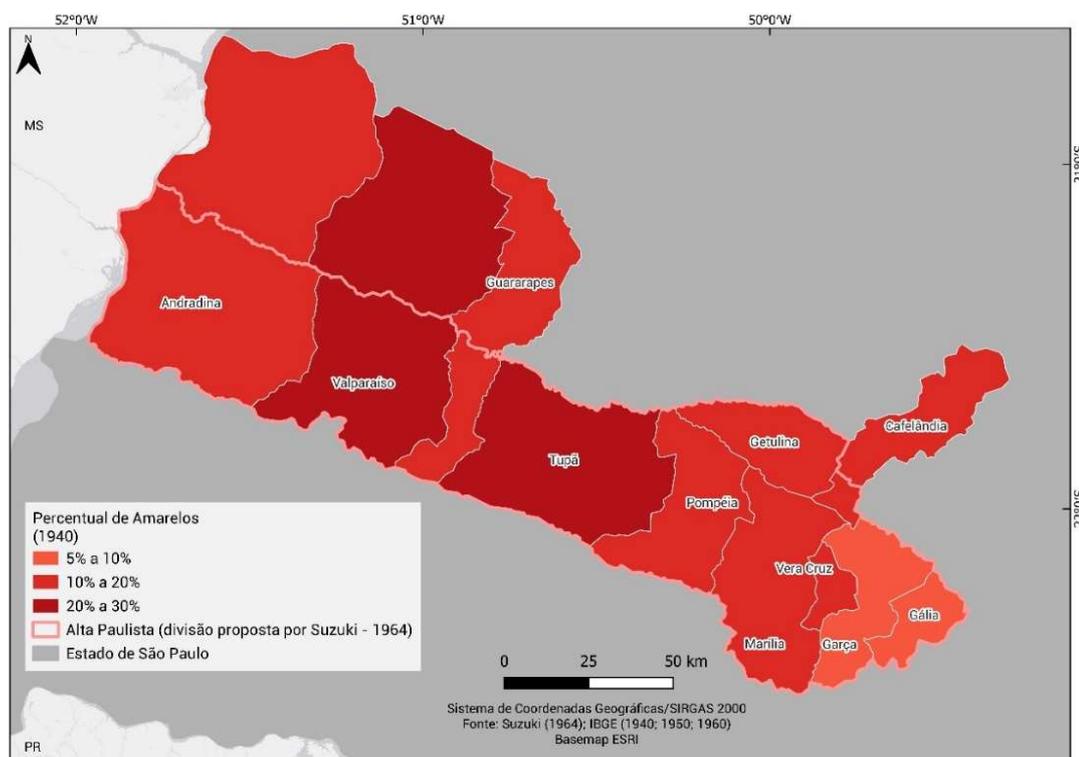
Analisando a presença proporcional de “amarelos” nos municípios, ou seja, imigrantes somados aos seus descendentes, em 1940 (Figura 97), verificou-se que os municípios de Tupã e Valparaíso, tinham suas populações formadas entre 20% e 30% por pessoas com essas características, e outros sete municípios com 10% a 20%.

Em 1950 (Figura 98), o que se observou, mesmo com a ampliação do número de municípios, considerando-se os mesmos condicionantes verificados para a população de japoneses, é que há percentuais predominantes na região, como pode ser visualizado, com 11 municípios contando com entre 10% e 20% de sua população formada por “amarelos”, oito municípios com 5% a 10% e quatro municípios com 2% a 5%. Destaca-se o município de Bastos, que conta em 1950 com cerca de 67% de sua população formada por “amarelos”.

Em 1958 (Figura 99), utilizando-se das informações do Censo da Colônia, foi possível observar que há maior dispersão da população “amarela” em relação aos períodos verificados anteriormente. A presença de municípios com 10% a 20% de sua população composta por “amarelos” deixa de ser predominante, passando àqueles municípios que contam com 5% a 10%. Embora Bastos permaneça com percentual alto em comparação aos demais, com 68% em relação à população total, já foi possível observar municípios que apresentam ausência (Lupércio) ou somente 1% a 2% da população formada por “amarelos” (Panorama, Mariápolis e Álvaro de Carvalho).

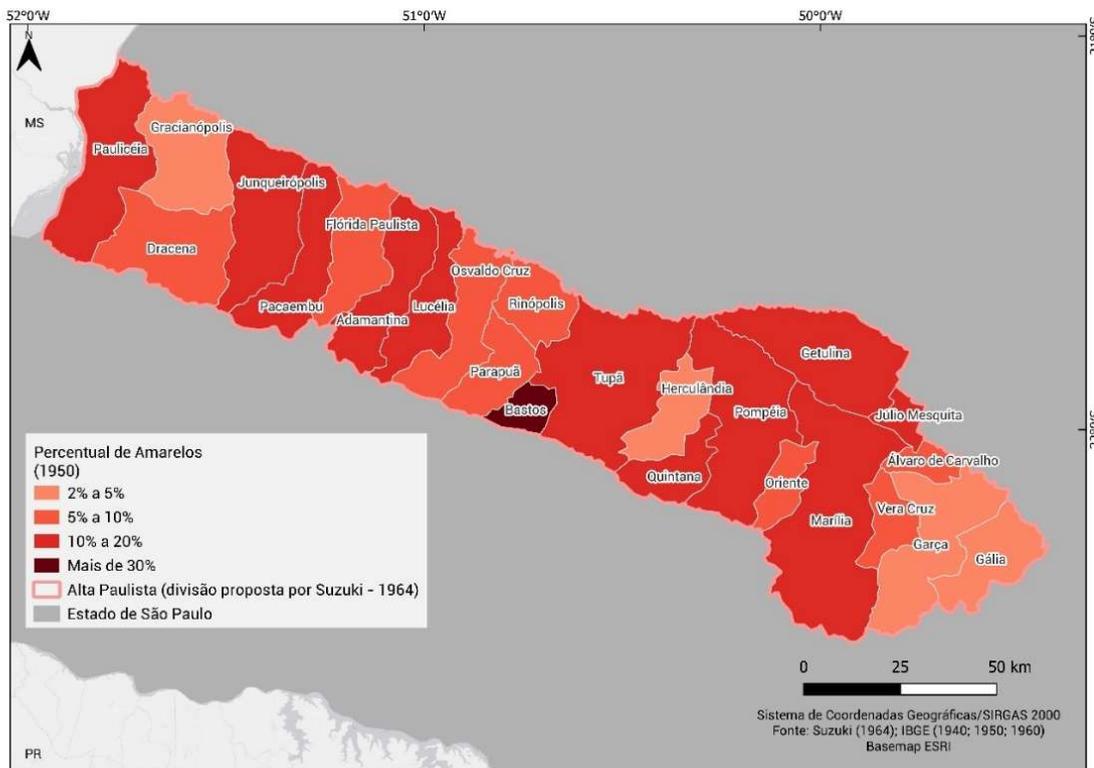
No Quadro 5, estão dispostas as informações sobre a população amarela, a população total e a proporção de amarelos em relação ao total, bem como a evolução da divisão territorial dos municípios, no decorrer dos três períodos analisados nas figuras acima, 1940, 1950 e 1958.

FIGURA 97 – Proporção de “amarelos” na Alta Paulista, 1940



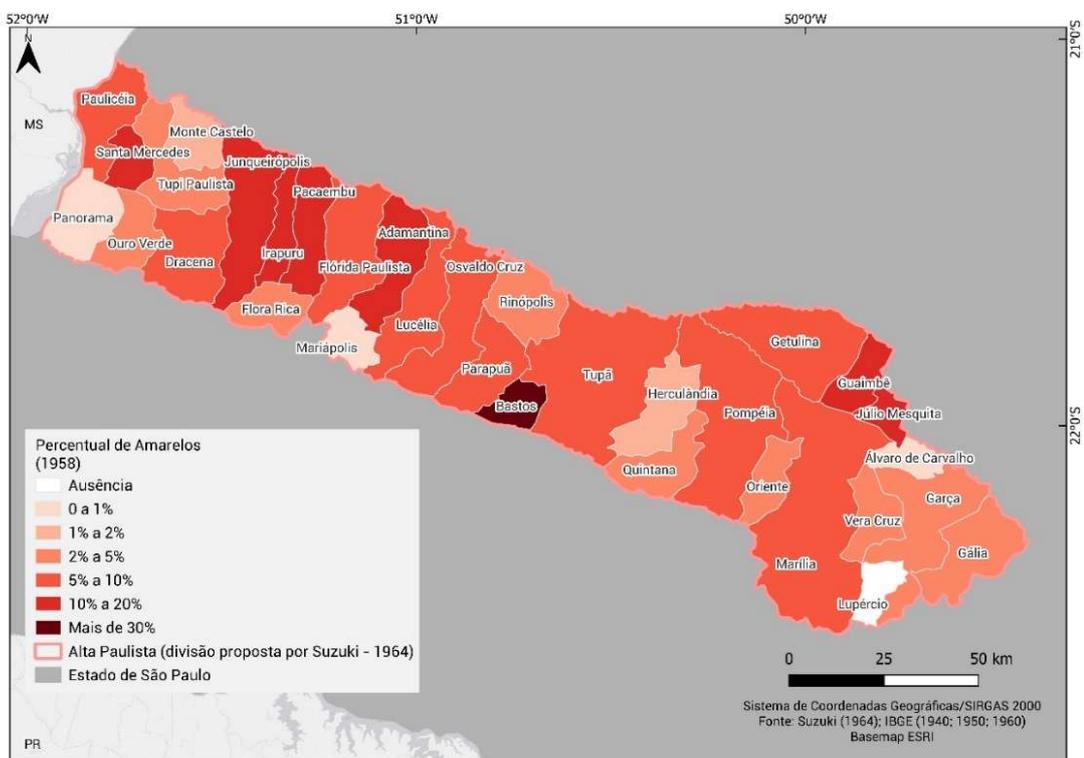
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1940; 1950; 1960).

FIGURA 98 – Proporção de “amarelos” na Alta Paulista, 1950



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

FIGURA 99 – Proporção de “amarelos” na Alta Paulista, 1958



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

QUADRO 5 – População amarela e sua proporção nos municípios da Alta Paulista, de acordo com a evolução na divisão dos municípios, 1940, 1950 e 1958

1940				1950					1958					
Município	Pop. Amarelos	Pop. Total	Proporção	Emancipação	Município	Pop. Amarelos	Pop. Total	Proporção	Emancipação	Município	Pop. Amarelos	Pop. Total	Proporção	
Andradina	1522	14424	11%	1948	Gracianópolis/ Tupi Paulista	881	17651	5%	1953	Monte Castelo	183	9499	2%	
											Tupi Paulista	856	27027	3%
				1948	Paulicéia	635	3427	19%	1953	Panorama	34	5974	1%	
											Paulicéia	185	3447	5%
Cafelândia	4037	36006	11%	1948	Júlio Mesquita	400	3557	11%	1953	Santa Mercedes	715	6359	11%	
											Júlio Mesquita	746	5276	14%
Gália	958	18232	5%		Gália	776	18076	4%		Gália	408	16191	3%	
Garça	1964	33410	6%	1948	Álvaro de Carvalho	407	6446	6%		Álvaro de Carvalho	11	5355	0%	
											Garça	1780	42320	4%
										1953	Lupércio	0	3867	0%
Getulina	3170	22400	14%		Getulina	3529	26399	13%		Getulina	2031	20497	10%	
										1953	Guaimbê	1207	8014	15%
Guarapes	4486	28750	16%	1948	Flórida Paulista	1647	19327	9%		Flórida Paulista	1859	24523	8%	
				1944	Lucélia	4898	29900	16%		Lucélia	2781	29647	9%	
				1944	Oswaldo Cruz	2593	27022	10%		Oswaldo Cruz	2588	39772	7%	
Marília	15593	81064	19%	1944	Marília	11414	86844	13%		Marília	8676	96169	9%	
					Oriente	894	11867	8%		Oriente	306	11561	3%	
Pompéia	9575	55390	17%	1944	Herculândia	278	8323	3%		Herculândia	124	10674	1%	
					Pompéia	5466	39398	14%		Pompéia	2688	37441	7%	
				1944	Quintana	1055	9715	11%		Quintana	345	11590	3%	
Tupã	10264	35583	29%	1944	Bastos	4116	6150	67%		Bastos	4020	5947	68%	
				1944	Parapuã	1125	12804	9%		Parapuã	716	13501	5%	
				1944	Rinópolis	868	16631	5%		Rinópolis	600	24196	2%	
					Tupã	7279	56682	13%		Tupã	5440	68831	8%	
											Adamantina	4080	33818	12%
Valparaíso	8561	41559	21%	1948	Adamantina	3523	35223	10%	1953	Mariápolis	35	11350	0%	
											Flora Rica	329	7007	5%
				1948	Pacaembu	3955	23896	17%	1953	Irapuru	2273	16693	14%	
											Pacaembu	3939	19748	20%
				1948	Dracena	961	15680	6%		Dracena	2763	32537	8%	
									1953	Ouro Verde	234	9274	3%	
Vera Cruz	1904	18536	10%	1948	Junqueirópolis	1083	7426	15%		Junqueirópolis	3089	26894	11%	
					Vera Cruz	877	15851	6%		Vera Cruz	441	14407	3%	
Total	62034	385354	16%		Total	60388	541207	11%		Total	55482	699406	8%	

Fonte: Suzuki (1964); IBGE (1940; 1950; 1960) e Fundação SEADE (s.d.).

A partir do Quadro 5, foi possível observar que, considerando os valores absolutos, a população total de “amarelos” não apresentou grandes variações nos três períodos verificados: 62.034 pessoas em 1940; 60.388 em 1950; e 55482 em 1958. Verificou-se, porém, o incremento na população total dos municípios na região da Alta Paulista, justificando a redução nas proporções verificadas nas Figuras 96 a 98. Enquanto em 1940 havia presença de 385.354 pessoas, em 1950 essa população aumentou para 541.207, e em 1958, 699.406. Ou seja, em menos de 20 anos, a população total da região aumentou cerca de 80%, enquanto a população “amarela” diminuiu cerca de 10%. Destacam-se os municípios que em 1940 pertenciam a Valparaíso (Adamantina, Pacaembu, Dracena e Junqueirópolis), e que contaram com aumento na proporção de população “amarela” nos períodos analisados. Os municípios originários de Guararapes (Flórida Paulista, Lucélia e Osvaldo Cruz), tiveram grande incremento proporcional em 1950 (103%), porém essa proporção diminuiu em 1958 (redução de 20%). Os municípios oriundos de Gália, Marília, Pompéia e Vera Cruz, observaram uma redução proporcional de população “amarela” nos dois períodos posteriores a 1940.

Dessa maneira, a partir das figuras e do quadro apresentado, foi possível verificar, de modo geral, a redução proporcional no contingente de “amarelos” na maior parte dos municípios da Alta Paulista, no período entre 1940 e 1958, condizendo com o que foi apresentado pela literatura (SAITO, 1961; VIEIRA, 1973), e reforçando a tendência observada nas figuras referentes aos movimentos de entrada e saída da Alta Paulista em relação às outras regiões do estado. Entretanto, há que se considerar também que tal cenário diverge em determinados municípios, considerando-se as especificidades no interior da região.

Pretendeu-se, neste capítulo, apresentar hipóteses, dados, narrativas e outras informações que buscam responder pergunta lançada no título: a Alta Paulista foi o “destino final” para os imigrantes e descendentes de japoneses? Considerando-se a redundância presente na expressão “destino final”, porém valendo-se de certa “licença poética”, tal expressão torna-se pertinente para resumir a situação observada na Alta Paulista durante o período dos grandes fluxos imigratórios dos japoneses e seus descendentes, rumo ao interior do estado de São Paulo.

Os movimentos dos imigrantes no estado, inicialmente impulsionados pelas demandas nas fazendas produtoras de café, sofreram grandes mudanças, não muito tempo depois das primeiras entradas de japoneses, que passaram a buscar novas oportunidades e territórios para serem explorados. Em um país caracterizado pela atividade agrícola, e sendo o

estado de São Paulo um dos principais produtores no cenário nacional, viu-se ampliada a demanda por novas terras e áreas de plantio. Tal cenário passou a incluir também os imigrantes e descendentes de japoneses, que passaram a buscar por pequenas propriedades, visando primeiro atender aos seus planos iniciais, e posteriormente, melhorias em suas condições de vida.

As regiões do estado que receberam os primeiros imigrantes, vivenciaram a transição de sua ocupação, mediante o avanço e o subsequente declínio produtivo e econômico, atrelado principalmente à produção do café. A região do Vale do Paraíba, que havia inicialmente se tornado grande produtora do estado, perdeu lugar para a região de Ribeirão Preto, conhecida mais tarde como a Antiga Zona do Café, e que vivenciou seu auge até as crises enfrentadas nos anos 1920 (CANO, 2012). Quando as terras nesta região já estavam se esgotando, em termos de disponibilidade e produtividade, novos rumos se fizeram necessários para que a produção seguisse. Surgem então as demandas pelas terras ainda inexploradas à Oeste, terras que até os anos 1930 eram praticamente formadas por mata virgem.

Especificamente no caso dos imigrantes japoneses, pode-se dizer que houve alguns grupos, que enxergavam no Oeste de São Paulo certas oportunidades: primeiramente, os imigrantes que haviam chegado nos fluxos iniciais, entre 1908 e 1924, que enfrentaram diversos problemas nas fazendas em que trabalhavam, devido à baixa produtividade e más condições de trabalho. O Oeste, pela disponibilidade de terras a um custo mais baixo, permitia a estes imigrantes que, mesmo com suas poucas economias, adquirissem lotes e (re)iniciassem as atividades como pequenos produtores. Outra possibilidade, neste mesmo contexto, foram as empreitadas enquanto meeiros ou arrendatários, fazendo do Oeste destino de grandes contingentes.

A transformação da emigração em política de estado, especialmente após 1924, fez com que o Japão, a partir de suas províncias, associações e companhias de navegação e colonização, tivessem interesse na região, fomentando colônias que, além de estimular a emigração, utilizavam-se das terras adquiridas para o desenvolvimento de lavouras e produtos, que interessavam ao mercado japonês e à expansão das relações comerciais do Japão. Ainda que inseridos no contexto da exploração territorial pelas empresas japonesas, pode-se dizer que os imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil já como proprietários, perfazem também uma dessas frentes que levaram à ocupação da Alta Paulista, já em condições diferenciadas, tanto em relação à recepção, por meio de uma estrutura voltada à sua chegada, quanto pela existência de uma rede de acolhimento, formada por imigrantes do fluxo

anterior, que amenizavam o estranhamento e facilitavam a adaptação, além do propósito da permanência definitiva, que os diferenciava de seus compatriotas que já haviam se estabelecido no Brasil.

Os movimentos observados, especialmente a partir dos anos 1930, já no segundo grande fluxo de imigrantes japoneses para o Brasil (1925-1941), apontam para a grande relevância da Alta Paulista, tanto em relação ao recebimento quanto ao envio de imigrantes e descendentes de/para outras regiões do estado. Suzuki (1969), coloca a Alta Paulista como uma das regiões com grandes entradas, seguidas por grandes saídas. Foi possível verificar que os fluxos de entrada na região crescem a partir de 1925 a 1941, mantém-se praticamente empatados com as saídas entre 1942 e 1950, e tornam-se menores que as saídas a partir de 1952, a exemplo do que ocorreu com as regiões supracitadas.

[os imigrantes que estavam aqui foram] tudo pra São Paulo. E japonês que tinha na fazenda, também, eu ajudei bastante carregar mudança, pra pessoal ir pra São Paulo. Tudo foi pra São Paulo. [...] Tinha uns que parece que... [foram trabalhar em] quitanda, outro alfaiate, outro lavanderia. [Eles não tinham terra], era tudo arrendado. Por isso que eles movimentava fácil. (ENTREVISTADO “N.U”).

Tendo em consideração as evidências obtidas a partir das análises dos movimentos dos imigrantes, segundo as informações do Censo da Colônia, nas figuras 100, 101 e 102, estão apresentados quadros, inspirados a partir dos trabalhos de Scott (2007); Scott e Bassanezi (2018) e de Truzzi e Volante (2021), acerca da análise das trajetórias e etapas migratórias, com o propósito de “identificar comportamentos, tensões e projetos do emigrante” (SCOTT, 2007, p. 119), com especial atenção a relatos que indicam a Alta Paulista como ponto final em suas trajetórias migratórias.

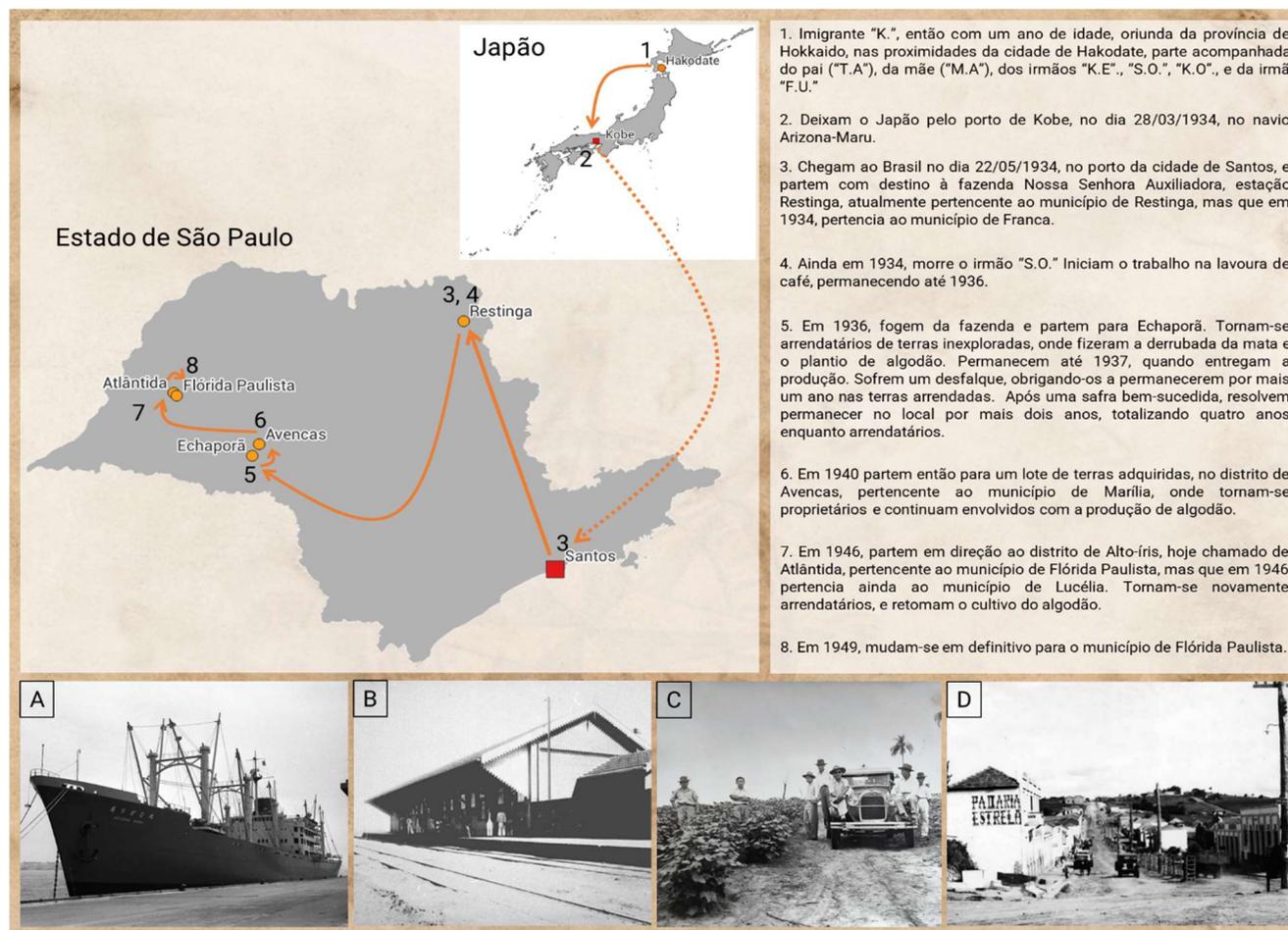
Apresenta-se, a seguir, dois casos observados de imigrantes, que chegaram ao Brasil no segundo fluxo, entre 1925 e 1941, e que se estabeleceram definitivamente no município de Flórida Paulista, na região da Alta Paulista. Os casos se diferenciam na medida em que o primeiro (Figura 100) recupera a trajetória de uma imigrante, que chegou ao Brasil ainda criança, acompanhada dos pais e irmãos. O segundo caso apresentado (Figura 101), refere-se a um filho de imigrantes, nascido no Brasil, antes da Segunda Guerra Mundial, cujo pai foi imigrante individual, deixando o Japão já em posse de terras próprias; e a mãe, na condição de membro artificialmente incorporado à família, por meio de adoção. Destaca-se ainda que ambos possuíam formação profissional superior.

Através de uma síntese das etapas migratórias vivenciadas, em ambos os casos, é possível verificar como se deu o processo migratório, bem como os caminhos percorridos por

esses imigrantes até seu estabelecimento definitivo, inseridos no contexto deste segundo período principal da imigração japonesa no Brasil.

O terceiro caso apresentado (Figura 102), refere-se a uma imigrante, “J.S.”, que chegou ao Brasil no último grande fluxo de imigrantes, iniciado em 1952, que emigrou como membro da família da irmã e seu cunhado, cumprindo com a determinação legal, de haver ao menos três pessoas aptas ao trabalho em cada família, porém sem que houvesse a necessidade de tornar-se membro artificial (*kosei kazoku*), mantendo sua condição de imigrante individual. A exemplo dos casos anteriormente apresentados, a Alta Paulista foi o ponto final na imigração de “J.S.”

FIGURA 100 – Trajetória e etapas migratórias de “K”



Fonte: (A) Navio Arizona-Marú. S/D. Disponível em: <https://www.benjido.com.br/allen/Images/ImagesO/OSAKA009.jpg>. Acesso em: jan. 2022; (B) Estação Restinga, 1910. A.C. Belviso; Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/r/fotos/restinga10.jpg>. Acesso em: jan. 2022; (C) Plantadores de algodão, s. d. Acervo pessoal; (D) Município de Flórida Paulista, s. d. Memorial dos Municípios, acervo digital. Disponível em: <https://www.memorialdosmunicipios.com.br/florida-paulista/regiao-de-votuporanga#>. Acesso em: jan. 2022.

FIGURA 101 – Trajetória e etapas migratórias de “N.U.”



Fonte: (A) Segunda Aliança. 2009, National Diet Library Japan. Disponível em: <https://www.ndl.go.jp/brasil/pt/greetings.html>. Acesso em: jan. 2022; (B) Criança nissei, 1934. Acervo pessoal e (C) Casamento, 1958. Acervo pessoal.

FIGURA 102 – Trajetória e etapas migratórias de “J.S.”



Fonte: (A) Antes de emigrar; (B) Rumo ao Brasil; (C) O trabalho no café; (D) Morada dos imigrantes; (E) A família no Brasil e (F) Rumando à Oeste. Acervo pessoal.

Foram verificadas apenas duas etapas, vivenciadas por “J.S.”, desde sua chegada no Brasil, referentes à mobilidade: a da entrada e do estabelecimento definitivo. Tal fato diferencia este caso dos anteriores, que vivenciaram uma mobilidade mais intensa e dispersa, principalmente em comparação com a imigrante “K”, que percorreu com a família diversas regiões do estado de São Paulo, diferindo também em relação aos diversos processos relacionados ao trabalho e à propriedade da terra: primeiramente enquanto mão-de-obra nas lavouras de café, depois como arrendatários, proprietários e arrendatários novamente. Já no caso de “N.U.”, não houve tantos deslocamentos quanto aqueles realizados pela família de “K”, mesmo considerando a experiência vivenciada por seus pais, e após seu nascimento, visto que os movimentos realizados pela família ficaram circunscritos à região da colônia, ou a localidades em que já dispunham da presença e do suporte de conterrâneos.

Nos três casos observados, verifica-se a diversidade de elementos e etapas percorridas pelos imigrantes, e as mais diversas características que compreenderam os movimentos realizados. Ainda que não haja um comparativo com outras experiências, principalmente aquelas vivenciadas por imigrantes do primeiro fluxo para o Brasil (1908-1924), é possível notar que nos casos supracitados passa a existir a ação incisiva das redes de acolhida, que possibilitaram os deslocamentos, todos tendo como ponto em comum o estabelecimento definitivo na região da Alta Paulista. Verificaram-se também as diferenças na composição das famílias, extensas e numerosas antes da guerra; menores e com imigrantes individuais, posteriormente ao conflito.

Cabe observar outra semelhança verificada nos três casos descritos, que foi a migração definitiva, não havendo sido reportado o intuito de retornar ao Japão, contrapondo, especialmente os casos do pré-Segunda Guerra, àquilo que se verifica na literatura, de haver, por parte dos imigrantes, o intuito de retornar aos seu país de origem. Evidentemente, tais análises conformam apenas alguns exemplos, que refletem tão somente casos específicos, dentre os poucos que foram passíveis de serem acessados e apresentados, dadas as circunstâncias de elaboração desta tese, e cujo propósito foi demonstrar a riqueza e a variabilidade de informações que estão além daquilo que está disponível nos dados secundários.

De todo modo, corroborando àquilo que foi apresentado nas Figuras 100, 101 e 102, que tiveram como ponto de estabelecimento definitivo a Alta Paulista, foi possível verificar que não houve, durante o período analisado, uma diminuição considerável de população de japoneses e população “amarela” na região, que permanece relevante até os dias atuais. A diferença observada passou a ser na proporção que esta população representava em

relação à população total dos municípios, por conta do incremento ocorrido no decorrer do tempo. Ainda que a região da Alta Paulista tenha enviado contingentes significativos de imigrantes e descendentes para outras regiões, muitos lá permaneceram, especialmente aqueles que chegaram após o término da Segunda Guerra Mundial. A relação “criada” com o espaço e explicitada pela bibliografia (VIEIRA, 1973), no sentido de se tratar de uma região em que muitos imigrantes e descendentes foram pioneiros, fez com que sua permanência se consolidasse na região. Além disso, os diversos aspectos socioculturais, que também viabilizavam a ocupação e permanência, fomentados pelas relações comunitárias nos diversos municípios, ou redes de acolhimento, podem ser observadas especialmente no período abordado.

Assim, pode-se considerar que, apesar do grande fluxo de imigrantes que deixaram a Alta Paulista a partir do final dos anos 1940, em decorrência da baixa produtividade na região, em busca de melhores condições de vida, principalmente na capital do estado, ainda era grande a permanência na região, tornando-a um dos principais redutos da população Nikkei no estado de São Paulo. A Alta Paulista tornou-se destino, colocando um ponto final à trajetória de muitos imigrantes e descendentes, que descobriram na região, após muitas dificuldades, seu porto-seguro, mesmo com sua terra natal estando do outro lado do planeta.

CONCLUSÕES

Buscou-se, até aqui, apresentar através de dados, imagens e relatos, um pouco do que se passou com a imigração japonesa para o estado de São Paulo, a partir da análise dos três fluxos principais, conformados através de elementos legais e condicionantes à imigração, elencando o processo de transformação das características sociodemográficas da população envolvida, bem como elementos que diagnosticaram a importância do espaço na dinâmica migratória. Tais elementos foram observados ainda a partir de um estudo de caso, a região da Alta Paulista, cujo propósito foi, através de um recorte espacial, aprofundar o conhecimento sobre espaços ocupados pelos imigrantes, e sua relação com o território, apresentando o panorama verificado em momentos distintos, e direcionando a atenção a espaços que não são comumente abordados na bibliografia. Com este trabalho, pretendeu-se dar uma contribuição aos estudos sobre a imigração japonesa no Brasil, trazendo à discussão uma visão pautada pela análise demográfica, além de considerações sobre a distribuição espacial da população, considerando-se o espaço como um componente fundamental da dinâmica demográfica.

Para a realização das análises apresentadas, foram utilizados dados secundários de duas fontes principais: o Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*, também referenciado neste trabalho como Censo da Colônia; e os Censos Demográficos do IBGE. Outras fontes, como imagens, relatos e documentos, procuraram ampliar o escopo analítico apresentado a partir das fontes de dados secundários. As fontes de dados principais utilizadas possibilitaram o levantamento das características sociodemográficas, de imigrantes e descendentes, em distintos momentos no tempo, o que foi essencial para compreender as diferenças entre os fluxos dos imigrantes.

O Censo da Colônia trouxe informações extremamente importantes para compreender as características e composição da população imigrante e das gerações de descendentes, disponibilizando dados que retratam a situação dessa população no momento da aplicação do Censo, em 1958, bem como dados históricos, com informações desde a chegada dos primeiros fluxos de japoneses ao Brasil em 1908. Tal fonte foi fundamental para a compreensão da situação e das características da comunidade Nikkei, especialmente no estado de São Paulo, e para ter acesso a informações que dificilmente se veem contempladas em recenseamentos, como as questões referentes aos deslocamentos dos imigrantes, em termos dos movimentos por eles realizados durante o período inquirido. Esses dados possibilitaram traçar, em distintos momentos, quais as origens e destinos dos movimentos dos imigrantes e seus descendentes no estado de São Paulo, as regiões com maior circulação e os principais

locais que receberam ou forneceram imigrantes. Foi possível verificar ainda a distribuição espacial dessa população, através das informações sobre sua presença nos municípios do estado.

De modo geral, os dados disponíveis no Censo da Colônia possuem uma vasta gama de informações, que raramente são observadas em outros inquéritos referentes a grupos ou populações de imigrantes, permitindo diversas análises, especialmente de cunho demográfico. Entretanto, uma das limitações observadas é que os dados disponíveis já estão tabulados, e não há acesso aos microdados, o que limita o cruzamento de variáveis, como por exemplo, as informações por município; aspectos inerentes à sua formulação, em termos do espectro de questões utilizados no inquérito; e aplicação, visto que, apesar de contar com o apoio do IBGE e outras instituições de ensino e pesquisa, foram os próprios membros ou líderes comunitários os principais responsáveis pela aplicação dos questionários.

Outro problema encontrado neste Censo, e que talvez seja sua maior limitação, é que não houve a retomada ou reedição do levantamento em períodos subsequentes, que permitiria o acompanhamento e a avaliação dessa população no decorrer do tempo, impondo limitações, especialmente no que diz respeito à sequência dos deslocamentos e movimentos realizados pela população observada. Contudo, o volume de informações captadas e disponibilizadas, tornam o Censo da Colônia uma fonte fundamental para os estudos da imigração japonesa para o Brasil.

Considerando todos esses elementos presentes no Censo da Colônia, buscou-se, através da análise dos Censos Demográficos do IBGE, agregar informações inerentes à presença e à distribuição espacial da população de imigrantes e descendentes no estado de São Paulo. Os Censos Demográficos, mediante sua ampla cobertura, permitiram verificar em diversos momentos a presença de imigrantes e descendentes nos municípios do estado. Também em relação a estas fontes, houve a necessidade de lidar com as limitações encontradas, especialmente aquelas que diziam respeito à descontinuidade de algumas informações, como foi o caso relativo à presença de estrangeiros japoneses nos municípios, disponíveis apenas para os Censos de 1920 e 1940. Além disso, houve a necessidade de contornar a ausência de informações mais precisas, que permitiriam identificar as origens dos imigrantes, demandando, assim, a criação de *proxys* analíticas, caso, por exemplo, da utilização da variável raça/cor amarela, para identificar os imigrantes japoneses e seus descendentes, variável que só esteve disponível a partir do Censo de 1940.

Desta maneira, tendo conhecimento das limitações apresentadas pelas fontes, buscou-se, a partir da harmonização dos dados, realizar uma análise integrada, não por meio

de uma comparação direta, mas sim através de tendências que foram observadas, em variáveis semelhantes, permitindo uma análise aprofundada, em relação às características da população e sua distribuição espacial.

De acordo com os objetivos propostos, foi possível verificar que a composição e estrutura etária, a razão de sexo e as características das famílias, que compuseram os fluxos de imigrantes, diferiram nos três períodos analisados. Mudanças que em muitos casos resultaram das implicações dos condicionantes legais, relativos às políticas migratórias, que foram determinantes nesta composição, assim como, em decorrência da situação vivenciada no seu país de origem. No primeiro fluxo, entre 1908 e 1924, os imigrantes eram provenientes especialmente de áreas rurais do Japão, e imigravam com suas famílias, atendendo aos critérios exigidos, ligados à determinação de haver, ao menos, três pessoas aptas ao trabalho, que fossem maiores de 12 e menores de 45 anos. Como resultado disso, registrou-se grande presença de famílias constituídas artificialmente, e que buscavam levantar recursos para retornar ao seu país no período mais breve possível. Foi um contingente migratório jovem, cujas idades estavam concentradas entre 15 e 45 anos.

No período seguinte, 1925-1941, as mudanças na composição dos fluxos majoritários decorreram da substituição do financiamento por parte do governo e fazendeiros brasileiros, passando para as mãos do governo japonês, por meio de companhias de emigração, que viram uma oportunidade de aliviar as tensões internas e ampliar suas relações comerciais. Neste momento, passaram a ser identificados imigrantes que já chegaram no Brasil como proprietários de terras, com capacitação profissional e níveis educacionais mais elevados, e que buscavam uma permanência estendida ou permanente, ao contrário de seus predecessores. As famílias imigrantes passaram a ser constituídas por pessoas originárias também dos centros urbanos, contando com gerações mais velhas, e com uma razão de sexo mais equilibrada.

Por fim, no fluxo pós-Segunda Guerra Mundial, entre 1952 e 1973, foi possível verificar uma imigração com características distintas, graças à flexibilização das restrições à imigração individual, alterando sensivelmente a razão de sexo, que passou a ser majoritariamente masculina, bem como o tamanho e a composição familiar. As famílias eram menores numericamente, e com a maior entrada de imigrantes individuais, diminuiu a proporção de famílias “artificiais”.

Considerando os três períodos propostos e as características da composição das famílias e dos fluxos de imigrantes, constatou-se que os arranjos institucionais, preconizados a partir de dispositivos legais, foram centrais para a conformação dos fluxos, de acordo com

os critérios estabelecidos em termos de seu financiamento e das regras em torno do “tipo” de imigrante demandado. Os fluxos pré-Segunda Guerra foram amplamente formados por famílias, naturais ou artificialmente compostas, atendendo à exigência das “três enxadas”, voltados àqueles que, em tese, possuíam experiência no trabalho agrícola. O que diferencia o primeiro do segundo fluxo foi a ampliação, a partir de 1925, do escopo de imigrantes, provenientes também de centros urbanos. No terceiro fluxo houve larga ampliação da entrada de imigrantes individuais, com capacitação profissional e direcionados às propriedades de compatriotas que já haviam conseguido se estabelecer no Brasil.

Em termos de sua composição etária, considerando o período total abordado no Censo da Colônia, 1908-1958, e analisando-se tanto os imigrantes quanto seus descendentes, foi possível verificar alguns indicativos que apontam para mudanças na estrutura desta população após sua chegada ao Brasil. Considerando a estrutura etária vivenciada pela população japonesa, ao final do período considerado, em 1960, já se observava a influência da estrutura encontrada no Brasil junto aos imigrantes, e especialmente em relação aos seus descendentes. Enquanto o Japão já vivenciava um avanço na transição da fecundidade, observada a partir da diminuição proporcional da população com idades mais jovens, o Brasil ainda experimentava níveis de fecundidade altos, mantendo a base da pirâmide etária alargada. Os imigrantes, que haviam chegado majoritariamente entre os anos 1930 e 1940, já nos anos 1960 viam-se como parte de grupos mais envelhecidos, com pouca ou praticamente nenhuma presença nas idades jovens, ao contrário dos descendentes, que conforme vivenciavam o avanço das gerações, mais semelhante se tornava o comportamento da fecundidade com a população brasileira.

Impossibilitados de tirar conclusões acerca do comportamento das gerações de descendentes para esse período, que estavam praticamente no início de sua vida reprodutiva, o que se observa são tendências, que podem inclusive atentar a uma certa inércia, verificada especialmente na segunda geração, ou seja, os primeiros filhos de imigrantes nascidos no Brasil, reproduzindo, de certa forma, o comportamento vivenciado por seus pais e no seu país de origem, naquele dado momento. Tais indícios apontam também para novas possibilidades de investigação, em torno do comportamento reprodutivo dos imigrantes e dos descendentes, que não foram abordados neste momento, em razão da indisponibilidade de informações detalhadas, que não aquelas que contemplem somente a totalidade do período utilizado. Entretanto, se analisadas para períodos posteriores, podem trazer informações sobre o avanço e qual teria sido o comportamento reprodutivo dos descendentes, até períodos mais recentes, integrando, assim, questões para uma futura agenda de pesquisas.

Sobre os movimentos de imigrantes chegados ao Brasil, estes rumaram inicialmente à Antiga Zona do Café, nas proximidades de Ribeirão Preto, contando ainda com movimentos menores, ainda que significativos, em direção ao Litoral Sul e (atual) Vale do Ribeira, no estado de São Paulo. No entanto, em decorrência das dificuldades de adaptação, surtos de doenças e más condições de trabalho, muitos partiram logo em busca de novas oportunidades, em outros espaços. Os movimentos para o Oeste intensificaram-se a partir dos anos 1930 e perduraram praticamente até o início dos anos 1950. As principais regiões que receberam os imigrantes, após estes deixarem as regiões produtoras de café no entorno de Ribeirão Preto, foram a Noroeste, Alta Paulista e Sorocabana, à Oeste, seguindo a extensão das linhas férreas. Esses espaços foram amplamente ocupados por imigrantes e descendentes, principalmente pela possibilidade de aquisição de terras e da ação das empresas de colonização, que adquiriam grandes glebas, particionavam e vendiam aos imigrantes, com o intuito de formar colônias que desenvolvessem culturas agrícolas de interesse do governo japonês. Essa ocupação durou até quando grandes contingentes de imigrantes e descendentes passaram a rumar em direção à cidade de São Paulo, em busca de melhores condições de vida, que já não obtinham no campo degradado, tornando a capital do estado e seu entorno o principal destino dos imigrantes.

Dessa forma, considerando as informações sobre a distribuição espacial dos imigrantes e descendentes, e dos movimentos por eles realizados, foi possível verificar que não houve homogeneidade na sua ocupação e distribuição pelo território. Condicionados à busca por melhores condições de vida e pela viabilidade que as relações comunitárias e as redes de sociabilidade lhes proporcionavam, além de ações governamentais, os imigrantes estabeleceram uma relação dinâmica em termos da sua distribuição, verificada através de forte associação espacial, concentrada em determinadas regiões do estado de São Paulo.

Contudo, apesar destas conexões verificadas, elas acabaram associando-se àqueles imigrantes que foram pioneiros na ocupação dos espaços inexplorados, e seus descendentes passaram a buscar novas oportunidades fora desses locais, criando intensos movimentos entre as diversas regiões do estado, mas que privilegiaram a capital e seu entorno. As regiões à Oeste, e considerando especialmente o estudo de caso da Alta Paulista, ao mesmo tempo que receberam grandes contingentes, também testemunharam sua partida. A região da Alta Paulista ganhou notoriedade nas análises apresentadas, por ser o principal destino dos movimentos dos imigrantes japoneses e seus descendentes, entre 1925 e 1941, e uma das principais origens entre 1942 e 1951, e 1952 a 1958. Soma-se a isso a grande presença

proporcional dessa população em relação ao total dos municípios da região, e em relação ao estado de São Paulo.

A permanência e a presença ainda representativa, em dias atuais, de imigrantes e da comunidade Nikkei na região, deve-se principalmente aos imigrantes que estabeleceram suas raízes, mas que viram seus filhos, netos e bisnetos rumarem em direção aos grandes centros urbanos, em busca de oportunidades melhores, que o campo e o interior já não lhes poderiam oferecer.

Ainda que as informações observadas, a partir dos dados de fluxo e relativos à presença de imigrantes e descendentes nos municípios de São Paulo, indiquem grandes entradas, seguidas por grande êxodo dos imigrantes, especialmente em direção à capital do estado, verificou-se, através de relatos de descendentes de imigrantes, que foram incorporados às análises, que a Alta Paulista se tornou “destino final” dos seus percursos migratórios. Os três casos explorados nas análises, revelaram situações distintas, de trajetórias que apresentaram propósitos diversos com a migração e com os deslocamentos que vivenciaram, revelando detalhes que extrapolam o que foi apresentado pela literatura, bem como pelos dados secundários. E ainda que suas histórias se diferenciem em diversos aspectos, o ponto comum entre elas foi o propósito da permanência definitiva no Brasil, mesmo considerando os distintos períodos e condições de chegada.

Cabe salientar que, por trás de todas as questões e objetivos, pensados para este trabalho, sempre estiveram os “causos” e relatos de familiares, sem os quais dificilmente o olhar e o interesse do pesquisador teriam caminhado na direção das indagações e hipóteses levantadas. Os relatos sobre o processo imigratório, vivenciado em diversos momentos, e as histórias de vida, que compuseram e foram compostas por esses momentos, aguçaram a curiosidade para tentar compreender um processo que, especialmente no âmbito da demografia histórica, traz consigo elementos pautados por eventos históricos relevantes, de movimentos e ocupações, que fomentaram o surgimento não só de regiões e municípios, mas também de relações e interações sociais, que transformariam sensivelmente a dinâmica demográfica dos lugares ocupados por essa população.

Talvez o maior estímulo à realização da investigação apresentada, tenha sido a possibilidade de construir uma análise demográfica e histórica, fomentada por documentos e análises censitárias, somadas e comparadas a depoimentos e trocas de experiências. Tais elementos colocaram a pesquisa em um espaço e momento únicos, quando observados pela perspectiva da demografia histórica, sendo possível, mesmo a partir de poucas entrevistas, obter informações que, dadas as idades avançadas dos entrevistados, em algum momento não

serão mais passíveis de serem acessadas de tal maneira, bem como em decorrência das transformações socioculturais vivenciadas pelas gerações descendentes.

Considerando os relatos que ilustraram as análises, e aproveitando as entrevistas que puderam ser realizadas, verificou-se também que determinadas informações não podem ser captadas apenas pelos dados secundários, especialmente o que diz respeito à compreensão dos caminhos percorridos e às trajetórias dos imigrantes.

Foi possível verificar, portanto, a partir da análise dos distintos períodos e espaços em que ocorreu a imigração japonesa para o estado de São Paulo, que as etapas migratórias não se enquadraram em um processo estritamente regular, mas sim, podem obedecer a “condicionantes” específicas, pois como aponta Peixoto (2007), o processo migratório caracteriza-se por seu “dinamismo”, e pode estar sujeito a fatores – especialmente aqueles verificados em curto prazo –, que interferem diretamente neste processo. Tais fatores, podem intervir no que se refere, por exemplo, ao saldo migratório, ao volume de imigrantes, bem como nas características dos fluxos. Ainda segundo o autor, as alterações vivenciadas nesta dinâmica migratória podem influir inclusive no tipo de mobilidade, em sua duração, além dos perfis sociodemográficos dos imigrantes, podendo apresentar variações nas idades predominantes, razão de sexo, qualificação, dentre outras características, elementos estes prontamente observados a partir das análises das composições dos fluxos apresentados.

As ações inerentes às mudanças verificadas no processo ou experiência migratória (RIVERA SÁNCHEZ, 2012), podem decorrer de variações na composição demográfica dos fluxos, em razão, por exemplo, da transição demográfica nos países de origem ou de destino, bem como variações mais amplas, de contexto socioeconômico e político (PEIXOTO, 2007), como por exemplo, a abertura do Japão mercado internacional, durante a Era Meiji (1868), com a intenção de modernizar o país e inseri-lo no sistema capitalista; além as guerras mundiais, que trouxeram grandes impactos sociais, políticos e demográficos ao país.

Todos esses elementos convergem com o que foi abordado em torno dos *turning points*, propostos por Hareven e Masaoka (1988). A confluência de ambas as teorias se dá no espectro dos movimentos migratórios, decorrentes de mudanças em sua dinâmica, sejam elas demográficas ou sociais, rompendo com uma noção mais “engessada” de etapas ou regimes migratórios, em direção a características mais flexíveis, ainda que mantendo determinadas regularidades e fatores explicativos verificáveis no processo (PEIXOTO, 2007); tais mudanças podem ser consideradas como os pontos de virada ou de inflexão, determinantes à realização da migração, verificadas na população de imigrantes e descendentes de japoneses.

Verificou-se que, neste processo dinâmico da imigração, fomentado por acontecimentos históricos e transformações sociopolíticas e econômicas, que permearam a composição sociodemográfica dos fluxos, foi possível observar ainda a atuação do componente espacial.

A ação do espaço pôde ser observada a partir da relação entre a territorialização, com o surgimento de espaços ocupados e de circulação dos imigrantes, e da territorialidade, verificada a partir de elementos associativos entre os espaços ocupados. Tais elementos foram comprovados a partir da robustez dos resultados obtidos através dos índices de autocorrelação espacial e regionalização utilizados.

A distribuição espacial esteve atrelada diretamente aos arranjos institucionais, em função do tipo de financiamento à imigração e de acesso à propriedade, bem como à existência de redes de sociabilidade, que moldaram os fluxos migratórios, expondo a ação conjunta, de aspectos físicos e sociais, expressos espacialmente, na construção da territorialidade.

A discussão em torno da perspectiva do território e territorialidade trazem consigo elementos que demandam ser considerados, não só na distribuição da população pelo espaço físico, mas também em relação aos aspectos socioculturais imateriais, que perfazem também as escolhas sobre quais lugares serão ocupados e sob quais condições. Entretanto, as questões relacionadas ao elemento imaterial carecem de uma análise aprofundada, em torno de elementos que não puderam ser captados apenas através de dados secundários, tal como foi observado nas análises referentes à presença dos imigrantes e descendentes nas diversas localidades do estado de São Paulo. Houve a proposta inicial de trazer à discussão outros elementos, que seriam captados por meio de entrevistas e da obtenção de informações qualitativas, com o propósito de aprofundar essas questões, mas, como apontado anteriormente, em decorrência de problemas para a realização, ligadas ao contexto pandêmico, acabaram sendo deixados para uma oportunidade futura.

Seja através das dinâmicas que envolveram os movimentos dos imigrantes – desde sua origem, na formulação dos contingentes, até o primeiro estabelecimento, e posterior encaminhamento para outras regiões –, ou pelas trajetórias que estes vivenciaram, considerando todas as experiências, exitosas ou não, o território sempre esteve em pauta quando analisados os caminhos percorridos pelos japoneses e seus familiares no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABURTO, J. M. et al. **Graduation with DemoTools**. [S. l. : s. n.], 2017. Disponível em: https://timriffe.github.io/DemoTools/articles/graduation_with_demotools.html. Acesso em: 15 jan. 2022.
- ANAZAWA, T. M. **Vulnerabilidade e território no litoral norte de São Paulo: indicadores, perfis de ativos e trajetórias**. 2012. 218f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Sensoriamento Remoto, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, SP, 2012.
- ANDO, Z. **Estudos sócio-históricos da imigração japonesa**. São Paulo, SP: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1976.
- ANDO, Z.; WAKISAKA, K. Sinopse histórica da imigração japonesa no Brasil. In: CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIROS (ed.). **O japonês em São Paulo e no Brasil**. São Paulo, SP, 1971.
- ANDRADE, D. J.; SOUZA, A. A. M; GOMES, C. Análise espacial por regionalização de áreas: o uso do método Skater no estudo da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. **Geografia**, Rio Claro, SP, v. 40, n. 1, p. 53-71, 2015.
- ANJOS, G. A questão “cor” ou “raça” nos censos nacionais. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, RS, v. 41, n. 1, p. 103-118, 2013.
- ANSELIN, L. **SpaceStat tutorial: a workbook for using spacestat in the analysis of spatial data**. Urbana-Champaign, IL: University of Illinois, 1992.
- ASSUNÇÃO, R. M. et al. Efficient regionalization techniques for socio-economic geographical units using minimum spanning trees. **International Journal of Geographical Information Science**, [S. l.], v. 20, n. 7, p. 797-811, 2006. DOI. 10.1080/13658810600665111.
- BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2012.
- BALÁN, J. **Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórica comparativa**. São Paulo, SP: Difusão Européia do Livro, 1974.
- BASSENEZI, M. S. C. B. et al. **Atlas da imigração internacional em São Paulo 1950-1950**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2008.
- BASSANEZI, M. S. C. B.; TRUZZI, O. M. S. Plantadores do futuro: japoneses em São Paulo na primeira metade do Século XX. In: IBGE. **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 2008. p. 73-87.
- BASSANEZI, M. S. C. B. População, imigração e propriedade da terra: procedimentos de pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2006.
- BASSANEZI, M. S. C. B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo**. 2. ed. São Paulo, SP: FNUAP, 1995. p. 1-38.
- BEERS, H. S. Six-term formulas for routine actuarial interpolation. **The Record of the American Institute of Actuaries**, USA, v. 34, n. 69, p. 59-60, 1945.

BELTRÃO, K. I.; SUGAHARA, S.; KONTA, R. Vivendo no Brasil: características da população de origem japonesa. In: IBGE. **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 2008. p. 55-71.

BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches**. Lanham, MD: AltaMira Press, 2005.

BONATTI, T. F. Entre famílias e enxadas: os três principais fluxos imigratórios dos japoneses para o Brasil (1908-1958) e suas diferentes características demográficas. **Revista de Demografia Histórica – Journal of Iberoamerican Population Studies**, Madrid, XXXVIII, II, p. 67-87, 2020.

BONATTI, T. F.; SCOTT, A. S. V. O Censo the japanese immigrant in Brazil: suas limitações e potencialidades no âmbito dos estudos da Demografia Histórica e da análise dos processos de integração e assimilação dos imigrantes japoneses (1908-1962). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., 2018, Poços de Caldas, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2018.

BONGAARTS, J. The formal demography of families and households: an overview. **Newsletter / International Union for the Scientific Study of Population**, Liège, n. 17, p. 27-42, 1983.

BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68707>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand. 1998.

BRASIL. Presidência do Brasil. Casa Civil. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o34.htm. Acesso em: 23 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatísticas. **Censo Demográfico de 1920**. Censos demográficos brasileiros de 1872-1920. Recenseamento do Brasil. v. IV, 4ª parte, População. Recenseamento de 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro, RJ: Typ. da Estatísticas, 1929. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: abr. 2022.

BRASS, W. The formal demography of families and households: an overview of the proximate determinants. **In The Family**, London, n. 31, p. 37-49, 1983.

CÂMARA, G.; CARVALHO, M. S. **A tutorial on spatial analysis of área**. (s. d.) Disponível em: http://www.dpi.inpe.br/gilberto/tutorials/spatial_analysis/spatial_analysis_areas.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

CAMARGO, E. C. G.; MONTEIRO, A. M. V. **Regionalização via Skater: curso Análise Espacial de Dados Geográficos**. São José dos Campos, SP: INPE, 2010. Disponível em: http://www.dpi.inpe.br/terraview_previous_hidden/docs/tutorial/Aula8.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

CAMARGO, J. F. **Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos: ensaios sobre as relações entre a demografia e a economia**. São Paulo, SP: Edusp, 1952.

CANO, W. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. **Revista EconomiA**, Brasília, DF, v. 13, n. 3b, p. 897-916, 2012.

- CANO, W. **Migrações, desenvolvimento e crise no Brasil**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 1996.
- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo, SP: Difel, 1977.
- CARDOSO, R. C. L. **Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo**. São Paulo, SP: Kaleidos-Primus Consultoria e Comunicação Integrada, 1972.
- CARNEIRO, M. L. T. A biotipia do imigrante ideal: nem negro, nem semita, nem japonês. In: CARNEIRO, M. L. T.; TAKEUCHI, M. Y. (org.). **Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória**. São Paulo, SP: Edusp, 2010. p. 63-96.
- CARVALHO, J. A. M.; WONG, L. L. R. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 24, n. 3, p. 597-605, 2008.
- CARVALHO, J. A. M.; WOOD, C. H.; ANDRADE, F. C. D. Notas acerca das categorias de cor dos censos e sobre a classificação subjetiva de cor no Brasil: 1980/90. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 20, n. 1, p. 29-42, 2003.
- CASTRO, M. S. et al. Regionalização como estratégia para a definição de políticas públicas de controle de homicídios. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 20, n. 5, p. 1269-1280, 2004.
- CENB – CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIROS. **Levantamento da população de japoneses e seus descendentes residentes no Brasil (1987-1988)**. São Paulo, SP, 1988. Disponível em: [https://www.cenb.org.br/articles/display_pt/Pesquisa%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20descendentes%20de%20japoneses%20residentes%20no%20Brasil%20\(1987-1988\)](https://www.cenb.org.br/articles/display_pt/Pesquisa%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20descendentes%20de%20japoneses%20residentes%20no%20Brasil%20(1987-1988)). Acesso em: 19 jul. 2019.
- CHAPMAN, D. Geographies of self and other: mapping Japan through the Koseki. **The Asia Pacific Journal**, Boston, v. 9, n. 2, p. 1-20, 2011. Disponível em: <https://apjjf.org/-David-Chapman/3565/article.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- COOK, T. F. Cataclysm and career rebirth: the imperial military elite. In: PLATH, D. W. (ed.). **Work and Lifecourse in Japan**. New York, NY: State University Press of New York, 1983. p. 135-155.
- COSTA, I. N. Demografia histórica: algumas observações. **Saeculum Revista de História**, João Pessoa, PB, n. 24, p. 213-225, 2011.
- DESLANDES, S. F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 31-60.
- DOODY, O.; NOONAN, M. Preparing and conducting interviews to collect data. **Nurse Researcher**, [S. l.], v. 5, n. 20, p. 28-32, 2013.
- DUNCAN, O. D.; DUNCAN, B. A methodological analysis of segregation indexes. **American Sociological Review**, Washington, DC, v. 20, n. 2, p. 210-217, 1955.
- EGLER, T. T. C. Espaço social e política urbana global. In: POGGIESE, H.; EGLER, T. T. C. (comp.). **Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática**. Buenos Aires: CLACSO, 2009. (Colección Campus Virtual).
- EILERS, P. H. C. Ill-posed problems with counts, the composite link model and penalized likelihood. **Statistical Modelling**, London, v. 7, n. 3, p. 239-254, 2007.

- EISENSTADT, S. N. **The absorption of immigrants: a comparative study based mainly on the Jewish Community in Palestine and the State of Israel.** London: Routledge & Kegan Paul, 1954.
- FAMILYSEARCH. **Brasil, São Paulo, cartões de imigração, 1902-1980.** [S. l.], s.d. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:Q235-TMY9>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- FERREIRA, G. S. Expansão da população asiática no Brasil e no Rio Grande do Sul (2000-2010). **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, RS, n. 28, p. 124-139, 2016.
- FERREIRA, R. H. **Migrações internacionais: Brasil ou Japão o movimento de inserção do dekassegui no espaço geográfico pelo consumo.** 2007. 179f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.
- FRITSCH, F. N.; CARLSON, R. E. Monotone piecewise cubic interpolation. **SIAM Journal on Numerical Analysis**, Philadelphia, PA, v. 17, n. 2, p. 238-246, 1980.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Desmembramento dos municípios paulistas.** São Paulo, SP, s. d. Disponível em: <https://produtos2.seade.gov.br/visualizacao/desmembramentosp/>. Acesso em: 07 jul. 2022.
- GETIS, A.; ORD, J. K. Local spatial statistics: an overview. In: LONGLEY, P.; BATTY, M. (ed.). **Spatial analysis: modelling in a GIS environment.** New York, NY: John Wiley & Sons, Inc., 1996. p. 261-277.
- GIL, I. C. **Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos.** Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional. 2007. 395f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2007.
- GIL, I. C. Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, Ano 7, n. 4, p. 5-19, 2004.
- GIL, I. C.; FERNANDES, B. M. Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, Ano 8, n. 6, p. 75-91, 2005.
- GIVISIEZ, G. H. N. Introdução a métodos de estimativas e interpolação populacionais. In: RIANI, J. L. R.; RIOS-NETO, E. L. G. (org.). **Introdução à demografia da educação.** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004. p.45-70.
- GRIBAUDI, M. **Itinéraires ouvriers: espace et groupes sociaux à Turin au début du xxe siècle.** Paris: Éditions. E.H.E.S.S., 1987.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, RJ, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização.** Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2004.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo, SP: Centauro, 2008.
- HANDA, T. **O imigrante japonês: histórias de sua vida no Brasil.** São Paulo, SP: T.A. Queiroz/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.
- HAREVEN, T. K. Historia de la familia y la complejidad del cambio social. **Revista de Demografía Histórica**, Madrid, v. 13, n. 1, p. 99-149, 1995.

HAREVEN, T. K.; MASAOKA, K. Turning points and transitions: perceptions of the life course. **Journal of Family History**, Thousand Oaks, v. 13, n. 3, p. 271-289, 1988.

HAREVEN, T. K. Introduction: the historical study of the life course. In: HAREVEN, T. K. (ed.). **Transitions: the family and the life course in historical perspective**. Washington, DC, 1978. p. 1-16.

HIRANO, F. Y. **O caminho para casa: o retorno do Dekasseguis**. 2005. 172f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279350>. Acesso em: 15 jan. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro, RJ, v. 8, p.1-105, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_. Acesso em: 18 jan. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro, RJ, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 21 dez. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1960**. Rio de Janeiro, RJ, 1960.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1950**. Rio de Janeiro, RJ, 1950.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 1940.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatísticas. **Censo Demográfico de 1920**. Rio de Janeiro, RJ: Typ. da Estatísticas, 1920. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: abr. 2022.

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Operações de análise espacial**. São José dos Campos, s. d. (Aula 8). Disponível em: http://www.dpi.inpe.br/terraview_previous_hidden/docs/tutorial/Aula8.pdf. Acesso em: jan. 2022.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Um estudo das metodologias e funcionalidades dos índices de segregação espacial. **Texto para Discussão 1655**, Brasília, DF, 2011.

JOVIANO, C. V. M. O Colono e o Índio na ocupação da Nova Alta Paulista. **ANAP Brasil**, Tupã, SP, v. 4, n. 4, p. 42-51, 2011.

JYE, C. T.; SHYU, D. J. Y.; MENEZES JR., A. J. B. Os imigrantes chineses no Brasil e a sua língua. **Synergies Brésil**, Florianópolis, SC, n. 7, p. 57-64, 2009.

- KISHIMOTO, T. M.; DEMARTINI, Z. B. **Educação e cultura: Brasil e Japão**. São Paulo, SP: Edusp, 2012.
- KIYOTANI, M.; YAMASHIRO, J. Do Kasato-Maru até a década de 20. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). **Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo, SP: Hucitec, 1992. p. 63-135.
- KODAMA, K.; SAKURAI, C. Episódios da imigração: um balanço de 100 anos. IBGE. **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 2008. p. 17-29.
- LEVY, M. S. F. Natureza e fonte de dados demográficos. In: SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECSÁNYI, T. (org.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo, SP: T. A. Queiroz, 1980. p. 86-102.
- LOSNACK, C. J. Territorialidades do Oeste de São Paulo: transformações e interpretações. **História**, São Paulo, SP, v. 36, p. 2-31, 2017.
- LOVE, J. L. **A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1982.
- MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, SP, v.26/27, p.149-158, 1990/1991.
- MARANDOLA JR, E.; DAL GALLO, P. M. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 27, n. 2, p. 407-424, 2010.
- MARANDOLA JR., E. Insegurança existencial e vulnerabilidade no habitar metropolitano. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, MG, v. 18, n. 29, p. 39-58, 2008.
- MARCILIO, M. L. A. Demografia histórica brasileira nesse final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, DF, v. 14, n. 1-2, p. 125-143, 1997.
- MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo, SP: Hucitec, 1996.
- MELLO, D. L. A multiplicação de municípios no Brasil. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, RJ, v. 39, n. 203, p. 23-28, 1992.
- MILLIET, S. **Roteiro do Café e outros ensaios: contribuição para a história econômica e social do Brasil**. São Paulo, SP: [s. n.], 1938.
- MITA, C. **Bastos: uma comunidade étnica japonesa no Brasil**. São Paulo, SP: Humanitas, 1999.
- MIYAO, S.; YAMASHIRO, J. Período em branco na corrente imigratória e os distúrbios na comunidade japonesa. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). **Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo, SP: Hucitec, 1992. p. 247-381.
- MONBEIG, P. **Pionniers et planteurs de São Paulo**. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.
- MOTOYAMA, S.; OKUBARO, J. J. **Do conflito à integração: uma história da imigração japonesa no Brasil**. Campinas, SP: Editora Paulo's, 2016.
- MOTOYAMA, S. O museu histórico da imigração japonesa no Brasil. **Comunicação & Educação**, São Paulo, SP, v. 13, n. 3, p. 133-138, 2008.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Listas de bordo. **Acervo Digital**. São Paulo, SP, s. d. Disponível em: <http://www.inci.org.br/acervodigital/passageiros.php>. Acesso em: 19 jul. 2019.

MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. **Sistema de busca Ashiato**. São Paulo, SP, s. d. Disponível em: <http://www.museubunkyo.org.br/ashiato/web2/imigrantes.asp>. Acesso em: 19 jul. 2019.

NAKASUMI, T.; YAMASHIRO, J. Período do pós-guerra. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). **Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo, SP: Hucitec, 1992.

NEVES, M. C. et al. **Análise exploratória espacial de dados sócio-econômicos de São Paulo**. Salvador, BA: GIS Brasil, 2000.

NEUPERT, R. F. El cálculo de las edades simples en las proyecciones de población. **Población y Desarrollo**, Paraguay, v. 24, n. 47, p. 35-46, 2018. Disponível em: <http://scielo.iics.una.py/pdf/pdfce/v24n47/2076-054X-pdfce-24-47-00035.pdf>. Acesso em: dez. 2021

NINOMIYA, M. O centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão. **Revista USP**, São Paulo, SP, n. 28, p. 245-250, 1996.

NOGUEIRA, A. R. A abertura da emigração no Japão. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). **Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo, SP: Hucitec, 1992.

NOGUEIRA, A. R. **Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil**. São Paulo, SP: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1984.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Agencia Oficial de Colonização e Trabalho: Colonos Japonezes. **Acervo Estadão**, São Paulo, SP, 01/06/1908a. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina#!/19080601-10766-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 19 abr. 2021.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Estados Unidos e Japão: carta do official. **Acervo Estadão**, São Paulo, SP, 15/01/1908b. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina#!/19080115-10629-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 19 abr. 2021.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Notas e informações. **Acervo Estadão**, São Paulo, SP, 24/06/1908c. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina#!/19080624-10789-nac-0002-999-2-not> Acesso em: 19 abr. 2021.

OCADA, F. K. Uma reconstrução da memória da imigração japonesa no Brasil. **Teoria e Pesquisa**, São Carlos, SP, v. 1, n. 49, p. 141-164, 2006.

OCADA, F. K. A cultura e o Habitus Japonês: ingredientes da experiência. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2002a.

OCADA, F. K. **Nos subterrâneos do modelo japonês, os 3Ks: Kitanai (sujo), Kiken (perigoso) e Kitsui (pesado)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2002b.

OHNO, S. Transnational citizenship and deterritorialized identity: the meanings od nikkei diasporas' shuttling between the Philippines and Japan. **Asian Studies**, [S. l.], v. 44, n. 1, p. 1-22, 2008. Disponível em: <https://asj.upd.edu.ph/mediabox/archive/ASJ-44-1-2008/ohno.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.

OLIVEIRA, A. C.; TARELOW, G. Q. O. “Perigo amarelo”: Imigração japonesa, eugenia e os discursos de A. C. Pacheco e Silva na assembleia Constituinte (1933-1934). In: MOTA, A.; MARINHO, G. S. M. C. (org.). **Saúde e história de migrantes e imigrantes: direitos, instituições e circularidades**. São Paulo, SP: Casa de Soluções e Editora, 2014. p. 17-41. (Coleção Medicina, Saúde e História, 5).

OEА – ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. **Ata final da III Reunião de Consulta aos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas**. Washington, DC, 2021. Disponível em: <https://www.oas.org/consejo/sp/RC/Actas/Acta%203.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.

ONU – UNITED NATIONS ORGANIZATION. **Manual II: methods of appraisal of quality of basic data for population estimates**. New York, NY, 1955. (Population Studies, London, n. 23). Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3926470?ln=en>. Acesso em: 15 jan. 2022.

PAIVA, O. C. Migrações Internacionais pós Segunda Guerra Mundial: a influência dos EUA no controle e gestão dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 a 1960. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-SP, 19., 2008, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo, SP: ANPUH, 2008.

PATARRA, N. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo, SP: FUNAP, 1995.

PATTON, M. Q. **Qualitative evaluation and research methods**. 2. ed. Newbury Park: Sage Publications, 1990.

PEIXOTO, J. Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal. **Análise Social**, Lisboa, v. 42, n. 183, p. 445-469, 2007.

PEREIRA, N. O. M.; OLIVEIRA, L. A. P. Trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil: Censo Demográfico 1920/2000. IBGE. **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 2008. p. 33-53.

PERES, R. G. **Mulheres na fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá – MS**. 2009. 211f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

PETRONE, M. T. S. **O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1982.

PETRONE, M. T. S. Imigração. In: FAUSTO, B. (org.). **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Difel, 1978. (Tomo III – O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930)).

PETRUCCELLI, J. L. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. In: PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (org.). **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2013. (Estudos e Análises: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 2).

PIZA, E.; ROSEMBERG, F. Cor nos Censos Brasileiros. **Revista USP**, São Paulo, SP, n. 40, p. 122- 137, 1998-99.

PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1980.

PRESTON, S. H.; ELO, I. T.; STEWART, Q. Effectsof age misreporting on mortality estimates at older ages. **Population Studies**, London, v. 53, n. 2, p. 165-177, 1999.

- RAMOS, F. R. **Análise espacial de estruturas intra-urbanas: o caso de São Paulo**. 2002. 141f. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) – Pós-Graduação em Sensoriamento Remoto, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, São José dos Campos, SP, 2002. Disponível em: <http://mtc-m12.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/marciana/2003/04.14.11.38/doc/publicacao.pdf>. Acesso em: jan. 2022.
- RAMOS, J. S. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (org.). **Raça, ciências e sociedade**. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRIZ/CCBB, 1996.
- RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. (org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, CE: BNB, Tomo 1, 1980. p. 19-88.
- RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. **Journal of the Statistical Society of London**, London, v. 48, n. 2, p. 167-227, 1885.
- REGUEIRA, A. T. R. **As fontes estatísticas em relações raciais e a natureza da investigação do quesito cor nas pesquisas sobre a população no Brasil: contribuição para os estudos das desigualdades raciais na educação**. 2004. 239f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2004.
- RENNER, C. H.; PATARRA, N. L. Migrações. In: SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECSÁNYI, T. (org.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo, SP: T. A. Queiroz, 1980. p. 236-260.
- RIFFE, T. et al. Boom, echo, pulse, flow: 385 years of Swedish births. **MPIDR Working Paper**, Germany, 2019.
- RIVERA SÁNCHEZ, L. Las trayectorias en los estudios de migración: una herramienta para el análisis longitudinal cualitativo. In: ARIZA, M; VELASCO, L. (coord.). **Métodos cualitativos y su aplicación empírica: por los caminos de la investigación sobre migración internacional**. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales; El Colegio de la Frontera Norte, A. C., 2012. p. 455-494.
- ROFMAN, A. B. **Dependencia, estructura de poder y formación regional en América Latina**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1974.
- RUGGLES, S. Family demography and family history: problems and prospects. **Historical Methods**, v. 23, n. 1, p. 22-30, 1990.
- RUOFF, K. J. **Imperial Japan at its zenith: the wartime celebration of the empire's 2.600th anniversary**. New York, NY: Cornell University Press, 2010.
- SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SAITO, H. **O japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação**. São Paulo, SP: Sociologia e Política, 1961.
- SAKURAI, C. Dos passageiros do Kasato Maru aos aviões da Varig: quem eram os imigrantes? IBGE. **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 2008. p. 121-135
- SAKURAI, C. **Os japoneses**. São Paulo, SP: Contexto, 2007.

- SAKURAI, C. Tensões dentro de um mesmo grupo: os japoneses do pós-guerra e os antigos imigrantes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004.
- SAKURAI, C. **Imigração tutelada: os Japoneses no Brasil**. 2000. 191f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.
- SALINAS, R. N. El cálculo de las edades simples en las proyecciones de población. **Población y Desarrollo**, Paraguay, v. 24, n. 47, p. 35-46, 2018.
- SALLES, M. R. R.; PAIVA, O. C.; BASTOS, S. R. O imigrante italiano e o patrimônio cultural paulistano no Pós-Segunda Guerra Mundial. In: BAENINGER, R.; DEDECCA, C. (org.). **Processos migratórios no Estado de São Paulo: estudos temáticos**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2013. p. 143-150. (Por Dentro do Estado de São Paulo, v. 10)
- SALLES, M. R. R. Panorama da imigração no Pós-Segunda Guerra Mundial. **Studi Emigrazione**, Roma, Itália, v. 155, 2004.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo, SP: Edusp, 2012.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed. São Paulo, SP: Edusp, 2004.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do Séc. XXI**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001.
- SANTOS, S. M.; SOUZA, W. V. (org.). **Introdução à estatística espacial para a saúde pública**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007. (Série Capacitação e Atualização em Geoprocessamento em Saúde, v. 3).
- SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo Uerj**, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.
- SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, Florianópolis, SC, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.
- SASAKI, K. Between emigration and immigration: japanese emigrants to Brazil and their descendants in Japan. In: YAMASHITA, S. et al. (ed.). **Transnational migration in East Asia: Japan in a comparative focus**. Osaka: National Museum of Ethnology, 2008, p. 53-66. (Senri Ethnological Reports 77). Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/268416356>. Acesso em: 29 jun. 2019.
- SASAKI, E. A imigração para o Japão. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 20, n. 57, p. 99-117, 2006.
- SBCJ – SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). **Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo, SP: Hucitec, 1992.
- SCHMIDT, M. The Sankey diagram in energy and material flow management. Part II: Methodology and current applications. **Journal of Industrial Ecology**, Cambridge, v. 12, n. 1, p. 82-94, 2008.
- SCOTT, A. S. V.; BASSANEZI, M. S. C. B. Molliamo tutto e ce ne andiamo a vivere in Brasile! D'accordo?: trajetórias de imigrantes italianos em São Paulo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MICRO-HISTÓRIA, TRAJETÓRIAS E IMIGRAÇÃO, 3., 2018, São Leopoldo, RS. **Anais...** [S. l. : s. n.], 2018.

- SCOTT, A. S. V. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. **História: Questões & Debates**, Curitiba, PR, v. 51, n. 2, p. 13-29, 2009.
- SCOTT, A. S. V. A imigração portuguesa para o Brasil a partir de uma perspectiva microanalítica. **História Unisinos**, São Leopoldo, RS, v. 11, n. 1, p. 117-122, 2007.
- SCOTT, A. S. V. Imigração e redes de sociabilidades: a migração portuguesa para a Nova Lousã (Brasil) entre as décadas de 1860 e 1880. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. Braga, 2005. **Anais...** 2005.
- SEYFERTH, G. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, RS, v. 6, n. 14, p. 143-176, 2000.
- SEYFERTH, G. Imigração, colonização e identidade étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no Sul do Brasil). **Revista de Antropologia**, n. 29, p. 57-71, 1986.
- SEYFERTH, G. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis, SC: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- SHISHITO, K. T. **A expectativa temporal e a permanência de brasileiros no Japão**. 2012. 141f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.
- SHOJI, R. **Imigração Chinesa e Coreana**. São Paulo, SP: PUC-SP, 2004. Disponível em: http://www.pucsp.br/rever/rv3_2004/p_shoji.pdf. Acesso em: 14 fev. 2020.
- SINGER, P. Campo e cidade no contexto histórico latino-americano. **Revista Mexicana de Sociología**, México, v. 35, n. 2, p. 301-319, 1973.
- SMADS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo – 2021**. São Paulo, SP, 2022. (Relatório final). Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626. Acesso em: 14 jun. 2022.
- SMITH, J. A.; OSBORN, M. Interpretative phenomenological analysis. In: SMITH, J. A. (ed.). **Qualitative psychology: a practical guide to research methods**. London: Sage, 2003. p. 51-80.
- SOUCHAUD, S.; FUSCO, W. Uniões exogâmicas dos migrantes bolivianos na fronteira do Brasil. **Revista Travessia**, São Paulo, SP, n. 63, p. 32-38, 2009.
- SOUZA, A. A. A formação histórica do Oeste Paulista: alguns apontamentos sobre a introdução da imigração japonesa. **Geografia em Atos**, Presidente Prudente, SP, v. 1, n. 8, p. 31-38, 2008.
- SPRAGUE, T. B. Explanation of a new formula for interpolation. **Journal of the Institute of Actuaries**, Oxford, v. 22, n. 4, p. 270-285, 1880.
- STANIFORD, P. Nihon ni itemo shôganai: o background, a estratégia e a personalidade do imigrante japonês no além-mar. In: SAITO, H.; MAEYAMA, T. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.
- SUZUKI, L. S. A. **Entre idas e vindas: trabalho, arranjos familiares e domésticos e expectativas de retorno entre brasileiros no Japão**. 2013. 112f. Dissertação (Mestrado em

Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2013.

SUZUKI, T. A imigração japonesa no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, SP, n. 39, p. 57-65, 1995.

SUZUKI, T. **The japanese immigrant in Brazil**: narrative part. Japan: University of Tokyo Press, 1969.

SUZUKI, T. **The japanese immigrant in Brazil**: statistical tables. Japan: University of Tokyo Press, 1964.

TAEUBER, I. B. Japan's demographic transition re-examined. **Population Studies**, London, v. 14, n. 1, p. 28-39, 1960.

TAEUBER, I. B. **The population of Japan**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1958.

TAKENAGA, B. S. A divisão Histórica Japonesa. **Estudos Japoneses**, São Paulo, SP, n. 07, p.5-20, 1987.

TAKEUCHI, M. Y. O império do sol nascente no Brasil: entre a idealização e a realidade. In: CARNEIRO, M. L. T.; TAKEUCHI, M. Y. (org.). **Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória**. São Paulo, SP: Edusp, 2010.

TAKEUCHI, M. Y. **O perigo amarelo**: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945). São Paulo, SP: Humanitas, 2008.

TANIGUTI, G. T. Imigrantes japoneses e mercado de trabalho agrícola em São Paulo: 1908-1958. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-SP, 21., 2012, Campinas, SP. **Anais...** Campinas: São Paulo, SP: ANPUH, 2012.

TRUZZI, O. et al. **Migrações internacionais no interior paulista**: contextos, trajetórias e associativismo. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2021.

TRUZZI, O.; VOLANTE, J. P. Percursos migratórios intergeracionais e dinâmicas de implantação de imigrantes estrangeiros no oeste paulista (1880-1950). In: TRUZZI, O. (org.). **Migrações internacionais no interior paulista**: contextos, trajetórias e associativismo. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2021. p. 13-44.

TRUZZI, O. et al. **Percursos histórico-sociais na incorporação de imigrantes no oeste paulista (1880-1950)**. São Carlos, SP: CECH/UFSCAR, 2016-2018. (Projeto Temático).

TRUZZI, O. Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 55, n. 2, p. 517-553, 2012.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, São Paulo, SP, v. 20, n. 1, p. 199-218. 2008.

TSUCHIDA, N. **The japanese in Brazil, 1908-1941**. 1978. 398f. Tese (Doutorado) – University of California, Califórnia, 1978.

UCHIYAMA, K.; TAJIRI, T.; YAMASHIRO, J. Emigração como política de Estado. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). **Uma epopéia moderna**: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo, SP: Hucitec, 1992.

UNECE – UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE. **Annual report 2006**. Geneva, 2006. (Economic and Social Council. Official Records). Disponível em: https://unece.org/DAM/commission/2006/ANNUAL_REPORT_2006.pdf. Acesso em: 04 dez. 2021.

VERAS, D. B. Imigrantes chineses no Brasil: o caso de São Paulo. **Revista Iberoamericana de Estudios de Asia Oriental**, [S. l.], v. 3, p. 123-157, 2010.

VIEIRA, F. I. S. **O japonês na frente de expansão paulista**: o processo de absorção do japonês em Marília. São Paulo, SP: Edusp; Pioneira, 1973.

WAKO, S. **Bauru Kannai no Hôjin** (Japoneses da Região de Bauru). [S. l. : s. n.], 1939.

WEBER, M. **The methodology of the social sciences**. Florence, MA: Free Press, 1949.

YAMASHIRO, J. Os niseis entre dois penhascos. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (org.). **Uma epopéia moderna**: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo, SP: Hucitec, 1992. p. 137-246.

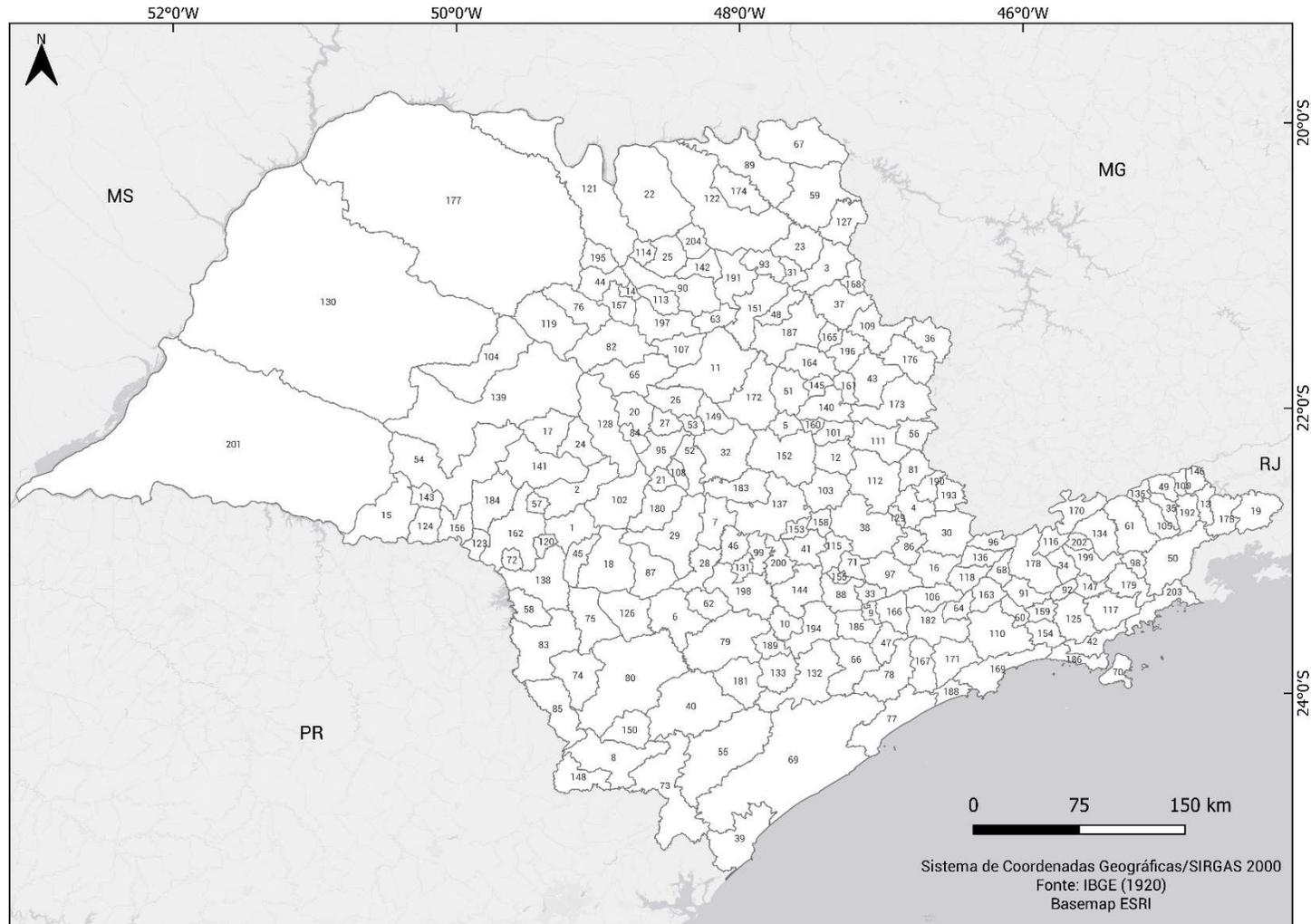
YOSHIDA, Y. Sources and causes of japanese emigration. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 157-167, 1909. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1011222>. Acesso em: 25 maio 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A

No Apêndice A encontram-se os mapas referentes aos municípios do estado de São Paulo de 1920, 1940, 1950, 1958 e 1960 (Figuras 103 a 107), utilizando as bases territoriais disponibilizadas pelo IBGE para os anos censitários (1920, 1940, 1950 e 1960) e a base territorial compatibilizada para o ano de 1958.

FIGURA 103 – Municípios do estado de São Paulo – 1920



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE (1920).

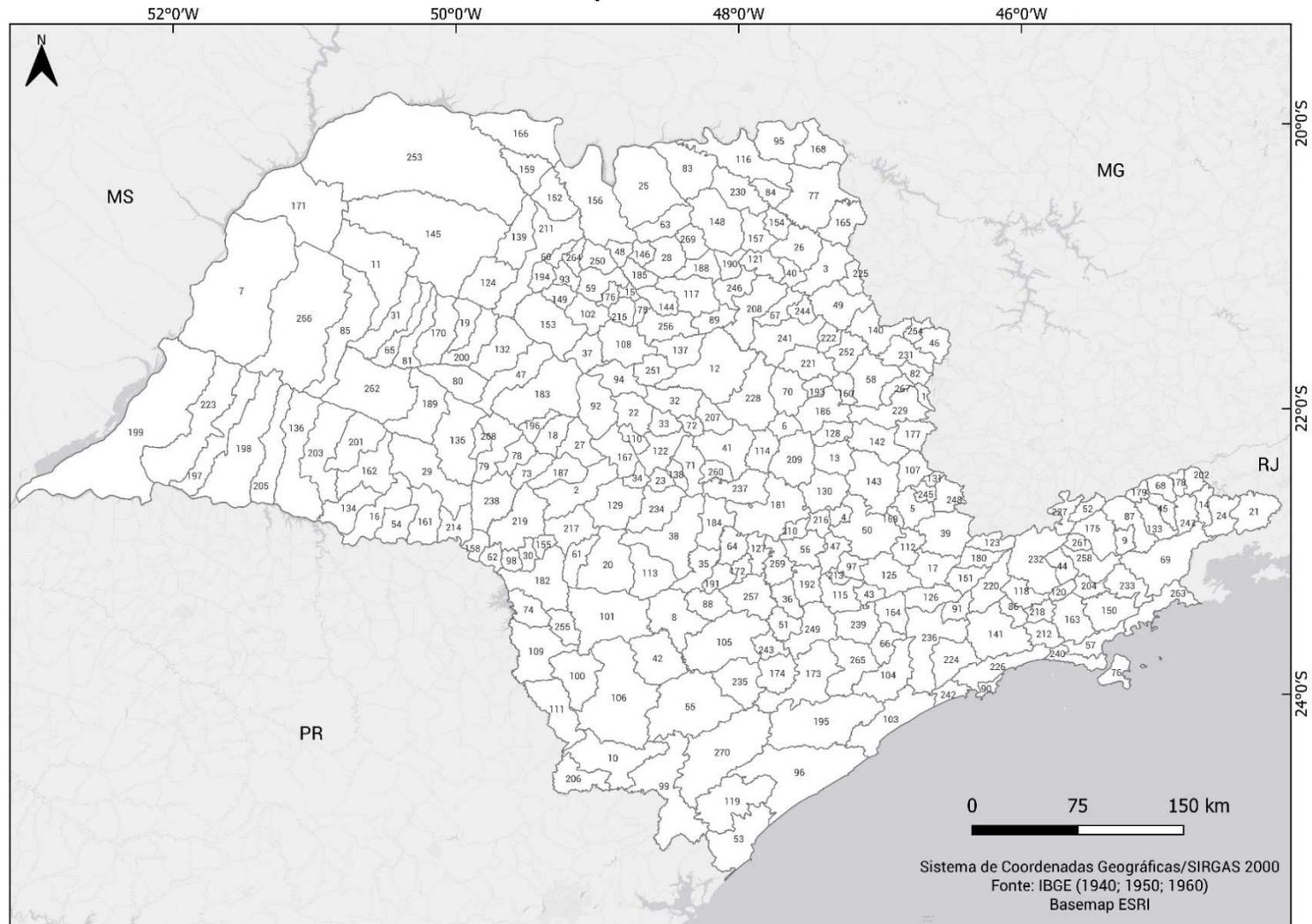
TABELA 15 – Lista de municípios do estado de São Paulo – 1920

1	Águas de Santa Bárbara	52	Dois Córregos	103	Limeira	154	Salesópolis
2	Agudos	53	Dourado	104	Lins	155	Salto
3	Altinópolis	54	Campos Novos do Paranapanema	105	Lorena	156	Salto Grande
4	Amparo	55	Eldorado	106	Mairiporã	157	Santa Adélia
5	Analândia	56	Espírito Santo do Pinhal	107	Matão	158	Santa Barbara d'Oeste
6	Angatuba	57	Espírito Santo do Turvo	108	Mineiros do Tietê	159	Santa Branca
7	Anhembi	58	Fartura	109	Mococa	160	Santa Cruz da Conceição
8	Apiáí	59	Franca	110	Mogi das Cruzes	161	Santa Cruz das Palmeiras
9	Araçariguama	60	Guararema	111	Mogi-Guaçu	162	Santa Cruz do Rio Pardo
10	Araçoiaba da Serra	61	Guaratinguetá	112	Mogi-Mirim	163	Santa Isabel
11	Araraquara	62	Guareí	113	Monte Alto	164	Santa Rita do Passa Quatro
12	Araras	63	Guariba	114	Monte Azul Paulista	165	Santa Rosa do Viterbo
13	Areias	64	Guarulhos	115	Monte Mor	166	Santana de Parnaíba
14	Ariranha	65	Ibitinga	116	Monteiro Lobato	167	Santo Amaro
15	Assis	66	Ibiúna	117	Natividade da Serra	168	Santo Antônio da Alegria
16	Atibaia	67	Igarapava	118	Nazaré Paulista	169	Santos
17	Avai	68	Igaratá	119	Novo Horizonte	170	São Bento do Sapucaí
18	Avaré	69	Iguape	120	Óleo	171	São Bernardo do Campo
19	Bananal	70	Ilhabela	121	Olímpia	172	São Carlos
20	Bariri	71	Indaiatuba	122	Orlândia	173	São João da Boa Vista
21	Barra Bonita	72	Ipauçu	123	Ourinhos	174	São Joaquim da Barra
22	Barretos	73	Iporanga	124	Palmital	175	São José do Barreiro
23	Batatais	74	Itaberá	125	Paraibuna	176	São José do Rio Pardo
24	Bauru	75	Itaí	126	Bom Sucesso	177	São José do Rio Preto
25	Bebedouro	76	Itajobi	127	Patrocínio Paulista	178	São José dos Campos
26	Boa Esperança do Sul	77	Itanhaém	128	Pederneiras	179	São Luis do Paraitinga
27	Bocaina	78	Itapeçerica da Serra	129	Pedreira	180	São Manuel
28	Bofete	79	Itapetininga	130	Penápolis	181	São Miguel Arcanjo
29	Botucatu	80	Itapeva	131	Pereiras	182	São Paulo
30	Bragança Paulista	81	Itapira	132	Piedade	183	São Pedro
31	Brodósqui	82	Itápolis	133	Pilar do Sul	184	São Pedro do Turvo
32	Brotas	83	Itaporanga	134	Pindamonhangaba	185	São Roque
33	Cabreúva	84	Itapuí	135	Piquete	186	São Sebastião
34	Caçapava	85	Itararé	136	Piracaia	187	São Simão
35	Cachoeira Paulista	86	Itatiba	137	Piracicaba	188	São Vicente
36	Caconde	87	Itatinga	138	Piraju	189	Sarapuí
37	Cajuru	88	Itu	139	Pirajuí	190	Serra Negra
38	Campinas	89	Ituverava	140	Pirassununga	191	Sertãozinho
39	Cananéia	90	Jaboticabal	141	Piratininga	192	Silveiras
40	Capão Bonito	91	Jacareí	142	Pitangueiras	193	Socorro
41	Capivari	92	Jambeiro	143	Platina	194	Sorocaba
42	Caraguatatuba	93	Jardinópolis	144	Porto Feliz	195	Tabapuã
43	Casa Branca	94	Jataí	145	Porto Ferreira	196	Tambaú
44	Catanduva	95	Jaú	146	Queluz	197	Taquaritinga
45	Cerqueira César	96	Joanópolis	147	Redenção da Serra	198	Tatuí
46	Conchas	97	Jundiaí	148	Ribeira	199	Taubaté

47	Cotia	98	Lagoinha	149	Ribeirão Bonito	200	Tietê
48	Cravinhos	99	Laranjal Paulista	150	Ribeirão Branco	201	Conceição do Monte Alegre
49	Cruzeiro	100	Lavrinhas	151	Ribeirão Preto	202	Tremembé
50	Cunha	101	Leme	152	Rio Claro	203	Ubatuba
51	Descalvado	102	Lençóis Paulista	153	Rio das Pedras	204	Viradouro

Fonte: IBGE (1920).

FIGURA 104 – Municípios do estado de São Paulo – 1940



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE (1940).

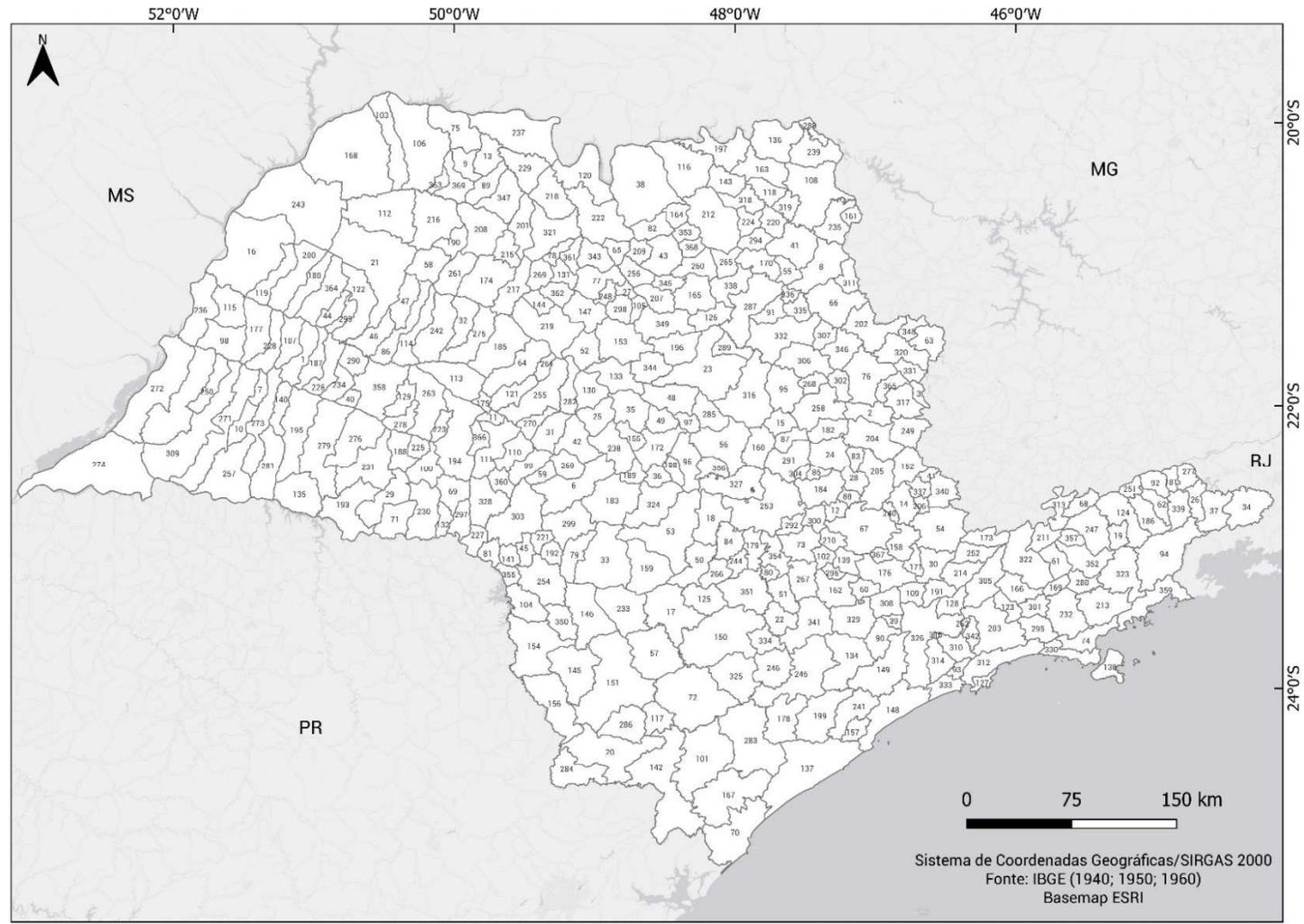
TABELA 16 – Lista de municípios do estado de São Paulo – 1940

1	Águas da Prata	69	Cunha	137	Matão	205	Regente Feijó
2	Agudos	70	Descalvado	138	Mineiros	206	Ribeira
3	Altinópolis	71	Dois Córregos	139	Mirassol	207	Ribeirão Bonito
4	Americana	72	Dourado	140	Mococa	208	Ribeirão Preto
5	Amparo	73	Duartina	141	Mogi das Cruzes	209	Rio Claro
6	Anápolis	74	Fartura	142	Mogi Guaçu	210	Rio das Pedras
7	Andradina	75	Fernando Prestes	143	Mogi Mirim	211	Rio Preto
8	Angatuba	76	Formosa	144	Monte Alto	212	Salesópolis
9	Aparecida	77	Franca	145	Monte Aprazível	213	Salto
10	Apiáí	78	Gália	146	Monte Azul	214	Salto Grande
11	Araçatuba	79	Garça	147	Monte Mor	215	Santa Adélia
12	Araraquara	80	Getulina	148	Morro Agudo	216	Santa Bárbara
13	Araras	81	Glicério	149	Mundo Novo	217	Santa Bárbara do Rio Pardo
14	Areias	82	Gramma	150	Natividade	218	Santa Branca
15	Ariranha	83	Guaiá	151	Nazaré	219	Santa Cruz do Rio Pardo
16	Assis	84	Guará	152	Nova Granada	220	Santa Isabel
17	Atibaia	85	Guararapes	153	Novo Horizonte	221	Santa Rita
18	Avai	86	Guararema	154	Nuporanga	222	Santa Rosa
19	Avanhandava	87	Guaratinguetá	155	Óleo	223	Santo Anastácio
20	Avaré	88	Guareí	156	Olímpia	224	Santo André
21	Bananal	89	Guariba	157	Orlândia	225	Santo Antônio da Alegria
22	Bariri	90	Guarujá	158	Ourinhos	226	Santos
23	Barra Bonita	91	Guarulhos	159	Palestina	227	São Bento do Sapucaí
24	Barreiro	92	Iacanga	160	Palmeiras	228	São Carlos
25	Barretos	93	Ibirá	161	Palmital	229	São João da Boa Vista
26	Batatais	94	Ibitinga	162	Paraguassú	230	São Joaquim
27	Bauru	95	Igarapava	163	Paraibuna	231	São José do Rio Pardo
28	Bebedouro	96	Iguape	164	Parnaíba	232	São José dos Campos
29	Bela Vista	97	Indaiatuba	165	Patrocínio do Sapucaí	233	São Luiz do Paraitinga
30	Bernardino de Campos	98	Ipaussú	166	Paulo de Faria	234	São Manuel
31	Birigui	99	Iporanga	167	Pederneiras	235	São Miguel Arcanjo
32	Boa Esperança	100	Itaberá	168	Pedregulho	236	São Paulo
33	Bocaina	101	Itaí	169	Pedreira	237	São Pedro
34	Bocaiúva	102	Itajobi	170	Penápolis	238	São Pedro do Turvo
35	Bofete	103	Itanhaém	171	Pereira Barreto	239	São Roque
36	Boituva	104	Itapecerica	172	Pereiras	240	São Sebastião
37	Borborema	105	Itapetininga	173	Piedade	241	São Simão
38	Botucatu	106	Itapeva	174	Pilar	242	São Vicente
39	Bragança	107	Itapira	175	Pindamonhangaba	243	Sarapuí
40	Brodowski	108	Itápolis	176	Pindorama	244	Serra Azul
41	Brotas	109	Itaporanga	177	Pinhal	245	Serra Negra
42	Buri	110	Itapuí	178	Pinheiros	246	Sertãozinho
43	Cabreúva	111	Itararé	179	Piquete	247	Silveiras
44	Caçapava	112	Itatiba	180	Piracaia	248	Socorro
45	Cachoeira	113	Itatinga	181	Piracicaba	249	Sorocaba
46	Caconde	114	Itirapina	182	Pirajú	250	Tabapuã

47	Cafelândia	115	Itú	183	Pirajuí	251	Tabatinga
48	Cajobi	116	Ituverava	184	Pirambóia	252	Tambaú
49	Cajuru	117	Jaboticabal	185	Pirangi	253	Tanabi
50	Campinas	118	Jacareí	186	Pirassununga	254	Tapiratiba
51	Campo Largo	119	Jacupiranga	187	Piratininga	255	Taquari
52	Campos do Jordão	120	Jambeiro	188	Pitangueiras	256	Taquaritinga
53	Cananéia	121	Jardinópolis	189	Pompéia	257	Tatuí
54	Cândido Mota	122	Jaú	190	Pontal	258	Taubaté
55	Capão Bonito	123	Joanópolis	191	Porangaba	259	Tietê
56	Capivari	124	José Bonifácio	192	Porto Feliz	260	Torrinha
57	Caraguatatuba	125	Jundiaí	193	Porto Ferreira	261	Tremembé
58	Casa Branca	126	Juqueri	194	Potirendaba	262	Tupã
59	Catanduva	127	Laranjal	195	Prainha	263	Ubatuba
60	Cedral	128	Leme	196	Presidente Alves	264	Uchôa
61	Cerqueira César	129	Lençóis	197	Presidente Bernardes	265	Una
62	Chavantes	130	Limeira	198	Presidente Prudente	266	Valparaíso
63	Colina	131	Lindóia	199	Presidente Venceslau	267	Vargem Grande
64	Conchas	132	Lins	200	Promissão	268	Vera Cruz
65	Coroados	133	Lorena	201	Quatá	269	Viradouro
66	Cotia	134	Maracáí	202	Queluz	270	Xiririca
67	Cravinhos	135	Marília	203	Rancharia		
68	Cruzeiro	136	Martinópolis	204	Redenção		

Fonte: IBGE (1940).

FIGURA 105 – Municípios do estado de São Paulo – 1950



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE (1950).

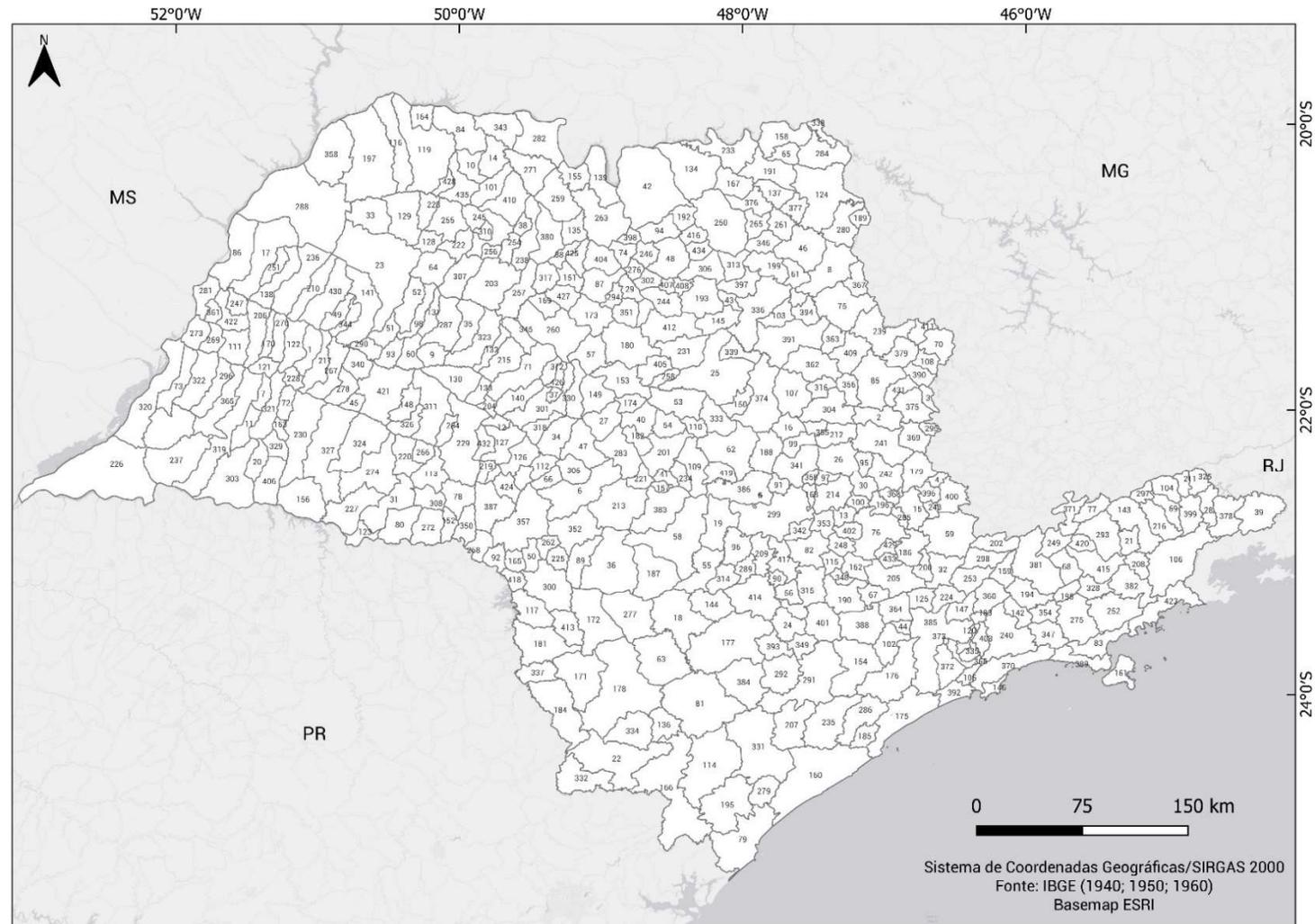
TABELA 17 – Lista de municípios do estado de São Paulo – 1950

1	Adamantina	93	Cunha	185	Lorena	277	Quintana
2	Aguai	94	Descalvado	186	Lucélia	278	Rancharia
3	Águas da Prata	95	Dois Córregos	187	Lutécia	279	Redenção da Serra
4	Águas de São Pedro	96	Dourado	188	Macatuba	280	Regente Feijó
5	Agudos	97	Dracena	189	Macaubal	281	Reginópolis
6	Alfredo Marcondes	98	Duartina	190	Mairiporã	282	Registro
7	Altinópolis	99	Echaporã	191	Manduri	283	Ribeira
8	Álvares Florence	100	Eldorado	192	Maracá	284	Ribeirão Bonito
9	Álvares Machado	101	Elias Fausto	193	Marília	285	Ribeirão Branco
10	Álvaro de Carvalho	102	Estrela D'Oeste	194	Martinópolis	286	Ribeirão Preto
11	Americana	103	Fartura	195	Matão	287	Rifaina
12	Américo de Campos	104	Fernando Prestes	196	Miguelópolis	288	Rincão
13	Amparo	105	Fernandópolis	197	Mineiros do Tietê	289	Rinópolis
14	Analândia	106	Flórida Paulista	198	Miracatu	290	Rio Claro
15	Andradina	107	Franca	199	Mirandópolis	291	Rio das Pedras
16	Angatuba	108	Franco da Rocha	200	Mirassol	292	Rubiácea
17	Anhembi	109	Gália	201	Mococa	293	Sales Oliveira
18	Aparecida	110	Garça	202	Mogi das Cruzes	294	Salesópolis
19	Apiá	111	General Salgado	203	Mogi-Guaçu	295	Salto
20	Araçatuba	112	Getulina	204	Mogi-Mirim	296	Salto Grande
21	Araçoiaba da Serra	113	Glicério	205	Monte Alegre do Sul	297	Santa Adélia
22	Araraquara	114	Gracianópolis	206	Monte Alto	298	Santa Bárbara do Rio Pardo
23	Araras	115	Guaiara	207	Monte Aprazível	299	Santa Bárbara D'Oeste
24	Arealva	116	Guapiara	208	Monte Azul Paulista	300	Santa Branca
25	Areias	117	Guará	209	Monte Mor	301	Santa Cruz das Palmeiras
26	Ariranha	118	Guaraçá	210	Monteiro Lobato	302	Santa Cruz do Rio Pardo
27	Artur Nogueira	119	Guaraci	211	Morro Agudo	303	Santa Gertrudes
28	Assis	120	Guarantã	212	Natividade da Serra	304	Santa Isabel
29	Atibaia	121	Guararapes	213	Nazaré Paulista	305	Santa Rita do Passa Quatro
30	Avaí	122	Guararema	214	Neves Paulista	306	Santa Rosa de Viterbo
31	Avanhandava	123	Guaratinguetá	215	Nhandeara	307	Santana de Parnaíba
32	Avaré	124	Guareí	216	Nova Aliança	308	Santo Anastácio
33	Bananal	125	Guariba	217	Nova Granada	309	Santo André
34	Bariri	126	Guarujá	218	Novo Horizonte	310	Santo Antônio da Alegria
35	Barra Bonita	127	Guarulhos	219	Nuporanga	311	Santos
36	Barreiro	128	Herculândia	220	Óleo	312	São Bento do Sapucaí
37	Barretos	129	Iacanga	221	Olímpia	313	São Bernardo do Campo
38	Barueri	130	Ibirá	222	Oriente	314	São Caetano do Sul
39	Bastos	131	Ibirarema	223	Orlândia	315	São Carlos
40	Batatais	132	Ibitinga	224	Oscar Bressane	316	São João da Boa Vista
41	Bauru	133	Ibiúna	225	Osvaldo Cruz	317	São Joaquim da Barra
42	Bebedouro	134	Iepê	226	Ourinhos	318	São José da Bela Vista
43	Bento de Abreu	135	Igarapava	227	Pacaembu	319	São José do Rio Pardo
44	Bernardino de Campos	136	Iguape	228	Palestina	320	São José do Rio Preto
45	Bilac	137	Ilhabela	229	Palmital	321	São José dos Campos
46	Birigui	138	Indaiatuba	230	Paraguaçu Paulista	322	São Luís do Paraitinga

47	Boa Esperança do Sul	139	Indiana	231	Paraibuna	323	São Manuel
48	Bocaina	140	Ipauçu	232	Paranapanema	324	São Miguel Arcanjo
49	Bofete	141	Iporanga	233	Parapuã	325	São Paulo
50	Boituva	142	Ipuã	234	Patrocínio Paulista	326	São Pedro
51	Borborema	143	Irapuã	235	Paulicéia	327	São Pedro do Turvo
52	Botucatu	144	Itaberá	236	Paulo de Faria	328	São Roque
53	Bragança Paulista	145	Itaí	237	Pederneiras	329	São Sebastião
54	Brodowski	146	Itajobi	238	Pedregulho	330	São Sebastião da Grama
55	Brotas	147	Itanhaém	239	Pedreira	331	São Simão
56	Buri	148	Itapeçerica da Serra	240	Pedro de Toledo	332	São Vicente
57	Buritama	149	Itapetininga	241	Penápolis	333	Sarapuí
58	Cabrália Paulista	150	Itapeva	242	Pereira Barreto	334	Serra Azul
59	Cabreúva	151	Itapira	243	Pereiras	335	Serra Negra
60	Caçapava	152	Itápolis	244	Piedade	336	Serrana
61	Cachoeira Paulista	153	Itaporanga	245	Pilar do Sul	337	Sertãozinho
62	Caconde	154	Itapuí	246	Pindamonhangaba	338	Silveiras
63	Cafelândia	155	Itararé	247	Pindorama	339	Socorro
64	Cajobi	156	Itariri	248	Pinhal	340	Sorocaba
65	Cajuru	157	Itatiba	249	Piqueroibi	341	Suzano
66	Campinas	158	Itatinga	250	Piquete	342	Tabapuã
67	Campos do Jordão	159	Itirapina	251	Piracaia	343	Tabatinga
68	Campos Novos Paulista	160	Itirapuã	252	Piracicaba	344	Taiúva
69	Cananéia	161	Itu	253	Piraju	345	Tambaú
70	Cândido Mota	162	Ituverava	254	Pirajuí	346	Tanabi
71	Capão Bonito	163	Jaborandi	255	Pirangi	347	Tapiratiba
72	Capivari	164	Jaboticabal	256	Pirapozinho	348	Taquaritinga
73	Caraguatatuba	165	Jacaréi	257	Pirassununga	349	Taquarituba
74	Cardoso	166	Jacupiranga	258	Piratininga	350	Tatuí
75	Casa Branca	167	Jales	259	Pitangueiras	351	Taubaté
76	Catanduva	168	Jambeiro	260	Planalto	352	Terra Roxa
77	Cedral	169	Jardinópolis	261	Poá	353	Tietê
78	Cerqueira César	170	Jarinú	262	Pompéia	354	Timburi
79	Cerquilha	171	Jaú	263	Pongaí	355	Torrinha
80	Chavantes	172	Joanópolis	264	Pontal	356	Tremembé
81	Colina	173	José Bonifácio	265	Porangaba	357	Tupã
82	Conchal	174	Júlio Mesquita	266	Porto Feliz	358	Ubatuba
83	Conchas	175	Jundiaí	267	Porto Ferreira	359	Ubirajara
84	Cordeirópolis	176	Junqueirópolis	268	Potirendaba	360	Uchôa
85	Coroados	177	Juquiá	269	Presidente Alves	361	Urupês
86	Corumbataí	178	Laranjal Paulista	270	Presidente Bernardes	362	Valentim Gentil
87	Cosmópolis	179	Lavínia	271	Presidente Eptácio	363	Valparaíso
88	Cosmorama	180	Lavrinhas	272	Presidente Prudente	364	Vargem Grande do Sul
89	Cotia	181	Leme	273	Presidente Venceslau	365	Vera Cruz
90	Cravinhos	182	Lençóis Paulista	274	Promissão	366	Vinhedo
91	Cruzeiro	183	Limeira	275	Quatá	367	Viradouro
92	Cubatão	184	Lins	276	Queluz	368	Votuporanga

Fonte: IBGE (1950).

FIGURA 106 – Municípios do estado de São Paulo – 1958



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE (1950; 1960).

TABELA 18 – Lista de municípios do estado de São Paulo – 1958

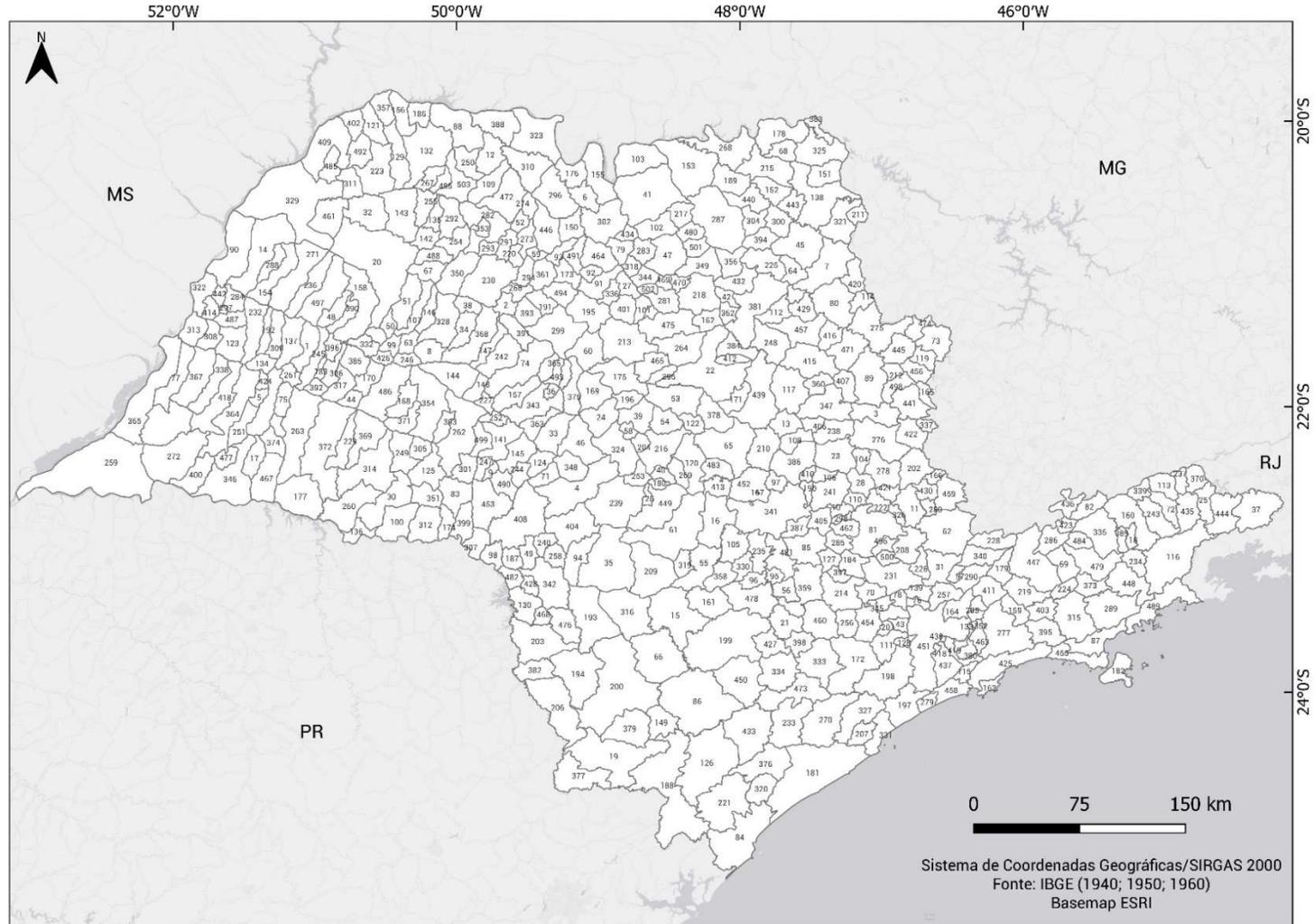
1	Adamantina	110	Dourado	219	Lupércio	328	Redenção da Serra
2	Aguai	111	Dracena	220	Lutécia	329	Regente Feijó
3	Águas da Prata	112	Duartina	221	Macatuba	330	Reginópolis
4	Águas de Lindóia	113	Echaporã	222	Macaubal	331	Registro
5	Águas de São Pedro	114	Eldorado	223	Magda	332	Ribeira
6	Agudos	115	Elias Fausto	224	Mairiporã	333	Ribeirão Bonito
7	Alfredo Marcondes	116	Estrela d'Oeste	225	Manduri	334	Ribeirão Branco
8	Altinópolis	117	Fartura	226	Marabá Paulista	335	Ribeirão Pires
9	Alto Alegre	118	Fernando Prestes	227	Maracaí	336	Ribeirão Preto
10	Álvares Florence	119	Fernandópolis	228	Mariópolis	337	Ribeirão Vermelho do Sul
11	Álvares Machado	120	Ferraz de Vasconcelos	229	Marília	338	Rifaina
12	Álvaro de Carvalho	121	Flora Rica	230	Martinópolis	339	Rincão
13	Americana	122	Flórida Paulista	231	Matão	340	Rinópolis
14	Américo de Campos	123	Florínia	232	Mauá	341	Rio Claro
15	Amparo	124	Franca	233	Miguelópolis	342	Rio das Pedras
16	Analândia	125	Franco da Rocha	234	Mineiros do Tietê	343	Riolândia
17	Andradina	126	Gália	235	Miracatu	344	Rubiácea
18	Angatuba	127	Garça	236	Mirandópolis	345	Sabino
19	Anhembi	128	Gastão Vidigal	237	Mirante do Paranapanema	346	Sales Oliveira
20	Anhumas	129	General Salgado	238	Mirassol	347	Salesópolis
21	Aparecida	130	Getulina	239	Mococa	348	Salto
22	Apiáí	131	Glicério	240	Mogi das Cruzes	349	Salto de Pirapora
23	Araçatuba	132	Guaíçara	241	Mogi Guaçu	350	Salto Grande
24	Araçoiaba da Serra	133	Guaimbê	242	Mogi Mirim	351	Santa Adélia
25	Araraquara	134	Guaíra	243	Monte Alegre do Sul	352	Santa Bárbara do Rio Pardo
26	Araras	135	Guapiaçu	244	Monte Alto	353	Santa Bárbara d'Oeste
27	Arealva	136	Guapiara	245	Monte Aprazível	354	Santa Branca
28	Areias	137	Guará	246	Monte Azul Paulista	355	Santa Cruz da Conceição
29	Ariranha	138	Guaraçaí	247	Monte Castelo	356	Santa Cruz das Palmeiras
30	Artur Nogueira	139	Guaraci	248	Monte Mor	357	Santa Cruz do Rio Pardo
31	Assis	140	Guarantã	249	Monteiro Lobato	358	Santa Fé do Sul
32	Atibaia	141	Guararapes	250	Morro Agudo	359	Santa Gertrudes
33	Auriflama	142	Guararema	251	Murutinga do Sul	360	Santa Isabel
34	Avaí	143	Guaratinguetá	252	Natividade da Serra	361	Santa Mercedes
35	Avanhandava	144	Guareí	253	Nazaré Paulista	362	Santa Rita do Passa Quatro
36	Avaré	145	Guariba	254	Neves Paulista	363	Santa Rosa de Viterbo
37	Balbinos	146	Guarujá	255	Nhandeara	364	Santana de Parnaíba
38	Bálsamo	147	Guarulhos	256	Nipoã	365	Santo Anastácio
39	Bananal	148	Herculândia	257	Nova Aliança	366	Santo André
40	Bariri	149	Iacanga	258	Nova Europa	367	Santo Antônio da Alegria
41	Barra Bonita	150	Ibaté	259	Nova Granada	368	Santo Antônio de Posse
42	Barretos	151	Ibirá	260	Novo Horizonte	369	Santo Antônio do Jardim
43	Barrinha	152	Ibirarema	261	Nuporanga	370	Santos
44	Barueri	153	Ibitinga	262	Óleo	371	São Bento do Sapucaí
45	Bastos	154	Ibiúna	263	Olímpia	372	São Bernardo do Campo

46	Batatais	155	Icém	264	Oriente	373	São Caetano do Sul
47	Bauru	156	Iepê	265	Orlândia	374	São Carlos
48	Bebedouro	157	Igaraçu do Tietê	266	Oscar Bressane	375	São João da Boa Vista
49	Bento de Abreu	158	Igarapava	267	Oswaldo Cruz	376	São Joaquim da Barra
50	Bernardino de Campos	159	Igaratá	268	Ourinhos	377	São José da Bela Vista
51	Bilac	160	Iguape	269	Ouro Verde	378	São José do Barreiro
52	Birigui	161	Ilhabela	270	Pacaembu	379	São José do Rio Pardo
53	Boa Esperança do Sul	162	Indaiatuba	271	Palestina	380	São José do Rio Preto
54	Bocaina	163	Indiana	272	Palmital	381	São José dos Campos
55	Bofete	164	Indiaporã	273	Panorama	382	São Luiz do Paraitinga
56	Boituva	165	Ipaussu	274	Paraguaçu Paulista	383	São Manuel
57	Borborema	166	Iporanga	275	Paraibuna	384	São Miguel Arcanjo
58	Botucatu	167	Ipuã	276	Paraíso	385	São Paulo
59	Bragança Paulista	168	Iracemápolis	277	Paranapanema	386	São Pedro
60	Braúna	169	Irapuã	278	Parapuã	387	São Pedro do Turvo
61	Brodowski	170	Irapuru	279	Pariquera-Açu	388	São Roque
62	Brotas	171	Itaberá	280	Patrocínio Paulista	389	São Sebastião
63	Buri	172	Itaí	281	Paulicéia	390	São Sebastião da Gramma
64	Buritama	173	Itajobi	282	Paulo de Faria	391	São Simão
65	Buritizal	174	Itaju	283	Pederneiras	392	São Vicente
66	Cabrália Paulista	175	Itanhaém	284	Pedregulho	393	Sarapuí
67	Cabreúva	176	Itapeçerica da Serra	285	Pedreira	394	Serra Azul
68	Caçapava	177	Itapetininga	286	Pedro de Toledo	395	Serra Negra
69	Cachoeira Paulista	178	Itapeva	287	Penápolis	396	Serrana
70	Caconde	179	Itapira	288	Pereira Barreto	397	Sertãozinho
71	Cafelândia	180	Itápolis	289	Pereiras	398	Severínia
72	Caiabu	181	Itaporanga	290	Piacatu	399	Silveiras
73	Caiuá	182	Itapuí	291	Piedade	400	Socorro
74	Cajobi	183	Itaquaquecetuba	292	Pilar do Sul	401	Sorocaba
75	Cajuru	184	Itararé	293	Pindamonhangaba	402	Sumaré
76	Campinas	185	Itariri	294	Pindorama	403	Suzano
77	Campos do Jordão	186	Itatiba	295	Pinhal	404	Tabapuã
78	Campos Novos Paulista	187	Itatinga	296	Piquerobi	405	Tabatinga
79	Cananéia	188	Itirapina	297	Piquete	406	Taciba
80	Cândido Mota	189	Itirapuã	298	Piracaia	407	Taiacu
81	Capão Bonito	190	Itu	299	Piracicaba	408	Taiúva
82	Capivari	191	Ituverava	300	Piraju	409	Tambaú
83	Caraguatatuba	192	Jaborandi	301	Pirajuí	410	Tanabi
84	Cardoso	193	Jaboticabal	302	Pirangi	411	Tapiratiba
85	Casa Branca	194	Jacareí	303	Pirapozinho	412	Taquaritinga
86	Castilho	195	Jacupiranga	304	Pirassununga	413	Taquarituba
87	Catanduva	196	Jaguariúna	305	Piratininga	414	Tatuí
88	Cedral	197	Jales	306	Pitangueiras	415	Taubaté
89	Cerqueira César	198	Jambeiro	307	Planalto	416	Terra Roxa
90	Cerquillo	199	Jardinópolis	308	Platina	417	Tietê
91	Charqueada	200	Jarinu	309	Poá	418	Timburi
92	Chavantes	201	Jauú	310	Poloni	419	Torrinha

93	Clementina	202	Joanópolis	311	Pompéia	420	Tremembé
94	Colina	203	José Bonifácio	312	Pongai	421	Tupã
95	Conchal	204	Júlio Mesquita	313	Pontal	422	Tupi Paulista
96	Conchas	205	Jundiaí	314	Porangaba	423	Ubatuba
97	Cordeirópolis	206	Junqueirópolis	315	Porto Feliz	424	Ubirajara
98	Coroados	207	Juquiá	316	Porto Ferreira	425	Uchoa
99	Corumbataí	208	Lagoinha	317	Potirendaba	426	Uru
100	Cosmópolis	209	Laranjal Paulista	318	Presidente Alves	427	Urupês
101	Cosmorama	210	Lavínia	319	Presidente Bernardes	428	Valentim Gentil
102	Cotia	211	Lavrinhas	320	Presidente Epitácio	429	Valinhos
103	Cravinhos	212	Leme	321	Presidente Prudente	430	Valparaíso
104	Cruzeiro	213	Lençóis Paulista	322	Presidente Venceslau	431	Vargem Grande do sul
105	Cubatão	214	Limeira	323	Promissão	432	Vera Cruz
106	Cunha	215	Lins	324	Quatá	433	Vinhedo
107	Descalvado	216	Lorena	325	Queluz	434	Viradouro
108	Divinolândia	217	Lucélia	326	Quintana	435	Votuporanga
109	Dois Córregos	218	Lucianópolis	327	Rancharia		

Fonte: IBGE (1950; 1960).

FIGURA 107 – Municípios do estado de São Paulo – 1960



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE (1960).

TABELA 19 – Lista de municípios do estado de São Paulo – 1960

1	Adamantina	127	Elias Fausto	253	Macatuba	379	Ribeirão Branco
2	Adolfo	128	Embu	254	Macaubal	380	Ribeirão Pires
3	Aguaí	129	Estrela d'Oeste	255	Magda	381	Ribeirão Preto
4	Agudos	130	Fartura	256	Mairinque	382	Ribeirão Vermelho do Sul
5	Alfredo Marcondes	131	Fernando Prestes	257	Mairiporã	383	Rifaina
6	Altair	132	Fernandópolis	258	Manduri	384	Rincão
7	Altinópolis	133	Ferraz de Vasconcelos	259	Marabá Paulista	385	Rinópolis
8	Alto Alegre	134	Flora Rica	260	Maracaí	386	Rio Claro
9	Alvinlândia	135	Floreal	261	Mariápolis	387	Rio das Pedras
10	Americana	136	Florínia	262	Marília	388	Riolândia
11	Amparo	137	Flórida Paulista	263	Martinópolis	389	Roseira
12	Américo de Campos	138	Franca	264	Matão	390	Rubiácea
13	Analândia	139	Franco da Rocha	265	Mauá	391	Sabino
14	Andradina	140	Gabriel Monteiro	266	Mendonça	392	Sagres
15	Angatuba	141	Garça	267	Meridiano	393	Sales
16	Anhembi	142	Gastão Vidigal	268	Miguelópolis	394	Sales Oliveira
17	Anhumas	143	General Salgado	269	Mineiros do Tietê	395	Salesópolis
18	Aparecida	144	Getulina	270	Miracatu	396	Salmourão
19	Apiáí	145	Gália	271	Mirandópolis	397	Salto
20	Araçatuba	146	Glicério	272	Mirante do Paranapanema	398	Salto de Pirapora
21	Araçoiaba da Serra	147	Guaiçara	273	Mirassol	399	Salto Grande
22	Araraquara	148	Guaimbê	274	Mirassolândia	400	Sandovalina
23	Araras	149	Guapiara	275	Mococa	401	Santa Adélia
24	Arealva	150	Guapiaçu	276	Mogi Guaçu	402	Santa Albertina
25	Areias	151	Guapuã	277	Mogi das Cruzes	403	Santa Branca
26	Areiópolis	152	Guará	278	Mogi-Mirim	404	Santa Bárbara do Rio Pardo
27	Ariranha	153	Guaira	279	Mongaguá	405	Santa Bárbara d'Oeste
28	Artur Nogueira	154	Guaraçai	280	Monte Alegre do Sul	406	Santa Cruz da Conceição
29	Arujá	155	Guaraci	281	Monte Alto	407	Santa Cruz das Palmeiras
30	Assis	156	Guarani d'Oeste	282	Monte Aprazível	408	Santa Cruz do Rio Pardo
31	Atibaia	157	Guarantã	283	Monte Azul Paulista	409	Santa Fé do Sul
32	Auriflama	158	Guararapes	284	Monte Castelo	410	Santa Gertrudes
33	Avai	159	Guararema	285	Monte Mor	411	Santa Isabel
34	Avanhandava	160	Guaratinguetá	286	Monteiro Lobato	412	Santa Lúcia
35	Avaré	161	Guareí	287	Morro Agudo	413	Santa Maria da Serra
36	Balbinos	162	Guariba	288	Murutinga do Sul	414	Santa Mercedes
37	Bananal	163	Guarujá	289	Natividade da Serra	415	Santa Rita do Passa Quatro
38	Barbosa	164	Guarulhos	290	Nazaré Paulista	416	Santa Rosa de Viterbo
39	Bariri	165	Águas da Prata	291	Neves Paulista	417	Santana de Parnaíba
40	Barra Bonita	166	Águas de Lindóia	292	Nhandeara	418	Santo Anastácio
41	Barretos	167	Águas de São Pedro	293	Nipoã	419	Santo André
42	Barrinha	168	Herculândia	294	Nova Aliança	420	Santo Antônio da Alegria
43	Barueri	169	Iacanga	295	Nova Europa	421	Santo Antônio de Posse
44	Bastos	170	Iacri	296	Nova Granada	422	Santo Antônio do Jardim
45	Batatais	171	Ibaté	297	Nova Guataporanga	423	Santo Antônio do Pinhal
46	Bauru	172	Ibiúna	298	Nova Odessa	424	Santo Expedito
47	Bebedouro	173	Ibirá	299	Novo Horizonte	425	Santos
48	Bento de Abreu	174	Ibirarema	300	Nuporanga	426	Santópolis do Aguapeí
49	Bernardino de Campos	175	Ibitinga	301	Ocaçu	427	Sarapuí
50	Bilac	176	Icém	302	Olímpia	428	Sarutaiá

51	Birigui	177	Iepê	303	Oriente	429	Serra Azul
52	Bálsamo	178	Igarapava	304	Orlândia	430	Serra Negra
53	Boa Esperança do Sul	179	Igaratá	305	Oscar Bressane	431	Serrana
54	Bocaina	180	Igaraçu do Tietê	306	Oswaldo Cruz	432	Sertãozinho
55	Bofete	181	Iguape	307	Ourinhos	433	Sete Barras
56	Boituva	182	Ilhabela	308	Ouro Verde	434	Severínia
57	Bom Jesus dos Perdões	183	Inúbia Paulista	309	Pacaembu	435	Silveiras
58	Boracéia	184	Indaiatuba	310	Palestina	436	São Bento do Sapucaí
59	Borboleta	185	Indiana	311	Palmeira d'Oeste	437	São Bernardo do Campo
60	Borborema	186	Indiaporã	312	Palmital	438	São Caetano do Sul
61	Botucatu	187	Ipauçu	313	Panorama	439	São Carlos
62	Bragança Paulista	188	Iporanga	314	Paraguaçu Paulista	440	São Joaquim da Barra
63	Braúna	189	Ipuí	315	Paraibuna	441	São João da Boa Vista
64	Brodósqui	190	Iracemápolis	316	Paranapanema	442	São João do Pau d'Alho
65	Brotas	191	Irapuã	317	Parapuã	443	São José da Bela Vista
66	Buri	192	Irapuru	318	Paraíso	444	São José do Barreiro
67	Buritama	193	Itaí	319	Pardinho	445	São José do Rio Pardo
68	Buritizal	194	Itaberá	320	Pariquera-Açu	446	São José do Rio Preto
69	Caçapava	195	Itajobi	321	Patrocínio Paulista	447	São José dos Campos
70	Cabreúva	196	Itaju	322	Paulicéia	448	São Luís do Paraitinga
71	Cabrália Paulista	197	Itanhaém	323	Paulo de Faria	449	São Manuel
72	Cachoeira Paulista	198	Itapeccerica da Serra	324	Pederneiras	450	São Miguel Arcanjo
73	Caconde	199	Itapetininga	325	Pedregulho	451	São Paulo
74	Cafelândia	200	Itapeva	326	Pedreira	452	São Pedro
75	Caiabu	201	Itapevi	327	Pedro de Toledo	453	São Pedro do Turvo
76	Caieiras	202	Itapira	328	Penápolis	454	São Roque
77	Caiuá	203	Itaporanga	329	Pereira Barreto	455	São Sebastião
78	Cajamar	204	Itapuã	330	Pereiras	456	São Sebastião da Gramma
79	Cajobi	205	Itaquaquecetuba	331	Peruíbe	457	São Simão
80	Cajuru	206	Itararé	332	Piacatu	458	São Vicente
81	Campinas	207	Itariri	333	Piedade	459	Socorro
82	Campos do Jordão	208	Itatiba	334	Pilar do Sul	460	Sorocaba
83	Campos Novos Paulista	209	Itatinga	335	Pindamonhangaba	461	Sud Mennucci
84	Cananéia	210	Itirapina	336	Pindorama	462	Sumaré
85	Capivari	211	Itirapuã	337	Pinhal	463	Suzano
86	Capão Bonito	212	Itobi	338	Piquerobi	464	Tabapuã
87	Caraguatatuba	213	Itápolis	339	Piquete	465	Tabatinga
88	Cardoso	214	Itu	340	Piracaia	466	Taboão da Serra
89	Casa Branca	215	Ituverava	341	Piracicaba	467	Taciba
90	Castilho	216	Jaú	342	Piraju	468	Taguaí
91	Catanduva	217	Jaborandi	343	Pirajuí	469	Taiacu
92	Catiguá	218	Jaboticabal	344	Pirangi	470	Taiúva
93	Cedral	219	Jacareí	345	Pirapora do Bom Jesus	471	Tambaí
94	Cerqueira César	220	Jaci	346	Pirapozinho	472	Tanabi
95	Cerquillo	221	Jacupiranga	347	Pirassununga	473	Tapiraí
96	Cesário Lange	222	Jaguariúna	348	Piratininga	474	Tapiratiba
97	Charqueada	223	Jales	349	Pitangueiras	475	Taquaritinga
98	Chavantes	224	Jambeiro	350	Planalto	476	Taquarituba
99	Clementina	225	Jardinópolis	351	Platina	477	Tarabai
100	Cândido Mota	226	Jarinu	352	Poá	478	Tatué

101	Cândido Rodrigues	227	Júlio Mesquita	353	Poloni	479	Taubaté
102	Colina	228	Joanópolis	354	Pompéia	480	Terra Roxa
103	Colômbia	229	João Ramalho	355	Pongai	481	Tietê
104	Conchal	230	José Bonifácio	356	Pontal	482	Timburi
105	Conchas	231	Jundiaí	357	Populina	483	Torrinha
106	Cordeirópolis	232	Junqueirópolis	358	Porangaba	484	Tremembé
107	Coroados	233	Juquiá	359	Porto Feliz	485	Três Fronteiras
108	Corumbataí	234	Lagoinha	360	Porto Ferreira	486	Tupã
109	Cosmorama	235	Laranjal Paulista	361	Potirendaba	487	Tupi Paulista
110	Cosmópolis	236	Lavinia	362	Pradópolis	488	Turiúba
111	Cotia	237	Lavrinhas	363	Presidente Alves	489	Ubatuba
112	Cravinhos	238	Leme	364	Presidente Bernardes	490	Ubirajara
113	Cruzeiro	239	Lençóis Paulista	365	Presidente Epitácio	491	Uchoa
114	Cássia dos Coqueiros	240	Óleo	366	Presidente Prudente	492	Urânia
115	Cubatão	241	Limeira	367	Presidente Venceslau	493	Uru
116	Cunha	242	Lins	368	Promissão	494	Urupês
117	Descalvado	243	Lorena	369	Quatá	495	Valentim Gentil
118	Diadema	244	Lucianópolis	370	Queluz	496	Valinhos
119	Divinolândia	245	Lucélia	371	Quintana	497	Valparaíso
120	Dois Córregos	246	Luiziânia	372	Rancharia	498	Vargem Grande do Sul
121	Dolcinópolis	247	Lupércio	373	Redenção da Serra	499	Vera Cruz
122	Dourado	248	Luís Antônio	374	Regente Feijó	500	Vinhedo
123	Dracena	249	Lutécia	375	Reginópolis	501	Viradouro
124	Duartina	250	Álvares Florence	376	Registro	502	Vista Alegre do Alto
125	Echaporã	251	Álvares Machado	377	Ribeira	503	Votuporanga
126	Eldorado	252	Álvares de Carvalho	378	Ribeirão Bonito		

Fonte: IBGE (1960).

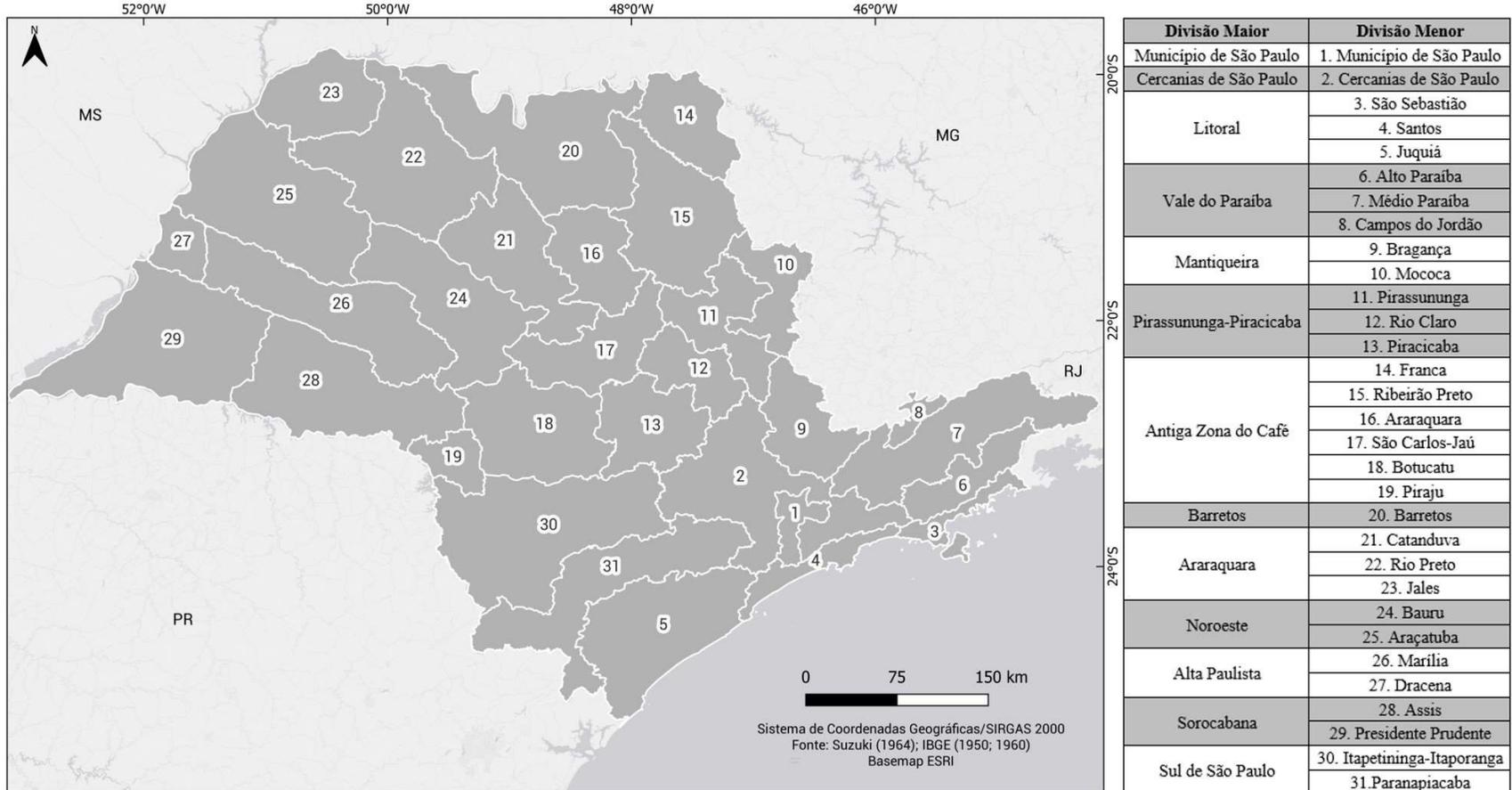
APÊNDICE B

No Apêndice B encontram-se os mapas referentes às regiões (divisão maior – Figura 108 - e menor – Figura 109) do estado de São Paulo, de 1958, segundo Suzuki (1969).

FIGURA 108 – Regiões – Divisão Maior segundo Suzuki (1964)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

FIGURA 109 – Regiões – Divisão Menor segundo Suzuki (1964)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Suzuki (1964) e IBGE (1950; 1960).

APÊNDICE C

Análise complementar e fontes de dados

Houve, como propósito inicial deste trabalho, o intuito de utilizar fontes de dados em escalas distintas, buscando ampliar o escopo investigativo, possibilitado a partir de informações que pudessem recompor as trajetórias dos imigrantes, atentando para aspectos que não são passíveis de serem abordados em fontes de dados secundários e de maior amplitude, tais como o Censo Demográfico e o Censo da Colônia. Pretendeu-se ainda, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, atribuir um caráter analítico pautado pela análise conjunta, de informações quantitativas e qualitativas, também com o propósito de aprofundar a discussão e problematizar as informações obtidas a partir dos dados secundários.

É importante salientar que todas as fontes apresentadas neste Apêndice atendem ao propósito de compor as análises sobre as características dos imigrantes e suas trajetórias, porém cada qual em sua especificidade. O intuito de relacioná-las, neste trabalho, foi demonstrar as possibilidades e limitações que estas fontes fornecem para o estudo aprofundado das trajetórias dos imigrantes japoneses. Neste trabalho, foram utilizadas pontualmente, a partir do cruzamento com informações dos entrevistados, como forma de ampliar o escopo investigativo, a partir de escalas diferenciadas de análise. O conjunto de dados obtidos, através das fontes apresentadas, poderão assim corroborar os relatos dos entrevistados, contribuindo para o aprofundamento da investigação.

Com as informações disponibilizadas nos recenseamentos, sejam eles governamentais ou elaborados por outras instituições/organismos, torna-se possível captar informações gerais, principalmente no que se refere às características sociodemográficas dos imigrantes. Porém, outras informações relevantes, que contemplem os meandros das trajetórias migratórias e os diversos movimentos que as compuseram, os caminhos percorridos, as condições que levaram à emigração, e a própria composição familiar, seja no seu país de origem ou após a chegada ao Brasil, dificilmente são captadas. Para tanto, procurou-se obter algumas dessas informações através do uso de outras fontes, apresentadas a seguir.

Seja através de uma análise individualizada, ou através de cruzamentos com outras fontes, as informações encontradas podem corroborar ou problematizar o que consta nos recenseamentos oficiais, e ampliar o escopo das informações. Foram eleitos cinco tipos de fontes de dados a serem utilizadas na investigação sobre os fluxos imigratórios dos japoneses para o Brasil:

- I – Levantamento da População de Japoneses e seus Descendentes Residentes no Brasil (1987-1988);
- II – Listas de Bordo (Acervo Digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo);
- III – Certidões de embarque (Acervo do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil);
- IV – *Koseki Tohon* (Registro Familiar japonês);
- V – Entrevistas semiestruturadas.

C.1 Levantamento da População de Japoneses e seus Descendentes Residentes no Brasil (1987-1988)

O Levantamento foi realizado pelo Centro de Estudos Nipo-Brasileiros – CENB, entre 1987 e 1988, com a colaboração da *Japan International Cooperation Agency* – Jica. O estudo teve como propósito não apenas realizar um levantamento da população de japoneses e descendentes no Brasil, mas também conhecer a situação socioeconômica dessa população.

Pode-se dizer que este levantamento está diretamente relacionado ao recenseamento que constitui uma das principais fontes utilizadas neste trabalho, sobre a colônia dos imigrantes japoneses, denominado *The Japanese Immigrant in Brazil* (SUZUKI, 1964). O Levantamento realizado em 1987-1988 utiliza-se em grande parte da abordagem realizada em 1958, e promove o cruzamento de diversas informações⁵⁶.

Este Levantamento de 1987-1988 estimou, para o período analisado, a presença de aproximadamente 1.228.000 japoneses e descendentes no Brasil. Apesar de se tratar de dados e análises básicas, foi possível fazer algumas comparações com os dados do Censo *The Japanese Immigrant in Brazil* (SUZUKI, 1964), realizado trinta anos antes.

Segundo as informações disponíveis⁵⁷, o universo da pesquisa tratou de todos os imigrantes japoneses que tinham permanência no Brasil superior a três meses e seus descendentes, bem como pessoas que tivessem, entre seus antepassados, pelo menos um japonês naquelas condições. Na primeira etapa da pesquisa foram identificadas as unidades domésticas de descendentes de japoneses. Na segunda etapa, após a identificação, foram obtidas informações detalhadas sobre essas unidades.

⁵⁶ Para maiores informações referentes ao *The Japanese Immigrant in Brazil*, vide Cardoso (1972); Vieira (1973); Ando (1976); Suzuki (1995); Taniguti (2012) e Bonatti e Scott (2018).

⁵⁷ Na página web do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros (CENB) Disponível em: [https://www.cenb.org.br/articles/display_pt/Pesquisa%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20descendentes%20de%20japoneses%20residentes%20no%20Brasil%20\(1987-1988\)](https://www.cenb.org.br/articles/display_pt/Pesquisa%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20descendentes%20de%20japoneses%20residentes%20no%20Brasil%20(1987-1988)). Acesso em: 19 jul. 2019.

Em termos de amostragem, foram delimitados setores e subsetores, segundo regiões, discriminando se as unidades pertenciam ao meio urbano ou rural, a existência de associações de descendentes de japoneses; e a partir de dados fornecidos pelo Censo Demográfico do IBGE de 1980 – como as informações sobre residência de pessoas nascidas no Japão –, foi possível obter o percentual de população “amarela”. Dos 140.000 setores censitários identificados, ocorreu a estratificação de 103, sendo extraídas 1500 amostras destes. Trabalharam na coleta de dados 110 pesquisadores, além de pesquisadores do IBGE que prestaram sua colaboração em áreas mais distantes (CENB, 1988).

Segundo o CENB, foi possível verificar que havia presença de descendentes de japoneses em todas as regiões do Brasil, porém 79% concentram-se na região Sudeste, e destes, 72,2% no Estado de São Paulo (CENB, 1988).

Quando comparado com o contingente de imigrantes japoneses e descendentes arrolados no *The Japanese Immigrant in Brazil* (1964), percebe-se que aquele segmento populacional havia aumentado cerca de três vezes, mantendo-se as tendências de concentração populacional na região Sudeste, mas apresentando maior dispersão, como mostra a Tabela 20 (CENB, 1988).

TABELA 20 – População de Japoneses e descendentes, por grandes regiões em 1958 e 1988, segundo TJIB (1964)* e LPJDRB (1987-1988)**

Região	População 1958	%	População 1988	%
Norte	5.227	1,22	33.000	2,69
Sudeste	334.201	77,70	974.000	79,32
Sul	78.097	18,16	143.000	11,64
Centro-Oeste	10.679	2,48	49.000	3,99
Nordeste	1.765	0,41	28.000	2,28
Sem informação	166	0,04	-	0,00
Total	430.135	100,00	1.228.000	100,00

Fonte: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros (1988). **The Japanese Immigrant in Brazil* (1964); ** Levantamento da População de Japoneses e seus Descendentes Residentes no Brasil (1987-1988).

Para além da análise da distribuição espacial dos imigrantes japoneses e seus descendentes, o *Levantamento da População de Japoneses e seus Descendentes Residentes no Brasil*, traz informações referentes à presença nas zonas urbanas e rurais, distribuição segundo sexo e idade, e o grau de “japonidade”. Esse conceito de “japonidade” foi utilizado da seguinte maneira:

[...] atribui-se o grau 1 (um) para o japonês e o grau 0 (zero) para o não-japonês; a média dos graus atribuídos ao pai e à mãe indica o "grau de japonidade" dessa pessoa. Quer dizer que enquanto se repetir o casamento entre pessoas com grau de japonidade 1, o mesmo grau será atribuído ao seu filho. Este conceito tem por fim apreender uma faceta da miscigenação. Por exemplo, um filho nascido de pai japonês sem miscigenação (grau de japonidade = 1) e mãe não-japonesa (grau de japonidade = 0) terá o grau de japonidade $(1 + 0) / 2 = 1/2$. Assinale-se que neste conceito não se inclui qualquer significado cultural (CENB, 1988).

Traz ainda as informações da população segundo o grau geracional. Nesse caso, o imigrante japonês é considerado de primeira geração (issei). O filho nascido de pais e mães da primeira geração é considerado de segunda geração (nissei), e o filho nascido de casal de segunda geração, é considerado de terceira geração (sansei) (CENB, 1988). Há ainda outras categorizações referentes à miscigenação. Por fim, estão disponíveis dados referentes ao estado marital da população entrevistada, a partir de três categorias: casado, solteiro, viúvo/separado. O Censo Demográfico do IBGE em 1980 adota outras categorias, como "separado", "desquitado", "divorciado" e "viúvo".

A grande importância deste levantamento foi, em primeiro lugar, sua aproximação com as informações disponibilizadas pelo Censo Demográfico do IBGE, realizado em 1980, atualizando as diversas informações presentes no levantamento nacional referentes à população de japoneses e descendentes. Outro comparativo importante, que mais interessa aqui, é com o Censo da Colônia, realizado em 1958, que havia recenseado praticamente a totalidade dos imigrantes e seus descendentes no Brasil naquele ano.

A partir dessas fontes, é possível observar, primeiramente, a questão da continuidade e temporalidade da captação das informações sobre a população de origem japonesa no Brasil (CENB, 1988). Como mencionado, de certa maneira, o levantamento deu continuidade ao trabalho iniciado pelo pesquisador Teiiti Suzuki, 30 anos antes, com a realização do censo *The Japanese Immigrant in Brazil* (SUZUKI, 1964).

Com as informações disponibilizadas, é possível fazer diversas caracterizações e comparativos entre as duas fontes, que permitem verificar o desenvolvimento, integração e distribuição espacial da população de japoneses e seus descendentes pelas mais diversas regiões do Brasil, através de uma série histórica de dados.

Outro ponto importante na elaboração deste levantamento, principalmente em decorrência de um período de grande emigração de descendentes de japoneses em direção ao Japão, conhecido como movimento *dekassegui*, é a atualização, em certa medida, das informações obtidas pelo Censo Demográfico do IBGE, de 1980, possibilitando também um comparativo de quase uma década entre as informações que podem ser acessadas.

O uso combinado/comparado de ambas as fontes permite, assim, analisar as eventuais mudanças e desenvolvimento da comunidade japonesa e de seus descendentes, no Brasil, a partir de diversos aspectos. Entre eles, destacamos a possibilidade de compreender o processo de integração à sociedade brasileira, as mudanças socioeconômicas pelas quais, porventura, tenham transitado e a sua distribuição pelo território brasileiro, no intervalo das três décadas que separam a produção das duas fontes, permitindo a análise de uma série histórica de dados demográficos, ainda que o intervalo entre ambas seja maior do que o existente entre os Censos Demográficos do IBGE, por exemplo.

C.2 Listas de Bordo (Acervo Digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo)

O conjunto das listas de passageiros inclui as informações relativas aos navios que chegaram ao porto de Santos entre 1888 e 1973. Estão disponibilizados registros de imigrantes de diversas nacionalidades que desembarcaram no Brasil, incluindo as listas de bordo dos navios que trouxeram os japoneses. O acesso a essa fonte se faz através do *site* do Museu da Imigração do Estado de São Paulo (Figura 110), é possível realizar a consulta das listas de bordo através do nome do navio, por período de chegada (por ano), e pela data de chegada.

Estão disponibilizados 24.474 registros no total, com informações como nome, sexo, idade, estado civil, nacionalidade, profissão, parentesco com chefe da família, religião, nível de instrução, local de última residência, porto de procedência, porto de destino. Na Figura 109, segue exemplo de uma lista de passageiros do navio *Brazil-Marú*, aportado em Santos no dia 13 de março de 1956.

FIGURA 110 – Sistema de busca de listas de bordo. Museu da Imigração do Estado de São Paulo



mi museu da imigração do estado de são paulo acervo digital

Acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo

Fotos, cartões-postais e cartas
Mapas e plantas
Registros de matrículas
Requerimentos SACOP
Jornais
Listas de bordo

Home | Sobre o Acervo digital | Parceiros | Pesquisa - Iconografias | Cartografias | Cartas de chamada | Registros de matrículas | Requerimentos SACOP | Jornais | Listas de bordo

Pesquisa > Listas de bordo

Dados do livro de desembarque de passageiros.

NAVIO

PERÍODO POR ANO A

DATA ANO MÉS DIA

Pesquisar Limpar

24474 Registro(s) Encontrado(s)

Fonte: Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.inci.org.br/acervodigital/passageiros.php>. Acesso em: 20 maio 2019.

A importância desta fonte de dados - embora não conte uma base organizada acessível, que possibilite uma consulta detalhada das informações, permitindo tabulações, por exemplo, referentes a idade e sexo de imigrantes (Figura 111), de determinada nacionalidade para um dado período – é o grande potencial de integração e cruzamento de informações com outras fontes disponíveis, principalmente no que se refere à caracterização dos imigrantes e informações sobre sua trajetória.

FIGURA 111 – Lista de bordo do navio Brazil-Marú (1956). Destaque passageira Sato. Museu da Imigração do Estado de São Paulo

No	NOME E COGNOME	Sexo	Idade	Estado civil	Nacionalidade	Profissão
[redacted]	SATO	F	18	S	Japanese	Agriculture

Fonte: Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.inci.org.br/acervodigital/passageiros.php>. Acesso em: 19 jul. 2019.

C.3 Certidões de embarque (Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil)

Outra fonte que amplia as informações sobre os imigrantes japoneses são as certidões de embarque organizadas pelo Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil que, através de um sistema de busca online denominado como “*Ashiato*” – “pegadas” ou “rastros” (MOTOYAMA, 2008) – permite a localização de imigrantes pelo nome, sobrenome, província de origem, ano de chegada e nome do navio.

Este sistema foi elaborado em comemoração ao centenário da imigração japonesa para o Brasil em 2008, e conta com informações dos imigrantes japoneses presentes nas suas certidões de embarque, como o nome do navio, o destino, a fazenda contratante, data da partida do Japão, de chegada ao Brasil, a estação de destino e nome e sobrenome, em português e japonês, da pessoa e seus familiares. Estão disponibilizados registros de aproximadamente 220 mil imigrantes japoneses (MOTOYAMA, 2008).

Segundo Shozo Motoyama (2008), então diretor do Museu Histórico da Imigração Japonesa, os registros escritos em folhas de papel *washi*, feito a partir do arroz, e que estavam em posse do museu, foram transcritos por 126 voluntários, sob a coordenação da Comissão de

Registro Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. O processo de digitalização dos registros durou três anos e 322 livros de registro tiveram seus dados digitados.

As informações são similares às que se encontram nas listas de bordo disponibilizadas pelo Museu da Imigração do Estado de São Paulo, porém já se encontram tabuladas, permitindo a consulta detalhada por imigrante ou família. É restrito, contudo, aos imigrantes japoneses. Segue a imagem referente à página web (Figura 112) de consulta e um demonstrativo dos resultados (Figura 113).

FIGURA 112 – Sistema de busca “Ashiato” – Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. Disponível em: <http://imigrantes.ubik.com.br/>. Acesso em: 19 jul. 2019.

FIGURA 113 – Sistema de busca “Ashiato” – Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. Resultado de consulta. Família Oyama e Sato

Navio: BRASIL-MARU		Partida: 2/2/1956	
Destino: NÃO CONSTA		Chegada: 3/13/1956	
Fazenda: NÃO CONSTA		Estação: NÃO CONSTA	
Sobrenome(romano)	Nome(romano)	Sobrenome(Kanji)	Nome(Kanji)
OYAMA	██████████	大山	房子
OYAMA	██████████	大山	利男
SATO	██████████	佐藤	仁子
OYAMA	██████████	大山	三郎

Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. Disponível em: <http://www.museubunkyo.org.br/ashiato/web2/imigrantes.asp>. Acesso em: 19 jul. 2019.

C.4 Koseki Tohon

Trata-se de um registro familiar, com informações sobre nascimentos, casamentos, óbitos, adoções e divórcios, registrados nas prefeituras dos locais de residência

das famílias japonesas. O sistema *Koseki* foi introduzido no Japão, a partir da China, por volta do século VI, tendo o domicílio como a unidade social fundamental. Foi utilizado durante o período Yamato (250 a 710 d.C.), realizando a identificação dos habitantes, podendo estes serem taxados, recrutados e controlados pela corte. Foi oficializado durante Era Meiji (1867-1912), como uma forma de aproximar diversos grupos, registrados ou não registrados, da tutela da administração que buscava uma identificação nacional japonesa. Isso tornaria possível firmar as fronteiras do governo imperial, tanto territorialmente quanto em termos administrativos, tornando a nação controlável desde uma centralidade administrativa (CHAPMAN, 2011).

Neste sistema, famílias com mais de duas gerações, ou famílias extensas (SAKURAI, 2007), poderiam estar registradas no mesmo *Koseki*, a partir da identificação dos chefes das famílias. Após a promulgação do código civil japonês em 1947, quando maridos e esposas passaram a ter direitos iguais, e o casamento ganhou a possibilidade de se realizar por livre escolha dos noivos, tornou-se uma tendência a coleta de dados com base na família nuclear (pai, mãe e filhos) (SAKURAI, 2007).

Para fins legais, de acordo com o novo código, proibiu-se a utilização de sobrenomes distintos para maridos e esposas, e o *Koseki* passou a se restringir a duas gerações, ou seja, o casal e seus filhos, desligando-se do *Koseki* da geração precedente, geralmente do pai do marido (CHAPMAN, 2011). O *Koseki* é adotado em países do leste asiático, como China, Japão, Taiwan e Vietnã, mas não em países do oeste (OHNO, 2008).

Para exemplificar, dentre as informações contidas no *Koseki*, estão: nome e sobrenome, data de nascimento, Era Imperial vigente (no caso do Japão)⁵⁸, nome da mãe e do pai, ordem de nascimento⁵⁹, chefe da família, endereço (Província, região, cidade, bairro, rua, casa e número), filiação (pai, mãe, avós, data de nascimento, endereço anterior), irmãos (data de nascimento, ordem de nascimento, data de casamento, nome do cônjuge, número de filhos e desligamento do *Koseki* – no caso feminino), identificação da lei japonesa que regulamenta o *Koseki* e certificação de originalidade (fornecido pela prefeitura de registro). A Figura 114 traz o exemplo de um *Koseki*:

⁵⁸ Após a Restauração Meiji (1868), e a entrada do Japão na considerada Era Moderna, as eras imperiais foram: Era Meiji: 1868-1912; Era Taisho: 1912-1926; Era Showa: 1926-1989; Era Heisei: 1989-2019; Era Reiwa: 2019-presente. Para mais informações sobre as divisões temporais dos governos japoneses, vide Takenaga (1987).

⁵⁹ A ordem de nascimento não corresponde necessariamente à sequência de nascimentos. São ordenamentos distintos entre homens e mulheres. O filho homem, mesmo tendo irmãs mais velhas, sempre será considerado o primeiro filho, ou identificados como primeiro filho homem, primeira filha mulher etc.

FIGURA 114 – Exemplo de Koseki Tohon, 1979

Fonte: Acervo pessoal.

Nestas fontes apresentadas, além das informações disponibilizadas individualmente, é possível realizar o cruzamento de dados, obtendo-se elementos importantes, por exemplo, para o estudo das trajetórias de vida dos imigrantes.

Nas Figuras 110, 112 e 113, buscou-se utilizar as informações de uma mesma pessoa, para evidenciar as possibilidades de análise das fontes elencadas. Na Figura 110, referente à lista de bordo disponibilizada pelo Museu da Imigração do Estado de São Paulo, estão diversas informações que foram citadas anteriormente, como nome, sobrenome, sexo, idade etc., mas a busca individual desta fonte é dificultada, se não se conhece de antemão, o período da viagem e o navio que realizou o transporte até o Brasil, já que não é possível uma busca específica somente através do nome ou sobrenome do imigrante.

Neste ponto, as informações fornecidas pelo sistema “*Ashiato*” de buscas, do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, são obtidas com mais facilidade, tendo-se em mãos simplesmente o nome ou sobrenome do imigrante. Em termos de suas limitações, está a quantidade de informações disponibilizadas, principalmente em relação às listas de bordo mencionadas, as possíveis alterações de nomes, em decorrência de casamentos ou divergências na grafia, por exemplo, e a disponibilização dos dados brutos, para que seja possível realizar tabulações com essas informações.

Porém, após a consulta no *Ashiato*, é possível obter o nome do navio no qual o imigrante viajou e, então, realizar a busca no banco de dados do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

Essas informações, entretanto, discorrem sobre o período de viagem e as características do imigrante naquele momento, fornecendo, no máximo, em alguns casos, a indicação da cidade e província de origem no Japão e a estação de trem ou fazenda de destino no Brasil. Quaisquer outras informações, seja sobre a composição familiar, seja sobre o histórico de residência, por exemplo, não podem ser captadas por estas fontes.

Desse modo, a utilização dos *Koseki Tohon* contribui para a elaboração do histórico de vida e das trajetórias dos imigrantes. Não há, contudo, uma distribuição pública desses documentos, como é o caso das listas de bordo das fontes supracitadas, necessitando o contato com a pessoa ou seus familiares, para que se tenha acesso a tais informações. Essa é uma limitação importante a ser considerada.

Contudo, unindo os três conjuntos documentais é possível obter informações para recompor as trajetórias dos imigrantes (ou partes delas). A vantagem é que através desse cruzamento consegue-se um grau de individualidade que os recenseamentos e fontes censitárias mais conhecidas e utilizadas não possibilitam.

Há ainda outros tipos de fontes que poderiam ser aqui incorporadas, como é o caso do sistema de buscas *familysearch.org*, um sistema que é mantido pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, e que entre outras possibilidades, permite a busca por antepassados, através de documentação digitalizada.

As Figuras 115 e 116 apresentam os registros da imigrante Sato, posteriormente Ueno, que foi identificada nas fontes acima, disponibilizado no *familysearch.org*, em dois momentos: 1 – Antes de sua partida com destino ao Brasil, em documento expedido pela embaixada do Brasil no Japão (Figura 115); e em 1971 (15 anos após sua chegada), já com seu nome de casada, temos acesso a seu Registro de Estrangeiro (R. E.), expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (Figura 116).

FIGURA 115 – Registro da imigrante Sato, *Familysearch*, 1956

465

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO
MODÉLO S.C. 139

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso **SATO**

Admitido em território nacional em caráter **PERMANENTE**
(temporário ou permanente)

Nos termos do art. 9 letra - do dec. n. 7967, de 1945

Lugar e data de nascimento **Fukushima-ken, Japão, 31/7/1937.**

Nacionalidade **Japonesa** Estado civil **Solteira**

Filiação (nome do Pai e da Mãe) **Pai:- Sato Mãe:- Sato**

Profissão **Agricultora**

Residência no país de origem **Fukushima-ken, Japão.**

NOME IDADE SEXO

PILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. **10147**, expedido pelas autoridades de **Ministério dos Nege. Estr. do Japão**, na data **20/1/1956.** visado sob n. **207.**

ASSINATURA DO PORTADOR:
Sato

NOTA—Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original.

SÊLO CONS



Embaixada do Brasil em Tóquio, Japão.
26 de Janeiro de 1956
RNLDO LEO MARQUES
SEGUNDO SECRETARIO DA EMBAIXADA

Fonte: *Familysearch*, Brasil, Cartões de Imigração, 1900-1965. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:V1SF-DNX>. Acesso em: 25 jul. 2019.

FIGURA 116 – Registro imigrante Ueno (Sato), *Familysearch*, 1971

NOME **307** **UENO**

PAI **Sato**

MÃE **Sato**

NACIONALIDADE **Japonesa** NATURALIDADE CIVIL **Funkiti-Mati-Japao**

ESTADO CIVIL **cas ada** DATA DO NASCIMENTO **31/07/1937**

GRAU DE INSTRUÇÃO **primaria** PROFISSÃO **domestica**

SEXO **fem.** CABELOS **cast.esc.** OLHOS **cast.esc.**

ALTURA **1,43** CÚTIS **amarela**

SINAIS PARTICULARES **não consta.**

ASSINATURA DO IDENTIFICANDO **Ueno**

FEITA POR **[assinatura]** CONFERIDA POR **[assinatura]**

SECRETARIA DA FAZENDA

S. G. - S.S.P. - Mod. 18-A

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE ESTRANGEIROS

R. E. **[assinatura]**

R. G. **[assinatura]**

FICHA DE ESTRANGEIROS F. E.

RESIDÊNCIA **[assinatura] F. Paulista-sp**

EMPRESA EM QUE TRABALHA

ENDEREÇO DA EMPRESA

LOCAL DE DESEMBARQUE **Santos-sp** DATA **13/03/1956** CARATER DO DESEMBARQUE **permanente**

DOCUMENTOS **Dados de passaporte e mod.20.** Art.68

21/6/72

DATA DA IDENTIFICAÇÃO **15/10/71** DATA DA EXPEDIÇÃO

ÓRGÃO DE ORIGEM **Florida Paulista-sp** PROTOCOLO SÉDE

Fonte: *Familysearch*, Brasil, São Paulo, Cartões de Imigração, 1902-1980. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:Q235-TMY9>. Acesso em: 25 jul. 2019.

Esse recurso possibilita, também através do cruzamento de informações com outras fontes, como as apresentadas, compor análises relacionadas às trajetórias migratórias,

as histórias familiares e as composições e características demográficas dos imigrantes. No exemplo apresentado nas Figuras 115 e 116, mesmo com a alteração do sobrenome em decorrência do casamento, foi possível a identificação dos dois registros através de outras informações, por exemplo, o nome dos pais. Há a possibilidade ainda da utilização dos dados do registro civil e do Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde é possível fazer inclusive investigações nominativas, a partir de certidões, atas, registros em cartório, entre outros documentos.

As diversas possibilidades de combinação das informações entre as fontes apresentadas, relacionando-as entre si ou com outras fontes de dados, permitem análises mais aprofundadas dos percursos dos imigrantes, no caso deste estudo, dos imigrantes japoneses. Tal análise permite preencher uma lacuna deixada pelos recenseamentos, como é o caso do Censo Demográfico do IBGE, ou no caso da comunidade japonesa, o Censo da Colônia realizado em 1958.

Nem sempre a disponibilidade é facilitada, requerendo certa proximidade e possibilidade de contato do pesquisador com os pesquisados, como é o caso do documento *Koseki*. Porém, dentre as fontes que estão disponíveis em plataformas *online*, é possível obter potenciais informações dos imigrantes, permitindo um acompanhamento praticamente individualizado das suas trajetórias migratórias (PEREIRA; OLIVEIRA, 2008; RIVERA SÁNCHEZ, 2012).

C.5 Entrevistas semiestruturadas

Pretendeu-se, como fonte de dados qualitativos primários, a aplicação de entrevistas semiestruturadas, com o propósito de reconstruir analiticamente os eventos ocorridos durante a vida dos entrevistados, onde a partir de suas narrativas, buscou-se identificar elementos que dialogam ou não com as informações obtidas através dos dados secundários, presentes nas fontes principais e complementares apresentadas anteriormente. O propósito principal foi captar informações que dificilmente são obtidas pelos dados secundários, como os recenseamentos, e que acabam deixando algumas lacunas no entendimento das experiências vivenciadas pelos imigrantes e as condições sob as quais migraram e se estabeleceram no país.

As entrevistas, de modo geral, consistem em um método de coleta de dados em pesquisas qualitativas, cujo objetivo é verificar as experiências do participante e suas interpretações. Segundo Doody e Noonan (2013), os principais tipos de entrevistas são:

estruturada (todos os participantes respondem a um mesmo conjunto de questões); não estruturada (o pesquisador segue um roteiro compreendendo temas ao invés de questões específicas); e semiestruturadas, (envolve questões pré-determinadas a partir de um roteiro de questões semelhantes).

A distinção das entrevistas semiestruturadas dos demais tipos de entrevistas, consiste na flexibilidade de condução do pesquisador, uma vez que a ordem das questões pode ser alterada em função da condução das entrevistas. Dessa forma, o pesquisador pode buscar explorar novos caminhos que não foram considerados inicialmente (DOODY; NOONAN, 2013), não delimitando um único caminho possível (como nas entrevistas estruturadas), com o objetivo de facilitar e orientar o entrevistado (SMITH; OSBORN, 2003).

A entrevista semiestruturada é indicada para estudar determinado fenômeno com uma população específica, com um roteiro com perguntas abertas, destacando um determinado assunto, sobre o qual são construídas as questões principais, complementadas por outras questões que podem surgir no momento da entrevista (MANZINI, 1990/1991). O roteiro de perguntas elaborado para este trabalho é apresentado na Figura 117, abaixo:

FIGURA 117 – Roteiro elaborado para as entrevistas semiestruturadas

Entrevista semiestruturada – roteiro de perguntas

1. Qual o ano que emigrou para o Brasil?
2. Com qual idade migrou para o Brasil?
3. Quais os motivos que levaram à emigração?
4. Antes de migrar, exercia alguma atividade? Qual?
5. Qual era a principal atividade dos familiares?
6. Em qual lugar do Japão vivia antes de emigrar?
7. Com quais recursos emigrou?
8. Houver algum tipo de preparação para a viagem?
9. Migrou sozinho ou com família/grupo?
10. Tinha algum conhecimento sobre o Brasil?
11. O que esperava encontrar no Brasil?
12. Por qual navio/Cia. de emigração veio?
13. Chegou diretamente ao porte de Santos?
14. Por quais lugares passou até o destino final?
15. Veio para trabalhar? Qual função? Tinha alguma experiência nesta função?
16. Quais eram as condições de trabalho e moradia na chegada?
17. Havia algum tipo de contrato de trabalho?
18. Houve alguma dificuldade em relação à realização do trabalho?
19. Havia presença de outros imigrantes, não-japoneses, nos locais de trabalho? Como era a relação com eles?
20. Permaneceu por quanto tempo nesta atividade? Se houve, como foi a saída?
21. Por quais locais e cidades passou até chegar na atual?
22. Nos lugares pelos quais passou, sofreu algum tipo de perseguição/preconceito?
23. Como era a tratativa dos brasileiros quando chegou? E atualmente?
24. O que mais gostou e o que menos gostou quando chegou ao Brasil?
25. Qual atividade exerceu por mais tempo?
26. Após a chegada, teve intenção de retornar ao Japão?
27. Quais motivos levaram a permanecer no Brasil?
28. Tem conhecimento de pessoas que retornaram ao Japão? Em quais condições?
29. Por que escolheu o lugar atual para morar?
30. Havia alguma rede de contatos/conhecidos/familiares que colaboraram na decisão de emigrar para o Brasil?
31. Essa rede facilitou a permanência?
32. Você se considera mais japonês ou mais brasileiro?

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os critérios de seleção para a realização de entrevistas semiestruturadas, consistirão na identificação dos municípios que receberam migrantes japoneses do período entre 1952 e 1973, assim como dos atores envolvidos. Serão priorizados os indivíduos migrantes, mas com possibilidades de inclusão de relatos indiretos (entrevista com familiares

dos migrantes e outros atores que foram importantes na história destes migrantes), caso haja necessidade.

A seleção dos entrevistados foi realizada mediante contato prévio, através de indicações, a partir da técnica “bola de neve”, método que se apresenta com o mais indicado para a presente proposta, considerando uma amostra que tem acesso restrito, por fatores como a idade avançada, a dificuldade na comunicação, e a viabilidade proporcionada pela indicação de familiares ou pessoas conhecidas (PATTON, 1990; BERNARD, 2005).

O número de indivíduos abrangidos no estudo seria determinado por meio de inclusão progressiva (DESLANDES, 2012), que consiste em não determinar *a priori*, o número total de participantes na pesquisa, que sendo interrompida pelo critério da saturação. Segundo a Deslandes, a amostragem não é a mais indicada para determinadas pesquisas sociais, uma vez que a questão central “não são os sujeitos em si, mas as suas representações, conhecimentos, práticas, comportamentos e atitudes” (DESLANDES, 2012, p. 48). A forma de análise das histórias de vida a partir das entrevistas semiestruturadas, seria a partir da transcrição das entrevistas, categorização e interpretação destes dados.

Por envolver seres humanos, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o projeto intitulado “A imigração japonesa em São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial: o perfil sociodemográfico e a distribuição espacial da população na região da Alta Paulista (1952 – 1973)”. A submissão dos documentos solicitados pelo CEP ocorreu em 25 de novembro de 2019. O parecer consubstanciado com o projeto aprovado foi liberado pelo CEP/UNICAMP, em 27 de março de 2020, autorizando o início da pesquisa, identificada pelo Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) número 26452719.7.0000.8142.

Com o advento da pandemia, porém, não foi possível realizar as entrevistas semiestruturadas como o previsto, uma vez que o público-alvo foi considerado grupo de risco, em decorrência das idades avançadas. Sendo assim, foram feitas três entrevistas, que haviam sido realizadas antes da pandemia, totalizando seis horas de áudio. As entrevistas foram transcritas, e posteriormente alocadas no corpo do texto apresentado. porém não enquanto fonte de dados, mas de modo a ilustrar e problematizar as informações obtidas a partir dos dados secundários, bem como em relação às questões apresentadas pela literatura.

Ainda que as entrevistas realizadas não tenham sido utilizadas da maneira que se pretendeu inicialmente, enquanto fonte qualitativa de dados, inclusive estando numericamente abaixo do pretendido, especialmente para o desenvolvimento de uma análise que buscava o diálogo entre métodos quantitativos e qualitativos, nos trechos utilizados e apresentados,

buscou-se problematizar as informações obtidas a partir dos dados secundários, bem como em relação às questões apresentadas pela literatura.

APÊNDICE D

Segundo Suzuki (1969), no momento da aplicação do Censo da Colônia, havia quatro gerações de população japonesa (japoneses e descendentes) no Brasil, sendo que três eram gerações de descendentes. Juntos, os descendentes das três gerações em 1958, perfaziam mais que o dobro do total de imigrantes (67,7% de descendentes versus 32,3% de imigrantes). A segunda geração de japoneses, ou a primeira dos descendentes, correspondia a 52,1% do total de descendentes, seguida pela terceira (segunda de descendentes), com 15,5% e pela quarta (terceira de descendentes), com 0,1%. Tais informações podem ser verificadas na Tabela 21.

TABELA 21 – População de japoneses e descendentes, por geração, segundo o *The Japanese Immigrant in Brazil*

Variável	Valor
População Nikkei	430.135
Imigrantes	32,3%
Descendentes	67,7%
2ª Geração (1ª de descendentes)	52,1%
3ª Geração (2ª de descendentes)	15,5%
4ª Geração (3ª de descendentes)	0,1%

Fonte: Retirado de Suzuki (1969).

A estrutura etária comparada, para o ano de 1962, entre imigrantes japoneses, japoneses e brasileiros residentes, pode ser verificada no Tabela 22, onde estão apontadas as populações dependentes, entre 0 e 14 anos, e 60 anos ou mais; e a população economicamente ativa, entre 15 e 59 anos. É possível verificar que a razão de dependência dos imigrantes e dos brasileiros é bastante jovem. Já no Japão, observa-se a diminuição da proporção de jovens e a presença proporcional de idosos acima do que o Brasil apresentava. Verifica-se assim uma razão de dependência menor no Japão do que no Brasil.

TABELA 22 – População de imigrantes, brasileiros e japoneses, em três grupos etários e razão de dependência

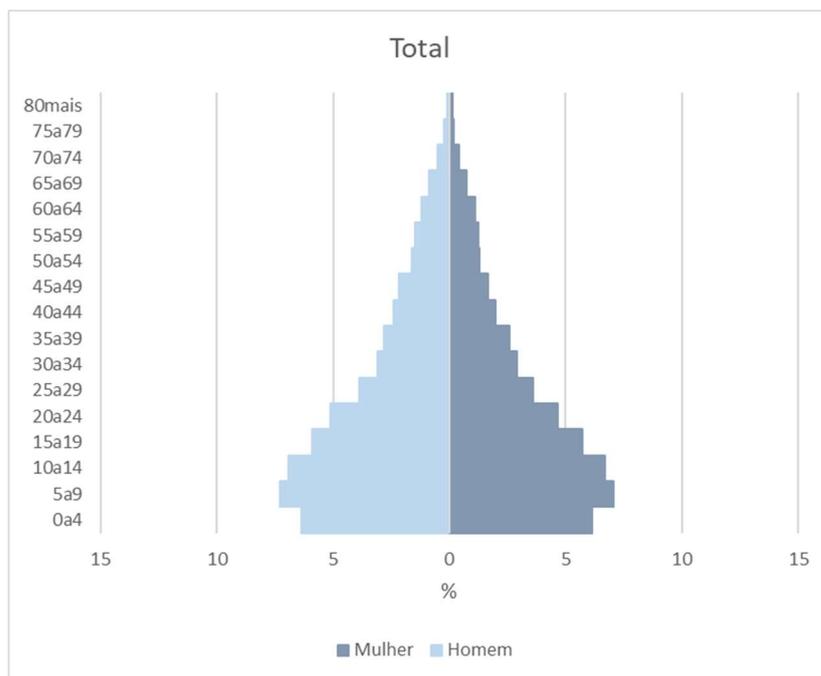
	População 0 a 14 anos	População 15 a 59 anos	População 60 anos ou mais	Razão de dependência
Imigrantes	40,5%	54,1%	5,4%	84,8%
Brasil	42,7%	52,4%	4,9%	90,7%
Japão	30,0%	61,1%	8,9%	63,8%

Fonte IBGE (Censo Demográfico 1960) e Bureau of Statistics, Office of the Prime Minister, Population of Japan, 1960, Summary of the results of 1960 Population Census of Japan (Tokyo, 1963) *apud* Suzuki (1969).

Tais elementos apresentados, nos permitem verificar as diferenças observadas na composição etária entre japoneses e brasileiros, bem como a proximidade da proporção observada entre imigrantes e brasileiros para o período.

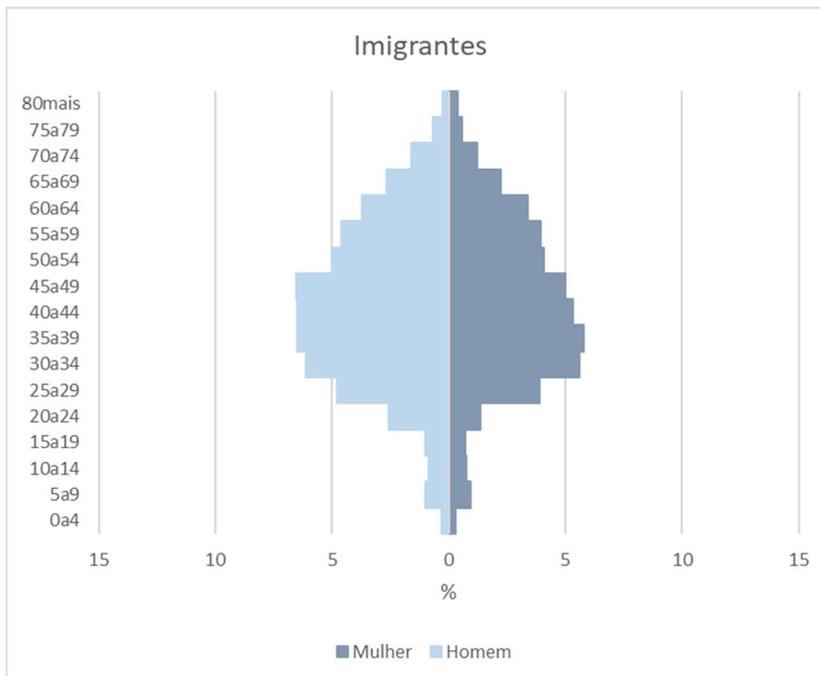
Em termos da composição etária do grupo de imigrantes, de acordo com sua geração, podemos observar, nas figuras que seguem, os diferenciais em relação aos imigrantes e seus descendentes (Figuras 118 a 122).

FIGURA 118 – Estrutura etária dos imigrantes japoneses e seus descendentes, em 1962, segundo o Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*



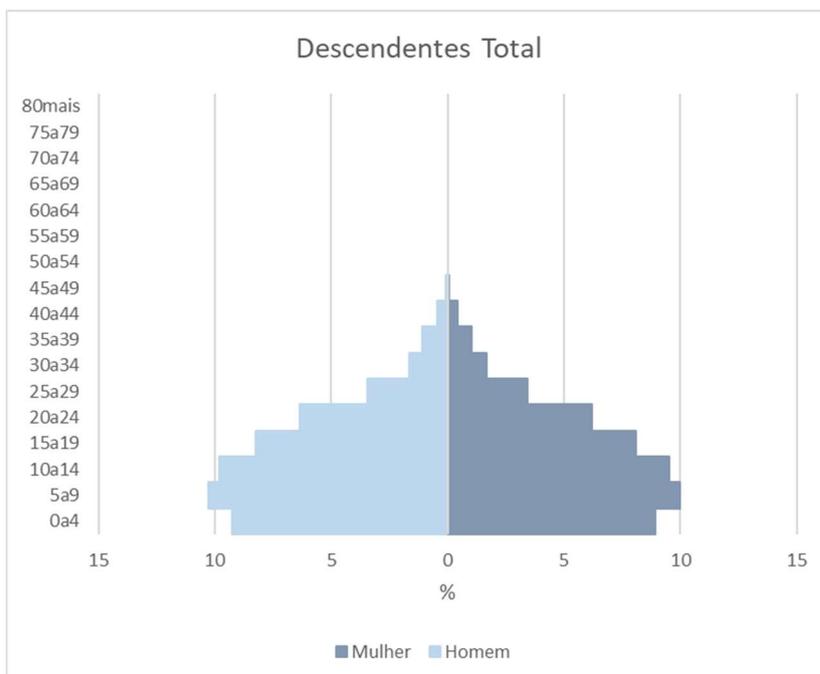
Fonte: Suzuki (1969).

FIGURA 119 – Estrutura etária dos imigrantes japoneses, em 1962, segundo o Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*



Fonte: Suzuki (1969).

FIGURA 120 – Estrutura etária do total de descendentes de japoneses, em 1962, segundo o Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*



Fonte: Suzuki (1969).

FIGURA 121 – Estrutura etária dos descendentes de japoneses (2ª geração), em 1962, segundo o Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*

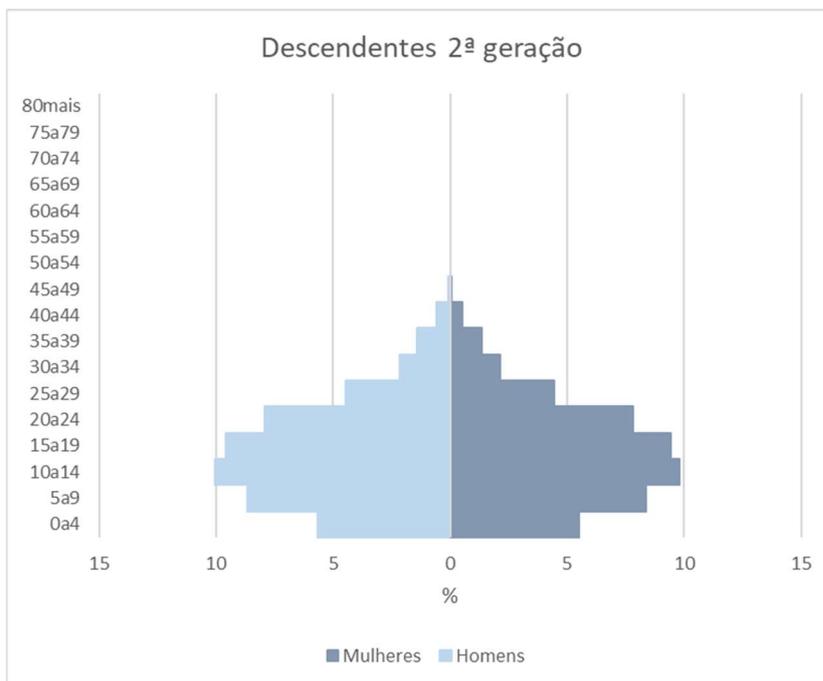
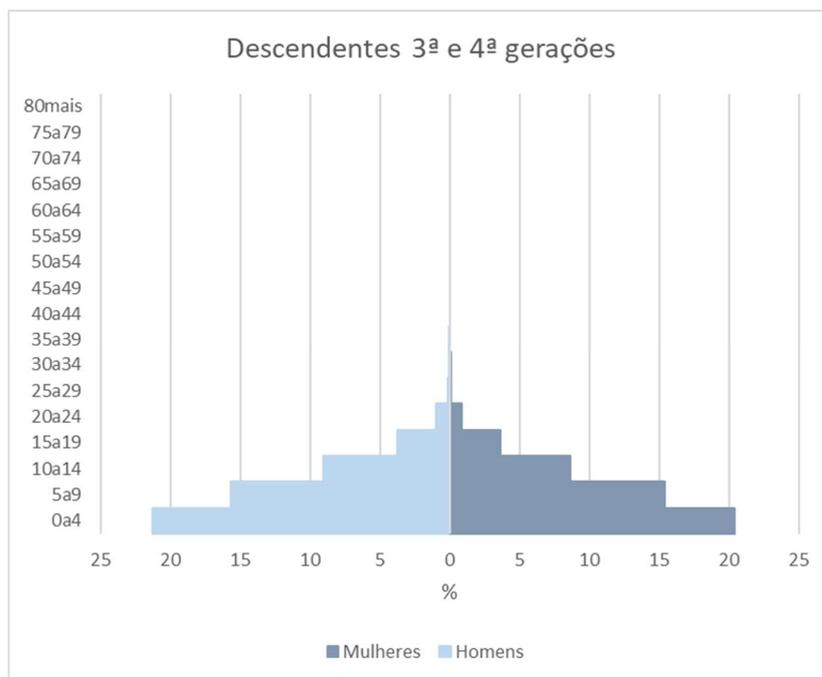


FIGURA 122 – Estrutura etária dos descendentes de japoneses (3ª e 4ª gerações), em 1962, segundo o Censo *The Japanese Immigrant in Brazil*



Enquanto os imigrantes, em 1962 (Figura 119), apresentam uma estrutura etária concentrada nas idades médias, principalmente entre os 25 e 55 anos, com pouca presença nas idades mais jovens, as pirâmides que tratam da composição etária dos descendentes (Figura

120), ou seja, filhos de imigrantes nascidos no Brasil, estão mais concentrados entre os 5 e 24 anos, sendo a faixa inicial, 0 a 4 anos, menor que as faixas seguintes, indicando, entre os descendentes, potencial queda na fecundidade. Isso evidencia-se principalmente nos descendentes de segunda geração (Figura 121), que são os filhos dos imigrantes. Já na terceira e quarta gerações (Figura 122), compostas por netos e bisnetos de imigrantes, vê-se um alargamento da base, com este grupo concentrado nas idades mais jovens, até os 24 anos.

Considerando-se essas informações, verifica-se o declínio das entradas de imigrantes, com o avanço de sua presença nas idades mais velhas, visto que durante todo o período migratório, os grupos de imigrantes sempre estiveram concentrados nas idades entre 15 a 40 anos. Há que se considerar também a diminuição das entradas de famílias, com o avanço das entradas individuais, em especial a partir dos anos 1950.

Com relação aos filhos e netos dos descendentes, verifica-se ampla presença nas idades jovens, presumindo-se uma evolução crescente nas taxas de fecundidade, contudo esta população ainda era bastante jovem, não sendo possível comparar com seus pais/avós imigrantes.

ANEXOS

ANEXO A

Transcrição das reportagens

Figura 15 - Reportagem do jornal Estado de São Paulo em 15 de janeiro de 1908

Fonte: O Estado de São Paulo. Acervo Estadão (1908). Acesso em 19 abr. 2021.

“Estados Unidos e Japão – Carta do oficial

Tokio, 14 – Os jornaes desta capital publicaram uma carta muito interessante, escripta de Nice por um official japonez. Esta carta constitue um protesto muito curioso contra o movimento que se nota nos Estados Unidos tendendo a prohibir a immigração japoneza. Diz o official nessa carta que os japonezes constituem como immigrants um povo muito superior ao italiano e hespanhol, sendo assim estranho que os Estados Unidos recebam immigrants dessas nacionalidades, opondo-se à immigração japoneza. Ainda diz o official japonez que são selvagens e ignorantes aquelles que tratam os japonezes como os chineses.

A carta termina assim: ‘se os yankes persistirem no seu proposito, a guerra será inevitável’”

Figura 17 – Reportagem do jornal Estado de São Paulo em 01 de junho de 1908.

Fonte: O Estado de São Paulo. Acervo Estadão (1908). Acesso em: 19 abr. 2021.

“Agencia Official de Colonização e Trabalho

Colonos Japonezes

Sendo esperados, em junho próximo vindouro, 781 immigrants japonezes, agricultores, constituídos em famílias e introduzidos por conta do contrato celebrado com a Companhia Imperial de Emigração de Tokio, faço publico, de ordem do exmo. sr. dr. Secretaria da agricultura que esta agencia recebera dos srs. fazendeiros, até o dia 5 de junho próximo vndouro, pedidos, por escripto para o contrato daqueles imigrantes.

Tratando-se de novo elemento immigratorio, cuja adaptação aos trabalhos da lavoura cafeeira do Estado o governo deseja acompanhar, e sendo limitado o numero de interpretes que deverão acompanhar os immigrants nas fazendas, serão preferidos os pretendentes que maior numero de colonos pedirem.

Os pretendentes deverão declarar, em seus pedidos, que se sujeitam ao pagamento de 200\$000 réis mensais ao interprete que acompanhar os immigrants que contratarem e a indenização de £400 por passagem inteira do colono contratado, indenização que poderá ser descontada do salario dos colonos, de acordo com o contrato celebrado entre o governo e a referida companhia.

Agencia Official de Colonização e Trabalho, S. Paulo, 27 de maio de 1908 – LUIZ FERRAZ, diretor.”

Figura 18 – Reportagem do jornal Estado de São Paulo em 24 de junho de 1908.

Fonte: O Estado de São Paulo. Acervo Estadão (1908). Acesso em 19 abr. 2021.

“Os japonezes estão na ordem do dia; fala-se nos novos imigrantes em todas as rodas; todos os seus passos são observados com cuidado especial. Já se sabe que elles vieram muito bem vestidos pela sociedade japoneza de emigração, que já conhecem algumas palavras do português, etc. O seu espírito de ordem, o amor ao asseio que têm demonstrado causam admiração geral. Não é menor a impressão que deixaram como espíritos, utilitários; poderiam competir com o mais puro anglo-saxão; até das visitas que se lhe fazem tiram proveito. Hontem, por exemplo, um cavalheiro que os foi ver á immigração viu-se cercado de todos, como se elle fosse o typo exótico. Um da roda submetteu-o a um interrogatório a proposito dos objetivos de vestuário. O mais sabido perguntou-lhe em português, apontando para o chapéu: – Como se chama? – Chapéu, respondeu o visitante.

E a palavra chapéu, repetida pelo interrogante, foi reproduzida de bocca em bocca, por todos os da roda até o ultimo.

E assim com os demais vocábulos.

Era um exemplo frisante da obediência ao methodo.

O que até agora, porém, ignorávamos era a alta missão política que os filhos do Sol Levante vêm aqui desempenhar. Quem no-a revela é o ‘Berliner Tageblatt’, de 18 de maio ultimo, nas linhas que em seguida transcrevemos e que foram publicadas sob o título ‘Allemaes e japonezes do Brasil’ (correspondência de Tokio em fins de março):

‘O sr. Midzuno, presidente de uma sociedade de emigração, acaba de regressar de uma viagem pelas Americas Central e do Sul, onde agiu no sentido de dirigir a emigração japoneza para aquellas regiões. É sabido que a República do Mexico trancou os seus portos aos japonezes, não só por não existir alli condições favoráveis para a sua localização, mas também para evitar que através do território mexicano se estabelecesse o transito prohibido para o território dos Estados Unidos da America. A República do Perú até agora tem acolhido sem restrições grande quantidade de immigrants japonezes. O Brasil, porém, conforme relata o sr. Mizuno, convidou francamente os Nipões e isto pelo seguinte motivo:

É verdade e muito razoável, diz elle, que o Brasil pretenda acolher de bôa vontade immigrants japonezes. Isto devido unicamente ao grande aumento da população alleman naquele paiz. Os estadistas brasileiros estão começando a procurar o apoio de uma potencia, que possa contrabalançar a grande influencia que no Brasil está conquistando ‘o povo do kaiser’. A princípio depositavam toda a confiança nos italianos, que depois dos allemães formam a colônia mais numerosa no pais. Bem cedo, porém, reconheceram, que os italianos não justificavam tal confiança e resolveram recorrer aos japonezes para combater a preponderância sempre crescente dos allemães’.

E a prova de que o ‘Berliner Tageblatt’ está muito bem informado, é que os súbditos do Mikado vieram combater o perigo allemão em São Paulo.

Os srs. Rio Midzuno e dr. Raphael Monteiro visitaram hontem o sr. presidente do Estado, acompanhados pelo interprete Kato, que traduziu ao sr. presidente a boa impressão e o contentamento de todos os immigrants japonezes recém-chegado.

O sr. presidente do Estado, congratulando-se com a Companhia de Emigração Japoneza, pelo bom desempenho dado ao contrato, disse que esperava que novas relações se desenvolvessem sempre de modo satisfactorio.

Dirigindo-se ao dr. Raphael Monteiro, o sr. presidente disse que acabara de ler as bases da proposta para a propaganda do café no Japão e concordava com as linhas geraes dessa proposta que considerava boa para uma propaganda inicial.

Hontem o dr. Raphael Monteiro e o sr. Rio Midzuno tiveram longa conferencia com o sr. dr. Candido Rodrigues, secretario da agricultura, sobre essa proposta, que deverá ser hoje submettida à aprovação do sr. presidente do Estado.

É provável que seja assignado num dos próximos dias o contrato para a propaganda do café no Japão e na Asia, de accordo com as bases da proposta apresentada pelos srs. Dr. Raphael Monteiro e Rio Midzuno. Neste caso a primeira remessa de café irá pelo 'Kasado Marú'. Este vapor deve partir amanha para o Rio, onde já tem pedidos da praça para 10 mil saccas de café que se destinam a Cap Town.

Na conferencia que fez há dois annos na Sociedade Paulista de Agricultura o dr. Raphael Monteiro afirmou que a linha directa entre o Japão e o Brasi pelo Cabo da Boa Esperança conquistará de novo para o nosso café o bom mercado que elle já teve na Colonia do Cabo e no Sul da Africa em geral".

ANEXO B

TABELA 23 – Imigrantes Entrados no Brasil por ano e nacionalidade (1908 – 1942)

Ano	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses	Russos	Outros
1908	37628	13873	14862	2931	830	5781	14631
1909	30577	13668	16219	5413	31	5663	12519
1910	30857	14163	20843	3902	948	2462	13576
1911	47493	22914	27141	4251	28	14013	17735
1912	76530	31785	35492	5733	2909	9193	16245
1913	76701	30886	41064	8004	7122	8251	18305
1914	27935	15542	18945	2811	3675	2958	7366
1915	15118	5779	5895	169	65	640	2667
1916	11981	5340	10306	364	165	616	2473
1917	6817	5478	11113	201	3899	644	2125
1918	7981	1050	4225	1	5599	181	756
1919	17068	5231	6627	466	3022	330	3283
1920	33883	10005	9136	4120	1013	245	10640
1921	19981	10779	9523	7915	840	1526	7912
1922	28622	11277	8869	5038	1225	279	9697
1923	31866	15839	10140	8254	895	777	16778
1924	23267	13844	7238	22168	2673	559	26303
1925	21508	9846	10062	7175	6330	756	26870
1926	38791	11977	8892	7674	8407	751	42194
1927	31236	12487	9070	4878	9084	616	30603
1928	33882	5493	4436	4228	11169	823	18097
1929	38879	5288	4565	4351	16648	839	25616
1930	18740	4253	3218	4180	14076	2699	15444
1931	8152	2914	1784	2621	5632	370	5991
1932	8499	2155	1447	2273	11678	461	4981
1933	10695	1920	1693	2180	24494	79	5020
1934	8732	2507	1429	3629	21930	114	7686
1935	9327	2127	1206	2423	9611	29	4862
1936	4626	462	355	1226	3306	19	2779
1937	11417	2946	1150	4642	4557	52	9913
1938	7435	1882	290	2348	2524	19	4890
1939	15120	1004	174	1975	1414	2	2979
1940	11737	411	409	1155	1268	17	3452
1941	5777	89	125	453	1548	23	1923
1942	1317	3	37	9	0	0	1059
Total	810175	295217	307980	139161	188615	61787	397370

Fonte: Retirado de Suzuki (1969), baseado nos dados dos Boletins do departamento de imigração de São Paulo (n. 2, 4 e 5).